



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1479

Terça-feira - 06 de Maio de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	3	Lauro Muller	381
Anchieta	56	Lebon Regis.....	383
Antônio Carlos	63	Leoberto Leal.....	384
Ascurra.....	64	Lindóia do Sul	386
Balneário Rincão	64	Luzerna	391
Barra Velha.....	72	Macieira.....	403
Biguaçu	73	Mafra	405
Bom Retiro	77	Marema.....	406
Braço do Trombudo	80	Massaranduba.....	406
Brunópolis	109	Meleiro	407
Brusque.....	109	Modelo	410
Caçador.....	142	Monte Carlo	417
Camboriú.....	159	Morro da Fumaça	418
Campo Alegre	160	Navegantes.....	418
Campos Novos	163	Nova Trento	422
Canoinhas.....	164	Novo Horizonte	423
Capinzal	186	Ouro Verde	427
Catanduvas.....	192	Palhoça	428
Chapadão do Lageado	200	Papanduva.....	431
Cocal do Sul.....	201	Passo de Torres.....	432
Concórdia	202	Passos Maia	432
Cordilheira Alta	258	Paulo Lopes	434
Coronel Freitas.....	258	Penha.....	435
Coronel Martins.....	260	Peritiba.....	435
Corupá	281	Pinheiro Preto	437
Curitibanos	281	Pomerode.....	440
Dionísio Cerqueira	282	Porto Belo.....	441
Doutor Pedrinho.....	284	Porto União.....	442
Faxinal dos Guedes.....	284	Presidente Castello Branco	444
Forquilha.....	285	Rio do Sul.....	444
Fraiburgo.....	288	Salto Veloso	471
Garopaba.....	308	Santa Rosa do Sul	471
Garuva	329	Santa Terezinha do Progresso	474
Gaspar	332	São Bento do Sul.....	477
Governador Celso Ramos	340	São Domingos.....	482
Grão Pará	341	São João do Sul	487
Guaramirim.....	341	São José.....	488
Guarujá do Sul	345	São José do Cedro.....	528
Herval d'Oeste	346	São Lourenço do Oeste.....	532
Ibiam	350	São Pedro de Alcântara.....	534
Imbituba	352	Schroeder	538
Ipumirim	354	Serra Alta	545
Irineópolis	355	Siderópolis.....	546
Itapiranga.....	365	Sombrio.....	546
Itapoá	367	Timbé do Sul	550
Ituporanga	373	Timbó	550
Jacinto Machado	373	Treze Tílias	555
Joaçaba.....	375	Tunápolis.....	558
Lages	379	Vargeão.....	560

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br www.diariomunicipal.sc.gov.br



Diário Oficial dos Municípios

de Santa Catarina

Edição Nº 1479

Terça-feira - 06 de Maio de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Vidal Ramos.....	560
Videira.....	563
Vitor Meireles.....	574
Xaxim.....	581

Associações

AMUREL	590
--------------	-----

Consórcios

ARIS	592
CIMVI.....	592
CINCO.....	592
CIS/AMARP	594

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

Edital de Credenciamento 005/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL DE CREDENCIAMENTO 005/2014

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto EDITAL DE CREDENCIAMENTO nº 005/2014, destinado ao credenciamento de pessoas físicas e/ou jurídicas especializadas para prestação de serviços na área cultural e esportiva destinados a atender a população do município de Água Doce.

Local para credenciamento: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura de Água Doce, na Praça João Macagnan, 322, em dias úteis, no horário das 13h00 às 19h00.

Obtenção do Edital: www.aguadoce.sc.gov.br
Informações: (49) 3524-0000 / 3524-0122

Água Doce, SC, 05 de maio de 2014
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Edita Infração Nº 774 309 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 774 309/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACW2200	8774073149	7455/0	02/02/2014	218 * I
AEU7459	8774072920	7463/0	24/01/2014	218 * II
AJP9882	8774072996	7455/0	03/02/2014	218 * I
AKS4459	8774073203	7463/0	10/02/2014	218 * II
ALH8554	8774073110	7455/0	05/02/2014	218 * I
AQZ3881	8774072983	7463/0	01/02/2014	218 * II
ASR3002	8774071986	7455/0	02/01/2014	218 * I
ATF2952	8774073003	7455/0	06/02/2014	218 * I
ATF2952	8774073100	7463/0	06/02/2014	218 * II
LAC4214	8774073125	7455/0	05/02/2014	218 * I
LYH4751	8774073223	7455/0	17/02/2014	218 * I
LZZ9424	8774072969	7455/0	05/02/2014	218 * I
MDR5028	8774073142	7455/0	02/02/2014	218 * I
MGC7735	8774071967	7455/0	21/12/2013	218 * I
MGX7124	8774073114	7471/0	01/02/2014	218 * III
MGY2828	8774073141	7455/0	06/02/2014	218 * I
MHC1016	8774073048	7463/0	06/02/2014	218 * II
MHC1487	8774072875	7463/0	26/01/2014	218 * II
MJS6404	8774073101	7463/0	06/02/2014	218 * II
MLF3581	8774073202	7455/0	12/02/2014	218 * I
MLH8614	8774072697	7455/0	21/01/2014	218 * I
MLS7356	8774073188	7463/0	13/02/2014	218 * II
MMJ2033	8774072858	7463/0	29/01/2014	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 5 DE MAIO DE 2014

EVARISTA BERNADETE TRENTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital Infração Nº 128 471 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 128 471/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZC9011	54888211B	5010/0	25/11/2012	162 * I
LZC9011	54888211B	6599/2	25/11/2012	230 * V
MDE0503	54888172B	5010/0	07/12/2012	162 * I
MDE0503	54888172B	6599/2	07/12/2012	230 * V
MFB2379	54888170B	6599/2	07/12/2012	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 30 DE ABRIL DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DELEGADO DE POLÍCIA

Edital Infração Nº 128 472 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 128 472/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
KRE3568	54888253B	5207/0	21/12/2012	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 30 DE ABRIL DE 2014

EVARISTA BERNARDETE TRENTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital Infração Nº 128 473 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 128 473/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYW2248	54888207B	5274/3	13/11/2012	R\$ 191,53	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 30 DE ABRIL DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLÍCIA

Edital Infração Nº 128 474 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 128 474/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXV1639	54888157B	7234/0	12/10/2012	R\$ 85,12	250 * I * a

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 30 DE ABRIL DE 2014

EVARISTA BERNARDETE TRENTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital Infração Nº 128 475 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 128 475/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALD5432	54888223B	6548/2	20/12/2012	229
ALR2569	54888224B	6912/0	20/12/2012	232
LYN2481	54888228B	5274/3	01/01/2013	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 30 DE ABRIL DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DELEGADO DE POLICIA

Edital Infração Nº 128 476 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 128 476/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYN2481	54888227B	5215/1	01/01/2013	170
MKG7151	54888219B	5185/1	11/12/2012	167
MKG7151	54888220B	7366/2	11/12/2012	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 30 DE ABRIL DE 2014

EVARISTA BERNARDETE TRENTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital Infração Nº 128 477 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 128 477/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJN1152	54888178B	6548/2	12/01/2013	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 30 DE ABRIL DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DELEGADO DE POLICIA

Edital Infração Nº 128 478 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 128 478/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYH7687	54888177B	5509/0	11/01/2013	181 * XIII
MDW0380	54888222B	5460/0	20/12/2012	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 30 DE ABRIL DE 2014

EVARISTA BERNARDETE TRENTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital Infração Nº 128 479 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 128 479/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYZ6263	54888210B	5010/0	25/11/2012	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 30 DE ABRIL DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DELEGADO DE POLICIA

Edital Infração Nº 128 480 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 128 480/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYB6103	54888205B	5452/2	13/11/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MCJ1820	54888168B	5452/2	05/11/2012	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 30 DE ABRIL DE 2014

EVARISTA BERNARDETE TRENTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital Infração Nº 128 481 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 128 481/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAU8810	54888174B	5010/0	02/01/2013	162 * I
MAU8810	54888175B	6599/2	02/01/2013	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 30 DE ABRIL DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DELEGADO DE POLICIA

Editais Infração Nº 128 482 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 128 482/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIE2688	54888218B	5452/2	03/12/2012	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 30 DE ABRIL DE 2014

EVARISTA BERNARDETE TRENTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital Infração Nº 128 483 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 128 483/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFL5104	54888179B	6548/2	12/01/2013	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 30 DE ABRIL DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DELEGADO DE POLICIA

Edital Infração Nº 128 484 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 128 484/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IDO8461	54888173B	5010/0	08/12/2012	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 30 DE ABRIL DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DELEGADO DE POLICIA

Edital Infração Nº 128 485 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 128 485/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACD4719	54888186B	5185/1	11/02/2013	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 30 DE ABRIL DE 2014

EVARISTA BERNARDETE TRENTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital Infração Nº 128 486 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 128 486/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
APW5573	54888271B	5010/0	13/03/2013	162 * I
MAY3598	54888189B	5010/0	10/03/2013	162 * I
MAY3598	54888189B	6599/2	10/03/2013	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 30 DE ABRIL DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DELEGADO DE POLICIA

Editais Infracao Nº 128 487 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 128 487/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CRF1732	54888176B	7366/2	11/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 30 DE ABRIL DE 2014

EVARISTA BERNARDETE TRENTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital Infração Nº 128 488 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 128 488/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXA9860	54888260B	5541/7	20/02/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 30 DE ABRIL DE 2014

EVARISTA BERNARDETE TRENTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital Infração Nº 128 489 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 128 489/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKG1159	54888240B	5010/0	14/03/2013	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 30 DE ABRIL DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DELEGADO DE POLICIA

Edital Infração Nº 128 490 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 128 490/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IBH3182	54888279B	6726/1	06/04/2013	230 * XVIII
MAO0954	54888241B	5010/0	18/03/2013	162 * I
MAO0954	54888242B	5061/0	18/03/2013	163 c/c 162 * I
MDT9855	54888243B	5010/0	21/03/2013	162 * I
MDT9855	54888244B	5061/0	21/03/2013	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 30 DE ABRIL DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DELEGADO DE POLÍCIA

Edital Infração Nº 128 491 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 128 491/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BEB2332	54888272B	7234/0	19/03/2013	250 * I * a
IBH3182	54888278B	5215/2	06/04/2013	170

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 30 DE ABRIL DE 2014

EVARISTA BERNARDETE TRENTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital Infração Nº 128 492 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 128 492/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
KDV5664	54888354B	7030/1	13/04/2013	244 * I
LYC3005	54888245B	5207/0	30/03/2013	169
MAK9456	54888458B	5185/1	23/04/2013	167
MBU4277	54888275B	6530/0	30/03/2013	228

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 30 DE ABRIL DE 2014

EVARISTA BERNARDETE TRENTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital Infração Nº 128 493 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 128 493/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
APW5573	54888462B	5215/2	26/04/2013	170
APW5573	54888463B	5835/0	26/04/2013	195
APW5573	54888464B	5207/0	26/04/2013	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 30 DE ABRIL DE 2014

EVARISTA BERNARDETE TRENTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital Infração Nº 128 574 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 128 574/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYH0717	54888599B	6610/2	19/01/2014	230 * VII
LYH0717	54888600B	6653/2	19/01/2014	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 5 DE MAIO DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DELEGADO DE POLÍCIA

Edital Infração Nº 128 575 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 128 575/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJU1933	54995293E	5185/1	26/01/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 5 DE MAIO DE 2014

EVARISTA BERNARDETE TRENTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital Infracao Nº 128 576 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 128 576/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCG4064	54888322B	6912/0	20/10/2013	R\$ 53,20	232
MCG4064	54888324B	6971/0	20/10/2013	R\$ 191,53	238
MCG4064	54888325B	5169/1	20/10/2013	R\$ 1.915,38	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 5 DE MAIO DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DELEGADO DE POLICIA

Edital Infração Nº 128 577 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 128 577/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LKQ6692	54888330B	5525/0	16/11/2013	R\$ 85,12	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 5 DE MAIO DE 2014

EVARISTA BERNARDETE TRENTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital Infração Nº 128 578 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 128 578/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADM9793	54995280E	5010/0	21/01/2014	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 5 DE MAIO DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DELEGADO DE POLICIA

Edital Infração Nº 128 579 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 128 579/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADM9793	54995281E	5487/0	21/01/2014	181 * XI
LXS2826	54995298E	5185/1	01/02/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 5 DE MAIO DE 2014

EVARISTA BERNARDETE TRENTA

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital Infração Nº 128 580 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 128 580/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BRH5703	54995313E	5487/0	26/02/2014	181 * XI
CBA9719	54995403E	5185/1	05/02/2014	167
MDC3274	54995402E	5185/1	05/02/2014	167
MIK3127	54995312E	5967/0	17/02/2014	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 5 DE MAIO DE 2014

EVARISTA BERNARDETE TRENTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Editais Infração Nº 128 581 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 128 581/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZJ2190	54995259E	5185/1	21/12/2013	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 5 DE MAIO DE 2014

EVARISTA BERNARDETE TRENTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital Infração Nº 128 582 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 128 582/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHT4746	54995283E	6610/2	23/01/2014	R\$ 127,69	230 * VII
AHT4746	54995285E	6700/0	23/01/2014	R\$ 127,69	230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 5 DE MAIO DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

Edital Infração Nº 128 583 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 128 583/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGB2969	54995306E	5827/0	24/01/2014	R\$ 127,69	194

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 5 DE MAIO DE 2014

EVARISTA BERNARDETE TRENTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital Infração Nº 774 255 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 774 255/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJH0132	8774063356	7463/0	30/04/2012	R\$ 127,69	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 30 DE ABRIL DE 2014

EVARISTA BERNADETE TRENTA

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital Infração Nº 774 301 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 774 301/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABG3308	8774072187	7455/0	21/12/2013	218 * I
AJL3962	8774072761	7455/0	26/01/2014	218 * I
ALE5442	8774073020	7455/0	09/02/2014	218 * I
AMA2505	8774072747	7463/0	22/01/2014	218 * II
AMD0210	8774072267	7455/0	24/12/2013	218 * I
AND1877	8774072363	7455/0	01/01/2014	218 * I
AUQ9714	8774071755	7463/0	29/12/2013	218 * II
CMM9834	8774072807	7455/0	30/01/2014	218 * I
DSE3737	8774072368	7455/0	29/12/2013	218 * I
EIJ8313	8774072124	7463/0	21/12/2013	218 * II
HPO5645	8774072296	7463/0	24/12/2013	218 * II
IFH0651	8774073083	7455/0	31/01/2014	218 * I
IKN5649	8774073058	7455/0	03/02/2014	218 * I
LXN3589	8774071768	7455/0	25/12/2013	218 * I
LYE2789	8774072042	7455/0	25/12/2013	218 * I
MAB0866	8774073002	7455/0	01/02/2014	218 * I
MAB0866	8774073103	7463/0	01/02/2014	218 * II
MAC3192	8774073116	7463/0	31/01/2014	218 * II
MAS0404	8774071882	7455/0	29/12/2013	218 * I
MBH6700	8774073074	7463/0	01/02/2014	218 * II
MBO2443	8774072952	7455/0	09/02/2014	218 * I
MBO2443	8774072956	7455/0	09/02/2014	218 * I
MBO2443	8774072981	7455/0	09/02/2014	218 * I
MBO2443	8774073033	7455/0	09/02/2014	218 * I
MBT4662	8774072138	7455/0	25/12/2013	218 * I
MBX5153	8774073045	7455/0	31/01/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBZ4059	8774072959	7455/0	04/02/2014	218 * I
MCI8082	8774071917	7455/0	31/12/2013	218 * I
MDT5801	8774072327	7455/0	29/12/2013	218 * I
MDT6203	8774073169	7455/0	03/02/2014	218 * I
MDV4738	8774071978	7463/0	28/12/2013	218 * II
MDY7559	8774071991	7455/0	22/12/2013	218 * I
MEP1435	8774072025	7455/0	24/12/2013	218 * I
MGZ0412	8774072152	7463/0	26/12/2013	218 * II
MHM5374	8774073038	7455/0	31/01/2014	218 * I
MHM8534	8774073162	7463/0	04/02/2014	218 * II
MHW7373	8774073080	7455/0	08/02/2014	218 * I
MJK7322	8774072066	7463/0	22/12/2013	218 * II
MKN8428	8774073119	7463/0	09/02/2014	218 * II
MLA1805	8774071861	7455/0	26/12/2013	218 * I
MLB2644	8774071766	7455/0	25/12/2013	218 * I
MLZ1980	8774073018	7455/0	09/02/2014	218 * I
NWD9400	8774072249	7455/0	27/12/2013	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 5 DE MAIO DE 2014

EVARISTA BERNADETE TRENTTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital Infração Nº 774 302 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 774 302/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DFK3684	8774069426	7471/0	15/11/2013	R\$ 574,61	218 * III
HRK0015	8774070304	7471/0	08/12/2013	R\$ 574,61	218 * III
LXY6542	8774070124	7455/0	28/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCE1253	8774069328	7463/0	15/11/2013	R\$ 127,69	218 * II
MCQ4822	8774070203	7463/0	10/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
MHD6826	8774069412	7455/0	18/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKV9815	8774069852	7455/0	26/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MLU4895	8774070090	7455/0	27/11/2013	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 5 DE MAIO DE 2014

EVARISTA BERNADETE TRENTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital Infracao Nº 774 303 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 774 303/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHL3434	8774072118	7455/0	01/01/2014	218 * I
BKD3583	8774071775	7455/0	04/01/2014	218 * I
CHU5770	8774071941	7455/0	31/12/2013	218 * I
DXC6179	8774071792	7471/0	31/12/2013	218 * III
EPF6067	8774073195	7455/0	12/02/2014	218 * I
FTA0070	8774072185	7455/0	04/01/2014	218 * I
IKT1644	8774071929	7455/0	30/12/2013	218 * I
LXD3240	8774071909	7455/0	04/01/2014	218 * I
LXE8436	8774073091	7463/0	05/02/2014	218 * II
LXE8436	8774073133	7463/0	05/02/2014	218 * II
LXX3685	8774072145	7455/0	31/12/2013	218 * I
LYE2789	8774072009	7455/0	01/01/2014	218 * I
LYE2789	8774072027	7455/0	05/01/2014	218 * I
LYE2789	8774072206	7455/0	31/12/2013	218 * I
LYG7479	8774072397	7455/0	06/01/2014	218 * I
LYO0247	8774071751	7455/0	30/12/2013	218 * I
MAA8878	8774072400	7463/0	07/01/2014	218 * II
MBS9491	8774073208	7455/0	13/02/2014	218 * I
MBW7278	8774071964	7463/0	23/12/2013	218 * II
MDB8789	8774071781	7463/0	01/01/2014	218 * II
MDP3432	8774071813	7455/0	04/01/2014	218 * I
MFH7197	8774073171	7455/0	12/02/2014	218 * I
MFV1976	8774072050	7455/0	31/12/2013	218 * I
MGK6349	8774073113	7463/0	06/02/2014	218 * II
MIM5998	8774072099	7455/0	01/01/2014	218 * I
MIO6224	8774072361	7463/0	30/12/2013	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJB8684	8774073128	7455/0	06/02/2014	218 * I
MJF3159	8774071984	7463/0	31/12/2013	218 * II
MKT4702	8774072074	7455/0	03/01/2014	218 * I
MLN7536	8774072248	7455/0	03/01/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 5 DE MAIO DE 2014

EVARISTA BERNADETE TRENTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital Infração Nº 774 304 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 774 304/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
FBP7330	8774069826	7463/0	19/11/2013	R\$ 127,69	218 * II
NEJ0314	8774069692	7455/0	18/11/2013	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 5 DE MAIO DE 2014

EVARISTA BERNADETE TRENTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital Infração Nº 774 305 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 774 305/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABK6832	8774072452	7455/0	07/01/2014	218 * I
ADP3818	8774072546	7455/0	13/01/2014	218 * I
AEC1949	8774072204	7463/0	24/12/2013	218 * II
AHJ3644	8774072733	7455/0	22/01/2014	218 * I
AJP9882	8774071933	7455/0	04/01/2014	218 * I
AKC6032	8774072829	7463/0	28/01/2014	218 * II
ALW0593	8774072469	7455/0	07/01/2014	218 * I
AOW5603	8774072799	7455/0	29/01/2014	218 * I
ARV9162	8774073049	7455/0	06/02/2014	218 * I
ATK7456	8774072957	7455/0	05/02/2014	218 * I
BUC0836	8774072413	7455/0	14/01/2014	218 * I
BUC0836	8774072823	7455/0	29/01/2014	218 * I
CIU0657	8774072583	7455/0	18/01/2014	218 * I
CIU0657	8774072663	7455/0	17/01/2014	218 * I
IFG8631	8774072673	7455/0	14/01/2014	218 * I
JYI8417	8774072690	7463/0	18/01/2014	218 * II
LKT9278	8774072660	7455/0	14/01/2014	218 * I
LQB9089	8774072491	7455/0	09/01/2014	218 * I
LWV9054	8774072289	7455/0	31/12/2013	218 * I
LXB2678	8774072867	7455/0	30/01/2014	218 * I
LXJ8889	8774072396	7455/0	11/01/2014	218 * I
LXL1324	8774072391	7455/0	09/01/2014	218 * I
LXL9242	8774072537	7455/0	11/01/2014	218 * I
LXO3195	8774071960	7455/0	25/12/2013	218 * I
LXT1232	8774072259	7455/0	04/01/2014	218 * I
LYK9408	8774072798	7455/0	30/01/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZP6563	8774072621	7455/0	16/01/2014	218 * I
LZT4601	8774072516	7463/0	11/01/2014	218 * II
LZT4601	8774072587	7455/0	16/01/2014	218 * I
MAC8595	8774072782	7455/0	29/01/2014	218 * I
MAC8595	8774072852	7455/0	29/01/2014	218 * I
MAC8595	8774072866	7463/0	29/01/2014	218 * II
MAG6013	8774072883	7455/0	27/01/2014	218 * I
MAR5932	8774072404	7455/0	10/01/2014	218 * I
MAY1283	8774072500	7455/0	11/01/2014	218 * I
MBR0203	8774072930	7455/0	25/01/2014	218 * I
MBR4660	8774071975	7455/0	02/01/2014	218 * I
MCK2417	8774072536	7471/0	06/01/2014	218 * III
MCQ8828	8774072220	7455/0	31/12/2013	218 * I
MCQ8828	8774072235	7455/0	31/12/2013	218 * I
MEB7497	8774072671	7455/0	15/01/2014	218 * I
MEL6073	8774073056	7455/0	09/02/2014	218 * I
MFY3609	8774072507	7455/0	13/01/2014	218 * I
MGC1967	8774072417	7455/0	11/01/2014	218 * I
MHU3409	8774072695	7455/0	22/01/2014	218 * I
MIB3580	8774072264	7455/0	05/01/2014	218 * I
MID6360	8774072550	7463/0	13/01/2014	218 * II
MIF6133	8774072383	7463/0	07/01/2014	218 * II
MIF6133	8774072384	7455/0	08/01/2014	218 * I
MIF6133	8774072385	7471/0	08/01/2014	218 * III
MJN7454	8774072840	7455/0	28/01/2014	218 * I
MKA5275	8774072694	7455/0	21/01/2014	218 * I
MKB3243	8774072520	7455/0	13/01/2014	218 * I
MLC6094	8774072533	7463/0	10/01/2014	218 * II
MLF8634	8774072278	7455/0	01/01/2014	218 * I
MLL9735	8774072140	7471/0	03/01/2014	218 * III
MLQ0348	8774072856	7455/0	30/01/2014	218 * I
MLV3165	8774072647	7455/0	16/01/2014	218 * I
MLV3165	8774072648	7455/0	16/01/2014	218 * I
MMA3975	8774071888	7455/0	01/01/2014	218 * I
MMJ9803	8774072444	7455/0	09/01/2014	218 * I
NDL5190	8774072678	7455/0	17/01/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 5 DE MAIO DE 2014

EVARISTA BERNADETE TRENTTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital Infracao Nº 774 306 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 774 306/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHG4979	8774070270	7455/0	07/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHX9552	8774064453	7463/0	09/06/2012	R\$ 127,69	218 * II
MLT8835	8774072156	7455/0	17/12/2013	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 5 DE MAIO DE 2014

EVARISTA BERNADETE TRENTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital Infração Nº 774 307 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 774 307/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAU4174	8774072973	7455/0	04/02/2014	218 * I
ADG7248	8774072908	7455/0	28/01/2014	218 * I
ADM7808	8774072967	7455/0	01/02/2014	218 * I
AIY7751	8774071894	7455/0	01/01/2014	218 * I
AJA5137	8774073144	7455/0	02/02/2014	218 * I
AKS4459	8774072990	7455/0	04/02/2014	218 * I
AQA4082	8774073016	7455/0	05/02/2014	218 * I
AQN9649	8774073075	7455/0	01/02/2014	218 * I
AWE0081	8774073035	7463/0	02/02/2014	218 * II
BCG5757	8774072922	7463/0	28/01/2014	218 * II
BUC0836	8774072993	7455/0	07/02/2014	218 * I
CIU0657	8774072816	7455/0	27/01/2014	218 * I
COQ7327	8774072925	7455/0	27/01/2014	218 * I
DUA6554	8774072742	7455/0	20/01/2014	218 * I
EBI2078	8774072409	7455/0	07/01/2014	218 * I
EBI2078	8774072474	7455/0	08/01/2014	218 * I
EME1547	8774072928	7455/0	25/01/2014	218 * I
IPJ4437	8774072026	7455/0	03/01/2014	218 * I
ITE6037	8774071951	7455/0	31/12/2013	218 * I
JLD5277	8774072986	7463/0	01/02/2014	218 * II
JYI8417	8774072853	7455/0	25/01/2014	218 * I
KDV7725	8774072510	7455/0	08/01/2014	218 * I
KLG6031	8774072642	7463/0	15/01/2014	218 * II
LWT7948	8774073028	7455/0	02/02/2014	218 * I
LXJ8889	8774073081	7463/0	02/02/2014	218 * II
LXY6542	8774073073	7463/0	01/02/2014	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZI1370	8774073071	7455/0	01/02/2014	218 * I
LZK7160	8774073063	7455/0	06/02/2014	218 * I
MAJ8092	8774073022	7455/0	02/02/2014	218 * I
MAY9422	8774073199	7455/0	10/02/2014	218 * I
MAZ6130	8774072822	7455/0	27/01/2014	218 * I
MBJ6707	8774072657	7455/0	17/01/2014	218 * I
MCQ5218	8774072892	7455/0	26/01/2014	218 * I
MDP4140	8774073066	7455/0	06/02/2014	218 * I
MEY2507	8774073180	7455/0	11/02/2014	218 * I
MFG4121	8774073023	7455/0	05/02/2014	218 * I
MFH3117	8774072433	7455/0	12/01/2014	218 * I
MGR1791	8774072974	7455/0	05/02/2014	218 * I
MGX1196	8774072639	7463/0	18/01/2014	218 * II
MHA0438	8774072859	7463/0	26/01/2014	218 * II
MHF1050	8774073065	7455/0	02/02/2014	218 * I
MHK7266	8774073007	7463/0	09/02/2014	218 * II
MHK7266	8774073029	7455/0	08/02/2014	218 * I
MHK7266	8774073053	7455/0	08/02/2014	218 * I
MHU7639	8774072580	7455/0	19/01/2014	218 * I
MIE2815	8774072871	7463/0	27/01/2014	218 * II
MIT8435	8774072548	7455/0	09/01/2014	218 * I
MJL9837	8774072894	7455/0	25/01/2014	218 * I
MJQ0668	8774072824	7455/0	27/01/2014	218 * I
MKJ5228	8774073146	7455/0	05/02/2014	218 * I
MKP0375	8774071994	7455/0	30/12/2013	218 * I
MKR1111	8774072134	7463/0	04/01/2014	218 * II
MKT6505	8774072885	7455/0	24/01/2014	218 * I
MKT6505	8774072980	7455/0	03/02/2014	218 * I
MLA9603	8774073039	7463/0	02/02/2014	218 * II
MLN3446	8774072541	7455/0	09/01/2014	218 * I
MMF9630	8774073019	7455/0	07/02/2014	218 * I
MMF9630	8774073122	7455/0	07/02/2014	218 * I
MMK1421	8774073126	7455/0	01/02/2014	218 * I
MML3733	8774072771	7455/0	25/01/2014	218 * I
NCV8075	8774073197	7455/0	12/02/2014	218 * I
OHA0557	8774072448	7455/0	13/01/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 5 DE MAIO DE 2014

EVARISTA BERNADETE TRENTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital Infração Nº 774 308 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 774 308/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGN9921	8774070142	7455/0	10/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
ALK6716	8774070236	7463/0	09/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
ALK6716	8774070940	7455/0	09/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
AVD5233	8774072036	7463/0	21/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
BCZ0404	8774071916	7455/0	19/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
DRN8048	8774072310	7455/0	27/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAQ8206	8774070332	7455/0	10/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBD0009	8774071995	7455/0	21/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBD0009	8774072253	7455/0	22/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCD7496	8774072345	7463/0	29/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
MFF9612	8774070242	7463/0	08/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
MKQ7437	8774070176	7455/0	08/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKZ8002	8774070374	7455/0	08/12/2013	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 5 DE MAIO DE 2014

EVARISTA BERNADETE TRENTO

AUTORIDADE DE TRÁNSITO

Edital Infração Nº 774 310 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 774 310/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGJ0749	8774072086	7455/0	17/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
AVW1250	8774072303	7455/0	17/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
IPO8124	8774072201	7455/0	22/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
JDG0005	8774071804	7455/0	28/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
LNU8004	8774071795	7455/0	04/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
LWS6927	8774070208	7463/0	10/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
LWS6927	8774070471	7463/0	11/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
LWS6927	8774071761	7463/0	31/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
LWS6927	8774072146	7455/0	01/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDG4545	8774070438	7455/0	13/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFP4100	8774072719	7455/0	22/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIB2570	8774070462	7455/0	14/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIV8635	8774072644	7455/0	14/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJP1830	8774072521	7463/0	11/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
MJW9851	8774072416	7455/0	08/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKY6050	8774072067	7455/0	02/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKZ2947	8774072197	7455/0	02/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLP5790	8774070169	7455/0	12/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MLP5790	8774070463	7471/0	10/12/2013	R\$ 574,61	218 * III

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 5 DE MAIO DE 2014

EVARISTA BERNADETE TRENTTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Anchieta

PREFEITURA

Homologação E Contratos, FMS, FMAS E Prefeitura abril 2014

HOMOLOGAÇÃO E CONTRATOS PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/14
HOMOLOGAÇÃO: 04/04/14
CONTRATADO: ARTEFATOS DE CIMENTO GUARACIABA LTDA - ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
OBJETO: Aquisição de tubos de concreto para o Setor de Obras e Serviços Rodoviários, na recuperação manutenção das estradas vicinais rurais, pontes, bueiros do interior das ruas e avenidas da cidade, para o exercício de 2014.
VALOR DA DESPESA: R\$ 11.858,00 (onze mil oitocentos e cinquenta e oito reais)

DATA: 02/05/14
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/14
HOMOLOGAÇÃO: 04/04/14
CONTRATADO: RODA INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
OBJETO: Aquisição de tubos de concreto para o Setor de Obras e Serviços Rodoviários, na recuperação manutenção das estradas vicinais rurais, pontes, bueiros do interior das ruas e avenidas da cidade, para o exercício de 2014.
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.780,00 (quatro mil setecentos e oitenta reais)

DATA: 02/05/14
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/14
HOMOLOGAÇÃO: 04/04/14
CONTRATADO: IMPERIAL COMÉRCIO & SERVIÇOS LTDA ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
OBJETO: Aquisição de tubos de concreto para o Setor de Obras e Serviços Rodoviários, na recuperação manutenção das estradas vicinais rurais, pontes, bueiros do interior das ruas e avenidas da cidade, para o exercício de 2014.
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.927,20 (sete mil novecentos e vinte e sete reais e vinte centavos)

DATA: 02/05/14
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal.

TOMADA DE PREÇO Nº 1/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/14
HOMOLOGAÇÃO: 07/04/14
CONTRATADO: PRE MOLDADOS MARAVILHA LTDA - EPP
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
OBJETO: Contratação de empresa para execução de obra de engenharia em regime de empreitada global, para a construção com fornecimento de material necessário, de uma Ponte em Alvenaria.

Localizada nas linhas São Luiz/São Vicente que liga os municípios e Anchieta e Palma Sola. Conforme Termo de Convênio Nº 2013TR003637, que entre si celebram o Estado de Santa Catarina e o município de Anchieta, por meio da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira.
VALOR DA DESPESA: R\$ 85.638,92 (oitenta e cinco mil seiscentos e trinta e oito reais e noventa e dois centavos)

DATA: 02/05/14
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/14
HOMOLOGAÇÃO: 11/04/14
CONTRATADO: MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
OBJETO: Aquisição de óleos lubrificantes, fluidos e graxa (óleo lubrificante somente serão aceitos de companhia) para veículos e máquinas da municipalidade para o exercício de 2014.
VALOR DA DESPESA: R\$ 22.604,46 (vinte e dois mil seiscentos e quatro reais e quarenta e seis centavos)

DATA: 02/05/14
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/14
HOMOLOGAÇÃO: 11/04/14
CONTRATADO: AGRICOPEL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
OBJETO: Aquisição de óleos lubrificantes, fluidos e graxa (óleo lubrificante somente serão aceitos de companhia) para veículos e máquinas da municipalidade para o exercício de 2014.
VALOR DA DESPESA: R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais)

DATA: 02/05/14
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal.

CONVITE Nº 2/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/14
HOMOLOGAÇÃO: 23/04/14
CONTRATADO: JUNIOR KRAEMER & CIA LTDA - ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática (Microcomputador, Notebook e Tablet) para auxiliar no desenvolvimento das atividades dos Setores de Esporte, Infraestrutura e Desenvolvimento Local, pago com recursos próprios. VALOR DA DESPESA: R\$ 6.115,00 (seis mil cento e quinze reais)
DATA: 02/05/14
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 051/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
Contratada : AGRICOPEL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA
Valor : 14.000,00 (quatorze mil reais)
Vigência : Início: 11/04/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 17/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de óleos lubrificantes, fluidos e graxa (óleo

lubrificante somente serão aceitos de companhia) para veículos e máquinas da municipalidade para o exercício de 2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 046/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada : ARTEFATOS DE CIMENTO GUARACIABA LTDA - ME

Valor : 11.858,00 (onze mil oitocentos e cinquenta e oito reais)

Vigência : Início: 04/04/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 18/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de tubos de concreto para o Setor de Obras e Serviços Rodoviários, na recuperação manutenção das estradas vicinais rurais, pontes, bueiros do interior das ruas e avenidas da cidade, para o exercício de 2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 047/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada : IMPERIAL COMÉRCIO & SERVIÇOS LTDA ME

Valor : 7.927,20 (sete mil novecentos e vinte e sete reais e vinte centavos)

Vigência : Início: 04/04/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 18/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de tubos de concreto para o Setor de Obras e Serviços Rodoviários, na recuperação manutenção das estradas vicinais rurais, pontes, bueiros do interior das ruas e avenidas da cidade, para o exercício de 2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 048/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada : IMPERIAL COMÉRCIO & SERVIÇOS LTDA ME

Valor : 7.927,20 (sete mil novecentos e vinte e sete reais e vinte centavos)

Vigência : Início: 04/04/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 18/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de tubos de concreto para o Setor de Obras e Serviços Rodoviários, na recuperação manutenção das estradas vicinais rurais, pontes, bueiros do interior das ruas e avenidas da cidade, para o exercício de 2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 1º Termo Aditivo - Contrato Nº: 018/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada : PEDREIRA FRANCESCHINI LTDA - ME

Valor : 2.125,00 (dois mil cento e vinte e cinco reais)

Vigência : Início: 08/04/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Primeiro termo aditivo ao Contrato 18/2014 Ref: Contratação de empresa de prestação de serviço com fornecimento de materiais para conserto e manutenção dos calçamentos em diversas vias publica urbanas, pago com recursos próprios.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 049/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada : PRE MOLDADOS MARAVILHA LTDA - EPP

Valor : 85.638,92 (oitenta e cinco mil seiscentos e trinta e oito reais e noventa e dois centavos)

Vigência : Início: 07/04/2014 Término: 10/05/2014

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa para execução de obra de engenharia em regime de empreitada global, para a construção com fornecimento de material necessário, de uma Ponte em Alvenaria. Localizada nas linhas São Luiz/São Vicente que liga os municípios de Anchieta e Palma Sola. Conforme Termo de Convênio Nº 2013TR003637, que entre si celebram o Estado de Santa Catarina e o Município de Anchieta, por meio da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 6º Sexto aditivo - Contrato Nº: 088/2012

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada : PAGNUSSATTI CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA - EPP

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 07/04/2014 Término: 31/05/2014

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2012

Recursos : Dotação:

Objeto : Sexto termo Aditivo ao Contrato 88/2014 Ref: Contratação de empresa para execução de obras e serviços de Engenharia, em regime de empreitada global, com fornecimento de material e mão de obra necessária para "Edificação de Creche Proinfância - Tipo C", Padrão FNDE no município de Anchieta/SC, com área total a ser construída de 564,47 m², em conformidade com o Convênio nº 700319/2011 - FNDE/MEC Processo nº 23400.007812/2010-59.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 050/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada : MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA

Valor : 22.604,46 (vinte e dois mil seiscentos e quatro reais e quarenta e seis centavos)

Vigência : Início: 11/04/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 17/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de óleos lubrificantes, fluidos e graxa (óleo lubrificante somente serão aceitos de companhia) para veículos e máquinas da municipalidade para o exercício de 2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 7º Termo Aditivo - Contrato Nº: 088/2012

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada : PAGNUSSATTI CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA - EPP

Valor : 125.859,13 (cento e vinte e cinco mil oitocentos e cinquenta e nove reais e treze centavos)

Vigência : Início: 14/04/2014 Término: 31/05/2014

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2012

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa para execução de obras e serviços de engenharia, em regime de empreitada global, com

fornecimento de material e mão de obra necessária para "Edificação de Creche Proinfância - Tipo C", Padrão FNDE no município de Anchieta/SC, com área total a ser construída de 564,47 m², em conformidade com o Convênio nº 700319/2011 - FNDE/MEC Processo nº 23400.007812/2010-59.

HOMOLOGAÇÃO FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST.SOCIAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/14

HOMOLOGAÇÃO: 15/04/14

CONTRATADO: PAPELARIA E BAZAR BOM JESUS LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE ANCHIETA
OBJETO: Aquisição de material de expediente para uso na APAE, de acordo com repasse da Assistência Social, EADE.

VALOR DA DESPESA: R\$ 657,37 (seiscentos e cinquenta e sete reais e trinta e sete centavos)

DATA: 02/05/14

IVONETE RECALCATI

Gestora Do Fundo.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/14

HOMOLOGAÇÃO: 15/04/14

CONTRATADO: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE ANCHIETA
OBJETO: Aquisição de material de expediente para uso na APAE, de acordo com repasse da Assistência Social, EADE.

VALOR DA DESPESA: R\$ 896,00 (oitocentos e noventa e seis reais)

DATA: 02/05/14

IVONETE RECALCATI

Gestora Do Fundo.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/14

HOMOLOGAÇÃO: 15/04/14

CONTRATADO: CHALE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE ANCHIETA
OBJETO: Aquisição de material de expediente para uso na APAE, de acordo com repasse da Assistência Social, EADE.

VALOR DA DESPESA: R\$ 379,50 (trezentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos)

DATA: 02/05/14

IVONETE RECALCATI

Gestora Do Fundo.

HOMOLOGAÇÃO E CONTRATOS FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/14

HOMOLOGAÇÃO: 03/04/14

CONTRATADO: ALTERMED- MAT. MED. HOSPITALAR LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
OBJETO: Aquisição de medicamentos para serem distribuídos aos pacientes atendidos nas Unidades de Saúde, adquiridos com recursos do superavit PAB FIXO 2013, superavit PMAQ 2013.

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.510,00 (cinco mil quinhentos e dez reais)

DATA: 02/05/14

ROSELI CANCI SAGAZ

Gestora Do Fms.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/14

HOMOLOGAÇÃO: 03/04/14

CONTRATADO: MEDICAMENTOS DE AZ LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA

OBJETO: Aquisição de medicamentos para serem distribuídos aos pacientes atendidos nas Unidades de Saúde, adquiridos com recursos

do superavit PAB FIXO 2013, superavit PMAQ 2013.

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.026,20 (três mil e vinte e seis reais e vinte centavos)

DATA: 02/05/14

ROSELI CANCI SAGAZ

Gestora Do Fms.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/14

HOMOLOGAÇÃO: 03/04/14

CONTRATADO: DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA

OBJETO: Aquisição de medicamentos para serem distribuídos aos pacientes atendidos nas Unidades de Saúde, adquiridos com recursos do superavit PAB FIXO 2013, superavit PMAQ 2013.

VALOR DA DESPESA: R\$ 25.975,00 (vinte e cinco mil novecentos e setenta e cinco reais)

DATA: 02/05/14

ROSELI CANCI SAGAZ

Gestora Do Fms.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/14

HOMOLOGAÇÃO: 03/04/14

CONTRATADO: ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA

OBJETO: Aquisição de medicamentos para serem distribuídos aos pacientes atendidos nas Unidades de Saúde, adquiridos com recursos do superavit PAB FIXO 2013, superavit PMAQ 2013.

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.409,25 (um mil quatrocentos e nove reais e vinte e cinco centavos)

DATA: 02/05/14

ROSELI CANCI SAGAZ

Gestora Do Fms.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/14

HOMOLOGAÇÃO: 03/04/14

CONTRATADO: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA

OBJETO: Aquisição de medicamentos para serem distribuídos aos pacientes atendidos nas Unidades de Saúde, adquiridos com recursos do superavit PAB FIXO 2013, superavit PMAQ 2013.

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.733,37 (cinco mil setecentos e trinta e três reais e trinta e sete centavos)

DATA: 02/05/14

ROSELI CANCI SAGAZ

Gestora Do Fms.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/14

HOMOLOGAÇÃO: 03/04/14

CONTRATADO: CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA

OBJETO: Aquisição de medicamentos para serem distribuídos aos pacientes atendidos nas Unidades de Saúde, adquiridos com recursos do superavit PAB FIXO 2013, superavit PMAQ 2013.

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.026,34 (um mil e vinte e seis reais e trinta e quatro centavos)

DATA: 02/05/14
ROSELI CANCI SAGAZ
Gestora Do Fms.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/14
HOMOLOGAÇÃO: 03/04/14
CONTRATADO: CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
OBJETO: Aquisição de medicamentos para serem distribuídos aos pacientes atendidos nas Unidades de Saúde, adquiridos com recursos do superavit PAB FIXO 2013, superavit PMAQ 2013.
VALOR DA DESPESA: R\$ 10.480,90 (dez mil quatrocentos e oitenta reais e noventa centavos)

DATA: 02/05/14
ROSELI CANCI SAGAZ
Gestora Do Fms.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/14
HOMOLOGAÇÃO: 03/04/14
CONTRATADO: DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
OBJETO: Aquisição de medicamentos para serem distribuídos aos pacientes atendidos nas Unidades de Saúde, adquiridos com recursos do superavit PAB FIXO 2013, superavit PMAQ 2013.
VALOR DA DESPESA: R\$ 14.579,60 (quatorze mil quinhentos e setenta e nove reais e sessenta centavos)

DATA: 02/05/14
ROSELI CANCI SAGAZ
Gestora Do Fms.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/14
HOMOLOGAÇÃO: 03/04/14
CONTRATADO: MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
OBJETO: Aquisição de medicamentos para serem distribuídos aos pacientes atendidos nas Unidades de Saúde, adquiridos com recursos do superavit PAB FIXO 2013, superavit PMAQ 2013.
VALOR DA DESPESA: R\$ 19.366,20 (dezenove mil trezentos e sessenta e seis reais e vinte centavos)

DATA: 02/05/14
ROSELI CANCI SAGAZ
Gestora Do Fms.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/14
HOMOLOGAÇÃO: 03/04/14
CONTRATADO: L A DALLA PORTA JUNIOR - EPP
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
OBJETO: Aquisição de medicamentos para serem distribuídos aos pacientes atendidos nas Unidades de Saúde, adquiridos com recursos do superavit PAB FIXO 2013, superavit PMAQ 2013.
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.630,40 (um mil seiscentos e trinta reais e quarenta centavos)

DATA: 02/05/14
ROSELI CANCI SAGAZ
Gestora Do Fms.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/14
HOMOLOGAÇÃO: 03/04/14
CONTRATADO: QUIMIOLAB COM. DE PROD. DE LABORATORIO LTDA
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
OBJETO: Aquisição de materiais para laboratório de análises clínicas da secretaria de saúde pública para uso na realização de exames gratuitos no laboratório municipal, no exercício de 2014, adquiridos com recursos do PAB FIXO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 10.319,92 (dez mil trezentos e dezenove reais e noventa e dois centavos)

DATA: 02/05/14
ROSELI CANCI SAGAZ
Gestora Do Fms.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/14
HOMOLOGAÇÃO: 03/04/14
CONTRATADO: DIAGNOSTICA CATARINENSE COMERCIO DE PRODUTOS LABOR
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
OBJETO: Aquisição de materiais para laboratório de análises clínicas da secretaria de saúde pública para uso na realização de exames gratuitos no laboratório municipal, no exercício de 2014, adquiridos com recursos do PAB FIXO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 5.972,30 (cinco mil novecentos e setenta e dois reais e trinta centavos)

DATA: 02/05/14
ROSELI CANCI SAGAZ
Gestora Do Fms.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/14
HOMOLOGAÇÃO: 15/04/14
CONTRATADO: JK PNEUS LTDA
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
OBJETO: Aquisição de pneus para veículos da Secretaria de Saúde Pública utilizados nas atividades diárias das UBSSs, no ano de 2014. Pagos com recursos próprios
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.732,00 (seis mil setecentos e trinta e dois reais)

DATA: 02/05/14
ROSELI CANCI SAGAZ
Gestora Do Fms.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/14
HOMOLOGAÇÃO: 15/04/14
CONTRATADO: COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A.
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
OBJETO: Aquisição de pneus para veículos da Secretaria de Saúde Pública utilizados nas atividades diárias das UBSSs, no ano de 2014. Pagos com recursos próprios
VALOR DA DESPESA: R\$ 10.804,00 (dez mil oitocentos e quatro reais)

DATA: 02/05/14
ROSELI CANCI SAGAZ
Gestora Do Fms.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/14
HOMOLOGAÇÃO: 17/04/14
CONTRATADO: JUSCELINO LUIZ PANSERA & CIA LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
OBJETO: Aquisição de material de higiene limpeza para uso da UBS, nos setores aonde atuam os ESF para o ano de 2014, pago com recursos próprios.
VALOR DA DESPESA: R\$ 642,62 (seiscentos e quarenta e dois reais e sessenta e dois centavos)

DATA: 02/05/14
ROSELI CANCI SAGAZ
Gestora Do Fms.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/14
HOMOLOGAÇÃO: 17/04/14

CONTRATADO: RENATO ROSSATO - ME
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
OBJETO: Aquisição de material de higiene limpeza para uso da UBS, nos setores aonde atuam os ESF para o ano de 2014, pago com recursos próprios.
VALOR DA DESPESA: R\$ 968,70 (novecentos e sessenta e oito reais e setenta centavos)

DATA: 02/05/14
ROSELI CANCI SAGAZ
Gestora Do Fms.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/14
HOMOLOGAÇÃO: 17/04/14

CONTRATADO: JAFALLES LTDA - ME
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
OBJETO: Aquisição de material de higiene limpeza para uso da UBS, nos setores aonde atuam os ESF para o ano de 2014, pago com recursos próprios.
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.030,30 (um mil e trinta reais e trinta centavos)

DATA: 02/05/14
ROSELI CANCI SAGAZ
Gestora Do Fms.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/14
HOMOLOGAÇÃO: 23/04/14

CONTRATADO: PROTESES DENTARIAS KLEIN LTDA ME
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
OBJETO: Prestação de serviço na confecção de próteses dentaria conforme a portaria nº 2.486 de 31 de outubro de 2012, Portaria nº. 1.825 de 24 de agosto de 2012, onde estipula o valor da tabela SUS, pelo período de abril a dezembro de 2014. Pago com recursos de confecção de próteses dentaria nos laboratórios Regionais de Próteses Dentarias (LRPD).
VALOR DA DESPESA: R\$ 90.885,00 (noventa mil oitocentos e oitenta e cinco reais)

DATA: 02/05/14
ROSELI CANCI SAGAZ
Gestora Do Fms.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 020/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
Contratada : ALTERMED- MAT. MED. HOSPITALAR LTDA
Valor : 5.510,00 (cinco mil quinhentos e dez reais)
Vigência : Início: 03/04/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de medicamentos para serem distribuídos aos pacientes atendidos nas Unidades de Saúde, adquiridos com recursos do superavit PAB FIXO 2013, superavit PMAQ 2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 021/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
Contratada : ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
Valor : 1.409,25 (um mil quatrocentos e nove reais e vinte e cinco centavos)
Vigência : Início: 03/04/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de medicamentos para serem distribuídos aos pacientes atendidos nas Unidades de Saúde, adquiridos com recursos do superavit PAB FIXO 2013, superavit PMAQ 2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 022/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
Contratada : CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Valor : 10.480,90 (dez mil quatrocentos e oitenta reais e noventa centavos)
Vigência : Início: 03/04/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de medicamentos para serem distribuídos aos pacientes atendidos nas Unidades de Saúde, adquiridos com recursos do superavit PAB FIXO 2013, superavit PMAQ 2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 023/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
Contratada : CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.
Valor : 1.026,34 (um mil e vinte e seis reais e trinta e quatro centavos)
Vigência : Início: 03/04/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de medicamentos para serem distribuídos aos pacientes atendidos nas Unidades de Saúde, adquiridos com recursos do superavit PAB FIXO 2013, superavit PMAQ 2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 024/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
Contratada : DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP
Valor : 25.975,00 (vinte e cinco mil novecentos e setenta e cinco reais)
Vigência : Início: 03/04/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de medicamentos para serem distribuídos aos

pacientes atendidos nas Unidades de Saúde, adquiridos com recursos do
superavit PAB FIXO 2013, superavit PMAQ 2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 025/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
Contratada : DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITA-
LARES LTDA.
Valor : 14.579,60 (quatorze mil quinhentos e setenta e nove reais e sessenta centavos)
Vigência : Início: 03/04/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de medicamentos para serem distribuídos aos
pacientes atendidos nas Unidades de Saúde, adquiridos com re-
cursos do
superavit PAB FIXO 2013, superavit PMAQ 2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 026/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
Contratada : L A DALLA PORTA JUNIOR - EPP
Valor : 1.630,40 (um mil seiscentos e trinta reais e quarenta cen-
tavos)
Vigência : Início: 03/04/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de medicamentos para serem distribuídos aos
pacientes atendidos nas Unidades de Saúde, adquiridos com re-
cursos do
superavit PAB FIXO 2013, superavit PMAQ 2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 027/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
Contratada : MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS
LTDA
Valor : 19.366,20 (dezenove mil trezentos e sessenta e seis reais e
vinte centavos)
Vigência : Início: 03/04/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de medicamentos para serem distribuídos aos
pacientes atendidos nas Unidades de Saúde, adquiridos com re-
cursos do
superavit PAB FIXO 2013, superavit PMAQ 2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 028/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
Contratada : MEDICAMENTOS DE AZ LTDA
Valor : 3.026,20 (três mil e vinte e seis reais e vinte centavos)
Vigência : Início: 03/04/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de medicamentos para serem distribuídos aos
pacientes atendidos nas Unidades de Saúde, adquiridos com re-
cursos do
superavit PAB FIXO 2013, superavit PMAQ 2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 029/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
Contratada : PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS
LTDA - EPP
Valor : 5.733,37 (cinco mil setecentos e trinta e três reais e trinta
e sete centavos)
Vigência : Início: 03/04/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de medicamentos para serem distribuídos aos
pacientes atendidos nas Unidades de Saúde, adquiridos com re-
cursos do
superavit PAB FIXO 2013, superavit PMAQ 2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 030/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
Contratada : QUIMIOLAB COM. DE PROD. DE LABORATORIO LTDA
Valor : 10.319,92 (dez mil trezentos e dezenove reais e noventa e
dois centavos)
Vigência : Início: 03/04/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de materiais para laboratório de análises cli-
nicas da secretaria de saúde publica para uso na realização de
exames gratuitos no laboratório municipal, no exercício de 2014,
adquiridos com recursos do PAB FIXO

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 031/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
Contratada : DIAGNOSTICA CATARINENSE COMERCIO DE PRO-
DUTOS LABOR
Valor : 5.972,30 (cinco mil novecentos e setenta e dois reais e
trinta centavos)
Vigência : Início: 03/04/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de materiais para laboratório de análises cli-
nicas da secretaria de saúde publica para uso na realização de
exames gratuitos no laboratório municipal, no exercício de 2014,
adquiridos com recursos do PAB FIXO

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL
Aditivo Nº : 1º Termo Aditivo - Contrato Nº: 021/2013
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
Contratada : RTGM CORRETORA DE SEGUROS LTDA
Valor : 3.295,89 (três mil duzentos e noventa e cinco reais e oiten-
ta e nove centavos)
Vigência : Início: 14/04/2014 Término: 17/04/2015
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2013
Recursos : Dotação:
Objeto : 1º Termo Aditivo ao Contrato 021/2013 Ref; Contratação
de seguro para o veículos Van Fiat Ducato Multi Jaedi, placa MKZ-
4422 utilizado pelo Fundo Municipal Saúde de Anchieta - SC; Pago
com recursos próprios

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 032/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
Contratada : COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A.
Valor : 10.804,00 (dez mil oitocentos e quatro reais)
Vigência : Início: 15/04/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de pneus para veículos da Secretaria de Saúde Pública utilizados nas atividades diárias das UBSs, no ano de 2014.
Pagos
com recursos próprios

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 033/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
Contratada : JK PNEUS LTDA
Valor : 6.732,00 (seis mil setecentos e trinta e dois reais)
Vigência : Início: 15/04/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de pneus para veículos da Secretaria de Saúde Pública utilizados nas atividades diárias das UBSs, no ano de 2014.
Pagos
com recursos próprios

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 034/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
Contratada : JUSCELINO LUIZ PANSERA & CIA LTDA
Valor : 642,62 (seiscentos e quarenta e dois reais e sessenta e dois centavos)
Vigência : Início: 17/04/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de material de higiene limpeza para uso da UBS, nos setores aonde atuam os ESF para o ano de 2014, pago com recursos próprios.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 035/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
Contratada : JAFALLES LTDA - ME
Valor : 1.030,30 (um mil e trinta reais e trinta centavos)
Vigência : Início: 17/04/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de material de higiene limpeza para uso da UBS, nos setores aonde atuam os ESF para o ano de 2014, pago com recursos próprios.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 036/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
Contratada : PROTESES DENTARIAS KLEIN LTDA ME
Valor : 90.885,00 (noventa mil oitocentos e oitenta e cinco reais)
Vigência : Início: 23/04/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : Prestação de serviço na confecção de próteses dentária conforme a portaria nº 2.486 de 31 de outubro de 2012, Portaria nº. 1.825 de 24 de agosto de 2012, onde estipula o valor da tabela SUS, pelo período de abril a dezembro de 2014. Pago com recursos de confecção de próteses dentária nos laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD).

Antônio Carlos

PREFEITURA

Portaria N 247/2014

PORTARIA Nº 247/2014.
Concede Férias a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a servidor efetivo FERNANDO PRIM HOFFMANN, ocupante do Cargo de MOTORISTA, a partir de 05 de maio de 2014, referente ao período aquisitivo de 06/07/2010 a 05/07/2011.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 05 de maio de 2014.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 06 de maio de 2014.

Portaria N 248/2014

PORTARIA Nº 248/2014.
Concede Férias a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a servidor efetivo ELENO VEBER, ocupante do Cargo de OPERADOR DE MAQUINA, a partir de 05 de maio de 2014, referente ao período aquisitivo de 01/02/2013 a 31/01/2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 05 de maio de 2014.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 06 de maio de 2014.

Portaria N 249/2014

PORTARIA Nº 249/2014.
Concede Licença p/Tratamento .

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE, a servidora ANA PAULA WEBER KINDERMANN, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR TECNICO DE INFORMATICA - 40H, a contar de 24 de abril de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 05 de maio de 2014.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 06 de maio de 2014.

Portaria N 250/2014

PORTARIA Nº 250/2014.
Concede Férias a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a servidora ACT, ROSANGELICA MACEDO DE SOUZA, ocupante do cargo de TECNICO DE ENFERMAGEM, a partir de 05 de maio de 2014, referente ao período aquisitivo de 01/02/2013 a 31/01/2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 05 de maio de 2014.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 06 de maio de 2014.

Portaria N 251/2014

PORTARIA Nº 251/2014.
Prorroga Contratação Temporaria.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais, de acordo com a Lei nº 1068/2006,

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar, CONTRATAÇÃO TEMPORARIA, de HELENA ALFLEN SILVEIRA, ocupante do cargo temporário de TECNICO DE ENFERMAGEM, a partir de 06 de maio de 2014 a 30 de abril de 2015, e/ou até a realização de Concurso Público.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 05 de maio de 2014.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 06 de maio de 2014.

Ascurra**PREFEITURA****Edital de Pregão 23/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA
EDITAL DE PREGÃO Nº23/2014

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 19/05/2014 às 10 horas, PREGÃO PRESENCIAL, para CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA E ELÉTRICA PARA CONsertos em geral das máquinas, implementos agrícolas, tratores, caminhões e veículos, incluindo ainda serviço de torno, chapeação, funilaria, pintura e acabamento e lavagem, da Secretaria de Obras, serviços urbanos e estradas de rodagens, Conselho Tutelar, Secretaria de Juventude Esporte e Lazer, Secretaria da Educação e Cultura, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e Secretaria de Administração e Fazenda, conforme Edital. Maiores informações e cópia do Edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site www.ascurra.sc.gov.br

Ascurra, 06 de maio de 2014.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Balneário Rincão**PREFEITURA****Retificação ao Edital 006/FMS/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
RETIFICAÇÃO AO EDITAL Nº 006/FMS/2014

O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, face ao pedido de esclarecimento encaminhado pela FUFA COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA, em que alega que a quantidade de aparelhos solicitados em comodato não está compatível com a quantia de tiras, solicitando, deste feita, uma re-análise em tal situação, encaminharam ao Departamento competente para que verificasse possível erro no cálculo de aparelhos.

O Fundo Municipal de Saúde informou que o número de aparelhos em comodato deveria ser retificado para 324 aparelhos. Nesse compasso informamos que o item 01 do Termo de Referência fica alterado para 324 aparelhos em comodato.

Em vista que tal retificação não afeta a elaboração da proposta, fica preservada a data e horário de abertura do certame, qual seja, 06 de Maio de 2014 as 14h00min, na sala de licitações de Balneário Rincão.

Balneário Rincão, 02 de Maio de 2014.
GISELE P. FERREIRA
Pregoeira

Aviso de Pregão 035/Pmbr/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 035/PMBR/2014.
Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE.

Data e horário da sessão de abertura: 16/05/2014 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneario Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, SN, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente, para prestação de serviços de manutenção com fornecimento de peças da Frota Oficial, pertencente à Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, durante o ano de 2014.

Fone/Fax: (48) 3468-4528/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Balneario Rincão - SC, 02 de Maio de 2014.
Pregoeira
Gisele P. Ferreira.

Lei 115

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
LEI Nº 115/2014

AUTORIZA O CHEFE O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM INSTITUIÇÃO DE ENSINO ESUCRI (ESCOLA SUPERIOR DE CRICIÚMA) PARA REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO DE ESTUDANTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão; faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, a firmar convênio com a Instituição De Ensino ESUCRI (Escola Superior de Criciúma) para realização de estágios curriculares obrigatórios de complementação de ensino e de aprendizagem para estudantes regularmente matriculados.

Parágrafo único: Para fazer jus à concessão do estágio, o estudante estagiário deverá atender aos critérios estabelecidos na legislação federal que dispõe sobre estágio de estudantes.

Art. 2º - O número de estagiários obedecerá as proporções estabelecidas nos incisos e parágrafos do Artigo 17 da Lei Federal nº 11.788/2008.

Art. 3º - Em obediência ao Artigo 11 da Lei Federal nº 11.788/2008, a duração do estágio não poderá exceder a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Art. 4º - A jornada da atividade em estágio será definida de comum acordo entre as partes envolvidas no processo, devendo ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar as jornadas diárias e semanais estabelecidas nos incisos I e II do Artigo 10 da Lei Federal 11/788/2008, à exceção do previsto no §1º do referido dispositivo.

Art. 5º - O estágio obrigatório, conforme definições constantes do Artigo 2º e seus parágrafos da Lei Federal nº 11.788/2008, não terá qualquer vínculo empregatício.

Art. 6º - Os critérios e normas não definidos na presente Lei, aplicar-se-á subsidiariamente a Lei Federal nº 11.788/2008, bem como as regulamentações posteriores estabelecidas pelo Governo Federal.

Art. 7º - Não haverá qualquer ônus para o Município em decorrência da realização do estágio previsto no presente convênio

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 28 de Abril de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal de Balneário Rincão

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração, em 28 de Abril de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK

Secretário Municipal de Administração

Lei 116

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

LEI Nº 116/2014

AUTORIZA O CHEFE O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A INSTITUIR PROJETO DE ADOÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS, PARQUES MUNICIPAIS, CANTEIROS E RÓTULAS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão; faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica instituído o projeto de adoção de praças públicas, parques municipais, canteiros e rótulas, no âmbito do Município que, entre outros terá os seguintes objetivos:

I - promover a participação dos interessados em adotar áreas, nos cuidados e na preservação e manutenção de praças públicas, parques municipais, canteiros e rótulas em conjunto com o Poder Executivo Municipal;

II - Propiciar que os adotantes elaborem projetos de utilização de praças públicas, parques municipais, canteiros e rótulas;

III - incentivar o uso e a conservação das praças públicas, parques municipais, canteiros e rótulas pela população da região de

abrangência.

Art. 2º - Para fins da presente lei, entende-se por adoção, nos termos do previsto no Art. 1º, o ato através do qual a empresa ou entidade, mediante a celebração de Termo de Adoção e Cooperação e o Poder Executivo, assume, às expensas e sob sua responsabilidade, os encargos necessários às obras e serviços inerentes à conservação de área ou bem Público adotado.

Art. 3º - Poderão participar do projeto de adoção:

I - entidades da sociedade civil

II - pessoas jurídicas legalmente constituídas;

III - organizações não governamentais

IV - pessoas físicas

Parágrafo único: Ficam excluídas da participação no projeto, objeto da presente Lei, as pessoas jurídicas relacionadas a cigarro e bebidas alcoólicas, bem como outras que, possam ser consideradas impróprias aos objetivos desta Lei.

Art. 4º - Para dar início ao processo de participação neste projeto, com vistas a assinatura do Termo de Adoção e Cooperação, o interessado em adotar determinada área deverá protocolar a proposta de adoção, apresentando o projeto a ser desenvolvido.

Art. 5º - Os projetos a serem realizados pelos adotantes, entre outros, compreenderão:

I - urbanização da área adotada;

II - construção de equipamentos esportivos em praças ou parques;

III - conservação, limpeza, manutenção e preservação das áreas adotadas;

IV - utilização da área adotada, nos termos do projeto apresentado.

Art. 6º - Caberá a Administração:

I - o recebimento e/ou elaboração dos projetos de urbanização e construção das áreas adotadas;

II - a fiscalização das obras e cumprimento do Termo de Adoção e Cooperação celebrado.

Art. 7º - A adoção das áreas operam-se sem prejuízo da função do Poder Executivo de administrar os próprios municipais.

Art. 8º - Caberá aos interessados pela adoção:

I - a responsabilidade financeira pela execução dos projetos apresentados e/ou elaborados pelo Poder Executivo;

II - a preservação e manutenção das áreas adotadas, conforme previsto no Projeto apresentado e estabelecido no Termo de Adoção e Cooperação;

III - o desenvolvimento das ações que digam respeito ao uso da área adotada, conforme estabelecido no projeto aprovado.

Art. 9º - O interessado que vier a participar do projeto deverá zelar periodicamente pela manutenção, conservação e recuperação da área que adotar.

Art. 10 - O adotante ficará autorizado após a assinatura do Termo de Adoção e Cooperação, a afixar, na área adotada, placa padronizada alusiva ao processo de colaboração com o Poder Executivo, bem como ao objetivo da adoção, conforme modelo e normas a serem estabelecidos em decreto regulamentador.

Parágrafo único - O ônus em relação a elaboração e colocação das placas será de inteira responsabilidade do adotante, observados os critérios estabelecidos pelo Poder Executivo.

Art. 11 - O Termo de Adoção e Cooperação não compreenderá concessão ou permissão de uso ao adotante, exceto aquele previsto em Lei.

§1º É proibido à exploração comercial da área adotada, bem como seu uso privativo.

§2º É proibido que a adoção prejudique o uso público do logradouro.

Art. 12 - O Poder Executivo deverá regulamentar a presente Lei, especialmente, no que diz respeito à forma e tipo de placa padronizada alusiva ao termo de adoção.

Art. 13 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 28 de Abril de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal de Balneário Rincão

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração, em 28 de Abril de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK
Secretário Municipal de Administração

Lei 117

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
LEI Nº 117/2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES II E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão; faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC CIDADES II.

Art. 2º - A adesão ao Programa BADESC CIDADES II propiciará o aporte de recursos ao Município, através de financiamento, para investimentos de infraestrutura.

Art. 3º - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa BADESC CIDADES II, até o montante de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

Parágrafo único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa BADESC CIDADES II, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5% (cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa de juros de longo prazo - TJLP, ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 30 de Abril de 2014.
DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração, em 30 de Abril de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK
Secretário Municipal de Administração

Decreto

DECRETO Nº 144/2014.

DESIGNA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES PERTINENTES AO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, DÉCIO GOMES GÓES, no uso de suas atribuições legais e especialmente das que lhe são conferidas pelo inciso IV do Artigo 72 da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º - Fica designado o Servidor Cristiano Cancelier, matrícula funcional Nº 481, ocupante do cargo de Controlador Interno, para o exercício das atribuições pertinentes ao Sistema de Controle Interno no âmbito do Poder executivo Municipal, na condição de "Responsável pelo Controle Interno".

Art. 2º - Compete ao Servidor ora designado, o exercício das atribuições exigidas pelas Instruções Normativas do Tribunal de Contas de Santa Catarina, o exercício das atribuições previstas na legislação do Município de Balneário Rincão já existentes e que venham a ser instituídas e demais atribuições exigidas pelos órgãos de controle externo.

Art. 3º - A designação de que trata este Decreto não importará em remuneração adicional, ou qualquer outro benefício de caráter fictício, na forma da legislação em vigor.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam -se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 29 de abril de 2014.
DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração em 29 de abril de 2014.

VALBERTO BERKEKBROCK
Secretaria de Administração

Decreto

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº GP/143/2014.

DISPÕE SOBRE O USO DA LEGISLAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IÇARA

DÉCIO GOMES GOÕES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições legais prevista no inciso VI do artigo 84, da Lei Orgânica do Municipal, RESOLVE:

Considerando a dispersão dos atos administrativos e legais o que dificulta tanto a aplicação como o conhecimento das normas;

Considerando, assim, a necessidade de consolidação de todos estes atos;

Considerando a emancipação do Município e com ela a regulamentação da legislação vigente e necessidade de criação de novas legislações e normas.

Considerando que a Lei Orgânica Municipal foi aprovada pelo Poder Legislativo somente no final do mês de dezembro de 2013, com publicação apenas no mês de março de 2014, ficando prejudicada a elaboração e aprovação do Código Tributário Municipal, Código de Obras, Lei Zoneamento e Adequação do Uso às Zonas, entre outras.

Considerando as alegações acima, e considerando a necessidade

de utilização da Legislação básica do Município de Içara (Município Mãe), pelo Município de Balneário Rincão.

DECRETA:

Art. 1º. Serão utilizadas legislações básicas do Município de Içara aplicadas ao Município de Balneário Rincão, apenas nos casos específicos referentes ao Código Tributário, Código de Normas e Posturas, Zoneamentos, Código de Obras e leis complementares a esses, com as referidas alterações ou anexos aprovadas até o dia 31 de dezembro de 2012 pelo Poder Legislativo daquele Município. Parágrafo Único - Qualquer alteração realizada pelo Município de Içara na legislação utilizada pelo Município de Balneário Rincão após o dia 31, de dezembro de 2012, não terão aplicabilidade, bem como seus anexos.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão - SC, 24 de abril de 2014.

DÉCIO GOMES GÕES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato - Pmbr**EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº. 059/PMBR/2013; HELIO RECCO ME. OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de forma parcelada de materiais, para uso na manutenção das vias públicas do Município de Balneário Rincão - SC., para o ano de 2014. VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 01/04/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Helio Recco

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 060/PMBR/2013; FRANCIELE MANGILI TRAMONTIN ME. OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de forma parcelada de materiais, para uso na manutenção das vias públicas do Município de Balneário Rincão - SC., para o ano de 2014. VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 01/04/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Adilton Ricardo Tramontin

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 061/PMBR/2013; TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM RODRIGUES LTDA. OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de forma parcelada de materiais, para uso na manutenção das vias públicas do Município de Balneário Rincão - SC., para o ano de 2014. VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 01/04/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Ederson Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 062/PMBR/2013; Oi S.A. OBJETO: Contratação de empresa para prestação de Serviço de Telefonia Fixa Comutada - STFC na modalidade local, através de Serviço Digital 2M com 30 canais e 100 ramais, denominado serviço Digitronco com Ramais. VIGENCIA: 36 (trinta e seis) meses; ASSINATURA: 01/04/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa os Srs. Jaderson José Pereira E Sra. Sandra Bisoloti Branga

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 063/PMBR/2013; Expresso Coletivo IÇARENSE LTDA. OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de blocos de passagens de transporte coletivo, para uso dos alunos do Ensino Infantil, Fundamental e Medio, através da Secretaria de Educação e Cultura do Município de Balneário Rincão/SC. VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 07/04/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o

Sr. Elvio Juarez Peruchi

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 064/PMBR/2013; Expresso Coletivo IÇARENSE LTDA. OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de blocos de passagens de transporte coletivo, para uso dos professores do Ensino Infantil e Fundamental, através da Secretaria de Educação e Cultura do Município de Balneário Rincão/SC., VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 07/04/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Elvio Juarez Peruchi

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 065/PMBR/2013; STATION TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME. OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para prestação de serviços de conexão a internet via rádio (Comunicação de Multimídia (S.C.M)), a fim de atender as necessidades das Secretarias da Prefeitura do Município de Balneário Rincão VIGENCIA: 32 (trinta e dois) meses; ASSINATURA: 17/04/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Fernando Selinger

Extrato de Contrato - FMS**EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº. 009/FMS/2014; EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de forma parcelada de materiais de enfermagem para uso dos serviços da Rede Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão/SC. VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 24 /04/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Adroaldo Machado

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 010/FMS/2014; ISAMED MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA ME: Contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de Material Odontológico para uso da Rede Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão - SC. VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 24 /04/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Luiz Henrique Alberton

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 011/FMS/2014; METROMED COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALAR LTDA: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de forma parcelada de materiais de enfermagem para uso dos serviços da Rede Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão/SC. VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 24 /04/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Jorge Henrique da Silva

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 012/FMS/2014; PLASMEDIC - CORMERCIO DE MATERIAS PARA USO MEDICO E LABORATORIAL LTDA -ME: Contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de Material Odontológico para uso da Rede Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão - SC. VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 24 /04/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Nédio Justino Massochin Junior

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 013/FMS/2014; UNITÁ VEICULOS LTDA: contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de 01 (uma) ambulância básica nova para atender as demandas da Secretaria de Saúde do Município de Balneário Rincão/SC., proveniente do Convênio Nº. 2013TR000281, firmado entre o Município de Balneário Rincão e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional

conforme Lei Municipal Nº. 98/2014. VIGENCIA: 31/12/2014;

ASSINATURA: 28 /04/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Décio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Ricardo Gaidzinski

Lei 118/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
LEI Nº 118/2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO A FIRMAR CONVÊNIO COM O FUNDO ESTADUAL DE APOIO AOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA A PAVIMENTAÇÃO DA AVENIDA LEOBERTO LEAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão; faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Fundo Estadual de Apoio aos Municípios do Estado de Santa Catarina, visando à transferência de recursos financeiros para a execução da obra de pavimentação asfáltica da Avenida Leoberto Leal.

Art. 2º - Os recursos gerados serão destinados para a execução do objeto deste Convênio no montante de R\$ 3.104.455,28 (três milhões, cento e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e vinte e oito centavos), sendo R\$ 2.119.722,07 (Dois milhões, cento e dezenove mil, setecentos e vinte e dois reais e sete centavos) pagos pelo Fundo e R\$ 984.733,21 (novecentos e oitenta e quatro mil, setecentos e trinta e três reais e vinte e um centavos), a título de contrapartida financeira pelo Município de Balneário Rincão, pagos através de recursos próprios já previstos no orçamento vigente.

Balneário Rincão, 30 de Abril de 2014.
DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração, em 30 de Abril de 2014.
VALBERTO BERKENBROCK
Secretário Municipal de Administração

Lei 119/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
LEI Nº 119/2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO RECEBER EM DOAÇÃO CAMINHÃO BASCULANTE E MÁQUINAS MOTONIVELADORA E RETROESCAVADEIRA DO MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão; faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo receber em doação:

I - um caminhão basculante 6x4 trulado e traçado, PBT de 23 toneladas, veículo zero quilometro, motor diesel com 6 cilindros, turbo alimentado, conforme Processo MDA nº 55000.001600/2013-18;
II - uma motoniveladora com chassi articulado, nova de fábrica, motor turbo alimentado de 6 cilindros em linha, 4 tempos conforme Processo MDA nº 55000.001601/2013-54.

III - uma retroescavadeira, nova de fábrica, acionada por motor a diesel, potencia bruta de 84hp, transmissão sincronizada, tração 4x4, cabine aberta com certificação ROPS e FOPS, conforme Processo MDA nº 55000.001758/2012-07.

Art.2º O município deverá cumprir as condições fixadas nos termos de doações, apresentando 3 (três) declarações anuais de prestação de serviço adequado do veículo e maquinários sob pena de reversão dos mesmos ao patrimônio da União.

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 30 de Abril de 2014.
DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração, em 30 de Abril de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK
Secretário Municipal de Administração

Lei 120/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
LEI Nº 120/2014.

FIXA O VALOR DAS DIÁRIAS DOS AGENTES E SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE BALNEÁRIO RINCÃO, AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ATUALIZAR O VALOR DAS DIÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão; faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - As diárias dos agentes e servidores públicos municipais de Balneário Rincão ficam fixadas pela presente Lei da seguinte forma:

- a) Prefeito, Vice-prefeito e secretários: Fora do Estado R\$ 500,00 (quinhentos reais); no Estado R\$ 300,00 (trezentos reais); fora do País R\$ 800,00 (oitocentos);
- b) Motoristas em geral, dentro e fora do Estado R\$ 100,00 (cem reais);
- c) Demais servidores; dentro e fora do Estado R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais);

Parágrafo único: O servidor poderá optar pelo adiantamento de viagem, desde que cumpridos os requisitos dos artigos 4º e 8º.

Art. 2º - Os valores são reduzidos em 40% (quarenta por cento) se não houver pernoite.

Art. 3º - No caso dos representantes dos diversos Conselhos Municipais, poderá ser pago adiantamento de viagem, em conformidade com as leis municipais, cobrindo exatamente o valor gasto, desde que devidamente e cumpridos os requisitos elencados nos artigos 4º e 8º.

Art. 4º- A rotina da despesa para pagamento de diárias obedecerá a seguinte ordem:

- a) Roteiro de Viagem;
- b) Nota de Desembolso com a reserva orçamentária;
- c) Nota de Empenho em nome do Requiritante;
- d) Pagamento do Empenho;
- e) Informação ao Departamento de Recursos Humanos;
- f) Documentos comprobatórios da viagem;

Art. 5º - O Roteiro de Viagem e a Nota de Desembolso deverão ser

entregues em até 02 (dois) dias úteis antes da viagem à Secretaria de Administração e Finanças.

Art. 6º - Os documentos comprobatórios deverão ser entregues em até 05(cinco) dias úteis após a viagem.

Art. 7º - A não entrega dos documentos comprobatórios no prazo estipulado no artigo anterior, consistirá no automático desconto em folha de pagamento.

Art. 8º - O Roteiro de Viagem será emitido e preenchido em duas vias e deverá consignar:

- Identificação do servidor: nome, matrícula, cargo e ou função, CPF, escolaridade;
- Endereço do Servidor;
- Informações bancárias;
- Deslocamento: data e hora de saída e retorno à origem e local de destino;
- Meio de transporte utilizado;
- Descrição sucinta do objetivo da viagem;
- Número de diárias e cálculo do montante devido;
- Quitação do credor;
- Nome, cargo ou função e assinatura da autoridade concedente.

Art. 9º - São considerados documentos comprobatórios da efetiva realização da viagem: ordem de tráfego, bilhete de passagem, relatório, ata de presença, nota fiscal ou outros documentos.

Parágrafo Único - Para viagens realizadas com o objetivo de participar de Cursos, Congressos, Simpósios, Ciclo de Estudos e semelhantes, deve ser anexado o Certificado de Participação no prazo de até 30 (trinta) dias.

Art. 10 - Nos documentos comprobatórios da efetiva realização da viagem deve-se observar, sob pena de não aceitação:

- Não poderão conter rasuras;
- O preenchimento das Notas Fiscais, quando realizado manualmente, deverá ser com apenas um tipo de caligrafia e caneta;
- As Notas Fiscais de refeições e/ou pernoites deverão ser emitidas em nome do servidor.

Art. 11 - O roteiro de viagem e os documentos comprobatórios ficarão sob a responsabilidade da Secretaria Administração e Finanças.

Parágrafo Único - Para os Fundos ou Autarquias que possuem contabilidade própria, os documentos ficarão sob sua responsabilidade.

Art. 12 - A Secretaria de Administração e Finanças, os Fundos ou Autarquias com contabilidades próprias manterão registros de controle na forma desta Lei, remetendo-o ao Departamento de Recursos Humanos até o dia 15 de cada mês.

Art. 13 - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder o reajuste do valor das diárias acima estabelecidas mediante Decreto Municipal, de acordo com o índice inflacionário.

Art. 14º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 30 de Abril de 2014.
DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração, em 30 de Abril de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK
Secretário Municipal de Administração

Lei 121/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
LEI Nº121/2014.

CRIA A DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO COM A CRIAÇÃO DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (COMPDEC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica criada a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC - do Município de Balneário Rincão, diretamente subordinada ao Gabinete do Prefeito, com a finalidade de coordenar, a nível municipal todas as ações de Proteção e Defesa Civil nos períodos de normalidade e anormalidade.

Art. 2º - Para os fins desta lei, baseada na Política Nacional de Defesa Civil, expressa na Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil, no Decreto Federal nº 7.257 de 04 de agosto de 2012 e Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1988, entenda-se como:

I - Proteção e Defesa Civil: o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistencial e reconstrutivas, destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social;

II - Desastre: o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais;

III - Situação de Emergência: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando danos superáveis pela comunidade afetada;

IV - Estado de Calamidade Pública: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes;

V - Risco: a relação existente entre a probabilidade de que uma ameaça de evento adverso ou acidente se concretize, com o grau de vulnerabilidade do sistema receptor a seus efeitos;

VI - Dano: intensidade das perdas humanas, materiais ou ambientais, induzidas às pessoas, comunidades, instituições, instalações e/ou ecossistemas, como consequência de um desastre;

VII - Vulnerabilidade: a condição intrínseca ao corpo ou sistema receptor que, em interação com a magnitude do evento ou acidente, caracteriza os efeitos adversos, medidos em termos de intensidade do dano consequente;

VIII - Ameaça: a estimativa de ocorrência e magnitude de um evento adverso, expressa em termos de probabilidade estatística de concretização do evento e da provável magnitude de sua manifestação;

IX - Segurança: o estado de confiança, individual ou coletivo, baseado no conhecimento e no emprego de normas de proteção e na convicção de que os riscos de desastres foram reduzidos, em virtude de terem sido adotadas medidas minimizadoras;

X - Período de normalidade: aquele em que são executadas as atividades de prevenção, visando à proteção da cidade e o fortalecimento das comunidades para enfrentamento dos diferentes eventos adversos que possam ocorrer;

XI - Período de anormalidade: aquele durante o qual são desenvolvidas as atividades de socorro, assistência e recuperação para atendimento à população ameaçada ou atingida por desastre.

Art. 3º - A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil

- COMPDEC do Município de Balneário Rincão tem por finalidade coordenar em nível municipal todas as ações de Proteção e Defesa Civil, nos períodos de normalidade e anormalidade, conforme as competências principais abaixo elencadas, com fulcro no artigo 8º da Lei Federal nº 12.608/2012:

- I - executar a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC em âmbito local;
- II - coordenar as ações do SINPDEC no âmbito local, em articulação com a União e os Estados;
- III - incorporar as ações de proteção e defesa civil no planejamento municipal;
- IV - identificar e mapear as áreas de risco de desastres;
- V - promover a fiscalização das áreas de risco de desastre e vedar novas ocupações nessas áreas;
- VI - declarar situação de emergência e estado de calamidade pública;
- VII - vistoriar edificações e áreas de risco e promover, quando for o caso, a intervenção preventiva e a evacuação da população das áreas de alto risco ou das edificações vulneráveis;
- VIII - organizar e administrar abrigos provisórios para assistência à população em situação de desastre, em condições adequadas de higiene e segurança;
- IX - manter a população informada sobre áreas de risco e ocorrência de eventos extremos, bem como sobre protocolos de prevenção e alerta e sobre as ações emergenciais em circunstâncias de desastres;
- X - mobilizar e capacitar os radioamadores para atuação na ocorrência de desastre;
- XI - realizar regularmente exercícios simulados, conforme Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil;
- XII - promover a coleta, a distribuição e o controle de suprimentos em situações de desastre;
- XIII - proceder à avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas por desastres;
- XIV - manter a União e o Estado informados sobre a ocorrência de desastres e as atividades de proteção civil no Município;
- XV - estimular a participação de entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não governamentais e associações de classe e comunitárias nas ações do SINPDEC e promover o treinamento de associações de voluntários para atuação conjunta com as comunidades apoiadas; e
- XVI - prover solução de moradia temporária às famílias atingidas por desastres.
- XVII - desenvolver cultura nacional de prevenção de desastres, destinada ao desenvolvimento da consciência nacional acerca dos riscos de desastre no País;
- XVIII - estimular comportamentos de prevenção capazes de evitar ou minimizar a ocorrência de desastres;
- XIX - estimular a reorganização do setor produtivo e a reestruturação econômica das áreas atingidas por desastres;
- XX - estabelecer medidas preventivas de segurança contra desastres em escolas e hospitais situados em áreas de risco;
- XXI - oferecer capacitação de recursos humanos para as ações de proteção e defesa civil;
- XXII - fornecer dados e informações para o sistema nacional de informações e monitoramento de desastres;
- XXIII - elaborar mapeamento contendo as áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos;
- XXIV - elaborar plano de contingência de proteção e defesa civil e instituir órgãos municipais de defesa civil, de acordo com os procedimentos estabelecidos pelo órgão central do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC;
- XXV - elaborar plano de implantação de obras e serviços para a redução de riscos de desastres;
- XXVI - criar mecanismos de controle e fiscalização para evitar a edificação em áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou

hidrológicos correlatos;

XXVII - elaborar carta geotécnica de aptidão à urbanização, estabelecendo diretrizes urbanísticas voltadas para a segurança dos novos parcelamentos do solo e para o aproveitamento de agregados para a construção civil.

Art. 4º A COMDEC manterá com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais, estreito intercâmbio, com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimento, relativos à Defesa Civil.

Art. 5º A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC constitui órgão integrante do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Art. 6º A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC fica vinculada, para fins orçamentários como Unidade Gestora de Orçamento - UGO, dentro do Poder Executivo, com dotações específicas as suas finalidades, na forma da legislação e regulamentos em vigor, ou de outra forma caso haja mudanças na estrutura orçamentária.

Parágrafo único - Serão incluídos nas épocas próprias do PPA, na LDO e na LOA, recursos específicos e contínuos para atendimento das finalidades da COMPDEC, obedecendo-se as classificações contábeis cabíveis.

Art. 7º A COMPDEC movimentará os recursos orçamentários através do uso do cartão de pagamento da defesa civil - CPDC que tem por objetivo dar mais agilidade e transparência aos gastos de recursos liberados pela União para ações de socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais.

Art. 8º Caberá sua gestão ao titular da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil do Município de Balneário Rincão (COORDENADOR).

Art. 9º A COMPDEC compor-se-á:

- I - Coordenador;
- II - Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil;
- IV - Secretaria;
- V - Assessoria Técnica;
- VI - Grupo de Emergência;

Art. 10 A função do coordenador, secretário (a), assessor técnico e chefe do Grupo de Emergência da COMPDEC serão servidores públicos e nomeador pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

§1º São atribuições do coordenador:

- I - Abrir conta de relacionamento junto ao Banco do Brasil S/A, onde será assinado um contrato para operação do Cartão de Pagamento de Defesa Civil - CPDC;
- II - Ordenar empenhos e autorizar pagamento de despesa nos termos dos artigos 58 e 64 da Lei Federal nº 4320/64;
- III - gerir gastos com o cartão de pagamento de defesa civil - CPDC;
- IV - prestar contas dos recursos destinados à Proteção e Defesa Civil de Balneário Rincão.
- V - convocar as reuniões da coordenadoria;
- VI - dirigir a entidade e representá-la perante os órgãos governamentais e não governamentais;
- VII - O servidor nomeado para exercer a função de coordenador fará jus ao recebimento de gratificação no valor de 30% de seus rendimentos;

§2º Composição e atribuições da Secretaria:

- I - A secretaria será composta por um servidor efetivo nomeado para este fim que concomitantemente às suas atividades profissionais irá exercer a função de secretariar a Coordenadoria de Defesa Civil;

II- A secretaria deverá implantar e manter atualizados o cadastro de recursos humanos, materiais, e equipamentos a serem convocados e utilizados em situações de anormalidades;
II - Apoiará as reuniões do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil.
III- O servidor nomeado para exercer a função de secretário (a) da defesa civil fará jus ao recebimento de gratificação no valor de 20% de seus rendimentos;

§3º Composição e atribuições da Assessoria técnica:

I - A Assessoria técnica será composta por um servidor efetivo, ou mais, podendo chegar ao número de 03 (três) pessoas, designados para o fim que concomitantemente às suas atividades profissionais exercerem a função de assessorar a Coordenadoria de Defesa Civil;
II - Caberá ao mesmo, implantar no banco de dados e elaborar os mapas temáticos sobre ameaças, vulnerabilidade e riscos de desastres;
II - promover campanhas públicas e educativas para estimular o envolvimento da população, motivando ações relacionadas com a defesa civil, através de mídia local.
III- O servidor nomeado para exercer a função de assessor técnico fará jus ao recebimento de gratificação no valor de 20% de seus rendimentos;

§4º Composição e atribuições do Grupo de Emergência:

I - O Grupo de Emergência será composto por um chefe, nomeado pelo prefeito para este fim, além de membros voluntários da comunidade representados pelas entidades, tais como: Associações de Jet Ski, Surf, Pescadores (Colônia), Rádio Amador, Escoteiros entre outras;
II - implementar ações de medidas não estruturais, e medidas estruturais;
III - executar a distribuição e o controle de suprimentos necessários em situações de desastres.
IV - Desenvolver atividades para minimizar as consequências dos desastres;
V - Atuar também na preparação da comunidade para situações de emergência, realizando trabalhos de conscientização e prevenção de desastres;
VI- O servidor nomeado para exercer a função de chefe do Grupo de Emergência fará jus ao recebimento de gratificação no valor de 20% de seus rendimentos;

DO CONSELHO

Art.12 Fica criado o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil de Balneário Rincão vinculado diretamente ao Gabinete do Prefeito, com a finalidade de deliberar sobre a política municipal de defesa civil.

§ 1º Compete ao Conselho Municipal de Defesa Civil, tendo em vista sua função de órgão de assessoramento do Poder Executivo e parte integrante da COMPDEC, desenvolver as seguintes atividades:

I - Deliberar sobre a política municipal de Defesa Civil;
II - Promover e colaborar na execução de programas estaduais e federais de Defesa Civil, observada sua autonomia de atuação e suas instâncias de deliberação;
III - Coletar, processar e disponibilizar informações e dados históricos ou estatísticos relativos à Defesa Civil;
IV - Atuar em cooperação ou de forma integrada com os demais órgãos dos municípios da região, federais e estaduais de Defesa Civil, tanto nos períodos de normalidade como de anormalidade.

Art.13 O Conselho Municipal é composto por onze membros, a saber:

- a) Prefeito Municipal
- b) Presidente da Câmara de Vereadores
- c) Um representante da Secretaria Municipal de Saúde;

- d) Um representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos;
- e) Um representante da Secretaria Municipal de Educação;
- f) Um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- g) Um representante da Polícia Militar;
- h) Um representante da Polícia Civil;
- i) Um representante do Corpo de Bombeiros.
- j) Um representante do CONSEG
- k) Um representante do Grupo de Emergência

I - Os representantes das secretarias municipais, assim como das Polícias, Corpo de Bombeiros, CONSEG e Grupo de Emergência, deverão apresentar indicação de titular e um nome para a suplência.

Art. 14. O presidente do Conselho é o prefeito municipal.

Art. 15. Os servidores públicos designados para colaborar nas ações de emergência ou de calamidade pública exercerão essas atividades sem prejuízo das funções que ocupem, e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

Parágrafo Único - A colaboração referida neste artigo será considerada prestação de serviço relevante e constará dos assentamentos dos respectivos servidores.

Art.16 Até o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, após sua instalação, o COMPDEC elaborará seu Regimento Interno, que deverá ser homologado por Decreto do Prefeito Municipal.

Art. 10 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 30 de Abril de 2014.
DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração, em 30 de Abril de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK
Secretário Municipal de Administração

Barra Velha

PREFEITURA

TP 004

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Administrativo nº 040/2014

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 004/2014
O Prefeito de Barra Velha, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Torna Público que fará realizar Licitação na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, tipo menor preço global, para construção de gavetas no cemitério do Município de Barra Velha/SC, em estrita observância aos memoriais, planilhas e projetos anexos ao Processo. Cadastro na Prefeitura: até 19/05/2014. Data/horário recebimento envelopes: 22/05/2014 até 08:15 horas. Data/horário abertura envelopes: 22/05/2014 às 08:30 horas, nesta Prefeitura, na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração, no endereço supra, no horário das 8:00 às 12:00h e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 05 de maio de 2014.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

PP 030

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Administrativo nº 041/2014 - Pregão Presencial nº 030/2014

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE, Aquisição de uniformes e Epi's para uso de cozinheiras, serviços gerais e zeladores dos Ceis e Escolas da Rede Municipal de Ensino, para atendimento das exigências legais, conforme anexo I termo de referencia. Recebimento dos Envelopes até: 19/05/2013 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 19/05/2014 às 09:00 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeira Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 05 de maio de 2014.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito.

PP 031

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Administrativo nº 042/2014 - Pregão Presencial nº 031/2014

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração,

nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE, Prestação de serviço para desenvolvimento de Website e Hospedagem de domínio de internet com 500mb de espaço FTP para atender as demandas de comunicação virtual e divulgação de atividades da SEMEC, conforme anexo I termo de referencia. Recebimento dos Envelopes até: 19/05/2013 às 09:30 horas. Data da Sessão Pública: 19/05/2014 às 10:00 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeira Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 05 de maio de 2014.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito.

PP 032

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Administrativo nº 043/2014 - Pregão Presencial nº 032/2014

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE, Aquisição de galeria de concreto, conforme anexo I termo de referencia. Recebimento dos Envelopes até: 19/05/2013 às 14:00 horas. Data da Sessão Pública: 19/05/2014 às 14:30 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeira Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 05 de maio de 2014.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito.

Biguaçu

PREFEITURA

Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 98/2014 PMB
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO E HABILITADO, PARA ATUAR COMO PROFESSOR DE NATAÇÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER.

CONTRATADO: SILÉSIO GONÇALVES DOS SANTOS
VALOR: R\$ 2.566,93 mensais, por um período de 08 (oito) meses.
VIGÊNCIA: 31/12/2014.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 13.01.2.050.36.06.00.00.00

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94. É dispensável a licitação:

V- quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.

JUSTIFICATIVA:

Em razão da falta de empresas interessadas em participar do processo de Licitação Pregão Presencial 195/2013 e PP 63/2014, optou por Dispensa de Licitação tendo em vista que a repetição do processo ocasionaria prejuízos consideráveis para a administração pública, que pelo alto custo extraível do certame em face do valor da referida solicitação.

Sendo, assim o contratado apresentou os documentos de regularidade fiscal dentro do prazo de validade, bem como todos os documentos de comprovação de qualificação profissional.

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 106/2014 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LIVROS DO VESTIBULAR DA UFSC 2015 PARA FAZER PARTE DO ACERVO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL CORONEL TEIXEIRA DE OLIVEIRA.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 19 maio, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 19 maio, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 112/2014 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VENTILADORES PARA OS CEIM E ESCOLAS MUNICIPAIS.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:45 horas, do dia 19 maio, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 19 maio, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 5 de maio de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
PREFEITO MUNICIPAL

Decreto Nº 045/2014

DECRETO Nº 045/2014 DE 22 DE ABRIL DE 2014.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

José Castelo Deschamps, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3417/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 13, da Lei Municipal nº 3457/2013 - Lei Orçamentária para 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2014, Lei Municipal nº 3457/2013:

07. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

0701.12.365.0003.2027	Remuneração do Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício	3.670,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.12.0000000	Pessoal e Encargos Sociais	3.670,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.12.0000000	Outras Despesas Correntes	3.670,00

11. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

1101.08.243.0006.2057	Proteção Especial de Alta Complexidade	4.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.0000000	Pessoal e Encargos Sociais	4.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.91.00/0.1.00.0000000	Pessoal e Encargos Sociais	4.000,00

1101.08.244.0006.2065	Manutenção do Bolsa Família	5.000,00
	ANULA:	
4.4.90.00/0.1.00.0000000	Investimentos	5.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.91.00/0.1.00.0000000	Pessoal e Encargos Sociais	5.000,00

18. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1801.10.301.0004.2033	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	22.000,00
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.02.0000000	Pessoal e Encargos Sociais	20.000,00
4.4.71.00/0.1.02.0000000	Investimentos	2.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.02.0000000	Outras Despesas Correntes	22.000,00

1801.10.301.0004.2040	Centro de Especialidades Odontológicas - MAC/CEO	50.000,00
	ANULA:	

3.1.90.00/0.1.02.000000	Pessoal e Encargos Sociais	50.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes	50.000,00

1801.10.302.0004.2041	Serviços de Atendimento Móvel às Urgências - MAC/SAMU	102.746,73
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.02.000000	Pessoal e Encargos Sociais	34.746,73
3.1.90.00/0.2.28.000048	Pessoal e Encargos Sociais	30.000,00
3.1.90.00/0.2.30.000000	Pessoal e Encargos Sociais	30.000,00
3.1.91.00/0.1.02.000000	Pessoal e Encargos Sociais	3.000,00
4.4.90.00/0.1.02.000000	Investimentos	5.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes	42.746,73
3.3.90.00/0.2.28.000048	Outras Despesas Correntes	30.000,00
3.3.90.00/0.2.30.000000	Outras Despesas Correntes	30.000,00

1801.10.302.0004.2042	Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade	80.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.2.28.000119	Pessoal e Encargos Sociais	80.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.2.28.000119	Outras Despesas Correntes	80.000,00

1801.10.302.0004.2043	Atendimento Psico Social	125.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.02.000000	Pessoal e Encargos Sociais	75.000,00
3.1.90.00/0.2.28.000187	Pessoal e Encargos Sociais	50.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes	75.000,00
3.3.90.00/0.2.28.000187	Outras Despesas Correntes	50.000,00

1801.10.302.0004.2044	Manutenção da UPA	130.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.2.28.000015	Pessoal e Encargos Sociais	130.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.2.28.000015	Outras Despesas Correntes	130.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 22 de abril de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

Decreto Nº 046/2014

DECRETO Nº 046/2014 DE 23 DE ABRIL DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2014.

José Castelo Deschamps, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3417/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 82.937,56 (oitenta e dois mil novecentos e trinta e sete reais e cinquenta e seis centavos) por conta do provável excesso de arrecadação nas seguintes fontes de recursos: 0.1.21.000000 e 0.1.37.000132. A dotação está abaixo relacionada:

07. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0701.12.365.0003.2026	Manutenção do Ensino Infantil	19.937,56
3.3.90.00/0.1.21.000000	Outras Despesas Correntes	19.937,56

11. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1101.08.243.0006.2055	Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo	63.000,00
3.3.90.00/0.1.37.000132	Outras Despesas Correntes	63.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 23 de abril de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

Portaria Nº 1271/2014

PORTARIA nº 1271 de 05 de maio de 2014

Nomeia Vilson João da Silva, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Cadastro Técnico, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Vilson João da Silva, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Gerente de Cadastro Técnico, nível CC-3, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, a contar de 28/04/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 28/04/2014.

Biguaçu, 05 de maio de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1270/2014

PORTARIA nº 1270 de 05 de maio de 2014

Nomeia Suellenn Simas, para exercer o cargo em comissão de Diretor de Comunicação Social, na Secretaria Municipal de Governo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Suellen Simas, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Diretor de Comunicação Social, nível CC-2, na Secretaria Municipal de Governo, a contar de 05/05/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/05/2014.

Biguaçu, 05 de maio de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1269/2014

PORTARIA nº 1269 de 05 de maio de 2014

Nomeia o servidor Fulvio Henrique, detentor do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, inscrito na matrícula funcional nº 8028, para exercer a Função de Confiança de Gerência de Obras Públicas, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e fixa para o exercício o valor indicado no Anexo X da Lei Complementar nº 47/2011 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor Fulvio Henrique, detentor do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, inscrito na matrícula funcional nº 10438, para exercer a Função de Confiança de Gerência de Obras Públicas, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Parágrafo único. O valor fixado para a Função de Confiança concedida nos termos do caput deste artigo corresponde a R\$ 600,00 (seiscentos reais), observada a aplicação do art. 215, caput e do Anexo X da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 05 de maio de 2014.
Jose Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1267/2014

PORTARIA nº 1267 de 05 de maio de 2014

Designar o (a) Servidor (a) MICHELE RODRIGUES TUMELEIRO, para ocupar 04 (quatro) aulas excedentes de PROFESSOR III (HISTORIA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o (a) servidor (a) MICHELE RODRIGUES TUMELEIRO, para ocupar 04 (quatro) aulas excedentes de PROFESSOR III (HISTORIA), na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 06/02/2014 a 20/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/02/2014.

Biguaçu, 05 de maio de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1266/2014

PORTARIA nº 1266 de 05 de maio de 2014

Designar o (a) Servidor (a) ELIZABETH NOCET PEREIRA, para ocupar 03 (três) aulas excedentes de PROFESSOR III (GEOGRAFIA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o (a) servidor (a) ELIZABETH NOCET PEREIRA, para ocupar 03 (três) aulas excedentes de PROFESSOR III (GEOGRAFIA), na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 06/02/2014 a 20/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/02/2014.

Biguaçu, 05 de maio de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1265/2014

PORTARIA nº 1265 de 05 de maio de 2014

Designar o (a) Servidor (a) ROSE MERI DAS NEVES, para ocupar 03 (três) aulas excedentes de PROFESSOR III (INGLES), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o (a) servidor (a) ROSE MERI DAS NEVES, para ocupar 03 (três) aulas excedentes de PROFESSOR III (INGLES), na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 06/02/2014 a 20/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/02/2014.

Biguaçu, 05 de maio de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1264/2014

PORTARIA nº 1264 de 05 de maio de 2014

Designar o (a) Servidor (a) GISLAINE TEREZINHA DO AMARAL NIENOV, para ocupar 01 (uma) aula excedente de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o (a) servidor (a) GISLAINE TEREZINHA DO AMARAL NIENOV, para ocupar 01 (uma) aula excedente de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 06/02/2014 a 20/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/02/2014.

Biguaçu, 05 de maio de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

Minuta Edital 19/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC
MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2014

O Município de Bom Retiro torna público Edital Pregão Presencial 19/2014, Aquisição máquinas e equipamentos agrícolas. Abertura Pregão: dia 19/05/14 as 14h00min, na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro. Maiores informações podem ser obtidas no Fone/Fax: (049) 32770183, das 09:00/11:30 das 13:30/17:00. Edital disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 06 de maio de 2014.
Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

382.04.14 - P. Lic. Trat. Saúde Joelma Menegaz

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 382/14 de 30.04.14
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde no dia 28 de abril de 2014 a funcionária Joelma Menegaz, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Nível 22, do Quadro de Pessoal Contratado em caráter efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
30 de abril de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

383.04.14 - P.Lic. Mot. P. Fam. Daniela M. Goulart

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 383/14 de 30.04.14
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 09 (nove) dias de licença para acompanhar familiar em

Tratamento de Saúde, a contar do dia 27 de abril de 2014 com término no dia 05 de maio de 2014, a funcionária Daniela Meurer Goulart, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Pré Escolar Capistrano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
30 de abril de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

384.04.14 - P. Lic. Premio Maria A. Deucher

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 384/14 de 30.04.14
Concede Licença Prêmio em Pecúnia

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 88 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 036/14 de 23.04.14, e despacho em 30.04.14, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio em Pecúnia, com pagamento parcelado nos meses de abril, maio e junho, correspondente ao quinquênio 2008 (Dois Mil e Oito) a 2013 (Dois Mil e Treze); a funcionária Maria Anita Deucher, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, 30 horas, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
30 de abril de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

385.04.14 - P. Lic. Premio Rute M. G. Souza

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 385/14 de 30.04.14
Concede Licença Prêmio em Pecúnia

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 88 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 040/14 de 29.04.14, e despacho em 30.04.14, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio em Pecúnia, com pagamento parcelado nos meses de abril, maio e junho, correspondente ao quinquênio 2007 (Dois Mil e Sete) a 2012 (Dois Mil e Doze); a funcionária Rute Marcileia Goedert de Souza, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, 30 horas, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de

Educação, Cultura e Esporte à disposição da APAE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
30 de abril de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

386.04.14 - P. Lic. Premio Soraya A. W. Lins

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 386/14 de 30.04.14
Concede Licença Prêmio em Pecúnia

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 88 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 041/14 de 29.04.14, e despacho em 30.04.14, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio em Pecúnia, com pagamento parcelado nos meses de abril, maio e junho, correspondente ao quinquênio 2009 (Dois Mil e Nove) a 2014 (Dois Mil e Quatorze); a funcionária Soraya Alice Werlich de Lins, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, 20 horas, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte à disposição da Escola Adventista de Bom Retiro.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
30 de abril de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

387.04.14 - P. Férias Pecunia Airton Sangaletti

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 387/14 de 30.04.14
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 e 69 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondentes ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil e Quatorze) ao funcionário Airton Sangaletti, Ocupante do cargo de Carpinteiro - Padrão I - Nível 04, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 039/2014 de 28 de abril de 2014, para gozá-las a contar do dia 28 de abril com término no dia 27 de maio de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
30 de abril de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

388.04.14 - P. Férias Pecunia Luzarte Faustino

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 388/14 de 30.04.14
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 e 69 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondentes ao período de 2012 (Dois Mil e Doze) a 2013 (Dois Mil e Treze) ao funcionário Luzarte Faustino, Ocupante do cargo de Operador de Trator Agrícola - Padrão I - Nível 05, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 042/2014 de 28 de abril de 2014, para gozá-las a contar do dia 02 de maio com término no dia 31 de maio de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
30 de abril de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

389.05.14 - P. Férias Pecunia Lourival G. Cruz

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 389/14 de 05.05.14
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 e 69 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondentes ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil e Quatorze) ao funcionário Lourival Galdino da Cruz, Ocupante do cargo de Trabalhador Braçal - Padrão I - Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 043/2014 de 05 de maio de 2014, para gozá-las a contar do dia 05 de maio com término no dia 03 de junho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
05 de maio de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

392.05.14 - P. Prorroga Lic. Trat. Saude Pedro P. Jesus

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 392/14 de 05.05.14
Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde de acordo com o atestado médico apresentado até o dia 14 de maio de 2014, ao funcionário Pedro Paulo de Jesus, Ocupante do cargo de Operador de Trator Agrícola - Padrão I - Nível 05, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
05 de maio de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

393.05.14 - P. Lic. Trat. Saúde Naiara L. Deinani

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 393/14 de 05.05.14
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde no dia 29 de abril de 2014 a funcionária Naiara Luci Deinani, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, 30 horas, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Antonia Maria da Silva Vieira.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
05 de maio de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

394.05.14 - P. Lic. Trat. Saúde Magdalena M. A. Tavares

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 394/14 de 05.05.14
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde no dia 29 de abril de 2014 a funcionária Magdalena Magali Aparecida Tavares, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Escola do Campo Barbaquá.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
05 de maio de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

395.05.14 - P. Lic. Trat. Saúde Leni França

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 395/14 de 05.05.14
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para tratamento de saúde nos dias 05 e 06 de maio de 2014 a funcionária Leni França, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
05 de maio de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

396.05.14 - P. Lic. Mot. P. Fam. Maria N. B. Schlemper

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 396/14 de 05.05.14
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar

n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em consulta médica, no dia 30 de abril de 2014, a funcionária Maria Neusa Branco Schlemper, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, 30 horas, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Antonia Maria da Silva Vieira.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
05 de maio de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

397.05.14 - P. Férias Jocelino Rosa

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 397/14 de 05.05.14

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil e Quatorze) ao funcionário Jocelino da Rosa, Ocupante do cargo de Trabalhador Braçal - Padrão 1 - Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para gozá-las a partir do dia 05 de maio com término no dia 03 de junho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
05 de maio de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Decreto 045/2014

DECRETO Nº 045/2014.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0771/2013 de 03.12.2013, etc

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 3.800,00 (Três mil e oitocentos reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS

02 - DPTO. DE SERVIÇOS FORA DO PERÍMETRO URBANO

1.048 - Aquisição de Imóveis

(282) - 4.5.90.00.00.00.00.00 0.3.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 3.800,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o superávit financeiro ordinário do exercício de 2013.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo (SC), 30 de abril de 2014.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Decreto 046/2014

DECRETO Nº 046/2014.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0771/2013 de 03.12.2013, etc

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 41.590,00 (quarenta e um mil, quinhentos e noventa reais), destinado a suplementar as seguintes dotações do orçamento vigente:

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

02 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO - EDUCAÇÃO INFANTIL

2.031 - Manutenção da Merenda Escolar Ensino Infantil - Pré-Escola

(80) - 3.3.90.00.00.00.00.00.1.0060 - Aplicações Diretas R\$ 7.980,00

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

02 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO - EDUCAÇÃO INFANTIL

2.032 - Manutenção da Merenda Escolar Ensino Infantil - Creches

(82) - 3.3.90.00.00.00.00.1.0060 - Aplicações Diretas
R\$ 22.700,00

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

03 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL

2.043 - Manutenção da Merenda Escolar Ensino Fundamental

(96) - 3.3.90.00.00.00.00.1.0060 - Aplicações Diretas
R\$ 10.910,00

TOTAL R\$ 41.590,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o provável excesso de arrecadação de 2014 do recurso 1.0060 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo (SC), 30 de abril de 2014.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

Convênio 001/2014

CONVÊNIO Nº 001/2014

Convênio que entre si celebram o Município de Braço do Trombudo e a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Trombudo Central.

O Município de Braço do Trombudo, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça da Independência, 25, Braço do Trombudo - SC, inscrita no CNPJ sob nº 95.952.230/0001-67, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor Charles Rafael Schwambach, doravante denominado de CONCEDENTE e a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Av. Arthur Müller nº 670, cidade de Trombudo Central, inscrita no CNPJ sob nº 79.369.310/0001-38, neste ato representado por seu presidente, senhor Jean Carlo Damasio, brasileiro, casado, residente e domiciliado no Município de Trombudo Central, doravante denominada CONVENENTE, celebram o presente Convênio de acordo com Lei nº 0792/2014 de 24.04.2014 e com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto o estabelecimento de um sistema de cooperação financeira entre o CONCEDENTE e o CONVENENTE, para execução de serviços de terceiros na entidade, pagamento de despesas com material didático, limpeza entre outros, concernentes aos alunos matriculados no ensino de educação especial.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para execução do objeto de que trata a Cláusula Primeira, o Município repassará ao CONVENENTE a importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), em 10 (dez) parcelas mensais de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), correndo a despesa do orçamento vigente, na seguinte dotação orçamentária:

04 Secretaria de Educação

05 Educação Especial

2.037 - Manutenção das Atividades da APAE

(127) 3.3.50.00.00.00.00.0.1.0104.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos, de que trata a Cláusula Segunda, serão liberados pelo CONCEDENTE ao CONVENENTE, no décimo dia útil de cada mês, após a prestação de contas do mês imediatamente anterior.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

O CONCEDENTE obriga-se a:

I - Acompanhar as atividades relativas a este Convênio;

II - Aprovar o plano de aplicação de recursos;

III - Repassar os recursos financeiros de acordo com o previsto na Cláusula Terceira.

O CONVENENTE obriga-se a:

I - Aplicar o valor repassado conforme objeto deste convênio;

II - Apresentar ao CONCEDENTE a Prestação de Contas, mensalmente, conforme estabelece a Cláusula Terceira;

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O presente Convênio entrará em vigor na data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado anualmente, através de termo aditivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES E RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser alterado ou rescindido, no todo ou parte, mediante comum acordo entre os convenentes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Para dirimir questões decorrentes da execução deste Convênio, fica eleito o foro da Comarca de Trombudo Central, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem justos, assinam o presente em três vias de igual teor, na presença de duas testemunhas, que também assinam.

Braço do Trombudo, 05 de maio de 2014.

Concedente	Convenente
Charles Rafael Schwambach	Jean Carlo Damasio
Prefeito Municipal	Presidente da APAE
CPF: 891.667.959-15	CPF: 005.505.889-22

Testemunhas

Nome: Denise Schussler Werter

CPF: 022.538.329-28

Nome: Marilei M. Domingues de Souza

CPF: 037.586.189-08

Extrato 5º Aditivo Referente ao Contrato Nº 45/2011

EXTRATO 5º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 45/2011

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Serrana Engenharia Ltda

CNPJ 83.073.536/0001, com sede Rua Ottokar Doerffel, Nº 841 Cidade de Joinville - SC

Objeto: Execução dos serviços de coleta dos resíduos sólidos urbanos, transporte até a estação de triagem municipal, transbordo dos resíduos triados, transporte até o aterro sanitário, tratamento e destinação final, serviços gerais de engenharia para acompanhamento, adequação, treinamento, gerenciamento de estação de triagem do município de Braço do Trombudo, firmando entre a Prefeitura municipal de Braço do Trombudo e a empresa Serrana Engenharia Ltda.

Valor: R\$ 20.478,47 (vinte mil quatrocentos e setenta e oito reais e quarenta e sete centavos) mensais.

Vigência: 31.12.2014

Data da assinatura: 25.03.2014.

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 34/2014

EXTRATO DE CONTRATO 34/2014

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, Site a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Shark Máquinas para Construção Ltda
CNPJ 06.224.121/0013-37, Site a Rua Doutor Pedro Zimmermann Cidade de Blumenau- SC

Objeto: Aquisição de um rolo compactador para o município de Braço do Trombudo/SC, objetivando a execução de ações relativas ao Programa: Aquisição de máquinas e equipamentos para recuperação de estradas vicinais, conforme Convênio n. 796587/2013, Operação n. 1011991-96/2013, celebrado entre a União Federal por intermédio do ministério do Desenvolvimento Agrário e o município de Braço do Trombudo, cujas especificações detalhadas encontram-se na Relação de Itens da licitação.

Valor: R\$ 229.000,00 (duzentos e vinte e nove mil reais).

Vigência até 31.12.2014

Data da assinatura: 05.05.2014

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 35/2014

EXTRATO DE CONTRATO 35/2014

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, Site a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Agromaqui Agropecuária e máquinas Ltda Epp
CNPJ 78.265.261/0001-20, Site a Rua XV de Novembro, Nº 851 Cidade de Rio do Sul- SC

Objeto: Aquisição de um trator de pneus de pneus para o município de Braço do Trombudo/SC objetivando a execução de ações relativas ao Programa PRODESA, conforme Convênio N. 800369/2013, Operação N. 1014086-38/2013, celebrado entre a União Federal por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca e o município de Braço do Trombudo, cujas especificações detalhadas encontram-se na Relação de Itens da licitação.

Valor: R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais).

Vigência até 31.12.2014

Data da assinatura: 05.04.2014

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Extrato do Edital de Processo Seletivo Nº 01/2014.

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014.

O Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Coordenadora do Processo Seletivo nº 01/2014, nomeada pelo Decreto nº 044/2014, RESOLVE tornar público que se acham abertas, no período de 06/05/2014 À 06/06/2014, as inscrições presenciais ao Processo Seletivo para provimento de vagas temporárias na Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, regidos pelo regime estatutário e nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas neste Edital sendo as vagas para: Técnico em Enfermagem, Assistente Social, Vigia Noturno, Auxiliar de Serviços Gerais -Trabalhador Braçal, Pedreiro/Carpinteiro. As provas serão realizadas no dia 15/06/2014. Quanto ao número de vagas, remuneração e atribuições do cargo, bem como maiores informações, consultar o Edital completo publicado no mural e no site oficial da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo,
em 05 de maio de 2014.

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preço 23 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2013

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 23/2013		Data do Registro: 06/08/2013		Válido até: 06/08/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preço para aquisição de produtos químicos para as Estações de Tratamento de Água - ETA's do município.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Hipoclorito de sódio comercial (9216)	KG	BUSCHLE E LEPPER SA (6502)	carbodoro	0	0,8500	1
			M. C.A Com. e Repr. De Prod. Químicos e Petroquímico (9154)	MCA	0	0,8600	2
			QUIMISA S/A (8726)	MULTICOLOR	0	1,0900	3
2	Sulfato de alumínio (granulado-pó) para tratamento de água, isento de ferro. (9215)	KG	M. C.A Com. e Repr. De Prod. Químicos e Petroquímico (9154)	MCA	0	1,0600	1
			QUIMISA S/A (8726)	AVANEX	0	1,0700	2
			BUSCHLE E LEPPER SA (6502)	avanex	0	1,2600	3
3	Ortopolifosfato (9217)	KG	QUIMISA S/A (8726)	PHOSLAN	0	22,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2013

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 23/2013		Data do Registro: 06/08/2013		Válido até: 06/08/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preço para aquisição de produtos químicos para as Estações de Tratamento de Água - ETA's do município.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			TECNIAGUA SOLUÇÕES EM TRTAMENTO DE ÁGUA LTDA EPP (8987)	ECONOX	0	23,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2013

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 23/2013		Data do Registro: 06/08/2013		Válido até: 06/08/2014	
Objeto da Compra: Registro de Preço para aquisição de produtos químicos para as Estações de Tratamento de Água - ETAs do município.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
					Preço Unitário
					Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2013
PROCESSO Nº 45/2013

- (6502) - BUSCHLE E LEPPER SA
- (8726) - QUIMISA S/A
- (8987) - TECNIAGUA SOLUÇÕES EM TRTAMENTO DE ÁGUA LTDA EPP
- (9154) - M.C.A Com. e Repr. De Prod. Químicos e Petroquímicos

Braço do Trombudo, 6 de Agosto de 2013.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 7 2013 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2013

Página: 1/18

Número do Registro de Preços: 7/2013		Data do Registro: 02/08/2013		Válido até: 02/08/2014		Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza e higiene para o ambiente de trabalho, dos funcionários e usuários da Secretaria de Saúde.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
1	Amaciante de roupas - frasco de 2 lt. (3504)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	SEQUINEL	0	3,5418	1			
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Girando Sol	0	3,5489	2			
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	gota limpa	0	3,6064	3			
2	Aparelho odorizador de ambiente automático com três ajustes de tempo de liberação de fragância (9, 18 e 36min) podendo ser designado quando desejar, funcionamento a pilha. Acompanha pilhas AA+ um refil aerosol de 250 ml nas fragrâncias lavanda e citrus. (3505)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	NOBRE	0	26,8588	1			
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Bom Ar	0	26,8503	2			
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	glade	0	27,2818	3			
3	Água Sanitária 2 litros. (3506)	FR	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	SEQUINEL	0	3,3456	1			
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Girando Sol	0	3,3528	2			
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	girando sol	0	3,4067	3			
4	Balde plástico com alça de metal, capacidade de 10 lt. (3508)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	ARQUIPLAST	0	6,5413	1			
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	CDK	0	6,5370	2			
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	arc plast	0	6,6420	3			

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2013

Página: 2/18

Número do Registro de Preços: 7/2013 Data do Registro: 02/08/2013 Válido até: 02/08/2014						
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza e higiene para o ambiente de trabalho, dos funcionários e usuários da Secretaria de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário
5	Cera líquida auto-brilho incolor (750 ml). (3510)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	GIRANDO SO	0	5,8478
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Brilho Facil	0	5,8439
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	girando sol	0	5,9379
6	Coador de papel ox c/ 30 unidades médio. (3513)	CX	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	3 CORAÇÕES	0	1,8368
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Brigita	0	1,8356
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	brigitta	0	1,8651
7	Coador de café em flanela 100% algodão, arame de aço galvanizado com cabo de madeira de 150 mm de diâmetro. (3514)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MARTINS	0	1,6213
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Jota	0	1,6202
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	zaleana	0	1,6462
8	Coador de café em flanela 100% algodão, arame de aço, galvanizado com cabo de madeira de 90 mm de diâmetro. (3515)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MARTINS	0	1,7993
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	HJR	0	1,7981
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	zaleana	0	1,8270

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2013

Página: 3/18

Número do Registro de Preços: 7/2013 Data do Registro: 02/08/2013 Válido até: 02/08/2014							
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza e higiene para o ambiente de trabalho, dos funcionários e usuários da Secretaria de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
9	Desinfetante líquido, frasco de 2lt, fragrância pinho. (3519)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	SEQUINEL	0	3,4581	1
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Girando Sol	0	3,4558	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	gota limpa	0	3,5113	3
10	Desinfetante líquido, frasco de 2lt, fragrância eucalipto. (3520)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	SEQUINEL	0	3,4581	1
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Girando sol	0	3,4558	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	gota limpa	0	3,5113	3
11	Desinfetante líquido, frasco de 2lt, Fragrância Jasmin. (3521)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	SEQUINEL	0	3,4581	1
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Girando Sol	0	3,4558	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	gota limpa	0	3,5113	3
12	Desodorizador de ar em spray aerosol, não contem CFC (clorofluorcabono), com 400 ml. Nas fragrâncias: lavanda, flores do campo, litoral freschi, citrus, brisa fresca, frescor de chuva. (3522)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	NOBRE	0	6,8037	1
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	No Ar	0	6,7992	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	ultra fresh	0	6,9085	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2013

Página: 4/18

Número do Registro de Preços: 7/2013 Data do Registro: 02/08/2013 Válido até: 02/08/2014							
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza e higiene para o ambiente de trabalho, dos funcionários e usuários da Secretaria de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Desodorizador sanitário (pedra). (3523)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	SANY BRIL	0	1,4807	1
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Sani Sol	0	1,4797	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	sany bril	0	1,5035	3
14	Detergente de louça - frasco de 500 ml. (3524)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	SEQUINEL	0	1,0777	1
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Ype	0	1,0770	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	limpinha	0	1,0943	3
15	Espanja de louça (espuma) dupla face. (3525)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	BETANIN	0	1,0684	1
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Tinindo	0	1,0676	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	betanin	0	1,0848	3
16	Fósforo (maço c/10und). (3526)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	FIAT LUX	0	1,9493	1
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Gaboardi	0	1,9480	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	queluz	0	1,9793	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2013

Número do Registro de Preços: 7/2013 Data do Registro: 02/08/2013 Válido até: 02/08/2014							
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza e higiene para o ambiente de trabalho, dos funcionários e usuários da Secretaria de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
17	Guardanapo de papel branco de mesa 33x33cm, Pct c/ 50 unds. (3527)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	DALMATA	0	1,0684	1
	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)		Log		0	1,0676	2
	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)		dalmata		0	1,0848	3
18	Grampo de roupa pct, c/12unidades. (3529)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	HARAEM	0	1,2558	1
	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)		Belplast		0	1,2550	2
	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)		zavaski		0	1,2751	3
19	Lã de aço (pct c/ 8 und). (3530)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	INOVE	0	1,5838	1
	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)		Assolan		0	1,5827	2
	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)		inove		0	1,6082	3
20	Limpa vidros 500 ml. (3531)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	PRATIK	0	5,1075	1
	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)		Vidrex		0	5,1041	2
	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)		pratik		0	5,1861	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2013

Página: 6/18

Número do Registro de Preços: 7/2013 Data do Registro: 02/08/2013 Válido até: 02/08/2014									
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza e higiene para o ambiente de trabalho, dos funcionários e usuários da Secretaria de Saúde.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.		
21	Lustra moveis (200 ml). (3532)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	PRATIK	0	2,5303	1		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	YPE	0	2,5286	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	pratik	0	2,5693	3		
22	Luva de borracha tamanho P. manga curta. (3533)	PAR	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	NOBRE	0	4,3671	1		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Ideatex	0	4,3642	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	nobre	0	4,4344	3		
23	Luva de borracha tamanho M. manga curta. (3534)	PAR	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	NOBRE	0	4,3671	1		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Ideatex	0	4,3642	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	nobre	0	4,4344	3		
24	Luva de borracha tamanho G. manga curta. (3535)	PAR	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	NOBRE	0	4,3671	1		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Ideatex	0	4,3642	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	nobre	0	4,4344	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2013

Página: 7/18

Número do Registro de Preços: 7/2013 Data do Registro: 02/08/2013 Válido até: 02/08/2014							
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza e higiene para o ambiente de trabalho, dos funcionários e usuários da Secretaria de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	Mop pop completo (armação, cabo e o refil) de 40 cm. (3536)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	NOBRE	0	63,7825	1
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Sony	0	63,7402	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	betanin	0	64,7646	3
26	Mini aparelho plástico de aplicação manual para desodorizador de ambiente com mini aerosol spray de 12 ml. (3537)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	SENSE	0	8,3219	1
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	No Ar	0	8,3164	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	glade	0	8,4500	3
27	Óleo de peroba (200 ml). (3538)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	PEROBA	0	6,8318	1
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Peroba	0	6,8273	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	peroba	0	6,9370	3
28	Pano de chão alvejado (trama bem chamada). (3539)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MARTINS	0	3,3175	1
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Martim	0	3,3153	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	martins	0	3,3686	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2013

Página: 8/18

Número do Registro de Preços: 7/2013 Data do Registro: 02/08/2013 Válido até: 02/08/2014							
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza e higiene para o ambiente de trabalho, dos funcionários e usuários da Secretaria de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
29	Pano multiuso (pct c/ 5unidades). (3540)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	NOBRE	0	4,1516	1
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Scotch Brite	0	4,1488	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	sany bril	0	4,2155	3
30	Pano de prato, 100% algodão, nas medidas 42x70cm. (3541)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MARINS	0	2,7084	1
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Sol	0	2,7066	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	martins	0	2,7501	3
31	Papel higiênico folha dupla/branco 30 metros 10 cm, com 4 unidades. (3542)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	DUETO	0	4,3671	1
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Neve	0	4,3642	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	fofinho	0	4,4344	3
32	Papel higiênico folha dupla branco 30 metros 10cm, pct com 8 unidades. (3543)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	DUETO	0	8,2657	1
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Neve	0	8,2602	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	fofinho	0	8,3929	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2013

Página: 9/18

Número do Registro de Preços: 7/2013 Data do Registro: 02/08/2013 Válido até: 02/08/2014							
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza e higiene para o ambiente de trabalho, dos funcionários e usuários da Secretaria de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
33	Papel higiênico folha dupla/branco 30 metrosx10cm. Com 12 unidades. (3544)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	DUETO	0	12,3891	1
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Personal	0	12,3809	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	fofinho	0	12,5799	3
34	Papel toalha, dupla face branco, picotado. Rolo com no mínimo 55 folha. 22cmx20cm cada. (pct c/ 2 rolos). (3545)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	DALMATA	0	2,6147	1
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Log	0	2,6129	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	dalmata	0	2,6549	3
35	Refil de 250 ml para aparelho odorizador de ambiente automático. Nas fragrâncias: lavanda e citrus. (3550)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	NOBRE	0	22,9883	1
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Bom Ar	0	22,9731	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	glade	0	23,3423	3
36	Refil de 12 ml, para mini aparelho plástico de aplicação manual para desodorizador de ambiente. Nas fragrâncias: alegria de infância, toque de frescor, lavanda, flores do campo, brisa fresca. (3551)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	NOBRE	0	5,0700	1
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	No Ar	0	5,0760	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2013

Página: 10/18

Número do Registro de Preços: 7/2013		Data do Registro: 02/08/2013		Válido até: 02/08/2014		Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza e higiene para o ambiente de trabalho, dos funcionários e usuários da Secretaria de Saúde.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
37	Refil para super-rodó absorvente em espuma feita a base de álcool polivinílico (PVA) de baixos micra com 28 cm largura e capacidade de absorver até 500 ml de água. (3552)		JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	glade	0	5,1576	3		
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	NOBRE	0	10,0275	1		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Sony	0	10,0302	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	nobre	0	10,1914	3		
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	NOBRE	0	23,8037	1		
38	Refil para Mop pó de 40 cm, sendo em fios 100% acrílicos e parte superior confeccionada com tecido sintético lavável e de fácil secagem. Resistente ao encolhimento sua fixação e através do encaixe na armação de aço galvanizado. (3553)		COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Sony	0	23,8253	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	betanin	0	24,2082	3		
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	HARACEM	0	7,4222	1		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Condor	0	7,4173	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	haracem	0	7,5365	3		
39	Rodó c/espuma, cabo de madeira. (3554)								
40	Rodó plástico 40 cm, com dupla borracha e com cabo plastificado. (3555)								

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2013

Página: 11/18

Número do Registro de Preços: 7/2013 Data do Registro: 02/08/2013 Válido até: 02/08/2014						
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza e higiene para o ambiente de trabalho, dos funcionários e usuários da Secretaria de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário
41	Sabão em pó (pct/cx 1 kg). (3556)	PCT	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Forta	0	8,1384
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	haracem	0	8,2692
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	GIRANDO SO	0	4,0579
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Girando Sol	0	4,0552
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	ultra fresh	0	4,1203
42	Sabonete líquido com hidratante e glicerina nas fragrâncias erva-doce, chá verde e tangerina com chá verde- frasco de 5 lt. (3557)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MAX	0	15,6785
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Sequinel	0	15,6681
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	max	0	15,9200
43	Saco de lixo de 15 l azul (pct c/ 10 und). (3558)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	PEGA LIXO	0	2,2023
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Starplast	0	2,2289
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	pega lixo	0	2,2648
44	Saco de lixo de 30 l azul (pct c/ 10 und). (3559)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	PEGA LIXO	0	1,6869

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2013

Página: 12/18

Número do Registro de Preços: 7/2013 Data do Registro: 02/08/2013 Válido até: 02/08/2014									
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza e higiene para o ambiente de trabalho, dos funcionários e usuários da Secretaria de Saúde.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.		
45	Saco de lixo de 50 lts azul (pct c/ 10 und). (3560)	PCT	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Starplast	0	1,8858	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	pega lixo	0	1,7128	3		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	PEGA LIXO	0	2,6240	1		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Starplast	0	2,6223	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	pega lixo	0	2,6644	3		
46	Saco de lixo de 100 lts azul (pct c/ 5 und). (3561)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	PEGA LIXO	0	2,3241	1		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Starplast	0	2,3320	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	pega lixo	0	2,3694	3		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	PEGA LIXO	0	1,9212	1		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Starplast	0	1,9199	2		
47	Saco de lixo de 15 lts preto (pct c/ 10 und). (3562)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	PEGA LIXO	0	1,9212	1		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Starplast	0	1,9199	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	pega lixo	0	1,9507	3		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	PEGA LIXO	0	1,8181	1		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Starplast	0	1,9199	2		
48	Saco de lixo de 30 lts preto (pct c/ 10 und). (3563)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	PEGA LIXO	0	1,8181	1		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Starplast	0	1,9199	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	pega lixo	0	1,9507	3		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	PEGA LIXO	0	1,8181	1		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Starplast	0	1,9199	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2013

Número do Registro de Preços: 7/2013 Data do Registro: 02/08/2013 Válido até: 02/08/2014									
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza e higiene para o ambiente de trabalho, dos funcionários e usuários da Secretaria de Saúde.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.		
49	Saco de lixo de 50 lts preto (pct c/ 10 und). (3564)	PCT	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Starplast	0	1,8169	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	pega lixo	0	1,8461	3		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	PEGA LIXO	0	3,2800	1		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Starplast	0	3,2872	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	pega lixo	0	3,3401	3		
50	Saco de lixo de 100 lts preto (pct c/ 5 und). (3565)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	PEGA LIXO	0	3,4675	1		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Starplast	0	3,4652	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	pega lixo	0	3,5209	3		
51	Super-rodó absorvente, com alavanca de plástico altamente resistente de formato anatômico. Duplo rolete de torção para espremer o refil. Base de plástico altamente resistente. Cabo inteiro em aço inox e encaixe com 2 pinos. Espuma do refil feita à base de álcool polínico (PVA) de baixos micra com 28 cm largura e capacidade de absorver até 500 ml de água. (3566)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	BETANIN	0	32,0974	1		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Sony	0	32,0762	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	nobre	0	32,5917	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2013

Página: 14/18

Número do Registro de Preços: 7/2013 Data do Registro: 02/08/2013 Válido até: 02/08/2014						
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza e higiene para o ambiente de trabalho, dos funcionários e usuários da Secretaria de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
52	Saponáceo de detergente cremoso com 300 ml. (3567)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	PRATIK	0	4,8076
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Cif	0	4,8044
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	sany bril	0	4,8816
53	Toalhas de papel interfolhada - pacote com 1000 folhas nos tamanho 22.5x20, 5 cm com 2 dobras, branco, extra luxo. (3568)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	TUBARÃO	0	7,0193
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Embrast	0	7,0146
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	tubarão	0	7,1273
54	Vassoura Nylon, cerdas plumadas 30 cm. Cabo de madeira plastificado. (3569)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	HARACEM	0	8,0220
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Condor v-35	0	8,0167
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	haracem	0	8,1455
55	Vassoura Nylon - cerdas sintéticas 30 cm. Cabo de madeira plastificado. (3570)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	HARACEM	0	5,9697
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Condor V-200	0	5,9657
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	haracem	0	6,0616

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2013

Página: 15/18

Número do Registro de Preços: 7/2013 Data do Registro: 02/08/2013 Válido até: 02/08/2014						
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza e higiene para o ambiente de trabalho, dos funcionários e usuários da Secretaria de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário
56	Vassoura de pêlo 40 cm. Cabo de madeira plastificado. (3571);	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	DANESSA	0	22,4167
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Condor V-9	0	22,4018
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	betanin	0	22,7618
57	Vassoura de palha, Cabo de madeira. (3572)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	HARACEM	0	13,0545
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Colonial	0	13,0459
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	haracem	0	13,2555
58	Vassoura tipo escova com cabo. (3573)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	HARACEM	0	10,3087
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Condor	0	10,3674
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	haracem	0	10,5340
59	Lixeira plástica 15 litros com tampa e pedal, basculante. (3581)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	ARQUIPLAST	0	17,4779
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Jaguar	0	17,4757
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	arq plast	0	17,7565

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2013

Página: 16/18

Número do Registro de Preços: 7/2013		Data do Registro: 02/08/2013		Válido até: 02/08/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza e higiene para o ambiente de trabalho, dos funcionários e usuários da Secretaria de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
60	Lixeira plástica com tampa e pedal - 30 litros. (3582)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	ARQUIPLAST	0	27,5523	1
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Plasvale	0	27,5340	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	arq plast	0	27,9765	3
61	Lixeira plástica com tampa vasculante, 50 litros. (3583)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	ARQUIPLAST	0	49,6690	1
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Cajovil	0	50,4790	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2013

Página: 17/18

Número do Registro de Preços: 7/2013		Data do Registro: 02/08/2013		Válido até: 02/08/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza e higiene para o ambiente de trabalho, dos funcionários e usuários da Secretaria de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	arq plast	0	51,2902	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2013

Página: 18/18

Número do Registro de Preços: 7/2013							Data do Registro: 02/08/2013		Válido até: 02/08/2014		
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza e higiene para o ambiente de trabalho, dos funcionários e usuários da Secretaria de Saúde.											
Item	Especificação				Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2013
PROCESSO Nº 11/2013

- (6228) - COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C
- (6593) - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME
- (6709) - JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME

Braço do Trombudo, 2 de Agosto de 2013.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 8 2013 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2013

Página: 1/5

Número do Registro de Preços: 8/2013		Data do Registro: 06/08/2013		Válido até: 06/08/2014		Objeto da Compra: Aquisição de gêneros de alimentação e gás de cozinha, para a manutenção da Secretaria de Saúde.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
1	Açúcar refinado especial (pct 5 kg). (3476)	PCT	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Caravelas	0	8,5400	1	
2	Adoçante dietético líquido ciclamato de sódio e sacarina sódica gotas 200 ml. (3477;	UND	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Adoçil	0	4,2100	1	
3	Água mineral galão retornável 20 lt (sem frasco). (3478;	UND	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	H-Leve	0	6,4900	1	
4	Água mineral - galão retornável 20 lt. (com frasco). (3479;	UND	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	H-Leve	0	22,7800	1	
5	Água mineral sem gás, garrafa de 500 ml. (3480)	UND	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	H-Leve	0	1,1000	1	
6	Água mineral com gás, garrafa de 500 ml. (3481)	UND	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	H-Leve	0	1,1100	1	
7	Bala de banana pct c/700gr (3482)	PCT	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Oliveira	0	8,2900	1	
8	Bolacha tipo Maria pct c/ 740gr. (3483)	PCT	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Parati	0	5,4400	1	
9	Café solúvel (vidrio de 200gr) (3484)	UND	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Nescafé	0	8,8800	1	
10	Café torrado e moído (cx 500gr). (3485)	CX	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Melitta	0	6,6700	1	
11	Chá em sachês, no sabor CHA VERDE, cx c/10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê. (3486)	CX	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Chileno	0	2,1000	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2013

Página: 2/5

Número do Registro de Preços: 8/2013 Data do Registro: 06/08/2013 Válido até: 06/08/2014**Objeto da Compra:** Aquisição de gêneros de alimentação e gás de cozinha, para a manutenção da Secretaria de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	Chá em sachês, no sabor CHA LIMAO cx c/10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê. (3487)	CX	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Chines	0	2,3600	1
13	Chá em sachês, no sabor CHA ERVA DOCE, cx c/10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê. (3488)	CX	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Chileno	0	2,1300	1
14	Chá em sachês, no sabor CHA MAÇA E CANELA, cx c/10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê. (3489)	CX	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Chileno	0	2,7200	1
15	Chá em sachês, no sabor CHA LARANJA, cx c/10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê. (3490)	CX	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Chines	0	2,5800	1
16	Chá em sachês, no sabor CHA AMORA SILVESTRE, cx c/10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê. (3491)	CX	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Chileno	0	2,5700	1
17	Chá em sachês, no sabor CHA MAÇA, cx c/10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê. (3492)	CX	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Chileno	0	2,4500	1
18	Chá em sachês, no sabor CHA CAMOMILA, cx c/10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê. (3493)	CX	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Chileno	0	2,3000	1
19	Chá em sachês, no sabor CHA CAPIM CIDREIRA, cx c/10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê. (3494)	CX	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Chileno	0	2,1300	1
20	Chá em sachês, no sabor CHA HORTELA, cx c/10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê. (3495)	CX	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Chileno	0	1,9200	1
21	Chá em sachês, no sabor CHA NOITE TRANQUILA, cx c/10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê. (3496)	CX	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Chines	0	3,2100	1
22	Chá em sachês, no sabor CHA PESSEGO, cx c/10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê. (3497)	CX	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Chileno	0	2,2900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2013

Página: 3/5

Número do Registro de Preços: 8/2013 Data do Registro: 06/08/2013 Válido até: 06/08/2014									
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros de alimentação e gás de cozinha, para a manutenção da Secretaria de Saúde.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
23	Leite pasteurizado longa vida integral (embalagem tetra park). (3498)	LT	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAÍ-C (6228)	Aurora	0	2,4900	1		
24	Leite em pó (lata 400 gr). (3499)	LTA	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAÍ-C (6228)	Ninho	0	9,5700	1		
25	Recarga de gás (GLP) para botijões de 13 kg. (3500)	UND	I. TRAPP & CIA LTDA (6710)	LIQUIGAS	0	48,0000	1		
26	Recarga de gás (GLP) para botijões de 13 kg. Com casco (3501)	UND	I. TRAPP & CIA LTDA (6710)	LIQUIGAS	0	138,3300	1		
27	Recarga de gás (GLP) para botijões de 45 kg. (3502)	UND	I. TRAPP & CIA LTDA (6710)	LIQUIGAS	0	159,6600	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2013

Página: 4/5

Número do Registro de Preços: 8/2013		Data do Registro: 06/08/2013		Válido até: 06/08/2014				
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros de alimentação e gás de cozinha, para a manutenção da Secretaria de Saúde.								
Item	Especificação		Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
28	Recarga de gás (GLP) para botijões de 45 kg. Com casco. (3503)		UND	I. TRAPP & CIA L.TDA (6710)	LIQUIGAS	0	433.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2013

Página: 5/5

Número do Registro de Preços: 8/2013		Data do Registro: 06/08/2013		Válido até: 06/08/2014	
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros de alimentação e gás de cozinha, para a manutenção da Secretaria de Saúde.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
					Preço Unitário
					Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2013
PROCESSO Nº 12/2013

(6228) - COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C
(6710) - I. TRAPP & CIA LTDA

Braço do Trombudo, 6 de Agosto de 2013.

Brunópolis

PREFEITURA

Lei Mun Nº 793

LEI 793, de 05 de maio de 2014

Abre Crédito Adicional Especial no Orçamento de 2014.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA Prefeito Municipal de Brunópolis no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 767/13 de 06 de dezembro de 2013, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Especial no valor de R\$ 17.200,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

03 - SECRETARIA DE ADM. PLANEJ. E FAZENDA

03.01 - SECRETARIA DE ADM. PLANEJ. E FAZENDA

03.01.04.122.0002.2.043 - CONSORCIO CINCO

3.1.71.00.00.00.00.00 - Rateio Part. Consórcios Públicos
11.700,00

3.1.71.00.00.00.00.00 - Rateio Part. Consórcios Públicos
3.500,00

3.1.71.00.00.00.00.00 - Rateio Part. Consórcios Públicos
2.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ E FAZENDA

03.01 - Secretaria de Administração, Planej. e Fazenda

03.01.04.122.0002.2.002- MANUT. DA SECR DE ADM PLANEJ E FAZENDA

4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 17.200,00

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Brunópolis, 05 de maio de 2014.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA

Prefeito Municipal

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FAZENDA

REGISTRADO E PUBLICADO NO DOM.

Brusque

PREFEITURA

Decreto Nº 7.424, de 29 de Abril de 2014

DECRETO nº 7.424, DE 29 DE ABRIL DE 2014.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terra que menciona e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 82, XII da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de julho de 1941, modificado pela Lei Federal nº 4.132, de 10 de setembro de 1962,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, uma área de terra com 1.251,60 m2 (mil, duzentos e cinquenta e um metros e sessenta decímetros quadrados), parte de área maior, registrada no Ofício de Registro de Imóveis desta comarca, no livro 2-A, matrícula nº 72.594, localizada na Rodovia Antônio Heil, Km 21, bairro Limoeiro, nesta cidade de Brusque-SC, tendo as seguintes medidas e confrontações: Frente, com 82,96 metros em dois lances de medidas, sendo o primeiro com 61,71 metros com área desapropriada para implantação do Anel Viário de Integração Regional, antes Geraldo Corrêa; Fundos, com 89,06 metros confronta com área remanescente de Industrial Appel Ltda; Lado Direito: 0,00 metros em forma de ponta de agulha; Lado Esquerdo: com 28,95 metros confronta com terras de Irmãos Fischer.

Art. 2º A área declarada de utilidade pública para fins de desapropriação é de propriedade da empresa INDUSTRIAL APPEL LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.N.P.J. nº 83.100.743/0001-60, com sede na Rodovia Antônio Heil, Km 21, bairro Limoeiro, nesta cidade de Brusque, SC, conforme comprova a Certidão expedida pelo Ofício de Registro de Imóveis desta comarca, de nº 72.594.

Art. 3º A declaração de utilidade pública da área descrita no artigo anterior servirá para implantação do primeiro trecho do anel viário no município de Brusque, iniciando na Rodovia Antônio Heil, conforme mapa anexo.

Parágrafo único. Fica ressalvado que, sobre o imóvel da matrícula nº 72.594 encontra-se instituída servidão de passagem em favor de TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL S/A, C.N.P.J. nº 01.891.441/0001-93, sociedade anônima com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, a saber:

- Matrícula nº 72.594 - área com extensão de 335,00 metros de extensão, com largura de 20,00 metros, perfazendo uma área de 6.691,10 m2.

Art. 4º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta de dotação do orçamento vigente.

Art. 5º O expropriante no exercício de suas prerrogativas que são asseguradas por este Decreto, alega urgência para efeito de prévia imissão na posse dos imóveis, de conformidade com o artigo 15, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com as alterações da Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de abril de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador Geral do Município

Publicado na Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de abril de 2014.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

Lei Nº 3.707, de 28 de Abril de 2014

LEI nº 3.707, DE 28 DE ABRIL DE 2014.
Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominada RUA ARTHUR MORSCH, a via identificada como Rua AZ-006, transversal da Rua Nova Trento - bairro Azambuja, localizada a 24,00 metros, sentido bairro/centro depois da Rua Arnaldo Furbringer.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 65,00 metros, tendo a pista largura de 6,00 metros e passeios de 1,00 metro para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

Lei Nº 3.708, de 28 de Abril de 2014

LEI nº 3.708, DE 28 DE ABRIL DE 2014.
Denomina via pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominada RUA PROFESSOR EUCLIDES VISCONTI, as vias identificadas como 400 e 100 (Loteamento Oscar Morsch), localizada no entroncamento das Ruas Evelina Morsch com a Axel Krieger - bairro São Pedro, localizada a 120,00 metros, sentido bairro/centro antes da Rua Carlos Kohler.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 440,00 metros, tendo a pista largura de 7,00 metros e passeios de 1,50 metro para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

Lei Nº 3.710, de 28 de Abril de 2014

LEI nº 3.710, DE 28 DE ABRIL DE 2014.
Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominada RUA JOSÉ JOÃO WANATT, a via identificada como Rua AZ-026, transversal da Rua Padre Antônio Eisinig - bairro Azambuja, localizada a 270,00 metros - sentido bairro/centro - depois da Rua José Adriano.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 267,50 metros, tendo a pista largura de 6,00 metros e passeios de 1,00 metro para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

Lei Nº 3.711, de 28 de Abril de 2014

LEI nº 3.711, DE 28 DE ABRIL DE 2014.
Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominada RUA SANTA CLARA, a via transversal da Rua São Pedro, bairro São Pedro, localizada a 40,00 metros - sentido bairro/centro depois da Rua Floriano Fischer.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 89,25 metros, tendo a pista largura de 6,00 metros e passeios de 1,50 metro para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

Lei Nº 3.712, de 29 de Abril de 2014

LEI nº 3.712, DE 29 DE ABRIL DE 2014.

Dispõe sobre a implantação de campanha socioeducativa permanente destinada a desestimular a prática de dar esmolas, promovendo a conscientização da população sobre os malefícios ocasionados por essa prática, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º A Administração Pública Municipal implantará e promoverá a campanha permanente socioeducativa "Dar esmolas não ajuda", que visa a desestimular a prática de dar esmolas, promovendo a conscientização da população sobre os malefícios ocasionados por essa prática.

Art. 2º Vetado.

Art. 3º A Administração Pública Municipal poderá instalar placas educativas destinadas a desestimular a prática de dar esmolas com os seguintes dizeres: "Dar esmolas não ajuda", em locais de grande circulação de pessoas e onde é usual a prática de dar esmolas, como ao lado de semáforos, informando telefones para a população obter informações sobre ações sociais do Município.

§ 1º Ficará a critério do Poder Executivo estabelecer a padronização técnica das placas.

§ 2º A Administração Pública Municipal poderá realizar convênios ou parcerias com a iniciativa privada ou terceiro setor a fim de financiar as placas, em troca de publicidade.

Art. 4º A Prefeitura Municipal também divulgará durante a campanha os benefícios de a população, especialmente as pessoas físicas e jurídicas, fazer doações ao Fundo Municipal da Criança e ao Adolescente, inclusive com direito a declarar o valor doado à Receita Federal, para fins de abatimento no imposto de renda devido, nas condições estabelecidas pelo Governo Federal.

Parágrafo único. As placas também poderão ter o sítio da internet do Conselho e a menção de que as doações poderão ser feitas por esse meio.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário, que constarão dos orçamentos anuais.

Art. 6º Esta lei será regulamentada pelo Executivo Municipal no prazo de 90 (noventa) dias após sua promulgação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de abril de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

Lei Nº 3.709, de 28 de Abril de 2014

LEI nº 3.709, DE 28 DE ABRIL DE 2014.

Denomina vias públicas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominada RUA ALICE DE OLIVEIRA, a via identificada como "Rua A", do Loteamento Tulipa, transversal da Rua João XXIII - bairro Primeiro de Maio, localizada a 167,00 metros do entroncamento das Ruas João Tórmen e João XXIII, sentido bairro/centro.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 704,00 metros, tendo a pista largura de 8,00 metros e passeios de 2,00 metros para ambos os lados.

Art. 2º Fica denominada RUA JOÃO VALENTIM COMANDOLLI, a via identificada como "Rua B", do Loteamento Tulipa, transversal da rua projetada A - bairro Primeiro de Maio.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 50,00 metros, tendo a pista largura de 7,00 metros e passeios de 1,50 metro para ambos os lados.

Art. 3º Fica denominada RUA JANDIRA COMANDOLLI, a via identificada como "Rua C", do Loteamento Tulipa, transversal da rua projetada A - bairro Primeiro de Maio.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 84,50 metros, tendo a pista largura de 7,00 metros e passeios de 1,50 metro para ambos os lados.

Art. 4º Fica denominada RUA HILDA SCHWANKE, a via identificada como "Rua D", do Loteamento Tulipa, transversal da rua projetada A - bairro Primeiro de Maio.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 70,00 metros, tendo a pista largura de 7,00 metros e passeios de 1,50 metro para ambos os lados.

Art. 5º Fica denominada RUA MARIA BELMIRA FISCHER, a via identificada como "Rua E", do Loteamento Tulipa, transversal da rua projetada A - bairro Primeiro de Maio.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 70,00 metros, tendo a pista largura de 7,00 metros e passeios de 1,50 metro para ambos os lados.

Art. 6º Fica denominada RUA OSCAR DE OLIVEIRA, a via identificada como "Rua F", do Loteamento Tulipa, transversal da rua projetada A - bairro Primeiro de Maio.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 54,00 metros, tendo a pista largura de 7,00 metros e passeios de 1,50 metro para ambos os lados.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/
SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

Edital de Notificação de Infração Trânsito 050/ 1828 A 1837 /2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 050 1829/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFG6569	55178504E	6610/2	02/03/2014	230 * VII
AGP2490	55175885E	6920/0	26/02/2014	233
AJY2542	55175882E	6920/0	26/02/2014	233
BOV1589	54951321E	5169/1	08/03/2014	165
BOV1589	54951322E	6599/2	08/03/2014	230 * V
CKC4212	55178407E	6637/2	01/03/2014	230 * IX
CZL7940	54266716E	5169/1	16/02/2014	165
DSK0884	54951103E	6599/2	27/02/2014	230 * V
EMW1335	55175853E	6920/0	19/02/2014	233
EPF9861	55175890E	6920/0	26/02/2014	233
IAW3655	55175893E	6920/0	27/02/2014	233
IEA6399	54951840E	5169/1	28/02/2014	165
IEA6399	54951842E	5118/0	28/02/2014	164 c/c 162 * I
IKT5952	55175899E	6920/0	28/02/2014	233
LXK1046	55175869E	6920/0	21/02/2014	233
LXK8971	55175874E	6920/0	24/02/2014	233
LXO0310	55178418E	6637/1	07/03/2014	230 * IX
LXO0310	55178556E	6599/2	07/03/2014	230 * V
LXO0310	55178557E	5045/0	07/03/2014	162 * V
LXP4893	55530600D	5045/0	09/03/2014	162 * V
LXP4893	55533708D	5142/0	09/03/2014	164 c/c 162 * V
LYO3391	54951114E	5010/0	01/03/2014	162 * I
LYO3391	54951115E	5118/0	01/03/2014	164 c/c 162 * I
LYO3391	54951116E	6599/2	01/03/2014	230 * V
LYO3391	54951117E	5169/1	01/03/2014	165
LYO3391	54951118E	5282/0	01/03/2014	176 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZN6610	54950849E	5010/0	08/03/2014	162 * I
LZN6610	54952969E	5061/0	08/03/2014	163 c/c 162 * I
LZN6610	54952970E	6599/2	08/03/2014	230 * V
LZV2670	55175864E	6920/0	20/02/2014	233
LZY6876	55176157E	5274/1	01/03/2014	175
MAB3369	55175854E	6920/0	19/02/2014	233
MAE7117	54825051E	6769/1	15/02/2014	230 * XXII
MAS8121	54951848E	5290/0	07/03/2014	176 * II
MBA9954	55175889E	6920/0	26/02/2014	233
MBB1903	54824239E	5010/0	15/02/2014	162 * I
MBB1903	54824240E	5118/0	15/02/2014	164 c/c 162 * I
MBB1903	54824241E	6599/2	15/02/2014	230 * V
MBB1903	54824242E	6653/2	15/02/2014	230 * XI
MBC1713	54825361E	6602/0	10/02/2014	230 * VI
MBM9365	54633746E	5282/0	08/02/2014	176 * I
MBN7405	54824649E	6912/0	01/03/2014	232
MBO1899	55175801E	6769/1	06/03/2014	230 * XXII
MBP1108	54950543E	6599/2	16/02/2014	230 * V
MBP1108	54950544E	5045/0	16/02/2014	162 * V
MBP1108	54950545E	5142/0	16/02/2014	164 c/c 162 * V
MBW1217	54951853E	7340/0	28/02/2014	252 * IV
MBW1217	54951855E	6548/0	28/02/2014	229
MCR3845	54951124E	5010/0	05/03/2014	162 * I
MCW8987	55533889D	6599/2	10/03/2014	230 * V
MDB6919	54823242E	6599/2	02/03/2014	230 * V
MDB6919	54823243E	5045/0	02/03/2014	162 * V
MDB6919	54823244E	5142/0	02/03/2014	164 c/c 162 * V
MDB6919	54823245E	6726/1	02/03/2014	230 * XVIII
MDC0220	55178059E	6610/2	26/02/2014	230 * VII
MDD1584	54951220E	6599/2	03/03/2014	230 * V
MDH3490	55530030D	6599/2	05/01/2014	230 * V
MDH3490	55530031D	5010/0	05/01/2014	162 * I
MDH3712	55530606D	6599/2	11/02/2014	230 * V
MDI9656	55175880E	6920/0	25/02/2014	233
MDK5172	54824194E	6599/2	19/02/2014	230 * V
MDN6387	54951312E	6912/0	28/02/2014	232
MDO2678	54952169E	6610/2	02/03/2014	230 * VII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDW9428	54823562E	5010/0	16/02/2014	162 * I
MDW9428	54823563E	5061/0	16/02/2014	163 c/c 162 * I
MDZ9000	55175851E	6920/0	19/02/2014	233
MEH9175	55175897E	6920/0	27/02/2014	233
MEI3069	54951363E	6912/0	22/02/2014	232
MEK5109	54952732E	6548/0	08/03/2014	229
MER3010	55175871E	6920/0	21/02/2014	233
MFA7514	54951301E	5045/0	13/02/2014	162 * V
MFA8523	54951313E	6599/2	28/02/2014	230 * V
MFA8523	54951314E	6610/2	28/02/2014	230 * VII
MFE0290	55533523D	6599/2	09/03/2014	230 * V
MFF7371	54951059E	6912/0	01/03/2014	232
MFI9252	55178457E	5169/1	04/03/2014	165
MFI9252	55178458E	6599/2	04/03/2014	230 * V
MFI9252	55178459E	5118/0	04/03/2014	164 c/c 162 * I
MFI9252	55178460E	5010/0	04/03/2014	162 * I
MFL0827	54631926E	5045/0	02/03/2014	162 * V
MFO0834	54950839E	5010/0	05/03/2014	162 * I
MFO0834	54950841E	6912/0	05/03/2014	232
MFO0834	54950843E	5118/0	05/03/2014	164 c/c 162 * I
MFP1008	55175852E	6920/0	19/02/2014	233
MFV3542	55175860E	6920/0	20/02/2014	233
MGH9458	55178453E	6599/2	28/02/2014	230 * V
MGQ8156	54952385E	6599/2	06/02/2014	230 * V
MGQ8156	54952386E	5010/0	06/02/2014	162 * I
MGV3853	55178409E	6610/2	01/03/2014	230 * VII
MHA3561	54824642E	7340/0	01/03/2014	252 * IV
MHB9663	54825060E	6912/0	16/02/2014	232
MHK3478	54951122E	6556/1	05/03/2014	230 * I
MHK3478	54951123E	6602/0	05/03/2014	230 * VI
MHO0393	54632032E	5010/0	06/02/2014	162 * I
MHR6353	55175875E	6920/0	24/02/2014	233
MHV2936	55175878E	6920/0	25/02/2014	233
MIP4481	54267042E	5118/0	11/02/2014	164 c/c 162 * I
MIP4481	54267043E	6599/2	11/02/2014	230 * V
MIP4481	54267044E	6580/0	11/02/2014	230 * IV
MIV6085	54951107E	5010/0	19/02/2014	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIV6085	54951108E	5118/0	19/02/2014	164 c/c 162 * I
MJC3234	55533006D	5010/0	12/03/2014	162 * I
MJM6879	55178408E	6610/2	01/03/2014	230 * VII
MKF9560	54951281E	6920/0	17/02/2014	233
MMF4510	55175764E	6912/0	04/03/2014	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 5 DE MAIO DE 2014

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS

DELEGADO REGIONAL - 17A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 050 1830/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABM0707	55534465D	5541/2	20/02/2014	181 * XVII
APF3432	54633088E	5207/0	27/02/2014	169
ATM9995	55533868D	7366/2	08/03/2014	252 * VI
AVM4847	55530481D	7366/2	06/02/2014	252 * VI
AVY5485	55530838D	6050/1	28/02/2014	208
CLK2923	55533900D	5525/0	12/03/2014	181 * XV
DFC6998	55534127D	7056/1	05/03/2014	244 * III
DHV2925	55530405D	5541/3	12/01/2014	181 * XVII
IJG9552	55534451D	5541/2	19/02/2014	181 * XVII
LOZ7982	55530368D	5193/0	09/01/2014	168
LWX2852	54633089E	5614/4	27/02/2014	182 * V
LXC0553	54267046E	5207/0	01/03/2014	169
LXD4903	55178501E	5185/1	02/03/2014	167
LXE5465	55534605D	5193/0	10/03/2014	168
LXW9259	55530848D	5541/6	11/03/2014	181 * XVII
LYC4766	54951464E	5541/1	02/03/2014	181 * XVII
LZI1100	55533114D	5541/2	26/02/2014	181 * XVII
LZN6610	54950850E	7056/1	08/03/2014	244 * III
LZN8258	55178507E	5207/0	06/03/2014	169
LZX1960	54952168E	5479/0	07/02/2014	181 * X
MAM7210	55533113D	5541/2	26/02/2014	181 * XVII
MBD4023	54951472E	5452/1	06/03/2014	181 * VIII
MBM9365	54633745E	5207/0	08/02/2014	169
MCB7707	54952261E	5185/1	15/02/2014	167
MCD5909	55533514D	5185/1	01/03/2014	167
MCG9355	55534474D	5541/2	24/02/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCR2482	55178513E	6050/1	08/03/2014	208
MCV7503	55310684D	5207/0	08/03/2014	169
MCW8987	55533888D	5550/0	10/03/2014	181 * XVIII
MCY7924	54952273E	5967/0	19/02/2014	203 * V
MDC3565	54951320E	5819/1	08/03/2014	193
MDI1127	55534481D	5541/2	24/02/2014	181 * XVII
MEC7108	55530547D	5550/0	10/03/2014	181 * XVIII
MEF6686	54952726E	6050/1	01/03/2014	208
MEM4745	55177901E	7234/0	26/02/2014	250 * I * a
MEM6241	54823561E	5207/0	16/02/2014	169
MEU5237	54824046E	5541/1	06/03/2014	181 * XVII
MEV6139	55530662D	5541/2	29/01/2014	181 * XVII
MEZ2360	55175757E	6050/1	01/03/2014	208
MFB7716	55534486D	5541/6	24/02/2014	181 * XVII
MFC2804	55534479D	5541/2	24/02/2014	181 * XVII
MFF7371	54951057E	7030/1	01/03/2014	244 * I
MFF7371	54951060E	5835/0	01/03/2014	195
MFL7177	54951786E	5185/1	01/03/2014	167
MFO0834	54950840E	7030/1	05/03/2014	244 * I
MFX8915	55530653D	5541/2	28/01/2014	181 * XVII
MGB2100	55534261D	6319/0	09/03/2014	220 * VI
MGB2100	55534262D	7234/0	09/03/2014	250 * I * a
MGD4527	54951474E	5452/1	06/03/2014	181 * VIII
MGG8837	55177905E	7234/0	26/02/2014	250 * I * a
MGH2926	55530791D	7366/2	07/02/2014	252 * VI
MGJ7072	55534607D	5550/0	10/03/2014	181 * XVIII
MGN2800	55533102D	5541/2	26/02/2014	181 * XVII
MGN3714	55534497D	5541/2	25/02/2014	181 * XVII
MGS6740	54951935E	5207/0	08/02/2014	169
MGU1652	54952294E	5207/0	25/02/2014	169
MGU6067	55533104D	5541/2	26/02/2014	181 * XVII
MGU9314	55530559D	5185/1	13/02/2014	167
MGW1040	54951791E	6050/1	01/03/2014	208
MGX9116	55533885D	5541/6	10/03/2014	181 * XVII
MHA7731	55530840D	5967/0	02/03/2014	203 * V
MHB9663	55530521D	5550/0	26/02/2014	181 * XVIII
MHE6988	55533893D	7366/2	10/03/2014	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHJ0795	55534138D	5452/2	11/03/2014	181 * VIII
MHL6075	55530726D	5541/5	06/02/2014	181 * XVII
MHO0393	54823230E	5835/0	06/02/2014	195
MHO0393	54823232E	5215/2	06/02/2014	170
MHO1749	55534455D	5541/2	19/02/2014	181 * XVII
MHP8623	55530068D	5550/0	30/01/2014	181 * XVIII
MHV8858	55530493D	5738/0	08/02/2014	186 * II
MHW8328	54823238E	6041/2	18/02/2014	207
MIB0366	55533857D	6866/1	06/03/2014	231 * VIII
MIF7535	55530733D	7366/2	06/02/2014	252 * VI
MIL9394	55530478D	7366/2	06/02/2014	252 * VI
MIM0927	55533109D	5541/2	26/02/2014	181 * XVII
MIU2131	55534469D	5541/2	20/02/2014	181 * XVII
MIX6781	54951465E	5738/0	02/03/2014	186 * II
MJJ6916	55178411E	5207/0	01/03/2014	169
MJP3732	54952295E	5207/0	26/02/2014	169
MJS4953	55530548D	5193/0	10/03/2014	168
MJS9892	54951926E	5207/0	04/02/2014	169
MJZ8736	55530875D	5541/1	05/02/2014	181 * XVII
MKN8166	54951847E	6050/1	07/03/2014	208
MKO3528	55178503E	5207/0	02/03/2014	169
MKO7914	54951468E	5541/1	06/03/2014	181 * XVII
MKP8934	55530980D	7366/2	04/02/2014	252 * VI
MLB7453	54951783E	5185/1	01/03/2014	167
MLD7061	55533944D	5541/2	18/02/2014	181 * XVII
MLL6844	55177902E	5207/0	26/02/2014	169
MLN1749	55533103D	5541/2	26/02/2014	181 * XVII
MLQ9998	54951779E	5207/0	28/02/2014	169
MLT1122	55530700D	5541/2	04/02/2014	181 * XVII
MMI0341	55534480D	5541/2	24/02/2014	181 * XVII
MTS7866	55534498D	5541/2	25/02/2014	181 * XVII
NSB9287	55534339D	7366/2	26/02/2014	252 * VI
OBI1562	55533610D	5550/0	06/03/2014	181 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 5 DE MAIO DE 2014

PAULO RODRIGO SESTREM

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 050 1831/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADC2349	54951923E	5274/1	25/01/2014	R\$ 191,53	175
ADS0800	55530931D	6599/2	04/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
AEW3843	54952417E	6920/0	15/01/2014	R\$ 127,69	233
IFB0889	54824955E	6599/2	18/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
LWX2734	54952420E	6920/0	15/01/2014	R\$ 127,69	233
LWZ1564	54824954E	6769/1	18/01/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
LXH9651	54952366E	6599/2	28/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXH9651	54952367E	5010/0	28/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
LXH9651	54952368E	5118/0	28/01/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LXH9651	54952369E	6912/0	28/01/2014	R\$ 53,20	232
LXH9651	54952370E	7340/0	28/01/2014	R\$ 85,12	252 * IV
LXH9651	54952371E	6637/2	28/01/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LXR9902	55529349D	6599/2	25/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXR9902	55529350D	5045/0	25/01/2014	R\$ 191,53	162 * V
LXV1572	55530951D	6610/2	23/01/2014	R\$ 127,69	230 * VII
LZL2520	54952432E	6920/0	15/01/2014	R\$ 127,69	233
LZT5836	54950526E	5169/1	25/01/2014	R\$ 1.915,38	165
LZT5836	54950527E	6912/0	25/01/2014	R\$ 53,20	232
MAT7178	54952450E	6920/0	17/01/2014	R\$ 127,69	233
MBG6220	54952413E	6920/0	14/01/2014	R\$ 127,69	233
MBM9365	54824395E	6637/2	10/12/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MBY7712	54950973E	6599/2	18/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBY7712	54950974E	5045/0	18/12/2013	R\$ 191,53	162 * V
MCD9599	54824435E	6556/1	24/01/2014	R\$ 191,53	230 * I
MCI8972	55529945D	5045/0	22/01/2014	R\$ 191,53	162 * V
MCP4416	54950517E	5169/1	19/01/2014	R\$ 1.915,38	165

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCT1377	54952866E	5274/1	16/01/2014	R\$ 191,53	175
MCT8358	54950518E	5010/0	20/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCT8358	54951737E	5061/0	20/01/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MCV7399	54952421E	6920/0	15/01/2014	R\$ 127,69	233
MDY6645	55530756D	5010/0	26/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEF6447	55530110D	6610/2	18/01/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MEI6666	54952324E	6920/0	06/01/2014	R\$ 127,69	233
MEO9323	54824757E	6602/0	18/01/2014	R\$ 191,53	230 * VI
MEU8228	54952442E	6920/0	17/01/2014	R\$ 127,69	233
MEX4175	55529858D	5274/1	07/12/2013	R\$ 191,53	175
MEY8394	54952423E	6920/0	15/01/2014	R\$ 127,69	233
MEZ4815	54952440E	6920/0	17/01/2014	R\$ 127,69	233
MFQ2580	54824174E	6599/2	22/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGI6419	54952586E	6920/0	09/12/2013	R\$ 127,69	233
MHI6667	55529281D	6599/2	15/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHQ7485	54952419E	6920/0	15/01/2014	R\$ 127,69	233
MHR9609	55530429D	5045/0	01/02/2014	R\$ 191,53	162 * V
MHV9459	55530953D	5010/0	23/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
MIB7184	55530399D	7340/0	12/01/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MIE9739	54952372E	6599/2	29/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
MIE9739	54952373E	6912/0	29/01/2014	R\$ 53,20	232
MIJ5045	54952443E	6920/0	17/01/2014	R\$ 127,69	233
MIZ1399	55529650D	6599/2	10/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
MIZ2418	54952211E	7340/0	24/01/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MJG4696	54952418E	6920/0	15/01/2014	R\$ 127,69	233
MKI8873	55530854D	7340/0	22/01/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MKO7979	54951735E	6599/2	13/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MLC0168	54633041E	6599/2	17/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
MLC0168	54633042E	5045/0	17/01/2014	R\$ 191,53	162 * V
MLH8203	55530131D	7340/0	26/01/2014	R\$ 85,12	252 * IV

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 5 DE MAIO DE 2014

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS

DELEGADO REGIONAL - 17A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 050 1832/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADL5317	55534595D	5452/2	09/12/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
DEZ1688	55529767D	5185/1	09/12/2013	R\$ 127,69	167
DML5956	55530280D	6050/1	23/12/2013	R\$ 191,53	208
LYK0539	55530869D	5967/0	01/02/2014	R\$ 191,53	203 * V
LYP1077	55529687D	5525/0	17/01/2014	R\$ 85,12	181 * XV
LZN6385	55530378D	6858/0	11/01/2014	R\$ 85,12	231 * VII
MAD4184	54952465E	5835/0	16/01/2014	R\$ 127,69	195
MAK0612	55530318D	5185/2	18/01/2014	R\$ 127,69	167
MDR8316	55530703D	5185/1	23/01/2014	R\$ 127,69	167
MDX7602	55530954D	5185/1	27/01/2014	R\$ 127,69	167
MEI1499	54824755E	5185/2	17/01/2014	R\$ 127,69	167
MFT8222	54824961E	5444/0	18/01/2014	R\$ 53,20	181 * VII
MGN9817	55530462D	7366/2	15/01/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MHC9202	55530210D	5550/0	06/01/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MHE6553	55534071D	5444/0	14/12/2013	R\$ 53,20	181 * VII
MIC8246	55530759D	7030/2	26/01/2014	R\$ 191,53	244 * I
MIJ1998	55530401D	5452/2	08/01/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MIT3919	55530914D	7030/2	25/01/2014	R\$ 191,53	244 * I
MIY8660	55529978D	7366/2	13/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MIZ1399	55530225D	5541/1	10/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKV0604	55530927D	6050/1	31/01/2014	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 5 DE MAIO DE 2014

PAULO RODRIGO SESTREM

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 050 1833/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEA6873	54823149E	5010/0	24/02/2014	162 * I
AEA6873	54823150E	5118/0	24/02/2014	164 c/c 162 * I
AEA6873	54951304E	6599/2	24/02/2014	230 * V
AEA6873	54951306E	7340/0	24/02/2014	252 * IV
AEA6873	54951307E	6556/1	24/02/2014	230 * I
AHH3171	55175929E	6920/0	13/03/2014	233
AHW5739	55175921E	6920/0	12/03/2014	233
ALD4387	54951125E	6580/0	07/03/2014	230 * IV
ALD4387	54951126E	6599/2	07/03/2014	230 * V
ALD4387	54951127E	6912/0	07/03/2014	232
ALD4387	54951128E	6637/1	07/03/2014	230 * IX
AMA6006	54952251E	6769/2	12/02/2014	230 * XXII
AMA6006	54952649E	6610/2	12/02/2014	230 * VII
AMA6006	54952650E	6726/1	12/02/2014	230 * XVIII
AMF1226	55175902E	6920/0	07/03/2014	233
AQM5952	55178558E	6912/0	09/03/2014	232
ARB5460	55178506E	6599/2	06/03/2014	230 * V
BGI2180	54952499E	6661/0	16/02/2014	230 * XII
CCC5349	54825302E	6661/0	15/02/2014	230 * XII
CMB5516	55177960E	6599/2	09/03/2014	230 * V
DBJ2525	55530620D	6670/0	15/02/2014	230 * XIII
DRJ7760	54633047E	5169/1	10/02/2014	165
DRJ7760	54633048E	6912/0	10/02/2014	232
DWP7414	55533629D	6599/2	18/03/2014	230 * V
EJY0033	55178426E	6726/1	13/03/2014	230 * XVIII
EUU3536	54825201E	6769/1	09/03/2014	230 * XXII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
HRW7510	55178451E	6610/2	28/02/2014	230 * VII
IEA6399	55175953E	5010/0	28/02/2014	162 * I
IHU8730	54633749E	5010/0	13/03/2014	162 * I
IHU8730	54633750E	5169/1	13/03/2014	165
IHU8730	54952869E	5061/0	13/03/2014	163 c/c 162 * I
IHU8730	54952870E	6912/0	13/03/2014	232
IKB9685	55175919E	6920/0	12/03/2014	233
JRT0748	55530755D	6912/0	26/01/2014	232
KAR2100	54951557E	5010/0	13/03/2014	162 * I
KAR2100	54951569E	5118/0	13/03/2014	164 c/c 162 * I
KAR2100	54951570E	6912/0	13/03/2014	232
KZG1022	54951844E	5010/0	06/03/2014	162 * I
KZG1022	54951845E	5118/0	06/03/2014	164 c/c 162 * I
LWS7443	55175905E	6920/0	07/03/2014	233
LXP4893	55177952E	6726/1	09/03/2014	230 * XVIII
LXZ1286	54824560E	6700/0	10/03/2014	230 * XVI
LYW3766	55175914E	6920/0	11/03/2014	233
LZQ1079	55178420E	6637/2	10/03/2014	230 * IX
LZQ1079	55178422E	5274/1	10/03/2014	175
LZQ1079	55178559E	6599/2	10/03/2014	230 * V
LZQ1079	55178560E	5045/0	10/03/2014	162 * V
MAA2545	54824970E	5169/1	10/03/2014	165
MBE2904	54951564E	5010/0	03/03/2014	162 * I
MBE2904	54951565E	5118/0	03/03/2014	164 c/c 162 * I
MBE2904	54951566E	6599/2	03/03/2014	230 * V
MBE8412	55530499D	6599/2	12/02/2014	230 * V
MBF3555	55178651E	5304/0	13/03/2014	176 * III
MBO5502	55178428E	5010/0	13/03/2014	162 * I
MBW7658	54824238E	6726/1	15/02/2014	230 * XVIII
MCE2660	54824608E	5169/1	16/02/2014	165
MCE4240	54951850E	5118/0	12/03/2014	164 c/c 162 * I
MCE4240	55178518E	6599/2	12/03/2014	230 * V
MCE4240	55178519E	5010/0	12/03/2014	162 * I
MCP6318	54825154E	6769/1	09/03/2014	230 * XXII
MDE3325	55178423E	7340/0	13/03/2014	252 * IV
MDN6284	55533714D	5010/0	13/03/2014	162 * I
MDS1756	54951327E	6599/2	13/03/2014	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDY8737	55178517E	6599/2	10/03/2014	230 * V
MEB0993	55178464E	6610/2	09/03/2014	230 * VII
MEC5929	55178466E	6599/2	10/03/2014	230 * V
MEL3670	54952490E	6599/2	10/02/2014	230 * V
MEL8329	54952243E	5010/0	06/02/2014	162 * I
MEL8329	54952244E	5118/0	06/02/2014	164 c/c 162 * I
MEN6966	55534407D	5010/0	10/03/2014	162 * I
MEN6966	55534408D	6912/0	10/03/2014	232
MEO1662	54263172E	6610/2	06/02/2014	230 * VII
MER4640	55534241D	6599/2	22/02/2014	230 * V
MEU7553	54951129E	6610/2	09/03/2014	230 * VII
MFM1462	55175907E	6920/0	07/03/2014	233
MGB2100	55178071E	5169/1	09/03/2014	165
MGC1072	55178069E	7285/0	09/03/2014	250 * III
MHA1419	54825460E	7285/0	09/03/2014	250 * III
MHC0948	55533769D	6599/2	23/03/2014	230 * V
MHR2533	54825354E	6610/2	10/02/2014	230 * VII
MHU0748	55530497D	7340/0	08/02/2014	252 * IV
MHX8095	55178465E	6599/2	10/03/2014	230 * V
MIP4481	54267041E	5010/0	11/02/2014	162 * I
MIR2865	54950532E	5010/0	08/02/2014	162 * I
MIR2865	54950533E	5118/0	08/02/2014	164 c/c 162 * I
MIW7323	54825053E	6661/0	15/02/2014	230 * XII
MJB1076	55178463E	6610/2	08/03/2014	230 * VII
MJB3450	55175935E	6920/0	28/02/2014	233
MJL6188	55178467E	6599/2	10/03/2014	230 * V
MJW7345	54951946E	5169/1	13/02/2014	165
MLD4611	54952170E	6610/2	05/03/2014	230 * VII
MMF8130	55534216D	5045/0	16/02/2014	162 * V
MMF8130	55534217D	5142/0	16/02/2014	164 c/c 162 * V
MUV0606	55534188D	6599/2	19/03/2014	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 5 DE MAIO DE 2014

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS

DELEGADO REGIONAL - 17A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 050 1834/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADS0800	55178566E	5185/1	13/03/2014	167
AEA6873	54951305E	5835/0	24/02/2014	195
AHI0512	55530565D	7234/0	16/02/2014	250 * I * a
ATE6282	54951833E	5967/0	14/02/2014	203 * V
BEM2903	55530829D	7366/2	18/02/2014	252 * VI
BNW0849	54825202E	5185/2	09/03/2014	167
CBX4667	55534323D	5541/6	26/02/2014	181 * XVII
DIF3277	55533053D	5550/0	12/03/2014	181 * XVIII
LXJ7983	55530898D	6050/1	19/02/2014	208
LYI3421	55534182D	5541/1	10/03/2014	181 * XVII
LYI8358	54825324E	5185/2	16/02/2014	167
LYX5000	55530886D	5541/6	13/02/2014	181 * XVII
LZQ1079	55178419E	5185/1	10/03/2014	167
LZW7364	55533716D	5550/0	15/03/2014	181 * XVIII
LZX3805	55530999D	5185/1	14/02/2014	167
MAY1410	54951222E	7366/2	07/03/2014	252 * VI
MAZ8643	54951796E	5207/0	12/03/2014	169
MBE8412	55530498D	5835/0	12/02/2014	195
MBV3873	55533757D	5541/1	10/03/2014	181 * XVII
MCD9213	55178064E	5207/0	09/03/2014	169
MCE4764	54266632E	5185/2	24/01/2014	167
MCG0935	55530294D	5541/2	11/02/2014	181 * XVII
MDL6834	54951568E	5207/0	07/03/2014	169
MEF9117	55533106D	5541/2	26/02/2014	181 * XVII
MEO1662	54263171E	5207/0	06/02/2014	169
MER1946	55530998D	5185/1	14/02/2014	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEU7849	54823247E	5185/2	02/03/2014	167
MEY8704	55529291D	7366/2	06/02/2014	252 * VI
MFF9321	55530825D	5541/6	18/02/2014	181 * XVII
MFG7957	55530794D	6050/1	09/02/2014	208
MFG7957	55530795D	7030/2	09/02/2014	244 * I
MFG7957	55530798D	5835/0	09/02/2014	195
MFP5440	54824868E	5185/2	16/02/2014	167
MFT4179	54950534E	6050/1	10/02/2014	208
MFV1860	55534487D	5541/2	24/02/2014	181 * XVII
MFV3922	54825325E	5185/2	16/02/2014	167
MFY3805	54823233E	5967/0	06/02/2014	203 * V
MGB6493	55530950D	5541/5	08/03/2014	181 * XVII
MGD9324	54952179E	5452/1	11/03/2014	181 * VIII
MGH4610	55534700D	5185/1	12/02/2014	167
MGS2714	55533533D	5541/2	17/03/2014	181 * XVII
MHS7677	54951471E	5452/1	06/03/2014	181 * VIII
MHY0140	54825151E	5207/0	09/03/2014	169
MIA6023	55178073E	7234/0	09/03/2014	250 * I * a
MIB0291	55530143D	5550/0	01/02/2014	181 * XVIII
MIQ9907	54951467E	5541/1	06/03/2014	181 * XVII
MIW9060	55530494D	5185/1	08/02/2014	167
MJA9456	54951797E	6050/1	09/03/2014	208
MJB2263	55178072E	5185/2	10/03/2014	167
MJE2676	55530550D	7366/2	12/03/2014	252 * VI
MJG0920	55533758D	5550/0	10/03/2014	181 * XVIII
MJJ6089	54952176E	5452/1	11/03/2014	181 * VIII
MJL5641	55177955E	5967/0	09/03/2014	203 * V
MJM5480	55530990D	5541/1	14/02/2014	181 * XVII
MJW0751	54952173E	5452/1	11/03/2014	181 * VIII
MKB4010	55530828D	5541/6	18/02/2014	181 * XVII
MKG0154	55534268D	7366/2	13/03/2014	252 * VI
MKR8247	55534412D	5541/6	12/03/2014	181 * XVII
MKS3838	55530949D	7366/2	08/03/2014	252 * VI
MKT7304	54824045E	5541/1	06/03/2014	181 * XVII
MKV7698	55530337D	5452/1	07/02/2014	181 * VIII
MKY6607	54084236D	5452/1	11/03/2014	181 * VIII
MLD6437	55530987D	7366/2	12/02/2014	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MLG3600	55530830D	7366/2	18/02/2014	252 * VI
MLK4218	55530693D	5541/2	04/02/2014	181 * XVII
MLN4006	55178653E	5207/0	13/03/2014	169
NRU5806	54951788E	6050/1	01/03/2014	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 5 DE MAIO DE 2014

PAULO RODRIGO SESTREM

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N° 050 1835/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AZL0005	54824288E	6920/0	25/11/2013	R\$ 127,69	233
CRG1895	54633075E	5169/1	21/10/2013	R\$ 1.915,38	165
DEX4213	54951013E	6920/0	21/01/2014	R\$ 127,69	233
ENX1519	54951009E	6920/0	22/01/2014	R\$ 127,69	233
ISS0009	55681822D	6599/2	25/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
JQM9903	54950970E	7285/0	17/12/2013	R\$ 85,12	250 * III
LXC4546	54951664E	5169/1	14/11/2013	R\$ 1.915,38	165
LXO8877	54951667E	6599/2	16/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
LXO8877	54951668E	5169/1	16/11/2013	R\$ 1.915,38	165
LXO8877	54951669E	6726/1	16/11/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
LYG1440	54951646E	5010/0	04/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
LYG1440	54951647E	5061/0	04/02/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
LYO8232	54951709E	5010/0	21/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
LYO8232	54951710E	5118/0	21/11/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LYU7147	55529441D	6670/0	30/11/2013	R\$ 127,69	230 * XIII
MAI0090	54951622E	6599/2	20/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAI0090	54951624E	6726/1	20/01/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MAI5962	54951677E	6599/2	19/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAI5962	54951678E	6580/0	19/11/2013	R\$ 191,53	230 * IV
MAI5962	54951679E	5010/0	19/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
MAI5962	54951680E	5118/0	19/11/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBB4350	55529369D	6700/0	26/11/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
MBI0898	54952518E	6920/0	28/11/2013	R\$ 127,69	233
MBT9801	54952859E	6726/1	14/12/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
MCP8269	54950765E	5010/0	21/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
MDN0302	54951002E	6920/0	20/01/2014	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDZ9393	54951024E	6920/0	28/01/2014	R\$ 127,69	233
MEH3554	55532643D	5274/1	15/11/2013	R\$ 191,53	175
MEH3554	55532644D	6912/0	15/11/2013	R\$ 53,20	232
MEK5358	55529604D	5045/0	15/11/2013	R\$ 191,53	162 * V
MEN9532	54824176E	5118/0	26/01/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MEY5859	54951689E	7340/0	22/11/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MEY7654	54951042E	6920/0	29/01/2014	R\$ 127,69	233
MEY9943	54951763E	6599/2	03/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEZ6820	54951019E	6920/0	23/01/2014	R\$ 127,69	233
MHM6778	55755615C	6599/2	13/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHR7492	54824225E	5169/1	01/12/2013	R\$ 1.915,38	165
MLR0320	54952855E	5169/1	12/12/2013	R\$ 1.915,38	165
MMA1331	54951010E	6920/0	21/01/2014	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 5 DE MAIO DE 2014

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS

DELEGADO REGIONAL - 17A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 050 1836/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DEZ1688	55529768D	5193/0	09/12/2013	R\$ 191,53	168
MAX3687	55530319D	5185/1	18/01/2014	R\$ 127,69	167
MBT9801	54952858E	6050/1	14/12/2013	R\$ 191,53	208
MCY9079	55529131D	5479/0	18/12/2013	R\$ 85,12	181 * X
MDC3565	54952868E	5215/2	01/02/2014	R\$ 191,53	170
MEQ0922	55530957D	7366/2	27/01/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MFW1238	55530127D	6050/1	28/01/2014	R\$ 191,53	208
MGC1265	54950825E	6017/4	02/02/2014	R\$ 191,53	206 * III
MGC1265	54950826E	5835/0	02/02/2014	R\$ 127,69	195
MGE2255	55534029D	7366/2	10/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MID7790	55529980D	6122/0	13/12/2013	R\$ 191,53	214 * I
MIT3919	55530712D	5819/1	25/01/2014	R\$ 574,61	193
MIT3919	55530713D	5835/0	25/01/2014	R\$ 127,69	195
MJE9939	54824398E	7366/2	10/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MKA0606	55529897D	7366/2	13/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MKC8592	55534894D	5541/5	17/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLR0320	54952856E	5215/2	12/12/2013	R\$ 191,53	170
MLR0320	54952857E	5835/0	12/12/2013	R\$ 127,69	195

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 5 DE MAIO DE 2014

PAULO RODRIGO SESTREM

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 050 1837/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFN7204	54824650E	7340/0	01/03/2014	252 * IV
AHO2039	55533734D	6599/2	27/03/2014	230 * V
AMB9262	55534259D	6599/2	09/03/2014	230 * V
AMB9262	55534260D	5045/0	09/03/2014	162 * V
ANP0857	54950536E	6599/2	11/02/2014	230 * V
ANP0857	54950537E	6556/4	11/02/2014	230 * I
ANP0857	54950538E	5169/1	11/02/2014	165
ANP0857	54950539E	6912/0	11/02/2014	232
ARV7443	54825253E	5169/1	21/03/2014	165
BMI5538	55534258D	6599/2	09/03/2014	230 * V
BTF7502	54952278E	6610/2	22/02/2014	230 * VII
CLP9399	55310665D	6599/2	04/02/2014	230 * V
CZL7940	54951356E	6912/0	16/02/2014	232
CZL7940	54952498E	6599/2	16/02/2014	230 * V
DDM4590	55178455E	6599/2	04/03/2014	230 * V
DDM4590	55178456E	6610/2	04/03/2014	230 * VII
GSP8855	55178057E	6726/1	26/02/2014	230 * XVIII
HMC3320	55175857E	6920/0	20/02/2014	233
HNZ6784	55533814D	6602/0	17/03/2014	230 * VI
HVM8454	54951296E	6920/0	19/02/2014	233
IGW5583	55534382D	6599/2	02/03/2014	230 * V
IGW5583	55534383D	5010/0	02/03/2014	162 * I
IGW5583	55534384D	5118/0	02/03/2014	164 c/c 162 * I
IIR0870	55534283D	6599/2	21/03/2014	230 * V
ILN6767	54951052E	5010/0	10/02/2014	162 * I
ILN6767	54951053E	5118/0	10/02/2014	164 c/c 162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
KGU8981	55178527E	5169/1	16/03/2014	165
KIJ4149	54951258E	6920/0	31/01/2014	233
KXL2920	55175952E	5045/0	14/03/2014	162 * V
KXU0202	54631929E	6599/2	14/03/2014	230 * V
KXU0202	55179751E	5045/0	14/03/2014	162 * V
KXU0202	55179752E	5142/0	14/03/2014	164 c/c 162 * V
KXU0202	55179753E	6912/0	14/03/2014	232
LPC7950	54951405E	6548/0	08/03/2014	229
LXB1432	55534324D	5010/0	26/02/2014	162 * I
LXB1432	55534325D	5118/0	26/02/2014	164 c/c 162 * I
LXD7287	54824627E	5010/0	25/02/2014	162 * I
LXD7287	54824628E	5118/0	25/02/2014	164 c/c 162 * I
LXD7287	54824629E	6726/1	25/02/2014	230 * XVIII
LXD9582	55175872E	6920/0	21/02/2014	233
LXJ7983	55175926E	6920/0	13/03/2014	233
LXK1117	55175946E	6920/0	26/02/2014	233
LXL7163	54951254E	6920/0	30/01/2014	233
LXY1707	54824634E	6726/1	25/02/2014	230 * XVIII
LYO6732	54825206E	5010/0	09/03/2014	162 * I
LYT0364	54825359E	6599/2	10/02/2014	230 * V
LZA8562	55175901E	6920/0	07/03/2014	233
LZZ8924	55178707E	5010/0	15/03/2014	162 * I
LZZ8924	55178708E	5118/0	15/03/2014	164 c/c 162 * I
MAF6980	54952724E	6912/0	28/02/2014	232
MAL0837	55178431E	6637/2	14/03/2014	230 * IX
MAP7171	55530890D	5045/0	15/02/2014	162 * V
MAP7171	55530892D	5142/0	15/02/2014	164 c/c 162 * V
MAQ1011	55533815D	5010/0	17/03/2014	162 * I
MAQ1011	55533816D	5118/0	17/03/2014	164 c/c 162 * I
MAT8845	55175906E	6920/0	07/03/2014	233
MAX3453	55533825D	6610/2	19/03/2014	230 * VII
MBA3722	55533073D	5045/0	24/03/2014	162 * V
MBE8784	55533867D	7340/0	08/03/2014	252 * IV
MBG1933	55533380D	7340/0	01/04/2014	252 * IV
MBI5187	55533094D	6599/2	01/04/2014	230 * V
MBM5202	55175859E	6920/0	20/02/2014	233
MBU7169	55533848D	6556/1	27/03/2014	230 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBW8779	55178573E	6599/2	18/03/2014	230 * V
MBX1053	55176162E	5169/1	21/03/2014	165
MBZ3156	55178447E	5045/0	18/03/2014	162 * V
MCI5545	55175917E	6920/0	11/03/2014	233
MCJ1642	55175752E	5010/0	22/02/2014	162 * I
MCJ2408	55177961E	6610/2	10/03/2014	230 * VII
MCJ8883	55533062D	7340/0	18/03/2014	252 * IV
MCM1246	55533039D	6599/2	16/03/2014	230 * V
MCX2371	55175924E	6920/0	13/03/2014	233
MCY9079	54951323E	6599/2	09/03/2014	230 * V
MDE3022	54952276E	6599/2	21/02/2014	230 * V
MDE3022	54952277E	6726/1	21/02/2014	230 * XVIII
MDG0862	55533325D	6700/0	24/03/2014	230 * XVI
MDH3658	54952968E	6912/0	05/03/2014	232
MDI3585	55533829D	6556/1	19/03/2014	230 * I
MDI7106	55179802E	5010/0	18/03/2014	162 * I
MDI7106	55179803E	5169/1	18/03/2014	165
MDI7106	55179804E	6556/1	18/03/2014	230 * I
MDK5172	55175898E	6920/0	27/02/2014	233
MDO5961	54267048E	5010/0	18/03/2014	162 * I
MDO5961	54267049E	5118/0	18/03/2014	164 c/c 162 * I
MDR7196	55175891E	6920/0	26/02/2014	233
MED5648	55534504D	6599/2	01/11/2013	230 * V
MED7738	55178510E	5010/0	08/03/2014	162 * I
MED7738	55178511E	5169/1	08/03/2014	165
MEE2862	54951288E	6920/0	18/02/2014	233
MEF6994	54950848E	6912/0	08/03/2014	232
MEI1499	54951295E	6920/0	19/02/2014	233
MEL8419	55178434E	6610/2	14/03/2014	230 * VII
MEZ8440	55533033D	6599/2	16/03/2014	230 * V
MFA8523	55178474E	5010/0	19/03/2014	162 * I
MFA8523	55178475E	6610/2	19/03/2014	230 * VII
MFA8523	55178476E	5118/0	19/03/2014	164 c/c 162 * I
MFB0135	55534424D	6912/0	28/03/2014	232
MFE0436	54824513E	6769/1	21/03/2014	230 * XXII
MFE0436	54824515E	5169/1	21/03/2014	165
MFE5115	54632040E	7340/0	02/03/2014	252 * IV

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFG8176	54950837E	7340/0	01/03/2014	252 * IV
MFH3480	54950547E	5045/0	22/02/2014	162 * V
MFJ1265	55175916E	6920/0	11/03/2014	233
MFL3558	54825153E	5169/1	09/03/2014	165
MFR6072	54952263E	6912/0	16/02/2014	232
MFR6072	54952264E	5045/0	16/02/2014	162 * V
MFR6072	54952265E	5142/0	16/02/2014	164 c/c 162 * V
MFR6072	54952266E	7340/0	16/02/2014	252 * IV
MFY1629	55534271D	6599/2	13/03/2014	230 * V
MFZ4068	54824762E	7340/0	17/03/2014	252 * IV
MGA4669	55178449E	6599/2	19/03/2014	230 * V
MGB7020	55179755E	5169/1	21/03/2014	165
MGF9408	54263034E	5010/0	14/03/2014	162 * I
MGF9408	54263035E	5118/0	14/03/2014	164 c/c 162 * I
MGF9408	54263036E	6912/0	14/03/2014	232
MGL6220	54951131E	6599/2	13/03/2014	230 * V
MGP5375	55175911E	6920/0	06/03/2014	233
MGQ3508	55176163E	6645/0	20/03/2014	230 * X
MGS2904	55533657D	6637/2	25/02/2014	230 * IX
MGX3683	55175858E	6920/0	20/02/2014	233
MHB0796	55530642D	6610/2	26/02/2014	230 * VII
MHE3686	54951261E	6920/0	10/02/2014	233
MHE9780	55533097D	7340/0	01/04/2014	252 * IV
MHF7215	55534287D	7340/0	25/03/2014	252 * IV
MHO0393	54952279E	5010/0	25/02/2014	162 * I
MHQ7140	55178574E	6599/2	20/03/2014	230 * V
MHW8441	55533086D	5010/0	28/03/2014	162 * I
MHW8441	55533087D	5118/0	28/03/2014	164 c/c 162 * I
MHW9160	55534122D	6599/2	03/03/2014	230 * V
MIB5813	55178441E	7340/0	17/03/2014	252 * IV
MIB5813	55178442E	5010/0	17/03/2014	162 * I
MIB5813	55178444E	5061/0	17/03/2014	163 c/c 162 * I
MIC2153	55533819D	6599/2	17/03/2014	230 * V
MIJ5855	55178701E	5010/0	13/03/2014	162 * I
MIJ5855	55178702E	5118/0	13/03/2014	164 c/c 162 * I
MIJ5855	55178703E	6599/2	13/03/2014	230 * V
MIJ6023	55533316D	7340/0	22/03/2014	252 * IV

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIZ2069	55534190D	6599/2	19/03/2014	230 * V
MIZ2091	54632044E	6599/2	15/03/2014	230 * V
MIZ2418	55533317D	7340/0	22/03/2014	252 * IV
MJE0207	54824503E	6637/2	21/03/2014	230 * IX
MJE0207	54824505E	6769/1	21/03/2014	230 * XXII
MJM2411	55529097D	6599/2	17/12/2013	230 * V
MJO2420	54951279E	6920/0	17/02/2014	233
MJQ3162	54951316E	5045/0	08/03/2014	162 * V
MJQ3162	54951317E	6912/0	08/03/2014	232
MJS4990	55534193D	6599/2	21/03/2014	230 * V
MJS9337	54951135E	5169/1	15/03/2014	165
MJT6725	55534363D	6610/2	02/03/2014	230 * VII
MKW2379	54951218E	6645/0	23/02/2014	230 * X
MKW2886	54631990E	5045/0	20/03/2014	162 * V
MLM9785	54824250E	6912/0	25/02/2014	232
MWR3090	54824646E	5010/0	01/03/2014	162 * I
MWR3090	54824647E	5118/0	01/03/2014	164 c/c 162 * I
MWR3090	54824648E	7340/0	01/03/2014	252 * IV
NER0819	55533835D	6599/2	21/03/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 5 DE MAIO DE 2014

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS

DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

Caçador

PREFEITURA

Decreto Nº 5.996

DECRETO nº 5.996, de 30 de abril de 2014.
Aprova desmembramento de terreno urbano.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Leis Complementares nºs 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano, alterada pela 235/2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 816,00m² (oitocentos e dezesseis metros quadrados), objeto do Registro nº 5.776, do Registro de Imóveis desta Comarca, localizado na Rua Santa Rita de Cássia, Bairro Nossa Senhora Salete, nesta cidade, de propriedade de Neri Lourenço da Rocha, ficando após o desmembramento constituído de dois lotes, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I - lote 01 com 305,09m² (trezentos e cinco metros e nove décimos metros quadrados), confrontando: ao Sudeste, com a Rua Santa Rita de Cássia, medindo 10,00 metros; ao Noroeste, com o imóvel contante na matrícula nº1974, de propriedade de Orestes Mandelli, medindo 10,00 metros; ao Sudoeste, com o lote desmembrado nº 02, medindo 32,00 metros; e, ao Nordeste, com lote nº 18, constante na matrícula nº 5838, medindo 30,00 metros.

II - lote 02 com 510,91m² (quinhentos e dez metros e noventa e um décimos metros quadrados), confrontando: ao Sudeste, com a Rua Santa Rita de Cássia, medindo 15,50 metros; ao Noroeste, com o imóvel contante na matrícula nº1974, de propriedade de Orestes Mandelli, medindo 16,50 metros; ao Sudoeste, com lote nº 20, constante na matrícula nº 7047, medindo 35,50 metros; e, ao Nordeste, com o lote desmembrado nº 01, medindo 32,00 metros.

Art. 2º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 3º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de abril de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Lei Nº 3.109

LEI Nº 3.109, de 17 de abril de 2014.

Declara de utilidade pública a associação Cáritas Diocesana de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a associação Cáritas Diocesana de Caçador, entidade sem fins lucrativos, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.501.764/0001-58 com sede na Av. Santa Catarina, nº 228, centro, nesta cidade de Caçador.

Art. 2º Ficam asseguradas a Associação, todas as vantagens, benefícios e prerrogativas previstas na legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de abril de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Decreto Nº 5.984

DECRETO nº 5.984, de 25 de abril de 2014.

Suplementa dotação orçamentária, por conta de remanejamento entre despesas, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social, na importância de R\$ 24.255,00 (vinte e quatro mil e duzentos e cinquenta e cinco reais):

01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2.191 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica

3.3.90.00.0052 - Aplicações Diretas R\$ 24.255,00

Total R\$ 24.255,00

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de Remanejamento entre despesas no valor de R\$ 24.255,00 (vinte e quatro mil e duzentos e cinquenta e cinco reais):

01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2.191 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica

4.4.90.00.0052 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

3.1.90.00.0052 - Aplicações Diretas R\$ 14.255,00

Total R\$ 24.255,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 25 de abril de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Gilberto Nicolao Haudsch
SECRETÁRIO DA FAZENDA

Decreto Nº 5.991

DECRETO Nº 5.991, de 28 de abril de 2014.

Institui a obrigatoriedade de realizar os procedimentos de reavaliação, redução ao valor recuperável de ativos, depreciação, amortização e exaustão dos bens da Administração Pública do Município de Caçador e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e

Considerando a necessidade de adequação dos procedimentos patrimoniais, em face das determinações contidas na Portaria STN nº 828, de 14 de dezembro de 2011; Portaria STN Nº753, de 21 de dezembro de 2012, em atendimento às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e às Resoluções nº 1.136/2008 e 1.137/2008 do Conselho Federal de Contabilidade,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a obrigatoriedade de realizar os procedimentos de reavaliação, redução ao valor recuperável de ativos, depreciação, amortização e exaustão dos bens da Administração Pública do Município de Caçador, nos termos da legislação aplicável à matéria e de acordo com o disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º Os órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal, inclusive os fundos, deverão obedecer às determinações contidas neste Decreto e promover medidas para realizar o cadastramento e recadastramento, avaliação ou reavaliação, redução ao valor recuperável, a depreciação, a amortização e a exaustão dos bens do ativo sob sua responsabilidade nos termos deste Decreto, para fins de atender às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, bem como aos Princípios de Contabilidade.

Art. 3º O controle da existência e da utilização e os registros analíticos dos bens móveis de caráter permanente e dos bens imóveis pertencentes ao patrimônio do Município de Caçador serão exercidos e mantidos, quando da Administração Direta, pela Secretaria de Administração, e quando da Administração Indireta pelo setor pertinente da Unidade Gestora, na forma deste Decreto.

Art. 4º As unidades responsáveis pela escrituração contábil da administração direta e/ou indireta manterão registros sintéticos dos bens móveis e dos bens imóveis.

Art. 5º Considera-se bem de natureza permanente, nos termos do §2º, do artigo 15, da Lei Federal nº 4.320/1964, todo bem de duração provável superior a 2 (dois) anos, devendo ser incorporado ao Patrimônio do Município.

§1º A inscrição do bem móvel permanente ou do bem imóvel no patrimônio, da Administração Pública do Município de Caçador (Direta e Indireta), denomina-se tombamento.

§2º A baixa dos bens patrimoniais (móveis ou imóveis), da Administração Pública do Município de Caçador, deverá estar sujeita a processo administrativo próprio desincorporação quando houver alienação, permuta, doação, transferência, sinistro, furto/roubo, extravio, desaparecimento, depreciação, entre outras ocorrências previstas na legislação.

Art. 6º O Município procederá à avaliação de todo seu patrimônio, sendo que os bens levantados, que não forem objetos de ajuste em seu valor contábil serão enquadrados diretamente nos critérios de depreciação constantes do Anexo I deste Decreto.

Art. 7º Fica instituído o Sistema de Gestão Patrimonial, cujo controle ficará a cargo da Secretaria Municipal de Administração, com as seguintes atribuições:

I - zelar pelo cumprimento das regras contidas neste Decreto;

II - criar e presidir subcomissões para realização dos procedimentos relativos a reavaliação, redução ao valor recuperável do ativo, depreciação, amortização e exaustão;

III - deliberar sobre a contratação, em caráter excepcional, pela Administração Direta ou qualquer entidade, de serviços especializados para realização dos procedimentos relativos a reavaliação, redução ao valor recuperável do ativo, depreciação, amortização e exaustão.

Parágrafo único. No cumprimento da atribuição descrita no inciso I deste artigo, ocorrendo constatação de qualquer pendência de órgão ou entidade em relação aos procedimentos patrimoniais, deverá a Secretaria Municipal responsável, notificar o titular ou dirigente máximo do órgão ou entidade, visando à sua regularização.

CAPÍTULO II

DA INSCRIÇÃO DOS BENS DO ATIVO

Seção I

Dos Bens Móveis e Imóveis

Art. 8º Os bens classificados como "material de consumo", cujo valor tenha sido levado à conta estoque, serão controlados pelo Almoxarifado.

Parágrafo único. Será adotado como método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei 4.320/1964.

Art. 9º Os bens permanentes serão inscritos em sistema de controle patrimonial, sendo objeto de controle sua existência e sua utilização.

Parágrafo único. A referência de controle quanto à inscrição dos bens do ativo será objeto de manual de procedimentos vinculados ao patrimônio.

Art. 10. O controle da existência e da utilização do bem denominar-se-á "Carga de Material".

Art. 11. O bem classificado como permanente será inscrito individualmente no patrimônio da Administração Pública do Município de Caçador, no momento do seu tombamento, como será

especificado no devido manual de procedimentos vinculado ao patrimônio.

Parágrafo único - cadastrado o bem, deverá ser encaminhada ao Departamento de Contabilidade competente, cópia da Nota Fiscal contendo no seu verso carimbo com a expressão "bem patrimonializado" e/ou cópia do Registro Imobiliário em conjunto com cópia do seu respectivo cadastro, para a contabilização do bem na forma da legislação em vigor.

Seção II

Do Ativo Intangível

Art. 12. Ativo Intangível é um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou serviços potenciais.

Art. 13. O Ativo Intangível compreende os bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, tais como direitos e licenças de software.

Art. 14. Um ativo enquadra-se na condição de Ativo Intangível quando pode ser identificável.

Art. 15. O reconhecimento de um bem como Ativo Intangível exige que a entidade demonstre que ele atende os seguintes requisitos:

I - possibilidade de classificação como ativo intangível;

II - benefícios econômicos futuros esperados e/ou serviço potencial atribuíveis ao ativo passíveis, de contabilização em favor da entidade; e

III - possibilidade de mensuração de seu custo ou valor justo.

Art. 16. O reconhecimento inicial de um Ativo Intangível pode ocorrer de três formas:

I - aquisição separada;

II - geração interna; e,

III - aquisição por meio de transação sem contraprestação.

Seção III

Dos Bens Semoventes

Art. 17. O reconhecimento de bem semovente ocorrerá após o recebimento na entrega do bem pelo fornecedor, doador ou comunicado de nascimento.

CAPÍTULO III

DA AVALIAÇÃO, REAVALIAÇÃO E REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

Art. 18. Os bens patrimoniais, da Administração Pública do Município de Caçador, compreendendo a Administração Direta e Indireta, serão reconhecidos logo após o recebimento e com base no valor de aquisição, produção ou construção.

Art. 19. Os bens móveis recebidos por doação, adjudicação, fabricados ou construídos, bem como os localizados por ocasião do inventário e que estejam sem identificação patrimonial, serão avaliados e incorporados ao patrimônio do respectivo órgão através de tombamento.

Art. 20. A avaliação, reavaliação e a redução ao valor recuperável deverão estimar a vida útil econômica por meio Laudo de Vistoria, com base nos seguintes parâmetros e índices:

I - valor de referência de mercado, ou de reposição;

II - estado físico do bem, de acordo com o disposto no Anexo II deste Decreto;

III - capacidade de geração de benefícios futuros, em anos;

IV - obsolescência tecnológica, em anos; e,

V - desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não operacionais.

§1º Para aferir o valor geral de referência, serão utilizados, individual ou conjuntamente, os seguintes fatores:

I - cotação eletrônica de preços;

II - pregões realizados nos últimos 12 meses;

III - pesquisa de mercado realizada, se possível, junto a três fornecedores.

§2º O valor geral de referência será o valor médio dos fatores utilizados para cada item de material reavaliado.

§3º A reavaliação de veículos automotores será procedida mediante consulta ao seu valor de mercado, tendo como referência o valor-base de incidência do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, utilizado pela Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina.

§4º A reavaliação dos bens imóveis urbanos terá como referência seu respectivo valor de mercado.

§5º Os órgãos e entidades poderão contratar serviços especializados para realização dos procedimentos a que se refere o caput, devendo este procedimento ser formalmente justificado e motivado.

Art. 21. Em caráter excepcional, por meio de fundamentação escrita, poderão ser utilizados parâmetros de vida útil e valor residual diferenciados para bens singulares, que possuam características de uso peculiares.

Art. 22. Fica facultado o uso dos procedimentos de reavaliação para os bens que, por ocasião da vistoria, atenderem a pelo menos um dos requisitos a seguir:

I - capacidade de vida útil inferior a 02 (dois) anos;

II - inservíveis por ocasião de excedência, obsolescência ou irrecuperabilidade.

Parágrafo único. Os bens que ao final de sua vida útil estimada não forem baixados deverão ser reavaliados, conforme art. 20, deste Decreto.

Art. 23. A reavaliação dos bens móveis poderá ser executada por lotes, quando se tratar de bens similares, com vida útil idêntica e utilizada em condições semelhantes.

Art. 24. Após a avaliação inicial do patrimônio do Município, a reavaliação e a redução ao valor recuperável deverão ser realizadas a cada 4 (quatro) anos, de modo a manter o patrimônio avaliado a valor justo, cuja referência é o valor de mercado, obedecendo os critérios mencionados no art. 20, deste Decreto.

Parágrafo único. A reavaliação ocorrerá em prazo distinto do previsto no caput, excepcionalmente, nas seguintes situações:

I - nos casos de alienação, doação, movimentação externa;

II - para os bens móveis, que ainda estão em condições de uso, a reavaliação ocorrerá o final do período de vida útil do bem, estimando-se sua vida útil remanescente;

III - para os bens móveis cujos valores de mercado variarem significativamente em relação aos valores anteriormente registrados, a reavaliação ocorrerá anualmente;

IV - para os bens recebidos por doação, adjudicação ou transferência, a reavaliação ocorrerá concomitantemente à incorporação ao patrimônio do Município, observando-se o disposto no art. 3º, deste Decreto;

V - Equipamentos.

Art. 25. A reavaliação e redução ao valor recuperável serão realizadas, por intermédio de laudo técnico e/ou laudo de avaliação patrimonial, que deverão conter, ao menos, as seguintes informações:

I - documentação com a descrição detalhada referente a cada bem que esteja sendo avaliado;

II - a identificação contábil do bem;

III - quais foram os critérios utilizados para avaliação do bem e sua respectiva fundamentação;

IV - vida útil remanescente do bem, para que sejam estabelecidos os critérios de depreciação, a amortização ou a exaustão;

V - data de avaliação; e,

VI - identificação do responsável pela reavaliação.

§1º Deverá ser arquivada cópia do laudo técnico dos bens imóveis no processo específico do imóvel autuado pelo órgão ou entidade usuária do mesmo.

§2º Os relatórios contendo avaliação, reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão dos bens do Município deverão ser encaminhados aos responsáveis pelos serviços de Contabilidade do órgão ou entidade até o 3º dia útil do mês seguinte ao de referência.

§3º Emitido o laudo técnico do bem imóvel, caberá à Secretaria Municipal de Administração e às unidades responsáveis pelo patrimônio da administração indireta efetuarem os registros de atualização do valor no cadastrado de imóvel no Sistema de Gestão Patrimonial.

§4º A reavaliação e redução ao valor recuperável de bens imóveis serão realizadas por profissionais devidamente habilitados.

Art. 26. O Município publicará manual técnico com definição de parâmetros e metodologia.

CAPÍTULO IV

DA DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO

Art. 27. Os institutos da depreciação, amortização e exaustão têm como característica fundamental a redução do valor do bem.

Art. 28. O valor depreciado, amortizado ou exaurido será apurado

mensalmente e reconhecido nas contas de resultado do exercício.

Art. 29. Deverá ser adotado para cálculo dos encargos de depreciação, amortização e exaustão o método das quotas constantes, bem como os critérios definidos no art.34 deste Decreto, salvo disposição em contrário.

Art. 30. Os bens móveis adquiridos, incorporados e/ou colocados em utilização a partir de janeiro de 2010 serão depreciados, amortizados ou exauridos de acordo com os prazos de vida útil previstos no Anexo I deste Decreto, não sendo necessário submetê-los previamente a procedimento de reavaliação.

Parágrafo único. A depreciação, a amortização ou a exaustão do ativo deve iniciar a partir do momento em que o item do ativo se tornar disponível para uso.

Art. 31. Aos bens permanentes avaliados e incorporados por tombamento, aplicam-se os critérios estabelecidos no Art. 34 deste Decreto, iniciando-se a depreciação, amortização ou exaustão a partir da data de parecer técnico ou laudo de vistoria.

Art. 32. Nos casos de bens reavaliados, a depreciação, amortização ou exaustão devem ser calculadas e registradas sobre o valor reavaliado, considerada a vida útil econômica indicada em parecer técnico e/ou Laudo de Vistoria, aplicando-se os critérios do Art. 34, deste Decreto, iniciando-se a depreciação, amortização ou exaustão a partir da data do parecer técnico ou laudo de vistoria.

§1º A depreciação e a amortização não cessam quando o ativo torna-se obsoleto ou é retirado temporariamente de operação.

§2º A depreciação, a amortização e a exaustão devem ser reconhecidas até que o valor líquido contábil do ativo seja igual ao valor residual.

§3º Para fins do cálculo da depreciação, da amortização e da exaustão de bens imóveis deve-se excluir o valor do terreno em que estão instalados.

§4º A depreciação é feita por elementos patrimoniais tangíveis e tem múltiplas causas da redução do valor - a deterioração física, os desgastes com o uso e obsolescência e se inicia a partir do momento em que o bem se torna disponível para uso.

Art. 33. Não estão sujeitos ao regime de depreciação, amortização ou exaustão:

I - bens móveis de natureza cultural, tais como obras de artes, antiguidades, documentos, bens com interesse histórico, bens integrados em coleções, entre outros;

II - bens de uso comum que absorveram ou absorvem recursos públicos, considerados tecnicamente, de vida útil indeterminada;

III - animais que se destinam à exposição e à preservação; e,

IV - terrenos rurais e urbanos.

Art. 34. A vida útil deve ser definida com base em parâmetros e índices definidos na Tabela de Vida Útil e Valor Residual - Anexo I deste Decreto ou laudo técnico específico, caso seja necessário.

§1º Os seguintes fatores devem ser considerados ao se estimar a vida útil de um ativo:

I - capacidade de geração de benefícios futuros;

II - o desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não;

III - a obsolescência tecnológica; e,

IV - os limites legais ou contratuais sobre o uso ou a exploração do ativo.

§2º O valor residual e a vida útil de um ativo devem ser revisados, pelo menos, no final de cada exercício, promovendo-se as alterações quando as expectativas diferirem das estimativas anteriores.

§3º Os órgãos e entidades informarão a vida útil de seus bens, de modo a aproximar os índices utilizados na depreciação, na amortização e na exaustão do efetivo consumo desses recursos ao longo do tempo.

§4º Poderá ser adotado o procedimento de depreciação acelerada, conforme o caso, quando as circunstâncias de utilização do bem o justificar.

Art. 35 O valor residual e vida útil dos bens imóveis serão registrados com base em laudo técnico expedido por profissionais habilitados.

§1º Na ausência do laudo técnico, poderá ser utilizar-se a tabela Anexo I deste Decreto, como referência, para cálculo da taxa de depreciação e valor residual.

§2º O Município poderá publicar manual técnico com definição de parâmetros e metodologia para determinação da vida útil e valor residual.

CAPÍTULO V

RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Art. 36 - A forma de consolidação dos créditos tributários compreenderá a elaboração, pelo Departamento de Tributação, de relatório mensal dos lançamentos referentes a créditos tributários, por competência, encaminhando-os ao Departamento de Contabilidade para viabilizar os respectivos registros contábeis.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será observado mensalmente pelo Departamento responsável pela dívida ativa quanto aos registros de créditos não-tributários com encaminhamento ao Departamento de Contabilidade.

Art. 37 - O Departamento de Contabilidade adotará rotina para a segregação dos créditos inscritos na dívida ativa no ativo circulante e no ativo não-circulante.

Art. 38 - Será instituída subcomissão composta de membros das áreas técnicas competentes para levantamento dos créditos inscritos em Dívida Ativa Tributária e Não-Tributária, identificando-se eventuais créditos inconsistentes, ajustando-os a valor recuperável ou, ainda, propondo o cancelamento dos créditos tidos como prescritos ou irrecuperáveis, promovendo-se assim a exata mensuração do montante inscrito em dívida ativa.

Art. 39 - A Procuradoria Geral do Município elaborará relatório mensal dos créditos inscritos em dívida ativa, encaminhando-o ao Departamento de Contabilidade para promoção dos devidos ajustes, com acréscimos ou reduções nos créditos registrados nos demonstrativos contábeis, em especial no Balanço Patrimonial do Município, havendo, assim, a exata evidência dos créditos a receber por conta da Dívida Ativa.

Parágrafo único - O relatório mensal identificará as obrigações decorrentes de sentenças judiciais (precatórios) independentemente do empenho da despesa correspondente e encaminhando-o ao Departamento competente para o registro de tais obrigações.

Art. 40. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 28 de abril de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
PREFEITO MUNICIPAL

Decreto Nº 5.992

DECRETO nº 5.992, de 29 de abril de 2014.

Suplementa Dotações Orçamentárias, por conta de Remanejamento entre Despesas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias abaixo especificadas, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, na importância de R\$ 111.458,00 (cento e onze mil e quatrocentos e cinquenta e oito reais):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.2.045 - Manutenção da Secretaria de Educação
3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUÁRIA E DO ABASTECIMENTO

20.606.0026.2.091 - Manutenção da Secretaria da Agricultura
4.4.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

02 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.123.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Administração
4.4.71.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 458,00

Total ... R\$ 111.458,00

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de Remanejamento entre despesas no valor de R\$ 111.458,00 (cento e onze mil e quatrocentos e cinquenta e oito reais):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.2.045 - Manutenção da Secretaria de Educação
3.1.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUÁRIA E DO ABASTECIMENTO

20.606.0026.2.091 - Manutenção da Secretaria da Agricultura
3.1.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

02 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.123.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Administração
3.1.71.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 458,00

Total ... R\$ 111.458,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 29 de abril de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Gilberto Nicolao Haudsch
SECRETÁRIO DA FAZENDA

Decreto Nº 5.993

DECRETO Nº 5.993, de 29 de abril de 2014.

Dá nova redação aos incisos I e III, do art. 1º, do Decreto nº 5.980, de 23 de abril de 2014, que estabelece horário especial de expediente da Prefeitura Municipal de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Os incisos I e III, do art. 1º do Decreto nº 5.980, de 23 de abril de 2014, que estabelece horário especial de expediente da Prefeitura Municipal de Caçador, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art.1º ...

I - dia 12/06/2014, quinta-feira, das 08h00 as 12h00 e das 13h30m as 16h30;

II-

III- dia 23/06/2014, segunda-feira, das 08h00 as 12h00 e das 13h30m as 16h30.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 29 de abril de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
PREFEITO MUNICIPAL.

Decreto Nº 5.994

DECRETO nº 5.994, de 29 de abril de 2014.

Substitui membro nomeado pelo Decreto nº 5.945/14, para compor o Conselho Municipal do Idoso.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituído o membro da entidade abaixo relacionada, nomeado pelo Decreto nº 5.945, de 26 de março de 2014, para compor o Conselho Municipal do Idoso, pelo nome subsequente, na forma que segue:

Associação de Psicólogos de Caçador e Região - APSIC

Titular:

Suplente: Katia Toazza

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 29 de abril de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Decreto Nº 5.995

DECRETO Nº 5.995, de 29 de abril de 2014.

Nomeia Comissão Especial de Avaliação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA :

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos ANTÔNIO CARLOS DO NASCIMENTO BITTENCOURT, LUIZ CARLOS ZONTA e LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Avaliação de 196 lotes do Distrito de Taquara Verde, e apresentarem laudo de avaliação ao Poder Executivo Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste Decreto:

Parágrafo único. Esta avaliação faz-se necessária para dar andamento ao processo de regularização fundiária dos referidos lotes.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 29 de abril de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Extrato de Termo de Convênio

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Convênio que entre si celebram o Município de Caçador e a Associação das Micro e Pequenas Empresas do Alto Vale do Contestado - AMPE OBJETO: Transfêrencia de recursos financeiros destinados a custear despesas com o Projeto “Centro de apoio a empresa de pequeno porte e empreendedor individual” . PRAZO DE VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2014. DATA DE ASSINATURA: 24 de abril de 2014. SIGNATÁRIOS: GILBERTO AMARO COMAZZETTO, pela Prefeitura Municipal de Caçador e Odelir Neves, pela Associação das Micro e Pequenas Empresas do Alto Vale do Contestado

Decreto Nº 5.998

DECRETO nº 5.998, de 05 de maio de 2014.

Suplementa Dotação Orçamentária, por conta de Remanejamento entre Despesas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor do Fundo Municipal de Saúde, na importância de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais):

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Bloco Atenção Básica

3.3.50.00.0620 -Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos..
R\$ 360.000,00

3.3.90.00.0620 - Aplicações Diretas R\$ 440.000,00

Total R\$ 800.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de Remanejamento entre despesas no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais):

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Bloco Atenção Básica

3.1.90.00.0620 - Aplicações Diretas R\$ 800.000,00

Total R\$ 800.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 05 de maio de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Gilberto Nicolao Haudsch
SECRETÁRIO DA FAZENDA

Aviso de Licitação PR 42-2014 - Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2014

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS NOVOS, ZERO QUILOMETRO DESTINADOS AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, DE EDUCAÇÃO, DITTESC, FUNDEMA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 16h00min do dia 16/05/2014.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 16h05min do dia 16/05/2014.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 05 de Maio de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação PR 25-2014 - Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2014

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRANSPORTE DE PESSOAS PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS NO PERÍMETRO URBANO ATÉ A SEDE DO SESC NO BAIRRO BERGER; SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 16h00min do dia 15/05/2014.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 16h05min do dia 15/05/2014.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 05 de Maio de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
Prefeito Municipal

Anexo Decreto Nº 5.991/14**ANEXO I****TABELA DE TAXA DE DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO, E
VIDAÚTIL DOS BENS MÓVEIS**

DESCRIÇÃO	TAXA ANUAL DE DEPRECIAÇÃO OU AMORTIZAÇÃO (%)	PRAZO DE VIDA ÚTIL (ANOS)
APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	10%	10
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	20%	5
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	10%	10
APARELHOS EQUIP. UTENS. MED. ODONT. LAB. HOSP.	10%	10
APARELHOS EQUIP.P/ESPORTES E DIVERSÕES.	10%	10
COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	0%	
EQUIP. PROTEÇÃO, SEGURANÇA, SOCORRO	10%	10
APARELHOS E UTENCÍLIOS. DOMÉSTICOS	10%	10
INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS	10%	10
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	10%	10
EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	20%	5
MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIP. DIVERSOS	10%	10
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	20%	5
MAQ. INSTALAÇÕES E UTENS. DE ESCRITÓRIO	10%	10
EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELÉTRICOS	10%	10
MOBILIÁRIO EM GERAL	10%	10
OBRAS DE ARTE E	0%	

PEÇAS PARA MUSEUS		
VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	10%	10
MÁQUINAS EQUIP.		
UTENSÍLIOS	10%	10
AGRI/AGROP. E RODOVIÁRIO		
VEÍCULOS	10%	15
DIVERSOS		
ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS	20%	5
OUTROS BENS MÓVEIS	10%	10

ANEXO II**CRITÉRIOS PARA REAVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS (Art. 3º)****1) Veículo Automotor:**

a) A Reavaliação será feita com base no valor de mercado, considerando as condições gerais de uso do veículo;

b) O valor de referencia de mercado será obtido por meio da Tabela FIPE, o qual será confrontado com as condições gerais do veículo, através de Laudo de Reavaliação emitido individualmente, que contemplará a avaliação dos itens relevantes do veículo, conforme Tabela do Anexo III.

2) Equipamentos e Mobiliários em Geral:

A Reavaliação necessitará de vistoria, utilizando os critérios do art. 20 deste Decreto, com base na Tabela do Anexo IV.

3) Equipamentos de Processamento de Dados, Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Médicos, Odontológicos, de Comunicação, Medição e Orientação:

A Reavaliação necessitará de Parecer Técnico elaborado por comissão integrada por servidores com conhecimentos técnicos especializados, informando o estado de conservação, tendo por modelo do Anexo V.

ANEXO III**LAUDO DE REAVALIAÇÃO DE VEÍCULO**

Marca/Modelo/Ano	Placa	km	Avaliação	Custo de Recuperação
Valor de Mercado	R\$	R\$	R\$	R\$
Percentuais				
Mecânica	Motor 30%	Funciona	30%	
		Não funciona	15%	
		Desmontado	10%	
	Caixa 15%	Funciona	15%	
		Não funciona	7%	
		Desmontada	2%	
Demais partes 10%	10%			
Funcionam	5%			
Não funcionam	Desmontadas	2%		
Estrutura				
Desmontada				
10%				
Não funcionam				
Desmontadas	2%			
	Lataria 30%	Boa		30%
Razoável	20%			
Ruim	10%			
Péssima	5%			
Vídeos Estofamentos	Bons		12%	
Painel Acessórios				
12%				
Razoáveis	10%			
Ruins	6%			
Péssimos	3%			
Pneus	Bons		3%	
Ruins	1%			
Valor Veículo				
Agregado	Bom		100%	
(Acessórios)				
Descrição:				
Valor de Mercado:				
Razoável	50%			
Ruim	25%			
Péssimo	12%			
Valor Agregado				
Indicar danos	T		P	
acidente				

(Total/Parcial)

Mecânica:

Estrutura:

Depreciação devido a acidente

Totais

Valor Reavaliado:

Novo prazo de vida útil:

- ☐ O valor de mercado atribuído com base na Tabela Fipe
- ☐ Custo de recuperação sobre o valor de mercado obtido pela média de 3 orçamentos

Caçador, __/__/__

Membro da Comissão Membro da Comissão Membro da Comissão

ANEXO IV**FATORES DE INFLUÊNCIA PARA EFEITO DE REAVALIAÇÃO –
EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO EM GERAL**

Estado de Conservação do Bem - EC	Período de Vida Útil do Bem (já utilizado) - PVU	Período de Utilização Futura do Bem - PUB			
Conceito	Pontuação	Conceito	Pontuação	Conceito	Pontuação
Excelente	10	10 anos	1	10 anos	10
Bom	8	9 anos	2	9 anos	9
Regular	5	8 anos	3	8 anos	8
Péssimo	2	7 anos	4	7 anos	7
		6 anos	5	6 anos	6
		5 anos	6	5 anos	5
		4 anos	7	4 anos	4
		3 anos	8	3 anos	3
		2 anos	9	2 anos	2
		1 anos	10	1 ano	1

Fator de reavaliação = 4 EC + 6 PVU – 3 PUB

Valor reavaliado = Valor do bem novo x fato de reavaliação

100

ANEXO V**MODELO DE PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO PARA BENS
MÓVEIS****1. NR. LAUDO/PARECER TÉCNICO:**

Código Orçamentário/Descrição
Contábil -

Descrição do Bem -

Localização do Bem -

Data de Aquisição -

Documentação Respectiva -

**2. OBJETIVO
DA AVALIAÇÃO/PARECER TÉCNICO:****3. PRESSUPOSTOS, RESSALVAS E
FATORES LIMITANTES:****4. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO UTILIZADO:****5. RESULTADO DA AVALIAÇÃO E DATA DE REFERÊNCIA:****6. ESTADO DE CONSERVAÇÃO:**

Ótimo ()

Bom ()

Regular ()

Péssimo ()

7. VALORES

Valor de Aquisição:

Valor de Mercado:

Valor Atribuído:

Vida

Útil Remanescente:

8. OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES IMPORTANTES

Local, Data: ____/____/____.

Nome:**Matrícula:****Assinatura:****Nome:****Matrícula:****Assinatura:****Nome:****Matrícula:****Assinatura:**

ANEXO VI**MODELO DE RELATÓRIO PARA ENCAMINHAMENTO AO
SETOR DE CONTABILIDADE**

Descrição do Bem (a)
Data Aquisição (b)
Vida Útil do Bem em anos (c)
Valor de Entrada da compra (d)
Percentual Residual % (e)
Valor Residual do bem (f) $d * e$
Reavaliação (g)
Nova Vida Útil (h)
Redução a valor Recuperável (i)
Valor atual (j)
Valor depreciável (k) $(j - f) / c$
Depreciação do mês corrente (l) $k/12$
Depreciação, Amortização ou Exaustão acumulada (m)
Valor líquido contábil (n) $j - m$

ANEXO VII
CRONOGRAMA PARA REAVALIAÇÃO/REDUÇÃO AO VALOR
RECUPERÁVEL

Título	Prazo Máximo
Equipamento de Processamento de Dados	2014
Aparelho, Equipamentos e Utensílios Médicos e Odontológicos	2014
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação, Medição e Orientação	2014
Mobiliário em Geral	2014
Mens móveis não especificados nos itens anteriores	2014

IPASC**Retificação****RETIFICAÇÃO**

Na Portaria nº 662, de 18 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial dos Municípios nº 1394, de 23 de dezembro de 2013, página 32, ONDE SE LÊ: " Portaria nº 662, de 18 de novembro de 2013", LEIA-SE: "Portaria nº 662, de 18 de dezembro de 2013".

PORTARIA n.º 662, de 18 de dezembro de 2013.
Concede Pensão a ANA MARIA TRAMONTINI DALMEDICO.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, e de acordo com o inciso II, § 7º, do Art. 40 da Constituição Federal, com redação da Emenda Constitucional nº 41, de 31/12/03, c/c o inciso II, do Art. 2º, da Lei nº 10.887, de 18/06/2004,

RESOLVEM:

Art. 1º. Conceder pensão por morte a ANA MARIA TROMONTINI DALMEDICO, Matrícula 5948, na condição de cônjuge do Servidor Público Municipal ativo GILBERTO DALMEDICO, Matrícula 7672, no Município, falecido em 29/11/2013, na espécie sem paridade, com benefício integral no valor de R\$ 871,00 (oitocentos e setenta e um reais), considerando-se vencimentos de R\$ 821,69 - horas normais, mais R\$ 49,30 do adicional triênio, a serem pagos pelo IPASC, a contar de 01 de dezembro de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 18 de dezembro de 2013.

Alcedir Ferlin
DIRETOR PRESIDENTE.

Eliete Catarina D'Agostini
DIRETORA ADMINISTRATIVA.

Processo de Licitação Nº 05/2012

Processo de Licitação nº 05/2012

Dispensa de Licitação nº 04/2012

Contrato nº 06/2014. 3º Aditamento ao Contrato nº 07/2012. CONTRATADA: CRÉDITO & MERCADO GESTÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS LTDA - CNPJ nº 11.340.009/0001-68 situada na Rua XV de Novembro nº 204, 1º andar, Centro, Santos, São Paulo. OBJETO: Vinculação ao contrato principal de nº 07/2012: contratação de empresa especializada em prestação de serviços de consultoria financeira ao Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador. PRAZO: 04 meses. Caçador, 12 de abril de 2014. Alcedir Ferlin, Diretor Presidente do IPASC. Edmir Delfino, Sócio Administrador da Crédito & Mercado Gestão de Valores Mobiliários Ltda.

Camboriú**PREFEITURA****Resultado do PR 6/14 - FME**

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/2014-FME

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:
"FRACASSADA"

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 05 de Maio de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
PREFEITA MUNICIPAL

PR 8/14 - FME

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2014-FME
OBJETO: AQUISIÇÃO DE SALAS MODULARES EQUIPADAS COM AR CONDICIONADO E CORTINAS, PRONTAS PARA USO, EM ATENDIMENTO EMERGENCIAL A REDE MUNICIPAL DE ENSINO (E.B.M JOAQUIM MAGALHÃES, E.B.M ANDRÔNICO PEREIRA, E.B.M CLOTTILDE RAMOS CHAVES E CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL JULITA PEREIRA), DEVIDO AO CRESCIMENTO DE MATRICULAS E AS UNIDADES SE ENCONTRAM COM NÚMERO SUPERIOR DE ALUNOS DETERMINADO POR SALA.
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.
REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.
ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 16 (Dezesseis) de Maio de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.
INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 05 de Maio de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Resumo de Convênios 27 E 28

RESUMO DOS CONVÊNIOS
FMS

Convênio nº 027/2014
Entidade conveniada: Comunidade Terapêutica Viver Livre
Data: 28/04/2014

Prazo: 10 (dez) meses
Valor do repasse: R\$ R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais)
Objeto: presente convênio tem por objeto o repasse de recursos financeiros destinados a Comunidade Terapêutica Viver Livre, com a finalidade de auxiliar na manutenção e execução do Programa de Recuperação de Dependentes Químicos, o qual possibilitará a

internação e tratamento de até 15 (quinze) pessoas adultas do sexo feminino e/ou masculino, conforme demanda.

FMAS

Convênio nº 028/2014

Entidade conveniada: Comunidade Terapêutica Viver Livre

Data: 30/04/2014

Prazo: 12 (doze) meses

Valor do repasse: R\$ 8.520,00 (oito mil quinhentos e vinte reais)
Objeto: O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à Comunidade Terapêutica Viver Livre, com finalidade de custear as despesas de serviço especializado de atendimento e acolhida à pessoa em situação de rua, sendo disponibilizado um total de 40 (quarenta) vagas para ambos os sexos.

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Ata de Registro de Preços PR 21/2014 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 021/2014 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 009/2014 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO DE VIAS PAVIMENTADAS COM CALÇAMENTO COM PARALELEPÍPEDOS E/OU LAJOTAS EM TODO O MUNICÍPIO, QUANDO FOREM REALIZADOS SERVIÇOS EM TUBULAÇÕES PLUVIAIS OU POR QUALQUER OUTRA OCORRÊNCIA QUE REMOVAM O CALÇAMENTO, NECESSITANDO SEU REPARO, COM FORNECIMENTO DE PÓ DE PEDRA, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 24/03/2015

1ª Publicação.

Campo Alegre

PREFEITURA

1ª Alteração ao Processo 41/2014

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC

1ª ALTERAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 41/2014, PRE-GÃO (presencial).

Necessário se faz a alteração do edital do processo licitatório em epígrafe, ALTERANDO a tabela do Item 3. Treinamento e Capacitação do Anexo I, excluindo-se os itens:

Gestão da Saúde Pública Municipal	10	08
Gestão de Assistência Social	06	14

Passando a vigorar a Tabela como segue:

SISTEMA	Nº DE USU-ÁRIOS	CARGA HORÁRIA
Contabilidade Pública	15	16
Planejamento	03	08
Compras e Licitação	17	16
Patrimônio	03	06
Almoxarifado	01	04
Frotas	01	04
Folha de Pagamento	06	16
Recursos Humanos	01	09
Ponto Eletrônico	01	08
Atendimento ao Servidor Público via internet	04	01
Arrecadação Municipal	04	16
Emissão de Nota Fiscal Eletrônica	20	12
Atendimento ao cidadão via Internet	20	04
Atendimento Pais e Alunos via internet	09	02
Escrituração Fiscal do ISS	20	12
Protocolo	04	04
Gestão Educacional	09	16
Protocolo via internet	06	08
Portal da Transparência	02	04

As demais disposições do edital do processo licitatório epigrafo permanecem inalterados e em vigor, inclusive a data de abertura.

Publique-se esta alteração na imprensa oficial deste Município (DOM) e no site www.campoalegre.sc.gov.br. Publique-se ainda, o Edital consolidado com a 1ª alteração no site do Município www.campoalegre.sc.gov.br

Campo Alegre/SC, 05 de maio de 2014.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Decreto Nº 8.344 de 05 de Maio de 2014

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.344 DE 05 DE MAIO DE 2014

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 088 de 15 de março de 2012, em seu Artigo 22; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. ANDREIA APARECIDA FARIAS, Matrícula Funcional nº 000768, Registro no Sistema sob nº 955381, ao Cargo Público de Especialista em Assuntos Educacionais, na Função de Especialista em Administração Escolar, Categoria Funcional de Atividades de Nível Superior, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 088, é o Código EAE1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 2.053,14 (dois mil, cincoenta e três reais, quatorze centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. ANDREIA APARECIDA FARIAS, aprovada em 2º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2012, homologado pelo Decreto nº 7.026 em data de 16 de maio de 2012.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
05 de maio de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 05/05/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 8.345 de 05 de Maio de 2014

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.345 DE 05 DE MAIO DE 2014

DISPÕE SOBRE REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 186º e 186; Decreta:

Art.1º) Autorizar a redução de jornada de trabalho (carga horária) de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, à servidora pública municipal Srª. MARIA OLÍVIA DOS SANTOS FRANCO, matrícula funcional nº 0223, registro no sistema sob nº 549500, ocupante do cargo público de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, calculada sobre sua totalidade, a partir de 29 de abril de 2014, opção sua já requerida junto ao

Serviço de Pessoal, conforme requerimento devidamente assinado e protocolado em data de 20 de abril de 2014 sob nº 6443.

Parágrafo único: A redução de que trata o caput deste Art. será concedida pelo período de 01 (zero um) ano.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 29 de abril de 2014.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 8.340 de 29 de abril de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
05 de maio de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 05/05/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Ata Tomada de Preços 33/2014

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório TP nº 33/2014)

Aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze, na cidade de Campo Alegre, às nove horas e trinta minutos, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Irineu Woitskovski Junior, Maria Cristina Marciniak Munhoz e Lilian Terezinha Bartsch, membros da Comissão Permanente de Licitações (nomeados através do Decreto Municipal nº 8.125 de 06 de janeiro de 2014) responsáveis pelo Processo Licitatório nº 33/2014, modalidade Tomada de Preços, para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto Fornecimento de material e mão de obra para pavimentação asfáltica das Ruas Max Rudnick, Raimundo Pereira de Lima e Carlos Brandes, no Distrito de Fragosos. Os recursos são provenientes do Contrato de Repasse Nº 770217/2012 Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal, R\$ 250.795 (duzentos e cinquenta mil e setecentos e noventa e cinco reais) + contrapartida com recursos próprios (Municipal) R\$ 96.083,00 (noventa e seis mil, e oitenta e três reais).

Inicialmente a Presidente declarou aberta a sessão, nominando os presentes, recebendo os envelopes (documentos e proposta) das empresas proponentes: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA - CNPJ 03.620.927/0001-12 e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA - CNPJ 03.574.370.0001-20. A empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA credenciou como representante na sessão o Sr. Gustavo Corrêa Costa e a empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA credenciou como representante na sessão o Sr. Jean Carlos Benvenuti. Após, procedeu-se a abertura dos envelopes "documentos" das empresas proponentes, sendo todas consideradas HABILITADAS. Conforme desistência de recurso quanto o julgamento dos documentos de habilitação, passou-se à abertura do envelope da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito menor preço GLOBAL, com fixação de valor máximo unitário. As propostas foram analisadas e rubricadas pelos membros da Comissão e sendo assim, a Comissão julgou a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA vencedora da presente licitação com o valor global de R\$ 291.024,00, sendo que empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA apresentou proposta no valor de R\$ 327.441,72. Está aberto prazo recursal que

trata a Lei de Licitações, quanto o julgamento das propostas. Nada mais a tratar, encerra-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

Maria Cristina Marciniak Munhoz
Presidente da Comissão de Licitação

Irineu Woitskovski Junior
Secretário

Lilian Terezinha Bartsch
Membro

Jean Carlos Benvenutti
EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA

Gustavo Corrêa Costa
PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Decreto Nº 8.346 de 05 de Maio de 2014

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 8.346 DE 05 DE MAIO DE 2014
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito em exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 91; Decreta:

Art.1º) Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo do Poder Executivo Municipal, a Servidora ocupante do cargo público e exercendo a função de Atendente de Sala - CARINA TREML, matrícula funcional nº 000640, registro no sistema sob o nº 955069, declarando vacância no Cargo Público de Atendente de Sala, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 05 de maio de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
05 de maio de 2014.
RUBENS BLASKOWSZKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 05/05/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 8.347 de 05 de Maio de 2014

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 8.347 DE 05 DE MAIO DE 2014
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito em exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de

setembro de 2002, em seu Artigo 91; Decreta:

Art.1º) Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo do Poder Executivo Municipal, o Servidor ocupante do cargo público e exercendo a função de Instrutor de Música - ELVIS ALEXSANDRO VIER, matrícula funcional nº 000416, registro no sistema sob o nº 954269, declarando vacância no Cargo Público de Instrutor de Música, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 05 de maio de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
05 de maio de 2014.
RUBENS BLASKOWSZKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 05/05/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 8.348 de 06 de Maio de 2014

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 8.348 DE 06 DE MAIO DE 2014
DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO
DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seus Artigos 299 a 312 e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Prorrogar o Contrato Temporário firmado com o Sr. ROBERTO KOCENKO DE OLIVEIRA, Registro no Sistema sob nº 955295, para exercer o cargo e a função de Médico II, Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, para atuar no Programa Saúde da Família - PSF da Localidade de Bateias de Cima, com carga horária de 40 (quarenta horas) semanais, vencimentos Nível 6, Sub-Nível 61, Referência A, no valor de R\$ 5.866,84 (cinco mil, oitocentos e sessenta e seis reais, oitenta e quatro centavos) mensais, além de 50% (cincoenta por cento) de Gratificação Especial Médica, mais 50% (cincoenta por cento) por laborar exclusivamente no Estratégia Saúde da Família - ESF, conforme Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006, Artigos 7º e 10, alínea "a", e 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente por serviço insalubre, pelo período de 06 de maio de 2014 a 06 de novembro de 2014, ou até a Homologação do Concurso Público Municipal e Convocação do candidato aprovado e posse do mesmo.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
06 de maio de 2014.
RUBENS BLASKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 06/05/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.944 de 05 de Maio de 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.944 DE 05 DE MAIO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional V, exercendo a função de Pedreiro/Carpinteiro, JONAS MARIO MIL-CZEWSKI, Matrícula Funcional nº 000694, Registro no Sistema sob nº 955135, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 05 de maio de 2014 á 14 de maio de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
05 de maio de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 05/05/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

Aviso de DI 03/2014 - Fhja

Prefeitura Municipal de Campos Novos
Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio
Aviso de Dispensa de Licitação Nº03/2014
Processo licitatório de dispensa de licitação Nº 03/2014

Objeto: Serviços de mão de obra na remoção do transformador de alta tensão em laboratório, desmontagem e montagem do transformador de filamento, secagem da parte ativa e do óleo isolante, vedação a vácuo e teste de estanqueidade do transformador, instalação do transformador no equipamento, calibração e ajustes dos valores de kV, mA e tempo conforme indicação no painel e ensaios de funcionamento. Para o conserto do Conjunto Radiológico Multix B Siemens de uso da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio. Valor Estimado: R\$ 5.275,00 (cinco mil duzentos e setenta e cinco reais)

Campos Novos 06 de maio de 2014.
Iracema Trucolo Wilpert
Diretora administrativa

Decreto Nº 7.008/14 Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento Geral do Município

DECRETO Nº 7.008/14 DE 30/04/2014
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) no projeto e atividade abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 42 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA
UNIDADE: 01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA
PROJETO/ATIVIDADE: 2.083 - Manutenção da Fundação Municipal de Meio Ambiente - FUNDEMA
Elementos de despesa: 2 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.00
0000 Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação de Recursos Próprios no montante de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 30 de abril de 2014.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Decreto Nº 7.009/14 Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento Geral do Município

DECRETO Nº 7.009/14 DE 30/04/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 8.372,51 (oito mil, trezentos e setenta e dois reais e cinquenta e um centavos) no projeto e atividade abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 42 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

UNIDADE: 01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

PROJETO/ATIVIDADE: 2.083 - Manutenção da Fundação Municipal de Meio Ambiente - FUNDEMA

Elementos de despesa: 9 - 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000.00 0000 Aplicações Diretas R\$ 8.372,51

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior, provenientes de Recursos Próprios no montante de R\$ 8.372,51 (oito mil, trezentos e setenta e dois reais e cinquenta e um centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 30 de abril de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Canoinhas**PREFEITURA****Publicação do Edital de Pregão Presencial N. PMC 49/2014**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 70/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 49/2014

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 16/05/2014, às 09h05mim, Pregão Presencial para REGISTRO DE PREÇOS DE PAVERS COM ESPESSURAS DE 6 (SEIS) E 08 (OITO) CM, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS. Recebimento de propostas até as 09h00mim do dia 16/05/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

Publicação do Edital de Pregão Presencial N. PMC 50/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 71/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 50/2014

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 16/05/2014, às 16h05mim, Pregão Presencial para CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR DESTINADO À FROTA DE VEÍCULOS/CAMINHÕES DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS. Recebimento de propostas até as 15h30mim do dia 16/05/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

Relatório Resumido da Execução Orçamentária - 1º Bimestre de 2014 - Republicação

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	129.830.472,72	129.830.472,72	16.310.507,31	12,56	16.310.507,31	12,56
RECEITAS CORRENTES	105.844.472,72	105.844.472,72	16.310.475,50	15,41	16.310.475,50	15,41
RECEITA TRIBUTÁRIA	16.428.000,00	16.428.000,00	1.674.343,13	10,19	1.674.343,13	10,19
IMPOSTOS	12.500.000,00	12.500.000,00	1.390.605,90	11,12	1.390.605,90	11,12
TAXAS	2.428.000,00	2.428.000,00	258.720,34	10,66	258.720,34	10,66
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.500.000,00	1.500.000,00	25.016,89	1,67	25.016,89	1,67
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.400.000,00	2.400.000,00	129.618,03	5,40	129.618,03	5,40
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	700.000,00	700.000,00	11.605,67	1,66	11.605,67	1,66
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação	1.700.000,00	1.700.000,00	118.012,36	6,94	118.012,36	6,94
RECEITA PATRIMONIAL	475.000,00	475.000,00	139.701,54	29,41	139.701,54	29,41
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	470.000,00	470.000,00	139.701,54	29,72	139.701,54	29,72
RECEITAS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	661.600,00	661.600,00	11.756,50	1,78	11.756,50	1,78
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	83.845.172,72	83.845.172,72	13.943.473,98	16,63	13.943.473,98	16,63
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	82.745.172,72	82.745.172,72	13.869.573,10	16,76	13.869.573,10	16,76
Transf. de Conv.	1.100.000,00	1.100.000,00	73.900,88	6,72	73.900,88	6,72
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.034.700,00	2.034.700,00	411.582,32	20,23	411.582,32	20,23
Multas e Juros de Mora	301.000,00	301.000,00	160.597,44	53,35	160.597,44	53,35
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	17.200,00	17.200,00	221,56	1,29	221,56	1,29
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.310.000,00	1.310.000,00	227.744,24	17,39	227.744,24	17,39
RECEITAS DIVERSAS	406.500,00	406.500,00	23.019,08	5,66	23.019,08	5,66
RECEITAS DE CAPITAL	23.986.000,00	23.986.000,00	31,81	0,00	31,81	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	8.500.000,00	8.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	8.500.000,00	8.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	320.000,00	320.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	320.000,00	320.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	15.166.000,00	15.166.000,00	31,81	0,00	31,81	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	15.166.000,00	15.166.000,00	31,81	0,00	31,81	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	129.830.472,72	129.830.472,72	16.310.507,31	12,56	16.310.507,31	12,56
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
						Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual						
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	129.830.472,72	129.830.472,72	16.310.507,31	12,56	16.310.507,31	12,56
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	129.830.472,72	129.830.472,72	16.310.507,31	12,56	16.310.507,31	12,56
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	0,00	—	—	0,00	—
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	129.820.472,72	3.434.656,08	133.255.128,80	39.066.325,07	39.066.325,07	9.698.185,25	9.698.185,25	7,28
DESPESAS CORRENTES	100.640.072,72	-135.043,60	100.505.029,12	32.190.029,68	32.190.029,68	9.130.653,72	9.130.653,72	9,08
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	53.706.010,00	0,00	53.706.010,00	10.749.247,85	10.749.247,85	7.214.617,45	7.214.617,45	13,43
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	400.000,00	0,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00	73.346,28	73.346,28	18,34
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	46.534.062,72	-135.043,60	46.399.019,12	21.040.781,83	21.040.781,83	1.842.689,99	1.842.689,99	3,97
DESPESAS DE CAPITAL	29.120.400,00	3.569.699,68	32.690.099,68	6.876.295,39	6.876.295,39	567.531,53	567.531,53	1,74
INVESTIMENTOS	26.420.400,00	3.716.239,79	30.136.639,79	5.064.359,32	5.064.359,32	255.540,59	255.540,59	0,85
INVERSOES FINANCEIRAS	200.000,00	-146.540,11	53.459,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	2.500.000,00	0,00	2.500.000,00	1.811.936,07	1.811.936,07	311.990,94	311.990,94	12,48
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.000,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	129.820.472,72	3.434.656,08	133.255.128,80	39.066.325,07	39.066.325,07	9.698.185,25	9.698.185,25	7,28

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COMI REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	129.820.472,72	3.434.656,08	133.255.128,80	39.066.325,07	39.066.325,07	9.698.185,25	9.698.185,25	7,28
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	6.612.322,06	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	129.820.472,72	3.434.656,08	133.255.128,80	39.066.325,07	39.066.325,07	9.698.185,25	16.310.507,31	7,28

FONTE:

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES/UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
						% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
Legislativa	129.820.472,72	133.255.128,80	39.066.325,07	39.066.325,07	9.698.185,25	100,00	7,28
Controle Externo	3.350.000,00	3.350.000,00	2.420.024,96	2.420.024,96	408.102,33	4,21	12,18
Administração	3.350.000,00	3.350.000,00	2.420.024,96	2.420.024,96	408.102,33	4,21	12,18
Planejamento e Orçamento	13.260.000,00	13.260.000,00	2.616.343,68	2.616.343,68	1.032.117,78	10,64	7,78
Administração Geral	1.355.000,00	1.355.000,00	441.366,84	441.366,84	140.658,11	1,45	10,38
Segurança Pública	11.905.000,00	11.905.000,00	2.174.976,84	2.174.976,84	891.459,67	9,19	7,49
Policimento	421.000,00	421.000,00	67.277,79	67.277,79	2.446,75	0,03	0,58
Assistência Social	421.000,00	421.000,00	67.277,79	67.277,79	2.446,75	0,03	0,58
Assistência à Criança e ao Adolescente	5.877.925,16	5.877.925,16	1.136.040,08	1.136.040,08	394.905,88	4,07	6,72
Assistência Comunitária	112.000,00	112.000,00	2.940,00	2.940,00	2.705,00	0,03	2,42
Saúde	5.765.925,16	5.765.925,16	1.133.100,08	1.133.100,08	392.200,88	4,04	6,80
Atenção Básica	30.122.307,56	31.595.644,18	11.567.571,23	11.567.571,23	2.712.494,12	27,97	8,59
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	11.275.010,00	11.720.506,62	2.092.250,00	2.092.250,00	919.314,60	9,48	7,84
Suporte Profilático e Terapêutico	15.809.310,00	16.837.150,00	9.002.488,94	9.002.488,94	1.631.378,75	16,82	9,69
Vigilância Sanitária	1.284.987,56	1.284.987,56	259.962,90	259.962,90	38.440,79	0,40	2,99
Vigilância Epidemiológica	1.013.750,00	1.013.750,00	59.638,14	59.638,14	41.193,38	0,42	4,06
Trabalho	739.250,00	739.250,00	153.231,25	153.231,25	82.166,60	0,85	11,11
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	1.200.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação	1.200.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Fundamental	39.481.580,00	40.047.410,65	7.744.576,37	7.744.576,37	3.272.893,09	33,75	8,17
Ensino Médio	27.047.140,00	27.612.970,65	6.216.768,04	6.216.768,04	2.262.658,15	23,33	8,19
Ensino Superior	453.000,00	453.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	310.000,00	310.000,00	47.848,95	47.848,95	23.265,05	0,24	7,50
Educação de Jovens e Adultos	11.347.500,00	11.347.500,00	1.478.411,94	1.478.411,94	986.322,18	10,17	8,69
Cultura	323.940,00	323.940,00	1.547,44	1.547,44	647,71	0,01	0,20
Difusão Cultural	642.400,00	642.400,00	146.541,24	146.541,24	32.631,14	0,34	5,08
Urbanismo	642.400,00	642.400,00	146.541,24	146.541,24	32.631,14	0,34	5,08
Serviços Urbanos	17.925.860,00	18.075.787,00	6.576.678,04	6.576.678,04	767.771,33	7,92	4,25
Habituação	17.925.860,00	18.075.787,00	6.576.678,04	6.576.678,04	767.771,33	7,92	4,25
Habituação Urbana	2.405.500,00	2.426.500,00	76.305,77	76.305,77	43.094,69	0,44	1,78
	2.405.500,00	2.426.500,00	76.305,77	76.305,77	43.094,69	0,44	1,78

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES/UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	129.820.472,72	133.255.128,80	39.066.325,07	39.066.325,07	9.698.185,25	9.698.185,25	100,00	7,28
Saneamento	1.000,00	1.000,00	50,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	1.000,00	1.000,00	50,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	3.545.000,00	3.545.000,00	2.756.848,89	2.756.848,89	251.925,24	251.925,24	2,60	7,11
Preservação e Conservação Ambiental	3.545.000,00	3.545.000,00	2.756.848,89	2.756.848,89	251.925,24	251.925,24	2,60	7,11
Agricultura	3.956.500,00	3.956.500,00	265.142,77	265.142,77	123.655,95	123.655,95	1,28	3,13
Extensão Rural	3.956.500,00	3.956.500,00	265.142,77	265.142,77	123.655,95	123.655,95	1,28	3,13
Comércio e Serviços	2.432.000,00	3.461.561,81	318.157,32	318.157,32	113.822,77	113.822,77	1,17	3,29
Promoção Comercial	2.432.000,00	2.285.459,89	318.157,32	318.157,32	113.822,77	113.822,77	1,17	4,98
Turismo	0,00	1.176.101,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto e Lazer	639.400,00	834.400,00	139.024,67	139.024,67	52.509,73	52.509,73	0,54	6,29
Desporto Comunitário	639.400,00	834.400,00	139.024,67	139.024,67	52.509,73	52.509,73	0,54	6,29
Encargos Especiais	4.500.000,00	4.500.000,00	3.235.742,26	3.235.742,26	489.814,45	489.814,45	5,05	10,88
Serviço da Dívida Interna	2.900.000,00	2.900.000,00	2.211.936,07	2.211.936,07	385.337,22	385.337,22	3,97	13,29
Outras Transferências	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	80.671,04	80.671,04	0,83	8,07
Outros Encargos Especiais	600.000,00	600.000,00	23.806,19	23.806,19	23.806,19	23.806,19	0,25	3,97
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II) = (I + II)	129.820.472,72	133.255.128,80	39.066.325,07	39.066.325,07	9.698.185,25	9.698.185,25	100,00	7,28

FONTE:

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2013 A FEVEREIRO/2014

REO--ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												R\$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO		Mar/2013	Abr/2013	Mai/2013	Jun/2013	Jul/2013	Agô/2013	Set/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	TOTAL (ULT. 12 MES.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
RECEITAS CORRENTES (I)		8.712.446,64	8.033.328,72	8.543.566,09	7.739.564,05	7.419.236,08	8.586.233,80	8.408.677,00	7.687.599,57	8.591.827,54	10.419.454,00	9.234.126,98	8.537.965,87	102.392.119,34	116.136.472,72
RECEITA TRIBUTÁRIA		2.573.636,34	1.156.729,86	955.640,95	828.843,84	892.873,11	777.593,24	785.443,88	886.521,74	859.090,84	1.393.936,34	643.706,34	1.030.636,79	12.757.463,27	16.425.000,00
L.P.T.U.		1.453.755,32	331.075,43	165.137,94	140.826,69	136.136,53	127.468,69	129.656,26	146.711,38	117.997,51	133.867,81	19.044,02	224.576,51	3.125.663,39	3.500.000,00
L.R.R.F.		110.540,40	78.945,10	127.108,76	92.709,61	92.601,37	91.317,43	94.130,77	93.877,34	76.435,81	486.407,21	146.941,78	79.663,90	1.570.679,39	1.600.000,00
L.S.S.		360.175,03	346.642,49	392.228,36	395.820,16	420.013,48	369.631,23	379.789,51	411.932,21	410.175,68	466.951,49	344.842,46	404.842,46	4.684.949,88	6.000.000,00
L.T.B.U.		66.094,47	67.827,39	101.023,22	90.802,49	96.526,44	83.861,24	67.749,45	107.594,12	53.235,68	61.474,29	59.530,75	111.058,79	966.466,33	1.400.000,00
Outras Receitas Tributárias		593.071,12	332.536,45	173.142,67	118.885,88	117.595,29	103.314,35	114.117,89	127.416,89	201.246,16	245.235,54	73.942,10	210.465,13	2.410.304,28	3.625.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		59.426,07	64.572,01	73.894,14	62.602,92	49.735,27	59.040,22	64.794,14	70.203,15	60.815,46	921.044,36	65.731,64	63.904,39	1.615.528,77	2.400.000,00
RECEITA PATRIMONIAL		32.916,96	45.635,44	44.477,25	42.875,68	47.809,88	46.025,97	50.541,00	56.069,66	55.151,96	91.894,09	66.291,61	73.409,93	653.699,43	465.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		5.933.243,15	6.659.333,99	7.328.391,13	6.671.184,26	6.307.084,98	7.543.109,89	7.236.627,44	6.994.479,36	7.503.224,91	7.633.411,75	8.191.205,78	7.508.887,55	85.408.169,19	94.150.172,72
Cota-Parte do FPM		1.304.651,19	1.399.861,32	2.011.410,45	1.678.104,76	1.195.024,74	1.562.475,79	1.283.153,71	1.293.173,59	1.798.776,20	2.715.669,45	2.181.048,33	2.339.040,62	20.760.391,15	24.100.000,00
Cota-Parte do LC/MS		1.594.220,01	1.746.042,59	1.735.177,48	1.625.312,29	1.613.381,50	1.691.588,18	1.797.287,97	1.747.292,86	1.918.695,64	1.910.788,63	1.886.023,94	1.794.253,71	21.090.334,60	23.000.000,00
Cota-Parte do IPVA		337.832,53	376.042,89	375.294,53	375.543,88	451.434,48	423.628,09	403.737,84	406.130,71	284.742,33	166.108,82	241.747,30	282.676,78	4.104.990,18	5.000.000,00
Cota-Parte do ITR		531,90	190,35	1.219,24	356,06	361,52	215,74	12.518,45	39.950,18	4.526,51	3.895,66	7.575,60	256,44	71.597,65	75.000,00
Outras Transferências Correntes		1.285.507,52	1.455.430,89	1.453.141,93	1.302.575,21	1.499.363,56	2.195.869,60	2.050.133,98	1.573.788,28	1.678.339,70	1.208.349,48	1.881.822,26	1.157.765,55	18.751.887,96	20.025.172,72
Transferências de LC 61/1989		20.476,09	18.775,39	25.247,16	26.266,60	25.901,83	27.715,12	25.053,41	25.672,20	28.698,99	30.673,04	28.944,50	24.556,10	308.158,43	390.000,00
Transferências de LC 87/1996		0,00	31.770,16	7.942,54	7.942,54	7.942,54	7.942,54	7.942,54	7.942,54	7.942,54	7.942,54	7.967,37	7.967,37	111.245,22	100.000,00
Transferências do FUNDEB		1.390.029,91	1.621.220,40	1.716.957,80	1.654.953,92	1.513.674,81	1.633.674,83	1.646.799,54	1.600.229,00	1.801.311,00	1.792.015,13	1.956.276,48	1.912.421,98	20.239.563,90	21.500.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		113.219,12	107.659,42	140.202,62	134.547,35	151.741,84	161.884,48	271.270,54	160.625,66	113.734,37	170.057,46	261.941,61	149.640,71	1.946.514,18	2.094.700,00
DEDUÇÕES (II)		661.542,15	714.536,29	831.252,05	742.730,83	658.809,12	742.712,85	707.812,89	703.229,82	803.755,79	793.915,13	869.696,40	886.972,95	9.106.919,27	10.305.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		661.542,15	714.536,29	831.252,05	742.730,83	658.809,12	742.712,85	707.812,89	703.229,82	803.755,79	793.915,13	869.696,40	886.972,95	9.106.919,27	10.305.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (II) = (I - II)		8.060.904,49	7.319.293,43	7.712.314,04	6.997.132,22	6.760.426,96	7.845.520,95	7.700.864,11	7.164.699,75	7.788.068,75	9.625.538,87	8.359.432,58	7.391.042,92	92.285.200,07	105.831.472,72
FONTE:															

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Dez 2013 (B)	Em 28 Fev 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	6.795.839,07	6.795.839,07	6.483.848,13
DEDUÇÕES (II)	11.464.476,31	11.464.476,31	15.300.458,62
Disponibilidade de Caixa Bruta	11.684.634,09	11.684.634,09	15.541.334,72
Demais Haveres Financeiros	32.015,46	32.015,46	32.015,46
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	252.173,24	252.173,24	272.891,56
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-4.668.637,24	-4.668.637,24	-8.816.610,49
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-4.668.637,24	-4.668.637,24	-8.816.610,49

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2014 (C - A)
VALOR	-4.147.973,25	-4.147.973,25

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	2.000.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Dez 2013 (B)	Em 28 Fev 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	105.374.472,72	16.170.773,96	16.170.773,96	13.822.189,97
Receita Tributária	16.428.000,00	1.674.343,13	1.674.343,13	1.320.301,28
I.P.T.U.	3.500.000,00	243.620,53	243.620,53	135.275,60
I.S.S.	6.000.000,00	749.790,24	749.790,24	717.646,48
I.T.B.I.	1.400.000,00	170.589,54	170.589,54	94.673,30
I.R.R.F.	1.600.000,00	226.605,59	226.605,59	190.814,75
Outras Receitas Tributárias	3.928.000,00	283.737,23	283.737,23	181.891,15
Receita de Contribuição	2.400.000,00	129.618,03	129.618,03	157.372,45
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	2.400.000,00	129.618,03	129.618,03	157.372,45
Receita Patrimonial Líquida	5.000,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	465.000,00	139.701,54	139.701,54	74.960,53
(-) Aplicações Financeiras	460.000,00	139.701,54	139.701,54	74.960,53
Transferências Correntes	83.845.172,72	13.943.473,98	13.943.473,98	12.042.989,82
F.P.M.	19.500.000,00	3.608.071,20	3.608.071,20	3.159.252,84
I.C.M.S.	18.400.000,00	2.944.222,28	2.944.222,28	2.601.075,02
Convênios	1.100.000,00	73.900,88	73.900,88	93.883,83
Outras Transferências Correntes	44.845.172,72	7.317.279,62	7.317.279,62	6.188.778,13
Demais Receitas Correntes	2.696.300,00	423.338,82	423.338,82	301.526,42
Dívida Ativa	1.310.000,00	227.744,24	227.744,24	131.646,19
Diversas Receitas Correntes	1.386.300,00	195.594,58	195.594,58	169.880,23
RECEITAS DE CAPITAL (II)	23.986.000,00	31,81	31,81	404.379,27
Operações de Crédito (III)	8.500.000,00	0,00	0,00	195.832,99
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	320.000,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	15.166.000,00	31,81	31,81	208.546,28
Convênios	0,00	0,00	0,00	158.546,28
Outras Transferências de Capital	15.166.000,00	31,81	31,81	50.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	15.166.000,00	31,81	31,81	208.546,28
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	120.540.472,72	16.170.805,77	16.170.805,77	14.030.736,25

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	100.505.029,12	9.130.653,72	9.130.653,72	8.381.705,07
Pessoal e Encargos Sociais	53.706.010,00	7.214.617,45	7.214.617,45	6.105.461,46
Juros e Encargos da Dívida (IX)	400.000,00	73.346,28	73.346,28	86.110,23
Outras Despesas Correntes	46.399.019,12	1.842.689,99	1.842.689,99	2.190.133,38
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	100.105.029,12	9.057.307,44	9.057.307,44	8.295.594,84
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	32.690.099,68	567.531,53	567.531,53	991.823,81
Investimentos	30.136.639,79	255.540,59	255.540,59	394.499,56
Inversões Financeiras	53.459,89	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	53.459,89	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	2.500.000,00	311.990,94	311.990,94	597.324,25
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	30.190.099,68	255.540,59	255.540,59	394.499,56

Município de CANOINHAS - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	60.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	130.355.128,80	9.312.848,03	9.312.848,03	8.690.094,40
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-9.814.656,08	6.857.957,74	6.857.957,74	5.340.641,85
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-3.000.000,00

FONTE:

CANOINHAS, 05/05/2014

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Pagos	CANCELADOS	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Liquidados	Pagos	CANCELADOS	
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)											
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	193.149,18	59.024,06	55.034,70	-	197.138,54	1.171.365,38	4.870.693,72	2.893.837,07	2.893.426,26	2,00	3.188.630,84
FUNDO DE ASSIST. A SAÚDE DO SERVIDOR P.UB. I	68.760,24	51.010,66	47.021,30	0,00	73.749,60	819.001,62	3.540.871,59	1.889.671,83	1.837.798,80	0,00	2.522.074,41
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00
GABINETE DO PREFEITO	1.536,94	13.584,31	10.234,22	0,00	4.887,03	88.105,15	289.176,69	144.432,46	144.432,46	0,00	232.849,38
SECRETARIA MUNIC. DE MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.043,69	95.024,14	15.769,24	15.769,24	0,00	88.298,59
SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E DESENV. URB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.782,25	64.185,22	33.495,80	32.225,51	0,00	46.741,96
SECRETARIA MUNIC. DE PLAN. E ORÇAMENTO	48.648,38	0,00	0,00	0,00	48.648,38	342.461,63	1.029.872,51	758.041,19	727.460,37	0,00	644.883,77
SECRETARIA MUNIC. DESENV. RURAL	4.715,25	0,00	0,00	0,00	4.715,25	24.706,75	36.205,62	24.462,04	24.462,04	0,00	36.450,33
SECRETARIA MUNIC. DESENV. ECONOMICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.286,61	27.624,94	11.266,32	11.266,32	0,00	96.645,23
SECRETARIA MUNIC. DE SOCIAL E DA FAMILIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.475,55	204.668,09	37.042,02	37.042,02	0,00	181.113,54
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FI	0,03	0,00	0,00	0,00	0,03	47.906,23	83.579,58	48.425,02	48.425,02	0,00	83.050,79
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	127,87	29,79	0,00	0,00	157,66	37.179,74	277.705,12	147.665,77	147.665,77	0,00	167.219,09
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	14.614,07	0,00	0,00	0,00	14.614,07	185.319,83	0,00	4.521,90	4.521,90	0,00	185.319,83
SECRETARIA MUNICIPAL E EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.804,88	644.550,07	644.550,07	0,00	282,98
FUNREBOMPM DE CANOINHAS	117,70	37.365,56	36.787,08	0,00	727,16	35.334,19	1.428.024,80	4.675,40	4.675,40	0,00	818.808,92
FUNREBOMPM DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.443,22	9.143,33	4.675,40	4.675,40	0,00	9.911,15
FUNREBOMPM DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.443,22	9.143,33	0,00	0,00	0,00	5.443,22
FUNREBOMPM DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.143,33	4.675,40	4.675,40	0,00	4.457,93
FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.763,73	8.939,22	6.109,90	6.109,90	0,00	8.583,05
FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.763,73	8.939,22	6.109,90	6.109,90	0,00	8.583,05
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOIN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.612,69	10.298,17	4.115,42	4.115,42	0,00	10.795,44
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOIN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.612,69	10.298,17	4.115,42	4.115,42	0,00	10.795,44
FUNDO MUN. DESENV. RURAL DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.990,28	0,00	0,00	0,00	0,00	2.990,28
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.990,28	0,00	0,00	0,00	0,00	2.990,28
FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESC. DE CANOINHA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68,08	56.447,65	6.257,43	6.257,43	0,00	50.298,30
FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESC. DE CANOINHA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68,08	56.447,65	6.257,43	6.257,43	0,00	50.298,30
FUNDO MUN. DE SANEAMENTO BASICO FUNSAE-CJ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.906,68	1.072,00	0,00	0,00	0,00	12.978,68
FUNDO MUN. SANEAMENTO BASICO - FUNSAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.906,68	1.072,00	0,00	0,00	0,00	11.906,68
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO - FL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.072,00	0,00	0,00	0,00	1.072,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS	123.388,94	8.013,40	8.013,40	0,00	123.388,94	321.579,08	1.243.931,76	1.003.007,09	994.469,31	2,00	571.039,53
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS	123.388,94	8.013,40	8.013,40	0,00	123.388,94	321.579,08	1.243.931,76	1.003.007,09	994.469,31	2,00	571.039,53
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	193.149,18	59.024,06	55.034,70	0,00	197.138,54	1.171.365,38	4.870.693,72	2.893.837,07	2.893.426,26	2,00	3.188.630,84

FONTE:

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	14.081.000,00	14.081.000,00	1.651.627,79	1.651.627,79	11,73
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	4.715.000,00	4.715.000,00	479.426,71	479.426,71	10,17
1.1.1- IPTU	3.500.000,00	3.500.000,00	243.620,53	243.620,53	6,96
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	15.000,00	15.000,00	198,31	198,31	1,32
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	1.000.000,00	1.000.000,00	133.991,17	133.991,17	13,40
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	200.000,00	200.000,00	101.616,70	101.616,70	50,81
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.401.000,00	1.401.000,00	170.605,86	170.605,86	12,18
1.2.1- ITBI	1.400.000,00	1.400.000,00	170.589,54	170.589,54	12,18
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.000,00	1.000,00	16,32	16,32	1,63
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	6.365.000,00	6.365.000,00	774.989,63	774.989,63	12,18
1.3.1- ISS	6.000.000,00	6.000.000,00	749.790,24	749.790,24	12,50
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	40.000,00	40.000,00	5.526,56	5.526,56	13,82
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	300.000,00	300.000,00	13.362,95	13.362,95	4,45
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	25.000,00	25.000,00	6.309,88	6.309,88	25,24
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.600.000,00	1.600.000,00	226.605,59	226.605,59	14,16
1.4.1- IRRF	1.600.000,00	1.600.000,00	226.605,59	226.605,59	14,16
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	51.525.000,00	51.525.000,00	8.792.007,06	8.792.007,06	17,06
2.1- Cota-Parte FPM	23.000.000,00	23.000.000,00	4.510.088,95	4.510.088,95	19,61
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	23.000.000,00	23.000.000,00	4.510.088,95	4.510.088,95	19,61
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	23.000.000,00	23.000.000,00	3.680.277,65	3.680.277,65	16,00
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº67/1996	100.000,00	100.000,00	15.934,74	15.934,74	15,93
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	350.000,00	350.000,00	53.449,60	53.449,60	15,27
2.5- Cota-Parte ITR	75.000,00	75.000,00	7.832,04	7.832,04	10,44
2.6- Cota-Parte IPVA	5.000.000,00	5.000.000,00	524.424,08	524.424,08	10,49
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	65.606.000,00	65.606.000,00	10.443.634,85	10.443.634,85	15,92
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	3.208.000,00	3.208.000,00	317.308,96	317.308,96	9,89
5.1- Transferências do Salário-Educação	2.100.000,00	2.100.000,00	317.308,96	317.308,96	15,11
5.2- Transferências Diretas - PDDE	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	350.000,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	5.373.800,00	5.373.800,00	55.028,98	55.028,98	1,02
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	8.581.800,00	8.581.800,00	372.337,94	372.337,94	4,34

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	10.305.000,00	10.305.000,00	1.756.619,35	1.756.619,35	17,05
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	4.600.000,00	4.600.000,00	902.017,75	902.017,75	19,61
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	4.600.000,00	4.600.000,00	736.055,37	736.055,37	16,00
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	20.000,00	20.000,00	3.186,94	3.186,94	15,93
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	70.000,00	70.000,00	8.908,27	8.908,27	12,73
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	15.000,00	15.000,00	1.566,37	1.566,37	10,44
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	1.000.000,00	1.000.000,00	104.884,65	104.884,65	10,49
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	21.500.000,00	21.500.000,00	3.868.698,46	3.868.698,46	17,99
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	21.500.000,00	21.500.000,00	3.868.698,46	3.868.698,46	17,99
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	11.195.000,00	11.195.000,00	2.112.079,11	2.112.079,11	18,87
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	17.255.000,00	17.255.000,00	2.467.122,72	2.467.122,72	14,30
13.1- Com Educação Infantil	5.500.000,00	5.500.000,00	975.156,78	975.156,78	17,73
13.2- Com Ensino Fundamental	11.755.000,00	11.755.000,00	1.491.965,94	1.491.965,94	12,69
14- OUTRAS DESPESAS	4.085.000,00	4.085.000,00	394.012,37	394.012,37	9,65
14.1- Com Educação Infantil	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	4.080.000,00	4.080.000,00	394.012,37	394.012,37	9,66
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	21.340.000,00	21.340.000,00	2.861.135,09	2.861.135,09	13,41
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					2.861.135,09
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					63,77
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					10,18
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					26,04
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	16.401.500,00	16.401.500,00	2.610.908,71	2.610.908,71	15,92
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	8.075.000,00	8.075.000,00	981.872,32	981.872,32	12,16
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	21.252.680,00	21.252.680,00	2.262.658,15	2.262.658,15	10,65
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	15.835.000,00	15.835.000,00	1.885.978,31	1.885.978,31	11,91
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	5.417.680,00	5.417.680,00	376.679,84	376.679,84	6,95
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	29.327.680,00	29.327.680,00	3.244.530,47	3.244.530,47	11,06
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					2.112.079,11
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					2.112.079,11
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					1.132.451,36
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					10,84
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	2.115.000,00	2.115.000,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	300.000,00	480.076,77	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	7.451.900,00	7.837.653,88	4.449,86	4.449,86	0,06
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	9.866.900,00	10.432.730,65	4.449,86	4.449,86	0,04
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	39.194.580,00	39.760.410,65	3.248.980,33	3.248.980,33	8,17

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		385.435,35	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		3.868.698,46	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		3.288.730,45	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		3.164.608,07	0,00
49.2 Restos a Pagar		124.122,38	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		965.403,36	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	8.500.000,00	0,00		8.500.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	32.690.099,68	567.531,53	0,00	32.122.568,15
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	32.690.099,68	567.531,53	0,00	32.122.568,15
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-24.190.099,68	-567.531,53		-23.622.568,15

FONTE:

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	320.000,00	0,00	320.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	320.000,00	0,00	320.000,00
TOTAL	320.000,00	0,00	320.000,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	322.000,00	0,00	0,00	322.000,00
Investimentos	322.000,00	0,00	0,00	322.000,00
TOTAL	322.000,00	0,00	0,00	322.000,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	175.783,53	0,00	175.783,53

FONTE:

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)						
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	14.081.000,00	14.081.000,00	1.651.627,79	11,73		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	3.500.000,00	3.500.000,00	243.620,53	6,96		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.400.000,00	1.400.000,00	170.589,54	12,18		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	6.000.000,00	6.000.000,00	749.790,24	12,50		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	1.600.000,00	1.600.000,00	226.605,59	14,16		
Dívida Ativa dos Impostos	56.000,00	56.000,00	5.741,19	10,25		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	1.300.000,00	1.300.000,00	147.354,12	11,33		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	225.000,00	225.000,00	107.926,58	47,97		
Cota-Parte FPM	51.525.000,00	51.525.000,00	8.792.007,06	17,06		
Cota-Parte ITR	23.000.000,00	23.000.000,00	4.510.088,95	19,61		
Cota-Parte IPVA	75.000,00	75.000,00	7.832,04	10,44		
Cota-Parte ICMS	5.000.000,00	5.000.000,00	524.424,08	10,49		
Cota-Parte IPI-Exportação	23.000.000,00	23.000.000,00	3.680.277,65	16,00		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	350.000,00	350.000,00	53.449,60	15,27		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	100.000,00	100.000,00	15.934,74	15,93		
	100.000,00	100.000,00	15.934,74	15,93		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	65.606.000,00	65.606.000,00	10.443.634,85	15,92		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	12.693.847,56	12.693.847,56	2.390.620,62	18,83		
Provenientes da União	12.693.847,56	12.693.847,56	2.390.620,62	18,83		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	3.200.200,00	3.200.200,00	61.082,07	1,91		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	15.894.047,56	15.894.047,56	2.451.702,69	15,43		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	26.725.107,56	26.600.960,49	11.206.026,22	42,13	2.661.922,78	10,01
Pessoal e Encargos Sociais	10.676.310,00	10.676.310,00	1.670.159,60	15,64	1.525.539,95	14,29
Outras Despesas Correntes	16.048.797,56	15.924.650,49	9.535.866,62	59,88	1.136.382,83	7,14
DESPESAS DE CAPITAL	3.017.250,00	4.614.733,69	348.470,61	7,55	49.037,54	1,06
Investimentos	3.017.250,00	4.614.733,69	348.470,61	7,55	49.037,54	1,06

Continua 1/4

Município de CANOINHAS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2013		0,00	0,00	460.804,47	-460.804,47	0,00		
TOTAL		0,00	0,00	460.804,47	-460.804,47	0,00		
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS						
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00			0,00			
TOTAL (VIII)	0,00	0,00			0,00			
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGO 24, §2º								
		LIMITE NÃO CUMPRIDO						
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
	-	-			-			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)								
Atenção Básica	11.201.310,00	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	15.604.310,00			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100	
Suporte Profilático e Terapêutico	1.272.487,56							
Vigilância Sanitária	927.250,00							
Vigilância Epidemiológica	737.000,00							
TOTAL	29.742.357,56	31.215.694,18	11.554.496,83	100,00		2.710.960,32	100,00	

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4

- O valor do último bimestre, será utilizado a fórmula $[M(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Município de CANOINHAS - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	129.830.472,72	
Previsão Atualizada		—	129.830.472,72	
Receitas Realizadas		16.310.507,31	16.310.507,31	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	0,00	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	129.820.472,72	
Créditos Adicionais		—	3.434.656,08	
Dotação Atualizada		—	133.255.128,80	
Despesas Empenhadas		39.066.325,07	39.066.325,07	
Despesas Liquidadas		9.698.185,25	9.698.185,25	
Superávit Orçamentário		—	6.612.322,06	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		39.066.325,07	39.066.325,07	
Despesas Liquidadas		9.698.185,25	9.698.185,25	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			93.285.200,07	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		2.000.000,00	-4.147.973,25	-207,40
Resultado Primário		-3.000.000,00	6.857.957,74	-228,60
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	252.173,24	0,00	55.034,70	197.138,54
EXECUTIVO	252.173,24	0,00	55.034,70	197.138,54
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	6.042.059,10	2,00	2.853.426,26	3.188.630,84
EXECUTIVO	6.042.059,10	2,00	2.853.426,26	3.188.630,84
TOTAL:	6.294.232,34	2,00	2.908.460,96	3.385.769,38
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.132.451,36	25%	10,84
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		2.467.122,72	60%	63,77
Liquidadas		3.244.530,47		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	8.500.000,00	
Despesa de Capital Líquida		567.531,53	32.122.568,15	

Continua 1/2

Município de CANOINHAS - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	320.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	322.000,00
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		1.742.501,71	15,00	16,68
Liquidadas		1.742.501,71		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Capinzal

PREFEITURA

Resolução 004 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 04/2014

Aprova o Aceite para o cofinanciamento estadual para os serviços de proteção social básica e especial de média e alta complexidade e para os benefícios eventuais.

Considerando que o Conselho Municipal de Assistência Social de Capinzal, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e pela Lei Complementar nº 026, de 17 de novembro de 1995;

Considerando a Lei nº 8.742/93, LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social;

Considerando a Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011;
Resolve:

Art. 1º Fica aprovado os recursos recebidos do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS para o cofinanciamento dos serviços de proteção social básica do município de Capinzal. O recurso será no valor de 26.678,32(vinte e seis mil seiscentos e setenta e oito reais e trinta e dois centavos) que serão destinados para fins de custeio do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos conforme Projeto Técnico.

Art. 2º Fica aprovado os recursos oriundos do Fundo Estadual de Assistência Social para o cofinanciamento dos serviços de proteção social especial de média complexidade do município de Capinzal. Estes recursos serão destinados ao Centro de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS, sendo o valor de 76.032,00 (setenta e seis mil e trinta e dois reais) sendo que 60% do valor será utilizado para custeio e 40% para investimento.

Art. 3º Fica aprovado os recursos recebidos do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS para o Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de 20.790,00(vinte mil setecentos e noventa reais) referente o cofinanciamento especial de alta complexidade, sendo que 60% do valor é para custeio e 40% é para investimento.

Art. 4º Fica aprovado os recursos recebidos do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS para o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, no valor de 4.991,59 (quatro mil novecentos e noventa e um reais e cinquenta e nove centavos). Conforme Plano de Aplicação os recursos serão utilizados para aquisição de cestas básicas e materiais de consumo para auxílio natalidade.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, 22 de abril de 2014.
LUCIANA CRISTINA BUSSACRO
Presidente

DANIELA BORTOLI
Secretária

Lei 3.116.2014

LEI Nº 3.116, DE 30 DE ABRIL DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo a incluir ação no Plano Plurianual (PPA), instituído pela Lei nº 3.071, de 10 de junho de 2013.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a acrescentar ao Programa nº 0195 - "Assistência Integral a Família - PAIF PROTEÇÃO", na Função 08 - "Assistência Social" e na Subfunção 244 - "Assistência Comunitária", constante ao anexo de metas e prioridades da Lei nº 3.071, de 10 de junho de 2013, que aprovou o Plano Plurianual do município para o quadriênio 2014 a 2017, vinculado ao Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal, a ação nº 2.178 - "Manutenção Programa Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS Trabalho", no valor de R\$ 97.981,18 (noventa e sete mil, novecentos e oitenta e um reais e dezoito centavos).

Parágrafo único. Com o acréscimo da ação prevista no caput deste artigo, o anexo de metas e prioridades vinculado ao Fundo Municipal de Assistência Social e ao Programa nº 0195 - "Assistência Integral a Família - PAIF PROTEÇÃO", passa a vigorar com o valor de R\$ 1.837.471,75 (um milhão, oitocentos e trinta e sete mil, quatrocentos e setenta e um reais e setenta e cinco centavos).

Art. 2º O Anexo referido no art. 1º, passa a ser parte integrante da presente Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Capinzal, em 30 de abril de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças Interino

Lei 3.117.2014

LEI Nº 3.117, DE 30 DE ABRIL DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo a incluir ação ao Programa nº 0195 e respectivo Anexo de Metas e Prioridades da Lei nº 3.080, de 28 de agosto de 2013, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2014, e dá outras providências.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a acrescentar ao Programa nº 0195 - "Assistência Integral a Família - PAIF PROTEÇÃO", na Função 08 - "Assistência Social" e na Subfunção 244 - "Assistência Comunitária", constante ao anexo de metas e prioridades da Lei nº 3.080, de 28 de agosto de 2013, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2013, vinculado ao Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal, a ação nº 2.178 - "Manutenção Programa Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS Trabalho", no valor de R\$ 97.981,18 (noventa e sete mil, novecentos e oitenta e um reais e dezoito centavos).

Parágrafo único. Com o acréscimo da ação prevista no caput deste artigo, o anexo de metas e prioridades vinculado ao Fundo Municipal de Assistência Social e ao Programa nº 0195 - "Assistência Integral a Família - PAIF PROTEÇÃO", passa a vigorar com o valor de R\$ 433.365,18 (quatrocentos e trinta e três mil trezentos e sessenta e cinco reais e dezoito centavos).

Art. 2º O Anexo referido no art. 1º, passa a ser parte integrante

da presente Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Capinzal, em 30 de abril de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças Interino

Leis 3.118.2014

LEI Nº 3.118, DE 30 DE ABRIL DE 2014

Autoriza a abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 97.981,18 (noventa e sete mil, novecentos e oitenta e um reais e dezoito centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar a abertura de um crédito adicional especial no valor de R\$ 97.981,18 (noventa e sete mil, novecentos e oitenta e um reais e dezoito centavos), no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal, para suporte da dotação orçamentária descrita no quadro a seguir.

1001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	FTE	DR	R\$	0,00
1001.08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	FTE	DR	R\$	0,00
1001.08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	FTE	DR	R\$	0,00
1001.08.244.0195	ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF PROTEÇÃO	FTE	DR	R\$	0,00
1001.08.244.0195.2178	MANUT PROGR PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO - ACESSUAS TRABALHO	FTE	DR	R\$	0,00
31901100	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	352	000	R\$	52.000,00
31901300	Obrigações patronais	352	000	R\$	15.981,18
33903000	Material de consumo	352	000	R\$	20.000,00
33903900	Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	352	000	R\$	10.000,00
	Total	352	000	R\$	97.981,18

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito de que trata art. 1º da presente Lei é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso I, do § 1º, do art. 43 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013, da unidade gestora Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal, no valor de R\$ 97.981,18 (noventa e sete mil, novecentos e oitenta e um reais e dezoito centavos), na fonte "352 - Superávit Financeiro - Outras Transferências do Fundo Nacional de Assist. Social", na destinação 000, na forma do demonstrativo em anexo e quadro a seguir:

Demonstrativo do Superávit Financeiro

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Superávit Financeiro - Outras Transferências do Fundo Nacional de Assist. Social	352	000	R\$	97.981,18
Total	352	000	R\$	97.981,18

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 30 de abril de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças Interino

Lei 3.119.2014

LEI Nº 3.119, DE 30 DE ABRIL DE 2014.

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar a abertura de um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, na forma da dotação orçamentária descrita no quadro a seguir:

07	SECRETARIA DA SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	FTE	DR	R\$	0,00
0701	SECRETARIA DA SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	FTE	DR	R\$	0,00
0701.08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	FTE	DR	R\$	0,00
0701.08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	FTE	DR	R\$	0,00
0701.08.244.0185	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA - GESTÃO	FTE	DR	R\$	0,00
0701.08.244.0185.2152	CONCESSÃO BENEFÍCIOS EVENTUAIS À FAM E INDEVID	FTE	DR	R\$	0,00
33903600-408	Outros serviços de terceiros - pessoa física	100	000	R\$	27.000,00
	Total	100	000	R\$	27.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito de que trata o art. 1º da presente Lei é indicado como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), na forma do quadro a seguir:

07	SECRETARIA DA SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	FTE	DR	R\$	0,00
0701	SECRETARIA DA SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	FTE	DR	R\$	0,00
0701.08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	FTE	DR	R\$	0,00
0701.08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	FTE	DR	R\$	0,00
0701.08.243.0175	REDE DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	FTE	DR	R\$	0,00
0701.08.243.0175.2150	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CECON/CCC	FTE	DR	R\$	0,00
44905200-352	Equipamentos e material permanente	100	000	R\$	27.000,00
	Total	100	000	R\$	27.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 30 de abril de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças Interino

Decreto 063.2014

DECRETO Nº 063, DE 30 DE ABRIL DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal nº 3.119, de 30 de abril de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, na forma da dotação orçamentária descrita no quadro a seguir:

07	SECRETARIA DA SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	FTE	DR	R\$	0,00
0701	SECRETARIA DA SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	FTE	DR	R\$	0,00
0701.08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	FTE	DR	R\$	0,00
0701.08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	FTE	DR	R\$	0,00
0701.08.244.0185	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA - GESTÃO	FTE	DR	R\$	0,00
0701.08.244.0185.2152	CONCESSÃO BENEFÍCIOS EVENTUAIS À FAM E INDEVÍD	FTE	DR	R\$	0,00
33903600-408	Outros serviços de terceiros - pessoa física	100	000	R\$	27.000,00
	Total	100	000	R\$	27.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito de que trata o art. 1º do presente Decreto é indicado como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), na forma do quadro a seguir:

07	SECRETARIA DA SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	FTE	DR	R\$	0,00
0701	SECRETARIA DA SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	FTE	DR	R\$	0,00
0701.08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	FTE	DR	R\$	0,00
0701.08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	FTE	DR	R\$	0,00
0701.08.243.0175	REDE DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	FTE	DR	R\$	0,00
0701.08.243.0175.2150	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CECON/CCC	FTE	DR	R\$	0,00
44905200-352	Equipamentos e material permanente	100	000	R\$	27.000,00
	Total	100	000	R\$	27.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 30 de abril de 2014
 ANDEVIR ISGANZELLA
 Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
 Secretário da Administração e Finanças Interino

PMC - Contrato 0127/2014

Contrato Nº.: 0127/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada : CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Valor : 764.122,69 (setecentos e sessenta e quatro mil, cento e vinte e dois reais, e sessenta e nove centavos)

Vigência : Início: 24/04/2014 Término: 24/04/2019

Processo Licitatório Nº 0074/2014

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 0006/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Dispensa de Licitação para Centralização da movimentação financeiro-bancária da Prefeitura Municipal e Fundos Especiais, incluindo a arrecadação tributária, o depósito de valores da folha de pagamento dos servidores e o pagamento à credores.

Decreto 062/2014

DECRETO Nº 062, DE 30 DE ABRIL DE 2014

Abre crédito adicional especial no valor de R\$ 97.981,18 (noventa e sete mil, novecentos e oitenta e um reais e dezoito centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 3.118, de 30 de abril de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal, um crédito adicional especial no valor de R\$ R\$ 97.981,18 (noventa e sete mil, novecentos e oitenta e um reais e dezoito centavos), na forma da dotação orçamentária descrita no quadro a seguir.

1001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	FTE	DR	R\$	0,00
1001.08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	FTE	DR	R\$	0,00
1001.08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	FTE	DR	R\$	0,00
1001.08.244.0195	ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF PROTEÇÃO	FTE	DR	R\$	0,00
1001.08.244.0195.2178	MANUT PROGR PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUN- DO DO TRABALHO - ACESSUAS TRABALHO	FTE	DR	R\$	0,00
31901100-083	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	352	000	R\$	52.000,00
31901300-084	Obrigações patronais	352	000	R\$	15.981,18
33903000-085	Material de consumo	352	000	R\$	20.000,00
33903900-086	Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	352	000	R\$	10.000,00
	Total	352	000	R\$	97.981,18

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito de que trata art. 1º do presente Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013, da unidade gestora Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal, no valor de R\$ 97.981,18 (noventa e sete mil, novecentos e oitenta e um reais e dezoito centavos), na fonte "352 - Superávit Financeiro - Outras Transferências do Fundo Nacional de Assist. Social", na destinação 000, na forma do demonstrativo em anexo e quadro a seguir:

Demonstrativo do Superávit Financeiro

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Superávit Financeiro - Outras Transferências do Fundo Nacio- nal de Assist. Social	352	000	R\$	97.981,18
Total	352	000	R\$	97.981,18

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 30 de abril de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças Interino

Decreto 064/2014

DECRETO Nº 064, DE 30 DE ABRIL DE 2014.

Revoga o Processo Licitatório nº 075/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 056/2014.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, em seu artigo 49, que autoriza a autoridade competente revogar a licitação, uma vez que nenhum interessado comparecer ao certame para formular lances;

CONSIDERANDO a ausência de interessado, é superveniente, suficiente e pertinente para justificar a medida administrativa de revogar o certame;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 124/2014, anexo;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Processo Licitatório nº 075/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 056/2014, cujo objeto é aquisição de Máquinas Pesadas para conservação de estradas e melhorias na infraestrutura urbana e rural do município de Capinzal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 30 de abril de 2014.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal
Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças Interino

Decreto 065/2014

DECRETO Nº 065, DE 2, DE MAIO DE 2014

Declara Situação de Emergência nas áreas do Município afetadas por Enxurradas - 1.2.2.0.0 - COBRADE, conforme IN/MI 01/2012.

O Senhor Andevir Isganzella, Prefeito do município de Capinzal, localizado no Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012, e:

CONSIDERANDO que chuvas intermitentes pelo período de vinte e quatro (24) atingiram toda a região oeste e meio-oeste catarinense, entre os dias 29 e 30 de abril de 2014;

CONSIDERANDO que em decorrência do fato relatado ocorreram os seguintes danos, totalizando a necessidade de recursos aproximado de R\$ 603.800,00 (seiscentos e três mil e oitocentos reais):

Na Rua Florindo Luvison, Loteamento Parizotto, houve o rompimento do asfalto em aproximadamente 300 m2 (trezentos metros quadrados) e danificação de meio-fio em 72 m2 (setenta e dois metros quadrados), com prejuízo estimado em R\$ 35.500,00 (trinta e cinco mil e quinhentos reais);

Na Rua EloiLanhi, Loteamento Parizotto, houve o comprometimento de duas residenciais em construção mista e queda de aproximadamente 320m2 (trezentos e vinte metros quadrados) de muro, com prejuízo estimado de R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais);

Na Rua Sadi Domingos Brancher, Loteamento Arco Íris, houve deslizamento de terras, demandando a necessidade de construir muro de contenção com 40m2 (quarenta metros quadrados), no valor estimado de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

Na Rua Maria Augusta de Oliveira, Loteamento Fernanda, houve deslizamento de terras e danificação do asfalto em aproximadamente 100 m2 (cem metros quadrados), demandando a necessidade de recuperar o asfalto e construir muro de contenção de 60 m2 (sessenta metros quadrados), com gastos estimados em R\$18.500,00 (dezoito mil, quinhentos reais);

Na Rua João de Oliveira Bronze, Loteamento Santa Maria, houve destruição da tubulação de escoamento em aproximadamente 30m (trinta metros), sendo necessário reconstruir e ampliar a canalização, com gastos estimados em R\$ 6.000,00 (seis mil reais);

Na Vila Anchieta houve deslizamento de terras, havendo necessidade de efetuar a limpeza e construir muro de contenção de 25 m2 (vinte e cinco metros quadrados), com gastos estimados em R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais);

Na Rua Leonardo Spadini, Centro, houve rompimento do asfalto, demandando a reparação de aproximadamente 500 m2 (quinhentos metros quadrados), com gastos estimados em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

Na Rua Antônio Rafael Surdi, Loteamento Maiara, houve rompimento do asfalto, demandando a reparação de aproximadamente 100 m2 (cem metros quadrados), com gastos estimados em R\$

10.000,00 (dez mil reais);

Na Rua Fortunato Melotto, Loteamento São Pedro, houve alagamento aproximadamente vinte (20) de casas, sendo necessário implantar tubulação para desvio do curso de água, com gastos estimados em R\$ 9.000,00 (nove mil reais);

Na Rua Carmelo Zocoli, Centro, houve deslizamento de terras e alambrado, rompimento de tubulação de escoamento de águas e alagamento de casas, demandando a construção de ciclope de contenção com 350 m2 (trezentos e cinquenta metros quadrados), construção de alambrado com 200 m2 (duzentos metros quadrados), construção de passeio com 200 m2 (duzentos metros quadrados), recuperação e ampliação de canalização em aproximadamente 30m (trinta metros), com gastos estimados de aproximadamente R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais);

Na Rua Tito Oliveto, Centro, houve comprometimento de aproximadamente 320m2 (trezentos e vinte metros quadrados) de asfalto, com gastos estimados em R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais);

No acesso ao Loteamento Vista Alegre houve enxurradas e alagamentos, sendo necessário construir 300m (trezentos metros) de sarjetas, implantar canalização em 15m (quinze metros) de travessias e construir 4 (quatro) bocas de lobo, com gastos aproximados de R\$ 30.300,00 (trinta mil, trezentos reais);

Foram danificados 50 km (cinquenta quilômetros) de estradas vicinais, demandando a recuperação das vias e canalização em pontos de escoamento de águas, com gastos estimados de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais);

CONSIDERANDO a reunião da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, conforme Ata nº 01/2014, cópia anexa;

CONSIDERANDO o parecer da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, relatando que a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de situação de emergência;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada nas áreas do Município contidas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE e demais documentos anexados a este decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como 1.2.2.0.0 - Enxurradas.

Art. 2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, estão autorizadas as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I - penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente de defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedade particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§1º No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§2º Sempre que possível as áreas desapropriadas serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Com base no inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta (180) dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 2 de maio de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças Interino

Catanduvas

PREFEITURA

Decreto Nº 1.979, de 30 de Abril de 2014

DECRETO Nº 1.979, de 30 de abril de 2014.

“PRORROGA O PRAZO DA INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS PARA O ISS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, que determinados contribuintes do ISS conjuntamente o Município, experimentam dificuldade na integração entre o sistema próprio e o da Prefeitura, no que diz à geração do Tributo;

CONSIDERANDO, que a não integração, pelo Contribuinte, é passível da geração de obrigações acessórias,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido como data limite para o Contribuinte efetuar a geração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), a data de 30 de maio de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas(SC), 30 de abril de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado por esta Secretaria nesta data.

Portaria Nº 6.030 de 10 de Fevereiro de 2014

PORTARIA P/ 6030/14, de 10.02.2014,

“Admite temporariamente, CLEUCI DE PAULA”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, CLEUCI DE PAULA, para o Cargo de Professor(a) de Educação Infantil, Nível MG-513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 10 de fevereiro de 2014 a 12 de dezembro de 2014.

Catanduvas, 10 de fevereiro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

Portaria Nº 6.031 de 10 de Fevereiro de 2014

PORTARIA P/ 6031/14, de 10.02.2014,

"Admite temporariamente, ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MORTELE"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MORTELE, para o Cargo de Professor(a) de Educação Infantil, Nível MG-513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 10 de fevereiro de 2014 a 12 de dezembro de 2014.

Catanduvas, 10 de fevereiro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/4728/09.

Portaria Nº 6.032 de 10 de Fevereiro de 2014

PORTARIA P/ 6032/14, de 10.02.2014,

"Admite temporariamente, VANUSA FOCESATTO ZIMERMANN"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, VANUSA FOCESATTO ZIMERMANN, para o Cargo de Professor(a) de Educação Infantil, Nível MG-513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 10 de fevereiro de 2014 a 12 de dezembro de 2014.

Catanduvas, 10 de fevereiro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/5764/13.

Portaria Nº 6.034 de 10 de Fevereiro de 2014

PORTARIA P/ 6034/14, de 10.02.2014,

"Admite temporariamente, MARILIA PAGANINI"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei

Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, MARILIA PAGANINI, para o Cargo de Professor(a) de Educação Infantil, Nível MG-513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 10 de fevereiro de 2014 a 12 de dezembro de 2014.

Catanduvas, 10 de fevereiro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/5496/12.

Portaria Nº 6.035 de 10 de Fevereiro de 2014

PORTARIA P/ 6035/14, de 10.02.2014,

"Admite temporariamente, SHERLON CRISTINA DE BASTIANI"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, SHERLON CRISTINA DE BASTIANI, para o Cargo de Professor(a) de Educação Infantil, Nível MG-513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 10 de fevereiro de 2014 a 12 de dezembro de 2014.

Catanduvas, 10 de fevereiro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/5842/13.

Portaria Nº 6.036 de 10 de Fevereiro de 2014

PORTARIA P/ 6036/14, de 10.02.2014,

"Admite temporariamente, ALINE CRISTIANI LEITE"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, ALINE CRISTIANI LEITE, para o Cargo de Professor(a) de Educação Infantil, Nível MG-513A, 20 horas semanais, em

caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 10 de fevereiro de 2014 a 12 de dezembro de 2014.

Catanduvas, 10 de fevereiro de 2014.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/5059/10.

Portaria Nº 6.037 de 10 de Fevereiro de 2014

PORTARIA P/ 6037/14, de 10.02.2014,
"Admite temporariamente, ROSELI GARCIA DA ROSA THOMAS DE VARGAS"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, ROSELI GARCIA DA ROSA THOMAS DE VARGAS, para o Cargo de Professor(a) de Educação Infantil, Nível MG-513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 10 de fevereiro de 2014 a 12 de dezembro de 2014.

Catanduvas, 10 de fevereiro de 2014.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

Portaria Nº 6.038 de 10 de Fevereiro de 2014

PORTARIA P/ 6038/14, de 10.02.2014,
"Admite temporariamente, ADRIANA CORREIA DE MELO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, ADRIANA CORREIA DE MELO, para o Cargo de Professor(a) de Educação Infantil, Nível MG-513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 10 de fevereiro de 2014 a 12 de dezembro de 2014.

Catanduvas, 10 de fevereiro de 2014.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/5403/12.

Portaria Nº 6.039 de 10 de Fevereiro de 2014

PORTARIA P/ 6039/14, de 10.02.2014,
"Admite temporariamente, GISLAINE APARECIDA GUINDANI"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, GISLAINE APARECIDA GUINDANI, para o Cargo de Professor(a) de Educação Infantil, Nível MG-513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 10 de fevereiro de 2014 a 12 de dezembro de 2014.

Catanduvas, 10 de fevereiro de 2014.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

Portaria Nº 6.040 de 10 de Fevereiro de 2014

PORTARIA P/ 6040/14, de 10.02.2014,
"Admite temporariamente, MONICA SIMONE GABRIELLI BRESSANELLI"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, MONICA SIMONE GABRIELLI BRESSANELLI, para o Cargo de Professor(a) de Educação Infantil, Nível MG-513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 10 de fevereiro de 2014 a 12 de dezembro de 2014.

Catanduvas, 10 de fevereiro de 2014.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/ 5607/13.

Portaria Nº 6.041 de 10 de Fevereiro de 2014

PORTARIA P/ 6041/14, de 10.02.2014,

"Admite temporariamente, DANIELA AMALCABURIO VARISA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, DANIELA AMALCABURIO VARISA, para o Cargo de Professor(a) de Educação Infantil, Nível MG-513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 10 de fevereiro de 2014 a 12 de dezembro de 2014.

Catanduvas, 10 de fevereiro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/5658/13.

Portaria Nº 6.042 de 10 de Fevereiro de 2014

PORTARIA P/ 6042/14, de 10.02.2014,

"Admite temporariamente, ANA PAULA LOUZADA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, ADRIANA PAULA LOUZADA, para o Cargo de Professor(a) de Educação Infantil, Nível MG-513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 10 de fevereiro de 2014 a 12 de dezembro de 2014.

Catanduvas, 10 de fevereiro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/4700/09.

Portaria Nº 6.043 de 11 de Fevereiro de 2014

PORTARIA P/ 6043/14, de 11.02.2014,

"Admite temporariamente, NADIR ALVES DE OLIVEIRA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº

2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, NADIR ALVES DE OLIVEIRA, para o Cargo de Agente de Serviço Gerais, Nível CE-06A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 11 de fevereiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Catanduvas, 11 de fevereiro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/5589/12.

Portaria Nº 6.044 de 11 de Fevereiro de 2014

PORTARIA P/ 6044/14, de 11.02.2014,

"Admite temporariamente, CLEUNICE FATIMA CAMILO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, CLEUNICE FATIMA CAMILO, para o Cargo de Agente de Serviço Gerais, Nível CE-06A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 11 de fevereiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Catanduvas, 11 de fevereiro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

Portaria Nº 6.045 de 11 de Fevereiro de 2014

PORTARIA P/ 6045/14, de 11.02.2014,

"Admite temporariamente, ROBSON DOS SANTOS"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, ROBSON DOS SANTOS, para o Cargo de Motorista, Nível CE-36A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 11 de fevereiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Catanduvas, 11 de fevereiro de 2014.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

Portaria Nº 6.046 de 11 de Fevereiro de 2014

PORTARIA P/ 6046/14, de 11.02.2014,
"Admite temporariamente, ZENO BRUNO BASSO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, ZENO BRUNO BASSO, para o Cargo de Agente de Serviço Gerais, Nível CE-06A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 11 de fevereiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Catanduvas, 11 de fevereiro de 2014.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/5623/13.

Portaria Nº 6.047 de 12 de Fevereiro de 2014

PORTARIA P/ 6047/14, de 12.02.2014,
"Admite temporariamente, NELVA MAULE"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, NELVA MAULE, para o Cargo de Agente de Copa e Agente de Copa e Higienização, Nível CE-06A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 12 de fevereiro de 2014 a 12 de dezembro de 2014.

Catanduvas, 12 de fevereiro de 2014.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

Portaria Nº 6.048 de 12 de Fevereiro de 2014

PORTARIA P/ 6048/14, de 12.02.2014,
"Admite temporariamente, VANDERSON BANDEIRA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, VANDERSON BANDEIRA, para o Cargo de Vigia, Nível CE-06A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 12 de fevereiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Catanduvas, 12 de fevereiro de 2014.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

Portaria Nº 6.049 de 13 de Fevereiro de 2014

PORTARIA P/ 6049/14, de 13.02.2014,
"Admite temporariamente, EVA SALETE ALVES"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, EVA SALETE ALVES, para o Cargo de Agente de Copa e Higienização, Nível CE-06A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 13 de fevereiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Catanduvas, 13 de fevereiro de 2014.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

Portaria Nº 6.050 de 13 de Fevereiro de 2014

PORTARIA P/ 6050/14, de 13.02.2014.
"Admite temporariamente, MARCELO BANDEIRA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto

nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, MARCELO BANDEIRA, para o Cargo de Motorista, Nível CE-36A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 13 de fevereiro de 2014 a 12 de dezembro de 2014.

Catanduvas, 13 de fevereiro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/5881/13.

Portaria Nº 6.051 de 13 de Fevereiro de 2014

PORTARIA P/ 6051/14, de 13.02.2014.

"Admite temporariamente, WILMAR RODRIGUES VIEIRA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, WILMAR RODRIGUES VIEIRA, para o Cargo de Vigia, Nível CE-06A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 13 de fevereiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Catanduvas, 13 de fevereiro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/5890/14.

Portaria Nº 6.052 de 13 de Fevereiro de 2014

PORTARIA P/ 6052/14, de 13.02.2014.

"Admite temporariamente, JOÃO ZILTON DE LIMA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, JOÃO ZILTON DE LIMA, para o Cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível CE-06A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 13 de fevereiro de 2014 a 31 de dezembro

de 2014.

Catanduvas, 13 de fevereiro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/5888/14.

Portaria Nº 6.053 de 13 de Fevereiro de 2014

PORTARIA P/ 6053/14, de 13.02.2014.

"Admite temporariamente, VALMIR LUIZ BADEIRA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, VALMIR LUIZ BADEIRA, para o Cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível CE-06A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 13 de fevereiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Catanduvas, 13 de fevereiro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/5888/14.

Portaria Nº 6.054 de 13 de Fevereiro de 2014

PORTARIA P/ 6054/14, de 13.02.2014.

"Admite temporariamente, TEREZA RIACARDO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, TEREZA RICARDO, para o Cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível CE-06A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 13 de fevereiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Catanduvas, 13 de fevereiro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/5888/14.

Portaria Nº 6.055 de 13 de Fevereiro de 2014

PORTARIA P/ 6055/14, de 13.02.2014.

"Admite temporariamente, LURDES RIBEIRO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, LURDES RIBEIRO, para o Cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível CE-06A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 13 de fevereiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Catanduvas, 13 de fevereiro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/5888/14.

Portaria Nº 6.056 de 13 de Fevereiro de 2014

PORTARIA P/ 6056/14, de 13.02.2014.

"Admite temporariamente, VALDIR ALVES DE OLIVEIRA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, VALDIR ALVES DE OLIVEIRA, para o Cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível CE-06A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 13 de fevereiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Catanduvas, 13 de fevereiro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/5888/14.

Portaria Nº 6.057 de 13 de Fevereiro de 2014

PORTARIA P/ 6057/14, de 13.02.2014.

"Admite temporariamente, ANTONIO ALVES DA ROZA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, ANTONIO ALVES DA ROZA, para o Cargo de Operador de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias - Trator de Esteira, Nível CE-56A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 13 de fevereiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Catanduvas, 13 de fevereiro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/5888/14.

Portaria Nº 6.058 de 13 de Fevereiro de 2014

PORTARIA P/ 6058/14, de 13.02.2014.

"Admite temporariamente, ALÍPIO RIBEIRO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, ALÍPIO RIBEIRO, para o Cargo de Operador de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias - Trator de Esteira, Nível CE-56A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 13 de fevereiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Catanduvas, 13 de fevereiro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/5888/14.

Portaria Nº 6.059 de 13 de Fevereiro de 2014

PORTARIA P/ 6059/14, de 13.02.2014.

"Admite temporariamente, MANDERLEI BASSO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, MANDERLEI BASSO, para o Cargo de Operador de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias - Moto Niveladora, Nível CE-56A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 13 de fevereiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Catanduvas, 13 de fevereiro de 2014.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/5786/13.

Portaria Nº 6.060 de 13 de Fevereiro de 2014

PORTARIA P/ 6060/14, de 13.02.2014.

"Admite temporariamente, ANORELINO MACIEL"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, ANORELINO MACIEL, para o Cargo de Operador de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias - Retro Escavadeira, Nível CE-56A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 13 de fevereiro de 2014 a 13 de agosto de 2014.

Catanduvas, 13 de fevereiro de 2014.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/5888/14.

Extrato do Contrato PMC Nº 0053/2014

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0053/2014

TOMADA DE PREÇO Nº 0005/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0040/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES TRELISSA LTDA

OBJETO: Contratação de empresa e aquisição de materiais para pavimentação em paralelepípedos em parte da Rua 07 de Abril, visando o desempenho das atividades das Secretarias Municipais de Planejamento e de Infraestrutura.

VALOR: R\$ 108.834,56 (cento e oito mil oitocentos e trinta e quatro reais e cinquenta e seis centavos).

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2014

DATA DE ASSINATURA: 24 de abril de 2014.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0054/2014

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0054/2014

PREGÃO Nº 0030/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0037/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DOS ARBITROS DO MEIO OESTE

CATARINENSE

OBJETO: Serviços especializados em Arbitragem, para Campeonatos Esportivos, por meio da Secretaria Municipal de Educação.
VALOR: R\$ 29.740,00 (vinte e nove mil setecentos e quarenta reais).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2014

DATA DE ASSINATURA: 24 de abril de 2014.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

Gisa Aparecida Giacomini

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Portarias Nº 188 de 06.05.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIANº 188/2014

CONSIDERANDO, que a Administração Publica pode rever seus atos a qualquer tempo,

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar nº 008 de 23/12/99 e de acordo com o Anexo Único da Lei Complementar nº 047 de 01.12.2010.

RESOLVE:

Art.1º Retificar o art. 1º da Portaria nº. 175 de 28.04.2014, do Servidor Público ROGERIO CAPISTRANO, com a seguinte alteração: onde se lê: 60 (sessenta) dias, leia-se: 15 (quinze dias).

Art. 2º Ficam mantidas as demais disposições.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,
05 de maio de 2014.
JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 189 de 05.05.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIANº 189/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com as disposições do art. 12, e do anexo V da Lei Complementar nº. 007 de 23.12.1999,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Servidora Pública, MEIRELEIN GRACH MACHADO, ocupante do cargo efetivo de Secretária de Escola, para exercer a função gratificada de Chefe de Serviço, na Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 06.05.2014.

Art. 2º Fica acrescido ao salário do cargo efetivo, a gratificação de 30% (trinta por cento), FG-3, prevista no anexo V da Lei Complementar nº 007 de 23.12.1999.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se os efeitos da Portaria nº061 de 18.02.2013.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
05 de maio de 2014.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 190 de 05.05.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIANº 190/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo Inciso

VII, do art. 50 e Inciso II letra "a" do art. 70, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado -SC e em conformidade com os dispositivos do art. 10 da Lei nº 500 de 02.03.2011,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o art. 5º da Portaria nº 209/2011 de 21.03.11, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“

Art. 5º Fica designada a servidora Pública, MEIRELEIN GRACH MACHADO, para atuar como Coordenadora do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, a partir de 06.05.2014.

”

Art. 2º Ficam mantidas as demais disposições.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,
05 de maio de 2014.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Lei Nº 0607 de 05.05.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
LEI Nº 0607 DE 05.05.2014
“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ALIENAR BENS ATRAVÉS DE VENDA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a alienar bens de propriedade do Município de Chapadão do Lageado - SC, através de venda e mediante Processo Licitatório, conforme segue:

- 01 (um) veículo GM/Kadett Ipanema GL, ano e modelo 1994, Cor branca, Cap/Pot/Cil 5P/98CV, Chassi 9BGKT35GRRC360895, Placa MBF 7998, registro patrimonial nº 2486, avaliado em R\$ 500,00 (quinhentos reais).

- 01 (um) veículo I/KIA/BESTA 12 P GS, ano e modelo 1998, Cor branca, Cap/Pot/Cil 12P/82CV, Chassi KNHTR7312W6317173, Placa LZS 1864, registro patrimonial nº 1397, avaliado em R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

- 01 (um) veículo IMP/ASIA TOPIC, ano 1995, modelo 1996, Cor branca, Cap/Pot/Cil 3P/75CV, Chassi KN4FAK2A0SC056172, Placa LYU 0659, registro patrimonial nº 2485, avaliado em R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

- 01 (um) veículo Mercedes Bens 608 micro ônibus, ano 1982, modelo 1982, cor bege, 28P/85 CV, chassi 30830411602187, Placa MDR 9080, registro patrimonial nº 2167, avaliado em R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

- 01 (um) veículo WV Gol 1.0 GIV, ano 2008, modelo 2009, cor branca, 5P/71 CV, chassi 9BWAAOSW097T056939, placa MEC 5575, registro patrimonial 2139, avaliado em R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

- 01 (um) Mercedes Bens/OF 1318, PAS/Onibus, ano 1990, modelo 1991, 51P/235CV, cor branca, chassi 9BM308325JB820211, Placa BYD6898, registro patrimonial 2170, avaliado em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

- 01 (um) I/KIA/BESTA GS GRAND 2, ano/modelo 2005, cor branca, chassi KNHTS732257207790, Placa MDW 7618, registro

patrimonial 2161, avaliado em R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais).

Parágrafo único. Se algum dos veículos citados no caput deste artigo não for vendido através do primeiro Processo Licitatório (leilão), fica o Poder Executivo autorizado num segundo processo, realizado no prazo de até noventa dias, conceder desconto de até 40% dos valores supra estabelecidos.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
05 de maio de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

LEI Nº 0608 DE 05.05.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
LEI Nº 0608 DE 05.05.2014

"ALTERA O INCISO IV E INCLUI O INCISO IX, NO ART.11 DA Lei nº 0557 de 10.10.2012 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS."

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º O inciso IV do art.11 da Lei nº 0557 de 10.10.2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.11

IV - Dois representantes da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;

"

Art. 2º Fica acrescido o inciso IX ao art.11 da Lei nº 0557 de 10.10.2012, passando o dispositivo a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11

IX - Um representante da Associação Ambiental GAIA."

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.

Município de Chapadão do Lageado, 05 de maio de 2014.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

Extrato de Contrato 54.14

EXTRATO DO CONTRATO Nº 54/14 DO FMS. Processo de Licitação n. 08/FMS/2014. Carta Convite n. 01/2014/FMS. CONTRATANTE: Município de Cocal do Sul/Fundo Municipal de Saúde. CONTRATADA: FABRICIO MAXIMIANO FRANCISCO. ASSINATURA: 30/04/2014. VIGÊNCIA: até 31/12/2014. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 3.3.90.39.16(63). OBJETO: Reforma de uma Unidade de Referência de Saúde, para Secretaria de Saúde Pública. VALOR: R\$ 32.000,00(trinta e dois mil reais).

CÂMARA MUNICIPAL

Gabarito Geral Prova do Dia 04/05/2014

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE COCAL DO SUL

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2014
HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES E ABRE PRAZO PARA RECURSOS
REFERENTES ÀS INSCRIÇÕES

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE COCAL DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber, por este Edital, o que segue:

1. INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS - ANEXO I:

Todas as inscrições dos candidatos ao cargo público de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS da CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE COCAL DO SUL, referentes ao Edital de Concurso Público nº. 001/2014, foram HOMOLOGADAS.

1.1. A lista contendo a relação dos Candidatos que tiveram as suas inscrições homologadas, está à disposição dos interessados no Quadro-Mural na Sede da Câmara Municipal de Vereadores de Cocal do Sul, situado a Rua Angelo Peruchi, 126,centro, em Cocal do Sul - SC, na Imprensa local, no Diario Oficial do Municipio e site Camara Municipal

1.2. Informa também que o local de realização das provas será de acordo com o edital no Centro de Pastoral da Igreja Matriz (Sala de Catequese Igreja Católica), situado na Rua Adão Bosa, s/n, Centro, Cocal do Sul.

2. INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS:

Da não homologação do pedido de inscrição, ou erro de cadastramento caberá Recurso, conforme o previsto no Edital de Concurso Público nº. 1/2014 ITEM 3.6.1.1.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Vereadores de COCAL DO SUL, 30 de Abril de 2014.

Gabinete da
PRESIDENCIA DA CÂMARA

ANEXO I - RELAÇÃO DOS CANDIDATOS QUE TIVERAM AS SUAS INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

Nº de Insc.	Nome	ID	CARGO
001	Maria Claudino	2.533.974	Auxiliar Serviços Gerais
002	Mareilir Santa Helena Toni	2.157.600	Auxiliar Serviços Gerais
003	Flizandra Gonçalves Bett	4.552.767	Auxiliar Serviços Gerais
004	Marly Santina da Silva	4.482.478	Auxiliar Serviços Gerais
005	Rosemeri Juliani Magagnin	19.340.320	Auxiliar Serviços Gerais
006	Maria Salete S. Bez Fontana	23.691.530	Auxiliar Serviços Gerais
007	Vanderleia da Silva	4.482.104	Auxiliar Serviços Gerais
008	Maria Helena Costa Rosso	2.804.581	Auxiliar Serviços Gerais
009	Maristela Maccari	1.081.462	Auxiliar Serviços Gerais
010	Isabel Della Vecchia	3.266.357	Auxiliar Serviços Gerais
011	Maria de Lourdes Dias Pereira	7.232.845	Auxiliar Serviços Gerais
012	Clésia Fernandes Burato	3.018.630	Auxiliar Serviços Gerais
013	Gislane Patrício Candido	4641747-8	Auxiliar Serviços Gerais
014	Laurita Grassi	1.733.757	Auxiliar Serviços Gerais
015	Gisele Cristina dos Santos Santana	4122273-3	Auxiliar Serviços Gerais
016	Adriana Camilo	3.179.338	Auxiliar Serviços Gerais

RELAÇÃO CANDIDATOS POR VAGA

CARGO	VAGAS	QUANT. INSC.	CANDIDATO POR VAGA
Auxiliar Serviços Gerais	1	16	16

Concórdia

PREFEITURA

Portaria Nº 11/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - FUMDEMA

PORTARIA Nº 11/2014, DE 07 DE ABRIL 2014.

O Superintendente da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3.178, de 20 de setembro de 1999, no Estatuto da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA, aprovado pelo Decreto nº 4.249, de 25 de julho de 2000 e no Decreto nº 4.250, de 27 de julho de 2000 c/c o disposto no art. 1º, II, "1" e VII, da Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990 e alterações e no art. 115 da Lei Complementar Municipal nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor ARGEU ALBIERO, ocupante do cargo de Contador, no período de 02 a 31 de maio de 2014, correspondente ao período aquisitivo de 13.12.2012 a 12.12.2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente

LEVI ELOI DOS SANTOS

Superintendente da FUMDEMA

Portaria Nº 12/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - FUMDEMA

PORTARIA Nº 12/2014, DE 28 DE ABRIL DE 2014.

O Superintendente da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 401, de 27 de abril de 2005, c/c o disposto no art. 1º, II, "1" e VII, da Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990 e alterações e no art. 115 da Lei Complementar Municipal nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o servidor ARGEU ALBIERO, ocupante do cargo de Contador, no período de 02 a 31 de maio de 2014, correspondente à portaria 11/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente

LEVI ELÓI DOS SANTOS

Diretor/Superintendente

Portaria Nº 21/2014

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - IPRECON
PORTARIA Nº 21/2014, DE 15 DE ABRIL DE 2014.
Concede promoção horizontal à servidora MARGARETE PECINI.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e pelo Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 20 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações e no Decreto nº 5.705, de 14 de maio de 2012, e considerando a avaliação efetuada pela comissão especialmente designada.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora MARGARETE PECINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Cargos do IPRECON, Promoção Horizontal, para a Faixa de Vencimento B.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de abril de 2014.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.
LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI
Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, em 15 de abril de 2014.

VANESSA DAIANE RIFFEL
Administradora

Portaria Nº 22/2014

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - IPRECON
PORTARIA Nº 22/2014, DE 15 DE ABRIL DE 2014.
Fixa percentuais e valores para a concessão de diárias aos servidores do IPRECON; dá outras providências.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e pelo Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto na Lei nº 3.314, de 12 de dezembro de 2001 e na Lei Complementar nº 668, de 11 de abril de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º Fixar os seguintes percentuais e valores para a concessão de diárias aos servidores do IPRECON:

I - Capital do Estado e fora do Estado: 9% (nove por cento) sobre os vencimentos para o cargo de Diretor-Presidente e R\$ 334,00 (trezentos e trinta e quatro reais) para os demais servidores;

II - interior do Estado: 6% (seis por cento) sobre os vencimentos para o cargo de Diretor-Presidente e R\$ 253,00 (duzentos e cinquenta e três reais) para os demais servidores;

III - Capital Federal: 11% (onze por cento) sobre os vencimentos para o cargo de Diretor-Presidente e R\$ 403,00 (quatrocentos e três reais) para os demais servidores.

Art. 2º Adotar os formulários de Pedido de Diária e de Relatório de Viagem constantes nos Decretos Municipais nºs. 3.547, de 22 de setembro de 1994 e 4.300, de 11 de maio de 2001.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogar a Portaria nº 18/2013, de 18 de maio de 2013.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.
LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI
Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, em 15 de abril de 2014.

VANESSA DAIANE RIFFEL
Administradora

Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 21/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº 21/2014

Secretário Municipal de Assistência Social, Cidadania e Habitação, torna público que ratificou o ato da Senhora Noeli Woloszyn Brum de Oliveira, Diretora de Ação Social, que dispensou a licitação, nos termos do Inciso IV, do Artigo 24, homologada em 2 de maio de 2014, para despesas com telefonia móvel, para o mês de abril de 2014, em favor das empresas: TIM CELULAR S.A., no valor total estimado de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais); CLARO S.A., no valor total estimado de R\$ 100,00 (cem reais); e VIVO S.A., no valor total estimado de R\$ 200,00 (duzentos reais).

LAURI GARBOSSA

Secretário Municipal de Assistência Social, Cidadania e Habitação

Extrato do Convênio 05/2014- Fmec

EXTRATO DO CONVÊNIO 05/2014- FMEC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, representada pelo seu Superintendente, senhor VILMAR ANTÔNIO BENTZ e a ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DO BASQUETE - APAB, neste município, inscrita no CNPJ sob nº 80.638.083/0001-88 representada pelo seu Presidente, senhor RONALDO SIMIONI.

OBJETO: O objeto do presente Convênio é a conjunção de esforços, para incentivo e difusão do esporte, tendo como finalidade a representação do Município em competições de basquetebol, como os Jogos Abertos de Santa Catarina - JASC, Jogos Regionais, Jogos Estaduais e Taça Santa Catarina de Basquetebol.

VALOR: R\$ 30.000,00

PRAZO: De 29.04.2014 a 31.12.2014.

DATA DA ASSINATURA: 29 de abril de 2014.

Extrato do Convênio 06/2014- Fmec
EXTRATO DO CONVÊNIO 06/2014- FMEC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, representada pelo seu Superintendente, senhor VILMAR ANTÔNIO BENTZ e a ASSOCIAÇÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA ÁGUIAS DE CONCÓRDIA SC, neste município, inscrita no CNPJ sob nº 08.404.586/0001-61 representada pela sua Presidente, senhora AVANIR MARIA CHIAPETTI.

OBJETO: O objeto do presente Convênio é a conjunção de esforços, para incentivo e difusão do esporte e representação do Município em competições de Basquete - Cadeirantes, como PARA-JASC, Paraolimpíada, competições regionais, estaduais, nacionais e amistosos.

VALOR: R\$ 31.500,00

PRAZO: De 29.04.2014 a 31.12.2014.

DATA DA ASSINATURA: 29 de abril de 2014.

Extrato do Convênio Nº 07/2014- Fmec
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 07/2014- FMEC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, representada pelo seu Superintendente, senhor VILMAR ANTÔNIO BENTZ e o CLUBE CONCORDIENSE DE TIRO AO ALVO, CAÇA E PESCA, neste município, inscrito no CNPJ sob nº 82.811.522/0001-38, representada pelo seu Presidente, senhor FÁBIO FLORINDO SABI.

OBJETO: O objeto do presente Convênio é a conjunção de esforços, para incentivo e difusão do esporte e representação do Município em competições como Jogos Abertos de Santa Catarina, Campeonatos Regionais, Estaduais e nacionais de Trapp.

VALOR: R\$ 30.000,00

PRAZO: De 29.04.2014 a 31.12.2014.

DATA DA ASSINATURA: 29 de abril de 2014.

Extrato do Convênio Nº 002/2014 - FMS
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 002/2014 - FMS

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob o nº 10.455.823/001-65, neste ato representado pelo seu gestor, senhor ALESSANDRO VERNIZE, Secretário Municipal de Saúde, e a ASSOCIAÇÃO DE PORTADORES DE FISSURAS LÁBIO-PALATAIS - PROFIS, inscrita no CNPJ sob nº 80.630.973/0001-43, neste ato representada pela sua presidente, SÉRGIO ELVICO SAVOLDI.

OBJETO: O objeto do presente Convênio é a conjunção de esforços, para:

I - para manutenção da assistência social oferecida aos portadores de fissuras lábio-palatais;

II - propiciar atendimento a pacientes que necessitem de

atendimento especial fora do domicílio.

VALOR: R\$ 36.288,00

PRAZO: Até 31.12.2014.

DATA DA ASSINATURA: 02 de abril de 2014.

Portaria Fmc Nº 21/2014

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA FMC Nº 21/2014, DE 02 DE MAIO DE 2014.

O Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Cultura - FMC, aprovado pelo Decreto nº 2.383, de 4 de abril de 1989 e alteração.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o inciso I do art.2º da Portaria 34/2013 de 10 de outubro de 2013, que constitui e designa comissão especial, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º ()

I - presidente: ADEMIR PAULO KLEIN, ocupante do cargo de Técnico em iluminação cênica;"(NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Cultura - FMC

GILMAR LUIZ MONTICELLI

Diretora Geral da Fundação Municipal de Cultura

Portaria Nº 23/2014

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - IPRECON

PORTARIA Nº 23/2014, DE 2 DE MAIO DE 2014.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição à servidora MARIZA MARIA MAGNANI BIANCHIN.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no art. 2º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005 e no art. 31-A da Lei Complementar nº 164/1999, acrescido pela Lei Complementar nº 432, de 30 de setembro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 2 de maio de 2014, à servidora MARIZA MARIA MAGNANI BIANCHIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Escrevente, função: Escrevente, 35 (trinta e cinco) horas semanais, nível 05-4-GO6B1, do Quadro Suplementar de Cargos do Poder Executivo Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, matrícula nº 93262-00, Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais, correspondentes à totalidade da última remuneração-de-contribuição da servidora no cargo referido e reajuste na forma paritária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.
LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI
Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, em 2 de maio de 2014.

VANESSA DAIANE RIFFEL
Administradora

Portaria Nº 24/2014

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - IPRECON
PORTARIA Nº 24/2014, DE 2 DE MAIO DE 2014.
Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição à servidora SINEIDA TEREZINHA SCHMIDT.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no art. 2º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005 e no art. 31-A da Lei Complementar nº 164/1999, acrescido pela Lei Complementar nº 432, de 30 de setembro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 2 de maio de 2014, à servidora SINEIDA TEREZINHA SCHMIDT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contador Adjunto, função: Contador Adjunto, 35 (trinta e cinco) horas semanais, nível 14-8GT1B2, do Quadro Suplementar de Cargos do Poder Executivo Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, matrícula nº 9024-00, Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais, correspondentes à totalidade da última remuneração-de-contribuição da servidora no cargo referido e reajuste na forma paritária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.
LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI
Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, em 2 de maio de 2014.

VANESSA DAIANE RIFFEL
Administradora

Lei Nº 4.643

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
LEI Nº 4.643, DE 11 DE ABRIL DE 2014.
Autoriza o Município aderir ao Programa Mais Médicos, do Projeto "Mais Médicos para o Brasil"; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município autorizado a aderir ao Programa Mais Médicos, do Projeto "Mais Médicos para o Brasil", instituído pela Lei Federal nº 12.871, 22 de outubro de 2013, originada da conversão da Medida Provisória nº 621, de 8 de julho de 2013, implementado pela Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013, e a conceder Auxílio Moradia e Auxílio Alimentação.

Parágrafo único. Os Auxílios Moradia e Alimentação serão destinados aos profissionais, vinculados ao Programa Mais Médicos de que trata o caput deste artigo, devidamente reconhecidos pela Secretaria Municipal da Saúde, e terão vigência enquanto o profissional vinculado ao Programa atuar no Município.

Art. 2º O Auxílio Moradia compreenderá o pagamento mensal de verba pecuniária no valor de até R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) por profissional, devendo ser empregado na locação de imóvel e demais despesas com moradia ou outro meio de obtenção de moradia pelo beneficiário.

Parágrafo único. O profissional deverá comprovar o pagamento das despesas relacionadas à moradia, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a liberação do valor, sob pena de suspensão de novas liberações, até que as pendências sejam regularizadas.

Art. 3º O Auxílio Alimentação compreenderá o pagamento mensal de verba pecuniária no valor de até R\$ 1.000,00 (um mil reais) por profissional.

Art. 4º O valor a título de Auxílio Moradia e Auxílio Alimentação serão repassados ao profissional, enquanto o mesmo estiver vinculado ao Projeto "Mais Médicos para o Brasil", atuando no Município de Concórdia, o qual comprovará suas despesas (com moradia e alimentação) por meio de recibos, desde que mantida a necessidade do benefício e desde que haja disponibilidade financeira e orçamentária.

Art. 5º O transporte dos profissionais até as Unidades de atuação, será efetuado pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 6º Cabe à Secretaria Municipal da Saúde a análise para a concessão ou revogação dos auxílios de que trata esta Lei.

Art. 7º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE
Secretário Municipal de Saúde

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de abril de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

Lei Complementar Nº 668**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

LEI COMPLEMENTAR Nº 668, DE 11 DE ABRIL DE 2014.

Dispõe sobre a revisão geral anual das remunerações, o pagamento do auxílio-alimentação, a concessão de abono e de cesta alimentação e fixa tabela de vencimentos; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Sobre o valor do vencimento, salário, provento, pensão e bolsa de contraprestação pagos no mês de março de 2014, aos agentes públicos ativos e inativos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município, e aos estagiários, incluídas a Autarquia e as Fundações Públicas Municipais, incidirá aumento de 7,5% (sete e meio por cento).

Parágrafo único. O acréscimo de que trata o caput deste artigo é composto de:

I - revisão geral, no percentual equivalente a 100% (cem por cento) da inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado no período de 1º de abril de 2013 a 31 de março de 2014;

II - reajuste, no percentual correspondente à diferença da inflação acumulada no período, descrito no inciso I deste artigo, para o percentual de 7,5% (sete e meio por cento).

Art. 2º Os benefícios previdenciários que não são revistos de forma paritária, para os fins que dispõe o § 8º do art. 40 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e demais situações previstas na mesma, serão reajustados de forma a preservar o valor real, na mesma data e nos mesmos índices do reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Para os subsídios dos agentes políticos, a revisão fica limitada a 100% (cem por cento) da inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado no período de 1º de abril de 2013 a 31 de março de 2014.

Art. 4º Fica fixado em R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) anuais, o valor do auxílio-alimentação, instituído pelo art. 2º da Lei Complementar nº 452, de 28 de abril de 2006, em 12 (doze) parcelas mensais, de R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais) cada, em pecúnia, na folha de pagamento.

Parágrafo único. O auxílio de que trata o caput deste artigo será devido, também, aos servidores que estiverem em gozo de férias e licença-prêmio.

Art. 5º Será concedido abono de R\$ 200,00 (duzentos reais), em parcela única, no mês de dezembro de 2014, para os servidores integrantes dos Quadros de Pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, Administração Direta e Indireta, ativos, com exceção dos agentes políticos e dos estagiários.

§ 1º O abono tem caráter indenizatório, sem incidência de encargos, será pago proporcional aos meses de exercício, e a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias será considerada como mês integral.

§ 2º O abono será concedido, também:

I - aos inativos do Município e aos contratados para atender

necessidade temporária de excepcional interesse público;

II - aos servidores que estiverem em gozo de férias ou licença, com exceção das licenças para acompanhar cônjuge ou companheiro ou para tratar de interesses particulares.

§ 3º Para os servidores com carga horária igual ou inferior a 20 (vinte) horas semanais, o abono corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido no caput deste artigo.

§ 4º Os servidores inativos, no exercício de outro cargo na Administração Municipal, farão jus à concessão de somente 1 (um) abono.

Art. 6º Fica o Município autorizado a conceder cesta alimentação, exceto aos agentes políticos, aos ocupantes de cargos em comissão dos níveis 1 e 2, e aos estagiários, nos seguintes termos:

I - aos servidores ativos, nos meses de maio, julho, setembro, novembro de 2014, e fevereiro de 2015;

II - aos servidores inativos e pensionistas do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, nos meses de maio, julho, setembro e novembro de 2014, e janeiro e março de 2015.

§ 1º A cesta alimentação prevista no caput deste artigo será devida, também, aos servidores que estiverem em gozo de férias, afastamentos involuntários ou licença, com exceção das licenças para acompanhar cônjuge ou companheiro ou para tratar de interesses particulares.

§ 2º Para os servidores em auxílio doença e aos inativos que possuem outro vínculo com o Município, a concessão da cesta será a estabelecida no inciso II deste artigo.

§ 3º Ato do Poder Executivo fixará os quantitativos e produtos para composição da cesta alimentação, prevista no caput deste artigo.

Art. 7º Fica o Município autorizado a conceder no mês de dezembro de 2014, para os servidores integrantes dos Quadros de Pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, Administração Direta e Indireta, ativos, inativos e pensionistas do IPRECON, 1 (um) peru temperado, com peso mínimo de 3,8 kg (três quilos e oitocentos gramas).

Art. 8º Fica o Município autorizado a custear despesas com aquisição de doses da vacina para prevenção da influenza A H1N1, nos exercícios de 2014 e 2015, para os servidores municipais, não integrantes das faixas definidas pelo Ministério da Saúde, mediante contrapartida de 50% (cinquenta por cento) do valor da vacina, a ser descontada em folha de pagamento, dos optantes.

Art. 9º Em face do disposto no art. 1º desta Lei, ficam fixadas as Tabelas de Vencimentos constantes nos Anexos I a V da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações, que dispõem sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários - PCCS do Poder Executivo, Autarquia e Fundações, institui novos Padrões de Vencimento e estabelece normas gerais de enquadramento, na seguinte forma:

I - o Anexo I - Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, passa a vigorar com a redação constante no Anexo I desta Lei;

II - o Anexo I-A - Quadro Suplementar de Cargos do Poder Executivo, passa a vigorar com a redação constante no Anexo II desta Lei;

III - o Anexo II - Quadro Permanente de Cargos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, passa a vigorar com a redação constante no Anexo III desta Lei.

IV - o Anexo III - Quadro Permanente de Cargos da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, passa a vigorar com a redação constante no Anexo IV desta Lei;

V - o Anexo IV - Quadro Permanente de Cargos da Fundação Municipal de Cultura - FMC, passa a vigorar com a redação constante no Anexo V desta Lei;

VI - o Anexo IV-A - Quadro Suplementar de Cargos da Fundação Municipal de Cultura - FMC, passa a vigorar com a redação constante no Anexo VI desta Lei;

VII - o Anexo V - Quadro Permanente de Cargos da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA, passa a vigorar com a redação constante no Anexo VII desta Lei.

Art. 10. Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento geral do Município.

Art. 11. Ficam fixados em R\$ 1.181,03 (um mil, cento e oitenta e um reais e três centavos), o vencimento para o cargo de Motorista Socorrista e em R\$ 1.474,04 (um mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e quatro centavos), o vencimento para o cargo de Técnico de Enfermagem do SAMU, constantes na Lei Complementar nº 464, de 22 de setembro de 2006 e alterações.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de abril de 2014.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 11 de abril de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 5

LEI COMPLEMENTAR Nº 668, DE 11 DE ABRIL DE 2014.

ANEXO I

“ANEXO I

QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

CLASSES	NOMENCLATURAS	GOC	QTD E	C/H	INTERSTÍCIOS E PERCENTUAIS	PADRÕES DE VENCIMENTO											
						A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
1	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	GO	200	40	I	832,00	874,32	1.009,24	1.045,01	1.082,31	1.118,64	1.155,96	1.193,28	1.230,60	1.267,92	1.305,24	1.342,56
					II	880,32	922,64	1.057,56	1.093,31	1.130,63	1.167,96	1.205,28	1.242,60	1.279,92	1.317,24	1.354,56	1.391,88
2	AGENTE DE MANUTENÇÃO	GB	19		I	983,54	1.022,81	1.062,21	1.101,51	1.140,91	1.180,21	1.219,51	1.258,91	1.298,21	1.337,61	1.376,91	1.416,3
					II	1.052,3	1.091,7	1.131,01	1.170,41	1.209,71	1.249,11	1.288,41	1.327,71	1.367,11	1.406,41	1.445,81	1.485,1
3	SERVENTE PRACAL	GO	95	40	I	1.063,24	1.105,11	1.147,24	1.189,31	1.231,41	1.273,51	1.315,61	1.357,71	1.399,81	1.441,91	1.484,01	1.526,11
					II	1.127,01	1.170,51	1.213,01	1.255,51	1.298,01	1.340,51	1.383,01	1.425,51	1.468,01	1.510,51	1.553,01	1.595,51
3	ATENDENTE DE CONSULTÓRIO	GO	30	35	I	830,94	867,03	1.004,41	1.041,41	1.078,41	1.115,41	1.152,41	1.189,41	1.226,41	1.263,41	1.300,41	1.337,41
					II	884,02	1.022,11	1.060,21	1.098,31	1.136,41	1.174,51	1.212,61	1.250,71	1.288,81	1.326,91	1.365,01	1.403,11
3	TELEFONISTA	GF	5	30	I	845,24	870,24	1.012,18	1.047,00	1.081,82	1.116,64	1.151,46	1.186,28	1.221,10	1.255,92	1.290,74	1.325,56
					II	884,72	928,55	1.072,37	1.116,20	1.160,03	1.203,86	1.247,69	1.291,52	1.335,35	1.379,18	1.423,01	1.466,84
4	MOTORISTA	GO	75	40	I	1.181,04	1.223,34	1.265,64	1.307,94	1.350,24	1.392,54	1.434,84	1.477,14	1.519,44	1.561,74	1.604,04	1.646,34
					II	1.262,24	1.310,04	1.357,84	1.405,64	1.453,44	1.501,24	1.549,04	1.596,84	1.644,64	1.692,44	1.740,24	1.788,04
4	INSEMINADOR	GO	5	35	I	1.033,41	1.074,71	1.116,01	1.157,31	1.198,61	1.240,01	1.281,31	1.322,71	1.364,01	1.405,41	1.446,71	1.488,01
					II	1.105,71	1.147,01	1.188,31	1.229,71	1.271,01	1.312,41	1.353,71	1.395,01	1.436,41	1.477,71	1.519,11	1.560,41
5	AGENTE SOCIAL	GO	5	40	I	1.249,94	1.302,24	1.354,54	1.406,84	1.459,14	1.511,44	1.563,74	1.616,04	1.668,34	1.720,64	1.772,94	1.825,24
					II	1.442,24	1.507,11	1.561,98	1.616,85	1.671,72	1.726,59	1.781,46	1.836,33	1.891,20	1.946,07	2.000,94	2.055,81
5	OPERADOR DE EQUIPAMENTOS	GO	70	40	I	1.180,34	1.222,64	1.264,94	1.307,24	1.349,54	1.391,84	1.434,14	1.476,44	1.518,74	1.561,04	1.603,34	1.645,64
					II	1.262,81	1.310,01	1.357,21	1.404,41	1.451,61	1.498,81	1.546,01	1.593,21	1.640,41	1.687,61	1.734,81	1.782,01
5	AGENTE DE OPERAÇÃO	GF	2	35	I	1.262,81	1.310,01	1.357,21	1.404,41	1.451,61	1.498,81	1.546,01	1.593,21	1.640,41	1.687,61	1.734,81	1.782,01
					II	1.345,01	1.392,21	1.439,41	1.486,61	1.533,81	1.581,01	1.628,21	1.675,41	1.722,61	1.769,81	1.817,01	1.864,21
5	AEROPORTUÁRIA	GO	2	35	I	1.180,34	1.222,64	1.264,94	1.307,24	1.349,54	1.391,84	1.434,14	1.476,44	1.518,74	1.561,04	1.603,34	1.645,64
					II	1.262,81	1.310,01	1.357,21	1.404,41	1.451,61	1.498,81	1.546,01	1.593,21	1.640,41	1.687,61	1.734,81	1.782,01

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 7

LEI COMPLEMENTAR Nº 668, DE 11 DE ABRIL DE 2014.

10	ODONTÓLOGO	GE	35	20	I	2.234,01	2.323,32	2.412,72	2.502,12	2.591,42	2.680,82	2.770,12	2.859,52	2.948,92	3.038,23	3.127,63	3.216,93
11	FARMACÊUTICO MÉDICO	GE	8		II	2.200,40	2.270,70	2.340,10	2.410,50	2.480,90	2.551,30	2.621,70	2.692,10	2.762,50	2.832,90	2.903,30	2.973,70
		GE	52	20	I	2.276,50	2.346,80	2.417,10	2.487,40	2.557,70	2.628,00	2.698,30	2.768,60	2.838,90	2.909,20	2.979,50	3.049,80
		GE			II	2.612,05	2.682,35	2.752,65	2.822,95	2.893,25	2.963,55	3.033,85	3.104,15	3.174,45	3.244,75	3.315,05	3.385,35

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 9

LEI COMPLEMENTAR Nº 668, DE 11 DE ABRIL DE 2014.

ANEXO III

“ANEXO II

QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

CLASSES	NOMENCLATURAS	GO C	QTD E	C/ H	INTERSTÍCIOS FAIXAS DE	PADRÕES DE VENCIMENTO														
						3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos
						A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L			
1	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	GO	1	40	I	933.90	971.25	1.008.61	1.045.96	1.083.32	1.120.68	1.158.03	1.195.39	1.232.74	1.270.10	1.307.45	1.344.81			
					II	999.27	1.036.62	1.073.98	1.111.34	1.148.69	1.186.05	1.223.40	1.260.76	1.298.12	1.335.47	1.372.83	1.410.18			
4	MOTORISTA	GO	1	40	I	1.181.03	1.228.27	1.275.51	1.322.75	1.369.99	1.417.23	1.464.47	1.511.71	1.558.96	1.606.20	1.653.44	1.700.68			
					II	1.263.70	1.310.94	1.358.18	1.405.42	1.452.66	1.499.90	1.547.15	1.594.39	1.641.63	1.688.87	1.736.11	1.783.35			
6	AGENTE ADMINISTRATIVO	GF	1	35	I	1.593.35	1.657.08	1.720.81	1.784.55	1.848.28	1.912.02	1.975.75	2.039.48	2.103.22	2.166.95	2.230.68	2.294.42			
					II	1.704.88	1.768.61	1.832.35	1.896.08	1.959.82	2.023.55	2.087.28	2.151.02	2.214.75	2.278.48	2.342.22	2.405.95			
9	ADMINISTRADOR	GE	1	35	I	2.376.36	2.471.42	2.566.47	2.661.53	2.756.58	2.851.63	2.946.68	3.041.74	3.136.80	3.231.85	3.326.91	3.421.96			
					II	2.542.71	2.637.76	2.732.82	2.827.87	2.922.93	3.017.98	3.113.03	3.208.09	3.303.14	3.398.20	3.493.25	3.588.31			
10	CONTADOR	GE	1	35	I	3.909.53	4.065.91	4.222.29	4.378.67	4.535.05	4.691.43	4.847.81	5.004.19	5.160.57	5.316.95	5.473.34	5.629.72			
	PROCURADOR	GE	1		II	4.183.19	4.339.57	4.495.95	4.652.33	4.808.72	4.965.10	5.121.48	5.277.86	5.434.24	5.590.62	5.747.00	5.903.38			

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 10

LEI COMPLEMENTAR Nº 668, DE 11 DE ABRIL DE 2014.

ANEXO IV

“ANEXO III

QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

CLASSE S	NOMENCLATURAS	GO C	QTD E	C/ H	PADRÕES DE VENCIMENTO															
					INTERSTÍCIOS FAIXAS DE	3 anos														
						A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L			
1	AGENTE DE SERVIÇOS Gerais	GO	5	40	I	933.90	971.25	1.008.61	1.045.96	1.083.32	1.120.68	1.158.03	1.195.39	1.232.74	1.270.10	1.307.45	1.344.81			
					II	999.27	1.036.62	1.073.98	1.111.34	1.148.69	1.186.05	1.223.40	1.260.76	1.298.12	1.335.47	1.372.83	1.410.18			
4	MOTORISTA	GO	1	40	I	1.181.03	1.228.27	1.275.51	1.322.75	1.369.99	1.417.23	1.464.47	1.511.71	1.558.96	1.606.20	1.653.44	1.700.68			
					II	1.263.70	1.310.94	1.358.18	1.405.42	1.452.66	1.499.90	1.547.15	1.594.39	1.641.63	1.688.87	1.736.11	1.783.35			
6	AGENTE ADMINISTRATIVO	GF	1	35	I	1.593.35	1.657.08	1.720.81	1.784.55	1.848.28	1.912.02	1.975.75	2.039.48	2.103.22	2.166.95	2.230.68	2.294.42			
					II	1.704.88	1.768.61	1.832.35	1.896.08	1.959.82	2.023.55	2.087.28	2.151.02	2.214.75	2.278.48	2.342.22	2.405.95			
8	TÉCNICO DESPORTIVO	GE	10	40	I	2.265.43	2.356.04	2.446.66	2.537.28	2.627.89	2.718.51	2.809.13	2.899.75	2.990.36	3.080.98	3.171.60	3.262.21			
					II	2.424.01	2.514.62	2.605.24	2.695.86	2.786.47	2.877.09	2.967.71	3.058.33	3.148.94	3.239.56	3.330.18	3.420.79			
10	CONTADOR	GE	1	35	I	3.909.53	4.065.91	4.222.29	4.378.67	4.535.05	4.691.43	4.847.81	5.004.19	5.160.57	5.316.95	5.473.34	5.629.72			
					II	4.183.19	4.339.57	4.495.95	4.652.33	4.808.72	4.965.10	5.121.48	5.277.86	5.434.24	5.590.62	5.747.00	5.903.38			

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 11

LEI COMPLEMENTAR Nº 668, DE 11 DE ABRIL DE 2014.

ANEXO V

“ANEXO IV

QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

CLASSE S	NOMENCLATURAS	GO	QTD C E	C/ H	INTERSTÍCIO FAIXAS DE	PADRÕES DE VENCIMENTO															
						3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos		
						A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L				
1	AGENTE DE SERVIÇOS	GO	2	40	I	933.90	971.25	1.008.61	1.045.96	1.083.32	1.120.68	1.158.03	1.195.39	1.232.74	1.270.10	1.307.45	1.344.81				
					II	999.27	1.036.62	1.073.98	1.111.34	1.148.69	1.186.05	1.223.40	1.260.76	1.298.12	1.335.47	1.372.83	1.410.18				
3	AUXILIAR DE BIBLIOTECA	GF	1	40	I	1.062.66	1.105.17	1.147.68	1.190.18	1.232.69	1.275.50	1.317.70	1.360.21	1.402.72	1.445.23	1.487.73	1.530.24				
					II	1.137.05	1.179.56	1.222.06	1.264.57	1.307.08	1.349.58	1.392.09	1.434.60	1.477.10	1.519.61	1.562.12	1.604.62				
4	MOTORISTA	GO	1	40	I	1.181.03	1.228.27	1.275.51	1.322.75	1.369.99	1.417.23	1.464.47	1.511.71	1.558.96	1.606.20	1.653.44	1.700.68				
					II	1.263.70	1.310.94	1.358.18	1.405.42	1.452.66	1.499.90	1.547.15	1.594.39	1.641.63	1.688.87	1.736.11	1.783.35				
5	TÉCNICO ARTÍSTICO I	GF	8	40	I	1.348.82	1.402.27	1.456.72	1.510.67	1.564.63	1.618.58	1.672.53	1.726.48	1.780.44	1.834.39	1.888.34	1.942.30				
					II	1.443.23	1.497.19	1.551.14	1.605.09	1.659.04	1.713.00	1.766.95	1.820.90	1.874.85	1.928.81	1.982.76	2.036.71				
					I	1.820.07	1.893.81	1.966.64	2.039.48	2.112.32	2.185.16	2.258.00	2.330.84	2.403.68	2.476.52	2.549.35	2.622.19				
6	TÉCNICO EM ILUMINAÇÃO	GT	2	40	I	1.948.43	2.021.27	2.094.11	2.166.95	2.239.79	2.312.63	2.385.47	2.458.31	2.531.14	2.603.98	2.676.82	2.749.66				
					II	1.503.35	1.657.08	1.720.81	1.784.55	1.848.28	1.912.02	1.975.75	2.039.48	2.103.22	2.166.95	2.230.68	2.294.42				
	AGENTE ADMINISTRATIVO	GF	1	35	I	1.704.88	1.768.61	1.832.35	1.896.08	1.959.82	2.023.55	2.087.28	2.151.02	2.214.75	2.278.48	2.342.22	2.405.95				
					II	2.265.43	2.356.04	2.446.66	2.537.28	2.627.89	2.718.51	2.809.13	2.899.75	2.990.36	3.080.98	3.171.60	3.262.21				
	TÉCNICO ARTÍSTICO II	GE	5		I	2.424.01	2.514.62	2.605.24	2.695.86	2.786.47	2.877.09	2.967.71	3.058.33	3.148.94	3.239.56	3.330.18	3.420.79				
					II																
	MUSEÓLOGO	GE		40																	
8	BIBLIOTECONOMISTA	GE	1	35	I	1.982.25	2.061.54	2.140.83	2.220.12	2.299.41	2.378.70	2.457.99	2.537.28	2.616.57	2.695.86	2.775.15	2.854.44				
					II	2.121.01	2.200.30	2.279.59	2.358.88	2.438.17	2.517.46	2.596.75	2.676.04	2.755.33	2.834.62	2.913.91	2.993.20				
					I	3.908.53	4.065.01	4.222.20	4.378.67	4.535.05	4.691.43	4.847.81	5.004.19	5.160.57	5.316.95	5.473.34	5.629.72				
10	CONTADOR	GE	1	35	I	4.183.19	4.339.57	4.495.95	4.652.33	4.808.72	4.965.10	5.121.48	5.277.86	5.434.24	5.590.62	5.747.00	5.903.38				

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 12

LEI COMPLEMENTAR Nº 668, DE 11 DE ABRIL DE 2014.

ANEXO VI

“ANEXO IV - A

QUADRO SUPLEMENTAR DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

CLASSE	Cargo da LC	GO	QTD	C/H	INTERSTÍCIOS «E»->	PADRÕES DE VENCIMENTO											
						FAIXAS DE VENCIMENTO											
						A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
3	Auxiliar	GO	2	40		1.181,03	1.228,27	1.275,51	1.322,75	1.369,99	1.417,23	1.464,47	1.511,71	1.558,96	1.606,20	1.653,44	1.700,68

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 13

LEI COMPLEMENTAR N° 668, DE 11 DE ABRIL DE 2014.

ANEXO VII

“ANEXO V

QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

CLASSE S	NOMENCLATURA S	GOC	QTD E	C/ H	INTERSTÍCIOS F FAIXAS DE VENCIMENTO	PADRÕES DE VENCIMENTO															
						3 anos A	3 anos B	3 anos C	3 anos D	3 anos E	3 anos F	3 anos G	3 anos H	3 anos I	3 anos J	3 anos K	3 anos L				
						R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$				
1	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	GO	1	40	I	933,90	971,25	1.008,61	1.045,96	1.083,32	1.120,68	1.158,03	1.195,39	1.232,74	1.270,10	1.307,45	1.344,81				
4	MOTORISTA	GO	1	40	II	999,27	1.036,62	1.073,98	1.111,34	1.148,69	1.186,05	1.223,40	1.260,76	1.298,12	1.335,47	1.372,83	1.410,18				
					I	1.181,18	1.228,27	1.275,51	1.322,75	1.369,99	1.417,23	1.464,47	1.511,71	1.558,96	1.606,20	1.653,44	1.700,68				
6	AGENTE ADMINISTRATIVO	GF	1	35	II	1.263,12	1.310,94	1.358,18	1.405,42	1.452,66	1.499,90	1.547,15	1.594,39	1.641,63	1.688,87	1.736,11	1.783,35				
	BIÓLOGO	GE	1	35	I	1.325,32	1.657,08	1.720,81	1.784,55	1.848,28	1.912,02	1.975,75	2.039,48	2.103,22	2.166,95	2.230,68	2.294,42				
					II	1.704,17	1.768,61	1.832,35	1.896,08	1.959,82	2.023,55	2.087,28	2.151,02	2.214,75	2.278,48	2.342,22	2.405,95				
9						2.376,37	2.471,42	2.566,47	2.661,53	2.756,58	2.851,63	2.946,69	3.041,74	3.136,80	3.231,85	3.326,91	3.421,96				
10					II	2.542,25	2.637,76	2.732,82	2.827,87	2.922,93	3.017,98	3.113,03	3.208,09	3.303,14	3.398,20	3.493,25	3.588,31				
	CONTADOR		1		I	3.90,39	4.065,94	4.222,22	4.378,64	4.535,06	4.691,48	4.847,89	5.004,31	5.160,73	5.317,15	5.473,57	5.629,99				
					II	4.183,41	4.339,57	4.495,95	4.652,33	4.808,72	4.965,10	5.121,48	5.277,86	5.434,24	5.590,62	5.747,00	5.903,38				
	ENGENHEIRO	GE	2	35	I	5.189,51	5.458,96	5.668,92	5.878,88	6.088,84	6.298,80	6.508,76	6.718,72	6.928,68	7.138,64	7.348,60	7.558,56				
					II	5.616,56	5.826,39	6.036,35	6.246,31	6.456,27	6.666,23	6.876,19	7.086,15	7.296,11	7.506,07	7.716,03	7.925,99				

Portaria Nº 62/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 62/2014, DE 25 DE MARÇO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e 257, de 9 de dezembro de 2002, e considerando:

- os Adendos nºs. 09, 34, 35 e 37/2014 ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT, da Secretaria Municipal de Saúde;

- a CI DRH 189/2014, de 24 de março de 2014, emitida pela Diretoria de Recursos Humanos.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores abaixo relacionados, Adicional de Insalubridade, grau médio, correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo:

I - CAROLINE DE OLIVEIRA PINTO, ocupante do cargo de Médico, matrícula 954314-01, a partir de 17 de março de 2014;

II - CINTIA MARA RAMOS, ocupante do cargo de Agente Administrativo, a partir de 6 de novembro de 2013;

III - RITA FUERTES JANNUZZI, ocupante dos cargos de Médico, matrículas 74764-04, a partir de 18 de março de 2014 e 74764-05, a partir de 19 de março de 2014;

IV - VANIA TEREZINHA COMANDULLI, ocupante do cargo de Médico, matrícula 173576-01, a partir de 18 de março de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 63/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 63/2014, DE 27 DE MARÇO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 25 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de dezembro de 2011 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder às servidoras abaixo relacionadas, integrantes do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, Promoção por Titulação, no percentual de 12%, sobre o respectivo vencimento-base, correspondente à nova habilitação, pós graduação, na área específica de atuação:

I - GLAUCIA MARIA FERASO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 83070-05;

II - MARISA PASINATO PICHETTI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 56278-05.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de março de 2014.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 64/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 64/2014, DE 31 DE MARÇO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- as informações contidas no processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 3218/2014, em 17 de fevereiro de 2014, que noticia a ocorrência de devolução de recursos provenientes de convênios firmados com o Governo do Estado, por não terem sido aplicados em tempo hábil;

- a manifestação da Assessoria Jurídica do Município, de 24 de março de 2014, no sentido de instauração de Sindicância;

- que, de acordo com o art. 151, I, da LC 90/1994 é dever do servidor exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;

- que, se apurada eventual negligência, estará o responsável sujeito à penalidade prevista no art. 163, I, da Lei Complementar nº 90/1994, sem prejuízo do ressarcimento ao Erário Público Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Sindicância, a fim de apurar os fatos relatados no processo protocolizado sob nº 3218/2014.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para proceder à tomada de depoimentos e demais providências que julgarem oportunas, em face da presente Sindicância:

I - presidente: ANA PAULA DE AGUIAR, ocupante do cargo de Agente Administrativo, Grupo Ocupacional Funcional - GF;

II - secretário: ROBINSON FERNANDO SGARBOZZA, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

III - vogais:

a) AGENOR LUIS CEMBRANI, ocupante do cargo de Tesoureiro;

b) MARILENE CARMEN BONISSONI DO PRADO, ocupante do cargo de Escriturário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 65/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 65/2014, DE 31 DE MARÇO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Designar, até 28 de abril de 2014, a servidora ANA PAULA DE AGUIAR, ocupante do cargo de Agente Administrativo, Grupo Ocupacional Funcional - GF, como Presidenta das Comissões de Processos Administrativos Disciplinares/Sindicâncias, instaurados pelas Portarias nºs. 140/2013, de 7 de outubro de 2013; 148/2013, de 23 de outubro de 2013; 155/2013, de 11 de novembro de 2013; 156/2013, de 11 de novembro de 2013; 169/2013, de 2 de dezembro de 2013; 183/2013, de 20 de dezembro de 2013; 185/2013, de 23 de dezembro de 2013 e alteração; 17/2014, de 27 de janeiro de 2014; 22/2014, de 5 de fevereiro de 2014; 25/2014, de 10 de fevereiro de 2014 e 37/2014, de 20 de fevereiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 66/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 66/2014, DE 1º DE ABRIL DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- as informações contidas no processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 3723/2014, em 25 de fevereiro de 2014, acerca do desaparecimento, do almoxarifado do subsolo do Centro Administrativo Municipal, de 2 (dois) notebooks, marca Intelbras, modelo 1550w7, com pasta e mouse óptico, patrimoniais na Câmara Municipal de Vereadores sob nºs. 668 e 669.

- o Boletim de Ocorrência registrado sob nº 0008-2014-00972, em 12 de fevereiro de 2014;

- o Parecer nº 332/2014, da Assessoria Jurídica do Município, no sentido de instauração de Sindicância;

- que a conservação do patrimônio é dever dos servidores públicos e que, se apurada eventual negligência, estará o responsável sujeito às penalidades previstas no art. 163, I e V, da Lei Complementar nº 90/1994, sem prejuízo do ressarcimento ao Erário Público Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Sindicância, a fim de apurar os fatos relatados no processo protocolizado sob nº 3723/2014.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para proceder à tomada de depoimentos e demais providências que julgarem oportunas, em face da presente Sindicância:

I - presidente: ANA PAULA DE AGUIAR, ocupante do cargo de

Agente Administrativo, Grupo Ocupacional Funcional - GF;

II - secretária: MARAISE FATIMA DE MARCO, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos;

III - vogais:

a) CASSIANO POZZA, ocupante do cargo de Desenhista;

b) LIDIANE DAL PRA, ocupante do cargo de Agente Administrativo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 67/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 67/2014, DE 2 DE ABRIL DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013 e considerando:

- o disposto no item 11.9 do Edital de Processo Seletivo Público nº 1/2013, que prevê a possibilidade de prorrogação do prazo de validade do Processo Seletivo;

- a necessidade de provimento de vagas surgidas durante a vigência do referido Edital.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, por 1 (um) ano, a partir de 20 de maio de 2014, o prazo de validade do Edital de Processo Seletivo Público nº 1/2013, de 1º de março de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 68/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 68/2014, DE 4 DE ABRIL DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

ANDREIA FATIMA VARELA KAFER, ocupante do cargo de Professor, códigos 10.12, matrículas 13536-02 e 13536-03, no período de 1º a 6 e a partir de 17 de abril de 2014;

ELAINE MARTINS DE ARAUJO, ocupante do cargo de Responsável do Setor Bloco de Produtor Rural, a partir de 1º de abril de 2014;

IVAN ALFONSO SIMON, ocupante do cargo de Encarregado da Seção de Tesouraria, a partir de 1º de abril de 2014;

LAUDIR PALLAS, ocupante do cargo de Responsável de Setor de Cemitérios, a partir de 7 de abril de 2014;

ORELIO STORCHIO, ocupante do cargo de Diretor de Mecânica e Manutenção, a partir de 1º de abril de 2014;

PATRICIA PAZA, ocupante do cargo de Arquiteto, a partir de 7 de abril de 2014;

SILVANA ALBIERO, ocupante do cargo de Coordenadora, no período de 1º a 6 e a partir de 14 de abril de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 69/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 69/2014, DE 7 DE ABRIL DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e 257, de 9 de dezembro de 2002, e considerando:

- o Adendo nº 02/2014 ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT da Secretaria Municipal de Administração;

- a CI DRH nº 206/2014, de 3 de abril de 2014, emitida pela Diretoria de Recursos Humanos.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor ANTONIO LUIZ ZAMPEZE, ocupante do cargo de Almoxarife, Adicional de Periculosidade, correspondente a 30% (trinta por cento) do vencimento (salário base).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos à 1º de abril de 2014.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 70/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 70/2014, DE 7 DE ABRIL DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e 257, de 9 de dezembro de 2002, e considerando:

- os Adendos nºs. 30 e 41/2014 ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT da Secretaria Municipal de Saúde;

- as CIs DRH 207/2014, de 3 de abril de 2014 e 213/2014, de 7 de abril de 2014, emitidas pela Diretoria de Recursos Humanos.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder às servidoras abaixo relacionadas, Adicional de Insalubridade, grau médio, correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo:

I - ELISANDRA REGINA DALLA LIBERA GREBINSKY, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, com efeitos pecuniários retroativos ao período de 29 de janeiro a 7 de março de 2014;

II - ELIZANGELA FAVARETTO, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 71/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 71/2014, DE 8 DE ABRIL DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 52 da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações e no Decreto nº 5.656, de 7 de dezembro de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar a carga horária da servidora ROZEMERI APARECIDA SANTOS MUNARETTO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 100293-02, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, em 20 (vinte) horas semanais, no período de 1º de abril a 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 72/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 72/2014, DE 8 DE ABRIL DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, e considerando a CI SEMED 556, de 31 de março de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a ampliação da carga horária do servidor ADILSON PASTORE, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 92576-04, objeto da Portaria nº 9/2014, de 13 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de abril de 2014.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 73/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PORTARIA Nº 73/2014, DE 10 DE ABRIL DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 25 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores abaixo relacionados, integrantes do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, Promoção por Titulação, nos percentuais abaixo, sobre o respectivo vencimento-base, correspondente à nova habilitação na área específica de atuação:

I - DARCI FROZZA, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 49964-00, no percentual de 12% (doze por cento), correspondente à habilitação em pós-graduação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de abril de 2014;

II - MARTA HELENA SUZIN MARINI FERRI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 97888-01, no percentual de 20% (vinte por cento), correspondente à habilitação em mestrado, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 74/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PORTARIA Nº 74/2014, DE 10 DE ABRIL DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes, no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- o processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 5457/2014, em 20 de março de 2014, que versa sobre agressão com mordidas nas costas de criança que frequenta o Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI Itália Chiuchetta, e que estava sob os cuidados das servidoras Cristina Kerber e Solange Bastos;

- que as servidoras infringiram, em tese, o disposto no art. 151, I, da Lei Complementar nº 90/1994;

- o Parecer nº 347/2014, de 28 de março de 2014, da Assessoria

Jurídica, no sentido de instauração de Sindicância;

- que, se comprovada a culpabilidade das servidoras, as mesmas poderão sujeitar-se à penalidade prevista no art. 165 da Lei Complementar nº 90/1994.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Sindicância a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo as servidoras CRISTINA KERBER e SOLANGE BASTOS, ocupantes do cargo de Auxiliar de Creche, Grupo Ocupacional Funcional - GF.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para proceder à tomada de depoimentos e demais providências que julgarem oportunas, em face da presente Sindicância:

I - presidente: ANA PAULA DE AGUIAR, ocupante do cargo de Agente de Administrativo, Grupo Ocupacional Funcional - GF;

II - secretária: ISABEL CRISTINA TAGLIARI DA SILVA, ocupante do cargo de Agente de Controle Interno;

III - vogais:

a) ROBINSON FERNANDO SGARBOZZA, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

b) ROMARA RITA POZZA COLOMBO, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 75/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PORTARIA Nº 75/2014, DE 10 DE ABRIL DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 41 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações e considerando as avaliações efetuadas pela comissão especialmente designada.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder às servidoras abaixo relacionadas, Promoção por Aperfeiçoamento ou Capacitação, correspondente a 1% (um por cento) do respectivo vencimento-base:

Nº DE ORDEM	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO/CÓDIGO
1	68020-02	Claudiane Deola Cavaliere	Professor, código 10.12
2	50490-05	Dilvana Albiero Giacomini	Professor, código 10.12
3	44261-06	Dirce Luzia Nilson da Rosa	Professor, código 10.12
4	95060-04	Eliane Mattiello Rossetto	Professor, código 10.12
5	89087-00	Ineide Hilda Wunder Piassa	Professor, código 10.10
6	104264-01	Julyana Aparecida Petry	Professor, código 10.12
7	392880-00	Lacita Cristina Maestri Amant	Professor, código 10.12

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de abril de 2014.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 76/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PORTARIA Nº 76/2014, DE 10 DE ABRIL DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e considerando as justificativas apresentadas.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar as servidoras abaixo relacionadas, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

ELISANGELA FACCIO, ocupante do cargo de Atendente de Consultório Odontológico, a partir de 22 de abril de 2014;

GISELA GOSENHEIMER, ocupante do cargo de Psicólogo, a partir de 11 de abril de 2014;

HELEM SCARPIM SPAGNOL, ocupante do cargo de Odontólogo, matrícula 88293-00, a partir de 14 de abril de 2014;

JUSELI INES RIGO, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, a partir de 14 de abril de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 77/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PORTARIA Nº 77/2014, DE 14 DE ABRIL DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, o inciso I do art. 1º da Portaria nº 5/2013, de 3 de janeiro de 2013, que dispõe sobre a cedência da servidora EDI TRINDADE, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 58432-03, 20 (vinte) horas semanais, ao Sindicato dos Servidores do Município de Concórdia e Região.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 3 de abril de 2014.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Decreto Nº 5.880

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 5.880, DE 8 DE ABRIL DE 2014.
Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 9º da Lei nº 4.621, de 13 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2013, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS
Unidade Orçamentária 08.01 Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras

Projeto/Atividade 15.0451.0042.1009 Modernização Urbanística - SEMURB

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.170000 Contribuição Cosip-Superávit Exercício
Anterior R\$ 79.900,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 79.900,00.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração
JOAQUIM PEDRO B. BICCA
NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de abril de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 5.881

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 5.881, DE 8 DE ABRIL DE 2014.
Revoga o Decreto nº 5.873, de 7 de março de 2014, que cria Coordenadoria Municipal da Mulher no Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 63, VI, e considerando a vigência da Lei nº 4.639, de 20 de março de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 5.873, de 7 de março de 2014, que cria a Coordenadoria Municipal da Mulher no Município de

Concórdia.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de março de 2014.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

LAURI GARBOSSA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social,
Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 8 de abril de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 5.882

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.882, DE 8 DE ABRIL DE 2014.

Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.567, de 9 de setembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD, Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 8 de abril de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

ANEXO ÚNICO

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - CMDPD

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente Regimento Interno estabelece a estrutura, a disciplina e o funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD, criado pela Lei nº 4.567, de 9 de setembro de 2013.

Art. 2º O CMDPD funcionará na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação.

Art. 3º O CMDPD reunir-se-á em sessões plenárias e ordinárias mensais e extraordinárias, por convocação do Presidente ou a pedido da maioria simples de seus membros titulares, sempre por escrito.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS E DAS ATRIBUIÇÕES DO CMDPD

Art. 4º O CMDPD é órgão de caráter deliberativo, consultivo e fiscalizador da política municipal de atendimento dos direitos da pessoa com deficiência, respeitando a legislação vigente, com os seguintes objetivos:

I - elaborar os planos, programas e projetos da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência e propor as providências necessárias à sua completa implantação e ao seu adequado desenvolvimento, inclusive as pertinentes a recursos financeiros e as de caráter legislativo;

II - zelar pela efetiva implantação da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência;

III - acompanhar o planejamento e avaliar a execução das políticas municipais de acessibilidade à educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer, urbanismo e outras relativas à pessoa com deficiência;

IV - acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária do Município, sugerindo as modificações necessárias à consecução da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência;

V - zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de defesa dos direitos da pessoa com deficiência;

VI - propor a elaboração de estudos e pesquisas que visem à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência;

VII - propor e incentivar a realização de campanhas que visem à prevenção de deficiências e à promoção dos direitos da pessoa com deficiência;

VIII - acompanhar, mediante relatórios de gestão, o desempenho dos programas e projetos da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência;

IX - manifestar-se, dentro dos limites de sua atuação, acerca da administração e condução de trabalhos de prevenção, habilitação, reabilitação e inclusão social de entidade particular ou pública, quando houver notícia de irregularidade, expedindo, quando entender cabível, recomendação ao representante legal da entidade;

X - avaliar anualmente o desenvolvimento da política Estadual/Municipal de atendimento especializado à pessoa com deficiência, de acordo com a legislação em vigor, visando à sua plena adequação;

XI - elaborar, revisar e alterar o seu Regimento Interno.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO

Art. 5º O CMDPD será constituído por 14 (quatorze) membros, com representação paritária das instituições governamentais e da sociedade civil, da seguinte forma:

I - 7 (sete) conselheiros titulares, com igual número de suplentes, representantes do Poder Executivo, sendo:

- a) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação;
- b) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
- c) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- d) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo;
- e) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras;
- f) 1 (um) representante da Fundação Municipal de Cultura;
- g) 1 (um) representante da Fundação Municipal de Esportes;

II - 7 (sete) conselheiros titulares, com igual número de suplentes, representantes de entidades da sociedade civil, de atendimento, defesa, estudos e pesquisa e de garantia dos direitos da pessoa com deficiência, que atuam na área de deficiência auditiva, física, mental, visual e múltipla, organizações patronais, organização de trabalhadores e instituições de pesquisa e ensino superior, inclusive pessoa com deficiência e pais de pessoas com deficiência.

Parágrafo único. A eleição das entidades da sociedade civil, representantes de cada segmento, titulares e suplentes dar-se-á em fórum próprio, convocados bianualmente pelo CMDPD, para esse fim.

Art. 6º O mandato dos membros do CMDPD será de 2 (dois) anos, permitida a recondução por igual período.

Art. 7º Os membros do CMDPD serão nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo.

CAPÍTULO IV

DOS MEMBROS DO CONSELHO

Art. 8º Compete aos Conselheiros:

- I - participar das discussões e deliberações do Conselho, apresentando proposições, requerimentos, moções e questões de ordem;
- II - votar as proposições submetidas à deliberação do Conselho;
- III - comparecer às reuniões nas datas e horários pré-fixados;
- IV - desempenhar as funções para as quais for designado;
- V - relatar os assuntos que lhes forem distribuídos pelo Presidente;
- VI - obedecer às normas regimentais;
- VII - assinar as atas das reuniões do Conselho;
- VIII - apresentar retificações ou impugnações das atas, justificando seu voto, dentro do prazo fixado pelo Presidente;
- IX - na impossibilidade de comparecer às deliberações do Conselho deverá providenciar o comparecimento de seu suplente;
- X - apresentar à apreciação do Conselho qualquer assunto relativo a sua atribuição;
- XI - eleger os membros da Diretoria;

XII - prestar compromisso de que não se utilizará da entidade em benefício próprio para promoção pessoal, política e demais situações que possam vir a comprometer o bom andamento do Conselho;

XIII - integrar as Comissões Temáticas e de estudos para as quais estão designados.

Art. 9º No caso de pedido de afastamento temporário ou definitivo de um dos membros titulares, assumirá o suplente com direito a voto na reunião que deferir o pedido formulado.

Parágrafo único. Os membros que deixarem de pertencer às entidades de sua representação, deverão comunicar à Presidência do Conselho, assumindo outro membro indicado pela Entidade.

Art. 10. Aos membros suplentes presentes às reuniões plenárias será assegurado o direito de voz, mesmo na presença dos titulares.

CAPÍTULO V

DA SUBSTITUIÇÃO, FALTAS E PERDAS DO MANDATO

Art. 11. Os membros do CMDPD poderão ser substituídos mediante solicitação da instituição ou autoridade pública a qual estejam vinculados, apresentada ao referido Conselho, o qual fará comunicação do ato ao Chefe do Poder Executivo.

Art. 12. Perderá o mandato o conselheiro que:

- I - desvincular-se do órgão de origem da sua representação;
- II - faltar a 3 (três) reuniões consecutivas, ou 5 (cinco) reuniões alternadas, sem justificativa, no período de 12 (doze) meses;
- III - apresentar renúncia ao Conselho, que será lida na sessão seguinte a de sua recepção pela Secretaria Executiva;
- IV - apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;
- V - for condenado por sentença irreversível em razão do cometimento de crime ou contravenção penal.

Parágrafo único. A substituição se dará por deliberação da maioria dos componentes do Conselho, em procedimento iniciado mediante provocação de integrante do Conselho, do Ministério Público ou de qualquer cidadão, assegurada a ampla defesa.

Art. 13. A apresentação de justificativa às faltas, a que se refere o inciso II do art. 12, deverá ser dirigida ao presidente do Conselho, no prazo de 5 (cinco) dias úteis anterior ao evento ou reunião, salvo motivo de força maior posteriormente justificado.

Art. 14. Perderá o mandato a instituição que:

- I - extinguir sua base territorial de atuação no Município de Concórdia;
- II - tiver constatado em seu funcionamento irregularidade de acentuada gravidade que torne incompatível sua representação no Conselho;
- III - sofrer penalidade administrativa reconhecidamente grave.

Parágrafo único. A substituição se dará por deliberação da maioria dos componentes do Conselho em procedimento iniciado mediante provocação de integrante do Conselho, do Ministério Público ou

de qualquer cidadão, assegurada a ampla defesa.

Art. 15. A deliberação sobre a aplicação de qualquer penalidade será precedida de parecer, emitido por comissão especial, formada por 4 (quatro) conselheiros titulares ou suplentes, escolhidos paritariamente entre seus membros.

Parágrafo único. Para emissão de parecer, a comissão especial poderá instaurar processo administrativo disciplinar, garantida ampla defesa, ouvindo o indiciado e testemunhas, juntando documentos, requisitando certidões às repartições públicas e tomando outras providências que se fizerem necessárias.

CAPÍTULO VI

DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 16. O CMDPD, terá a seguinte organização:

I - Plenário;

II - Diretoria;

III - Secretaria Executiva;

IV - Comissões.

Seção I

Do Plenário

Art. 17. O Plenário, órgão soberano do CMDPD é composto de todos seus membros titulares ou suplentes que os representem na ausência, em exercício pleno de seus mandatos.

Art. 18. O Plenário só poderá funcionar em primeira convocação, com a maioria absoluta de seus membros e após 30 (trinta) minutos, em segunda convocação, com qualquer número de participantes, e suas deliberações serão tomadas por maioria simples dos conselheiros presentes à sessão.

Art. 19. Poderão participar das Reuniões Plenárias do CMDPD, objetivando a autodefensoria, pessoas com deficiência, que terão direito a voz, sem direito a voto.

Art. 20. Para melhor desempenho do CMDPD, poderão ser convidadas pessoas com notório conhecimento, com o objetivo de prestar assessoramento ao Colegiado em assuntos específicos.

Art. 21. As deliberações do Plenário serão decididas por maioria simples dos conselheiros titulares presentes à sessão e tomadas por anotação explícita, com contagem de votos a favor, votos contra e abstenções, todas registradas em ata.

Art. 22. Ao Plenário compete:

I - examinar e aprovar soluções referentes aos problemas submetidos ao mesmo, conforme competência definidas neste Regimento ou por solicitação expressa de qualquer Conselheiro;

II - criar e deliberar sobre a composição das comissões necessárias ao funcionamento do Conselho;

III - deliberar sobre matérias encaminhadas pelas Comissões;

IV - deliberar sobre divergências em matérias que envolvam mais de uma Comissão;

V - alterar o presente Regimento Interno, por 2/3 de seus membros

em reunião plenária.

Art. 23. As reuniões plenárias serão:

I - ordinárias, realizadas mensalmente por convocação escrita do Presidente dirigida aos Conselheiros com, no mínimo, 3 (três) dias de antecedência;

II - extraordinárias, convocadas por escrito pela presidência ou a requerimento subscrito pela maioria simples de seus conselheiros, com antecedência mínima de 3 (três) dias.

§ 1º As reuniões serão públicas, salvo deliberação em contrário do Plenário.

§ 2º As sessões plenárias terão início sempre com a leitura da ata da reunião anterior que, depois de aprovada, será assinada por todos os presentes.

Art. 24. As deliberações do Plenário poderão ser subsidiadas pelas comissões especiais, que funcionarão como instância de natureza técnica.

Art. 25. O conselheiro que não se julgar suficientemente esclarecido poderá pedir vista da matéria pelo prazo de, no máximo, 30 (trinta) dias, mesmo que mais de 1 (um) membro do Conselho a solicite, podendo, a juízo do Plenário, ser reduzido às 24h, contadas do ato de encerramento da reunião.

Parágrafo único. É facultado aos Conselheiros solicitar o reexame, por parte do Plenário, de qualquer resolução normativa exarada na reunião anterior, justificando possível ilegalidade, incorreção ou inadequação técnica ou de outra natureza.

Art. 26. Os temas para inclusão na pauta das reuniões deverão ser encaminhados pelos Conselheiros, inclusive os de interesse de qualquer cidadão ou segmento, no prazo mínimo de 10 (dez) dias anteriores à reunião, salvo urgência do assunto.

Seção II

Do Funcionamento

Art. 27. O CMDPD reunir-se-á, ordinariamente, a cada mês, e extraordinariamente, sempre que se fizer necessário, por convocação de seu presidente ou da maioria absoluta de seus membros titulares, observado, em ambos os casos, o prazo mínimo de 3 (três) dias para a convocação da reunião, mencionando-se a respectiva pauta.

§ 1º As datas das reuniões ordinárias do Conselho constarão em cronograma anual, aprovado na primeira reunião do ano.

§ 2º Os temas para inclusão na pauta deverão ser encaminhados pelos Conselheiros, inclusive os de interesse de qualquer cidadão ou segmento, no prazo de 10 (dez) dias anteriores à reunião.

§ 3º Os conselheiros poderão apresentar assuntos extraordinários, cuja inclusão na pauta será submetida à deliberação dos mesmos, no início da reunião.

Art. 28. O CMDPD tomará as suas decisões em reuniões plenárias, mediante votação por maioria simples, ressalvados os casos específicos previstos neste Regimento Interno.

§ 1º Durante a sessão plenária, cada membro titular do CMDPD terá direito a 1 (um) único voto por matéria, podendo o titular ser substituído pelo seu respectivo suplente, em caso de ausência ou impedimento.

§ 2º A deliberação das matérias sujeitas à votação obedecerá à seguinte ordem:

I - o presidente dará a palavra ao relator da comissão especial respectiva, que apresentará seu parecer, ou relatório, por escrito ou verbalmente;

II - terminada a exposição, a matéria será posta em discussão aberta para todo o Plenário e aos presentes à reunião, por ordem de inscrição;

III - encerrada a discussão, far-se-á a votação.

§ 3º O parecer do Relator deverá constituir-se de relato fundamentado e elaborado na respectiva comissão.

Seção III

Das Sessões

Art. 29. A ordem dos trabalhos do Conselho será a seguinte:

I - leitura, votação e assinatura da ata da reunião anterior;

II - expediente;

III - ordem do dia;

IV - outros assuntos de interesse.

Art. 30. O expediente se destina à leitura da correspondência recebida e de outros documentos.

Art. 31. A ordem do dia corresponderá à discussão da pauta, bem como à execução das atribuições do Conselho, conforme estabelecido em lei e neste Regimento.

Art. 32. Fica assegurado a cada um dos membros participantes da reunião o direito de se manifestar sobre o assunto em discussão, obedecendo a ordem de inscrição e o tempo estipulado.

Parágrafo único. Uma vez encaminhada para votação, não mais poderá voltar a ser discutido o mérito do assunto.

Art. 33. As matérias apresentadas durante a ordem do dia serão discutidas e votadas na reunião em que foram apresentadas.

§ 1º Durante as discussões, cada membro terá direito à palavra, durante o tempo fixado pelo Presidente;

§ 2º Por deliberação do plenário, a matéria apresentada na reunião poderá ser discutida e votada na reunião seguinte, podendo qualquer membro do Conselho pedir vistas de matéria em debate.

Art. 34. Durante as discussões, qualquer membro do Conselho poderá levantar questões de ordem, expondo-as dentro do prazo fixado pelo Presidente.

Parágrafo único. Os encaminhamentos das questões de ordem não previstos nesse Regimento serão decididos pelo Presidente.

Art. 35. Encerrada a discussão, poderá ser concedida a palavra a cada membro do Conselho, pelo prazo fixado pelo Presidente, para encaminhamento de votação.

Art. 36. As decisões do Conselho serão tomadas pelos votos de metade mais um dos conselheiros presentes, e suas deliberações terão a forma de resolução, dando-se conhecimento às partes.

§ 1º A resolução deverá conter, no preâmbulo, o local, data e número da ata da reunião do CMDPD, no texto, a deliberação deverá ser precedida da contextualização que deverá ser clara, precisa e concisa, no fecho, assinatura do presidente.

§ 2º A resolução deverá ser lavrada em 2 (duas) vias, uma será encaminhada à parte interessada e outra permanecerá arquivada na Secretaria.

Seção IV

Da Diretoria

Art. 37. O CMDPD será administrado por uma Diretoria eleita por seus pares, composta por 1 (um) Presidente, 1 (um) Vice-presidente e 1 (um) Secretário, na data da posse.

§ 1º O presidente, o Vice-Presidente e o Secretário serão eleitos para um período de 2 (dois) anos, sendo essas funções ocupadas, alternadamente, por Conselheiro governamental e não governamental.

§ 2º A eleição obedecerá a seguinte ordem:

I - eleição do Presidente;

II - eleição do Vice-Presidente;

III - eleição do Secretário.

Art. 38. Compete ao Presidente do CMDPD:

I - convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias;

II - representar o CMDPD em todas as suas reuniões, em juízo ou fora dele, podendo delegar a sua representação, ad referendum do Conselho;

III - cientificar-se de todos os assuntos e ações de caráter técnico e administrativo relacionados com a área de atuação;

IV - exercer voto nominal e de qualidade, quando necessário;

V - manter, sempre que necessário, o Chefe do Poder Executivo Municipal informado das atividades e decisões do Conselho;

VI - solicitar ao Secretário da pasta correspondente, no que couber, a execução das deliberações emanadas do Conselho;

VII - formalizar, após aprovação do CMDPD, os afastamentos e licenças aos seus membros;

VIII - instalar as comissões constituídas pelo CMDPD;

IX - outras atribuições definidas em lei ou que lhe forem autorizadas pelo Conselho.

Art. 39. Ao Vice-presidente compete substituir o Presidente em seus impedimentos, bem como exercer outras atribuições que lhe forem determinadas pelo Presidente do Conselho.

Art. 40. Compete ao Secretário do Conselho:

I - assessorar o presidente na elaboração da pauta;

II - secretariar as reuniões do Conselho, redigindo suas atas e procedendo a leitura das mesmas;

III - acompanhar as atividades da Secretaria Executiva;

IV - elaborar os relatórios trimestrais e anuais das atividades desenvolvidas do Conselho, encaminhando para o Presidente.

Parágrafo único. Compete ao Secretário substituir o Vice-presidente nas suas faltas e impedimentos e cumprir as funções que lhe forem atribuídas pelo Presidente.

Seção V

Da Secretaria Executiva

Art. 41. A Secretaria Executiva do CMDPD será exercida por um servidor indicado pela Secretaria ao qual o Conselho está vinculado, submetendo-se à aprovação do colegiado.

Art. 42. A Secretaria do Município a qual está vinculado o Conselho, assegurará a estrutura administrativa, financeira e de pessoal necessária para o adequado desenvolvimento dos trabalhos.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal a que se refere o caput desse artigo deverá garantir que, nas reuniões do CMDPD, em qualquer outra atividade deste Conselho, bem como na estrutura da Secretaria Executiva, haja a presença de um intérprete de Libras, além da disponibilização de material impresso em braile ou digitalizado em condições de acessibilidade.

Art. 43. Compete ao Secretário Executivo:

I - elaborar resoluções e manter atualizada a documentação do Conselho;

II - expedir correspondência e arquivar documentos;

III - prestar contas de seus atos à Presidência, informando-a de todos os fatos que tenham ocorrido no Conselho;

IV - informar os compromissos agendados à Presidência;

V - manter os conselheiros informados das reuniões e da pauta a ser discutida, inclusive no âmbito das Comissões especiais;

VI - apresentar, anualmente, relatório das atividades elaboradas pelo Conselho;

VII - receber, previamente, relatórios e documentos a serem apresentados na reunião, para o fim de processamento e inclusão na pauta;

VIII - providenciar a publicação dos atos do Conselho no diário Oficial do Município;

IX - exercer outras funções correlatas que lhe sejam atribuídas pelo Presidente ou pelo Plenário.

X - assessorar o Secretário na elaboração do relatório anual das atividades do Conselho.

Seção VI

Das Comissões

Art. 44. As Comissões permanentes ou temporárias, serão constituídas por deliberação pela sessão plenária.

§ 1º O presidente e o relator das Comissões serão escolhidos internamente, por seus próprios membros.

§ 2º As Comissões serão compostas paritariamente por representantes governamentais e não-governamentais.

§ 3º Os estudos desenvolvidos pelas Comissões serão apresentados em forma de parecer, ou esboço de resolução, ou relatório e posteriormente, submetidos à deliberação do CMDPD.

CAPÍTULO VII

DAS CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Art. 45. O CMDPD realizará, sob sua coordenação, a Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência a cada 2 (dois) anos, órgão colegiado de caráter deliberativo, para avaliar e propor atividades e políticas da área a serem implementadas ou já efetivadas no Município, garantindo-se sua ampla divulgação.

Art. 46. Compete à Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência:

I - avaliar a situação da política Municipal de atendimento à pessoa com deficiência;

II - fixar as diretrizes gerais da política Municipal de atendimento à pessoa com deficiência no biênio subsequente ao de sua realização;

III - avaliar e reformar as decisões administrativas do CMDPD, quando provocada;

IV - aprovar seu Regimento Interno;

V - aprovar e dar publicidade a suas resoluções, que serão registradas em documento final.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 47. O pagamento de despesas de transporte, hospedagem e alimentação dos membros do CMDPD, serão custeados com recursos da Secretaria Municipal ao qual o Conselho está vinculado.

Art. 48. As sessões e as convocações do CMDPD serão públicas e precedidas de ampla divulgação.

Art. 49. Fica expressamente proibida a manifestação político-partidária e religiosa nas atividades do Conselho.

Art. 50. Nenhum membro poderá agir em nome do Conselho, sem prévia delegação.

Art. 51. Este regimento poderá ser alterado parcialmente ou totalmente, por proposta expressa apresentada por qualquer membro do Conselho e encaminhada, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da reunião que deverá apreciá-la.

Art. 52. As alterações regimentais serão apreciadas em reuniões extraordinárias convocadas com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, e as matérias serão consideradas aprovadas se receberem o voto favorável de, pelo menos, 2/3 (dois terços) dos Conselheiros presentes na reunião.

Art. 53. As dúvidas e os casos omissos nesse Regimento serão apreciados e resolvidos pelo Plenário, observadas as disposições legais e terão força normativa.

Decreto Nº 5.883

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.883, DE 11 DE ABRIL DE 2014.

Estabelece Tabelas de Vencimentos e Salários do Pessoal do Poder Executivo, Fundações e Autarquia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, arts. 63, IX e 70, X, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 198, de 26 de junho de 2001 e alterações; 199, de 13 de agosto de 2001 e alterações; 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações; 464, de 22 de setembro de 2006 e alterações; 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações; 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações e 668, de 11 de abril de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Em decorrência da Lei Complementar nº 668, de 11 de abril de 2014, ficam estabelecidas as Tabelas de Vencimentos e Salários do Pessoal, na forma abaixo:

I - Anexo I - Cargos em Comissão do Poder Executivo;

II - Anexo II - Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo;

III - Anexo III - Quadro Suplementar de Cargos do Poder Executivo;

IV - Anexo IV - Cargos em Comissão do Magistério Público Municipal;

V - Anexo V - Cargos Comissionados de Direção de Unidade Escolar;

VI - Anexo VI - Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal;

VII - Anexo VII - Quadro Suplementar de Cargos do Magistério Público Municipal;

VIII - Anexo VIII - Cargos do Programa Saúde da Família - PSF;

IX - Anexo IX - Cargos do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU;

X - Anexo X - Cargos em Comissão da Fundação Municipal de Cultura - FMC;

XI - Anexo XI - Quadro Permanente de Cargos da FMC;

XII - Anexo XII - Quadro Suplementar de Cargos da FMC;

XIII - Anexo XIII - Cargos em Comissão da Fundação Municipal de Esportes - FMEC;

XIV - Anexo XIV - Quadro Permanente de Cargos da FMEC;

XV - Anexo XV - Cargos em Comissão da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA;

XVI - Anexo XVI - Quadro Permanente de Cargos da FUMDEMA;

XVII - Anexo XVII - Cargo em Comissão do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON;

XVIII - Anexo XVIII - Quadro Permanente de Cargos do IPRECON.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de abril de 2014.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de abril de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

ANEXO I

TABELA DE VENCIMENTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO DO PODER EXECUTIVO

NÍVEIS	VENCIMENTOS - R\$
1	3.808,70
2	2.783,20
3	2.254,86
4	1.912,98
5	1.571,11
6	1.384,68
7	1.198,20

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 4

DECRETO Nº 5.883, DE 11 DE ABRIL DE 2014.

ANEXO II

TABELA DE VENCIMENTOS DO QUADRO PERMANENTE DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO

CLASSE	DENOMINAÇÃO	GO C	QTDE	CH	INTERSTÍCIO PERCENTUAIS FAIXAS DE VENCIMENTO	PADRÃO DE VENCIMENTO											
						3 anos 4,0%	3 anos 4,0%	3 anos 4,0%	3 anos 4,0%	3 anos 4,0%	3 anos 4,0%	3 anos 4,0%	3 anos 4,0%	3 anos 4,0%	3 anos 4,0%	3 anos 4,0%	3 anos 4,0%
						A R\$	B R\$	C R\$	D R\$	E R\$	F R\$	G R\$	H R\$	I R\$	J R\$	K R\$	L R\$
1	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	GO	200	40	I	953,57	975,72	1.008,81	1.045,96	1.085,93	1.128,00	1.170,08	1.212,15	1.254,22	1.296,29	1.338,36	1.380,43
					II	999,27	1.036,62	1.073,98	1.111,34	1.148,69	1.186,05	1.223,40	1.260,76	1.298,12	1.335,47	1.372,83	1.410,18
2	AGENTE DE MANUTENÇÃO	GB	19		I	983,55	1.022,88	1.062,23	1.101,57	1.140,91	1.180,25	1.219,59	1.258,94	1.298,28	1.337,62	1.376,96	1.416,30
					II	1.052,39	1.091,73	1.131,07	1.170,42	1.209,76	1.249,10	1.288,44	1.327,78	1.367,13	1.406,47	1.445,81	1.485,15
	AGENTE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	GO	90	40													
					SERVENTE BRAÇAL												
3	AGENTE DE OBRAS	GO	40	40	I	1.062,86	1.105,19	1.147,68	1.190,18	1.232,67	1.275,17	1.317,67	1.360,17	1.402,67	1.445,17	1.487,67	1.530,17
					II	1.137,05	1.179,56	1.222,06	1.264,57	1.307,08	1.349,58	1.392,09	1.434,60	1.477,10	1.519,61	1.562,12	1.604,62
	AUXILIAR DE BIBLIOTECA	GF	30		I	923,89	963,70	1.004,51	1.045,32	1.086,13	1.127,94	1.169,75	1.211,56	1.253,37	1.295,18	1.336,99	1.378,80
					II	994,93	1.032,12	1.069,31	1.106,51	1.143,70	1.180,89	1.218,09	1.255,28	1.292,47	1.329,67	1.366,86	1.404,06
	ATENDENTE DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	GO	30	35	I	845,55	879,33	913,11	946,90	980,68	1.014,46	1.048,25	1.082,03	1.115,82	1.149,61	1.183,40	1.217,19
4	TELEFONISTA	GF	5	30	I	904,73	938,55	972,37	1.006,19	1.040,01	1.073,84	1.107,66	1.141,48	1.175,30	1.209,12	1.242,94	1.276,77
					II	1.031,81	1.078,27	1.124,73	1.171,19	1.217,65	1.264,11	1.310,57	1.357,03	1.403,49	1.449,95	1.496,41	1.542,87
	AUXILIAR DE CRECHE	GF	145	40	I	1.181,03	1.228,27	1.275,51	1.322,75	1.369,99	1.417,23	1.464,47	1.511,71	1.558,95	1.606,19	1.653,43	1.700,67
	ELETRICISTA DE MANUTENÇÃO	GF	3		II	1.263,70	1.310,94	1.358,18	1.405,42	1.452,66	1.499,90	1.547,15	1.594,39	1.641,63	1.688,87	1.736,11	1.783,35

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 5

DECRETO Nº 5.883, DE 11 DE ABRIL DE 2014.

CLASSE	DENOMINAÇÃO	GO C	QTDE	CH	INTERSTÍCIOS E PERCENTUAIS	PADRÃO DE VENCIMENTO											
						3 anos 4,0%	3 anos 4,0%	3 anos 4,0%	3 anos 4,0%	3 anos 4,0%	3 anos 4,0%	3 anos 4,0%	3 anos 4,0%	3 anos 4,0%	3 anos 4,0%	3 anos 4,0%	
FAIXAS DE VENCIMENTO	A R\$	B R\$	C R\$	D R\$	E R\$	F R\$	G R\$	H R\$	I R\$	J R\$	K R\$	L R\$					
MOTORISTA		GO	75		I	1.203	1.974	1.176	1.417	1.728	1.280	1.471	1.752	1.384	1.425	1.446	1.488
INSEMINADOR		GO	5	35	II	1.105	1.147	1.188	1.449	1.671	1.434	1.553	1.585	1.436	1.477	1.519	1.561

[illegible]

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 6

DECRETO Nº 5.883, DE 11 DE ABRIL DE 2014.

CLASSE	DENOMINAÇÃO	GO C	QTDE	CH	PADRÃO DE VENCIMENTO												
					INTERSTÍCIOS E PERCENTUAIS FAIXAS DE VENCIMENTO	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	
						anos	anos	anos	anos	anos	anos	anos	anos	anos	anos	anos	
						4,0%	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%	
R\$																	
7	AGENTE DE CONTROLE INTERNO	GF	2	35	I	1.333,71	1.837,11	1.840,11	1.388,11	1.841,11	1.844,11	1.391,11	1.844,11	1.847,11	1.398,11	1.851,11	1.854,11
	ALMOXARIFE	GF	5			1.488,44	1.991,88	1.995,88	1.439,88	1.943,32	1.947,32	1.490,32	1.943,76	1.947,76	1.497,76	1.951,20	1.955,20
	ASSISTENTE DE SUPORTE	GF	3														
	DESENHISTA	GF	3														
	FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	GT	5														
	FISCAL SANITARISTA	GF	8														
	TÉCNICO AGROPECUÁRIO	GT	6														
	TÉCNICO EM AGROECOLOGIA	GT	3														
	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	GT	65														
	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	GT	4														
TOPÓGRAFO	GT	3															
FISCAL DE CADASTRO IMOBILIÁRIO	GT	5															
	FISCAL DE TRIBUTOS	GF	15	1.237,11	1.841,11	1.844,11	1.398,11	1.851,11	1.854,11	1.405,11	1.858,11	1.861,11	1.412,11	1.865,11	1.868,11		
	TÉCNICO EM TELECOMUNICAÇÕES	GT	1	1.880,11	1.950,11	2.020,11	2.091,11	2.161,11	2.231,11	2.301,11	2.372,11	2.442,11	2.512,11	2.583,11	2.653,11		
	TESOUREIRO	GF	5														
8	ARQUIVISTA	GE	2	40	II	2.435,11	2.836,11	2.840,11	2.387,11	2.788,11	2.792,11	2.339,11	2.740,11	2.744,11	2.291,11	2.692,11	
	ORIENTADOR DE INFORMÁTICA	GE	20			2.844,11	2.847,11	2.851,11	2.397,11	2.798,11	2.802,11	2.353,11	2.754,11	2.758,11	2.305,11	2.706,11	
	PEDAGOGO	GE	10														
	ADMINISTRADOR DE REDES	GE	2														

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 7

DECRETO Nº 5.883, DE 11 DE ABRIL DE 2014.

CLASSE	DENOMINAÇÃO	GO C	QTDE	CH	PADRÃO DE VENCIMENTO												
					INTERSTÍCIOS E PERCENTUAIS	FAIXAS DE VENCIMENTO											
						A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
						R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
	BIBLIOTECOMISTA	GE 2	2		I	1.982,40	2.021,40	2.060,40	2.100,40	2.140,40	2.180,40	2.220,40	2.260,40	2.300,40	2.340,40	2.380,40	2.420,40
	PUBLICITÁRIO	GE 1	1		II	2.011,40	2.050,40	2.089,40	2.128,40	2.167,40	2.206,40	2.245,40	2.284,40	2.323,40	2.362,40	2.401,40	2.440,40
	RELAÇÕES PÚBLICAS	GE 2	2														
	FONOAUDIÓLOGO	GE 3	3	40	I	2.745,40	2.784,40	2.823,40	2.862,40	2.901,40	2.940,40	2.979,40	3.018,40	3.057,40	3.096,40	3.135,40	3.174,40
					II	2.774,40	2.813,40	2.852,40	2.891,40	2.930,40	2.969,40	3.008,40	3.047,40	3.086,40	3.125,40	3.164,40	3.203,40
	ANALISTA DE GESTÃO HUMANA	GE 1	1														
	ASSISTENTE SOCIAL	GE 12	12														
	ENFERMEIRO	GE 25	25														
	JORNALISTA	GE 2	2		I	2.360,40	2.400,40	2.440,40	2.480,40	2.520,40	2.560,40	2.600,40	2.640,40	2.680,40	2.720,40	2.760,40	2.800,40
	MÉDICO VETERINÁRIO	GE 3	3	35	II	2.390,40	2.430,40	2.470,40	2.510,40	2.550,40	2.590,40	2.630,40	2.670,40	2.710,40	2.750,40	2.790,40	2.830,40
	NUTRICIONISTA	GE 2	2														
	PSICÓLOGO	GE 8	8														
	TÉCNICO LEGISLATIVO	GE 7	7														
	TERAPEUTA OCUPACIONAL	GE 2	2	30	I	2.480,40	2.520,40	2.560,40	2.600,40	2.640,40	2.680,40	2.720,40	2.760,40	2.800,40	2.840,40	2.880,40	2.920,40
					II	2.510,40	2.550,40	2.590,40	2.630,40	2.670,40	2.710,40	2.750,40	2.790,40	2.830,40	2.870,40	2.910,40	2.950,40
	FISIOTERAPEUTA	GE 1	1	30	I	2.753,40	2.793,40	2.833,40	2.873,40	2.913,40	2.953,40	2.993,40	3.033,40	3.073,40	3.113,40	3.153,40	3.193,40
					II	2.783,40	2.823,40	2.863,40	2.903,40	2.943,40	2.983,40	3.023,40	3.063,40	3.103,40	3.143,40	3.183,40	3.223,40
	AUDITOR FISCAL	GE 2	2		I	3.259,40	3.299,40	3.339,40	3.379,40	3.419,40	3.459,40	3.499,40	3.539,40	3.579,40	3.619,40	3.659,40	3.699,40
	CONTADOR	GE 5	5	35	II	3.289,40	3.329,40	3.369,40	3.409,40	3.449,40	3.489,40	3.529,40	3.569,40	3.609,40	3.649,40	3.689,40	3.729,40
	PROCURADOR	GE 3	3														
	ARQUITETO	GE 6	6		I	3.609,40	3.649,40	3.689,40	3.729,40	3.769,40	3.809,40	3.849,40	3.889,40	3.929,40	3.969,40	4.009,40	4.049,40
	ENGENHEIRO	GE 13	13		II	3.639,40	3.679,40	3.719,40	3.759,40	3.799,40	3.839,40	3.879,40	3.919,40	3.959,40	3.999,40	4.039,40	4.079,40

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 8

DECRETO Nº 5.883, DE 11 DE ABRIL DE 2014.

CLASSE	DENOMINAÇÃO	GO C	QTDE	CH	PADRÃO DE VENCIMENTO												
					INTERSTÍCIOS E PERCENTUAIS	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
						A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
11	ODONTÓLOGO	GE	35	20	I	R\$ 2.614,40	R\$ 2.373,33	R\$ 2.472,22	R\$ 2.502,22	R\$ 2.591,11	R\$ 2.820,00	R\$ 2.710,00	R\$ 2.859,99	R\$ 2.908,88	R\$ 3.038,77	R\$ 3.127,66	R\$ 3.216,55
						R\$ 2.480,00	R\$ 2.479,99	R\$ 2.599,99	R\$ 2.488,88	R\$ 2.641,11	R\$ 2.831,11	R\$ 2.976,66	R\$ 3.015,55	R\$ 3.185,55	R\$ 3.194,44	R\$ 3.384,44	R\$ 3.563,33
					II	R\$ 3.396,66	R\$ 3.561,11	R\$ 3.976,66	R\$ 3.781,11	R\$ 3.816,66	R\$ 4.051,11	R\$ 4.186,66	R\$ 4.322,22	R\$ 4.457,77	R\$ 4.592,22	R\$ 4.727,77	R\$ 4.862,22
						R\$ 3.954,44	R\$ 3.628,88	R\$ 3.883,33	R\$ 4.155,55	R\$ 4.213,33	R\$ 4.298,88	R\$ 4.434,44	R\$ 4.520,00	R\$ 4.605,55	R\$ 4.690,00	R\$ 4.775,55	R\$ 5.028,88

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 9

DECRETO Nº 5.883, DE 11 DE ABRIL DE 2014.

ANEXO III

TABELA DE VENCIMENTOS DO QUADRO SUPLEMENTAR DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO

CLASSE	Cargo da LC 100	Função da LC 100	GOC	QTDE	CH	INTERSTÍCIO PERCENTUAL S	PADRÃO DE VENCIMENTO																		
							A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L							
1	Auxiliar Operacional	Auxiliar de Limpeza	GB	3	40	I	R\$ 933,9	R\$ 975,2	R\$ 1.008	R\$ 1.041	R\$ 1.073	R\$ 1.106	R\$ 1.138	R\$ 1.171	R\$ 1.204	R\$ 1.237	R\$ 1.270	R\$ 1.303	3 anos 4,0%	3 anos 4,0%	3 anos 4,0%	R\$ 1.374,8			
	II	R\$ 959,2	R\$ 1.020	R\$ 1.053	R\$ 1.086	R\$ 1.119	R\$ 1.152	R\$ 1.185	R\$ 1.218	R\$ 1.251	R\$ 1.284	R\$ 1.317	R\$ 1.350	R\$ 1.383	R\$ 1.416	R\$ 1.449	R\$ 1.482	3 anos 4,0%	3 anos 4,0%	3 anos 4,0%	R\$ 1.480,1				
2	Agente de Manutenção de Serviços Gerais	Agente de Manutenção de Serviços Gerais	GO	1		I	R\$ 1.063	R\$ 1.083	R\$ 1.094	R\$ 1.134	R\$ 1.145	R\$ 1.175	R\$ 1.196	R\$ 1.216	R\$ 1.237	R\$ 1.257	R\$ 1.277	R\$ 1.297	R\$ 1.317	R\$ 1.337	R\$ 1.357	R\$ 1.377	R\$ 1.397	R\$ 1.417	R\$ 1.438
	Agente Operacional	Blaster Operador	GB	1		II	R\$ 1.083	R\$ 1.124	R\$ 1.165	R\$ 1.205	R\$ 1.246	R\$ 1.286	R\$ 1.327	R\$ 1.367	R\$ 1.408	R\$ 1.448	R\$ 1.489	R\$ 1.529	R\$ 1.569	R\$ 1.609	R\$ 1.649	R\$ 1.689	R\$ 1.729	R\$ 1.769	
	Auxiliar Operacional	Calceteiro	GB	2	40	I	R\$ 983,5	R\$ 1.022	R\$ 1.062	R\$ 1.101	R\$ 1.140	R\$ 1.180	R\$ 1.219	R\$ 1.258	R\$ 1.298	R\$ 1.337	R\$ 1.376	R\$ 1.416	R\$ 1.455	R\$ 1.495	R\$ 1.535	R\$ 1.575	R\$ 1.615	R\$ 1.655	
	Auxiliar Operacional	Marteleteiro	GB	1		II	R\$ 1.052	R\$ 1.091	R\$ 1.131	R\$ 1.170	R\$ 1.209	R\$ 1.249	R\$ 1.288	R\$ 1.327	R\$ 1.367	R\$ 1.406	R\$ 1.445	R\$ 1.485	R\$ 1.525	R\$ 1.565	R\$ 1.605	R\$ 1.645	R\$ 1.685	R\$ 1.725	
3	Agente Operacional	Bombeiro	GB	4	40	I	R\$ 1.082	R\$ 1.115	R\$ 1.147	R\$ 1.180	R\$ 1.212	R\$ 1.245	R\$ 1.277	R\$ 1.310	R\$ 1.342	R\$ 1.375	R\$ 1.407	R\$ 1.440	R\$ 1.473	R\$ 1.505	R\$ 1.538	R\$ 1.571	R\$ 1.604	R\$ 1.637	
	Agente Operacional	Auxiliar de Trabalhos Manuais	GB	3	35	II	R\$ 1.051	R\$ 1.156	R\$ 1.062	R\$ 1.159	R\$ 1.068	R\$ 1.158	R\$ 1.069	R\$ 1.160	R\$ 1.071	R\$ 1.161	R\$ 1.072	R\$ 1.094	R\$ 1.127	R\$ 1.160	R\$ 1.193	R\$ 1.226	R\$ 1.259	R\$ 1.292	
	Agente Operacional	Auxiliar Comunitário	GO	3		I	R\$ 929,8	R\$ 967,0	R\$ 1.004	R\$ 1.041	R\$ 1.078	R\$ 1.115	R\$ 1.153	R\$ 1.190	R\$ 1.227	R\$ 1.264	R\$ 1.301	R\$ 1.338	R\$ 1.375	R\$ 1.412	R\$ 1.449	R\$ 1.486	R\$ 1.523	R\$ 1.560	
	Auxiliar de Operador de	Operador de	GO	1		II	R\$ 953,9	R\$ 1.012	R\$ 1.051	R\$ 1.090	R\$ 1.129	R\$ 1.168	R\$ 1.207	R\$ 1.246	R\$ 1.285	R\$ 1.324	R\$ 1.363	R\$ 1.402	R\$ 1.441	R\$ 1.480	R\$ 1.519	R\$ 1.558	R\$ 1.597	R\$ 1.636	

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 10

DECRETO Nº 5.883, DE 11 DE ABRIL DE 2014.

[illegible]

CLASSE	Cargo da LC 100	Função da LC 100	GOC	QTDE	CH	INTERSTÍCIOS E PERCENTUAIS	PADRÃO DE VENCIMENTO																	
							3 anos 4,0%	3 anos 4,0%	3 anos 4,0%	3 anos 4,0%	3 anos 4,0%	3 anos 4,0%	3 anos 4,0%	3 anos 4,0%	3 anos 4,0%	3 anos 4,0%	3 anos 4,0%	3 anos 4,0%	3 anos 4,0%	3 anos 4,0%	3 anos 4,0%	3 anos 4,0%		
							FAIXAS DE VENCIMENTO																	
5	Capataz	Capataz	GB	2	40	I	1.328, 82	1.442, 44	1.472, 72	1.510, 67	1.554, 65	1.594, 53	1.638, 42	1.680, 34	1.720, 26	1.760, 18	1.800, 10	1.840, 02	1.880, 00	1.920, 00	1.960, 00	2.000, 00		
	Mestre de Obras	Mestre de Obras	GB	3		II	1.443, 43	1.497, 97	1.551, 51	1.605, 51	1.659, 59	1.713, 00	1.766, 66	1.820, 80	1.874, 84	1.928, 81	1.982, 82	2.036, 82	2.090, 82	2.144, 82	2.198, 82	2.252, 82		
	Motorista Capataz	Motorista Capataz	GB	1																				
	Escriturário	Escriturário	GF	20		I	1.180, 24	1.237, 05	1.274, 35	1.321, 46	1.369, 67	1.416, 88	1.463, 09	1.510, 30	1.557, 51	1.605, 72	1.652, 93	1.700, 14	1.747, 35	1.795, 56	1.842, 77	1.890, 98		
	Coordenadora	Coordenadora	GF	4		II	1.870, 13	1.893, 83	1.920, 13	1.949, 43	1.978, 73	2.008, 03	2.038, 33	2.068, 63	2.098, 93	2.128, 23	2.158, 53	2.188, 83	2.218, 13	2.248, 43	2.278, 73	2.308, 03		
6	Coordenadora	Creche	GF	4	35		1.438, 38	1.471, 71	1.511, 11	1.556, 56	1.596, 96	1.637, 37	1.678, 78	1.719, 19	1.760, 59	1.801, 99	1.842, 39	1.883, 79	1.924, 19	1.965, 59	2.006, 99			
	Agente Administrativo	Técnico em Contabilidade	GF	1																				
	Auxiliar de	Auxiliar de	GO	18		I	1.593, 33	1.687, 87	1.720, 20	1.784, 53	1.848, 88	1.912, 22	1.975, 55	2.039, 89	2.103, 23	2.166, 56	2.230, 89	2.294, 24	2.358, 58	2.422, 92	2.486, 26			

fls. 11

[illegible][illegible]

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 12

DECRETO N° 5.883, DE 11 DE ABRIL DE 2014.

ANEXO IV

TABELA DE VENCIMENTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO
DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

NÍVEIS	VENCIMENTOS – R\$
1	6.255,68
2	2.783,20
3	2.254,86
4	1.912,98
5	1.571,11
6	1.384,68

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 13

DECRETO N° 5.883, DE 11 DE ABRIL DE 2014.

ANEXO V

TABELA DE VENCIMENTOS DOS CARGOS COMISSIONADOS
DE DIREÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR

CARGO	VENCIMENTOS – R\$
Diretor Escolar I	3.716,96
Diretor Escolar II	3.368,49
Diretor Escolar III	3.020,02
Diretor Adjunto	3.020,02

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 14

DECRETO Nº 5.883, DE 11 DE ABRIL DE 2014.

ANEXO VI

TABELA DE VENCIMENTOS DO QUADRO PERMANENTE
DE CARGOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

CARGOS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	CÓDIGO	VENCIMENTOS – R\$
Professor	10	10.12	580,80
	20		1.161,59
	30		1.742,38
	40		2.323,19
Especialista em Educação	20	11.12	1.161,59
	40		2.323,19

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 15

DECRETO Nº 5.883, DE 11 DE ABRIL DE 2014.

ANEXO VII

TABELA DE VENCIMENTOS DO QUADRO SUPLEMENTAR
DE CARGOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

CARGOS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	CÓDIGO	VENCIMENTOS – R\$
Professor	20	10.10	986,66
		10.11	1.056,62
		10.13	1.300,99
Professor	40	10.10	1.973,34
		10.13	2.601,98
Especialista em Educação	40	10.15	2.601,98

Obs.: os vencimentos para os cargos de Professor com cargas horárias de 10 e 30 horas semanais serão pagos proporcionalmente.

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 16

DECRETO N° 5.883, DE 11 DE ABRIL DE 2014.

ANEXO VIII

TABELA DE VENCIMENTOS DOS CARGOS DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF

CARGOS	VENCIMENTOS – R\$
Agente Comunitário de Saúde	842,03
Auxiliar de Enfermagem Comunitário	1.474,04
Enfermeiro Comunitário	3.359,81
Médico Comunitário – Clínico Geral	13.298,46
Odontólogo Comunitário	5.245,57
Técnico de Enfermagem Comunitário	1.474,04
Técnico em Higiene Bucal	936,50

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 17

DECRETO N° 5.883, DE 11 DE ABRIL DE 2014.

ANEXO IX

TABELA DE VENCIMENTOS DOS CARGOS DO
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU

NÍVEL	VENCIMENTOS – R\$
GOMS ₁	1.181,03
GSTS ₁	1.474,04

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 18

DECRETO Nº 5.883, DE 11 DE ABRIL DE 2014.

ANEXO X

TABELA DE VENCIMENTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO DA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA – FMC

NÍVEIS	VENCIMENTOS – R\$
2	2.783,20
3	2.254,86
4	1.912,98
5	1.571,11

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 19

DECRETO Nº 5.883, DE 11 DE ABRIL DE 2014.

ANEXO XI

TABELA DE VENCIMENTOS DO QUADRO PERMANENTE DE CARGOS DA FMC

CLASSE	DENOMINAÇÃO	GOC	QTDE	CH	INTERSTÍCIO PERCENTUAIS FAIXAS DE VENCIMENTO	PADRÃO DE VENCIMENTO											
						3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
						anos 4,0% R\$	anos 4,0% R\$	anos 4,0% R\$	anos 4,0% R\$	anos 4,0% R\$	anos 4,0% R\$	anos 4,0% R\$	anos 4,0% R\$	anos 4,0% R\$	anos 4,0% R\$	anos 4,0% R\$	anos 4,0% R\$
1	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	GO	2	40	I	950,99	975,72	1.008	1.045	1.085	1.135	1.185	1.238	1.295	1.357	1.425	1.497
					II	999,22	1.030	1.063	1.111	1.158	1.206	1.253	1.303	1.358	1.418	1.475	1.540
3	AUXILIAR DE BIBLIOTECA	GF	1	40	I	1.062	1.105	1.147	1.190	1.232	1.275	1.317	1.370	1.425	1.485	1.545	1.610
					II	1.137	1.179	1.222	1.264	1.307	1.349	1.392	1.434	1.477	1.521	1.562	1.604
4	MOTORISTA	GO	1	40	I	1.181	1.228	1.275	1.322	1.369	1.417	1.464	1.511	1.568	1.625	1.683	1.740
					II	1.263	1.310	1.358	1.405	1.452	1.499	1.547	1.594	1.641	1.688	1.735	1.783
5	TÉCNICO ARTÍSTICO I	GF	8	40	I	1.328	1.402	1.476	1.550	1.624	1.698	1.772	1.846	1.920	1.994	2.068	2.142
					II	1.433	1.497	1.561	1.625	1.689	1.753	1.817	1.881	1.945	2.009	2.073	2.137
6	TÉCNICO EM ILUMINAÇÃO CÊNICA	GT	2	40	I	1.540	1.593	1.646	1.699	1.752	1.805	1.858	1.911	1.964	2.017	2.070	2.123
					II	1.638	1.741	1.844	1.947	2.050	2.153	2.256	2.359	2.462	2.565	2.668	2.771
	AGENTE ADMINISTRATIVO	GF	1	35	I	1.353	1.387	1.421	1.455	1.488	1.522	1.556	1.590	1.624	1.658	1.692	1.726
					II	1.404	1.468	1.532	1.596	1.660	1.724	1.788	1.852	1.916	1.980	2.044	2.108
	TÉCNICO ARTÍSTICO II	GE	5	40	I	2.435	2.530	2.625	2.720	2.815	2.910	3.005	3.100	3.195	3.290	3.385	3.480
					II	2.674	2.814	2.955	3.095	3.235	3.375	3.515	3.655	3.795	3.935	4.075	4.215
8	MUSEÓLOGO	GE	1	40	I	1.982	2.081	2.180	2.279	2.378	2.477	2.576	2.675	2.774	2.873	2.972	3.071
					II	2.251	2.380	2.509	2.638	2.767	2.896	3.025	3.154	3.283	3.412	3.541	3.670
10	CONTADOR	GE	1	35	I	3.599	4.005	4.411	4.817	5.223	5.629	6.035	6.441	6.847	7.253	7.659	8.065
					II	3.933	4.395	4.857	5.319	5.781	6.243	6.705	7.167	7.629	8.091	8.553	9.015

fls. 20

[illegible]

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 21

DECRETO Nº 5.883, DE 11 DE ABRIL DE 2014.

ANEXO XII

TABELA DE VENCIMENTOS DO QUADRO SUPLEMENTAR DE CARGOS DA FMC

CLASSE	CARGO DA LC 216	GOC	QTDE	CH	INTERSTÍCIOS PERCENTUAIS	PADRÃO DE VENCIMENTO											
						3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
						anos 4,0%	anos 4,0%	anos 4,0%	anos 4,0%	anos 4,0%	anos 4,0%	anos 4,0%	anos 4,0%	anos 4,0%	anos 4,0%	anos 4,0%	anos 4,0%
3	AUXILIAR ARTÍSTICO	GO	2	40	FAIXAS DE VENCIMENTO	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
						R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
						I	1.181,03	1.228,27	1.275,51	1.320,27	1.369,99	1.417,23	1.464,47	1.511,71	1.558,96	1.606,20	1.653,44
					II	1.263,70	1.310,94	1.358,18	1.400,54	1.452,66	1.499,90	1.547,15	1.594,39	1.641,63	1.688,87	1.736,11	1.780,35

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 22

DECRETO N° 5.883, DE 11 DE ABRIL DE 2014.

ANEXO XIII

TABELA DE VENCIMENTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO
DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES – FMEC

NÍVEIS	VENCIMENTOS – R\$
2	2.783,20
3	2.254,86
4	1.912,98
5	1.571,11

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 23

DECRETO Nº 5.883, DE 11 DE ABRIL DE 2014.

ANEXO XIV

TABELA DE VENCIMENTOS DO QUADRO PERMANENTE DE CARGOS DA FMEC

CLASSE	DENOMINAÇÃO	GOC	QTDE	CH	INTERSTÍCIO PERCENTUAIS FAIXAS DE VENCIMENTO	PADRÃO DE VENCIMENTO											
						3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
						anos 4,0% R\$	anos 4,0% R\$	anos 4,0% R\$	anos 4,0% R\$	anos 4,0% R\$	anos 4,0% R\$	anos 4,0% R\$	anos 4,0% R\$	anos 4,0% R\$	anos 4,0% R\$	anos 4,0% R\$	anos 4,0% R\$
1	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	GO	5	40	I	933,90	971,25	1.008,61	1.045,96	1.083,32	1.120,68	1.158,03	1.195,39	1.232,74	1.270,10	1.307,45	1.344,81
					II	999,27	1.036,62	1.073,98	1.111,34	1.148,69	1.186,05	1.223,40	1.260,76	1.298,12	1.335,47	1.372,83	1.410,18
4	MOTORISTA	GO	1	40	I	1.181,03	1.228,27	1.275,51	1.322,75	1.369,99	1.417,23	1.464,47	1.511,71	1.558,96	1.606,20	1.653,44	1.700,68
					II	1.263,70	1.310,94	1.358,18	1.405,42	1.452,66	1.499,90	1.547,15	1.594,39	1.641,63	1.688,87	1.736,11	1.783,35
6	AGENTE ADMINISTRATIVO	GF	1	35	I	1.593,35	1.657,08	1.720,81	1.784,55	1.848,28	1.912,02	1.975,75	2.039,48	2.103,22	2.166,95	2.230,68	2.293,42
					II	1.704,88	1.768,61	1.832,35	1.896,08	1.959,82	2.023,55	2.087,28	2.151,02	2.214,75	2.278,48	2.342,22	2.405,95
8	TÉCNICO DESPORTIVO	GE	10	40	I	2.265,43	2.356,04	2.446,66	2.537,28	2.627,89	2.718,51	2.809,13	2.899,75	2.990,36	3.080,98	3.171,60	3.261,21
					II	2.424,01	2.514,62	2.605,24	2.695,86	2.786,47	2.877,09	2.967,71	3.058,33	3.148,94	3.239,56	3.330,18	3.420,79
10	CONTADOR	GE	1	35	I	3.909,53	4.065,91	4.222,29	4.378,67	4.535,05	4.691,43	4.847,81	5.004,19	5.160,57	5.316,95	5.473,34	5.629,72

fls. 24

[illegible]

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 25

DECRETO N° 5.883, DE 11 DE ABRIL DE 2014.

ANEXO XV

TABELA DE VENCIMENTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO DA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – FUMDEMA

NÍVEIS	VENCIMENTOS – R\$
2	2.589,02
3	2.097,55

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 26

DECRETO Nº 5.883, DE 11 DE ABRIL DE 2014.

ANEXO XVI

TABELA DE VENCIMENTOS DO QUADRO PERMANENTE DE CARGOS DA FUMIDEMA

CLASSE	DENOMINAÇÃO	GOC	QTDE	CH	INTERSTÍCIOS PERCENTUAIS FAIXAS DE VENCIMENTO	PADRÃO DE VENCIMENTO											
						3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
						anos 4,0% R\$	anos 4,0% R\$	anos 4,0% R\$	anos 4,0% R\$	anos 4,0% R\$	anos 4,0% R\$	anos 4,0% R\$	anos 4,0% R\$	anos 4,0% R\$	anos 4,0% R\$	anos 4,0% R\$	anos 4,0% R\$
1	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	GO	1	40	I	933,90	971,25	1.008,61	1.045,96	1.083,32	1.120,68	1.158,03	1.195,39	1.232,74	1.270,10	1.307,45	1.344,81
					II	999,27	1.036,62	1.073,98	1.111,34	1.148,69	1.186,05	1.223,40	1.260,76	1.298,12	1.335,47	1.372,83	1.410,18
4	MOTORISTA	GO	1	40	I	1.181,03	1.228,27	1.275,51	1.322,75	1.369,99	1.417,23	1.464,47	1.511,71	1.558,96	1.606,20	1.653,44	1.700,68
					II	1.263,70	1.310,94	1.358,18	1.405,42	1.452,66	1.499,90	1.547,15	1.594,39	1.641,63	1.688,87	1.736,11	1.783,35
6	AGENTE ADMINISTRATIVO	GF	1	35	I	1.593,35	1.657,08	1.720,81	1.784,55	1.848,28	1.912,02	1.975,75	2.039,48	2.103,22	2.166,95	2.230,68	2.294,42
					II	1.704,88	1.768,61	1.832,35	1.896,08	1.959,82	2.023,55	2.087,28	2.151,02	2.214,75	2.278,48	2.342,22	2.406,95
9	BIÓLOGO	GE	1	35	I	2.376,36	2.471,42	2.566,47	2.661,53	2.756,58	2.851,63	2.946,69	3.041,74	3.136,80	3.231,85	3.326,91	3.422,96
					II	2.542,71	2.637,76	2.732,82	2.827,87	2.922,93	3.017,98	3.113,03	3.208,09	3.303,14	3.398,20	3.493,25	3.589,31
10	CONTADOR	GE	1	35	I	3.909,53	4.065,91	4.222,29	4.378,67	4.535,05	4.691,43	4.847,81	5.004,19	5.160,57	5.316,95	5.473,34	5.629,72

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 27

DECRETO Nº 5.883, DE 11 DE ABRIL DE 2014.

ENGENHEIRO	2	II	4.183	4.339	4.495	4.652,	4.808,	4.965,	5.121	5.277	5.434	5.590	5.747	5.90
			,19	,57	,95	33	72	10	,48	,86	,24	,62	,00	3,38
			5.249	5.458	5.668	5.878,	6.088,	6.298,	6.508	6.718	6.928	7.138	7.348	7.55
		I	,00	,96	,92	88	84	80	,76	,72	,68	,64	,60	8,56
			5.616	5.826	6.036	6.246,	6.456,	6.666,	6.876	7.086	7.296	7.506	7.716	7.92
			,43	,39	,35	31	27	23	,19	,15	,11	,07	,03	5,99

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 28

DECRETO Nº 5.883, DE 11 DE ABRIL DE 2014.

ANEXO XVII

TABELA DE VENCIMENTO DO CARGO EM COMISSÃO DO INSTITUTO
DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

NÍVEL	VENCIMENTO – R\$
2	2.783,20

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 29

DECRETO Nº 5.883, DE 11 DE ABRIL DE 2014.

ANEXO XVIII

TABELA DE VENCIMENTOS DO QUADRO PERMANENTE DE CARGOS DO IPRECON

CLASSE	DENOMINAÇÃO	GO C	QTDE	CH	INTERSTÍCIO PERCENTUAIS FAIXAS DE VENCIMENTO	PADRÃO DE VENCIMENTO											
						3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
						anos 4,0% R\$	anos 4,0% R\$	anos 4,0% R\$	anos 4,0% R\$	anos 4,0% R\$	anos 4,0% R\$	anos 4,0% R\$	anos 4,0% R\$	anos 4,0% R\$	anos 4,0% R\$	anos 4,0% R\$	anos 4,0% R\$
1	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	GO	1	40	I	933,9 0	971,2 5	1.008 ,61	1.045 ,96	1.083, 32	1.120, 68	1.158, 03	1.195 ,39	1.232 ,74	1.270 ,10	1.307 ,45	1.34 4,81
					II	999,2 7	1.036 ,62	1.073 ,98	1.111 ,34	1.148, 69	1.186, 05	1.223, 40	1.260 ,76	1.298 ,12	1.335 ,47	1.372 ,83	1.41 0,18
4	MOTORISTA	GO	1	40	I	1.181 ,03	1.228 ,27	1.275 ,51	1.322 ,75	1.369, 99	1.417, 23	1.464, 47	1.511 ,71	1.558 ,96	1.606 ,20	1.653 ,44	1.70 0,68
					II	1.263 ,70	1.310 ,94	1.358 ,18	1.405 ,42	1.452, 66	1.499, 90	1.547, 15	1.594 ,39	1.641 ,63	1.688 ,87	1.736 ,11	1.78 3,35
6	AGENTE ADMINISTRATIVO	GF	1	35	I	1.593 ,35	1.657 ,08	1.720 ,81	1.784 ,55	1.848, 28	1.912, 02	1.975, 75	2.039 ,48	2.103 ,22	2.166 ,95	2.230 ,68	2.29 4,42
					II	1.704 ,88	1.768 ,61	1.832 ,35	1.896 ,08	1.959, 82	2.023, 55	2.087, 28	2.151 ,02	2.214 ,75	2.278 ,48	2.342 ,22	2.40 5,95
9	ADMINISTRADOR	GE	1	35	I	2.376 ,36	2.471 ,42	2.566 ,47	2.661 ,53	2.756, 58	2.851, 63	2.946, 69	3.041 ,74	3.136 ,80	3.231 ,85	3.326 ,91	3.42 1,96
					II	2.542 ,71	2.637 ,76	2.732 ,82	2.827 ,87	2.922, 93	3.017, 98	3.113, 03	3.208 ,09	3.303 ,14	3.398 ,20	3.493 ,25	3.58 8,31
10	CONTADOR	GE	1	35	I	3.909 ,53	4.065 ,91	4.222 ,29	4.378 ,67	4.535, 05	4.691, 43	4.847, 81	5.004 ,19	5.160 ,57	5.316 ,95	5.473 ,34	5.62 9,72

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 30

DECRETO Nº 5.883, DE 11 DE ABRIL DE 2014.

	PROCURADOR	GE	1	35	II	4.183,19	4.339,57	4.495,95	4.652,33	4.808,72	4.965,10	5.121,48	5.277,86	5.434,24	5.590,62	5.747,00	5.903,38
--	------------	----	---	----	----	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------

Legenda:

- I – Grupo Ocupacional Especialista – GE;
- II – Grupo Ocupacional Técnico – GT;
- III – Grupo Ocupacional Funcional – GF;
- IV – Grupo Ocupacional Operacional – GO;
- V – Grupo Ocupacional Base – GB.

Decreto Nº 5.884

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.884, DE 15 DE ABRIL DE 2014.

Concede cesta alimentação e peru a servidores municipais.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto nos arts. 6º e 7º da Lei Complementar nº 668, de 11 de abril de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida cesta alimentação, nos seguintes termos:

I - aos servidores ativos, nos meses de maio, julho, setembro e novembro de 2014, e fevereiro de 2015;

II - aos servidores inativos e pensionistas do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, nos meses de maio, julho, setembro e novembro de 2014, janeiro e março de 2015.

Art. 2º A cesta alimentação será composta pelos seguintes itens:

I - 5 kg de arroz parboilizado;

II - 5 kg de açúcar cristal;

III - 5 kg de farinha de trigo especial;

IV - 2 kg de feijão preto;

V - 2 kg de fubá;

VI - 2 kg de macarrão com ovos;

VII - 2 latas de óleo de soja, com 900 ml cada;

VIII - 4 litros de leite longa vida.

Art. 3º Fica concedido, no mês de dezembro de 2014, para os servidores integrantes dos Quadros de Pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, Administração Direta e Indireta, ativos, inativos e pensionistas do IPRECON, 1 (um) peru temperado, com peso mínimo de 3,8 kg (três quilos e oitocentos gramas).

Art. 4º A concessão da cesta alimentação e do peru será mediante "Vale", entregue pela Diretoria de Recursos Humanos e retirados na empresa vencedora do processo licitatório.

Art. 5º Os recursos necessários à execução deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento geral do Município.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de abril de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 43/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 43/2014

O Secretário Municipal de Transportes torna público que ratificou o ato do Senhor Vaneí Luiz Melchior, Diretor de Transportes, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 02 de maio de 2014, para seguros obrigatórios e taxas de licenciamentos para veículos automotores, para exercício de 2014, a favor da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, no valor total estimado de R\$ 3.294,83 (três mil duzentos e noventa e quatro reais e oitenta e três centavos).

ANTONIO COLUSSI

Secretário Municipal de Transportes

Edital de Concorrência Nº 3/2014 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 3/2014 - PMC

Objeto: Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), pavimentação asfáltica de diversas ruas deste município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto Básico, constantes no Anexo "D" do Edital.

Tipo: Menor Preço Por Lote.

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 05/06/2014.

Abertura: dia 05/06/2014, às 14h00min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 02 de maio de 2014.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Edital de Concorrência Nº 4/2014 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 4/2014 - PMC

Objeto: Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), de duplicação da Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, localizada neste Município, com recursos oriundos do Convênio nº 800158/2013, através do Processo nº 1013907-59/2013, celebrado com a Caixa Econômica Federal/ Ministério das Cidades e contrapartida municipal, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto Básico, constantes no Anexo "D" do Edital.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até as 08h30min do dia 05/06/2014.

Abertura: dia 05/06/2014, às 09h00min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.

br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 02 de maio de 2014.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 16/2014- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2014- PMC

Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: Contratação de empresa em regime de empreitada, por preço máximo unitário (material e mão-de-obra), para o fornecimento e instalação de divisórias leves, no imóvel locado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, adequando os espaços internos em seu novo endereço, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 16/05/2014.

Abertura: dia 16/05/2014, às 15h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 2 de maio de 2014.

Lauri Garbossa

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social

Cidadania e Habitação

Extrato do Resultado da Sessão de Classificação - Tomada de Preços Nº 3/2014 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2014 - PMC

Objeto: Contratação de empresa especializada para realização de serviços para levantamento topográfico e desmembramento de áreas, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de classificação da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: a licitante TMK ENGENHARIA EIRELI-ME, sagrou-se vencedora com o menor valor Global de R\$ 29.998,00 (vinte e nove mil e novecentos e noventa e oito reais). Ficando a licitante PFG POÇOS ARTESIANOS LTDA, na segunda colocação com o valor Global de R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais). O preço cotado pela licitante vencedora é inferior ao preço máximo estipulado no item 9.1 do Edital. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, que será no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina -DOM/SC(www.domsc.org.br).

diariomunicipal.sc.gov.br) a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a qualquer das proponentes que se sinta prejudicada, para interposição de recurso.

Concórdia, SC, 05 de maio de 2014.

MAURO FRIGO

Presidente da C.P.L em Exercício

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 15/2014- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2014- PMC

Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, para a execução, em regime de empreita por preço unitário (material, mão de obra e equipamentos), recapeamento asfáltico de diversas vias do Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 16/05/2014.

Abertura: dia 19/05/2014, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 05 de maio de 2014.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Rescisão de Contrato E Aplicação de Sanções - Treviso E Penteado - Assessoria Em Gestão Pública E Projetos Técnicos Ltda.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

RESCISÃO DE CONTRATO E APLICAÇÃO DE SANÇÕES

Processo Licitatório nº 8/2014

Tomada de Preços nº 1/2014

Contrato nº 44/2014

Contratada: TREVISÓ E PENTEADO - ASSESSORIA EM GESTÃO PÚBLICA E PROJETOS TÉCNICOS LTDA.

APLICA-SE à empresa TREVISÓ E PENTEADO - ASSESSORIA EM GESTÃO PÚBLICA E PROJETOS TÉCNICOS LTDA, com sede na Travessa João Paulo II, 178, Centro, Ivaí, PR, inscrita CNPJ sob nº 17.559.224/0001-01, neste ato representada pelo proprietário, senhor Clayton Rodrigo Trevisó, portador da Cédula de Identidade nº 7.745.090-4 e inscrito CPF sob nº 047.865.849-40, pelo inadimplemento contratual, a sanção de:

-Rescindir Unilateralmente o Contrato nº 44/2014 firmado com a empresa TREVISÓ E PENTEADO - ASSESSORIA EM GESTÃO PÚBLICA E PROJETOS TÉCNICOS LTDA, conforme previsão contida na Cláusula Oitava do referido Contrato c/c os arts. 77, 78 I, II e III, e 79, I, da Lei Federal nº 8.666/1993;

-Multar pela obrigação não cumprida, no valor de R\$ 2.783,40 (dois mil, setecentos e oitenta e três reais e quarenta centavos), referente a 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor da parte não

cumprida, conforme prevê o subitem 9.1.2, da Cláusula Nona do Contrato, c/c o art. 87, II, da Lei Federal nº 8.666/1993;

- Declarar a empresa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, pelo prazo de 2(dois) anos a contar desta data, conforme subitem 9.7.1, da Cláusula Nona do Contrato, c/c art. o 87, III, da Lei Federal nº 8.666/1993;

Fica igualmente a empresa TREVISÓ E PENTEADO - ASSESSORIA EM GESTÃO PÚBLICA E PROJETOS TÉCNICOS LTDA, cientificada que poderá apresentar recurso, no prazo de 5(cinco) dias úteis, nos termos do § 3º inciso III do art. 87, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, sem efeito suspensivo.

Concórdia, SC, 05 de maio de 2014.

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do FMS

Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 11/2014 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2014 - FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde, SC, torna público que ratificou o ato do Senhor Vilson Anivo Haefliger, Diretor Administrativo do Fundo Municipal de Saúde, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25 CAPUT da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 02 de maio de 2014, para pagamento de despesas com moradia e alimentação de acordo com a Lei 4.643, de 11 de abril de 2014 para o Programa Mais Médicos, a favor de IDAIRIS ESPINOSA MIRANDA, DIANA PINEDA INFANTE, LEONOR VENERO ROGRIGUES, ENNIS GONZALES CARRAZANA e GERMANA LIEN GIRAUD, no valor estimado de R\$ 73.680,00 (setenta e três mil, seiscentos e oitenta reais).

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL

Extrato de Contrato Nº 9

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 09/2014 - CVC

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA

CONTRATADA: INVIOSAT SEGURANÇA LTDA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA HUMANA PARA AS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA.

VALOR TOTAL: R\$ 35.384,16 (trinta e cinco mil, trezentos e oitenta e quatro reais e dezesseis centavos)

CÓDIGO DO RECURSO E FONTE: 01.0101.01.031.0001.2001.33 903703

DATA DA ASSINATURA: 06.05.2014

DATA DE VENCIMENTO: 05.05.2015

FORO: Comarca de Concórdia SC

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Decreto N 234/2014

DECRETO Nº234 /2014, DE 30 DE ABRIL DE 2014
"NOMEIA ASSISTENTE TÉCNICO DE SECRETARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70, II da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado a partir de 02/05/2014 o Sr. JOÃO LEMES DE MORAIS, para exercer o cargo de Assistente Técnico de Secretaria ficando lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, com carga horária integral.

Art. 2º O Servidor nomeado pelo presente, sujeitar-se-á ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal - LC nº 18/2001, ao Plano de Cargos e Salários - LC nº 93/2013 e alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 30 de abril de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Coronel Freitas

PREFEITURA

Publicação de Contratos

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato Nº 45/2014

Contratado: CHAPECÓ COMÉRCIO DE PEÇAS E MÁQUINAS LTDA

Objeto: CONCERTO DO TRATOR JOHN DEERE

Valor: R\$ 9.196,00

Vigência: 31/12/2014

Publicação de Aditivos

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Termo Aditivo Nº 01/2014 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 44/2013

Contratado: FABIO DA ROSA RAMINELLI ME

Objeto: Cláusula Primeira: Fica alterada a Sub-Cláusula Décima Segunda - Dos Prazos e Suas Prorrogações do Termo de Credenciamento nº 44/2013, prorrogando-se o termo final de vigência para 28/02/2015, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações

Vigência: 28/02/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Termo Aditivo Nº 02/2014 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 46/2013

Contratado: QUALILAB LABORATÓRIO LTDA

Objeto: Cláusula Primeira: Fica alterada a Sub-Cláusula Décima Segunda - Dos Prazos e Suas Prorrogações do Termo de Credenciamento nº 46/2013, prorrogando-se o termo final de vigência para 28/02/2015, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações.

Vigência: 28/02/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Termo Aditivo Nº 03/2014 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 45/2013

Contratado: ADALBERTO CIARINI ME

Objeto: Cláusula Primeira: Fica alterada a Sub-Cláusula Décima Segunda - Dos Prazos e Suas Prorrogações do Termo de Credenciamento nº 45/2013, prorrogando-se o termo final de vigência para 28/02/2015, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações

Vigência: 28/02/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

8º Termo Aditivo/Supresivo nº 04/2014 ao contrato nº 95/2011

Contratado: TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA

Objeto: Cláusula Primeira: Fica alterada a Cláusula Terceira - A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelo objeto o preço proposto de R\$ 1.423.314,88 (Um milhão, quatrocentos e vinte e três mil, trezentos e quatorze reais, oitenta e oito centavos), ficando suprimido o valor de R\$ 65.749,60 (Sessenta e cinco mil, setecentos e quarenta e nove reais, sessenta centavos) do contrato Nº 95/2011

Valor: R\$ 1.357.565,28 (Um Milhão, trezentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e vinte e oito centavos)

Vigência: 30/08/2014

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Termo Aditivo Nº 05/2014 AO CONTRATO Nº 145/2013

Contratado: PUBLICA ENGENHARIA E GESTÃO DE CONVÊNIOS LTDA

Objeto: Fica alterada a Cláusula Quinta - Dos Prazos e Suas Prorrogações do Contrato nº 145/2013, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 31/06/2014, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações
Vigência: 31/06/2014

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Termo Aditivo Nº 06/2014 AO CONTRATO Nº 113/2012

Contratado: SANTOS MONITORAMENTO LTDA

Objeto: Fica alterada a Cláusula Quinta - Dos Prazos e Suas Prorrogações do Contrato nº 113/2012, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 31/12/2014, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações

Vigência: 31/12/2014

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

4º TERMO ADITIVO/SUPRESSIVO N º 07/2014 AO CONTRATO 95/2012

Contratado: TRANSPORTES SÃO MARCOS LTDA ME

Objeto: Cláusula Primeira: Fica alterada a Cláusula Terceira - "3.1. A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelo objeto o preço proposto de R\$ 119.715,79 (Cento e dezenove mil e setecentos e quinze reais e setenta e nove centavos), ficando suprimido o valor de R\$ 5.258,22 (cinco mil duzentos e cinquenta e oito reais e vinte e dois centavos) do contrato Nº 95/2012.

Valor: R\$ 114.457,57 (cento e quatorze mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e sete centavos)

Vigência: 28/02/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Termo Aditivo Nº 08/2014 AO CONTRATO Nº 43/2014

Contratado: CHAPECÓ COMÉRCIO DE PEÇAS E MÁQUINAS LTDA

Objeto: Cláusula Primeira - do aditivo, itens e valores a serem aditados: Fica aditada na Cláusula terceira do contrato 43/2014, o valor de R\$ 6.575,00 (Seis mil quinhentos e setenta e cinco reais)
Valor: R\$ 32.875,00 (trinta e dois mil e oitocentos e setenta e cinco reais)

Vigência: 31/12/2014

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Termo Aditivo Nº 09/2014 AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº. 03/2014

Contratado: VILMO DANIELLI

Objeto: Fica alterada a Cláusula Quarta - Dos Prazos e Suas Prorrogações do Contrato de locação nº 03/2014, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 31/07/2014, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações.

Vigência: 31/07/2014

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Termo Aditivo nº 10/2014 ao contrato de locação nº. 02/2014

Contratado: TRANQUILO JOSÉ ZANETTE

Objeto: Fica alterada a Cláusula Quarta - Dos Prazos e Suas Prorrogações do Contrato de locação nº 02/2014, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 31/07/2014, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações.

Vigência: 31/07/2014

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Termo Aditivo nº 11/2014 ao contrato de locação nº. 04/2014

Contratado: THEREZINHA BATISTELA ZANARDI

Objeto: Fica alterada a Cláusula Quarta - Dos Prazos e Suas Prorrogações do Contrato de locação nº 04/2014, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 31/07/2014, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações.

Vigência: 31/07/2014

Errata Pregão R.P 16/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

ERRATA

PREGÃO PRESENCIAL R.P Nº 16/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS.

Alteração dos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 e 11 para o atendimento das necessidades do Município, foram feitas alteração nos Anexos D do Edital:

Em consequência das alterações efetuadas, ficam alterados a data e o horário para o recebimento das credenciais, propostas e documentação. A nova data de abertura dar-se-á até as 08h30min do dia 16 de Maio de 2014, na SALA DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS, sito à Avenida Santa Catarina, 1022 - Centro - Coronel Freitas - SC

Coronel Freitas - SC, 05 de Maio de 2014

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

Lei Complementar Nº. 040 de 29 de Abril de 2014.

LEI COMPLEMENTAR Nº. 040 DE 29 DE ABRIL DE 2014.

Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Coronel Martins.

TÍTULO I

CAPÍTULO ÚNICO

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei Complementar dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração direta e indireta dos Poderes Executivo e Legislativo, do Município de Coronel Martins.

Parágrafo único. O disposto neste Estatuto aplica-se, inclusive, aos membros do magistério público municipal, respeitadas as exceções expressamente previstas em função do Plano de Carreira e de Remuneração específico da referida categoria.

Art. 2º Para efeitos desta Lei Complementar, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público.

Art. 3º É proibido o exercício gratuito de cargo público, exceto o trabalho voluntário nos termos da Lei Federal nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

Art. 4º Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.

Parágrafo único. As atribuições gerais e específicas de cada cargo ou emprego público serão fixados em legislação específica.

Art. 5º Os cargos públicos têm denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.

Parágrafo único. Os cargos públicos, segundo a sua natureza, podem ser:

I - de provimento efetivo: são aqueles de recrutamento amplo, cujos titulares são selecionados, exclusivamente, mediante concurso público, de provas ou de provas e títulos, identificadores de funções de caráter técnico ou de apoio;

II - de provimento em comissão: são declarados em Lei de livre nomeação e exoneração por ato do Chefe do Poder Executivo, identificadores de funções de direção, chefia e assessoramento.

Art. 6º Função pública é a relação subordinativa e vinculante que se estabelece entre os agentes públicos e o Município, e que visa operacionalizar os resultados relativos aos interesses e demandas da sociedade.

Parágrafo único. As funções públicas, segundo a sua natureza, podem ser:

I - de confiança, conforme disposição de lei específica;

II - técnicas, aquelas que se referem às ações de caráter instrumental, necessárias à habilitação do processo decisório;

III - de apoio, aquelas que se prestam à instrumentalização das demais funções do aparelho de serviços do Município.

TÍTULO II

DO CONCURSO PÚBLICO, DO PROVIMENTO, DA VACÂNCIA, DA REDISTRIBUIÇÃO, DA REMOÇÃO, DA SUBSTITUIÇÃO E DA JORNADA DE TRABALHO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 7º São requisitos básicos para ingresso no serviço público municipal:

I - ser brasileiro nato ou naturalizado;

II - pleno gozo de direitos políticos;

III - quitação das obrigações eleitorais e das militares quando for o caso;

IV - aptidão física e mental, atestada por perito oficial do Município;

V - habilitação e escolaridade exigidas por Lei para exercício do cargo;

VI - idade mínima de 18 anos na data da posse;

VII - não ter sofrido penalidade disciplinar no exercício de cargo, emprego ou função pública de quaisquer dos Poderes da União, Estados ou Municípios, nos cinco anos anteriores ao ingresso.

Parágrafo único. As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos, os quais deverão estar estabelecidos em Lei.

CAPÍTULO II

DO CONCURSO PÚBLICO

Art. 8º O concurso respeitará a natureza e a complexidade do cargo, podendo ser realizado em etapas, conforme dispuser o respectivo Edital.

§ 1º A inscrição do candidato está condicionada ao pagamento do valor fixado pelo edital, ressalvadas as hipóteses de isenção nele expressamente previstas.

§ 2º Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscreverem em concurso público para provimento de cargo, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, nos termos do edital do concurso.

§ 3º Nos casos em que couber, será de 5% (cinco) por cento do total das vagas oferecidas em concurso, a reserva de vagas para as pessoas de que trata o § 2º deste artigo.

Art. 9º O concurso público terá validade de até dois anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

§ 1º O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados em edital, que será amplamente divulgado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e, ao menos, em um jornal de circulação regional.

§ 2º Durante o prazo improrrogável previsto no edital de

convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos serão convocados com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo na carreira.

CAPÍTULO III

DO PROVIMENTO

Art. 10. O provimento do cargo público se formaliza por ato do Chefe do Poder Executivo, do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, do Presidente de Autarquia ou de Fundação Pública, quando for o caso.

Art. 11. A investidura em cargo público ocorrerá com a posse.

Art. 12. São formas de provimento de cargo público:

I - nomeação;

II - transferência;

III - reintegração;

IV - readaptação;

V - recondução;

VI - reversão;

VII - aproveitamento.

Seção I

Da nomeação

Art. 13. A nomeação precederá a posse e far-se-á:

I - em caráter efetivo, quando se tratar de cargo de provimento efetivo;

II - em comissão, para cargos de livre nomeação e exoneração por parte do respectivo Chefe dos Poderes Executivo e Legislativo, bem como do dirigente superior de Autarquia ou de Fundação Pública.

Art. 14. Os demais requisitos para o ingresso serão estabelecidos pela Lei que criar os respectivos cargos.

Subseção I

Da posse

Art. 15. A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo.

§ 1º A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato de nomeação, podendo ser prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado e aquiescência da Administração Pública.

§ 2º Em se tratando de posse em novo cargo, de servidor público efetivo municipal estadual ou federal, admitir-se-á a ampliação do prazo de que trata o § 1º deste artigo, condicionada a requerimento e, contada:

I - do término das seguintes licenças:

a) para tratamento da própria saúde;

b) por motivo de doença em pessoa da família;

c) em razão de gestação, adoção ou paternidade;

d) incorporação às Forças Armadas para o serviço militar obrigatório ou, ainda, quando convocado pelas Forças Armadas;

e) para o exercício de mandato eletivo.

II - do término dos seguintes afastamentos:

a) para atender convocação da Justiça Eleitoral, durante período eletivo;

b) para servir ao Tribunal do Júri.

III - do término da fruição das férias.

§ 3º No ato da posse, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, bem como do recebimento de proventos de aposentadoria e sua origem.

§ 4º Tornar-se-á sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer nos prazos previstos neste artigo.

Art. 16. A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica que ateste a aptidão, física e mental, para o exercício do cargo, realizada por perito oficial do Município, à vista de exames complementares definidos em Regulamento ou no próprio Edital de Concurso Público.

Parágrafo único. Somente poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo.

Subseção II

Do exercício

Art. 17. Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo e deve ter início no mesmo dia da posse do servidor.

Art. 18. O início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor.

Parágrafo único. Ao entrar em exercício o servidor deverá apresentar os elementos necessários ao seu assentamento individual.

Art. 19. O servidor em exercício em outro Município, em razão de haver sido cedido, terá o prazo estipulado pela Administração Pública, não podendo exceder a 05 (cinco) dias, contados da publicação do ato, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo ou da função gratificada, incluído, nesse prazo, o tempo necessário ao deslocamento para a nova sede.

§ 1º Na hipótese de o servidor encontrar-se em licença ou afastado legalmente, o prazo a que se refere este artigo, será contado a partir do término do impedimento.

§ 2º É facultado ao servidor declinar do prazo estabelecido no caput.

Art. 20. O exercício fora da lotação pode ocorrer quando o servidor:

I - exercer cargo de provimento em comissão na administração federal, estadual e municipal, inclusive suas fundações e autarquias;

II - atender convocação do serviço militar;

III - exercer outras atividades do serviço público municipal devidamente regulamentada;

IV - candidatar-se a mandato eletivo;

V - realizar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento na área de atuação, atendendo necessidades da administração municipal;

VI - atender imperativo de convênio;

VII - representar o Município, o Estado ou o País em competições desportivas oficiais;

VIII - participar de missão de estudo, quando atender necessidades da administração municipal;

IX - nos casos de cedência.

Parágrafo único. O afastamento do exercício será por prazo determinado e sem perda de direitos do servidor, desde que ocupante de cargo de carreira.

Art. 21. O servidor deve ser afastado do exercício de seu cargo, sem vencimentos, até decisão final transitada em julgado, quando preso preventivamente, pronunciado por crime comum, denunciado por crime funcional ou condenado por crime inafiançável, em processo no qual não haja pronúncia.

Seção II

Da lotação

Art. 22. A lotação pessoal do servidor é identificada nos atos de nomeação, movimentação ou desenvolvimento funcional, reversão e reintegração, ou em ato posterior, baixado pela autoridade nomeante.

Parágrafo único. Todo o servidor terá uma lotação específica, correspondente ao cargo e ao local de trabalho, e seu afastamento ou mudança da lotação só ocorre mediante ato da autoridade competente, no interesse do serviço público.

Art. 23. O Chefe do Poder Executivo baixará as normas complementares necessárias à fixação da lotação e do local de trabalho nos órgãos da administração municipal.

Seção III

Do estágio probatório

Art. 24. Ao entrar em exercício, como condição essencial para a aquisição da estabilidade, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de três anos, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objetos de avaliação especial de desempenho, por comissão instituída para essa finalidade, observando-se os seguintes fatores e critérios:

I - assiduidade e pontualidade, avaliando-se a frequência, a pontualidade e a permanência no local de trabalho, inclusive no que se refere às saídas antecipadas do servidor;

II - produtividade, avaliando-se o volume de trabalho exercido, normalmente, pelo servidor;

III - responsabilidade, avaliando-se a maneira como o servidor dedica-se ao trabalho, o cumprimento dos prazos, ordem e determinações hierárquicas, a observância e o respeito às leis e

regulamentos, bem como a fiscalização necessária para se obter os resultados desejados;

IV - disciplina, avaliando-se o cumprimento ou não, pelo servidor, das determinações e ordens superiores, bem como das atribuições do respectivo cargo, constantes da lei;

V - idoneidade moral, avaliando-se a capacidade, a seriedade, a honestidade, a credibilidade e aptidão do servidor no desempenho de sua função e atribuições que lhe são conferidas;

VI - dedicação ao serviço público, avaliando-se o empenho, a ordem e o esmero do servidor em relação ao serviço público que desempenha;

VII - cooperação, avaliando-se a vontade de cooperar e a atitude em relação aos colegas de trabalho e a chefia imediata;

VIII - capacidade de iniciativa, avaliando-se o bom senso do servidor nas suas decisões, na ausência de instruções detalhadas ou em situações inesperadas;

IX - organização e planejamento, avaliando-se a organização, o planejamento e limpeza no local de trabalho do servidor;

X - qualidade, avaliação da frequência de erros do servidor, bem como a ordem e apresentação que caracterizam o seu trabalho;

XI - conhecimento do trabalho, avaliando o desempenho e o grau de conhecimento do servidor em relação ao cargo e função que exerce;

XII - apresentação pessoal, onde será avaliada a higiene pessoal do servidor no local de trabalho.

§ 1º A avaliação de que trata o caput deste artigo, dar-se-á em etapas autônomas entre si, que ocorrerão a cada seis meses, até o fim do estágio probatório, por Comissão constituída especialmente para esta finalidade.

§ 2º O servidor que, atendidos os critérios da avaliação especial de desempenho, nos termos em que dispuser o regulamento, não obtiver média aritmética final igual ou superior a 06 (seis), será considerado reprovado e exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado.

§ 3º O servidor em estágio probatório poderá ocupar cargos de provimento em comissão ou exercer função de confiança em qualquer órgão ou unidade da Administração Pública.

§ 4º Ao servidor em estágio probatório somente poderão ser concedidas (os):

I - as licenças:

a) para tratamento da própria saúde;

b) por motivo de doença em pessoa da família;

c) em razão de gestação, adoção ou paternidade;

d) para incorporação às Forças Armadas para o serviço militar obrigatório ou, ainda, quando convocado pelas Forças Armadas;

e) para concorrer a mandato eletivo.

II - os afastamentos para:

a) exercício de cargo em comissão junto a entidades da administração pública municipal ou junto a entidades da administração

pública direta ou indireta estadual ou federal;

b) o exercício de mandato eletivo de qualquer das Unidades da Federação;

c) atender convocação da Justiça Eleitoral, durante período eletivo;

d) servir ao Tribunal do Júri;

e) participar em programa de treinamento regularmente instituído, mesmo que implique em estudo no exterior;

III - férias.

§ 5º O estágio probatório ficará suspenso durante o exercício de cargo comissionado e durante as licenças previstas nas alíneas a, b, d e e do inciso I e alíneas a e b do inciso II, do § 4º deste artigo, sempre que o afastamento ultrapassar trinta dias e se der pela integralidade da jornada, sendo retomado a partir do término do impedimento.

Art. 25. A verificação das condições mencionados no artigo anterior será efetuada pelo Chefe imediato do servidor, que deverá encaminhá-la ao órgão de pessoal, sob pena de responsabilidade.

Parágrafo único. De posse das informações, o órgão de pessoal deve emitir parecer conclusivo acerca da situação apresentada, encaminhando as informações pertinentes à Comissão Avaliadora.

Art. 26. O servidor público municipal, em estágio probatório, terá vistas das fichas de acompanhamento de desempenho, semestralmente e, em caso de conclusão pela demissão, terá vistas no local de trabalho para que se manifeste por escrito em 10 (dez) dias.

Parágrafo único. O órgão de pessoal deve encaminhar, imediatamente, o parecer e a defesa ao Chefe do Poder Executivo Municipal, que decidirá sobre a exoneração ou permanência do servidor, esgotando-se as vias administrativas.

Art. 27. O servidor não aprovado em estágio probatório é exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, observando-se as regras dispostas acerca da Recondução.

Art. 28. O Chefe do Poder Executivo baixará os atos necessários à regulamentação do estágio probatório.

Seção IV

Da estabilidade

Art. 29. O servidor nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público adquire estabilidade após três (03) anos de efetivo exercício no cargo e após a aprovação no estágio probatório.

§ 1º O servidor estável só perderá o cargo:

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei, assegurada ampla defesa.

§ 2º São estáveis no serviço público os servidores que se encontram na situação prescrita no art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.

Seção V

Da readaptação

Art. 30. Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica.

§ 1º Dá-se readaptação funcional quando, não sendo possível a transferência, ocorrer modificação no estado físico ou nas condições de saúde do servidor, que aconselhe o seu aproveitamento em atribuições diferentes, compatível com a sua condição funcional, física e mental, devidamente atestada por junta médica oficial.

§ 2º A readaptação não implica em mudança de cargo e sua duração depende de recomendações periódicas, de até 12 (doze) meses, do perito oficial.

§ 3º A readaptação será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida, nível de escolaridade e, na hipótese de inexistência de cargo vago, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

Art. 31. A readaptação não acarreta decréscimo nem aumento de remuneração.

Seção VI

Da reversão

Art. 32. Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez quando, por perícia médica do órgão competente pelo pagamento da aposentadoria, forem declarados insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria, bem como na cassação da aposentadoria em que não se verifique culpa do servidor.

§ 1º A reversão dá-se no mesmo cargo, no cargo resultante de sua transformação ou em outro de igual vencimento, respeitada a habilitação profissional.

§ 2º No caso de reversão compulsória, verificada a inexistência de vaga, o servidor será posto em disponibilidade.

§ 3º A reversão depende de prova da capacidade física e mental para o exercício das atribuições do cargo previamente à posse.

Art. 33. É cassada a aposentadoria do servidor reingressando que não tome posse em exercício no prazo legal.

Seção VII

Da reintegração

Art. 34. Reintegração é a reinvestidura do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

§ 1º A decisão administrativa que determina a reintegração é sempre proferida em pedido de reconsideração, em recurso ou em revisão de processo.

§ 2º Encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante, se efetivo estável ou estabilizado, será reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, ou aproveitado em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

§ 3º Na hipótese de o cargo ter sido extinto, o servidor ficará em disponibilidade, observado o disposto nos artigos 36 e 37 desta Lei Complementar.

Seção VIII

Da recondução

Art. 35. Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo por ele anteriormente ocupado em decorrência de:

I - inabilidade em estágio probatório relativo ao outro cargo, ainda que exonerado para fins de assumir referido cargo inacumulável;

II - reintegração do anterior ocupante;

III - constatação oficial de que a transferência ocorreu indevidamente.

§ 1º Na inexistência de vaga e até sua ocorrência, o servidor reconduzido fica na condição de excedente, sem perda de seus direitos.

§ 2º Extinto ou transformado o cargo anteriormente ocupado, dá-se a recondução a outro cargo, de vencimento e atribuições equivalentes.

Seção IX

Do aproveitamento

Art. 36. Extinto o cargo, ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo cuja exigência de requisitos e atribuições sejam compatíveis com a sua formação profissional.

§ 1º Atendidas as condições estabelecidas no caput, o responsável pelo setor de Recursos Humanos do Município determinará o imediato aproveitamento do servidor em disponibilidade nas vagas que ocorrerem no âmbito dos respectivos Poderes.

§ 2º O servidor posto em disponibilidade ficará mantido sob responsabilidade dos órgãos centrais de pessoal dos respectivos Poderes do Município.

Art. 37. O aproveitamento de servidor em disponibilidade depende de prévia comprovação de sua capacidade física e mental por perito oficial.

§ 1º Se julgado apto, o servidor assumirá o exercício do cargo no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de aproveitamento.

§ 2º Verificada a incapacidade definitiva, o servidor será aposentado, conforme regras específicas do regime de previdência a que estiver filiado.

Art. 38. Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, salvo doença comprovada por perito oficial.

§ 1º É obrigatório o aproveitamento do servidor em disponibilidade no período máximo de doze meses em vaga que vier ocorrer em órgãos da administração Municipal.

§ 2º A hipótese prevista no caput deste artigo configura abandono de cargo mediante inquérito na forma desta Lei Complementar.

Art. 39. Aplicam-se ao servidor em disponibilidade os preceitos

sobre proibição de acumulação remunerada e respectivas exceções.

CAPÍTULO IV

DA JORNADA E DO REGIME DE TRABALHO

Art. 40. Os servidores cumprirão jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

§ 1º O controle da frequência e do horário de trabalho serão efetuados diariamente por processo manual, mecânico ou informatizado, segundo as normas regulamentares.

§ 2º Quando adotado o livro ponto, o servidor deve registrar sua assinatura e horário de entrada e saída do trabalho, independente do horário de trabalho.

§ 3º O regime de trabalho, em cada órgão administrativo, será feito por ato próprio do respectivo superior hierárquico, visando atender ao interesse público.

Art. 41. Mensalmente, o servidor encarregado do controle da frequência relatará ao Chefe do Poder Executivo Municipal ou a quem delegada a competência, as ocorrências relativas à assiduidade e pontualidade dos servidores.

Art. 42. O servidor é obrigado a avisar, através de meios idôneos, à sua chefia imediata, no próprio dia em que, por doença, não possa comparecer ao serviço e no caso de afastamento necessário à consulta médica, deverá avisar com antecedência mínima de um dia.

§ 1º As faltas ao serviço por motivo de doença serão justificadas para fins de anotação no assentamento individual e pagamento, desde que a impossibilidade do comparecimento seja abonada pela chefia imediata mediante atestado médico, o qual será aceito para afastamentos de até 3 (três) dias e, para período superior a este e inferior a dezesseis dias, caberá avaliação por Junta Médica Oficial do Município ou, na sua falta, por Médico Oficial do Município, devidamente credenciado.

§ 2º Em qualquer dos casos mencionados no § 1º deste artigo o atestado médico ou o laudo da junta médica oficial, deverá ser apresentado ao Setor de Recursos Humanos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de não ser aceito e as faltas tidas como injustificadas.

§ 3º O ocupante de cargo em comissão submete-se a regime de dedicação integral ao serviço público, podendo ser convocado sempre que houver interesse da Administração.

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica à duração de trabalho estabelecida em leis especiais.

Art. 43. A carga horária semanal dos servidores poderá ser:

I - aumentada até o limite máximo de 40 (quarenta) horas semanais, conforme disposto em legislação específica;

II - reduzida, a pedido do servidor e respeitando o interesse público municipal até o limite de 20 (vinte) horas semanais.

Parágrafo único. A redução ou ampliação da jornada normal de trabalho implicará no aumento ou redução proporcional da remuneração do respectivo servidor.

CAPÍTULO V

DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 44. Haverá substituição para os cargos de provimento em comissão e de carreira, nos casos de impedimento ou afastamento legalmente concedido ao ocupante.

§ 1º A substituição depende do ato da autoridade competente.

§ 2º A substituição é remunerada pelo cargo substituído, na proporção de dias de efetiva substituição.

§ 3º Durante a substituição, o substituto pode optar pela remuneração do cargo de origem ou perceber somente a remuneração do cargo substituído, excluídas as vantagens pessoais, não gerando direito a incorporações.

§ 4º Excepcionalmente, atendida a conveniência da Administração, o titular de cargo de direção ou chefia poderá ser nomeado ou designado, cumulativamente, como substituto, para outro cargo da mesma natureza, até que se verifique a nomeação ou designação do titular, ou retorno deste, se afastado, com o substituto percebendo vencimentos e vantagens somente de um deles.

§ 5º Os servidores investidos em cargos pertencentes aos Grupos Ocupacionais de Serviços Auxiliares, Técnico Profissional e Técnico Científico serão substituídos, em seus afastamentos legais, preferencialmente, por outro servidor efetivo, capacitado e habilitado para o exercício das funções inerentes ao cargo, enquanto durar o afastamento, assegurando-se a continuidade do serviço público.

CAPÍTULO VI**DA REMOÇÃO E DA REDISTRIBUIÇÃO****Seção I****Da remoção**

Art. 45. Remoção é a realocação do servidor, de um para outro órgão do mesmo Poder, ou de uma para outra unidade do mesmo órgão.

§ 1º Dar-se-á a remoção, observada a respectiva ordem de precedência, nos seguintes casos:

I - de ofício, por conveniência da Administração Pública;

II - por motivos de saúde do servidor devidamente demonstrados e justificados perante o perito médico do Município;

III - a requerimento, por interesse do servidor, observado o interesse público e a conveniência administrativa.

§ 2º Poderá haver remoção por permuta, igualmente a critério da Administração Pública, mediante pedido escrito de ambos os interessados.

§ 3º A nomeação de servidor titular de cargo de provimento efetivo, ou do estabilizado, para cargo de provimento em comissão ou função de confiança, para exercício em outro órgão ou unidade que não o de sua lotação, dentro de um mesmo Poder, caracteriza a remoção de que trata o inciso I do § 1º, independentemente de qualquer outro ato, até que se dê a respectiva vacância, caso em que o servidor retornará ao órgão de origem.

Art. 46. Na remoção por permuta não haverá pagamento de benefícios e vantagens para qualquer dos servidores interessados.

Seção II**Da redistribuição**

Art. 47. Redistribuição é o deslocamento do servidor, com o respectivo cargo, para o quadro de pessoal de outro órgão com planos de cargos e vencimentos iguais ao de sua lotação, observado sempre o interesse da Administração.

§ 1º A redistribuição ocorrerá de ofício para ajustamento de lotação e da força de trabalho às necessidades dos serviços, inclusive nos casos de reorganização, extinção ou criação de órgão ou entidade.

§ 2º Nos casos de reorganização ou extinção de órgão ou entidade, extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável que não for redistribuído será colocado em disponibilidade, até seu aproveitamento, nos termos desta Lei Complementar.

§ 3º A efetivação da redistribuição será precedida de manifestação dos órgãos centrais de pessoal, no âmbito dos respectivos Poderes do Município.

CAPÍTULO VII**DA VACÂNCIA**

Art. 48. A vacância de cargo público decorre de:

I - demissão ou exoneração;

II - remoção;

III - redistribuição;

IV - recondução;

V - aposentadoria;

VI - falecimento;

VII - readaptação;

VIII - posse em outro cargo inacumulável.

Art. 49. Dá-se a exoneração de cargo de provimento efetivo a pedido do servidor ou por iniciativa da autoridade competente.

Parágrafo único. A exoneração por iniciativa da autoridade competente ocorre quando:

I - não são satisfeitas as condições de estágio probatório, salvo direito à recondução;

II - o servidor não toma posse ou não entra em exercício no prazo legal;

III - o servidor toma posse em outro cargo público, emprego ou função, salvo a hipótese de acumulação legal;

IV - não satisfeitas as condições de permanência no cargo por insuficiência de desempenho, nos termos da legislação e de regulamentação.

Art. 50. A exoneração do cargo em comissão ou função de confiança dá-se:

I - a juízo da autoridade competente;

II - a pedido do próprio servidor.

Art. 51. A vaga ocorrerá na data:

I - da eficácia do ato que demitir exonerar, remover, transferir,

reconduzir, aposentar ou conceder vacância do cargo para fins de posse em outro cargo público municipal inacumulável;

II - do falecimento do ocupante do cargo;

III - da vigência da Lei que cria o cargo.

TÍTULO III

DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA E DA CEDÊNCIA

CAPÍTULO I

DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Art. 52. Os cargos em comissão serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargos de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstas na legislação específica.

§ 1º Somente serão providos em comissão os cargos com atribuições de Direção, Chefia e Assessoramento Superior.

§ 2º A investidura em cargo de provimento comissionado determina o afastamento do servidor do cargo de carreira de que for titular, assegurando-se a opção pela respectiva remuneração, não se interrompendo a contagem de tempo de serviço e as vantagens pessoais dela decorrentes.

§ 3º Nos casos de opção pela remuneração do cargo de carreira, o servidor perceberá adicional de representação, conforme previsto em lei específica.

Art. 53. Os ocupantes de cargos em comissão terão direito a 30 (trinta) dias de férias, após 12 (doze) meses de efetivo exercício no serviço público para o município.

Parágrafo único. Durante as férias o servidor tem direito à remuneração integral, acrescida de 1/3 (um terço).

Art. 54. Ao servidor ocupante do cargo em comissão, quando não pertencente ao quadro de carreira, serão igualmente concedidos os direitos relativos a diárias, licenças para tratamento de saúde e à gestante, gratificação natalina, contagem de tempo de serviço, aposentadoria, seguridade social e as disposições relativas aos deveres e responsabilidades e regime disciplinar, na forma da presente Lei Complementar.

Art. 55. Os servidores em cargo em comissão ficam dispensados do controle de frequência, sendo exigido de seu ocupante integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da Administração.

Art. 56. O servidor no exercício de cargo em comissão, por ocasião da demissão, fará jus ao saldo da remuneração quanto ao mês incompleto de trabalho, às férias e 13º vencimentos proporcionais, exceto nos casos de exoneração decorrente de processo disciplinar.

CAPÍTULO II

DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

Art. 57. As Funções Gratificadas são de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito Municipal e serão atribuídas exclusivamente a servidores de carreira designados para o exercício de funções de chefia ou comando de equipes, ou designado para o exercício de atividade para a qual seja exigida qualificação diferenciada, bem como àqueles que sejam designados para atuar em regime de

plantão, sobreaviso ou dedicação integral e exclusiva, tudo conforme dispuser legislação específica.

§ 1º Pelo desempenho de Função Gratificada o servidor perceberá, além da remuneração, gratificação fixada em Lei específica.

§ 2º Fica vedado conceder Função Gratificada a servidor pelo exercício de chefia ou assessoramento quando esta atividade for inerente ao exercício de seu cargo.

CAPÍTULO III

DA CEDÊNCIA

Art. 58. Fica autorizada a cedência de servidores municipais a órgão ou entidades da Administração Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou a outros Municípios, e ainda a pessoas jurídicas que prestam serviço à comunidade no âmbito municipal, na área da saúde, educação, cultura, esporte, economia, agricultura e turismo, salvo impedimento legal.

Parágrafo único. A cedência de que trata este artigo será efetuada em caráter gratuito ou oneroso para os cofres públicos municipais, levando-se em consideração a capacidade financeira da cessionária e os interesses da municipalidade, tendo prazo de duração e podendo ser renovado.

Art. 59. Aos servidores cedidos de outros órgãos, com ônus para o município, serão garantidas as gratificações instituídas para desempenho das atribuições do cargo lotado.

Parágrafo único. Em se tratando de cedência de servidor em estágio probatório, caberá ao órgão em que estiver cedido proceder à avaliação referida no artigo 24 desta Lei Complementar, seguindo-se os critérios ali previstos.

TÍTULO IV

DOS DIREITOS E VANTAGENS

CAPÍTULO I

DO VENCIMENTO, SUBSÍDIO E REMUNERAÇÃO

Art. 60. Para os efeitos desta Lei Complementar, considera-se:

I - vencimento: a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em Lei;

II - remuneração: a soma dos vencimentos com as vantagens financeiras pessoais fixas e temporárias, estabelecidas em Lei.

III - subsídio, a remuneração fixada, em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Art. 61. Os acréscimos pecuniários, vantagens financeiras que acompanham os vencimentos, serão calculados sobre o vencimento base do cargo e não poderão ser computados nem acumulados, para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento, respeitadas as regras específicas do Plano de Carreira e de Remuneração.

Art. 62. Nenhum servidor da administração direta ou indireta, de qualquer dos Poderes do Município, poderá perceber, mensalmente:

I - a título de remuneração ou provento, importância inferior ao salário mínimo, salvo se proporcional ao tempo de serviço e a

carga horária;

II - importância superior ao subsídio mensal, em espécie, do Prefeito Municipal.

§ 1º Excetuam-se do limite fixado neste artigo os casos de acumulação lícita.

§ 2º Excluem-se, para efeitos do limite fixado neste artigo, as importâncias percebidas a título de:

I - décimo-terceiro vencimento;

II - complemento remuneratório de férias;

III - diárias.

Art. 63. Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos do Poder Executivo para funções iguais ou semelhantes.

Art. 64. O vencimento do servidor público é irredutível.

Art. 65. O servidor perde:

I - a remuneração do dia, quando faltar ao serviço sem motivo justificado, bem como a remuneração correspondente ao repouso semanal remunerado;

II - a parcela de remuneração diária, proporcional aos atrasos e ausências, não justificados;

III - o vencimento do cargo efetivo quando nomeado para cargo em comissão, ressalvado o direito de opção, sem prejuízo de eventual gratificação;

IV - saídas antecipadas, salvo na hipótese de compensação de horário, até o mês subsequente ao da ocorrência, a ser estabelecida pela Chefia imediata, casos em que a parcela será descontada quando as saídas antecipadas superarem o índice de 60 (sessenta) minutos, ainda que em período descontínuo.

Art. 66. As faltas justificadas, nos termos desta Lei Complementar não afetam a remuneração ou o subsídio do servidor.

Art. 67. As reposições e as indenizações à Fazenda Municipal, devidas pelo servidor são descontadas em parcelas mensais não inferiores à décima parte de seu vencimento.

Art. 68. O servidor municipal, em débito com a Fazenda Municipal de que trata o artigo anterior, que venha a ser demitido, exonerado ou tenha sua disponibilidade cassada, deve quitá-lo no ato da rescisão.

§ 1º Quando o débito é originado de comprovada má fé, o servidor deve quitá-lo em 30 (trinta) dias a contar do fato, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

§ 2º A não quitação do débito no prazo previsto implica em sua inscrição em dívida ativa.

§ 3º Quando forem constatados erros e diferenças na folha de pagamento por parte do Município, o mesmo efetuará acerto num prazo máximo de cinco dias úteis, a contar da data da constatação do erro ou da diferença, cujo pagamento ou devolução será feito, impreterivelmente, na folha do mês seguinte.

§ 4º Os valores percebidos pelo servidor, em razão de decisão liminar, de qualquer medida de caráter antecipatório ou de sentença posteriormente cassada ou revista, deverão ser repostos no prazo de trinta dias, contados da notificação para fazê-lo, sob pena de

inscrição em dívida ativa.

Art. 69. A remuneração ou provento não será objeto de arresto, seqüestro ou penhora, salvo nos casos de prestação de alimentos resultantes de decisão judicial, de reposição ou de indenização.

Art. 70. A consignação em Folha de Pagamento de compromissos pecuniários assumidos pelo servidor com associações de servidores, entidades beneficentes ou securitárias, é feita ou sustada quando por ele autorizada.

Parágrafo único. Não se incluem neste artigo, as contribuições para aposentadoria, previdência social e a contribuição sindical obrigatória.

CAPÍTULO II

DAS VANTAGENS E INDENIZAÇÕES

Art. 71. Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor gratificações, adicionais e indenizações.

§ 1º As gratificações e os adicionais incorporam-se ao vencimento ou provento, nos casos e condições indicados em lei.

§ 2º As indenizações não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito.

Art. 72. As vantagens pecuniárias não serão computadas nem acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

Seção I

Das Indenizações

Art. 73. Constituem indenizações ao servidor:

I - diárias;

II - transporte.

Art. 74. O servidor que, a serviço, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens e diárias destinadas a custear despesas extraordinárias com pernoite, alimentação e locomoção urbana, conforme dispuser o regulamento, que especificará os valores das indenizações, assim como as condições para a sua concessão.

§ 1º A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida pela metade quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede, ou quando o Município custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas por diárias.

§ 2º Nos casos em que o deslocamento da sede constituir exigência permanente do cargo, o servidor não fará jus a diárias.

§ 3º Quando a Administração proporcionar meio diverso para custear as despesas de transporte do servidor, este não fará jus a indenização de que trata o art. 73, II, desta Lei Complementar.

Art. 75. O servidor que receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de 5 (cinco) dias.

Parágrafo único. Na hipótese de o servidor retornar à sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, restituirá as diárias recebidas em excesso, no prazo previsto no caput.

Seção II

Das Gratificações e Adicionais

Art. 76. Serão deferidas aos servidores as seguintes gratificações e adicionais:

I - gratificação natalina;

II - adicional de insalubridade e periculosidade;

III - adicional pela prestação de serviço extraordinário;

IV - adicional de férias;

V - adicional noturno.

Parágrafo único. Além dos adicionais e gratificações estabelecidos neste artigo, o Plano de Carreira e Remuneração poderá instituir outras vantagens aos servidores.

Subseção I

Da Gratificação Natalina

Art. 77. A gratificação natalina é concedida ao servidor municipal e corresponde ao pagamento de abono pecuniário equivalente ao vencimento do cargo, acrescido das vantagens permanentes e da média das vantagens temporárias que o servidor percebeu no respectivo período aquisitivo.

Parágrafo único. A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias será considerada como mês integral.

Art. 78. A gratificação será paga até o dia 20 (vinte) do mês de dezembro de cada ano.

Parágrafo único. A Administração Municipal poderá efetuar o pagamento desta gratificação em duas parcelas, nos meses de junho e dezembro de cada ano.

Art. 79. O servidor exonerado, inclusive o ocupante de cargo de provimento em comissão, perceberá sua gratificação natalina, proporcionalmente aos meses de exercício, calculada sobre a remuneração do mês da exoneração.

Subseção III

Dos Adicionais de Insalubridade e Periculosidade

Art. 80. Os servidores que trabalham com habitualidade em locais considerados insalubres ou perigosos, identificados em laudo técnico de condições ambientais do trabalho, farão jus ao adicional de insalubridade ou de periculosidade.

Art. 81. Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os servidores a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.

Art. 82. Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho, elaborado por profissional da área na forma do artigo 87 desta Lei Complementar, indicará o quadro das atividades e operações insalubres e perigosas e adotará normas sobre os critérios de caracterização da insalubridade, os limites de tolerância aos agentes agressivos, meios de proteção e o tempo máximo de exposição do servidor a esses agentes.

Parágrafo único. As normas referidas neste artigo incluirão medidas de proteção do organismo do trabalhador nas operações que produzem aerodispersóides tóxicos, irritantes, alérgicos ou

incômodos.

Art. 83. A eliminação ou a neutralização da insalubridade ocorrerá:

I - com a adoção de medidas que conservem o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância;

II - com a utilização de equipamentos de proteção individual ao servidor, que diminuam a intensidade do agente agressivo a limites de tolerância.

Art. 84. O exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, assegura a percepção de adicional respectivamente de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) do piso mínimo do Município, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo.

Art. 85. São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego e indicadas em Laudo Técnico das Condições Ambientais, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do servidor a:

I - inflamáveis, explosivos ou energia elétrica;

II - roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial.

§ 1º O trabalho em condições de periculosidade assegura ao servidor um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o piso mínimo do Município.

§ 2º O servidor poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido.

Art. 86. O direito ao adicional de insalubridade ou de periculosidade cessará com a eliminação do risco à sua saúde ou integridade física, nos termos do Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho.

Art. 87. A caracterização e a classificação da insalubridade e da periculosidade, segundo as normas do Ministério do Trabalho, far-se-ão através de perícia a cargo de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho, registrados no Ministério do Trabalho.

Art. 88. Os efeitos pecuniários decorrentes do trabalho em condições de insalubridade ou periculosidade serão devidos a contar da data da inclusão da respectiva atividade nos quadros aprovados pelo Município mediante o Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho.

Subseção IV

Do Adicional pela Prestação de Serviço Extraordinário

Art. 89. Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de 30 (trinta) horas mensais, mediante autorização da chefia imediata.

Parágrafo único. No interesse do serviço público municipal, existindo dotação orçamentária, o Chefe do Poder Executivo Municipal poderá, mediante decreto, ampliar para até 60 (sessenta) horas extras mensais, para os cargos e situações que especificar e por prazo determinado.

Art. 90. O serviço extraordinário será remunerado da seguinte

forma:

I - de segunda-feira à sexta-feira, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho.

II - sábados, domingos e feriados, com acréscimo de 100% (cem por cento) em relação à hora normal de trabalho.

§ 1º Preferencialmente ao pagamento do adicional por serviço extraordinário, a Administração Municipal poderá adotar o sistema de compensação, com a prévia concordância do servidor, observados os limites estabelecidos neste artigo.

§ 2º Para efeitos do parágrafo anterior, os serviços extraordinários realizados pelo servidor público serão compensados mediante a dispensa de seu comparecimento ao serviço, por ato próprio da administração, conforme regulamentação.

Subseção V

Do Adicional de Férias

Art. 91. Independentemente de solicitação, será pago ao servidor, por ocasião das férias, um adicional correspondente a 1/3 (um terço) da remuneração do mês da concessão.

Parágrafo único. No caso de o servidor exercer função de confiança ou ocupar cargo em comissão, a respectiva vantagem será considerada no cálculo do adicional de que trata este artigo.

Subseção VI

Do Adicional Noturno

Art. 92. O serviço noturno, prestado no horário compreendido entre as 22:00 (vinte e duas) horas de um dia e 05:00 (cinco) horas do dia seguinte, terá o valor hora acrescido de 20% (vinte por cento), computando-se cada hora como cinquenta e dois minutos e trinta segundos.

Parágrafo único. Em se tratando de serviço extraordinário, o acréscimo de que trata este artigo incidirá sobre a remuneração prevista no art. 90 desta Lei Complementar.

CAPÍTULO III

DAS FÉRIAS

Art. 93. As férias serão concedidas nos doze meses subsequentes à data em que o servidor tiver adquirido o direito, de acordo com a escala organizada pela Administração Municipal e comunicada por escrito ao servidor com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, observando-se ainda, quanto aos membros do magistério público, as disposições específicas constantes no respectivo Plano de Carreira e de Remuneração.

§ 1º Para o período aquisitivo de férias, serão exigidos 12 (doze) meses de efetivo exercício.

§ 2º As férias serão concedidas na seguinte proporção:

I - 30(trinta) dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de cinco vezes;

II - 24(vinte quatro) dias corridos, quando houver tido de seis a catorze faltas;

III - 18(dezoito) dias corridos, quando houver tido de quinze a vinte e três faltas;

IV - 12(doze) dias corridos, quando houver tido de vinte e quatro

a trinta e duas faltas.

§ 3º Pode o Chefe do Poder Executivo, no interesse do serviço público, mediante requerimento do servidor, autorizar a conversão de 1/3 (um terço) das férias em abono pecuniário, utilizando como base a remuneração normal, vedada qualquer outra hipótese de conversão pecuniária.

Art. 94. As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de interesse público, devendo, ao entrar em férias e, caso se ausentar do município, comunicar seu endereço ao departamento pessoal.

Parágrafo único. É vedado o acúmulo de férias, salvo motivo relevante, em benefício do serviço público municipal, vedado em qualquer caso, acúmulo superior a 2 (duas) férias.

Art. 95. As férias poderão ser concedidas em dois períodos, nenhum dos quais inferior a 10 (dez) dias, sempre que houver interesse da Administração Pública Municipal a pedido do servidor.

Parágrafo único. Em caso de parcelamento, o servidor receberá o valor do adicional de férias quando do gozo do primeiro período.

Art. 96. O cálculo do período das férias será feito com base no vencimento do cargo ocupado na data de sua concessão, acrescido das vantagens permanentes e da média das vantagens temporárias que o servidor percebeu no respectivo período aquisitivo e será paga até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período de gozo.

Art. 97. O servidor demitido ou exonerado perceberá indenização relativa ao período das férias a que tiver direito e ao incompleto, acrescido do terço constitucional, na proporção de um doze avos por mês de serviço ou fração superior a quatorze dias.

Parágrafo único. A indenização será calculada com base na remuneração do mês em que for publicado o ato de exoneração.

Art. 98. A administração municipal poderá conceder, justificado o interesse público, férias coletivas, a todos ou a parte de seus servidores.

Parágrafo único. Os servidores contratados há menos de 12 (doze) meses ou aqueles com período aquisitivo incompleto gozarão, na oportunidade, férias proporcionais, iniciando-se, então, novo período aquisitivo.

CAPÍTULO IV

DAS LICENÇAS

Art. 99. Conceder-se-á ao servidor licença:

I - por motivo de doença em pessoa da família;

II - para atividade política;

III - para tratar de interesses particulares;

IV - para desempenho de mandato classista;

V - à gestante e à adotante;

VI - para o serviço militar;

VII - paternidade;

VIII - para tratamento de saúde;

IX - como prêmio.

Seção I

Da Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

Art. 100. Poderá ser concedida licença ao servidor ocupante de cargo efetivo por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional.

§ 1º A licença somente será deferida, se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário, na forma do disposto no inciso IV do art. 65 desta Lei Complementar.

§ 2º A licença será concedida sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, até trinta dias, podendo ser prorrogada por igual período, mediante parecer de junta médica oficial e, excedendo estes prazos, sem remuneração.

§ 3º A licença prevista no caput será precedida de exame por médico ou junta médica oficial, sendo vedado o exercício de atividade remunerada durante o período.

§ 4º Sendo os membros da família servidores municipais, a licença será concedida a apenas um deles, no mesmo período.

Seção II

Da Licença para Atividade Política

Art. 101. O servidor público municipal, candidato a cargo eletivo, será licenciado do cargo que ocupa durante o prazo e condições previstas na legislação federal, em vigor na data das eleições.

Seção III

Da Licença para Tratar de Interesses Particulares

Art. 102. A critério da Administração, poderá ser concedida ao servidor ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licença sem remuneração, para tratar de assuntos particulares pelo prazo de até dois anos consecutivos, prorrogável por igual período.

§ 1º A licença poderá ser interrompida a qualquer tempo a pedido do servidor ou suspensa no interesse da Administração Municipal, podendo, neste último caso, ser renovada até a complementação do prazo concedido anteriormente.

§ 2º Não se concederá licença a servidores para tratar assuntos particulares, que tenham sido removidos ou redistribuídos a tempo inferior a 02 (dois) anos de exercício.

§ 3º Não se concederá nova licença antes de decorridos dois anos do término da licença anterior.

Seção IV

Da Licença para o Desempenho de Mandato Classista

Art. 103. É assegurado ao servidor ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licença sem remuneração para o desempenho de mandato em confederação, federação, associação de classe de âmbito nacional, sindicato representativo da categoria ou entidade fiscalizadora da profissão.

§ 1º Somente poderão ser licenciados 2 (dois) servidores eleitos para cargos de direção ou representação nas referidas entidades.

§ 2º A licença terá duração igual à do mandato, podendo ser prorrogada, no caso de reeleição, uma única vez.

Seção V

Da Licença à Gestante e Adotante

Art. 104. Será concedida licença à servidora gestante por 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração que será calculada de acordo com as normas do regime previdenciário a que se encontrar vinculada a servidora.

§ 1º A licença poderá ter início no primeiro dia do nono mês de gestação, salvo antecipação por prescrição médica.

§ 2º No caso de nascimento prematuro, a licença terá início a partir do parto.

§ 3º No caso de natimorto, decorridos 30 (trinta) dias do evento, a servidora será submetida a exame médico, e se julgada apta, reassumirá o exercício.

§ 4º No caso de aborto atestado por médico oficial, a servidora terá direito a 30 (trinta) dias de repouso remunerado.

Art. 105. Ao servidor ou servidora que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança será concedida licença por 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, remunerada na forma do artigo 104 desta Lei Complementar.

§ 1º A licença só será concedida mediante apresentação do termo judicial de guarda ao adotante ou guardião.

§ 2º A adoção ou guarda judicial conjunta ensejará a concessão de licença a apenas um dos adotantes ou guardiães, servidor ou servidora.

Seção VI

Da Licença para o Serviço Militar

Art. 106. Ao servidor convocado para o serviço militar será concedida licença, na forma e condições previstas na legislação específica.

Parágrafo único. Concluído o serviço militar, o servidor terá até 30 (trinta) dias sem remuneração para reassumir o exercício do cargo.

Seção VII

Da Licença Paternidade

Art. 107. Pelo nascimento ou adoção de filhos, o servidor terá direito à licença-paternidade de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da remuneração.

Seção VIII

Da Licença para Tratamento de Saúde

Art. 108. A licença para tratamento da saúde será concedida ao servidor que ficar temporariamente incapacitado para o trabalho, cujos vencimentos serão pagos, na integralidade, pelo Município, até o 15º (décimo quinto) dia, após o que, o servidor será encaminhado ao Instituto Nacional do Seguro Social, onde perceberá auxílio-doença remunerado na forma prevista na legislação federal específica.

Art. 109. A licença para tratamento de saúde dependerá da conclusão do perito oficial do Município ou credenciado por este.

§ 1º Quando se tratar de ausência de até 03 (três) dias, esta será

classificada como afastamento e poderá ser aceito atestado fornecido por médico clínico geral ou o especialista que identificou a moléstia, desde que informe com precisão:

I - o nome do servidor;

II - o número do Cadastro de Pessoa Física;

III - o período de licença;

IV - a doença ou moléstia, que impede o servidor de executar plenamente suas atividades.

§ 2º Na hipótese de licença superior a 03 (três) dias será necessária avaliação médica por perito do Município ou credenciado por este para tal fim.

§ 3º Se a licença for por período superior a quinze dias, o servidor será encaminhado ao Instituto Nacional do Seguro Social que disporá na forma da Legislação aplicável, ou ainda, ao sistema de seguridade e de previdência ao qual se encontrar vinculado.

Art. 110. O servidor que contrair doença transmissível será compulsoriamente licenciado, até o médico perito oficial atestar que sua presença nos órgãos administrativos não coloca em risco a saúde dos demais servidores.

Parágrafo único. Caso a doença transmissível mereça avaliação por profissional especializado, este também deverá pronunciar-se sobre o retorno ou não do servidor as suas atividades.

Art. 111. O servidor em licença para tratamento de saúde não poderá recusar-se a prestar inspeções médicas ou a submeter-se a exames exigidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social ou pela autoridade competente a que se subordina, sob pena de suspensão da licença.

§ 1º A licença cessa pela recuperação da capacidade para o trabalho ou pela transformação em aposentadoria por invalidez.

§ 2º Findo o prazo da licença, o servidor será submetido a nova inspeção médica.

Art. 112. Será licenciado, com direito à remuneração, calculada na forma da legislação do sistema de previdência a que se encontrar vinculado, o servidor acidentado, em serviço, mediante laudo médico expedido por médico local ou em caso especial por junta médica.

§ 1º Configura acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo servidor público municipal e que se relacione mediata ou imediatamente, com as atribuições do cargo exercido.

§ 2º Equipara-se ao acidente em serviço o dano decorrido de agressão sofrida e não provocada pelo servidor no exercício do cargo e também, sofrido no percurso da residência para o trabalho e vice versa.

§ 3º A prova do acidente deverá ser providenciada pelo servidor e por ele comunicada imediatamente ao Setor de Recursos Humanos, para que este proceda às comunicações necessárias ao respectivo regime de previdência.

Seção IX

Da Licença Prêmio

Art. 113. Após cada triênio de efetivo exercício, o servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, fará jus a 30(trinta) dias de

licença como prêmio, com a remuneração total do cargo efetivo percebida no mês da concessão, excluindo-se desta apenas os acréscimos decorrentes de adicional por serviço extraordinário.

§ 1º Não se concederá licença como prêmio ao servidor que durante o período aquisitivo:

I - tenha sofrido penalidade disciplinar;

II - tenha sido beneficiado por licença para tratamento de interesses particulares;

III- tenha sido condenado à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva;

IV- tenha faltado injustificadamente ao serviço por 10 (dez) dias ou mais, consecutivos ou intercalados;

V - tenha faltado ao serviço para acompanhamento de pessoa da família ao médico, nos termos do inciso IV do artigo 120 desta Lei Complementar, em limite superior àquele estabelecido no referido dispositivo.

§ 2º Os períodos de licença de que trata o caput são acumuláveis até o limite de 2(dois) e o benefício não poderá ser convertido em pecúnia, salvo na exoneração a pedido sem prévio aviso.

§ 3º Caberá ao servidor indicar o período de gozo da licença-prêmio; contudo, se não o fizer deverá aceitar, sob pena de preclusão do próprio direito, o período indicado pela administração.

§ 4º O período de gozo poderá ser parcelado; contudo nunca inferior a 10(dez) dias.

§ 5º As secretarias e unidades administrativas a ela equiparadas organizarão, anualmente, cronograma de concessão de licenças como prêmio, garantindo o funcionamento normal dos serviços e o remeterão ao Departamento de Recursos Humanos até o mês de março de cada ano.

Art. 114. Para efeito de concessão de licença prêmio, somente será computado o tempo de serviço prestado ao Município de Coronel Martins após a efetivação.

Parágrafo único. A contagem do tempo de serviço, para efeito da concessão da licença-prêmio, ficará suspensa nos seguintes casos:

I - nos afastamentos autorizados pela administração pública municipal;

II - no gozo de licença para o trato de assuntos particulares;

III - no gozo de licença para tratamento de saúde quando o afastamento for superior a 90 (noventa) dias no período aquisitivo;

IV - no gozo de licença por motivo de doença em pessoa da família, quando o afastamento for superior a 90 (noventa) dias consecutivos no período aquisitivo.

CAPÍTULO V

DOS AFASTAMENTOS

Seção I

Do Afastamento para Servir a Outro Órgão ou Entidade

Art. 115. O servidor poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, ou do Distrito Federal e dos Municípios, nas seguintes hipóteses:

I - para exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

II - em casos previstos em leis específicas, bem como em acordos, convênios, ajustes ou congêneres.

§ 1º Na hipótese do inciso I, sendo a cessão para órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, o ônus da remuneração obrigatoriamente será do órgão ou entidade cessionária, sendo que nos demais casos o ônus será estabelecido entre as partes.

§ 2º Quando a cessão de servidores a outros entes da federação caracterizar-se como contribuição para o custeio de despesas de competência destes outros entes, o procedimento deverá estar previsto na lei de diretrizes orçamentárias e na lei orçamentária anual e ser aperfeiçoado mediante convênio, acordo, ajuste ou congêneres.

§ 3º A cessão far-se-á mediante decreto, publicado na forma da Lei Orgânica Municipal.

Seção II

Do Afastamento para Exercício de Mandato Eletivo

Art. 116. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as disposições estabelecidas pela legislação superior.

Seção III

Do Afastamento para Estudo ou Missão no Exterior

Art. 117. O servidor não poderá ausentar-se do País para missão oficial, sem expressa autorização do Prefeito Municipal ou do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, conforme o caso, sem prejuízo das demais formalidades legais necessárias para o procedimento.

Parágrafo único. A ausência não excederá a 2 (dois) anos, e finda a missão, somente decorrido igual período, será permitida nova ausência.

Art. 118. O servidor poderá afastar-se do serviço público, para estudo para cursar pós-graduação, mestrado ou doutorado, mediante expressa autorização da autoridade competente, nas condições expressas no respectivo Plano de Carreira e de Remuneração.

Parágrafo único. O afastamento do servidor será concedido a critério exclusivo da Administração Municipal, inclusive no que se refere às áreas estratégicas para o desenvolvimento municipal e ao interesse público.

Art. 119. Ao servidor beneficiado pelo afastamento de que trata o artigo anterior não será concedida exoneração ou licença para tratar de interesse particular antes de decorrido período igual ao do afastamento, ressalvada a hipótese de ressarcimento integral da despesa havida com seu afastamento.

Parágrafo único. As hipóteses, condições e formas para a autorização de que trata o artigo anterior, inclusive no que se refere à remuneração do servidor, serão disciplinadas em regulamento.

CAPÍTULO VI

DAS FALTAS JUSTIFICADAS E DAS CONCESSÕES

Seção I

Das Faltas Justificadas

Art. 120. Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor, quer ocupante de cargo de provimento efetivo ou de cargo comissionado, ausentar-se do serviço:

I - por 1 (um) dia para doação de sangue;

II - por 8 (oito) dias consecutivos em razão de casamento;

III - em caso de falecimento de parentes, pelos seguintes períodos:

por 8 (oito) dias consecutivos em caso de falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob sua guarda ou tutela e irmãos;

por 4 (quatro) dias consecutivos em razão de falecimento de avós, cunhados, sogro e sogra;

por 1 (um) dia em razão de falecimento de tios e sobrinhos.

IV - até 3 (três) dias por ano, consecutivos ou não, para acompanhamento médico de cônjuge, filhos, pai, mãe e irmãos quando a assistência for indispensável.

Parágrafo único. Sendo os membros da família servidores municipais, o afastamento previsto no inciso IV deste artigo será concedido a apenas um deles.

Art. 121. À servidora lactante é assegurado o direito de ausentar-se do serviço pelo período de duas horas diárias a fins de amamentação, até que seu filho complete 08 (oito) meses de idade.

§ 1º O pedido do benefício deverá ser encaminhado à autoridade competente, instruído com a certidão de nascimento do filho.

§ 2º A escolha do horário reservado à amamentação fica a critério da requerente em consonância com a chefia imediata.

Seção II

Das Concessões

Art. 122. Poderá ser concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, será exigida a compensação de horário no órgão ou entidade que tiver exercício, respeitada a duração semanal do trabalho.

§ 2º Também será concedido horário especial ao servidor portador de necessidades especiais, quando comprovada a necessidade, por junta médica oficial, independentemente de compensação de horário.

§ 3º As disposições do parágrafo anterior são extensivas ao servidor que tenha cônjuge, filho ou dependente portador de deficiência física, exigindo-se, porém, neste caso, compensação de horário na forma do inciso IV do art. 65 desta Lei Complementar.

CAPÍTULO VII

DO TEMPO DE SERVIÇO

Art. 123. A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerado o ano como de trezentos e sessenta e cinco dias.

Art. 124. Além das ausências ao serviço previstas no art. 120 são considerados como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de:

I - férias;

II - os afastamentos do cargo efetivo para o exercício de cargo de provimento em comissão ou função de confiança;
III - desempenho de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, ressalvadas as exceções estipuladas em lei;

IV - júri e outros serviços obrigatórios por lei;

V - estudo ou missão no exterior, quando autorizado o afastamento, na forma desta Lei Complementar;

VI - licença:

a) à gestante, à adotante e à paternidade;

b) para tratamento da própria saúde, até o limite de vinte e quatro meses, cumulativo ao longo do tempo de serviço público prestado ao Município, em cargo de provimento efetivo;

c) para o desempenho de mandato classista, ressalvada as exceções estabelecidas em lei;

d) por motivo de acidente em serviço ou doença profissional;

e) para capacitação, conforme dispuser o regulamento;

f) para o serviço militar;

VII - participação em competição desportiva regional, estadual ou nacional ou convocação para integrar representação desportiva nacional, no País ou no exterior.

CAPÍTULO VIII DO DIREITO DE PETIÇÃO

Art. 125. É assegurado ao servidor o direito de requerer aos Poderes Públicos, em defesa de direito ou dos seus interesses pessoais.

Art. 126. O requerimento será dirigido à autoridade competente por intermédio do superior imediato.

Art. 127. Cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado.

Parágrafo único. O requerimento e o pedido de reconsideração deverão ser despachados no prazo de 5 (cinco) dias e decididos dentro de 30 (trinta) dias.

Art. 128. Caberá recurso:

I - do indeferimento do pedido de reconsideração;

II - das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade imediatamente superior à que tiver expedido o ato ou proferido a decisão e, sucessivamente, em escala ascendente, às demais autoridades.

§ 2º O recurso será encaminhado por intermédio da autoridade a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

Art. 129. O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.

Art. 130. O recurso poderá ser recebido com efeito suspensivo, a juízo da autoridade competente.

Parágrafo único. Em caso de provimento do pedido de

reconsideração ou do recurso, os efeitos da decisão retroagirão à data do ato impugnado.

Art. 131. O direito de requerer prescreve:

I - em 5 (cinco) anos, quanto aos atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho;

II - em 180 (cento e oitenta) dias, nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.

Parágrafo único. O prazo de prescrição será contado da data da publicação do ato impugnado ou da data da ciência pelo interessado, quando o ato não for publicado.

Art. 132. O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição.

Art. 133. Para o exercício do direito de petição, é assegurada vista do processo ou documento, na repartição, ao servidor ou ao procurador por ele constituído.

Art. 134. A administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade.

Art. 135. São fatais e improrrogáveis os prazos estabelecidos neste Capítulo, salvo motivo de força maior.

TÍTULO V

DO REGIME DISCIPLINAR

CAPÍTULO I

DOS DEVERES

Art. 136. São deveres do servidor:

I - assiduidade;

II - pontualidade;

III - discrição;

IV - urbanidade;

V - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo e outras funções inerentes ao serviço público, garantindo, quando membro do magistério, o aproveitamento do educando e contribuindo para aumentar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica;
VI - ser leal às instituições a que servir;

VII - observar as normas legais e regulamentares;

VIII - manter atualizados seus dados cadastrais;

IX - repor as horas aulas e/ou o dia em que faltar ao serviço sem justificativa;

X - preservar os princípios e fins da educação e do serviço público;

XI - desenvolver o espírito de solidariedade, justiça, cooperação e o respeito às autoridades constituídas;

XII - cumprir o que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e demais legislação própria do ensino, quando se tratar de membro do magistério;

XIII - cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente

ilegais;

XIV - atender com presteza:

a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, res-salvadas às protegidas por sigilo;

b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;

c) às requisições para a defesa da Fazenda Pública;

d) ao superior hierárquico quando solicitado para executar tarefas não contidas no rol exemplificativo daquelas próprias do cargo, porém inerentes ao serviço público de competência da Adminis-tração;

XV - levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularida-des de que tiver ciência em razão do cargo;

XVI - zelar pela economia do material e a conservação do patri-mônio público;

XVII - guardar sigilo sobre assunto da repartição;

XVIII - manter conduta compatível com a moralidade administra-tiva;

XIX - ser assíduo e pontual ao serviço;

XX - tratar com urbanidade, educação e cortesia os colegas de trabalho e o público em geral, tanto no próprio local de trabalho como nos demais setores;

XXI - representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder;
XXII - utilizar os equipamentos de proteção individual disponibi-lizados pela administração, conforme exigência das atribuições pró-prias dos cargos existentes.

Parágrafo único. A representação de que trata o inciso XXI será encaminhada pela via hierárquica e apreciada pela autoridade su-perior àquela contra a qual é formulada, assegurando-se ao repre-sentado ampla defesa.

CAPÍTULO II DAS PROIBIÇÕES

Art. 137. Ao servidor é proibido:

I - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia auto-rização do chefe imediato;

II - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qual-quer documento ou objeto da repartição;

III - recusar fé a documentos públicos;

IV - opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;

V - promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição; referir-se de modo depreciativo em informação, pare-cer ou despacho, às autoridades e a atos da administração públi-ca, podendo, porém, em trabalho assinado, criticá-los do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço;

VI - cometer à pessoa estranha à repartição, fora dos casos previs-tos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsa-bilidade ou de seu subordinado;

VII - coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político;

VIII - manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de con-fiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil;

IX - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

X - participar de gerência ou administração de empresa privada, ainda que informalmente, ou dela ser sócio, ou exercer o comércio e, nessa qualidade transacionar com o Município;

XI - atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro;

XII - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qual-quer espécie, em razão de suas atribuições;

XIII - aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro;

XIV - praticar usura sob qualquer de suas formas;

XV - proceder de forma desidiosa;

XVI - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em servi-ços ou atividades particulares;

XVII - cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;

XVIII - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;

XIX - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solici-tado;

XX - exercer atos de comércio entre os colegas de trabalho no horário de expediente;

XXI - promover ou subscrever listas de donativos, na repartição;

XXII - receber vendedores de qualquer espécie, durante o horário de trabalho, exceto quando se tratar de assunto de interesse da administração municipal;

XXIII - entreter-se nos locais de trabalho em atividades estranhas ao serviço;

XXIV - utilizar-se dos meios de comunicação, telecomunicação ou transmissão de dados para fins particulares, próprios ou de ter-ceiros;

XXV - apresentar ao trabalho, para o desempenho das atribuições:

sob o efeito decorrente do consumo de bebidas alcoólicas, ou de quaisquer outras substâncias, químicas ou não, de consequências alucinógenas, cuja ação represente risco à segurança própria ou de terceiros, bem como ao patrimônio público ou privado;

portando arma de fogo ou arma branca;

com trajes inadequados, não uniformizado ou sem o cartão de identificação profissional, estes quando fornecidos pelo Município.

CAPÍTULO III

DA ACUMULAÇÃO

Art. 138. Ressalvados os casos previstos na Constituição, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.

§ 1º A proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público.

§ 2º A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.

§ 3º Considera-se acumulação proibida a percepção de vencimento de cargo público efetivo com proventos da inatividade, salvo quando os cargos de que decorram essas remunerações forem acumuláveis na atividade.

Art. 139. O servidor vinculado ao regime desta Lei Complementar, que acumular lícitamente dois cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos, salvo na hipótese em que houver compatibilidade de horário e local com o exercício de um deles, declarada pelas autoridades máximas dos órgãos ou entidades envolvidos.

CAPÍTULO IV**DAS RESPONSABILIDADES**

Art. 140. O servidor responde administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 141. A responsabilidade administrativa decorre de ato omisso ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros, no desempenho do cargo ou função.

§ 1º A indenização de prejuízo dolosamente causado ao erário somente será liquidada na forma prevista nesta Lei Complementar, na falta de outros bens que assegurem a execução do débito pela via judicial.

§ 2º Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.

§ 3º A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.

Art. 142. As sanções civis e penais não excluem as administrativas.

Art. 143. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

CAPÍTULO V**DAS PENALIDADES**

Art. 144. São penalidades disciplinares:

I - advertência;

II - suspensão;

III - demissão.

Art. 145. Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou

atenuantes e os antecedentes funcionais.

Parágrafo único. O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Art. 146. A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do art. 137, incisos I a VIII, XIX e alínea c do inciso XXV e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

Art. 147. A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita à penalidade de advertência ou de demissão, não podendo exceder a 90 (noventa) dias.

§ 1º Será punido com suspensão de até 15 (quinze) dias o servidor que injustificadamente, recusar-se a ser submetido à inspeção médica determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade, uma vez cumprida a determinação.

§ 2º Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.

Art. 148. As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de 3 (três) e 5 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

Parágrafo único. O cancelamento da penalidade não surtirá efeitos retroativos.

Art. 149. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

I - crime contra a administração pública;

II - abandono de cargo;

III - incontinência pública e conduta escandalosa, vício de jogos proibidos e embriaguez habitual;

IV - inassiduidade habitual;

V - improbidade administrativa;

VI - conduta escandalosa, na repartição;

VII - insubordinação grave em serviço;

VIII - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;

IX - aplicação irregular de dinheiro público;

X - revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo;

XI - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal;

XII - corrupção;

XIII - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

XIV - transgressão dos incisos IX a XVI e alíneas a e b do inciso XXV do artigo 137 desta Lei Complementar;

XV - transgressão dos incisos V, XII, XIV alínea d e XVI do artigo 136 desta Lei Complementar.

Art. 150. Detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, a autoridade competente notificará o servidor, por intermédio de sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo improrrogável de dez dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por três servidores efetivos e dois indicados pelo Chefe do Poder Executivo e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração;

II - instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório;

III - julgamento.

§ 1º A indicação da autoria de que trata o inciso I dar-se-á pelo nome e matrícula do servidor, e a materialidade pela descrição dos cargos, empregos ou funções públicas em situação de acumulação ilegal, dos órgãos ou entidades de vinculação, das datas de ingresso, do horário de trabalho e do correspondente regime jurídico.

§ 2º A comissão lavrará, até três dias após a publicação do ato que a constituiu, termo de indicição em que serão transcritas as informações de que trata o parágrafo anterior, bem como promoverá a citação pessoal do servidor indiciado, por intermédio de sua chefia imediata, para, no prazo de cinco dias, apresentar defesa escrita, assegurando-se-lhe vista do processo na repartição.

§ 3º Apresentada a defesa, a comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, opinará sobre a licitude da acumulação em exame, indicará o respectivo dispositivo legal e remeterá o processo à autoridade instauradora, para julgamento.

§ 4º No prazo de cinco dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

§ 5º A opção pelo servidor até o último dia de prazo para defesa configurará sua boa-fé, hipótese em que se converterá automaticamente em pedido de exoneração do outro cargo.

§ 6º Caracterizada a acumulação ilegal e provada a má-fé, aplicar-se-á a pena de demissão, destituição ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade em relação aos cargos, empregos ou funções públicas em regime de acumulação ilegal, hipótese em que os órgãos ou entidades de vinculação serão comunicados.

Art. 151. O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar submetido ao rito sumário não excederá trinta dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por até quinze dias, quando as circunstâncias o exigirem.

Parágrafo único. O procedimento sumário rege-se pelas disposições deste artigo, observando-se, no que lhe for aplicável, subsidiariamente, as disposições do Título V desta Lei Complementar.

Art. 152. Será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com a demissão.

Art. 153. A demissão de servidor ocupante de cargo efetivo, nos casos dos incisos I, IX, XI e XII do art. 149, resulta na indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.

Art. 154. A demissão de servidor ocupante de cargo efetivo, por infringência do art. 137, incisos IX e XII, 136 inciso XVIII, bem como dos incisos I, IX, XI e XII do artigo 149, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público municipal, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Art. 155. Configura abandono de cargo a ausência intencional do servidor ao serviço por mais de cinco dias consecutivos.

Art. 156. Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por dez dias, intercaladamente, durante o período de seis meses.

Art. 157. Na apuração de abandono de cargo ou inassiduidade habitual, também será adotado o procedimento sumário, observando-se especialmente que:

I - a indicação da materialidade dar-se-á:

a) na hipótese de abandono de cargo, pela indicação precisa do período de ausência intencional do servidor ao serviço superior a cinco dias;

b) no caso de inassiduidade habitual, pela indicação dos dias de falta ao serviço sem causa justificada, por período igual ou superior a dez dias intercaladamente, durante o período de seis meses;

II - após a apresentação da defesa, a comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, indicará o respectivo dispositivo legal, opinará, na hipótese de abandono de cargo, sobre a intencionalidade da ausência ao serviço superior a cinco dias e remeterá o processo à autoridade instauradora para julgamento.

Art. 158. As penalidades disciplinares serão aplicadas pelo Prefeito Municipal e pelo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores ao servidor vinculado ao respectivo Poder ou entidade.

Art. 159. A infração disciplinar prescreverá:

I - em 5 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão;

II - em 2 (dois) anos, quanto à suspensão;

III - em 180 (cento e oitenta) dias, quanto à advertência.

§ 1º O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido.

§ 2º Os prazos de prescrição, previstos na lei penal, aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.

§ 3º A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.

§ 4º Interrompido o curso da prescrição, o prazo começará a correr a partir do dia em que cessar a interrupção.

TÍTULO VI DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 160. O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de

suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.

Art. 161. A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

Art. 162. As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, com exposição dos fatos.

Parágrafo único. Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar, a denúncia será arquivada, por falta de objeto.

Art. 163. Os procedimentos para o processo disciplinar e para o inquérito administrativo serão aqueles estabelecidos por esta Lei Complementar, podendo ser subsidiariamente aplicadas, no que couber, as normas do processo penal e civil.

Art. 164. Sempre que for desconhecida a autoria da infração ou da irregularidade administrativa, o processo disciplinar será precedido de inquérito administrativo, sendo ambos instruídos pela mesma comissão.

Art. 165. Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo único. O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

Art. 166. O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de três servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser titular de cargo de provimento efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.

§ 1º O presidente poderá designar um servidor estranho à comissão para exercer a função de secretário.

§ 2º A comissão, sempre que necessário, dedicará todo o tempo ao processo disciplinar, ficando seus membros e secretários, em tais casos, dispensados, pelo menos meio período de expediente, do serviço de repartição.

§ 3º Os autos do processo administrativo disciplinar serão autuados, com numeração das páginas, obedecendo-se a ordem cronológica dos atos e procedimentos.

Seção I

Inquérito Administrativo

Art. 167. A autoridade responsável pela unidade administrativa em que tenha ocorrido a irregularidade ou infração, cuja autoria seja desconhecida, requisitará, à autoridade superior, a instauração do inquérito administrativo, com exposição dos fatos e circunstâncias.

Parágrafo único. A autoridade superior deverá baixar o ato de instauração do inquérito administrativo no prazo de cinco dias úteis.

Art. 168. O inquérito administrativo será presidido por uma comissão formada nos termos do artigo 166 desta Lei Complementar.

Art. 169. A comissão de inquérito terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato de sua criação para apresentar relatório conclusivo quanto à autoria dos fatos, sendo-lhe vedado apresentar conclusão sobre a tipificação da infração ou responsabilidade do servidor.

Parágrafo único. O prazo previsto no caput poderá ser prorrogado, desde que justificadamente.

Art. 170. Na instrução do inquérito administrativo, a comissão poderá colher todas as provas necessárias para a apuração dos fatos, ouvindo testemunhas, fazendo acareações, requisitando documentos e informações, entre outras.

Art. 171. A conclusão da comissão de inquérito será remetida à autoridade superior para a aplicação das medidas cabíveis.

Art. 172. Do inquérito administrativo poderá resultar:

I - a instauração de processo disciplinar;

II - arquivamento do processo.

§ 1º O arquivamento do processo somente se dará quando o Inquérito Administrativo não elucidar a autoria da irregularidade ou da infração.

§ 2º Na hipótese do § 1º, a autoridade superior determinará a instauração do processo disciplinar, se a conclusão dada pela comissão for manifestamente contrária à prova dos autos.

Art. 173. Aplicam-se ao inquérito administrativo os procedimentos do processo disciplinar, no que couber.

Seção II

Do Processo Disciplinar

Art. 174. De posse da denúncia, ou da conclusão do inquérito administrativo, a autoridade competente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, baixará o ato de instauração do processo punitivo, especificando a incumbência da comissão.

Art. 175. Os servidores designados serão notificados de sua incumbência, e se reunirão para a eleição do presidente e relator da comissão e instalação dos trabalhos, no prazo de dois dias úteis, contados da notificação.

Parágrafo único. As autoridades a que estão subordinados os servidores membros da comissão serão informadas desta incumbência.

Art. 176. Durante os trabalhos da comissão, os servidores membros priorizarão as atividades relativas ao processo disciplinar, cabendo à Administração Municipal viabilizar tais condições, inclusive disponibilizando assessoramento técnico, contábil e jurídico quando necessário.

Art. 177. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art. 178. A comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentar relatório conclusivo sobre a responsabilidade ou não do servidor acusado, relativamente aos fatos investigados.

Parágrafo único. O prazo previsto no caput poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado, e submetido à apreciação da autoridade competente.

Art. 179. Não poderá participar de comissão disciplinar o cônjuge companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

Subseção I

Da Instrução

Art. 180. Instalada a comissão, esta, no prazo 3 (três) dias úteis, notificará o servidor acusado, o qual terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para, pessoalmente ou através de procurador devidamente habilitado, apresentar sua defesa prévia.

§ 1º O ofício de notificação será acompanhado da denúncia e da respectiva documentação.

§ 2º Os autos do inquérito administrativo farão parte da peça acusatória, do processo punitivo.

Art. 181. A notificação do servidor será pessoal, mediante ofício, e poderá ser realizada por qualquer dos membros da comissão, ou por servidor público municipal, para este fim designado.

Parágrafo único. Não sendo possível a realização da notificação na forma no caput, esta poderá ser:

I - através do correio, com aviso de recebimento;

II - mediante edital, publicado em jornal de maior circulação na região.

Art. 182. Em sua defesa prévia, o acusado poderá rebater as acusações formuladas na denúncia e impugnar eventuais documentos; arrolar até 5 (cinco) testemunhas e requerer o que for de interesse de sua defesa.

Art. 183. Apresentada a defesa prévia, ou findo o prazo previsto no artigo anterior sem que o acusado tenha se manifestado, a comissão apresentará, no prazo de 3 (três) dias úteis, parecer prévio a cerca do prosseguimento ou não do processo.

§ 1º Se o parecer prévio for pelo arquivamento, este será submetido à apreciação da autoridade competente para a decisão final, no prazo de cinco dias.

§ 2º Se o parecer pelo arquivamento for manifestamente contrário às provas dos autos, a autoridade competente determinará o prosseguimento do feito, podendo, quando for o caso, nomear outra comissão disciplinar.

§ 3º Se o parecer for pelo prosseguimento do processo, a comissão elaborará seu cronograma de trabalho, indicando as provas a serem produzidas.

Art. 184. Na fase de instrução, a comissão poderá ouvir testemunhas, requisitar documentos, realizar vistorias in loco, requisitar perícias, entre outros meios legalmente admitidos.

§ 1º As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão disciplinar.

§ 2º Quando a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada à autoridade a qual está subordinado o servidor, com a indicação do dia e da hora marcados para inquirição.

§ 3º Sempre que a atividade da comissão depender da realização de despesas, necessário se faz a prévia autorização da autoridade competente.

§ 4º No desempenho de suas atribuições, a comissão poderá requisitar o auxílio de servidores, ou até mesmo a contratação de assessoria técnica.

Art. 185. É assegurado ao acusado o direito à ampla defesa e ao contraditório, devendo ser intimado de todos os atos da comissão, pessoalmente ou através de seu procurador, podendo formular perguntas às testemunhas e requerer o que for de seu interesse, vedado, porém, interferir nas perguntas e respostas.

§ 1º A comissão poderá indeferir, fundamentadamente os pedidos manifestamente protelatórios, ou que não guardem relação com os fatos investigados.

§ 2º Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato depender de conhecimento especial de perito.

Art. 186. Na tomada de depoimento serão ouvidas primeiramente as testemunhas arroladas na denúncia ou convocadas pela comissão e por último as testemunhas arroladas pelo acusado.

§ 1º Na hipótese do denunciante e a defesa arrolarem a mesma testemunha, esta será ouvida na oportunidade em que forem tomados os depoimentos das testemunhas de defesa.

§ 2º Quando houver depoimento do acusado, este será ouvido após os depoimentos das testemunhas, em respeito ao princípio da ampla defesa e do contraditório.

§ 3º O depoimento será prestado oralmente, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

§ 4º Os depoimentos, as acareações e as vistorias in loco serão reduzidos a termo.

Art. 187. Terminada a fase de instrução o acusado será notificado para oferecer as alegações finais, no prazo de dez dias, sendo-lhe garantido vista do processo no local designado pela comissão.

Art. 188. Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

§ 1º O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor.

§ 2º Reconhecida a responsabilidade do servidor, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Art. 189. O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.

Subseção II

Do Julgamento

Art. 190. De posse do relatório da comissão disciplinar, a autoridade competente para o julgamento concederá vista do processo ao(s) indiciado(s) para manifestação final.

§ 1º O prazo para a manifestação a que se refere o caput é de 05 (cinco) dias contados da notificação.

§ 2º Não será admitida a produção de novas provas na fase de julgamento do processo.

Art. 191. Decorrido o prazo a que se refere o artigo anterior, a

autoridade julgadora proferirá a sua decisão, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 192. Verificada a ocorrência de vício insanável, a autoridade que determinou a instauração do processo declarará a sua nulidade, total ou parcial, e ordenará, no mesmo ato, a constituição de outra comissão para instauração de novo processo.

§ 1º O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.

§ 2º A autoridade julgadora que der causa à prescrição será responsabilizada na forma do Capítulo IV do Título V desta Lei Complementar.

Art. 193. Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor.

Art. 194. Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração da ação penal, permanecendo cópia do mesmo na repartição.

Art. 195. O servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

Parágrafo único. Ocorrida a exoneração, o ato será convertido em demissão, se for o caso.

Seção III

Da Revisão do Processo

Art. 196. O processo disciplinar poderá ser revisto, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

§ 1º Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

§ 2º No caso de incapacidade mental do servidor, a revisão será requerida pelo respectivo curador.

§ 3º Prescreve o direito à revisão em 5 (cinco) anos, a contar da data em que forem conhecidos os fatos ou circunstâncias que deram motivo ao processo revisional.

Art. 197. No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

Art. 198. A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos, ainda não apreciados no processo originário.

Art. 199. O requerimento de revisão do processo será dirigido ao Prefeito Municipal ou ao Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, que, se autorizar a revisão, encaminhará o pedido ao dirigente do órgão ou entidade onde se originou o processo disciplinar.

Parágrafo único. Deferida a petição, a autoridade competente providenciará a constituição de comissão, na forma do art. 166 desta Lei Complementar.

Art. 200. A revisão correrá em apenso ao processo originário.

Parágrafo único. Na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.

Art. 201. A comissão revisora terá 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos.

Art. 202. Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couber, as normas e procedimentos próprios da comissão de processo disciplinar.

Art. 203. O julgamento caberá à autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo único. O prazo para julgamento será de 20 (vinte) dias, contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

Art. 204. Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do servidor.

Parágrafo único. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade.

TÍTULO VII CAPÍTULO ÚNICO

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 205. Aplica-se aos servidores públicos municipais o Regime Geral de Previdência Social.

Art. 206. Havendo investidura em cargo diverso, decorrente de aprovação em outro concurso público, é assegurada ao servidor a contagem do tempo de serviço prestado no cargo anterior, para todos os efeitos.

§ 1º O servidor que requerer sua exoneração a fim de assumir outro cargo de provimento efetivo, não acumulável, não fará jus à indenização ou ao pagamento antecipado proporcional de décimo-terceiro vencimento, férias, terço constitucional e licença-prêmio não gozadas, pois receberá normalmente ao final do exercício ou quando do término do período aquisitivo, contando-se o tempo de serviço público municipal e não o tempo de serviço no cargo.

§ 2º Para não configurar interrupção do tempo de serviço, nos termos do § 1º deste artigo, a exoneração do servidor deve ocorrer em um dia e, no dia seguinte, a nomeação, a posse e o exercício referente ao novo cargo.

§ 3º Havendo exoneração na forma do § 1º deste artigo, o servidor poderá perceber sobre o vencimento do novo cargo, o adicional decorrente do tempo de serviço, sem interrupção.

§ 4º As progressões funcionais decorrentes da realização de cursos de aperfeiçoamento, de nova habilitação ou titulação, não poderão ser transferidas de um cargo para outro, uma vez que tem por fundamento o interesse do servidor em se qualificar periodicamente para o exercício das funções públicas que lhe foram confiadas quando de sua posse.

Art. 207. O Dia do Servidor Público será comemorado em vinte e oito de outubro.

Art. 208. Poderão ser instituídos, no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, os seguintes incentivos funcionais, além daqueles já previstos nos respectivos planos de carreira:

I - prêmios pela apresentação de idéias, inventos ou trabalhos que favoreçam o aumento de produtividade e a redução dos custos operacionais;

II - concessão de medalhas, diplomas de honra ao mérito e condecoração.

Art. 209. Os prazos previstos nesta Lei Complementar serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, ficando prorrogado, para o primeiro dia útil seguinte, o prazo vencido em dia em que não haja expediente.

Art. 210. Por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, o servidor não poderá ser privado de quaisquer dos seus direitos ou sofrer discriminação em sua vida funcional, nem se eximir do cumprimento de seus deveres.

Art. 211. Ao servidor público é assegurado, nos termos da Constituição Federal, o direito de greve, o direito à livre associação sindical e os seguintes direitos, entre outros, dela decorrentes:

I - de ser representado pelo sindicato, inclusive como substituto processual;

II - de inamovibilidade do dirigente sindical, até um ano após o final do mandato, exceto se a pedido;

III - de descontar em folha, sem ônus para a entidade sindical a que for filiado, o valor das mensalidades e contribuições definidas em assembléia geral da categoria.

Parágrafo único. O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei federal, assegurada a continuidade dos serviços públicos de transporte coletivo, coleta de lixo, abastecimento d'água, serviços funerários e de pronto atendimento na área da saúde, considerados essenciais à população do Município.

Art. 212. Considera-se da família do servidor, além do cônjuge e filhos, quaisquer pessoas que vivam às suas expensas, quando devidamente comprovado e que constem do seu assentamento individual.

Parágrafo único. Equipara-se ao cônjuge a companheira ou companheiro, que comprove união estável como entidade familiar.

Art. 213. Consideram-se autoridades competentes, para fins deste Estatuto, o Chefe do Poder Executivo e o Presidente da Câmara de Vereadores.

Parágrafo único. Respeitados os limites previstos na Lei Orgânica, é facultada a delegação de competência.

Art. 214. Os instrumentos de procuração utilizados para recebimento de direitos ou vantagens do servidor municipal terão validade por 12 (doze) meses, devendo ser renovados quando findo esse prazo.

Art. 215. Os exames de sanidade física e mental serão obrigatoriamente realizados ou concedidos por médicos credenciados pelo Município, nos termos de regulamento.

Art. 216. O Prefeito Municipal expedirá os atos administrativos necessários à plena execução das disposições da presente Lei Complementar.

Parágrafo único. Até que sejam expedidos os atos de que trata este artigo, continua em vigor a regulamentação existente, excluídas as disposições que conflitem com as da presente Lei Complementar, modifiquem-na ou, de qualquer modo, impeçam seu

integral cumprimento.

Art. 217. A contagem do tempo de serviço não sofrerá suspensão ou interrupção em virtude da aplicação da presente Lei Complementar.

Art. 218. Os vencimentos percebidos pelos servidores municipais serão revistos anualmente, observadas as seguintes condições:

I - autorização na lei de diretrizes orçamentárias;

II - definição do índice em lei específica;

III - previsão do montante da respectiva despesa e correspondentes fontes de custeio na lei orçamentária anual;

IV - comprovação da disponibilidade financeira que configure capacidade de pagamento pelo governo, preservados os compromissos relativos a investimentos e despesas continuadas nas áreas prioritárias de interesse econômico e social;

V - compatibilidade com a evolução nominal e real das remunerações no mercado de trabalho;

VI - atendimento aos limites para a despesa com pessoal de que tratam o art. 169, da Constituição e a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. Poderão ser deduzidos da revisão os percentuais concedidos no exercício anterior, decorrentes de reorganização ou reestruturação de cargos e carreiras, criação e majoração de gratificações ou adicionais de todas as naturezas e espécie, adiantamentos ou qualquer outra vantagem inerente aos cargos ou empregos públicos.

Art. 219. Os Poderes Executivo e Legislativo, suas autarquias e fundações públicas garantirão condições e locais de trabalho adequados aos servidores públicos regidos por esta Lei Complementar, com ações voltadas para a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança, conforme dispuser em regulamento.

Art. 220. Para cobrir as despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar, serão utilizados recursos do orçamento municipal.

Art. 221. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, para ser aplicada a partir do 1º dia do mês seguinte.

Art. 222. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial as seguintes Leis:

I - Lei Complementar n. 005, de 14 de abril de 2003;

II - Lei Complementar n. 007, de 23 de junho de 2003;

III - Lei Complementar n. 11, de 16 de dezembro de 2003;

IV - Lei Complementar n. 25, de 21 de dezembro de 2009.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
29 de abril de 2014.
JONES EMANUEL MARASCHIN
Prefeito Municipal em exercício.

Esta lei foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

Corupá

PREFEITURA

Edital de Audiência Pública

EDITAL
DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, dentro do que determina a Lei Complementar nº 101 de 04 de Maio de 2000 em seu Artigo 9º, § 4º e parágrafo único do Artigo 48, que dispõe sobre as Audiências Públicas Municipais, convida a Sociedade Corupaense para participar da Audiência Pública que realizar-se-á na Câmara Municipal de Vereadores, localizada na Rua Pe. Vicente Nº 45, no dia 30 de maio de 2014 às 09:00 horas, para participarem da apresentação da Demonstração e Avaliação ao Cumprimento das Metas Fiscais do 1º Quadrimestre de 2014.

Corupá, 05 de maio de 2014.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

Republicação Edital de Pregão Presencial Nº 117/2014

REPUBLICAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/2014

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÃO E CONNECTIVIDADE COM INTERNET FIBRA ÓPTICA E VIA RÁDIO COM 100% DE GARANTIA EM 38 PONTOS PARA USO NAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 16/05/2014, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 16/05/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 30 de Abril de 2014.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

Convocação Concurso CONVOCAÇÃO

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira (SC), em exercício, no uso de suas atribuições, e nos termos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e da Lei Complementar 4.253/2013 e Lei 4.263/2013, em conformidade com a classificação e homologação do resultado do Concurso para emprego Público, Edital de 02/2014 convoca os candidatos abaixo relacionados para ocupar os cargos, no prazo de 30 (trinta) dias, para sua devida contratação.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS CREAS

Cleonara Machado

TÉCNICA DE ENFERMAGEM SAMU

Ulía Marcia Moreira

Dionísio Cerqueira - SC, 01 de maio de 2014.
ALTAIR CARDOSO RITTES
PREFEITO MUNICIPAL

Convocação Concurso CONVOCAÇÃO

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira (SC), em exercício, no uso de suas atribuições, e nos termos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e da Lei Complementar 4.253/2013 e Lei 4.263/2013, em conformidade com a classificação e homologação do resultado do Concurso para emprego Público, Edital de 02/2014 convoca os candidatos abaixo relacionados para ocupar os cargos, no prazo de 30 (trinta) dias, para sua devida contratação.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA CAPS

Monique Maria Tressoldi

Dionísio Cerqueira - SC, 05 de maio de 2014.
ALTAIR CARDOSO RITTES
PREFEITO MUNICIPAL

Convocação Concurso CONVOCAÇÃO

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira (SC), em exercício, no uso de suas atribuições, e nos termos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e da Lei Complementar 4.253/2013 e Lei 4.263/2013, em conformidade com a classificação e homologação do resultado do Concurso para emprego Público, Edital de 02/2014 convoca os candidatos abaixo relacionados para ocupar os cargos, no prazo de 30 (trinta) dias, para sua devida contratação.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA CAPS

Franciele Matioello

Dionísio Cerqueira - SC, 06 de maio de 2014.
ALTAIR CARDOSO RITTES
PREFEITO MUNICIPAL

Convocação Concurso CONVOCAÇÃO

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira (SC), em exercício, no uso de suas atribuições, e nos termos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e da Lei Complementar 4.254/2013 e Lei 4.300/2013, em conformidade com a classificação e homologação do resultado do Teste Seletivo Edital de 01/2014 convoca os candidatos abaixo relacionados para ocupar os cargos, no prazo de 30 (trinta) dias, para sua devida contratação.

ANALISTA DE INFORMÁTICA

Alessandro Guimarães

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Eliane Terezinha de Vargas de Ávila
Eunice Lopes de Lara

Dionísio Cerqueira -SC, 01 de maio de 2014.
ALTAIR CARDOSO RITTES
PREFEITO MUNICIPAL

Resultado de Licitações

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da Licitação CV nº 064/2014, objeto: Contratação de empresa para fornecimento de materiais e prestação de serviços para instalação de piso no auditório da Prefeitura Municipal.. Vencedor: L. Montanari e Cia Ltda. Valor R\$ 34.243,97

Dionísio Cerqueira 30/04/2014.
Altair Rittes
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da Licitação Pregão nº 060/2014, objeto: Aquisição de materiais diversos para conserto e manutenção da creche Municipal -.Vencedor: Comercio de Ferragens Silvestri Ltda -ME Valor R\$ 6.677,25

Dionísio Cerqueira 30/04/2014.
Altair Rittes
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da Licitação Tomada de Preço nº 061/2014, objeto: Contratação de empresa para pavimentação asfáltica,

drenagem pluvial e sinalização viária das ruas Frederico Lanzer, Ervino Sharoong, Mario Claudio Turra, Jose Fugiatto, Avenida Arthur Wantcher, Avenida Pedro Johann do Distrito de Idamar e construção de calçadas em paver na Quadra 1 do Distrito de Idamar..Vencedores : Pedreira Marmeleiro Ltda Valor R\$ 1.160.479,75 - Construtora e Incorporadora KR Ltda. Valor R\$ 37.595,21

Dionísio Cerqueira 30/04/2014.
Altair Rittes
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da Licitação Pregão nº 059/2014, objeto: Aquisição de alimentos para a secretaria de Assistência Social do Município -.Vencedores: Rosa e Rosa Cia Ltda Valor R\$ 2.317,23 Olmiro Rosa dos Santos Valor R\$ 7.128,65

Dionísio Cerqueira 30/04/2014.
Altair Rittes
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da Licitação Tomada de Preço nº 062/2014, objeto: Contratação de empresa para implantação de complexo esportivo do Bairro Três Fronteiras.- Dionísio Cerqueira SC Vencedor: JCV Construção e Incorporação Ltda - Valor R\$ 642.934,48

Dionísio Cerqueira 30/04/2014.
Altair Rittes
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da Licitação Pregão nº 026/2014, objeto: Aquisição de veículo para o Caps - Centro de Atendimento Psicossocial de Dionísio Cerqueira Vencedor: Bregomar Veículos Ltda- Valor R\$ 64.500,00

Dionísio Cerqueira 05/05/2014.
João Stahl
Gestor do FMS

Contratos

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 061/2014.
Contratante: Prefeitura Municipal.de Dionísio Cerqueira
Contratado: L. Montanari e Cia Ltda.
Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de materiais e prestação de serviços para instalação de piso no auditório da Prefeitura Municipal.. . Valor R\$ 34.243,97Origem: CV nº 064/2014-Vigência 30/04/2014 à 30/07/2014.

Dionísio Cerqueira 30/04/2014.
Altair Rittes
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 062/2014.
Contratante: Prefeitura Municipal.de Dionísio Cerqueira
Contratado: Pedreira Marmeleiro Ltda.
Objeto: Contratação de empresa para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização viária das ruas Frederico Lanzer, Ervino Sharoong, Mario Claudio Turra, Jose Fugiatto, Avenida Arthur Wantcher, Avenida Pedro Johann do Distrito de Idamar.. Valor R\$ 1.160.479,75 Origem: TP nº 061/2014 - Vigência 30/04/2014 à 31/12/2014.

Dionísio Cerqueira 30/04/2014.
Altair Rittes
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 063/2014.
Contratante: Prefeitura Municipal.de Dionísio Cerqueira
Contratado: Construtora e Incorporadora KR Ltda.
Objeto: Contratação de empresa para Construção de calçadas em paver na Quadra 1 do Distrito de Idamar. Valor R\$ 37.595,21 Origem: TP nº 061/2014 - Vigência 30/04/2014 à 31/12/2014.

Dionísio Cerqueira 30/04/2014.
Altair Rittes
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 064/2014.
Contratante: Prefeitura Municipal. de Dionísio Cerqueira
Contratado: JCV Construção e Incorporação Ltda
Objeto: Contratação de empresa para implantação de complexo esportivo do Bairro Três Fronteiras. - Dionísio Cerqueira SC. Valor R\$ 642.934,48Origem: TP nº 062/2014 - Vigência 30/04/2014 à 31/12/2014.

Dionísio Cerqueira 30/04/2014.
Altair Rittes
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 020/2014.
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: Bregomar Veículos Ltda.
Objeto: Aquisição de veículo para o Caps - Centro de Atendimento Psicossocial de Dionísio Cerqueira. Valor R\$ 64.500,00 Origem: pregão nº 026/2014 FMS- Vigência 05/05/2014 à 05/07/2014.

Dionísio Cerqueira 05/05/2014.
João Stahl
Gestor do FMS

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

Errata 01/2014 - Referente ao Pregão Nº 17/2014.

Errata 01/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2014

AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

A presente errata é no sentido de informar que o edital acima mencionado foi modificado nas descrições dos itens, a fim de complementá-las e também na revisão de alguns valores máximos unitários conforme nova tabela de Itens e Sub-itens, a qual encontra-se disponível no site do município pelo endereço: WWW.doutorpedrinho.sc.gov.br

Em virtude desta alteração, fica adiada a data de abertura conforme abaixo:

Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação:

Data: 19/05/2014

Hora: 09h30min

Limite para impugnação ao edital:

Até 03 (três) dias úteis antes da abertura das propostas

Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas:

Data: 19/05/2014

Hora: 10h00min

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Doutor Pedrinho, 02 de Maio de 2014.

Hartwig Persuhn

Prefeito de Doutor Pedrinho

Extrato do Edital de Carta Convite nº. 021/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC

Extrato do Edital de Carta Convite nº. 021/2014

O MUNICÍPIO de DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, torna público que está aberto a LICITAÇÃO, na modalidade CARTA CONVITE, tipo "Menor Preço Global", objetivando a AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE GALERIA DE CONCRETO (BSCC) = BUEIRO SIMPLES BIPARTIDO (2X SEÇÃO ABERTA TIPO "U"), QUE SERÃO ALOCADOS NA RUA SANTA CATARINA EM DOUTOR PEDRINHO - SC, atendendo a Lei Federal nº. 8.666/93 Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Recebimento dos envelopes de propostas e dos envelopes de habilitação: Data: 20/05/2014. Hora: 09h30min. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes: Data: 20/05/2014, Hora: 10h00min. Informações serão prestadas na sede da municipalidade durante o expediente normal ou através do e-mail: compras@doutorpedrinho.sc.gov.br e do telefone 0xx47 3388-0148.

Doutor Pedrinho/SC, 05 de Maio de 2014.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

Revogação Consultoria Inss

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. AVISO DE REVOGAÇÃO. Modalidade: Pregão Presencial nº 0023/2014. Processo licitatório nº 0044/2014. Considerando o interesse público, bem como os princípios administrativos da legalidade, moralidade e principalmente na economicidade do erário público, o Chefe do Poder Executivo revoga a presente licitação. Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 - Centro - fone (49) 3436 - 4300. Amparo legal: Leis 8.666/93, 10.520/02 e suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 05 de maio de 2014.

EDEGAR GIORDANI,

PREFEITO MUNICIPAL.

Forquilha

PREFEITURA

Decreto Nº. 058, de 22 de Abril de 2014.

DECRETO Nº. 058, DE 22 DE ABRIL DE 2014.

CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PARA FINS DE AQUISIÇÃO E ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão de Avaliação para fins de aquisição e alienação de bens móveis e imóveis.

Art. 2º. Para compor a Comissão de Avaliação ficam nomeados os servidores Rodrigo Loch, Luiz Renato Steiner, Leandro Arns Back, Lilian Bitencourt Colombi.

Art. 3º. O trabalho realizado pelos componentes da Comissão de que trata o presente Decreto, é considerado serviço público relevante, sem ônus para o Município.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário, principalmente os Decretos Municipais 042/2001, 74/2004, 092/2008 e 068/2009.

Forquilha/SC, 22 de abril de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 22 de abril de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

Extrato de Contrato PMF Nº. 78/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 78/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - WZ MULTI-ESPORTES LTDA ME

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto, aquisição de camisetas, jalecos e uniforme para atendimento às diversas secretarias do Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 20.159,00 (vinte mil cento e cinquenta e nove reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - A despesa do objeto deste contrato correrá pelas seguintes pelas seguintes dotações orçamentárias do ano de 2014.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 65/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 16 de abril de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo FMS Nº 06/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 06/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº. 103/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - PONTO CERTO CONSTRUÇÕES LTDA

DO OBJETO - Execução de serviços na ampliação de 50,77 m² e adaptação e reforma geral de 143,78 m² da unidade de saúde de Cidade Alta na Rua Santa Bárbara - Bairro Cidade Alta, conforme proposta nº. 10540697000113002 do Ministério da Saúde junto ao Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução do contrato 103/FMS/2013 de 22/04/2014 para 21/06/2014 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 19/09/2014.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 17 de abril de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 28/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 28/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 183/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - PONTO CERTO CONSTRUÇÕES LTDA

DO OBJETO - prestação de serviços na execução das obras de ampliação de 537,35 m² e adaptação de ambientes e reforma geral de 443,03 m² no Centro de Educação Infantil Cantinho Feliz, Rua São José, Bairro Nova York, Forquilha/SC, compreendendo ainda o fornecimento dos materiais, mão-de-obra, máquinas, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias.

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução do contrato 183/PMF/2013, sendo que o prazo estipulado para execução anteriormente em 17/04/2014 passará para 16/06/2014, prorrogando automaticamente a vigência do contrato para 14/09/2014.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 16 de abril de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Distrato do Contrato Nº 07/Fma/2014

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

DISTRATO DO CONTRATO Nº 07/FMA/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO - CREMA ENGENHARIA LTDA

DO OBJETO - execução de serviços, com equipamentos rodoviários e caminhões truck, de forma parcelada, para serviços de terraplanagem, transporte de máquinas e materiais para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura do Município de Forquilha/SC, para o exercício de 2014.

DATA DA ASSINATURA - 22 de abril de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato FMS Nº. 34/2014

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 34/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - SIDERCOMP INFORMÁTICA

OBJETO - Constitui objeto do presente Termo Contratual a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da rede de dados, dos equipamentos de informática e afins, em diversos setores da Secretaria Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 51.500,00 (cinquenta e um mil e quinhentos reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 1701.2061.3390 (62).
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite nº. 14/FMS/2014.

DATA DA ASSINATURA - 15 de abril de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 79/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 79/2014
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - CELITO CARLESSI E CIA LTDA ME
OBJETO - O presente Contrato tem por objeto, aquisição de camisetas, jalecos e uniforme para atendimento às diversas secretarias do Município de Forquilha/SC.
VALOR - R\$ 10.960,00 (dez mil novecentos e sessenta reais).
VIGÊNCIA - 31/12/2014.
DOTAÇÃO - A despesa do objeto deste contrato correrá pelas seguintes pelas seguintes dotações orçamentárias do ano de 2014.
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 65/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 16 de abril de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Decreto Nº. 060, de 30 de Abril de 2014.

DECRETO Nº. 060, DE 30 DE ABRIL DE 2014.

CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA, PREVISTA NA LEI FEDERAL Nº 12.232/2010, PARA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS A SEREM APRESENTADAS EM LICITAÇÃO, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, Lei Federal nº 12.232/2010, Edital de Chamamento Público nº 28/PMF/2014;

CONSIDERANDO o disposto no § 1º do artigo 10 da Lei Federal nº 12.232/2010, as propostas técnicas apresentadas pelas licitantes serão analisadas e julgadas por uma Subcomissão Técnica, constituída por 3 (três) membros que deverão ser formados em comunicação, publicidade ou marketing, ou que atuem em uma dessas áreas, sendo que 1/3 (um terço) deles não poderá manter nenhum vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com o Município de Forquilha;

CONSIDERANDO escolha dos membros da Subcomissão Técnica deu-se por sorteio, em sessão pública, conforme Processo de Chamamento Público, Edital 28/PMF/2014;

DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída a Subcomissão Técnica, prevista na Lei Federal nº 12.232/2010, para análise e julgamento das propostas técnicas a serem apresentadas em licitação, objetivando a contratação de agência para a prestação de serviços de publicidade.

Art. 2º. Para compor a Subcomissão Técnica ficam nomeados:

a) Vinculados ao Município: Carla Machado Giassi e Janaína Gomes Teixeira;

b) Não Vinculados ao Município: Karina Eyng Zanoni.

Art. 3º. O trabalho realizado pelos componentes da Subcomissão de que trata o presente Decreto, é considerado serviço público relevante, sem ônus para o Município.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 30 de abril de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 22 de abril de 2014.
ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 61, de 02 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 61, DE 02 DE MAIO DE 2014.

CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, COM PROVENTOS INTEGRAIS A ANA ZUCHINALI FENALI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, inciso I da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de acordo com o que consta do Processo Nº 039/2014 e de conformidade com o art. 6º da Emenda Constitucional nº 041/2003 e art. 49 da Lei Municipal nº 1325/2007.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição com proventos integrais a ANA ZUCHINALI FENALI, brasileira, viúva, nascida em 01 de outubro de 1958, portadora do CPF nº 559.070.919-91, Carteira de Identidade nº 1.539.822/SSP/SC, CTPS nº 12.638/00007/SC, PASEP 1.702.150.646-3, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, matrícula nº 159, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com a seguinte memória de cálculo:

CÁLCULO DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA		
1-	RENDA MENSAL INICIAL	R\$ 1.181,67
2-	FATOR DE PROPORCIONALIDADE	100,00%
3-	VALOR LÍQUIDO DO BENEFÍCIO MENSAL	R\$ 1.181,67
4-	TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO DA SEGURADA (=) tempo total líquido até 30/04/2014	30 anos e 20 dias
TIPO DE BENEFÍCIO: Aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição com proventos integrais, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 041/2003 e art. 49 da Lei Municipal nº 1.325/2007.		

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 02 de maio de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 02 de maio de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

Extrato de Contrato PMF Nº. 85/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 85/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - TRL CONSTRUÇÕES LTDA

OBJETO - Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços na construção do piso, bases de equipamentos, muretas de floreiras e acessos, e iluminação para a academia popular a ser instalada na Rodovia dos Imigrantes Italianos - Localidade de Sanga do Café - Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 26.184,93 (vinte e seis mil cento e oitenta e quatro reais e noventa e três centavos).

VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente contrato é de 150 (cento e cinquenta) dias corridos (prazo de execução + 90 dias). - 22/09/2014.

DOTAÇÃO - 0803.1008.4490 (148).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite nº. 82/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 25 de abril de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 19/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 19/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 275/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - TRL CONSTRUÇÕES LTDA.

DO OBJETO - Contratação de empresa especializada para construção da infra e meso estrutura de uma ponte de concreto armado sobre a Sanga do Engenho com vão de 9,00m e largura de 5,10m na Rodovia Abelle Savi - Localidade Sanga do Café - Município de Forquilha/SC, por meio da Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano, compreendendo material e mão-de-obra, conforme projetos que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento contratual.

DO VALOR - Fica acrescido o valor de R\$ 8.109,63 (oito mil cento e nove reais e sessenta e três centavos) conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº. 8.666/93 e suas alterações, devido a serviços adicionais por necessidade da obra, conforme solicitação.

DO PRAZO - Em razão das adequações supracitadas, fica acrescido 60 (trinta) dias no prazo de execução do contrato 275/PMF/2013 de 18/03/2014 para 17/05/2014 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 15/08/2014.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 e 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 14 de março de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação: Pregão Presencial Nº. 100/PMF/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 100/PMF/2014.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de 01 (uma) carregadeira compacta com equipamento recolhedor (vasoura) e sprinkler, para atender as necessidades da Secretaria de

Obras e Desenv. Urbano do município de Forquilha/SC
DATA DE ABERTURA: Dia 21 de maio de 2014 às 14:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha/SC, 05 de maio de 2014.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

Aviso de Licitação: Pregão Presencial Nº. 101/PMF/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 101/PMF/2014.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de Lubrificantes, Graxas e afins para uso na manutenção e conservação dos veículos da frota do Município de Forquilha, no período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 19 de maio de 2014 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha/SC, 05 de maio de 2014.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

Fraiburgo

PREFEITURA

Extrato Edital Educação Até Dezembro 2014

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0025 DE 02 DE MAIO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação de Professores em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público na área da educação do Município de Fraiburgo, nas funções públicas de PROFESSOR nas seguintes áreas de atuação e disciplina: Séries Iniciais e Educação Física, do quadro geral e quadros especiais de inscrições. O preenchimento de vagas será para o ano de 2014, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 06 de maio a 10 de dezembro de 2014, das 08:00 as 11:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente (excetuados sábado, domingo, feriados e pontos facultativos), na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3013.

Fraiburgo, 02 de maio de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0987/2014

PORTARIA Nº 987, DE 02 DE MAIO DE 2014.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a servidora GISELE CORDEIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 050.676.949-63, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 02 de maio de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de maio de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0988/2014

PORTARIA N.º 988, DE 02 DE MAIO DE 2014.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010; e alterações posteriores; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2011, homologado pelo decreto 278/2011; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0561/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear GISELE CORDEIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 050.676.949-63, no cargo de provimento efetivo de COORDENADOR PEDAGÓGICO - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 05 de maio de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de maio de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0989/2014

PORTARIA N.º 989, DE 02 DE MAIO DE 2014.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010; e alterações posteriores; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2011, homologado pelo decreto 278/2011; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0561/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JANE DE FÁTIMA FURTADO CORDOVA PEREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 814.956.099-87, no cargo de provimento efetivo de COORDENADOR PEDAGÓGICO - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 05 de maio de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de maio de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0990/2014

PORTARIA N.º 990, DE 02 DE MAIO DE 2014.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010; e alterações posteriores; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2011, homologado pelo decreto 278/2011; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0561/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear DENISIA POSANSKE MITTANCK, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 636.519.809-44, no cargo de provimento efetivo de COORDENADOR PEDAGÓGICO - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 05 de maio de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de maio de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0991/2014

PORTARIA N.º 991, DE 02 DE MAIO DE 2014.

Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0635/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear IRENE SERAFINI CONTE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 575.490.289-15, no cargo de provimento em comissão de DIRETOR ESCOLAR NIVEL 1, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 05 de maio de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de maio de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 0992/2014

PORTARIA Nº 992, DE 02 DE MAIO DE 2014.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0042, de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0637/2014, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 20 horas semanais a

professora ORISA GULARTE SOLIGO, que encontra-se afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais a carga horária da servidora GISLAINE DA SILVA CARACHO MACIEL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 058.902.349-78, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, no período de 05 de maio de 2014 até 04 de agosto de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de maio de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0993/2014

PORTARIA Nº 993, DE 02 DE MAIO DE 2014.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0042, de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0638/2014, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais a professora ANGELA MARIA DEMORI CONTE, que encontra-se afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora MARIA SALETE DA SILVA LUCIANO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 899.070.279-87, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, no período de 05 de maio de 2014 até 04 de agosto de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de maio de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0994/2014

PORTARIA Nº 994, DE 02 DE MAIO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0021, de 14 de março de 2014 e Contrato Administrativo; e

em conformidade com a comunicação interna n.º 0639/2014, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais a professora MARCIA VELOSO LINHARES, que encontra-se afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARTA APARECIDA AMARAL, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 055.122.019-80, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de maio de 2014 até 04 de agosto de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de maio de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0995/2014

PORTARIA Nº 995, DE 02 DE MAIO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0014, de 31 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ANGÉLICA ANA DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 090.273.089-42, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de maio de 2014 até 04 de julho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de maio de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0996/2014

PORTARIA N.º 996 DE 02 DE MAIO DE 2014.

Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0594/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear DANIEL JUNIOR PEREIRA, brasileiro, solteiro,

inscrito no CPF sob o n.º 064.783.229-12, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 05 de maio de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de maio de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

TERMO DE CONVOCAÇÃO/Nutricionista

TERMO DE CONVOCAÇÃO

(Edital de Concurso Público n. 001/2010)

Senhor(a): LETICIA SERNAJOTTO URBANO DE MORAES

R RODEIO 195 CASA, VELHA

89012-470 - BLUMENAU - SC

CARGO: NUTRICIONISTA

Classificação: 11º

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 001/2010, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 110/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelo Decreto n. 306/2010, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS-LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);
- c) Cópia do CPF;
- d) Cópia da Carteira de Identidade;
- e) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- f) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- g) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- h) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- i) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- j) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);
- k) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;
- l) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido).

m) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação - CNH (quando exigida);

n) Carteira de Saúde (quando cargo exigir). Para demais casos, Carteira de Vacina;

o) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO - Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;

p) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);

q) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);

r) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);

s) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);

t) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:

I - acuidade visual;

II - audiométrico;

III - hemograma;

IV - lipidograma;

V - glicemia;

VI - RX Tórax PA e Perfil;

VII - fator RH;

VIII - sorologia para Lues;

IX - parcial de urina;

X - uréia;

XI - ECG de repouso, para candidatos com idade igual ou superior a 35(trinta e cinco) anos;

t.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;

u) Atestado de Anamnese Clínica e Social - Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Avaliação Sociofuncional através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores "a" a "t");

v) Atestado de Saúde Ocupacional - Exame Admissional - Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores "a" a "u");

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens "a" a "t" supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCAÇÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC., 5/5/2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: _____ de _____ de _____.

LETICIA SERNAJOTTO URBANO DE MORAES

Termo de Convocação/Odontólogo

TERMO DE CONVOCAÇÃO

(Edital de Concurso Público n. 001/2010)

Senhor(a): ANDRE LUIS PAES JULIANI
RUA MARECHAL DEODORO50APT101, CENTRO
89500-000 - CACADOR - SC

CARGO: ODONTÓLOGO (40h)

Classificação: 13º

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 001/2010, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 110/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelo Decreto n. 306/2010, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS-LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

a) 1(uma) foto ¾ recente;

b) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);

c) Cópia do CPF;

d) Cópia da Carteira de Identidade;

e) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;

f) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);

g) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;

h) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;

i) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;

j) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);

k) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;

l) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido).

m) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação - CNH (quando exigida);

n) Carteira de Saúde (quando cargo exigir). Para demais casos, Carteira de Vacina;

o) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO - Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;

p) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);

q) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);

r) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);

s) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);

t) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:

I - acuidade visual;

II - audiométrico;

III - hemograma;

IV - lipidograma;

V - glicemia;

VI - RX Tórax PA e Perfil;

VII - fator RH;

VIII - sorologia para Lues;

IX - parcial de urina;

X - uréia;

XI - ECG de repouso, para candidatos com idade igual ou superior a 35(trinta e cinco) anos;

t.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;

u) Atestado de Anamnese Clínica e Social - Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Avaliação Sociofuncional através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores "a" a "t");

v) Atestado de Saúde Ocupacional - Exame Admissional - Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de

Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores "a" a "u");

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens "a" a "t" supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCAÇÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC., 5/5/2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: _____ de _____ de _____.

ANDRE LUIS PAES JULIANI

Extrato de Suspensão de Ata de Registro

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0061/2014- PMF
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0039/2014 - REGISTRO DE PREÇO Nº 0024

EXTRATO DE SUSPENSÃO DA ATA Nº AT14PMF50

O Prefeito Municipal de Fraiburgo torna público a SUSPENSÃO da Ata de Registro AT14PMF50 firmada com a empresa F. VACHILESKI & CIA LTDA em 23/04/2014, diante da impetração de Mandado de Segurança (autos 0300-05.2014.8.24.0024) pela empresa FM PNEUS LTDA, onde foi deferida a liminar pleiteada. Informações: 3256 3000 - Ramais 3023/3039/3048. E-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 05 de maio de 2014.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal

Portaria Nº 0997/2014

PORTARIA Nº 997, DE 05 DE MAIO DE 2014.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado..

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato da servidora NATALIA FANTINEL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 009.033.639-92, contratada em caráter temporário na função de ENFERMEIRO - ESF, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 05 de maio de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de maio de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0998/2014

PORTARIA Nº 998, DE 05 DE MAIO DE 2014.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato da servidora MARLENE DOMINGUES DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 949.624.309-63, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 05 de maio de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de maio de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0999/2014

PORTARIA N.º 999, DE 05 DE MAIO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0012 de 21 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 036/2014 do Departamento de Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de VIVIANE CAREGNATO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 064.065.079-16, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA- DANÇA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 07 de maio de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de maio de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1000/2014

PORTARIA N.º 1.000, DE 05 DE MAIO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0012 de 21 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 036/2014 do Departamento de Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de GERSON DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 066.474.149-59, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA- DANÇA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 07 de maio de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de maio de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Autuação I

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 324 1541/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACE8716	54685616E	6920/0	03/02/2014	233
MBW8829	54685621E	6920/0	06/02/2014	233
MDA1231	55352933D	6912/0	26/02/2014	232
MDA1231	55352934D	6610/2	26/02/2014	230 * VII
MDH7624	54685648E	6920/0	26/02/2014	233
MDO5100	55022345E	6653/1	01/02/2014	230 * XI
MEH1730	54685623E	6920/0	07/02/2014	233
MFO6493	55022484E	6653/2	26/02/2014	230 * XI
MGF5994	55022803E	5010/0	26/02/2014	162 * I
MGF5994	55022804E	5118/0	26/02/2014	164 c/c 162 * I
MGF5994	55022805E	6599/2	26/02/2014	230 * V
MKS2696	55022369E	5274/1	01/02/2014	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 2 DE MAIO DE 2014

JHON ENDY LAMB

DELEGADO DE POLÍCIA

AUTUAÇÃO II

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 324 1545/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACO6883	55022603E	5010/0	08/03/2014	162 * I
ACO6883	55022604E	5061/0	08/03/2014	163 c/c 162 * I
LWS9890	54685634E	6920/0	18/02/2014	233
LXC7916	55352869D	6769/1	10/02/2014	230 * XXII
LXE3021	54685663E	6920/0	11/03/2014	233
LYG7298	54685657E	6920/0	07/03/2014	233
LYK0931	55022494E	6769/2	06/03/2014	230 * XXII
LYQ0485	55022813E	6637/1	11/03/2014	230 * IX
LYQ0485	55352822D	6912/0	11/03/2014	232
LZJ8171	54685669E	6920/0	12/03/2014	233
LZZ7728	55352330D	6599/2	02/03/2014	230 * V
MAG5647	55022430E	6726/1	12/02/2014	230 * XVIII
MAI1580	54889841B	6599/2	28/02/2014	230 * V
MAI1580	54889842B	6637/1	28/02/2014	230 * IX
MAL6903	55022855E	5118/0	10/03/2014	164 c/c 162 * I
MAL6903	55352946D	5010/0	10/03/2014	162 * I
MCO3632	54685655E	6920/0	06/03/2014	233
MGL4328	55022263E	5010/0	17/02/2014	162 * I
MGL4328	55022264E	5118/0	17/02/2014	164 c/c 162 * I
MGM6558	55352824D	6599/2	11/03/2014	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 2 DE MAIO DE 2014

JHON ENDY LAMB

DELEGADO DE POLICIA

AUTUAÇÃO III

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 324 1549/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADJ4750	55352927D	6599/2	22/02/2014	230 * V
MEV2009	55352751D	5045/0	22/02/2014	162 * V
MEV2009	55352752D	5096/0	22/02/2014	163 c/c 162 * V
MEW1089	55352038D	5010/0	20/02/2014	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 2 DE MAIO DE 2014

JHON ENDY LAMB
DELEGADO DE POLÍCIA

PENALIDADE I

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 324 1543/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZW4016	55352715D	6920/0	10/12/2013	R\$ 127,69	233
MDF3075	55352601D	5010/0	15/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
MDF3075	55352602D	5118/0	15/12/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDF3075	55352720D	6408/0	15/12/2013	R\$ 85,12	221
MHK1716	54685557E	6920/0	17/12/2013	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 2 DE MAIO DE 2014

JHON ENDY LAMB

DELEGADO DE POLÍCIA

PENALIDADE II

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 324 1547/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYE6906	55352145D	6599/2	23/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYE6906	55352146D	6912/0	23/12/2013	R\$ 53,20	232
LYE6906	55352149D	5142/0	23/12/2013	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
LYE6906	55352150D	5045/0	23/12/2013	R\$ 191,53	162 * V
MAL6332	55352294D	6920/0	12/11/2013	R\$ 127,69	233
MIG9534	55022359E	6599/2	25/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
MKE5030	54685598E	6920/0	24/01/2014	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 2 DE MAIO DE 2014

JHON ENDY LAMB

DELEGADO DE POLICIA

PENALIDADE III

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 324 1551/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BKQ0258	55352296D	6726/1	13/11/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
BKQ0258	55352500D	6408/0	13/11/2013	R\$ 85,12	221
BNX8187	55350409D	6920/0	26/11/2013	R\$ 127,69	233
BYM4417	55352558D	6726/1	14/11/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
LXL6980	55352665D	5274/1	30/11/2013	R\$ 191,53	175
LXU6339	55352410D	6920/0	05/11/2013	R\$ 127,69	233
LYW9274	54602740C	6726/1	08/11/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
LYW9274	54602741C	6769/1	08/11/2013	R\$ 85,12	230 * XXII
LYZ6467	54889835B	6920/0	07/11/2013	R\$ 127,69	233
LZF6342	55352487D	6610/2	09/11/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MAC5765	55352504D	6556/1	11/11/2013	R\$ 191,53	230 * I
MAC5765	55352505D	6769/1	11/11/2013	R\$ 85,12	230 * XXII
MAK1484	55351874D	5010/0	08/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
MAK1484	55351875D	6599/2	08/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCQ0125	55352417D	5169/1	10/11/2013	R\$ 1.915,38	165
MCQ0125	55352419D	5274/1	10/11/2013	R\$ 191,53	175
MDR9117	55352095D	6920/0	26/11/2013	R\$ 127,69	233
MEX2176	55352478D	6599/2	08/11/2013	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 2 DE MAIO DE 2014

JHON ENDY LAMB

DELEGADO DE POLICIA

Decreto nº 133/2014

DECRETO Nº. 133, DE 02 DE MAIO DE 2014.

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0004 DE 11 DE ABRIL DE 2014, DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI.

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgado a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0004 de 11 de abril de 2014, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 02 DE MAIO DE 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - Sanefrai

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0004 DE 11 DE ABRIL DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Operacional** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Operacional**

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática	Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	3	OTAVIO HENRIQUE CORREA DE JESUS	10	0	0	0	0	NÃO	11/9/1994
2	1	EDER CORREA CIRINO	0	0	0	0	2	NÃO	18/10/1982
3	2	EZEQUIEL DA SILVA SANTOS	0	0	0	0	0	NÃO	28/7/1994

sexta-feira, 2 de maio de 2014

Página 1 de 2

sexta-feira, 2 de maio de 2014

Página 2 de 2

Decreto nº 134/2014

DECRETO Nº. 134, DE 5 DE MAIO DE 2014.

HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0024, DE 14 DE ABRIL DE 2014.

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0024 de 14 de abril de 2014, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 05 DE MAIO DE 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0024 DE 14 DE ABRIL DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: Artes - Teatro

Quadro: II - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO – PROFESSOR

Código: 2

Área de Atuação: Departamento de Cultura

Disciplina: Artes - Teatro

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	1	ADEMIR CARLOS ANTUNES PINTO	5

Critérios de Desempate					
	1º	2º	3º	4º	5º
	Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
	0	5	0	NÃO	2/12/1968

segunda-feira, 5 de maio de 2014

Página 2 de 2

Garopaba

PREFEITURA

Extrato de Ata de Registro de Preço Nº 31/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 31/2014
PMG

Ata nº. 31/2014; Processo nº. 49/2014; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratada: VIA SC COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA EPP; Objeto: Registro de Preços para prestação de serviços técnicos especializados em manutenção preventiva e corretiva, através de serviços mecânicos, elétricos, lanternagem nos veículos leves que pertencentes à frota do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba. Valor: R\$ 70.000,00; Data da Assinatura: 05/05/2014.

Portaria N.º 322/2014.

PORTARIA N.º 322, DE 27 DE MARÇO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) SILVANA ROSA DE SOUZA, Contrato n.º 214/2012, em 01/04/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 27 de março de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 328/2014.

PORTARIA N.º 328, DE 01 DE ABRIL DE 2014.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) JACIRA CONCEIÇÃO MARTINS LOPES, Servente,

matrícula funcional n.º 3763, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 20 (vinte) dias, a partir de 22/03/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 22/03/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de abril de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 329/2014.

PORTARIA N.º 329, DE 01 DE ABRIL DE 2014.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ROSA JOAQUINA DE SOUZA, Professora, matrícula funcional n.º 0071, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 01/04/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de abril de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 330/2014.

PORTARIA N.º 330, DE 01 DE ABRIL DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor

SEVERO JOSÉ COSTA, Matrícula Funcional n.º 0789, referente à 2012/2013, no período de 07/04/2014 à 06/05/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de abril de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 331/2014.

PORTARIA N.º 331, DE 01 DE ABRIL DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor ALEXANDRE VITOR BARCELOS, Matrícula Funcional n.º 4909, referente à 2013/2014, no período de 07/04/2014 à 24/04/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de abril de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 332/2014.

PORTARIA N.º 332, DE 01 DE ABRIL DE 2014.
DISPÕE SOBRE INTERRUÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 24/03/2014, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do servidor MARCUS VINICIUS ISRAEL, Matrícula Funcional n.º 4979, concedidas através da Portaria n.º 281/2014, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 24/03/2014.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de abril de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 333/2014.

PORTARIA N.º 333, DE 01 DE ABRIL DE 2014.
DISPÕE SOBRE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA À MATERNIDADE, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 131, da Lei n.º 1000/2005, a servidora LEANDRA CARINE DA COSTA, Professora, matrícula funcional n.º 5486, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 25/03/2014.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 25/03/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de abril de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 334/2014.

PORTARIA N.º 334, DE 01 DE ABRIL DE 2014.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) SIDINEI MARQUES, Operador de Equipamentos, matrícula funcional n.º 3704, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 10/03/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 10/03/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de abril de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 337/2014.

PORTARIA N.º 337, DE 02 DE ABRIL DE 2014.
DISPÕE SOBRE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA À MATERNIDADE, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 131, da Lei n.º 1000/2005, a servidora VANESSA BATISTA MENDONÇA PIRES, Professora, matrícula funcional n.º 4269, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 27/03/2014.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 27/03/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de abril de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 338/2014.

PORTARIA N.º 338, DE 02 DE ABRIL DE 2014.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) ROSA JOAQUINA DE SOUZA, Professora, matrícula funcional n.º 0071, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 21/03/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 21/03/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de abril de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 339/2014.

PORTARIA N.º 339, DE 02 DE ABRIL DE 2014.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) JACIRA CONCEIÇÃO MARTINS LOPES, Servente, matrícula funcional n.º 3763, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 13/04/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de abril de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 340/2014.

PORTARIA N.º 340, DE 02 DE ABRIL DE 2014.
DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, a servidora MARIA ESTÁCIO ANDRÉ, Matrícula Funcional n.º 0816, referente a 2007-2012, no período de 01/04/2014 à 30/04/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/04/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de abril de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 341/2014.

PORTARIA N.º 341, DE 02 DE ABRIL DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora MARIA DAS DORES SIRINO DA COSTA, Matrícula Funcional n.º 0039, referente à 2013, no período de 01/04/2014 à 30/04/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/04/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de abril de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 342/2014.

PORTARIA N.º 342, DE 02 DE ABRIL DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor VIRISSIMO BERNARDINO RODRIGUES neto, Matrícula Funcional n.º 0015, referente a 2012/2013, no período de 01/04/2014 à 30/04/2014.

Art. 2º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/04/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de abril de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 343/2014.

PORTARIA N.º 343, DE 03 DE ABRIL DE 2014.
DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES A FAZEREM JUS AO ADICIONAL POR PLANTÃO DIFERENCIADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos da Lei Municipal n.º 1.623/2012 e demais legislação vigente, os Servidores do Plantão Diferenciado do cargo de Enfermeiro e Técnico em Enfermagem da Secretaria de Saúde no período de abril de 2014:

MATRICULA	NOME
5258	Alessandro Predebon
3571	Ana Cristina da Silva Prudêncio
3764	Ana Maria de Souza Roecker
3552	Bruna da Silva
5255	Carini Martins
3648	Celiane Gonçalves Carlsen
5269	Daiane Cristina Leopoldo
5270	Elis Margreth Eliseu Hilário
5293	Fabíula Rodrigues Garcia
5538	Luciane dos Santos
5304	Lucienei Teixeira Gonçalves
5126	Mara Isa Yarenhuk
3759	Maria Aparecida dos Santos
5294	Maria Raimunda Miranda
5298	Marlene Batista Abreu
5271	Raquel Xavier
3643	Rozilda de Amorim
5522	Rozimar Pacheco Martins
3595	Sueli Teresinha dos Santos
5287	Vanessa Márcia Tabaczinski

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/04/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de abril de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 344/2014.

PORTARIA N.º 344, DE 03 DE ABRIL DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor

GERALDO LAUDELINO DE SENNA FILHO, Matrícula Funcional n.º 0105, referente à 2013/2014, no período de 02/04/2014 à 01/05/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/04/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de abril de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 345/2014.

PORTARIA N.º 345, DE 03 DE ABRIL DE 2014.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) INACIA LOPES DO NASCIMENTO BENTO, Agente Comunitária, matrícula funcional n.º 5180, contribuinte do Regime Geral de Previdência, a partir de 01/04/2014, sendo encaminhado(o) após o décimo quinto dia ao INSS.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/04/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de abril de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 346/2014.

PORTARIA N.º 346, DE 03 DE ABRIL DE 2014.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ALEXANDRE JOSÉ PEREIRA,

Motorista, matrícula funcional n.º 5457, contribuinte do Regime Geral de Previdência, a partir de 11/04/2014, sendo encaminhado(o) após o décimo quinto dia ao INSS.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de abril de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 347/2014.

PORTARIA N.º 347, DE 04 DE ABRIL DE 2014.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) JACIRA CONCEIÇÃO MARTINS LOPES, Servente, matrícula funcional n.º 3763, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 20 (vinte) dias, a partir de 11/04/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de abril de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 352/2014.

PORTARIA N.º 352, DE 07 DE ABRIL DE 2014.

DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 02/04/2014, nos termos do

art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, da servidora CLAUDETE MEDEIROS, Matrícula Funcional n.º 4293, concedidas através da Portaria n.º 299/2014, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/04/2014.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de abril de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 353/2014.

PORTARIA N.º 353, DE 07 DE ABRIL DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor ADELIR RODRIGUES, Matrícula Funcional n.º 0011, referente a 2013/2014, no período de 04/04/2014 à 03/05/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 04/04/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de abril de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 354/2014.

PORTARIA N.º 354, DE 07 DE ABRIL DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora BIANCA DOS PASSOS, Matrícula Funcional n.º 4735, referente a 2013, no período de 11/04/2014 à 30/04/2014.

Art. 2º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de abril de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 359/2014.

PORTARIA N.º 359, DE 08 DE ABRIL DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora LUZIA PONCIANO, Matrícula Funcional n.º 3754, referente a 2012/2013, no período de 05/05/2014 à 19/05/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de abril de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 360/2014.

PORTARIA N.º 360, DE 08 DE ABRIL DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora NÉSIA DE OLIVEIRA ANDRIOTTI, Matrícula Funcional n.º 3649, referente a 2012/2013, no período de 05/05/2014 à 19/05/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de abril de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 361/2014.

PORTARIA N.º 361, DE 08 DE ABRIL DE 2014.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) CIBELE MADSEN BUBA, Contrato n.º 243/2014, em 27/04/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de abril de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 362/2014.

PORTARIA N.º 362, DE 09 DE ABRIL DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor INDALÉCIO CARLSEN, Matrícula Funcional n.º 0112, referente à 2013/2014, no período de 01/04/2014 à 30/04/2014.

Art. 2º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/04/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de abril de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 363/2014.

PORTARIA N.º 363, DE 09 DE ABRIL DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 10 (dez) dias, concedidos através da Portaria n.º 018/2013 e suspensas através da Portaria n.º 217/2013, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora ANDREIA KRAVETZ, Matrícula Funcional n.º 0036, no período de 08/04/2014 à 17/04/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 08/04/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de abril de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 364/2014.

PORTARIA N.º 364, DE 09 DE ABRIL DE 2014.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) MARIA CELECINA PEREIRA DE OLIVEIRA, Atendente de Saúde, matrícula funcional n.º 0087, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 12/04/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de abril de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 365/2014.

PORTARIA N.º 365, DE 10 DE ABRIL DE 2014.

DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 10/04/2014, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do servidor THIAGO QUATRIN TOSETTO, Matrícula Funcional n.º 4968, concedidas através da Portaria n.º 298/2014, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de abril de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 366/2014.

PORTARIA N.º 366, DE 10 DE ABRIL DE 2014.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora INACIA LOPES DO NASCIMENTO BENTO, Agente comunitária, matrícula funcional n.º 5180, contribuinte do Regime Geral de Previdência, contrato temporário, pelo período de 38 (trinta e oito) dias, a partir de 01/04/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/04/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de abril de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 367/2014.

PORTARIA N.º 367, DE 10 DE ABRIL DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora SUELI TEREZINHA DOS SANTOS, Matrícula Funcional n.º 3595, referente à 2012/2013, no período de 15/04/2014 à 30/04/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de abril de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 368/2014.

PORTARIA N.º 368, DE 10 DE ABRIL DE 2014.

DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 16/04/2014, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do servidor LUIZ CARLOS GASPAR, Matrícula Funcional n.º 4999, concedidas através da Portaria n.º 300/2014, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de abril de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 369/2014.

PORTARIA N.º 369, DE 11 DE ABRIL DE 2014.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba,

no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) JACIRA CONCEIÇÃO MARTINS LOPES, Servente, matrícula funcional n.º 3763, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 02/05/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de abril de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 370/2014.

PORTARIA N.º 370, DE 14 DE ABRIL DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor RICHARD MACIEL HABERLEHNER, Matrícula Funcional n.º 4953, referente a 2013/2014, no período de 22/04/2014 à 11/05/2014.

Art. 2º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de abril de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 371/2014.

PORTARIA N.º 371, DE 14 DE ABRIL DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor RAFAEL RIBEIRO DE ROYA, Matrícula Funcional n.º 5003, referente a 2013/2014, no período de 15/04/2014 à 29/04/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de abril de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 372/2014.

PORTARIA N.º 372, DE 14 DE ABRIL DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora ROSINETE CARDOSO RODRIGUES, Matrícula Funcional n.º 3554, referente a 2012/2013, no período de 22/04/2014 à 21/05/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de abril de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 373/2014.

PORTARIA N.º 373, DE 14 DE ABRIL DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora TELMA DA SILVA GONÇALVES, Matrícula Funcional n.º 5040 referente à 2013/2014, no período de 30/04/2014 à 14/05/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de abril de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 374/2014.

PORTARIA N.º 374, DE 14 DE ABRIL DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor MASTRÂngelo ney campelo, Matrícula Funcional n.º 4235 referente à 2012/2013, no período de 30/04/2014 à 14/05/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de abril de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 375/2014.

PORTARIA N.º 375, DE 15 DE ABRIL DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora MARIA DAS DORES DE SOUZA GADAN, Matrícula Funcional n.º 0004, referente a 2012/2013, no período de 22/04/2014 à 21/05/2014.

Art. 2º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de abril de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 376/2014.

PORTARIA N.º 376, DE 15 DE ABRIL DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias, referente às férias concedidas através da Portaria n.º 288/2014, da Servidora CLEIDE DE SOUZA, Matrícula Funcional n.º 0740,

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de abril de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 377/2014.

PORTARIA N.º 377, DE 16 DE ABRIL DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor RAFAEL DE SOUZA, Matrícula Funcional n.º 3271, referente a 2013/2014, no período de 02/05/2014 à 31/05/2014.

Art. 2º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º

1.321/2009, 10 (dez) dias de férias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de abril de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 378/2014.

PORTARIA N.º 378, DE 16 DE ABRIL DE 2014.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ROSEMAR DE SOUZA, Professora, matrícula funcional n.º 0753, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 06/04/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 06/04/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de abril de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 379/2014.

PORTARIA N.º 379, DE 16 DE ABRIL DE 2014.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) MARIA CELECINA PEREIRA DE OLIVEIRA, Atendente de Saúde, matrícula funcional n.º 0087, contribuinte do Regime

Próprio de Previdência, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 12/04/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 12/04/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de abril de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 380/2014.

PORTARIA N.º 380, DE 16 DE ABRIL DE 2014.

DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 16/04/2014, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, da servidora MARGARETE MARTINS PAUSE, Matrícula Funcional n.º 4975, concedidas através da Portaria n.º 280/2014, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de abril de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 381/2014.

PORTARIA N.º 381, DE 22 DE ABRIL DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora ANA CRISTINA DA SILVA PRUDÊNCIO, Matrícula Funcional n.º 3571, referente à 2012/2013, no período de 16/04/2014 à 05/05/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 16/04/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de abril de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 382/2014.

PORTARIA N.º 382, DE 22 DE ABRIL DE 2014.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) RENATA BONASPETTI, Contrato n.º 421/2013, em 24/04/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de abril de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 383/2014.

PORTARIA N.º 383, DE 22 DE ABRIL DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 14 (quatorze) dias, concedidos através da Portaria n.º 721/2013, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora ROZILDA DE AMORIM, Matrícula Funcional n.º 3643, no período de 29/04/2014 à 12/05/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de abril de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 384/2014.

PORTARIA N.º 384, DE 22 DE ABRIL DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor TIAGO MEDEIROS, Matrícula Funcional n.º 3555, referente à 2013/2014, no período de 05/05/2014 à 03/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de abril de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 386/2014.

PORTARIA N.º 386, DE 23 DE ABRIL DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor CRISTIANO VIEIRA ABREU, Matrícula Funcional n.º 3702, referente à 2013/2014, no período de 01/05/2014 à 30/05/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de abril de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 387/2014.

PORTARIA N.º 387, DE 23 DE ABRIL DE 2014.

DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, a servidora MARIA DAS DORES SIRINO DA COSTA, Matrícula Funcional n.º 0039, referente a 2007-2011, no período de 02/05/2014 à 31/05/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de abril de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 388/2014.

PORTARIA N.º 388, DE 23 DE ABRIL DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora LENI SANTOS LIMA, Matrícula Funcional n.º 5042, referente a 2013/2014, no período de 05/05/2014 à 19/05/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de abril de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 389/2014.

PORTARIA N.º 389, DE 23 DE ABRIL DE 2014.

DISPÕE SOBRE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei

Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA À MATERNIDADE, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 131, da Lei n.º 1000/2005, a servidora FABIANE MARIA GONÇALVES, Professora, matrícula funcional n.º 0748, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 07/04/2014.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 07/04/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de abril de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 390/2014.

PORTARIA N.º 390, DE 23 DE ABRIL DE 2014.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) LIONI FILISBINA FONSECA, Merendeira, matrícula funcional n.º 3682, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 07/04/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 07/04/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de abril de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 391/2014.

PORTARIA N.º 391, DE 23 DE ABRIL DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei

Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor ROBERTO CARLOS ABREU DA SILVA, Matrícula Funcional n.º 0013, referente à 2011/2012, no período de 12/05/2014 à 10/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de abril de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 392/2014.

PORTARIA N.º 392, DE 23 DE ABRIL DE 2014.

DISPÕE SOBRE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA À MATERNIDADE, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 131, da Lei n.º 1000/2005, a servidora PAULA PEDRON, Chefe da Divisão de Processos de Atenção aos Conselheiros, matrícula funcional n.º 3011, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 23/04/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de abril de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 393/2014.

PORTARIA Nº 393, DE 23 DE ABRIL DE 2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO COMO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE GAROPABA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Complementar nº 123/2006 no seu Art. 85-A, e a Lei Complementar Municipal nº 1.598/2012,

ROSOLVE:

Art. 1º. Designar a senhora EMANUELE BARCELLOS CANDIDO, ocupante de cargo em comissão, CPF nº 933.944.460-49, como Agente Municipal de Desenvolvimento do Município de Garopaba/SC.

Art. 2º. O Agente Municipal de Desenvolvimento é parte indispensável para a efetivação no município do PROGRAMA DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL COM FUNDAMENTO NA LEI GERAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA, conforme termo de adesão assinado entre esse município a APRECE e SEBRAE/CE, que tem com objetivo a promoção da regulamentação e implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas - Lei Complementar Nº123-06, resultado da parceria entre a Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado de Santa Catarina - FECAM, a Confederação Nacional dos Municípios - CNM e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE.

Art. 3º. Das ações do Agente Municipal de Desenvolvimento:

I - Organizar um Plano de Trabalho de acordo com as prioridades de implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no município;

II - Identificar as lideranças locais no setor público, privado e lideranças comunitárias que possam colaborar com o trabalho;

III - Montar grupo de trabalho com principais representantes de instituições públicas e privadas e dar a essa atividade um caráter oficial;

IV - Manter diálogo constante com o grupo de trabalho, lideranças identificadas como prioritárias para a continuidade do trabalho, e diretamente com os empreendedores do município;

V - Manter registro organizado de todas as suas atividades; e

VI - Auxiliar o poder público municipal no cadastramento e engajamento dos empreendedores individuais.

Art. 4º. A presente Portaria tem seus efeitos retroativos a 01/03/2014, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de abril de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 394/2014.

PORTARIA N.º 394, DE 23 DE ABRIL DE 2014.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) SANDRA ELISA DA CUNHA, Contrato n.º 374/2013, em 23/04/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de abril de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 395/2014.

PORTARIA N.º 395, DE 23 DE ABRIL DE 2014.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 55, da Lei Municipal n.º 1000/2005, MARIA DE LOURDES BARCELOS, CPF n.º 050.732.379-35, das funções comissionadas do cargo de COORDENADOR DO CAPS, da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 30/04/2014.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de abril de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 396/2014.

PORTARIA N.º 396, DE 24 DE ABRIL DE 2014.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, SANDRA ELISA DA CUNHA, CPF n.º 501.511.930-53, para exercer o cargo comissionado de CHEFE DE SETOR DE APOIO, da Secretaria de Saúde, a partir de 24 de abril de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de abril de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 397/2014.

PORTARIA N.º 397, DE 24 DE ABRIL DE 2014.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) JACIRA CONCEIÇÃO MARTINS LOPES, Servente, matrícula funcional n.º 3763, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 01/05/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de abril de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 398/2014.

PORTARIA N.º 398, DE 24 DE ABRIL DE 2014.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor ALEXANDRE JOSÉ PEREIRA, Motorista, matrícula funcional n.º 5457, contribuinte do Regime Geral de Previdência, contrato temporário, pelo período de 47 (quarenta e sete) dias, a partir de 11/04/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 11/04/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de abril de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 399/2014.

PORTARIA N.º 399, DE 25 DE ABRIL DE 2014.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) ALBERTINA ESPINDOLA MACHADO, Contrato n.º 079/2014, em 23/04/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 23/04/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de abril de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 400/2014.

PORTARIA N.º 400, DE 25 DE ABRIL DE 2014.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) DAMARIS MAIOCHI, Contrato n.º 117/2014, em 25/04/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de abril de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 401/2014.

PORTARIA N.º 401, DE 25 DE ABRIL DE 2014.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.734/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 55, da Lei Municipal n.º 1000/2005, LUIZ FELIPE FLORENTINO, CPF n.º 092.369.949-03, das funções comissionadas do cargo de CHEFE DE SETOR DE APOIO, da Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, a partir de 25/04/2014.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de abril de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 402/2014.

PORTARIA N.º 402, DE 30 DE ABRIL DE 2014.
DISPÕE SOBRE INTERRUÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 02/05/2014, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, da servidora MARIA DAS DORES DE SOUZA GADAN, Matrícula Funcional n.º 0004, concedidas através da Portaria n.º 375/2014, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de abril de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 403/2014.

PORTARIA N.º 403, DE 30 DE ABRIL DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora LÉIA CRISTINA DE ABREU VIEIRA, Matrícula Funcional n.º 0297, referente à 2013/2014, no período de 05/05/2014 à 06/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de abril de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 404/2014.

PORTARIA N.º 404, DE 30 DE ABRIL DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor NAZARENO ADELINO DE SOUZA, Matrícula Funcional n.º 4360, referente à 2013/2014, no período de 05/05/2014 à 06/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de abril de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 405/2014.

PORTARIA N.º 405, DE 30 DE ABRIL DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora GISELE MEDEIROS DE AGUIAR, Matrícula Funcional n.º 4883, referente à 2012/2013, no período de 05/05/2014 à 03/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de abril de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 406/2014.

PORTARIA N.º 406, DE 30 DE ABRIL DE 2014.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) ROSEMAR DE SOUZA, Professora, matrícula funcional n.º 0753, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 06/04/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 06/04/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de abril de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 407/2014.

PORTARIA N.º 407, DE 30 DE ABRIL DE 2014.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) MARIA DE AMORIM BOTELHO,

Servente, matrícula funcional n.º 5384, contribuinte do Regime Geral de Previdência, a partir de 19/04/2014, sendo encaminhado(o) após o décimo quinto dia ao INSS.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 19/04/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de abril de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 385/2014.

PORTARIA N.º 385, DE 22 DE ABRIL DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei 1.533/2011 e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos da Lei Municipal n.º 1.533 de 02 de junho de 2011, ao conselheiro tutelar ROBERTA PIRES LEGUISSAMO, CPF n.º 065.775.649-06, referente à 2013, no período de 01/05/2014 à 30/05/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de abril de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Extrato de Contrato de Trabalho - 241/2014.

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 241/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 241/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: RODRIGO GOMES DE VARGAS

Objetivo: TÉCNICO EM RÁDIO X

Valor: R\$ 947,62

Vigência: a contar de 01/04/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Termo Aditivo Nº 04 ao Contrato Nº 16/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

4º Termo Aditivo; Contrato nº 16/2013; Processo nº. 203/2012; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratado: Baldessar Construções e Pavimentações Ltda; CNPJ: 09.085.061/0001-73; Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de execução da obra objeto do Contrato nº 16/2013 por 60 (sessenta) dias, conforme ofício encaminhado pela Secretaria Municipal de Infra Estrutura anexo a este termo; Data da Assinatura: 16/04/2014.

Extrato de Contrato de Trabalho - 242/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 242/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: MARIA JULIA ALMEIDA ROSTIROLLA

Objetivo: MÉDICO ESF/PROVAB

Valor: R\$ 1.621,99

Vigência: a contar de 01/04/2014 pelo período de 12 (doze) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Termo Aditivo Nº 02 ao Contrato Nº 79/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo; Contrato nº 79/2013; Processo nº. 226/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: E.F.M CONSTRUÇÕES LTDA; CNPJ: 08.801.232/0001-50; Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de execução da obra objeto do Contrato nº 79/2013 por 30 (trinta) dias, conforme ofício encaminhado pela Secretaria Municipal de Infra Estrutura anexo a este termo; Data da Assinatura: 28/04/2014.

Extrato de Contrato de Trabalho - 243/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 243/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: CIBELE MADSEN BUBA

Objetivo: MÉDICO ESF/PROVAB

Valor: R\$ 1.621,99

Vigência: a contar de 01/04/2014 pelo período de 12 (doze) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 244/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 244/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: JOÃO DE AMORIM

Objetivo: AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO

Valor: R\$ 786,18

Vigência: a contar de 01/04/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 245/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 245/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: EDEMIR TORQUATO

Objetivo: AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO

Valor: R\$ 786,18

Vigência: a contar de 01/04/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 246/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 246/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ANGELO PACHECO DE SOUZA

Objetivo: AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO

Valor: R\$ 786,18

Vigência: a contar de 01/04/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 247/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 247/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: OSMAR GONÇALVES SEBASTIÃO

Objetivo: AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO

Valor: R\$ 786,18

Vigência: a contar de 01/04/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 248/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 248/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: LORENZO DE CARVALHO SAMPAIO ROCHA

Objetivo: MÉDICO ESF/PROVAB

Valor: R\$ 1.621,99

Vigência: a contar de 01/04/2014 pelo período de 12 (doze) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 249/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 249/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: RAFAELLA ABADE ALVES

Objetivo: ASSISTENTE SOCIAL

Valor: R\$ 1.682,10

Vigência: a contar de 01/04/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 250/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 250/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: JUCI GONÇALVES SOARES

Objetivo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Valor: R\$ 786,18

Vigência: a contar de 01/04/2014 pelo período de 06 (seis) meses

prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 251/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 251/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: GABRIELA AMORIM CRISPIM

Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Valor: R\$ 755,99

Vigência: a contar de 01/04/2014 pelo período de 12 (doze) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 252/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 252/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: MARCELO COSTA GONÇALVES

Objetivo: OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA

Valor: R\$ 935,80

Vigência: a contar de 02/04/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 253/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 253/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: TAIS CHAGAS VEIGA

Objetivo: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Valor: R\$ 947,62

Vigência: a contar de 01/04/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 254/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 254/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: BRUNA JOANA DAVID

Objetivo: PROFESSORA NÍVEL I 40 HORAS

Valor: R\$ 1.697,36

Vigência: a contar de 03/04/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Termo Aditivo Nº 01 ao Contrato Nº 71/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Contrato nº 71/2013; Processo nº. 202/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: E.F.M CONSTRUÇÕES LTDA; CNPJ: 08.801.232/0001-50; Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de execução da obra objeto do Contrato nº 71/2013 por 90 (noventa) dias, conforme ofício encaminhado pela Secretaria Municipal de Infra Estrutura anexo a este termo; Data da Assinatura: 28/02/2014.

Extrato de Contrato de Trabalho - 255/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 255/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: CARMEN LUISA NOAL HENRIQUE

Objetivo: MÉDICO VETERINÁRIO

Valor: R\$ 1.682,10

Vigência: a contar de 03/04/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 256/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 256/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: JORGE GONZALES LUZARDO

Objetivo: AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO

Valor: R\$ 786,18

Vigência: a contar de 04/04/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 257/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 257/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: PEDRO HENRIQUE CAPOANI HILGERT

Objetivo: MÉDICO ESF/PROVAB

Valor: R\$ 1.621,99

Vigência: a contar de 07/04/2014 pelo período de 12 (doze) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 258/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 258/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ROGÉRIO RAUPP DE SÁ

Objetivo: AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO

Valor: R\$ 786,18

Vigência: a contar de 05/04/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 259/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 259/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: IZABEL SILVA DE SOUZA

Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Valor: R\$ 755,99

Vigência: a contar de 07/04/2014 pelo período de 12 (doze) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 260/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 260/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ANA PAULA GOULART

Objetivo: MEDICO EMERGENCISTA 30 HORAS

Valor: R\$ 10.642,46

Vigência: a contar de 07/04/2014 pelo período de 06 (seis) meses

prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 261/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 261/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: LUCIANO RAYMUNDO HUBER

Objetivo: MÉDICO EMERGENCISTA

Valor: R\$ 10.642,46

Vigência: a contar de 08/04/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 262/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 262/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ELIANE DE SOUZA NASCIMENTO

Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Valor: R\$ 755,99

Vigência: a contar de 10/04/2014 pelo período de 12 (doze) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 263/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 263/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ALBINO RAQUEL JUNIOR

Objetivo: MOTORISTA DE CAMINHÃO/AUTO/ÔNIBUS

Valor: R\$ 1.047,37

Vigência: a contar de 11/04/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 264/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 264/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: SANDRA REGINA BOTZAN MARIA

Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Valor: R\$ 755,99

Vigência: a contar de 14/04/2014 pelo período de 12 (doze) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 265/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 265/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: JANAINA TAIS DA ROCHA

Objetivo: MÉDICO VETERINÁRIO

Valor: R\$ 1.682,10

Vigência: a contar de 01/04/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 266/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 266/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: VOLNEI DE SOUZA
Objetivo: AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO
Valor: R\$ 786,18
Vigência: a contar de 09/04/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 267/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 267/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: OTAIR SILVEIRA CORREIA
Objetivo: MOTORISTA DE CAMINHÃO/AUTO/ÔNIBUS
Valor: R\$ 1.047,37
Vigência: a contar de 09/04/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 268/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 268/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: RENE MACHADO
Objetivo: MOTORISTA DE CAMINHÃO/AUTO/ÔNIBUS
Valor: R\$ 1.047,37
Vigência: a contar de 14/04/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 269/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 269/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: MICHELLE LOUISE SICA DE ALMEIDA
Objetivo: MÉDICO ESF/PROVAB
Valor: R\$ 1.621,99
Vigência: a contar de 01/04/2014 pelo período de 12 (doze) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 270/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 270/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: CLEMIR ZANELATO
Objetivo: AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO
Valor: R\$ 786,18
Vigência: a contar de 04/04/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 271/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 271/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: ELIZA SOUZA DA ROSA
Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
Valor: R\$ 755,99
Vigência: a contar de 05/04/2014 pelo período de 12 (doze) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 272/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 272/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: ANIELE DOS SANTOS ABREU
Objetivo: PROFESSORA DE INGLÊS 20 HORAS
Valor: R\$ 882,63
Vigência: a contar de 02/04/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 273/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 273/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: ADÃO DE SOUZA
Objetivo: VIGILANTE
Valor: R\$ 853,10
Vigência: a contar de 09/04/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Termo Aditivo Nº02 ao Contrato Nº 71/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo; Contrato nº 71/2013; Processo nº. 202/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: E.F.M CONSTRUÇÕES LTDA; CNPJ: 08.801.232/0001-50; Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto o aumento quantitativo de seu objeto no valor de R\$ 3.733,41 (Três mil setecentos e trinta e três reais e quarenta e um centavos), conforme planilha e justificativa em anexo a este documento, conforme ofício encaminhado pela Secretaria Municipal de Infra Estrutura anexado a este termo; Data da Assinatura: 22/04/2014.

Extrato de Termo Aditivo Nº 02 ao Contrato Nº 76/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo; Contrato nº 76/2013; Processo nº. 218/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: E.F.M CONSTRUÇÕES LTDA; CNPJ: 08.801.232/0001-50; Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de execução da obra objeto do Contrato nº 76/2013 por 45 (quarenta e cinco) dias, conforme ofício encaminhado pela Secretaria Municipal de Infra Estrutura anexo a este termo; Data da Assinatura: 23/03/2014.

Extrato de Termo Aditivo Nº 03 ao Contrato Nº 76/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

3º Termo Aditivo; Contrato nº 76/2013; Processo nº. 218/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: E.F.M CONSTRUÇÕES LTDA; CNPJ: 08.801.232/0001-50;

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto o aumento quantitativo de seu objeto no valor de R\$ 3.986,59 (Três mil novecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e nove centavos), conforme planilha e justificativa em anexo a este documento, conforme ofício encaminhado pela Secretaria Municipal de Infra Estrutura anexado a este termo; Data da Assinatura: 22/04/2014.

Decreto N.º 057

DECRETO N.º 057 DE 05 DE MAIO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 92.652,72 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.770 de 29/11/2013 (Orçamento) e demais legislação,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 92.652,72 (noventa e dois mil seiscentos e cinquenta e dois reais e setenta e dois centavos) no Orçamento vigente:

13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO 72.652,72

23695511.060 - Empreendimentos Turísticos 72.652,72

4.4.90.0.1.24.001012 - Aplicações Diretas 72.652,72

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA 20.000,00

13392281.019 - Restauração da Igreja Matriz-Centro Histórico 20.000,00

4.4.30.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 20.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 92.652,72 (noventa e dois mil seiscentos e cinquenta e dois reais e setenta e dois centavos), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de maio de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 06/05/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretário de Administração

Garuva

PREFEITURA

Aviso de Licitação PMG Nº 028/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 028/2014
Modalidade: Tomada de Preço para Serviços
Tipo de julgamento: Menor Preço por Tonelada

Objeto: Contratação de Empresa especializada em serviços de Engenharia Sanitária, para a execução da coleta, transporte e destinação final em Aterro Sanitário Licenciado, de resíduos sólidos compactáveis domiciliares e comerciais produzidos no Município de Garuva, de acordo com o Memorial Descritivo anexo.

Entrega e Abertura dos Envelopes: 21/05/2014 as 09:00 horas.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 05 de maio de 2014.
PAULO ROBERTO SCHWARZ
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 319/2014

PORTARIA Nº. 319, de 30 de abril de 2014
"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO, a Comunicação Interna nº 18/2014 do Setor de Planejamento;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA EM EXERCÍCIO, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98 E 45/09 DE 15/10/2009;

RESOLVE:

ART. 1o. - Alterar a carga horária mensal de 110 horas para 220 horas do servidor ANSELMO MAOSKI, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a contar de 05 de maio de 2014.

PAULO ROBERTO SCHWARZ
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 318/2014

PORTARIA Nº. 318, de 30 de abril de 2014
"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO, a Comunicação Interna nº 76/2014;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA EM EXERCÍCIO, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98 E 45/09 DE 15/10/2009;

RESOLVE:

ART. 1o. - Alterar a carga horária mensal de 220 horas para 110 horas da servidora LETÍCIA DE FREITAS DE SOUSA, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a contar de 05 de maio de 2014.

PAULO ROBERTO SCHWARZ
Prefeito Municipal em Exercício

Edital de Seleção Nº 10/2014

EDITAL DE SELEÇÃO Nº 010/2014

A Prefeitura Municipal de Garuva, através da Presidente da Comissão instaurada pela Portaria nº 311/2014 do Prefeito Municipal, torna pública as normas para realização do processo seletivo destinado a contratação temporária de professores para atuação no Ensino Fundamental, executados no âmbito do Município em que a Prefeitura se obriga a fornecer professor para atuar na rede pública municipal no ano letivo de 2014.

DA REMUNERAÇÃO (Anexo V - LC 45/09)

TABELA DE VENCIMENTOS - MAGISTÉRIO

PROFESSOR NÍVEL	CLASSE	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO
2	II	Até 40 HS	1.849,53
1	I	Até 40 HS	1.710,25

- Auxílio Alimentação - 450,00 - 40 horas
- Regência de Classe - 10% (Anos Finais)

DA RELAÇÃO JURÍDICA

Conforme art 8º, da Lei Complementar 18/2002, ao contratado aplica-se o disposto nos artigos 54, 56, 57, 58, 65, 107, 108, incisos II, III, IV, VIII, XII, 113, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 202, 203, 241, 247, 248, 250 da Lei Complementar nº 001/98, de 16 de fevereiro de 1998 e Lei Complementar nº 30/2006, parágrafo 1º e 2º, Lei Complementar nº 34/2007, Lei Complementar 39/2008 e Lei 1553/2011.

DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO

O candidato classificado será contratado de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Educação, para o período do ano letivo de 2014 até o prazo máximo de 07 meses, de acordo com Artigo 4º da Lei Complementar 18/2002.

Parágrafo Único - Não será admitida alteração de nível salarial na vigência do contrato, bem como na sua possível renovação.

1. INSCRIÇÕES

Local e horário

1.1 As fichas de inscrições deverão ser preenchidas pelo candidato e entregues para conferência e protocolo entre os dias 06/05/2014 a 14/05/2014 no horário de expediente da prefeitura de Garuva das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00, na sede da Prefeitura Municipal de Garuva, à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, Garuva,

SC.

1.2 As fichas de inscrições estarão disponíveis no Site www.garuva.sc.gov.br, a partir de 06/05/2014

Da Inscrição

1.3 A inscrição será preenchida pelo candidato, no qual o candidato poderá escolher as seguintes disciplinas:

☐ INGLÊS

1.4 O candidato deverá anexar na ficha de inscrição a seguinte documentação (fotocópia):

1.4.1 Documentos obrigatórios para os níveis 1 ou 2:

a) Fotocópia e original da CI-RG, CPF, e Certidão de Quitação Eleitoral atualizada (2014) disponibilizada através do site www.tre.jus.br;
b) Fotocópia e original de comprovante de reservista, para os candidatos do sexo masculino;

1.4.2 Documentos para os níveis 1 ou 2:

a) Fotocópia e original do Diploma de Doutorado, ou Mestrado, ou Pós-Graduação na disciplina específica ou na área de educação/ ensino;
b) Fotocópia e original do certificado de cursos de capacitação na área de educação, concluídos em 2012/2013, ou declaração de frequência com total de horas concluídas;
c) Fotocópia e original de documento comprobatório de tempo de serviço no magistério;
d) Fotocópia e original de declaração da Instituição de Ensino, indicando a fase ou período, em Pós-Graduação, e/ou Mestrado e/ou Doutorado em que se encontra devidamente matriculado e frequentando, na disciplina específica ou na área de educação. Somente serão aceitas declarações com data de expedição posterior a 01.12.13.

1.4.3 Documentos obrigatórios para o nível 2:

a) Fotocópia e original do Diploma de Licenciatura ou Bacharelado acrescido de complementação pedagógica na área e disciplina em que pretende atuar; ou
b) Fotocópia e original do Diploma e histórico de Licenciatura na área de Educação que contemplem disciplinas de Didática, Sociologia e/ou Filosofia, para inscrição em Ética e Cidadania; ou
c) Fotocópia e original do Certificado de Pós Graduação em Educação Especial ou Educação Inclusiva, quando o candidato não possuir licenciatura nessa área.

1.4.4 Documentos obrigatórios para o nível 1:

a) Fotocópia e original de documento comprobatório da Instituição de Ensino, indicando o término da graduação em Licenciatura, na área e disciplina em que pretende atuar; ou
b) Fotocópia e original de declaração da Instituição de Ensino, indicando a fase, período ou ano, de graduação em Licenciatura que se encontra devidamente matriculado e frequentando, na área e disciplina em que pretende atuar. Somente serão aceitas declarações com data de expedição posterior a 01.12.13; ou
c) Fotocópia e original do Diploma do Magistério/2º grau.
d) Fotocópia e original dos certificados de cursos, comprovando 120 horas no mínimo na disciplina escolhida.

1.5 São requisitos obrigatórios no ato da inscrição, o candidato ser brasileiro, ter 18 (dezoito) anos completos na assinatura do contrato e estar em gozo dos seus direitos políticos.

2. CRITÉRIOS PARA A CLASSIFICAÇÃO

2.1 A classificação do candidato será efetuada de acordo com sua inscrição dentro de uma mesma categoria de habilitação - nível 02 (dois) ou 01 (um), prevalecendo para chamada os classificados no nível 02.

2.2 Os critérios para a classificação dos candidatos serão os seguintes:

a) Títulos (Diploma de doutorado, e/ou mestrado e/ou pós-graduação na disciplina ou área de educação; Diploma de licenciatura ou bacharelado com complementação pedagógica na área e disciplina inscrito; Certificado de Pós Graduação em Educação Especial ou Inclusiva sem licenciatura na área, para Educação Especial; Diploma de graduação e histórico de licenciatura na área de Educação que contemplem as disciplinas de Didática, Sociologia/Filosofia, para Ética e Cidadania; Diploma de conclusão do magistério/2º grau; Certificado de conclusão ou declaração de frequência com total de horas concluídas de curso de capacitação e certificado de conclusão de módulos em Pós-graduação na área de educação e tempo de serviço).

TABELA A

ORDEM	TÍTULO	PONTUAÇÃO
1º	Diploma de Doutorado na disciplina ou área escolhida	10
2º	Diploma de Mestrado na disciplina ou área escolhida	9,5
3º	Certificado de Pós-Graduação na disciplina ou área escolhida, acompanhado de Diploma de graduação	9,0
4º	Certificado de Pós Graduação em Educação Especial ou Inclusiva sem licenciatura na área.	8,5
5º	Diploma de Graduação - Licenciatura ou Bacharelado com complementação pedagógica na disciplina escolhida	8,5
6º	Diploma de Graduação e histórico de Licenciatura na área de Educação que contemplem as disciplinas de Didática, Sociologia e/ou Filosofia, para inscrição em Ética e Cidadania	8,0
7º	Curso Superior completo na disciplina escolhida - sem Diploma de Graduação - com magistério	7,5
8º	Curso Superior completo na disciplina escolhida - sem Diploma de Graduação - sem magistério	7,0
9º	Curso Superior incompleto na disciplina escolhida - matriculado a partir do 6º período/fase - com magistério	6,5
10º	Curso Superior incompleto na disciplina escolhida - matriculado a partir do 6º período/fase - sem magistério	6,0
11º	Curso Superior incompleto na disciplina escolhida, com frequência do 1º ao 5º período/fase - com magistério/2º grau	5,0
12º	Diploma de Magistério / 2º grau	4,0
13º	Curso Superior incompleto na disciplina escolhida, com frequência do 2º ao 5º período/fase - sem magistério/2º grau	3,0
14º	Diploma de Graduação acompanhado de Histórico escolar onde conste disciplina(s) ou área(s) afim(s) a(s) escolhida(s).	2,0
15º	Histórico escolar em nível de graduação onde conste disciplina(s) ou área(s) afim (s) a(s) escolhida(s)	1,5
16º	Documento comprobatório de tempo de serviço na disciplina(s) ou área(s) escolhida com no mínimo de 03 meses de atuação; Curso de no mínimo 120 horas na disciplina e fotocópia e original de conclusão do Ensino Médio.	1,0

Obs:A Tabela "A" terá Peso 2

TABELA B

Cursos de capacitação frequentados e/ou ministrados nos últimos 02 (dois) anos ou declaração de frequência com total de horas concluídas	0,25 pontos a cada 40 horas
--	-----------------------------

OBS: A Tabela "B" terá peso 1

TABELA C

Tempo de serviço Não será computado o tempo de serviço do candidato aposentado ou com processo de aposentadoria em tramitação.	0,16 décimos a cada 06 (seis) meses no magistério
---	---

OBS: A tabela "C" terá peso 1

2.3. O candidato deverá apresentar uma declaração DE TRABALHO, comprovando a atuação na disciplina com no mínimo 03 meses.

2.4. O candidato não habilitado na área deverá apresentar documento certificado de curso ou histórico escolar com no mínimo 120 horas de curso na disciplina escolhida.

2.5 O resultado final será a somatória das tabelas (A(P2) + B(P1) + C(P1) = : 4 = Média Final).

3. DO RESULTADO E DA CHAMADA

O resultado preliminar da classificação será publicado no dia 16/05/2014 no mural da Prefeitura Municipal de Garuva e no site oficial, às 14 horas e o resultado final será divulgado nos mesmos locais às 14 horas no dia 19/05/2014. Os aprovados deverão comparecer no dia 20/05/2014 às 14 horas na Secretaria Municipal de Educação para escolha de vaga. As vagas serão oferecidas conforme publicação.

4. DA ESCOLHA DE VAGAS

4.1 A escolha de vagas ocorrerá de acordo com a ordem de classificação.

4.2 As vagas serão oferecidas conforme quadro publicado.

4.3 A chamada dos candidatos selecionados será efetuada obedecendo à ordem de classificação, mediante a existência de vaga.

4.4 O candidato que escolher vaga e desistir da mesma, ou que não se apresentar no dia e horário determinados para a escolha de vaga, bem como aquele presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, passará automaticamente para o final da lista de classificação.

4.5 Os candidatos que não obtiverem vagas e permanecerem na ordem de chamada deverão informar a Secretaria Municipal de Educação, caso haja troca de endereço e número do telefone de contato, sob pena de desclassificação em eventual chamada e passará automaticamente para o final da lista de classificação

5. DOS RECURSOS

Caberá recurso, sem efeito suspensivo, através de requerimento por escrito, em qualquer fase do processo seletivo no prazo de 24 horas da publicação do ato, sob pena de preclusão, contadas a

partir do primeiro dia útil subsequente, diretamente a Presidente da Comissão.

6. DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

Cópia simples dos seguintes documentos:

1. Certidão de nascimento (se solteiro)
2. Certidão de casamento (se casado)
3. Comprovante de residência atual (fatura de água, energia elétrica ou telefone)
4. RG e CPF
5. Título de eleitor
6. Carteira de Trabalho (onde constam o nº da carteira e a qualificação civil)
7. Cartão do PIS/PASEP
8. Certificado de reservista (p/ homens)
9. Certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos
10. Atestado de vacinação para filhos menores de 14 anos
11. Declaração Completa de Imposto de Renda (IRPF) ou Declaração de Bens (fornecida pelo RH)
12. Carteira de habilitação (quando o cargo requerer)
13. Certidão negativa de antecedente criminais - Justiça Estadual dos lugares em que haja residido nos últimos 5 (cinco) anos, retirada no link abaixo:
(<http://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>)
14. Certidão de quitação eleitoral, retirada no link abaixo:
(<http://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>)
15. Certidão emitida pelo Conselho Nacional de Justiça - Cadastro Nacional de Condenados de Crime de Improbidade Administrativa, retirada no link abaixo:
(http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)
16. Declaração de não ter sofrido exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 da Lei nº 6.745/1985, e parágrafo único da Lei Federal 8.112/1990 e as correspondentes constantes dos Estados e Municípios (fornecida pelo RH)
17. Declaração negativa de acumulação de cargo público (fornecida pelo RH) ou de condição de acumulação amparada pela Constituição
18. Declaração do local de trabalho quando possuir outro vínculo empregatício com informação da carga horária semanal
19. Comprovante de abertura de conta corrente ou conta salário junto ao Banco do Brasil, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário
20. 01 foto 3x4 RECENTE
21. Ficha Salário Família (fornecida pelo RH)
22. Declaração de dependência econômica, p/ quem declara IR (fornecida pelo RH)

OBS. Todas as cópias deverão estar legíveis

Cópia autenticada

1. Comprovante de grau de escolaridade (para os cargos de nível superior: DIPLOMA)
2. Certificado/diploma de curso de especialização (quando o cargo requerer)
3. Certificado/diploma de curso específico (quando o cargo requerer)
4. Registro no órgão de classe (quando o cargo requerer)

7. As situações não previstas neste Edital serão analisadas pela Comissão.

Garuva, 06 de maio de 2014.

MARLI GRUN PARISOTTO

Presidente da Comissão

Gaspar

PREFEITURA

Lei Nº 3.575, de 30 de Abril de 2014.

LEI Nº 3.575, DE 30 DE ABRIL DE 2014.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GASPÁR A ANULAR E SUPLEMENTAR SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, E CRIAR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE GASPÁR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a anular as seguintes dotações, no valor de R\$ 1.306.480,00 (um milhão, trezentos e seis mil, quatrocentos e oitenta reais), dos seguintes saldos de dotações constantes do orçamento da Administração Direta:

Órgão: 06 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Função: 10 Saúde	
Sub-Função: 301 Atenção Básica	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 200152 Ampliar, manter e equipar o Fundo Municipal de Saúde	
Despesa: 63	
Modalidade: 3.3.3.9.0.00 Aplicações Diretas	R\$ 250.000,00
Despesa: 114	
Modalidade: 3.3.3.7.1.0.00 Transferência a Consórcios Públicos	R\$ 315.140,00
Despesa: 63	
Modalidade: 3.3.3.9.0.00 Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
Despesa: 64	
Modalidade: 3.4.4.9.0.00 Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
Ação: 200132 Ampliar, Implementar, Manter e Equipar as Ações do CAPS e CAPS AD	
Despesa: 23	
Modalidade: 3.3.3.9.0.00 Aplicações Diretas	R\$ 840,00
Ação: 200122 Ampliar, Manter e Equipar as Ações da Atenção Básica	
Despesa: 03	
Modalidade: 3.3.3.9.0.00 Aplicações Diretas	R\$ 1.500,00
Ação: 200140 Ampliar e Manter Aquisição de Medicamentos Conforme Preconiza a NOAS/SUS	
Despesa: 138	
Modalidade: 3.3.3.7.1.0.00 Transferências a Consórcios Públicos	R\$ 100.000,00
Despesa: 139	
Modalidade: 3.3.3.7.1.0.00 Transferências a Consórcios Públicos	R\$ 100.000,00
Sub-Função: 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Destino: 2 - Atividade	

Ação: 200138 Ampliar, Manter e Equipar as Ações de Média e Alta Complexidade	
Despesa: 30	
Modalidade: 3.3.3.7.1.00	R\$ 200.000,00

Órgão: 03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Unidade: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Função: 28 Encargos Especiais	
Sub-Função: 843 Serviço da Dívida Interna	
Operação Especial: 9.10045 Encargos Especiais	
Despesa: 21	
Modalidade: 3.4.6.9.0.00 Aplicações	R\$ 318.000,00
Diretas	

Art. 2º Por conta dos recursos anulados no artigo anterior, fica o Município de Gaspar autorizado a suplementar o valor de R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais) nas dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

Órgão: 06 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Função: 10 Saúde	
Sub-Função: 301 Atenção Básica	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 200152 Ampliar, manter e equipar o Fundo Municipal de Saúde	
Despesa: 76	
Modalidade: 3.3.3.9.1.00 Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integra.	R\$ 1.000,00
Destino: 1 - Projeto	
Ação: 100163 Construção e Reforma das Unidades de Saúde	
Despesa: 222	
Modalidade: 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
Ação: 200122 Ampliar, Manter e Equipar as Ações da Atenção Básica	
Despesa: 72	
Modalidade: 3.3.3.9.1 Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integra.	R\$ 1.500,00

Art. 3º Fica o Município de Gaspar autorizado a criar os créditos especiais abaixo, no valor de R\$ 1.283.980,00 (um milhão, duzentos e oitenta e três mil, novecentos e oitenta reais), junto ao quadro orçamentário da Administração Direta, na forma indicada, oriundos da anulação mencionada no artigo 1º desta Lei:

Órgão: 06 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Função: 10 Saúde	
Sub-Função: 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Destino: 1 - Projeto	
Ação: 100161 Construção de um Centro de Especialidades em Saúde/ Policlínica	
Modalidade: 3.4.4.9.0.00 Aplicações	R\$ 318.000,00
Diretas	

Órgão: 06 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Função: 10 Saúde	
Sub-Função: 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Destino: 1 - Projeto	
Ação: 100161 Construção de um Centro de Especialidades em Saúde/ Policlínica	

Despesa: 223	
Modalidade: 3.4.4.9.0.00 Aplicações	R\$ 250.000,00
Diretas	

Órgão: 06 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Função: 10 Saúde	
Sub-Função: 301 Atenção Básica	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 200152 Ampliar, manter e equipar o Fundo Municipal de Saúde	
Despesa: 218	
Modalidade: 3.3.3.9.3.00 Aplicações	R\$ 315.140,00
Diretas	

Órgão: 06 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Função: 10 Saúde	
Sub-Função: 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 2.200138 Ampliar, Manter e Equipar as Ações de Média e Alta Complexidade	
Despesa: 219	
Modalidade: 3.3.3.9.3.00 Aplicações	R\$ 200.000,00
Diretas	

Órgão: 06 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Função: 10 Saúde	
Sub-Função: 301 Atenção Básica	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 200132 Ampliar, Implementar, Manter e Equipar as Ações do CAPS e CAPS AD	
Despesa: 73	
Modalidade: 3.3.3.9.1.0.00 Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integra.	R\$ 840,00

Órgão: 06 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Função: 10 Saúde	
Sub-Função: 301 Atenção Básica	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 200140 Ampliar e Manter Aquisição de Medicamentos Conforme Preconiza a NOAS/SUS	
Despesa: 216	
Modalidade: 3.3.3.9.3.0.00 Aplic. Decor. Oper. Entidade Integ. Orç. Fisc. Segur. Social com Cons.	R\$ 100.000,00
Despesa: 217	
Modalidade: 3.3.3.9.3.0.00 Aplic. Decor. Oper. Entidade Integ. Orç. Fisc. Segur. Social com Cons.	R\$ 100.000,00

Art. 4º Fica o Município autorizado a criar o crédito especial abaixo, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), oriundo do superávit financeiro da vigilância sanitária municipal, junto ao quadro orçamentário da Administração Direta, na forma indicada:

Órgão: 06 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Função: 10 Saúde	
Sub-Função: 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	

Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Destino: 1 - Projeto	
Ação: 100161 Construção de um Centro de Especialidades em Saúde/ Policlínica	
Despesa: 224	
Modalidade: 3.4.4.9.0.00 Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00

Art. 5º Os valores das despesas previstas para o ano de 2014, constantes na Lei nº 3.545, de 20 de novembro de 2013, com suas modificações, deverão levar em conta as alterações orçamentárias previstas nesta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 30 de abril de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Parecer da Comissão de Normas E Regulamentos Nº 001/2014

Gaspar, 02 de maio de 2014.

Parecer da Comissão de Normas e Regulamentos nº 001/2014

ASSUNTO: HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES CREDENCIADAS A VOTAR E SEREM VOTADAS NA ELEIÇÃO DE CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS – BIÊNIO 2014/2016.

Esta Comissão reunida nesta data analisou os credenciamentos das organizações da sociedade civil, para a eleição de Conselheiros Não Governamentais do Conselho Municipal de Assistência Social e torna pública a homologação dos deferimentos e indeferimentos das inscrições, conforme disposto no Art. 5º do Edital de Eleição do CMAS – nº 01/2014.

Dos Usuários/Entidades/Organizações deferidas a votar e seus respectivos delegados:

Usuário	CPF	Delegado
André Valdirei Garcia	757.884.899-20	André Valdirei Garcia
Darlene Reis da Silva Gonçalves	82932212672	Darlene Reis da Silva Gonçalves
Entidade	CNPJ	Delegado
Ação Social e Cidadã	07.642.574/0001-02	Maria Helena Spengler
Grupo de Apoio à Infância e Adolescência Abrigada - GAIAA	07.872.300/0001-00	Gislaine dos Santos

Dos Usuários/Entidades/Organizações indeferidas a votar e seus respectivos delegados:

Entidade/Organização	CNPJ	Delegado
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE	83.794.982/0001-68	Rosa Elsa Nunes Masson
Conferência Vicentina	84.046.028/0001-50	Daniela de Souza Patricio
Conselho Regional de Serviço Social 12ª Região - CRESS	76.557.099/0001-99	-----

Das inscrições deferidas a serem votadas e seus respectivos candidatos:

Usuário	Candidato Titular	Candidato Suplente
	André Valdirei Garcia	-----
	Darlene Reis da Silva Gonçalves	-----
Entidade	Candidato Titular	Candidato Suplente
Ação Social e Cidadã	Gisele Bremer	Sônia Regina de Souza
GAIAA	Candice Munhoz Cazorla	Janaína Custódio da Silva

Das inscrições indeferidas a serem votadas e seus respectivos candidatos:

Entidade/Organização	Candidato Titular	Candidato Suplente
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE	Kátia Uller	Vera Lucia Stuepp Uessler
Conferência Vicentina	Ivete Trapp Dirksen	Jocenira das Graças Oliveira Waltrick
Conselho Regional de Serviço Social 12ª Região - CRESS	Danielli Rúbia Provezi Demétrio	Eloir Rodrigues da Silva

Este é o parecer,

Comissão de Normas e Regulamentos do CMAS.

Portaria RH 31/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
PORTARIA RH 31/2014

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) MERCEDES RUSSI, ocupante do cargo efetivo de Servente/Merendeira, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 01/03/2009 a 29/03/2014, devendo folgar a partir de 05/05/2014 a 02/08/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 02 de maio de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria RH 32/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
PORTARIA RH 32/2014

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) MARLETE ROSALINA STULANO, ocupante do cargo efetivo de Servente/Merendeira, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 10/02/2009 a

13/02/2014, devendo folgar a partir de 05/05/2014 a 02/08/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 02 de maio de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria RH 33/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

PORTARIA RH 33/2014

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) ONADIR ZERMIANI, ocupante do cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 10/02/2006 a 19/02/2011, devendo folgar a partir de 06/05/2014 a 03/08/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 02 de maio de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 5.930, de 30 de Abril de 2014.

DECRETO Nº 5.930, DE 30 DE ABRIL DE 2014.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pela Lei nº 3.575, de 30 de abril de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam anuladas as seguintes dotações, constantes no orçamento da Administração Direta:

Órgão: 06 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Função: 10 Saúde	
Sub-Função: 301 Atenção Básica	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 200152 Ampliar, manter e equipar o Fundo Municipal de Saúde	
Despesa: 63	
Modalidade: 3.3.3.9.0.00 Aplicações Diretas	R\$ 251.000,00
Despesa: 114	
Modalidade: 3.3.3.7.1.0.00 Transferência a Consórcios Públicos	R\$ 315.140,00
Despesa: 64	
Modalidade: 3.4.4.9.0.00 Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
Ação: 200132 Ampliar, Implementar, Manter e Equipar as Ações do CAPS e CAPS AD	
Despesa: 23	
Modalidade: 3.3.3.9.0.00 Aplicações Diretas	R\$ 840,00

Ação: 200122 Ampliar, Manter e Equipar as Ações da Atenção Básica	
Despesa: 03	
Modalidade: 3.3.3.9.0.00 Aplicações Diretas	R\$ 1.500,00
Ação: 200140 Ampliar e Manter Aquisição de Medicamentos Conforme Preconiza a NOAS/SUS	
Despesa: 138	
Modalidade: 3.3.3.7.1.0.00 Transferências a Consórcios Públicos	R\$ 100.000,00
Despesa: 139	
Modalidade: 3.3.3.7.1.0.00 Transferências a Consórcios Públicos	R\$ 100.000,00
Sub-Função: 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 200138 Ampliar, Manter e Equipar as Ações de Média e Alta Complexidade	
Despesa: 30	
Modalidade: 3.3.3.7.1.0.00	R\$ 200.000,00

Órgão: 03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Unidade: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Função: 28 Encargos Especiais	
Sub-Função: 843 Serviço da Dívida Interna	
Operação Especial: 9.10045 Encargos Especiais	
Despesa: 21	
Modalidade: 3.4.6.9.0.00 Aplicações Diretas	R\$ 318.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementados os seguintes saldos, nas dotações orçamentárias abaixo discriminadas, constantes no orçamento da Administração Direta:

Órgão: 06 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Função: 10 Saúde	
Sub-Função: 301 Atenção Básica	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 200152 Ampliar, manter e equipar o Fundo Municipal de Saúde	
Despesa: 76	
Modalidade: 3.3.3.9.1.0.00 Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integra.	R\$ 1.000,00
Destino: 1 - Projeto	
Ação: 100163 Construção e Reforma das Unidades de Saúde	
Despesa: 222	
Modalidade: 3.4.4.9.0.00 Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
Ação: 200122 Ampliar, Manter e Equipar as Ações da Atenção Básica	
Despesa: 72	
Modalidade: 3.3.3.9.1.0.00 Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integra.	R\$ 1.500,00

Art. 3º Ficam criados os créditos especiais abaixo, junto ao quadro orçamentário da Administração Direta, na forma indicada, oriundos da anulação mencionada no artigo 1º:

Órgão: 06 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Função: 10 Saúde	

Sub-Função: 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Destino: 1 - Projeto	
Ação: 100161 Construção de um Centro de Especialidades em Saúde/ Policlínica	
Despesa: 223	
Modalidade: 3.4.4.9.0.00 Aplicações Diretas	R\$ 568.000,00

Órgão: 06 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Função: 10 Saúde	
Sub-Função: 301 Atenção Básica	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 200152 Ampliar, manter e equipar o Fundo Municipal de Saúde	
Despesa: 218	
Modalidade: 3.3.3.9.3.00 Aplicações Diretas	R\$ 315.140,00

Órgão: 06 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Função: 10 Saúde	
Sub-Função: 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 2.200138 Ampliar, Manter e Equipar as Ações de Média e Alta Complexidade	
Despesa: 219	
Modalidade: 3.3.3.9.3.00 Aplicações Diretas	R\$ 200.000,00

Órgão: 06 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Função: 10 Saúde	
Sub-Função: 301 Atenção Básica	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 200132 Ampliar, Implementar, Manter e Equipar as Ações do CAPS e CAPS AD	
Despesa: 73	
Modalidade: 3.3.3.9.1.0.00 Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integra.	R\$ 840,00

Órgão: 06 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Função: 10 Saúde	
Sub-Função: 301 Atenção Básica	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 200140 Ampliar e Manter Aquisição de Medicamentos Conforme Preconiza a NOAS/SUS	
Despesa: 216	
Modalidade: 3.3.3.9.3.0.00 Aplic. Decor. Oper. Entidade Integ. Orç. Fisc. Segur. Social com Cons.	R\$ 100.000,00
Despesa: 217	
Modalidade: 3.3.3.9.3.0.00 Aplic. Decor. Oper. Entidade Integ. Orç. Fisc. Segur. Social com Cons.	R\$ 100.000,00

Art. 4º Fica criado o crédito especial abaixo, oriundo do superávit financeiro da vigilância sanitária municipal, junto ao quadro orçamentário da Administração Direta, na forma indicada:

Órgão: 06 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Função: 10 Saúde	
Sub-Função: 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Destino: 1 - Projeto	
Ação: 100161 Construção de um Centro de Especialidades em Saúde/ Policlínica	
Despesa: 224	
Modalidade: 3.4.4.9.0.00 Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 30 de abril de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 3.414, de 29 de Abril de 2014.

PORTARIA Nº 3.414, DE 29 DE ABRIL DE 2014.
COLOCA À DISPOSIÇÃO NO CDI DORVALINA FACHINI, A SERVIDORA REGIANE CRISTINA GONÇALVES SULZBACHER.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Colocar a servidora REGIANE CRISTINA GONÇALVES SULZBACHER, ocupante do cargo efetivo de Professora Educação Infantil, lotada com 40 horas semanais no CDI Vovó Leonida, à disposição no CDI Dorvalina Fachini, a partir de 06/05/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 29 de abril de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 5.929, de 29 de Abril de 2014

DECRETO Nº 5.929, DE 29 DE ABRIL DE 2014.
REVOGA DECRETO Nº 5.844, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2014, QUE AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, com fundamento no art. 84, da Lei Municipal nº 1.305 de 09 de outubro de 1991,

DECRETA

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 5.844, de 11 de fevereiro de 2014, que autorizou a realização de horas extraordinárias na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 29 de abril de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 3.398, DE 01 DE ABRIL DE 2014.

PORTARIA Nº 3.398, DE 01 DE ABRIL DE 2014.

NOMEIA SERVIDORES PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento na Lei 1.347/1992,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados, conforme classificação nos Editais de Processo Seletivo nº 12/2013 e 001/2014, da Secretaria Municipal Educação, conforme segue:

Nome	Admissão	Cargo
CRISTIANE APARECIDA PEREIRA	14/04/14	PROFESSOR DOC-I-4
DANIELE CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA	01/04/14	PROFESSOR DOC-III-8
EDER PEDRO WAHL-DRICH	01/04/14	PROFESSOR DOC-III-8
FRANCIELE INAYE GONCALVES	01/04/14	BERCARISTA
GISRIELE SOIANE AMARO	22/04/14	BERCARISTA
KARLA REGIANE SCHIRMER	07/04/14	BERCARISTA
LAUDINETE DA APARECIDA OLIVEIRA	11/04/14	BERCARISTA
LUANA PEREIRA	29/04/14	BERCARISTA
NILTON JOSE DE BRITO	07/04/14	ZELADOR ESCOLA
SANDRA DE FATIMA BORGES	11/04/14	PROFESSOR DOC-I-I
TAMARA CRISTINA PEREIRA	14/04/14	BERCARISTA

Art. 2º Nomear os servidores abaixo relacionados, conforme classificação nos Editais de Processo Seletivo nº 009/2013, 16/2013, 004/2014 e 006/2014, da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

Nome	Admissão	Cargo
ALEX MOLINA DA SILVA	02/04/14	AGENTE SERV. GERAIS
AMANDA PRADO AMUY CARVALHO	23/04/14	Medico CG CAR 30 h
ANGELA MARIA SIMAO BORGES	07/04/14	TECNICO ENFERMAGEM
ANTONIA FIRMINO DE PAIVA	14/04/14	Agente Comunitario Saude
CLEONICE PRUDENTE DA FONSECA	16/04/14	Agente Comunitario Saude
ELIONES SANDRA MAZO	22/04/14	Enfermeiro(a) ESF
FAGNER UILSON SANTOS MOREIRA	01/04/14	TECNICO ENFERMAGEM
GERCELIA RAQUEL DE OLIVEIRA	22/04/14	TECNICO ENFERMAGEM
LUCAS GONÇALVES	15/04/14	Medico CG CAR 20 H
MARCIA ROSANA DI-MAN DUARTE	01/04/14	TECNICO ENFERMAGEM
MARIA SOCORRO SOUZA DA SILVA	07/04/14	Agente Comunitario Saude
MARLI STIEGEMEIER	09/04/14	AGENTE SERV. GERAIS

PATRICIA APARECIDA VOIGT DE SENES	02/04/14	AGENTE SERV. GERAIS
SALETE INES CARESIA DUTRA	16/04/14	Agente Comunitario Saude

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 01 de abril de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº 3.406, de 15 de Abril de 2014

PORTARIA Nº 3.406, DE 15 DE ABRIL DE 2014.

DESIGNA O SERVIDOR SANDRO ALEXANDRE TILLMANN PARA A FUNÇÃO DE SECRETÁRIO DA JUNTA DE SERVIÇO MILITAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município, com fundamento no artigo 11, §1º e §3º, da Lei nº 4.375/1964,

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado o servidor SANDRO ALEXANDRE TILLMANN, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Especializados I, matrícula 9632, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para desempenhar a função de Secretário da Junta de Serviço Militar deste Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de abril de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Parecer da Comissão de Normas E Regulamentos

Gaspar, 05 de maio de 2014.

Parecer da Comissão de Normas e Regulamentos nº 001/2014

ASSUNTO: HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES CREDENCIADAS A VOTAR E SEREM VOTADAS NA ELEIÇÃO DE CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS - BIÊNIO 2014/2016.

Esta Comissão reunida nesta data analisou os credenciamentos das organizações da sociedade civil, para a eleição de Conselheiros Não Governamentais do Conselho Municipal de Assistência Social e torna pública a homologação dos deferimentos e indeferimentos das inscrições, conforme disposto no Art. 5º do Edital de Eleição do CMAS - nº 01/2014.

Dos Usuários/Entidades/Organizações deferidas a votar e seus respectivos delegados:

Usuário	CPF	Delegado
Darlene Reis da Silva Gonçalves	82932212672	Darlene Reis da Silva Gonçalves
Entidade	CNPJ	Delegado
Ação Social e Cidadã	07.642.574/0001-02	Maria Helena Spengler
Grupo de Apoio à Infância e Adolescência Abrigada - GAIAA	07.872.300/0001-00	Gislaine dos Santos

Dos Usuários/Entidades/Organizações indeferidas a votar e seus respectivos delegados:

Entidade/Organização	CNPJ	Delegado
André Valdirei Garcia	757.884.899-20	André Valdirei Garcia
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE	83.794.982/0001-68	Rosa Elsa Nunes Masson
Conferência Vicentina	84.046.028/0001-50	Daniela de Souza Patricio
Conselho Regional de Serviço Social 12ª Região - CRESS	76.557.099/0001-99	-----

Das inscrições deferidas a serem votadas e seus respectivos candidatos:

Usuário	Candidato Titular	Candidato Suplente
	Darlene Reis da Silva Gonçalves	-----
Entidade	Candidato Titular	Candidato Suplente
Ação Social e Cidadã	Gisele Bremer	Sônia Regina de Souza
GAIAA	Candice Munhoz Cazorla	Janaina Custódio da Silva

Das inscrições indeferidas a serem votadas e seus respectivos candidatos:

Entidade/Organização	Candidato Titular	Candidato Suplente
	André Valdirei Garcia	-----
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE	Kátia Uller	Vera Lucia Stuepp Uessler
Conferência Vicentina	Ivete Trapp Dirksen	Jocenira das Graças Oliveira Waltrick
Conselho Regional de Serviço Social 12ª Região - CRESS	Danielli Rúbia Provezi Demétrio	Eloir Rodrigues da Silva

Este é o parecer,

Comissão de Normas e Regulamentos do CMAS.

SAMAE

Portaria N. 25 de 02 de Maio de 2014

PORTARIA N. 25 DE 02 DE MAIO DE 2014
NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomeia, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº. 001/2012, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, aprovados para o cargo, no nível, carga horária e habilitação abaixo especificada:

NOME	NÍVEL	REF	C/H	HABILITAÇÃO	LOTAÇÃO
Jessica Goedert	ASE IV	33	40	Operador de ETA	SAMAE
Mario Cesar Valgas	ASE IV	33	40	Operador de ETA	SAMAE

Diego Mafra Soares	ASE IV	33	40	Operador de ETA	SAMAE
--------------------	--------	----	----	-----------------	-------

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC), em 02 de maio de 2014
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

Extrato do Aditivo do Contrato nº 8/2010 - SAMAE SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2014

Número do contrato: 8/2010 - Número do Aditivo: 4 (Aditivo de Reajuste)

Data vigência: 10/04/2014

Data vencimento: 25/03/2015

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: LÚCIA OECHSLER - CNPJ do contratado: 351.880.499-53

Objeto: Cessão onerosa de direito real de uso de área de propriedade de LÚCIA OECHSLER, situada na Rua: Bonifácio Haendchenn - Bairro: Belchior Alto, Gaspar/SC, utilizada para a alocação de uma unidade de adução, tratamento e distribuição de água através de poços artesianos, destinado ao abastecimento público de água potável a comunidade do Bairro Belchior.

Valor acrescido: R\$ 416,40 (quatrocentos e dezesseis reais e quarenta centavos).

Gaspar (SC), em 11 de abril de 2014.
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº 27/2014

RESOLUÇÃO Nº 27/2014

Extingue Comissão de Licitação instituída pela Resolução nº 14/2014.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar, no uso das atribuições contidas no art. 39, incisos VII e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que, conforme planejamento da Edilidade, as próximas licitações no âmbito da Câmara Municipal de Gaspar serão desenvolvidas na modalidade pregão nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 10.520/2002 dispõe sobre a necessidade de nomeação de pregoeiro e equipe de apoio;

CONSIDERANDO a nomeação de Comissão de Licitação na forma da Resolução nº 14/2014;

RESOLVE:

Art. 1º Fica extinta a partir da data desta Resolução a Comissão de Licitação instituída pela Resolução nº 14, de 18 de fevereiro de 2014.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data.

Câmara Municipal de Gaspar, 30 de abril de 2014.
Mesa Diretora

Marcelo de Souza Brick
Vereador - Presidente

Andréia Symone Zimmermann Nagel
Vereadora - Vice Presidente

Ciro André Quintino
Vereador - Primeiro Secretário

José Hilário Melato
Vereador - Segundo Secretário

Resolução Nº 28/2014**RESOLUÇÃO Nº 28/2014**

Nomeia Pregoeiro e Membros de Equipe de Apoio para licitações na modalidade pregão no âmbito da Câmara Municipal de Gaspar e dá outras providências.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar, no uso das atribuições contidas no art. 39, incisos VII e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, "Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências", determina no art. 3º, inciso IV, a necessidade de designação de pregoeiro e respectiva equipe de apoio pela Administração;

CONSIDERANDO a necessidade da Câmara Municipal de Gaspar de adquirir bens e serviços comuns na forma definida na Lei Federal nº 10.520/2002;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado como Pregoeiro da Câmara Municipal de Gaspar, na forma art. 3º, inciso IV, da Lei Federal nº 10.520/2002, para realização de licitações na modalidade pregão, o servidor ocupante de cargo de provimento em comissão Jorge Luiz Matos de Oliveira.

Art. 2º Ficam designados como Membros de Equipe de Apoio ao Pregoeiro os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo Marcelo Peterson Pereira e Pedro Paulo Schramm, bem como a servidora ocupante de cargo de provimento em comissão Elaine Cristina Wandalen.

Art. 3º Estende-se ao Pregoeiro e aos Membros de Equipe de Apoio ora designados a gratificação fixada na Lei nº 3.327, de 27 de junho de 2011, observadas suas alterações.

Art. 4º As despesas originadas pela presente Resolução correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Órgão: 01 - Câmara Municipal de Gaspar; Unidade: 01 - Câmara Municipal de Gaspar; Função: 01 - Legislativa; Subfunção: 031 - Ação Legislativa; Programa: 0001 - Manutenção do Legislativo; Atividade: 2.000002 - Folha de Pagamento e Encargos Sociais.

Art. 5º A presente Resolução entra em vigor a partir de 2 de maio de 2014.

Câmara Municipal de Gaspar, em 30 de abril de 2014.
Mesa Diretora

Marcelo de Souza Brick
Vereador - Presidente

Andréia Symone Zimmermann Nagel
Vereadora - Vice Presidente

Ciro André Quintino
Vereador - Primeiro Secretário

José Hilário Melato
Vereador - Segundo Secretário

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

Aviso de Republicação de Edital Pregão 22/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
NOVO AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REPUBLICARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 022/2014

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que fará realizar licitação.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAR SERVIÇOS DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA (INSTRUTOR) PARA DAR APOIO TÉCNICO A ELABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DA ORLA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 16/05/2014 até às 10h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 16/05/2014 às 10h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura de Governador Celso Ramos no link Licitações, na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 05 de Maio de 2014.
Mariana de Souza Fernandes
PREGOEIRA

Aviso de Licitação Pregão Rp 37/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 037/2014

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que fará realizar licitação.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE CAMINHÃO POLIGUINDASTE DUPLO E CAIXAS COLETO-RAS DE RESÍDUOS SÓLIDOS PARA O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 16/05/2014 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 16/05/2014 às

14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura de Governador Celso Ramos no link Licitações, na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 05 de Maio de 2014.
Mariana de Souza Fernandes
PREGOEIRA

Grão Pará**PREFEITURA****Convênio 9/2013 Video Monitoramento**

CONVÊNIO Nº 9/2013

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ E O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, COM INTERVENIÊNCIA DO COMANDO GERAL DA POLÍCIA MILITAR E DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL.

OBJETO: COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO E A SSP, PARA A INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UM SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO URBANO COMPOSTO DE 01(UMA) CENTRAL DE VIDEOMONITORAMENTO COM 06(SEIS) CÂMERAS DE SEGURANÇA NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ.

VIGÊNCIA: 02/10/2013 à 02/10/2018

VALOR: R\$ 80.022,50.

DATA DE ASSINATURA: 02/10/2013

Guaramirim**PREFEITURA****Ata de Julgamento de Proposta**

ATA DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

TOMADA DE PREÇOS p/ Obras e Serviços de Engenharia
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 009/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA UNIDADE DE SAÚDE DO BAIRRO BANANIL DO SUL.

Às treze horas(s), do trigésimo dia do mês de abril de dois mil e quatorze, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM, SC reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela portaria N.º 27/2014, sob a presidência Sra. Paola Vieira Carriço Finatti, tendo comparecido os seguintes membros Viviane Moller Kohlrausch e Karolin Guesser para o ato de julgamento das propostas, após realização de diligência.

Conforme citamos na Ata do dia 24 de abril de 2014: ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS, que o Licitante J LUMA CONSTRUTORA LTDA - ME, deveria apresentar uma justificativa quanto a exequibilidade do preço proposto para o item 11.75-Bucha de redução longa 50mm - 40mm.

No dia 29 de abril de 2014, a empresa J LUMA CONSTRUTORA LTDA - ME, entregou na Prefeitura Municipal de Guaramirim, a justificativa para o preço proposto, são os dizeres do Licitante: DECLARAMOS que mesmo com valor inferior a 70% (setenta por cento) temos condições preço para fornecer este produto pelo valor assim proposto.

A comissão aceita esta justificativa, tendo em vista que o item não é de grande relevância para a obra.

Ainda, quanto ao subitem 12.10 - Quadro de Distribuição com Barram., p 12 disjuntores+ IDR, o licitante readequou, o seu preço para o valor do orçamento base elaborado pela Prefeitura Municipal de Guaramirim.

A comissão, após diligência realizada verifica que o preço global ofertado é viável exequível e, portanto aceitável, deste modo a Comissão, declara, pelo critério de menor preço, o Licitante J LUMA CONSTRUTORA LTDA - ME, vencedora do Processo de Licitação, 09/2014 pelo valor global de R\$ 581.167,49 (Quinhentos e oitenta e um mil e cento e sessenta e sete reais e quarenta e nove centavos).

Diante o julgamento das propostas, fica aberto o prazo de 5 (cinco) dias úteis, para recurso sobre o julgamento das propostas, conforme determina a alínea "b", do inciso I, do artigo 109, da Lei nº. 8.666/93.

Nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente Ata de Julgamento, que vai assinada pelos membros da Comissão.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Paola Vieira Carriço Finatti
Presidente

Viviane Moller Kohlrausch
Membro

Karolin Guesser
Membro

Aviso de Licitação Nº. 013 de 2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão presencial - 013/2014 -FMS.
Tipo: Menor Preço - por itens - Registro de Preços.
Objeto: Aquisição de materiais odontológicos.
Entrega dos Envelopes: 19/05/2014 as 09:00 horas.
Abertura dos Envelopes: 19/05/2014 as 09:00 horas.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, fone (47) 3373-0247, ou ainda, através do site: www.guaramirim.sc.gov.br.

GUARAMIRIM(SC), 02/05/2014.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº. 018 de 2014, Lic. 001 de 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 018/2014 - FMS
PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2014 - FMS

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de medicamentos.
Modalidade de licitação: Pregão presencial nº. 001/2014-FMS.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 02.042, Município de Guaramirim (SC).

Fornecedor: Wincorp Farmacêutica Comercial Ltda, com sede na Avenida João Sacavem, nº. 318, Sls. 201 e 206 Ed. Arthur Gaya, Bairro Centro, na Cidade de Navegantes, no Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 12.573.787/0001-60.

Vencedor dos itens: 080.
Valor: R\$ 13.668,00 (Treze mil e seiscentos e sessenta e oito reais).
Vigência: Início: 21/03/2014. Término: 20/03/2015

Guaramirim-SC, 02 de maio de 2014.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato do Primeiro Termo Aditivo do Contrato 25/2013

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 25/2013-FMS

Processo de Licitação: 22/2013 - FMS
Modalidade: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia
Objeto da Licitação: Contratação de empresa especializada para construção da nova unidade do Posto de Saúde do Bairro Guamiranga.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 02.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.
Contratada: MD Arquitetura e Construção LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 01.338.882/0001-62, com sede na Rua Adolpho Augusto Alfredo Ziemann, n.

º 225, Bairro Czerniewicz, município de Jaraguá do Sul.
Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:
a) acrescer em 2,09% (dois vírgula nove por cento) ao valor do contrato, em decorrência da necessidade de readequação do projeto, no que tange ao quesito "locação de obra", tendo em vista que o padrão provisório (linha de baixa tensão) previsto não será suficiente, a planilha orçamentária encontra-se anexa a justificativa do parecer técnico e está em consonância com o disposto na cláusula vigésima primeira do contrato.
b) Em virtude das alterações mencionadas na cláusula anterior, fica suplementado ao valor contratual a importância de R\$ 11.840,00 (onze mil e oitocentos e quarenta reais).

Data da Assinatura: 01/04/2014 Vigência 17/11/2014.

GUARAMIRIM (SC), 01/04/2014
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato Segundo Termo Aditivo 16/2013

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO 16/2013-PMG

Processo de Licitação: 47/2013.
Modalidade: Inexigibilidade de Licitação.
Tipo: Menor Preço Global.

Objeto da Licitação: Contratação da empresa IPM Informática Ltda, para locação de software dos módulos do controle e de arrecadação (simples nacional) e fundação do meio ambiente.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 02.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.
Contratada: Ipm - Informática Pública Municipal Ltda, inscrito no CNPJ 01.258.027/0001-41, com sede na Avenida Trompowsky, nº 354 7º andar, Conjunto 701, centro, Edifício Centro Executivo Ferreira Lima, Florianópolis, Santa Catarina,

Resumo do aditivo: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais 06 (seis) meses, de acordo com o artigo 57, IV da Lei de Licitações, correspondendo ao intervalo de 31/03/2013 à 30/09/2014.

Data da Assinatura: 31/03/2013 Vigência 30/09/2014.

GUARAMIRIM (SC), 31/03/2013.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Aviso de Licitação Processo 44/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão - 44/2014

Tipo : Menor Preço - por itens

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECEDORA DE MAQUINÁRIOSAGRÍCOLAS POR HORA TRABALHADA

Entrega dos Envelopes: 21/05/2014 às 09:00h

Abertura dos Envelopes: 21/05/2014 às 09:00h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 05/05/2014.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

Aviso de Licitação Processo 42/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão - 42/2014

Tipo : Menor Preço - por itens

Objeto : AQUISIÇÃO DE MACADAME, AREIA, BRITA, SAIBRINHO, SEIXO E BICA CORRIDA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA DE GUARAMIRIM.

Entrega dos Envelopes: 20/05/2014 às 09:00h

Abertura dos Envelopes: 20/05/2014 às 09:00h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 05/05/2014.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

Notificação - Processo Licitatório Nº 003/2014 - Superlight Alimentos Ltda.

NOTIFICAÇÃO

Pregão Presencial - Registro de Preços nº 003/2014

Fica a empresa SUPERLIGHT ALIMENTOS LTDA - APP, CNPJ nº 81.264.111/0001-07, CIENTE sobre o laudo das nutricionistas do Município (anexo), que dá conta da entrega de produto diverso do que foi licitado.

Sendo assim, fica a empresa NOTIFICADA para no prazo de 2 dias úteis sanar as irregularidade ou apresentar a defesa prévia no prazo de cinco dias.

Após o prazo da defesa os autos serão remetidos ao Sr. Prefeito Municipal para análise das razões indicadas na defesa e eventual aplicação das penalidades pertinentes previstas no contrato e instrumento convocatório, com os critérios do Decreto Municipal nº 78/2010.

Os prazos iniciam-se a partir do imediato recebimento desta notificação. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Guaramirim/SC, 30 de abril de 2014.

Cenira Telma Weber

Diretora Administrativa da Secretaria de Educação

Notificação Multa E Advertência - Processo Licitatório Nº 003/2014 - Superlight Alimentos Ltda.**NOTIFICAÇÃO**

Pregão Presencial – Registro de Preços nº 003/2014

Fica a empresa SUPERLIGHT ALIMENTOS LTDA - APP, CNPJ nº 81.264.111/0001-07, ciente de que descumpriu cláusula 4.1 da Ata de Registro de Preços, eis que não obedeceu o prazo de entrega, de cinco dias, quando da entrega dos produtos objeto da Nota Fiscal nº 12.962 e 12963, cuja Ordem de Compra é a de nº 668/2014.

Por tal conduta a empresa se sujeita a penalidade de multa e advertência, nos termos do Decreto Municipal nº 78/2010. A multa é imputada nos seguintes termos:

Ordem de Compra (O.C)	Produtos	Data limite entrega	Efetiva entrega	Dias atraso	Valor dos produtos inadimplidos	Multa Mora 0,5% ao dia	Total Multa
26/03/2014	NF 12962, 12963	02/04/2014	11/04/2014	9 dias	R\$5.519,33	R\$27,60	R\$248,36

Assim, fica a empresa desde já notificada para no prazo de 5 dias úteis apresentar defesa prévia quanto a aplicação de penalidades acima descritas. Após o prazo da defesa os autos serão remetidos ao Sr. Prefeito Municipal para análise das razões indicadas na defesa e eventual aplicação das penalidades pertinentes.

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Guaramirim/SC, 30 de abril de 2014.

Cenira Telma Weber

Diretora Administrativa da Secretaria de Educação

Guarujá do Sul

PREFEITURA

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 37/2014.

DISPENSA DE LICITAÇÃO - COMPRA DIRETA Nº. 161/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: ESPORTE CLUBE UNIÃO

OBJETO: Locação do Ginásio Municipal de Esporte da Linha Pessegueiro para ser utilizado na pratica de esporte pela Escolhinhas Municipais de Fustal masculina e feminino (06 a 17 anos), em virtude da reforma do Ginásio Municipal de Esportes da sede (13 horas semanais, 52 horas mensais)

VALOR TOTAL : R\$ 4.680,00

VIGENCIA: 01/05/2014 a 31/10/2014

Guarujá do Sul, SC, 28 de abril de 2014.

Jose Carlos Foiatto.

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 38/2014.

DISPENSA DE LICITAÇÃO - COMPRA DIRETA Nº. 162/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: DANÇA GAUCHA EIRELI ME

OBJETO: Contratação de Oficina de Dança de Salão, para atender aos munícipes guarujaense de todas as faixas etárias que tenham interesse em aprender Dança de Salão, como forma de entretenimento e integração social (Uma hora semanal).

VALOR TOTAL : R\$ 5.684,00

VIGENCIA: 01/05/2014 a 30/11/2014

Guarujá do Sul, SC, 28 de abril de 2014.

Jose Carlos Foiatto.

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

QUINTO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 24/2011

PROCESSO LICITATORIO Nº. 04/2011- PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: INVIOLEVEL CEDRO SISTEMA DE ALARME LTDA

OBJETO: Fica acrescida a partir de 01 de maio de 2014, os Serviço Monitoramento Eletrônica 24 horas, para a Escola Profº. Theodósio Mauricio Wanderley da Linha Pessegueiro.

VALOR: R\$ 1.178,56

VIGENCIA: 31/12/2014

Guarujá do Sul, SC, 28 de abril de 2014.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 39/2014.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: CEQUIPEL IND. DE MOVEIS E COM. DE EQUIP.

GERAIS LTDA

OBJETO: Aquisição de Mobiliário Escolar destinados a Secretaria Municipal de Educação, vinculados a Ata de Registro de Preço Nº 063-2013 do Pregão Eletrônico 016-2013/FNDE/MEC - Programa Plano de Ações Articuladas - Processo nº. 23400006638201370.

PRAZO DE ENTREGA: 90 DIAS

VALOR TOTAL: R\$ 55.000,00

VIGENCIA: 12 meses

Guarujá do Sul, SC, 29 de abril de 2014.

Jose Carlos Foiatto.

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJA DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 08/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO - COMPRA DIRETA Nº. 30/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL

CONTRATADO: PAROQUIA EVANGELICA DE GUARUJA DO SUL

OBJETO: Locação de Pavilhão para realização das oficinas de teatro, escultura, dança e Muay Thai e outras atividades desenvolvidas pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Centro de Referência da Assistência Social e outros grupos atendidos pela Assistência Social, sendo 02 dias por semana (quartas e sextas) 08 horas diárias / 16 horas semanais / 64 mensais.

VALOR TOTAL: R\$ 1.875,00

VIGENCIA: 02/05/2014 A 15/12/2014

Guarujá do Sul, SC, 02 de maio de 2014.

Adelise de Oliveira,

Gestora do FMAS.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 40/2014.

PROCESSO LICITATORIO Nº. 23/2014 - CONVITE Nº. 08/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: MKNET SERVIÇOS E COMERCIO DE INFORMATICA LTDA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de serviço e instalação de link de internet Banda Larga de no mínimo 30.0 (trinta) MBPS FULL, com garantia de banda larga em 100% em DOWNLOAD e UPLOAD e com no mínimo 32 (trinta e dois) IP validos.

VALOR TOTAL: R\$ 47.200,00

VIGENCIA: 31/12/2014.

Guarujá do Sul, SC, 02 de maio de 2014.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Portaria Nº 641/2014

PORTARIA Nº 641/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Prêmio, à Servidora LUIZA SALETE BALESTRIN (Matr. 75), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Saúde Pública, Nível - 8, Referência "H", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, nos termos do artigo 79 da Lei Complementar Nº 191/2005, corroborada pelo artigo 104, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 30 de dezembro 2005 a 30 de dezembro de 2010, para serem gozadas a partir de 05 de maio de 2014 a 04 de junho de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Maio de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 642/2014

PORTARIA Nº 642/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Prêmio, à Servidora LUCIA ZARPELON (Matr. 1547), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "C", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, nos termos do artigo 79 da Lei Complementar Nº 191/2005, corroborada pelo artigo 104, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 30 de dezembro 2005 a 30 de dezembro de 2010, para serem gozadas a partir de 05 de maio de 2014 a 04 de junho de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Maio de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 643/2014

PORTARIA Nº 643/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei

Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, ao servidor MARTIN DE MARCO (Matr. 3076), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Médico Veterinário, Nível - 10/2, Referência "A", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2012 a 18 de agosto de 2013, para serem gozadas a partir de 05 de maio de 2014 a 16 de maio de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Maio de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 644/2014

PORTARIA Nº 644/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 20 (vinte) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 089/2014, ao Servidor ANTONIO FILIPINI (Matr. 168), ocupante do Cargo de Provimento em Efetivo de Operador de Máquinas II, Nível - 8, Referência "H", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 03 de fevereiro de 2012 e 02 de fevereiro de 2013, para serem gozadas a partir de 05 de Maio de 2014 a 24 de maio de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Maio de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 645/2014

PORTARIA Nº 645/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor WILLIAN CESAR GAVASSO (Matr. 2751), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Enfermeiro, Nível - 12/1, Referência "B", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 06 de maio de 2012 e 05 de maio de 2013, para serem gozadas a partir de 05 de maio de 2014 a 03 de junho de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Maio de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 646/2014

PORTARIA Nº 646/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor ELTON VOLNEI MASCARELLO (Matr. 2785), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Motorista, Nível - 7, Referência "B", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 23 de junho de 2012 e 22 de maio de 2013, para serem gozadas a partir de 05 de maio de 2014 a 03 de junho de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Maio de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 647/2014

PORTARIA Nº 647/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora ALICE VANAZZI (Matr. 2752), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Enfermeiro, Nível - 12/1, Referência "B", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 06 de maio de 2012 e 05 de maio de 2013, para serem gozadas a partir de 05 de maio de 2014 a 03 de junho de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Maio de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 648/2014

PORTARIA Nº 648/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora ANGELA MARIA FINGER (Matr. 2777), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível - 8, Referência "B", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 16 de junho de 2012 e 15 de junho de 2013, para serem gozadas a partir de 05 de maio de 2014 a 03 de junho de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Maio de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 649/2014

PORTARIA Nº 649/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora ANA PAULA BANDELOFF DE MATOS (Matr. 3606), a qual exerce a função de Enfermeira, Nível - 12/1, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 16 de agosto de 2012 e 15 de agosto de 2013, para serem gozadas a partir de 05 de maio de 2014 a 03 de junho de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Maio de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 650/2014

PORTARIA Nº 650/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora FRANCIELI ALVES DE MOURA (Matr. 3207), ocupante do Cargo de Agente Comunitária de Saúde - ACS, 40 horas semanais, Anexo II, Quadro de

Pessoal do Programa de Saúde da Família, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de junho de 2012 e 31 de maio de 2013, para serem gozadas a partir de 05 de maio de 2014 a 03 de junho de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Maio de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 651/2014

PORTARIA Nº 651/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora ANA PATRÍCIA WENTZ DE AGUIAR (Matr. 3205), ocupante do Cargo de Agente Comunitária de Saúde - ACS, 40 horas semanais, Anexo II, Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família, referente ao período aquisitivo compreendido entre 24 de maio de 2012 e 23 de maio de 2013, para serem gozadas a partir de 05 de maio de 2014 a 03 de junho de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Maio de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 652/2014

PORTARIA Nº 652/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora SHEILA CRISTINA VIEIRA (Matr. 2729), ocupante do Cargo de Agente Comunitária de Saúde - ACS, 40 horas semanais, Anexo II, Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família, referente ao período aquisitivo compreendido entre 15 de abril de 2013 e 14 de abril de 2014, para serem gozadas a partir de 05 de maio de 2014 a 03 de junho de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Maio de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 653/2014

PORTARIA Nº 653/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 20 (vinte) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 308/2014, à Servidora ROSANGELA APARECIDA GIRIOLI (Matr. 2683), ocupante do Cargo de Provimento em Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "B", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 09 de janeiro de 2012 e 08 de janeiro de 2013, para serem gozadas a partir de 05 de Maio de 2014 a 24 de maio de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Maio de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 654/2014

PORTARIA Nº 654/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor ANTONIO NELSON ROMUALDO (Matr. 447), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Técnico de Edificação e Manutenção, Nível - 5, Referência "H", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 03 de outubro de 2012 e 02 de outubro de 2013, para serem gozadas a partir de 05 de maio de 2014 a 03 de junho de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Maio de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 655/2014

PORTARIA Nº 655/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei

Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora SUSANA RODRIGUES BARBOSA (Matr. 3058), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, Nível - 6/2, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 13 de julho de 2012 e 12 de julho de 2013, para serem gozadas a partir de 05 de maio de 2014 a 03 de junho de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Maio de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 656/2014

PORTARIA Nº 656/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor DIRCEU ADÃO FELINI (Matr. 952), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Operador de Máquinas I, Nível - 7, Referência "E", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 29 de maio de 2012 e 28 de maio de 2013, para serem gozadas a partir de 05 de maio de 2014 a 03 de junho de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Maio de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 657/2014

PORTARIA Nº 657/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, aos Servidores abaixo relacionados, para serem gozadas a partir de 05 de maio de 2014 a 03 de junho de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Matrícula	Nome	Cargo/Função	Nível/Ref.
1437	Ademir Sávio Pires da Silva	Agente de Man. Máq.e Veíc.	8/E
169	João B.Terêncio da Silva	Operador de Máquinas II	8/G
171	Luiz Francisco F. Lira	Agente de Man. Máq.e Veíc.	8/E
65	Solidéia Maria da Silva	Agente de Serviços Gerais	3/E
115	Waldir Rekshauser	Agente de Serviços Gerais	3/M

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Maio de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ibiam**PREFEITURA****Portaria Nº 086/2014**

PORTARIA Nº 086, DE 16 DE ABRIL DE 2014

"CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL PARA O SERVIDOR SÉRGIO MOREIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, bem como o Artigo 14 da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, combinado com o Decreto nº 1474, de 10.07.2006 e o art. 10 da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão Horizontal ao servidor SÉRGIO MOREIRA - OPERADOR DE MÁQUINAS - NÍVEL 4 - REFERÊNCIA C, para o mesmo cargo, NÍVEL 4 - REFERÊNCIA D, de conformidade com o Anexo 1 - Subanexo II - Serviços Operacionais, da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 017, de 30.05.2008.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 16 DE ABRIL DE 2014.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 087/2014

PORTARIA Nº 087, DE 16 DE ABRIL DE 2014

"CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL PARA A SERVIDORA MARIA ALZERINDA DE SOUZA BATISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, bem como o Artigo 14 da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, combinado com o Decreto nº 1474, de 10.07.2006 e o art. 10 da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão Horizontal a servidora MARIA ALZERINDA DE SOUZA BATISTA - SERVENTE - NÍVEL 1 - REFERÊNCIA C, para o mesmo cargo, NÍVEL 1 - REFERÊNCIA D, de conformidade com o Anexo 1 - Subanexo I - Serviços Gerais, da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03.03.2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 16 DE ABRIL DE 2014.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 088/2014

PORTARIA Nº 088, DE 16 DE ABRIL DE 2014

"CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL PARA O SERVIDOR NILTON ANTONIO ROMANATTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, bem como o Artigo 14 da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, combinado com o Decreto nº 1474, de 10.07.2006 e o art. 10 da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão Horizontal ao servidor NILTON ANTONIO ROMANATTO - VIGIA - NÍVEL 1 - REFERÊNCIA C, para o mesmo cargo, NÍVEL 1 - REFERÊNCIA D, de conformidade com o Anexo 1 - Subanexo I - Serviços Gerais, da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03.03.2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 16 DE ABRIL DE 2014.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 089/2014

PORTARIA Nº 089, DE 22 DE ABRIL DE 2014

"NOMEIA MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, bem como a Lei Municipal nº 482, de 27 de outubro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. Nomear IVONETE TREVISOL CRACO, Conselheira Tutelar do Município, 1ª Suplente, eleita em 10 de agosto de 2013, em sufrágio universal e secreto, obtendo 132 (cento e trinta e dois) votos, por motivo da exoneração a pedido da Conselheira Tutelar Andreia Teresinha Ferrari Lamperti.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 22 DE ABRIL DE 2014.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 090/2014

PORTARIA Nº 090, DE 24 DE ABRIL DE 2014

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando, a existência de vaga não ocupada em concurso público;

Considerando, o resultado do Processo Seletivo aberto pelo Edital nº 002/2014, homologado pelo Decreto nº 2628/2014;

Com amparo no art. 88, incisos VII e XIII, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 2º, § 1º, inciso VII, da Lei Municipal nº 112, de 05 de janeiro de 1999, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 283, de 03.06.2005;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar em caráter temporário, a Sra. ODAISA MOREIRA SCHIZZI, brasileira, solteira, residente e domiciliada neste Município, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Gerais - Nível 1 - Referência A, com vencimentos conforme Anexo 2, da Lei Municipal nº 044/1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023/2011.

Art. 2º. O prazo da contratação será de conformidade com o item 7, do Processo Seletivo - Edital nº 002, de 17 de fevereiro de 2014.

Art. 3º. A contratada será regida pelo regime jurídico especial de que trata a Lei Municipal nº 112/1999 e filiada ao regime Geral da Previdência Social.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 24 DE ABRIL DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 091/2014

PORTARIA Nº 091, DE 28 DE ABRIL DE 2014

"DESIGNA O SR. LAÉLCIO ANTÔNIO GASANIGA PARA GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. V do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, de conformidade com a Lei Municipal nº 482, de 27 de outubro de 2011; bem como a Lei Municipal nº 404, de 22 de maio de 2009, RESOLVE:

Art. 1º. Designar, o Sr. LAÉLCIO ANTÔNIO GASANIGA como Gestor do Fundo Municipal da Infância e Adolescência do Município de Ibiã.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 28 DE ABRIL DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 092/2014

PORTARIA Nº 092, DE 28 DE ABRIL DE 2014

"DESIGNA O SR. LAÉLCIO ANTÔNIO GASANIGA PARA GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL (FUMDEC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. V do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, de conformidade com a Lei Municipal nº 548, de 23 de abril de 2014, RESOLVE:

Art. 1º. Designar, o Sr. LAÉLCIO ANTÔNIO GASANIGA como Gestor do Fundo Municipal da Infância e Adolescência do Município de Ibiã.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 28 DE ABRIL DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Contrato Nº 13/2014 - RH

CONTRATO Nº 013/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Administrativo de Prestação de Serviço por tempo determinado, que entre si celebram, como contratante o município de Ibiã, CNPJ 01.612.745/0001-74, neste ato representado pelo Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal, e como contratada, a Sra. ODAISA MOREIRA SCHIZZI, brasileira, solteira, Agente de Serviços Gerais, CI 6.618.212, CPF nº 095.991.249-52, residente neste Município, mediante as seguintes cláusulas, firmam o presente contrato:

Cláusula Primeira - O Município, com amparo no inciso VII, do art. 88, alínea a, do inciso III, do art. 23, ambos da Lei Orgânica Municipal; mais o que consta no inciso VII, do § 1º, do art. 2º, da Lei Municipal nº 112, de 05.01.1999, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 283, de 03.06.2005; e, considerando a existência de vaga não ocupada em concurso público; bem como o resultado do Processo Seletivo nº 002, de 17.02.2014, homologado pelo Decreto nº 2628, de 07.04.2014; e com base no Prejulgado nº 1877, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, contrata a Sra. ODAISA MOREIRA SCHIZZI, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Gerais, com uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais a serem desenvolvidas junto a Secretaria da

Educação.

Cláusula Segunda - A contratada receberá os vencimentos de R\$ 758,20 (setecentos e cinquenta e oito reais e vinte centavos), conforme o Anexo 2, da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997 e alterações posteriores.

Parágrafo único - A contratada será regida pelo regime jurídico especial de que trata a Lei nº 112, de 05.01.1999 e filiada ao Regime Geral da Previdência Social.

Cláusula Terceira - O presente contrato terá início no ato da sua assinatura e término previsto para 31.12.2014.

Cláusula Quarta - A rescisão do presente contrato poderá ocorrer antecipadamente nos casos previstos no Artigo 12, da Lei Municipal nº 112, de 05 de Janeiro de 1999.

Cláusula Quinta - Os encargos decorrentes deste contrato, serão suportados pela rubrica orçamentária:

Órgão: 02 - Chefia do Executivo
Unidade orçamentária: 0206 - Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 1201 - Desenvolvimento Educacional
Projeto/atividade: 2026 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Elemento de Despesa: 31900000 - 0101 - Aplicações Diretas

Cláusula Sétima - O presente contrato fundamenta-se na Lei Municipal 112, de 05 de Janeiro de 1999 e alterações posteriores, Processo Seletivo - Edital nº 002, de 17 de fevereiro de 2014 e Artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal.

Cláusula Oitava - As partes elegem o foro da Comarca de Tangará para dirimir questões relacionadas a este contrato.

E por estarem, certos, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma para que produza os efeitos legais e jurídicos, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 24 de abril de 2014.
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal
CPF - 497.720.319-49

ODAIRA MOREIRA SCHIZZI
CPF - 095.991.249-52

TESTEMUNHAS:
LAELCIO ANTONIO GASANIGA
CPF - 807.451.729-20

LUCIANA M. TREVISOL BALEN
CPF - 042.307.839-90

Imbituba

PREFEITURA

Portaria PMI/DGP Nº 151/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 151, de 05 de maio de 2014.

Dispõe sobre a exoneração do cargo de Assessor III, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, do cargo/função de Assessor III, o Sr. ANDRÉ LUIZ INDALÊNCIO, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 056.663.209-80, nomeado através da PORTARIA PMI/DGP Nº 150, de 30 de abril de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 28 de abril de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 05 de maio de 2014.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Leandro de Souza Ribeiro
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP Nº 152/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 152, de 05 de maio de 2014.

Dispõe sobre a nomeação de Gerente de Controle Administrativo, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear HELLEN MONTEIRO CORRÊA, brasileira, Assistente Administrativa, inscrita no CPF sob o nº 030.983.729-40, para exercer o cargo de Gerente de Controle Administrativo junto a Secretaria Municipal de Saúde, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º A nomeada perceberá gratificação de 75% (setenta e cinco por cento) de seu salário base, nos termos do Art. 37, § 2º, III da LC nº 4.161/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 1º de abril de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 05 de maio de 2014.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Leandro de Souza Ribeiro
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP Nº 153/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 153, de 05 de maio de 2014.
Dispõe sobre a Demissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, admitida em 06 de fevereiro de 2014, através do Concurso Público Edital - 01/2013, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome
Cargo
CPF
Demissão
Jennifer Vicencia das Chagas
Professora II - 20h
035.449.199-74
05/05/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 05 de maio de 2014.
Leandro de Souza Ribeiro
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 154/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 154, de 05 de maio de 2014.
Dispõe sobre a Demissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, admitida em 18 de março de 2014, através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 08/2013, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Jennifer Vicencia das Chagas	Professora II – 20h	035.449.199-74	05/05/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 05 de maio de 2014.
Leandro de Souza Ribeiro
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

Extrato:seash 2014/06 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato:SEASH 2014/06 A00
Contratada: COMERCIAL PREÇO BOM Z&C LTDA
C.N.P.J: 04.660.943/0001-00
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE DP SCFV.
Valor: R\$ 21.867,54 Prazo: 31/12/2014
Fundamento: Processo nº. 03/2014 Pregão 03/2014

Imbituba, 28 de abril de 2014.
Selma Elias Westphal
Secretária Municipal Sedesth
Contratante

Comercial Preço Bom Z&C Ltda
Representante Legal
Contratada

Extrato:seash 2014/07 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato:SEASH 2014/07 A00
Contratada: LIVRARIA E PAPELARIA FIGUEIREDO LTDA ME
C.N.P.J: 79.883.435/0001-81
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE DP SCFV.
Valor: R\$ 21.617,60 Prazo: 31/12/2014
Fundamento: Processo nº. 03/2014 Pregão 03/2014

Imbituba, 28 de abril de 2014.
Selma Elias Westphal
Secretária Municipal Sedesth
Contratante

Livraria e Papelaria Figueiredo Ltda Me
Representante Legal
Contratada

Publicação de Pregão Presencial 48/2014 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 64/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2014

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 16 de maio de 2014, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para a Aquisição e instalação de 1 (um) abrigo de passageiro pré-moldados.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 06 de maio de 2014.

Milene Ribeiro da Silva

Pregoeira Oficial

Publicação de Extrato de Pregão Presencial Nº 21/2014(Saúde)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEMUSA

PROCESSO Nº 24/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2014

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 16 de maio de 2014, licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preço do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Aquisição de condicionadores de ar para uso da secretaria municipal de saúde.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 06 de maio de 2014.

Milene Ribeiro da Silva

Pregoeira Oficial

Ipumirim**PREFEITURA****Portaria Nº. 204/2014 de 29 de Abril de 2014.**

PRORROGA PORTARIA QUE CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE MEDICO PARQ ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 002/2002, que Dispõe sobre o Plano de Carreira e remuneração para os Servidores do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

P R O R R O G A

Fica prorrogada a portaria 165/2014 de 17 de Março de 2014 que contrata o senhor ORLANDO VILI HANAUER FILHO, sob a Matrícula 2267-5, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3.186.666-5 e do CPF 045.726.809-30, para ocupar o cargo em caráter temporário de Médico, constante no Anexo II, Grupo B - Serviços Técnicos Profissionais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002., nível salarial Nível 190, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Secretaria de Saúde, para o período de 01/05/2014 a 30/12/2014.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 01 de Maio de 2014.

Ipumirim - SC, 29 de Abril de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 205/2014 de 05 de Maio de 2014.

NOMEIA POR CONCURSO PUBLICO NO CARGO DE MOTORISTA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 002/2002, que Dispõe sobre o Plano de Carreira e remuneração para os Servidores do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Edital de Concurso Público 001/2012

RESOLVE:

NOMEAR, sob a Matrícula 2284-5, GUTHIERRY LOC ATELLI, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.584.843 e do CPF 070.060.929-65, para o cargo de provimento efetivo de Motorista, , constante no Anexo II, Grupo C - Serviços Operacionais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002, nível salarial Nível 40, com carga horária de 44 horas semanais, lotação: Secretaria de Urbanismo.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 05/05/2014.

Ipumirim - SC, 05 de maio de 2014.
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Processo de Licitação Nº 34/2014, Inexigibilidade de Licitação Nº 4/2014/PM

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 4/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 34/2014

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso CAPUT, cujo objeto é: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, objetivando a composição da merenda escolar destinada aos Alunos da Rede Municipal de Ensino, conforme Edital de Chamamento Público nº 02/2014. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (0XX49) 3438-1111, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 05/05/2014

VALDIR ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis

PREFEITURA

Portaria N º 225/2014

PORTARIA N º. 225/2014.

"DISPENSA A PEDIDO, SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Dispensar a pedido, a servidora HARIELLI TOMASI, das atividades de Assistente Social (30h/sem), para as quais foi contratada em data de 21/10/2013, através da Portaria n º 339/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 28 de Abril de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Portaria N º 226/2014

PORTARIA N º. 226/2014.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES A SERVIDORA EFETIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis em Exercício, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001 e em conformidade com o disposto no art. 114 da LC 01/97, de 30/12/1997,

RESOLVE:

Conceder Licença para Tratar de Assuntos Particulares (Licença não Remunerada), no período de 24/04/2014 a 31/08/2014, à servidora efetiva ANGELITA NIGRIN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com vigência a contar de 24/04/2014.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 28 de Abril de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Portaria N º 227/2014

PORTARIA N º. 227/2014.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II

- Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR até a data de 18/07/2014, os efeitos da Portaria nº 086/2014 de 03/02/2014, que dispõe sobre a contratação em caráter Temporário do servidor FERMIANO COELHO NETO, para atuar junto ao CRAS com o Projeto de Música.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com vigência a partir de 01/05/2014.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 28 de Abril de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato 35/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

CONTRATO Nº 35/2014

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 177/2013 - CLAUSULA PRIMEIRA - Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, consolidada e Cláusula Quinta do contrato 177/2014, ofício nº 123/2014/SME da Sra. Lilian Eliane Batschauer Ferreira - Secretária Municipal da Educação e Ofício nº 57/2014 da empresa Aline Daiane Ruthes Iarenhuk da Silva EPP, solicitando o aditivo, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência até 27.07.2014. Parágrafo Primeiro - Conforme Ofício nº 57/2014, encaminhado pela empresa Aline Daiane Ruthes Iarenhuk da Silva EPP, a mesma justifica que, por motivo de chuvas e de mudança de pessoal para realização do trabalho não foi possível concluí-la. Para tanto pedem a extensão do prazo para mais 90 (noventa) dias. CLAUSULA SEGUNDA- Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento. E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis, 28 de abril de 2014.

Município de Irineópolis

Juliano Pozzi Pereira

Contratante

Aline Daiane Ruthes Iarenhuk da Silva EPP.

Aline Daiane Ruthes Iarenhuk da Silva

Contratada

Extrato de contrato 36/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

CONTRATO Nº 36/2014

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 99/2013

2º Termo Aditivo ao contrato de fornecimento que entre si celebraram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Casa Cometa Comércio de Equipamentos Agroindustrial Ltda. - ME.

CLAUSULA PRIMEIRA - Facultado pelo artigo 57, § 1º inciso II da Lei nº 8.666/93, consolidada e Cláusula Décima Sexta e vigésima do Contrato nº 99/2013, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência por mais 120 (cento e vinte) dias, a partir de 01/04/2014, conforme solicitado através do Ofício nº 317/2014. Parágrafo Primeiro - Justifica-se a referida prorrogação em decorrência de atrasos na autorização de aquisição por parte da Caixa

Econômica Federal, produção pelas empresas e entrega dos produtos em tempo hábil. CLAUSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento. E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis, 30 de abril de 2014.

Município de Irineópolis

Juliano Pozzi Pereira

Contratante

Casa Cometa Comércio de Equipamentos Agroindustrial Ltda.

Adriana Aparecida Postingher Passarin

Contratada

Extrato de contrato 37/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

CONTRATO Nº 37/2014

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 100/2013

2º Termo aditivo ao contrato de fornecimento que entre si celebraram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa ECAANPI Indústria e Comércio Ltda. EPP. CLAUSULA PRIMEIRA - Facultado pelo artigo 57, § 1º inciso II da Lei nº 8.666/93, consolidada e Cláusula Décima Sexta e vigésima do Contrato nº 100/2013, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência por mais 120 (cento e vinte) dias, a partir de 01/04/2014, conforme solicitado através do Ofício nº 317/2014. Parágrafo Primeiro - Justifica-se a referida prorrogação em decorrência de atrasos na autorização de aquisição por parte da Caixa Econômica Federal, produção pelas empresas e entrega dos produtos em tempo hábil. CLAUSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento. E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis, 30 de abril de 2014.

Município de Irineópolis

Juliano Pozzi Pereira

Contratante

Ecaanpi Indústria e Comércio Ltda. EPP

Valmor Pilatti

Contratada

EXTRATO EDITAL Nº 013/2014-FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2014

TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 23 de maio de 2014, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Tomada de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço por item, de acordo com a Lei nº 8.666/93, visando a "CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA PARA A PRESTAÇÃO DE ASSESSORIA ON LINE EM GESTÃO PÚBLICA DE SAÚDE, SE OBRIGANDO O CONTRATADO A DAR RESPOSTAS NO MÁXIMO EM 48 HORAS DAS DÚVIDAS E QUESTÕES SOBRE GESTÃO DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS.". O edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, sita a Rua Paraná, nº 200, Centro, Irineópolis SC, Fone 47 3625-1111 e 3625-1144, no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 02 de maio de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Portaria N º 228/2014

PORTARIA N º. 228/2014.

NOMEIA MEMBROS PARA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001 c/c com o artigo 5.º da Lei n.º 1.600/2011 de 22/12/2011,

RESOLVE :

Art. 1º - Nomear os membros para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, pelo período de 02 (dois) anos, conforme segue:

I . DO GOVERNO MUNICIPAL

Secretaria do Desenvolvimento Comunitário

Efetivo: Rosana Perciak Pereira;

Suplente: Wianey de Cássia Oliveira Godoy Teles dos Santos.

b) Secretaria da Saúde

Efetivo: Micheli de Fátima Drabik;

Suplente: Cícera Angélica de Souza Costa.

c) Secretaria da Fazenda

Efetivo: Iris Vanessa Bay;

Suplente: Marcela Adeleva Ciarini.

d) Secretaria da Educação

Efetivo: Eliane de Fátima Neppel Wagner;

Suplente: Francieli Maria Knoll.

e) Secretaria da Agricultura

Efetivo: Francisco Eraldo Konkol;

Suplente: Scheila Patrícia Kielb.

f) Secretaria da Infraestrutura

Efetivo: João Paulo Andrievski;

Suplente: Virlei da Silva.

II . DOS USUÁRIOS

a) MST - Assentamento Manuel Alves Ribeiro

Efetivo: Jurandir José Bassani;

Suplente: Iraci Rodrigues de Lara.

b) Programa Bolsa Família

Efetivo: Claudia Castagnaro;

Suplente: Dioneia Chaves.

c) Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

Efetivo: Admilda Passold;

Suplente: Vitório Appel.

d) Lar de Idosos Colonia Sat'Ana

Efetivo: Maria Joaquina Rocha Carneiro;

Suplente: Luciano Carneiro.

e) Associação de Caridade Santa Bernadete

Efetivo: Soraia Lopes Binder;

Suplente: Maria Elizabete Benda.

f) Associação de Proteção aos Deficientes

Efetivo: Elizete Braz de Oliveira Stasiak;

Suplente: Cristiana Lech.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Irineópolis (SC), 02 de Maio de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Portaria N º 229/2014

PORTARIA N º 229/2014.

REVOGA A PORTARIA Nº 368/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e no que dispõe o artigo 105, inciso II da Lei Complementar n º 007/2001, de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR o inteiro teor da Portaria nº 368/2013, de 11/11/2013, que designou DANIELA APARECIDA FRITZEN RANDIG para exercer a Função de Coordenadora da Estratégia de Saúde da Família.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 01/04/2014.

Irineópolis (SC), 02 de Maio de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Portaria N º 230/2014

PORTARIA N º. 230/2014.

“DESIGNA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO GRATIFICADA DE COORDENADORA DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001.

RESOLVE :

Art. 1º. DESIGNAR a servidora DANIELA APARECIDA FRITZEN RANDIG, ocupante das atividades temporárias de Enfermeira, do Quadro de Emprego Público do Município, para exercer a Função Gratificada de Coordenadora da Estratégia Saúde da Família, vinculada a Secretaria Municipal de Saúde, percebendo os valores previstos no ANEXO VI - QUADRO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS, constante da Lei Complementar nº 057/2012 com posteriores alterações.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/05/2014.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de Maio de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Ata Rp- Processo 05/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 05/2014

PREGÃO PRESENCIAL 04/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE 31/12/2014

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 05/2014, Pregão Presencial nº. 04/2014, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Marcia Maria Kerscher, Sr Fabiano Fagundes e Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 048/2014; Sra. Karina de Moura Borges, representante da empresa Lech & Cia Ltda., Sr. João Roberto Ribas, representante da empresa João Roberto Ribas ME; Sra. Vilma Schiffler, representante da empresa Maxima Papelaria Eirelli.

Inicialmente a Pregoeira procedeu à leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações.

Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Iniciada a fase de julgamento das propostas, a Pregoeira e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório.

Em seguida foi realizada a classificação das propostas das empresas que se apresentaram para o certame: Lech & Cia Ltda., João Roberto Ribas ME e Maxima Papelaria Eirelli, as quais seguem classificadas para a fase de lance e julgamento das propostas.

Os representantes presentes, das empresas proponentes classificadas, não manifestaram interesse de interposição de recursos, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentos de Habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 05/2014, Pregão Presencial nº. 04/2014, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Marcia Maria Kerscher, Sr Fabiano Fagundes e Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 048/2014; Sra. Karina de Moura Borges, representante da empresa Lech & Cia Ltda., Sr. João Roberto Ribas, representante da empresa João Roberto Ribas ME; Sra. Vilma Schiffler, representante da empresa Maxima Papelaria Eirelli.

Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Lech & Cia Ltda., João Roberto Ribas ME e Máxima Papelaria Eirelli, e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 7 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe.

Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recursos, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data, encaminhando-se o resultado para Excelentíssimo Senhor Juliano Pozzi Pereira - Prefeito Municipal, para sua devida homologação.

Nada mais havendo-se a tratar, foi lavrada a presente ata.

A Pregoeira e Equipe de Apoio, consideraram os preços compatíveis com os praticados no mercado e abaixo do valor máximo estipulado no edital, apresentando-se vantajoso para a Municipalidade, encaminhando-se o resultado para Excelentíssimo Senhor Juliano Pozzi Pereira - Prefeito Municipal.

Registro de Preços para aquisição de matérias de higiene e limpeza para o primeiro semestre do exercício de 2014, para a manutenção das Unidades Escolares da Rede de Ensino do Município com entrega parcelada.

Os preços permanecem dentro dos valores de mercado.

Lech & Cia Ltda

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário	Valor total R\$
02	294	Litro	Álcool etílico hidratado 46,2% embalagem 1 litro	Da Ilha	3,57	1.049,58
04	900	Frasco	Detergente líquido para louça de 500ml.	Girando Sol	1,27	1.143,00
05	49	Unidade	Escova para vaso sanitário, cabo plástico e cerdas sintéticas, com suporte.	Betanin	4,84	237,16
15	150	Fardo	Papel higiênico - embalagem com 64 rolos de 60 metros	Delicate	39,00	5.850,00
23	51	Unidade	Vassoura: pigmento, matéria sintética e metal	Condor	7,59	387,09
24	49	Unidade	Escova oval de mão plástica	Betanin	2,25	110,25
29	51	Unidade	Balde plástico reforçado, com alça de metal, capacidade 15 litros.	Argoplast	5,39	274,89
31	60	Pacote	Maço de fósforo com 10 unidades	Fiat Lux	1,84	110,40
32	10	Caixa	Luva de procedimento vinil, Caixa com 100 unidades	Garra	21,30	213,00
34	34	Pacote	Fralda descartável tam M com no mínimo 44 unidades	Milli	22,79	774,86
35	34	Pacote	Fralda descartável tam G com no mínimo 39 unidades	Milli	22,79	774,86
36	34	Pacote	Fralda descartável tam GG com no mínimo 32 unidades	Milli	22,79	774,86

38	79	Unidade	Toalha de rosto 100% algodão 48X70cm	Karsten	6,29	496,91
46	40	Pacote	Lenço umedecido infantil pct com 75 unidades	Anjinho	2,85	114,00
47	300	Pacote	Copo descartável de plástico resistente para água, capacidade 200 ml - Pacote com 100 unidades	Total plast	2,79	837,00
48	12	Galão	Cera auto brilho incolor embalagem com 05 litros.	Vorax	104,00	1.248,00
Total (quatorze mil, trezentos enoventa e cinco reais, oitenta e seis centavos)						14.395,86

Máxima Papelaria Ltda

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário	Valor total R\$
01	600	Litro	Água sanitária, Hipoclorito de Sódio e água. Teor de cloro ativo:2,0% A 2,5% P/P. Princípio ativo: Hipoclorito de sódio. Produto a base de cloro, frasco de 1 litro	Super Plus	1,62	972,00

03	444	Frasco	Desinfetante: Cloreto de Didecil Dimetil Amônio / Cloreto de Alquil Amido Propil Dimetil Benzil Amônio, nonilfenol etoxilado, essência, corante e água. Componente Ativo: Cloreto de Didecil Dimetil Amônio / Cloreto de Alquil Amido Propil Dimetil Benzil Amônio a 0.28%. Aroma lavanda, embalagem de 2 litros	SuperPlus	3,54	1.571,76
09	156	Par	Luva látex tam P	Volk	2,90	452,40
10	156	Par	Luvas látex tam M	Volk	2,90	452,40
11	156	Par	Luvas látex tam G	Volk	2,90	452,40
14	222	Unidade	Pano de prato em tecido branco, encorpado e absorvente, 100% algodão, tam. mínimo 70cmx 50cm	Martins	2,92	648,24
18	258	Pacote	Saco p/ lixo reforçado pacote com 10 unidades - capacidade 15lt	Embrast	2,47	637,26
19	216	Pacote	Saco p/ lixo reforçado pacote com 10 unidades- capacidade 30 lt	Embrast	2,47	533,52

20	300	Pacote	Saco p/ lixo pacote reforçado com 10 unidades-capacidade 50 lt	Embrast	2,47	741,00
21	606	Pacote	Saco p/ lixo preto, reforçado pacote com 05 unidades-capacidade 100 lt	Embrast	2,47	1.496,82
25	50	Unidade	Pá de lixo plástica	Brasil	2,80	140,00
26	93	Unidade	Rodo de esponja dupla face com cabo	Canadá	7,95	739,35
33	30	Caixa	Touca descartável caixa com 100 unidades	Embramac	13,85	415,50
37	132	Frasco	Amaciante de roupa com 02 litros	Universal	4,02	530,64
39	252	Unidade	Saco - Pano de chão cru - 55cmx-80cm	Martins	3,77	950,04
42	122	Galão	Sabonete líquido, aspecto líquido físico, aroma erva-doce, acidez neutro-PH, aplicação toucador. Galão de 5 litros.	Klinn	25,00	3.050,00
43	82	Lata	Cera em pasta incolor 4,5kg	Polisol	66,60	5.461,20
44	77	Rolo	Plástico para alimentos de 5kg com 100 unidades	Embrast	3,47	267,19
45	76	Rolo	Plástico para alimentos de 7kg com 100 unidades	Embrast	5,28	401,28
49	300	Frasco	Multi Uso com 500 ml	Superplus	2,92	876,00
Total (vinte mil , setecentos e oitenta e nove reais)						20.789,00

João Roberto Ribas- ME

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário	Valor total R\$
06	366	Unidade	Esponja de louça dupla face	Assolan	0,68	248,88
07	137	Pacote	Esponja de lã de aço- pacotes com 8 unidades	Lustros	1,19	163,03
08	90	Unidade	Esponja aço inox com 8 gramas	Relux	1,37	123,30
12	54	Pacote	Palha de aço - nº2	Mundial	0,63	34,02
13	48	Pacote	Palha de aço - nº1	Mundial	0,63	30,24
16	88	Pacote	Sabão em barra com glicerina neutro - pacote contendo 5 unidades 1Kg	Alpes Super	4,68	411,84
17	230	Pacote	Sabão em pó: 1Kg	Girando Sol	3,57	821,10
22	252	Frasco	Sapão líquido embalagem de 300g	Sanybril	1,99	501,48
27	57	Unidade	Rodo duplo 40 cm, composição: pigmento e matéria sintética. Borracha EVA	Perovinha	6,25	356,25
28	42	Unidade	Rodo de espuma com cabo	Perovinha	5,74	241,08
40	66	Lata	Pasta cristal rosa embalagem com 500gr	Cristal	1,99	131,34
41	744	Pacote	Papel toalha bronze, interfolhas, 2 dobras, pacote com no mínimo 1.250 folhas	JReis	9,99	7.432,56
Total (dez mil, quatrocentos e noventa e cinco reais, doze centavos)						10.495,12

Irineópolis, 05 de maio de 2014.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

Ata Rp- Processo 06/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 06/2014

PREGÃO PRESENCIAL 05/201

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE 31/12/2014

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 06/2014, Pregão Presencial nº. 05/2014, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Marcia Maria Kersch, Sr Fabiano Fagundes e Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 048/2014; Sra. Karina de Moura Borges, representante da empresa Lech & Cia Ltda., Sra. Vilma Schiffler, representante da empresa Maxima Papelaria Eirelli; Sr. Charles Gilson Ritzmann, representante da empresa papelaria São Bento Ltda. ME e Sr. Luis Kaminski, representante da empresa Luis Kaminski ME.

Inicialmente a Pregoeira procedeu à leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações.

Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Iniciada a fase de julgamento das propostas, a Pregoeira e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório.

Em seguida foi realizada a classificação das propostas das empresas que se apresentaram para o certame: Lech & Cia Ltda., Máxima Papelaria Eirelli, Papelaria São Bento Ltda. ME e Luis Kaminski ME as quais seguem classificadas para a fase de lance e julgamento das propostas.

A presente sessão foi interrompida para almoço, com intervalo das 11:30 as 13:00h.

Após o almoço a sessão teve continuidade, sem prejuízos aos licitantes presentes.

Os representantes presentes, das empresas proponentes classificadas, não manifestaram interesse de interposição de recursos, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentos de Habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 06/2014, Pregão Presencial nº. 05/2014, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Marcia Maria Kersch, Sr Fabiano Fagundes e Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 048/2014; Sra. Karina de Moura Borges, representante da empresa Lech & Cia Ltda., Sra. Vilma Schiffler, representante da empresa Maxima Papelaria Eirelli; Sr. Charles Gilson Ritzmann, representante da empresa papelaria São Bento Ltda. ME e Sr. Luiz Kaminski, representante da empresa Luiz Kaminski ME.

Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Lech & Cia Ltda., Máxima Papelaria Eirelli, Papelaria São Bento Ltda. ME e Luis Kaminski ME, e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 7 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe.

Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recursos, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data, encaminhando-se o resultado para Excelentíssimo

Senhor Juliano Pozzi Pereira - Prefeito Municipal, para sua devida homologação.

Nada mais havendo-se a tratar, foi lavrada a presente ata.

A Pregoeira e Equipe de Apoio, consideraram os preços compatíveis com os praticados no mercado e abaixo do valor máximo estipulado no edital, apresentando-se vantajoso para a Municipalidade, encaminhando-se o resultado para Excelentíssimo Senhor Juliano Pozzi Pereira - Prefeito Municipal.

Registro de Preços para aquisição de materiais de expediente e escritório em geral, para uso e manutenção das atividades desenvolvidas nas Secretarias da Administração, Agricultura, Desenvolvimento Comunitário, Fazenda e Infra- Estrutura, com entrega parcelada, para o exercício de 2014.

Os preços permanecem dentro dos valores de mercado.

Lech & Cia Ltda

Item	Quant	Unid	Descrição	Marca	Valor unitário	Valor total
38	20	Rolo	Fita adesiva transparente 12 mm x 50 m	Delfix	1,29	25,80
43	10	Caixa	Grampo p/grapeador 26/6, galvanizado, prateado-cx c/5000	Tris	3,50	35,00
47	10	Unid	Lamina para es-tilete (no mínimo c/ 10 unidades)	Cis	1,30	13,00
Total (setenta e três reais e oitenta centavos)						73,80

Papelaria São Bento Ltda

Item	Quant	Unid	Descrição	Marca	Valor unitário	Valor total
01	03	Unid	Agenda de telefone	Tilibra	15,60	46,80
05	20	Unid	Apontador	Leonora	0,12	2,40
07	15	Unid	Borracha branca pequena - nº 60	Red Bor	0,18	2,70
08	05	Unid	Caderno 60 folhas - capa dura	Panamerica	2,05	10,25
09	10	Unid	Caderno 96 folhas - capa dura	Panamerica	2,19	21,90
12	10	Unid	Calculadora media 8 dígitos - não de bolso	Kenko	13,70	137,00

13	04	Unid	Calculadora de mesa, tipo profissional, com no mínimo 11 dígitos, eletrônica, 220v, bobina, varias funções	Procalc	180,00	720,00
14	08	Cx	Caneta azul ponta media - caixa com 50 unidades	Injexpen	26,70	213,60
15	05	Cx	Caneta preta ponta média - caixa com 50 unidades	Injexpen	26,70	133,50
16	02	Cx	Caneta vermelha ponta média - caixa com 50 unidades	Injexpen	26,70	53,40
19	15	Unid	Cartolina branca	Jandaia	0,50	7,50
20	02	Unid	Carregador para pilha A4 - 220v	Panasonic	48,48	96,96
21	02	Unid	Carregador para pilha palito - 220v	Panasonic	52,90	105,80
23	100	Unid	CD-RW	Multilaser	2,10	210,00
25	02	Cx	Clips pequeno nº 0 com 500 gr	New	7,53	15,06
26	10	Cx	Clips pequeno nº 1 com 500gr	New	7,53	75,30
27	07	Cx	Clips pequeno nº 2/0 com 500gr	New	7,53	52,71
28	04	Cx	Clips médio nº 3 com 500gr	New	7,53	30,12
29	03	Cx	Clips grande nº 6 com 500gr	New	7,53	22,59
30	03	Cx	Clips grande nº 8 com 500gr	New	7,53	22,59

32	20	Unid	Cola branca liquida lavável - 90 gr	Piratinunga	0,97	19,40
34	30	Unid	Destaca Texto - verde limão e amarelo (ponta quadrada)	Helios	1,17	35,10
35	10	Unid	Estilete grande lamina fina, larga, em plástico	Like	1,48	14,80
37	10	Unid	Estilete pequeno, lamina fina, em plastico	Like	0,78	7,80
39	15	Rolo	Fita adesiva transparente 48mm x 50m	Eurocel	2,20	33,00
42	06	Unid	Grampeador grande, resistente para grampo no mínimo 10mm	Eagle	74,80	448,80
44	25	Cx	Grampo p/grampeador nº 26/6 galvanizado C/5.000 (cobreado)	Megalife	3,00	75,00
46	03	Pct	Grampo trilho em plástico c/ no mínimo 50 unidades	Dello	11,34	34,02
49	10	Unid	Lápis borracha com madeira de boa qualidade	Faber Castel	1,90	19,00
52	03	Unid	Livro ata com 100 paginas - S Domin-numerados		7,65	22,95
55	05	Res	Papel cartão branco c/ 100 folhas	Reipel	69,40	347,00
56	03	Res	Papel cartão colorido c/ 100 folhas	Reipel	69,40	208,20

58	05	Res	Papel fotográfico c/ 50 folhas	Filipaper	59,50	297,50
60	60	Unid	Pasta arquivo em plástico transparente com grampo trilho	DAC	1,29	77,40
61	25	Unid	Pasta arquivo em plástico transparente com canaleta	DAC	1,44	36,00
63	10	Unid	Pasta arquivo grande - pasta A/Z	Frama	7,97	79,70
64	01	Cx	Papel carbono na cor preta, com 50 folhas	Helios	19,50	19,50
67	08	Unid	Pen drive 4gb	Digiklone	21,00	168,00
69	04	Unid	Pen drive 16gb	Digiklone	59,50	238,00
70	10	Cx	Percevejo latonado - caixa com 50 unidades	Jocar	1,78	17,80
71	06	Unid	Perfurador médio reforçado	Lyke	26,40	158,40
73	08	Unid	Pilha recarregável A4	Elgin	12,78	102,24
74	08	Unid	Pilha palito	Elgin	1,30	10,40
75	06	Unid	Pincel atômico, ponta quadrada na cor preta	Condor	1,99	11,94
76	04	Unid	Pincel atômico, ponta quadrada na cor vermelha	Condor	1,99	7,96
77	03	Unid	Pincel atômico, ponta quadrada na cor azul	Condor	1,99	5,97
78	03	Unid	Pincel atômico, ponta quadrada na cor verde	Helios	1,99	5,97

80	02	Unid	Regua de madeira 50cm	Souza	1,89	3,78
81	20	Unid	Régua transparente 30 cm	Dello	0,39	7,80
82	15	Unid	Régua de madeira 30 cm	Souza	0,76	11,40
83	02	Unid	Suporte para fita adesiva 12 mm x 50 m	Maripel	12,98	25,96
87	20	Unid	Toner original para impressora HP multifuncional 3020 - Q 2612	HP	264,70	5.294,00
88	80	Unid	Recarga para toner HP 3020 - 2612	Ecologic	64,85	5.188,00
89	05	Unid	Toner original 85 A para impressora HP laserjet 1102w	HP	258,50	1.292,50
90	25	Unid	Recarga para toner 85A HP Laserjet 1102w	Ecologic	64,90	1.622,50
91	10	Unid	Toner original 85A para impressora HP laser jet M1212	HP	259,60	2.596,00
92	30	Unid	Recarga para Toner 85A para impressora HP laser jet M1212	Ecologic	64,70	1.941,00
101	15	Unid	Cartucho original HP 22 - color	HP	65,90	988,50
103	15	Unid	Cartucho original HP 94	HP	61,87	928,05
Total (vinte e quatro mil, novecentos e seis reais, noventa e dois centavos)						24.381,52

Luis Kaminski- ME

Item	Quant	Unid	Descrição	Marca	Valor unitário	Valor total
50	02	Unid	Leitor de cartão de memória USB universal	Contac	40,00	80,00
54	600	Res	Papel A4 branco c/ 500 folhas	Copimax	13,50	8.100,00
93	55	Unid	Cartucho original HP 662 color	HP	32,94	1.811,70
94	70	Unid	Cartucho original HP 662 preto	HP	32,91	2.303,70
97	30	Unid	Toner original HP laser Jet 1536dnf MFP	HP	249,95	7.498,50
Total (dezenove mil, setecentos e noventa e três reais, noventa centavos)						19.793,90

Máxima Papelaria Ltda

Item	Quant	Unid	Descrição	Marca	Valor unitário	Valor total
02	03	Caixa	Alfinete colorido para mapas, com cabeça, com 50 unidades	Lyke	3,70	11,10
03	03	Unid	Almofada para carimbo - azul	Radex	4,75	14,25
04	03	Unid	Almofada para carimbo - preta	Radex	4,75	14,25
06	12	Unid	Baterias de lítio AA	Elgin	12,00	144,00
10	10	Unid	Caderno para anotações 100 folhas 20x30cm com capa dura	Megalife	6,00	60,00
11	400	Unid	Caixa p/arquivo morto	Maxima	1,47	588,00
17	30	Unid	Caneta azul ponta fina	Ecole	0,65	19,50
18	15	Unid	Caneta preta ponta fina	Ecole	0,65	9,75
22	150	Unid	CD-R	Maxprint	0,60	90,00
24	250	Unid	Envelope para CD	Maxprint	0,23	57,50
31	30	Unid	Cola em Bastão, atóxica, com glicerina, 08gr	Leonora	1,00	30,00

33	25	Unid	Corretivo li- quido a base de água 18ml	Frama	1,60	40,00
36	05	Pct	Elástico nº 18, com no minimo 50 undades	Fulgor	3,90	19,50
40	10	Rolo	Fita crepe 19 mm x 50m	Sicad	4,05	40,50
41	06	Unid	Grampea- dor médio reforçado p/ grampo 26/6	Lyke	15,00	90,00
45	35	Caixa	Grampo trilho de metal c/50 unidades	Lyke	8,80	308,00
48	50	Unid	Lápis preto nº 2	Serelepe	0,40	20,00
51	15	Unid	Livro ata com 50 paginas - numerado	Megalife	5,00	75,00
53	15	Unid	Molha dedo de cera	Radex	4,35	65,25
57	03	Rolo	Papel contacto transparente c/25 metros	POLifix	69,00	207,00
59	400	Unid	Pasta arqui- vo colorido c/grampo trilho(verde/ vermelha e preta)	Icl	1,25	500,00
62	30	Unid	Pasta arquivo em plástico transparente com elastico	POLibras	1,30	39,00
65	40	Unid	Pasta com elástico	Icl	1,30	52,00
66	450	Unid	Pasta sus- pensa	Frama	0,95	427,50
68	05	Unid	Pen drive 8gb	Multilaser	44,40	222,00
72	06	Unid	Perfurador grande, resistente, para no mínimo 50 folhas	Lyke	56,00	336,00
79	08	Unid	Pincel atô- mico ponta fina, nas cores preto, vermelho, azul e verde	Jocar	2,00	16,00
84	10	Unid	Tesoura grande, em aço inox, resistente	Lyke	7,90	79,00
85	07	Unid	Tinta preta para carimbo	Radex	3,87	27,09
86	03	Unid	Tinta azul para carimbo	Radex	3,87	11,61

95	35	Unid	Cartucho original HP 122 color	HP	44,90	1.571,50
96	40	Unid	Cartucho original HP 122 preto	HP	43,90	1.756,00
98	30	Unid	Recarga para Toner HP Laser Jet 1536dnf MFP	Ecologic	64,85	1.945,50
99	20	Unid	Toner original para impressora Brother TN 3392	Brother	359,48	7.189,60
100	30	Unid	Toner compatível para impressora Brother TN 3392	Ecologic	133,75	4.012,50
102	20	Unid	Cartucho original HP 21 - preto	HP	39,00	780,00
105	10	Unid	Cartucho original HP 95	HP	78,88	788,80
Total (vinte e um mil, seiscentos e cinquenta e sete reais, setenta centavos)						21.657,70

Irineópolis, 5 de maio de 2014.
 Juliano Pozzi Pereira
 Prefeito Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

Portaria Nº 108/2014

Portaria nº 108 de 2 de maio de 2014

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir de 2 de maio de 2014, Lisete Stein Melz, para exercer as funções do cargo de provimento efetivo de Servente, com 40 horas semanais, tendo em vista aprovação no concurso público nº 01/2013, exercendo as atribuições do referido cargo de conformidade com a Legislação Municipal supra mencionada.

Art. 2º - A servidora municipal estará vinculada ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrado no nível 585 classe A-02.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de maio de 2014.
 Milton Simon
 Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares
 Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 109/2014

Portaria nº 109 de 5 de maio de 2014

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir de 5 de maio de 2014, Elisandro de Souza, para exercer as funções do cargo de provimento efetivo de Motorista, com 40 horas semanais, tendo em vista aprovação no concurso público nº 03/2011, exercendo as atribuições do referido cargo de conformidade com a Legislação Municipal supra mencionada.

Art. 2º - O servidor municipal estará vinculado ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrado no nível 586 classe A-02.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 5 de maio de 2014.
 Milton Simon
 Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares
 Diretor de Recursos Humanos

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA
Nº 70/2014

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o edital de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 70/2014, cujo objeto é a execução em regime de empreitada global dos serviços para reforma, com área de 1.077,87 M² e ampliação, com área de 62,94 M², do Ginásio de Esportes Bela Vista, sito no Bairro Bela Vista, na cidade de Itapiranga. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 22 de maio de 2014. Maiores informações podem ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por email: compras@itapiranga.sc.gov.br

Itapiranga - SC., 05 de maio de 2014

Milton Simon

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 86/2014/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 86/2014/RH

PARTES: Município de Itapiranga e DEISE ALINE SCHNEIDER
WUITSCHIK

ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2013

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: Piso Nacional do Magistério

Classe - Referência:

VIGÊNCIA: 05/05/2014 até 11/08/2014.

Itapiranga - SC. 05 de maio de 2014

Milton Simon

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 87/2014/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 87/2014/RH

PARTES: Município de Itapiranga e ROSANE MARLI WERLANG

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545

Classe - Referência: C-01

VIGÊNCIA: 05/05/2014 até 17/12/2014.

Itapiranga - SC. 05 de maio de 2014

Milton Simon

Prefeito Municipal

Portaria Nº 110/2014

Portaria nº 110 de 5 de maio de 2014

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011; Lei Complementar nº 02/2006 e suas alterações;

RESOLVE:

Art.1º. Exonerar por motivo de falecimento, a partir do dia 27 de abril de 2014, Hildo Ripplinger matrícula nº 10274/01, do cargo de provimento efetivo de Motorista.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 27/04/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga-SC, 5 de maio de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

Itapoá

PREFEITURA

Termo Aditivo N.º 19/2014

TERMO ADITIVO N.º 19/2014 QUE VISA ADITIVAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 16/2014. (1º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, n.º201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Educação, a Sra. TEREZINHA FÁVARO SILVEIRA, portadora do CI.RG nº 2090978 SSP/PR e do CNPF/MF nº 355.669.909-59, e pelo Prefeito Municipal, o Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do CI.RG nº 873994 SSP/PR e do CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e de outro lado a Empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, com sede á Rua Dona Leopoldina, nº 26, Centro, na cidade de Joinville/SC, CEP: 89.201-095, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 79.283.065/0001-41, e Inscrição Estadual: 251.310.469, representada neste ato pelo Diretor Comercial, o Sr. RONALDO BEKENDORF, portador do CNPF/MF nº 751.256.849-53, e do CI.RG nº 2.768.759-7 SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo que visa aditar a Contratação de empresa para prestação de serviços de auxiliar de serviços gerais, roçador, cozinheiro e agente operacional, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 03/2013 – PROCESSO Nº 99/2013, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PREÇO E DO REAJUSTE

Altera cláusula segunda “do preço”, aditando o respectivo contrato em um percentual de 8,99%, totalizando o valor de R\$ 204.791,93 (duzentos e quatro mil setecentos e noventa e um reais e noventa e três centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente termo acresce ao objeto da licitação os postos de trabalho relacionados abaixo:

...Item	Descrição	Quantidades			...Ficha	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Total (Período)
		Postos	Postos por Secretaria	Mês				
2	Auxiliar de Serviços Gerais 8h 2ª a 6ª	10	6	Educação - Ensino Infantil	7	R\$ 2.869,58	R\$ 17.217,48	R\$ 120.522,36
			3	Educação - Ensino Fundamental	7		R\$ 8.608,74	R\$ 60.261,18
			1	Educação - Ensino Fundamental	1		R\$ 2.869,58	R\$ 2.869,58
7	Cozinheiro 8h 2ª a 6ª	1	1	Educação - Ensino Fundamental	7	R\$ 3.019,83	R\$ 3.019,83	R\$ 21.138,81
Valor Total							R\$ 31.715,63	R\$ 204.791,93

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 16/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 16/2014, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 05 de maio de 2014.

CONTRATANTE SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL MUNICÍPIO DE ITAPOÁ	CONTRATADA ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA RONALDO BEKENDORF
TEREZINHA FÁVARO DA SILVEIRA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	

Testemunhas:

Nome:

CNPJ/MF:

Nome:

CPF/MF:

Ata do Pregão Presencial Nº 26/2014

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2014 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO.

Aos 05/05/2014, a partir das 09h30min horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itapoá, fizeram-se presentes a Pregoeira Oficial do Município, a Sra. FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros SOLAMIR COELHO, JULIANA CRISTINA SOARES SPECK, nomeados pelo DECRETO Nº 1896/2013, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 26/2014, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO ARMADO PARA MANILHAMENTO DE VALAS E CRUZAMENTO DE RUAS DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO V DO EDITAL. No horário definido no Edital, a Pregoeira iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Empresas Participantes (Credenciadas)

INPREART IND DE PRE MOLDADOS E ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA

CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA

CONCREPAR MARCO TUBOS LTDA

QUALITUBOS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

Representantes (Credenciados)

AMIR RENATO DA CRUZ JUNIOR

JOAO RENATO SCHWETLER

ADELAR RICK

ODAIR SIBIDANES

Analisados os documentos foram achados conforme, restando desclassificada para a fase de lances apenas a(s) empresa(s):

Empresas (Não Credenciadas)

AVIZ ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME

AGATON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

TUBOS E PRE-MOLDADOS APIUNA LTDA

Motivo:

Descumpriu o item 5.1.1 do edital

Descumpriu o item 5.7.1 do edital

Descumpriu o item 1.2.1 do edital

Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos, chegando-se aos devidos lances:

Ítems	Vencedor	Vlr Lance	Vlr Negociado
1	QUALITUBOS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	46,5000	0,0000
2	CONCREPAR MARCO TUBOS LTDA	74,1000	0,0000
3	INPREART IND DE PRE MOLDADOS E ARTEFATOS	117,0000	0,0000
4	QUALITUBOS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	170,0000	0,0000

Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de documentação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que todas as empresas demonstraram atender as exigências editalícias, sendo habilitadas para este certame. Verificando vencedoras, portanto, as empresas citadas abaixo:

Vencedor	Vlr Total
INPREART IND DE PRE MOLDADOS E ARTEFATOS	35.100,0000
CONCREPAR MARCO TUBOS LTDA	111.150,0000
QUALITUBOS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	34.800,0000

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) – A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) – A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) - Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) - Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. A Pregoeira adjudica o objeto da licitação às empresas vencedoras supra indicadas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 05/05/2014.

FERNANDA CRISTINA ROSA
Pregoeira Oficial do Município

Equipe de Apoio
SOLAMIR COELHO
JULIANA CRISTINA SOARES SPECK

Assinantes	
Representantes	Assinatura
INPREART IND DE PRE MOLDADOS E ARTEFATOS	
CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA	
CONCREPAR MARCO TUBOS LTDA	
QUALITUBOS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	

Decreto Municipal Nº 2185/2014 - Dispõe Sobre A Abertura de Créditos Adicionais Suplementares por Excesso de Arrecadação.

DECRETO MUNICIPAL NO 2185/2014

Data: 30 de abril de 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 6º, inciso IV, da Lei Municipal nº 501/2013 – LOA 2014 e considerando CI 43/14, da Divisão de Orçamento,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por excesso de arrecadação referente ao repasse PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, nas seguintes rubricas orçamentárias, perfazendo o montante de R\$ 92.520,00 (noventa e dois mil quinhentos e vinte reais):

Suplementações

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

13.01 Ensino Fundamental

123610021.2093 Merenda Escolar

33390 Aplicações Diretas (11) FR 26001.....R\$ 34.800,00

13.02 Ensino Infantil

123650021.2102 Merenda Escolar das Creches

33390 Aplicações Diretas (41) FR 26003.....R\$ 36.000,00

123650021.2103 Merenda Escolar da Pré-Escola

33390 Aplicações Diretas (43) FR 26002.....R\$ 20.700,00

13.03 Ensino Fundamental / EJA

123660021.2108 Merenda Escolar EJA

33390 Aplicações Diretas (52) FR 26004.....R\$ 1.020,00

Total das Suplementações.....R\$ 92.520,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 30 de abril de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

Lcm Nº 040/2014 - Altera A Lei Complementar Municipal Nº 021/2008, Que Institui O Zoneamento Municipal - Zeem, E Dá Outras Providências.

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 040/2014

Data: 30 de abril 2014

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 021/2008, QUE INSTITUI O ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO MUNICIPAL - ZEEM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º Fica alterado o mapa, constante no Anexo III, da Lei Complementar Municipal nº 021/2008, para excluir as áreas constantes dos memoriais descritivos, de propriedades de Fernando Vieira, Marssimiliano Vieira e Roberto Vieira, partes integrantes desta, declarados como zona de preservação permanente pelo Zoneamento Ecológico Municipal - ZEEM e enquadrá-las como Zona de Uso Rural.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 30 de abril de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Ata do Pregão Presencial Nº 25/2014

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2014 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Aos 05/05/2014, a partir das 11h00min horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itapoá, fizeram-se presentes a Pregoeira Oficial do Município, a Sra. FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros JULIANA CRISTINA SOARES SPECK, JANINE DE OLIVEIRA E OLIVEIRA, nomeados pelo DECRETO Nº 1896/2013, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 25/2014, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL, COM MOTORISTA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ÀS EQUIPES DE ATLETAS DO MUNICIPIO DE ITAPOÁ EM EVENTOS ESPORTIVOS CONFORME ANEXO V DO EDITAL. No horário definido no Edital, a Pregoeira iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Empresas Participantes (Credenciadas)

TRANSPORTE E TURISMO SANTO ANTONIO LTDA

Representantes (Credenciados)

ROGÉRIO MARQUES DA SILVA

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, fica a licitante vencedora responsável pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos, chegando-se aos devidos lances:

Itens	Vencedor	Vlr Lance	Vlr Negociado
1	TRANSPORTE E TURISMO SANTO ANTONIO LTDA	3,1000	3,0000
2	TRANSPORTE E TURISMO SANTO ANTONIO LTDA	6,1000	6,0000

Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de documentação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que a empresa demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedora portanto, a empresa citada abaixo:

Vencedor	Vlr Total
TRANSPORTE E TURISMO SANTO ANTONIO LTDA	27.990,0000

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(o) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) – A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) – A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) - Os preços ofertados estão dentro dos

limites estabelecidos pela Prefeitura; d) - Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. A Pregoeira adjudica o objeto da licitação à empresa vencedora supra indicada. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 05/05/2014.

FERNANDA CRISTINA ROSA

Pregoeira Oficial do Município

Equipe de Apoio

JULIANA CRISTINA SOARES SPECK

JANINE DE OLIVEIRA E OLIVEIRA

Assinantes

Representantes

Assinatura

TRANSPORTE E TURISMO SANTO ANTONIO LTDA

Termo Aditivo Nº 20/2014-ao Contrato Adm Nº 105/2013

TERMO ADITIVO N.º 20/2014 QUE VISA ADITIVAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 105/2013. (3º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges n.º 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Secretário de Saúde, o Sr. CRISTIAN ANGELO GRASSI, inscrita no CNPF/MF nº: 758.746.019-53 e portador do CI.RG. nº 289553-07, e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e, de outro lado a Empresa MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA-ME, com sede á Av. Paraná, nº 70, Bairro: Barra do Saí, na cidade de Itapoá/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 00.263.284/0001-09, e Inscrição Estadual: Isento, representada neste ato por proprietário o Sr. OSMAR MEYER RIBEIRO, portador do CNPF/MF nº 384.576.529-15, e do CI.RG nº 8/R. 883.158-SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo contratual que visa complementar o objeto da Contratação de empresa de construção civil com mão de obra especializada e fornecimento de materiais para executar a reforma e ampliação da Unidade de Pronto Atendimento 24 horas, na localidade do Balneário Jardim Pérola do Atlântico, compreendendo 731,29m², conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO N.º 12/2013 – PROCESSO Nº 116/2013, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PREÇO

Altera cláusula quinta “do preço”, aditando o respectivo contrato em um percentual de 24,66% no valor de 25.199,96 (vinte e cinco mil cento e noventa e nove reais e noventa e seis centavos), restando o valor total de R\$ 127.919,92 (cento e vinte e sete mil novecentos e dezenove reais e noventa e dois centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente termo acresce-se ao objeto da licitação serviços adicionais em caráter de complementação, conforme a seguir:

ITEM	SERVIÇO	QTIDADE	UNID	CUSTO UNIT.	TOTAL	TOTAL COM BDI
1.00	SERVIÇOS ADICIONAIS					
1.01	Contrapiso da rampa	24,50	m²	R\$ 36,00	R\$ 882,00	R\$ 1.067,22
1.02	Regularização da rampa	24,50	m²	R\$ 12,00	R\$ 294,00	R\$ 355,74
1.03	Colocação de piso em porcelanato	110	m²	R\$ 55,00	R\$ 6.050,00	R\$ 7.320,50
1.04	Pintura	1517,26	m²	R\$ 8,9638	R\$ 13.600,00	R\$ 16.456,50
				TOTAL	R\$ 20.826,42	R\$ 25.199,96

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 105/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 105/2013, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 05 de maio de 2014.

CONTRATANTE
MUNICIPIO DE ITAPOÁ
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA-ME
OSMAR MEYER RIBEIRO

CONTRATANTE
CRISTIAN ANGELO GRASSI
SECRETÁRIO DE SAÚDE

Testemunhas:

Nome:
CNPJ/MF:

Nome:
CNPJ/MF:

Ituporanga**PREFEITURA****Pregão 01/2014 - FMS**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº. 1/2014

Processo: 08/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS 0KM ANO/MODELO 2014/2014 PARA A SECRETARIA DA SAÚDE DESTE MUNICÍPIO CONFORME PROPOSTA Nº 11407.443000/1130-04 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. Recebimento dos envelopes da documentação e propostas: até às 09:00 hrs do dia 15/05/2014. O credenciamento dos licitantes interessados em participar do certame e abertura dos envelopes das propostas será dia 15/05/2014 às 09:30 hrs, na Rua Vereador Joaquim Boeing, nº 40, Centro, na sala de Reuniões. Etapa de lances verbais : será às 10:00 hrs do mesmo dia, no mesmo endereço acima citado. O Edital completo encontra-se a disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, sito a Rua Joaquim Boeing, nº 40, Centro - Ituporanga - SC, no horário das 8:00 às 12:00 hrs e das 14:00 às 17:00 hrs, ou no site www.ituporanga.sc.gov.br.

Ituporanga, 05 de maio de 2014.

Antônio Salésio Costa

Secretária Municipal de Saúde

Jacinto Machado**PREFEITURA****Decreto Nº. 047 de 22 de Abril de 2014.**

DECRETO Nº. 047 DE 22 DE ABRIL DE 2014.
SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 9º, da Lei nº 706 de 04 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária abaixo especificada do orçamento vigente, com o valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais) a saber:

Órgão 13: SAMAE

Unidade 01: SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO

Atividade 2.047: Manutenção Operacional e Administrativa do Samae

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0040(09) - Aplicações

Diretas R\$ 70.000,00

TOTAL R\$ 70.000,00

Art. 2º - Para suplementar a dotação acima anula-se a dotação abaixo especificada no mesmo valor.

Órgão 13: SAMAE

Unidade 01: SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO

Atividade 2.047: Manutenção Operacional e Administrativa do Samae

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.0040(08) - Aplicações

Diretas R\$ 70.000,00

TOTAL R\$ 70.000,00

Art. 3º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 22 de abril de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

Decreto Nº. 048 de 22 de Abril de 2014.

DECRETO Nº. 048 DE 22 DE ABRIL DE 2014.
SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 9º, da Lei nº 706 de 04 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária abaixo especificada do orçamento do Fundo Municipal de Saúde, com o valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais) a saber:

ORGÃO: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ATIVIDADE: 2.020 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Modalidade de Aplicação: (11) - 4.4.90.00.00.00.0080 - Aplicações
Diretas R\$ 80.000,00
TOTAL R\$ 80.000,00

Art. 2º- Para suplementar a dotação acima anula-se a dotação abaixo especificada no mesmo valor.

ORGÃO: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ATIVIDADE: 2.020 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Modalidade de Aplicação: (5) - 3.1.90.00.00.00.0080 - Aplicações
Diretas R\$ 80.000,00
TOTAL R\$ 80.000,00

Art. 3º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 22 de abril de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

Aviso de Licitação Concorrência Pública Nº 001/2014/Pmjm

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2014/PMJM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, Torna Público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA, pelo tipo de licitação MENOR PREÇO GLOBAL, e regime de execução do contrato de EMPREITADA GLOBAL, a qual tem como objeto a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SÂNITÁRIO DE JACINTO MACHADO (2ª ETAPA), COMPREENDENDO REDE COLETORA DE ESGOTO, LIGAÇÕES DOMICILIARES E ESTAÇÃO ELEVATÓRIA. Conforme Projeto, Memorial Descritivo, Orçamento e Cronograma Físico-Financeiro Anexados ao Edital."; tudo de acordo com as especificações contidas no Edital e condições estabelecidas pela Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores. Os ENVELOPES dos documentos referentes à habilitação e proposta, necessários à participação dos interessados nesta licitação, serão recebidos até o dia 09/06/2014 às 08h15min com abertura dos mesmos às 08h30min nesta mesma data, na Sala de Licitações, sito a RUA POOL JORGE ZACCA, Nº 75, Bairro CENTRO, Município de JACINTO MACHADO, Estado de SANTA CATARINA. Informações através do Fone/FAX: (48) 3535-1133 / (48) 3535-1288 ou pelo e-mail: licitacao@jacintomachado.sc.gov.br.

Jacinto Machado - SC, 05 de Maio de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Tomada de Preço Nº 002/2014/Pmjm

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº 002/2014/PMJM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, a Comissão Permanente de Licitações, com devida autorização expedida pelo Senhor Antonio João de Fáveri, Prefeito Municipal, torna público a realização de licitação no dia 22/05/2014 às 14h00min, com entrega dos envelopes até às 13h45min da mesma data, no Setor de Licitações da Prefeitura, na modalidade: TOMADA DE PREÇO, forma de julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA JUNTO AO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO, nos moldes e exigências estabelecidas no Projeto Básico (Anexo II), conforme Edital.". O Edital com seus anexos deverão ser obtidos no Setor de Licitações da Prefeitura, sito à RUA POOL JORGE ZACCA, Nº 75, Bairro CENTRO, Município de JACINTO MACHADO, Estado de SANTA CATARINA, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira ou através de solicitação enviada para o e-mail: licitacao@jacintomachado.sc.gov.br. Informações pelo Fone: (48) 3535-1133 ou fac-símile: (48) 3535-1288.

Jacinto Machado - SC, 05 de Maio de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA

Resultado Chamada Pública 3 2014

RESULTADO FINAL DO EDITAL Nº 03/2014 DE CHAMADA PÚBLICA DE PROFESSORES

O Município de Joaçaba, através do Sr. Prefeito, Rafael Laske torna público:

Art. 1º - Consta no ANEXO I a classificação final do Edital de Chamada Pública de Professores.

Art. 2º - Em consonância com a legislação vigente, à vista do resultado final do Edital de Chamada Pública nº 03/2014, considerando que foram aplicados todos os princípios constitucionais, tais quais a publicidade e a isonomia, inerentes à todo processo. Fica HOMOLOGADO o Resultado do Edital nº 03/2014 de Chamada Pública, surtindo todos os efeitos legais.

Art. 3º - As Convocações serão realizadas por todos os meios disponíveis, conforme a necessidade da Administração Pública e na Ordem de Classificação em Anexo.

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital, que será afixado no mural da Prefeitura Municipal, na Imprensa Oficial do Município, ou em órgão da imprensa particular local contratado pela Administração e no site www.joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 30 de abril de 2014.

José Luiz Junqueira de Carvalho
Secretário de Educação

Rafael Laske
Prefeito

ANEXO I

INGLÊS	
CLASSIFICAÇÃO	NOME
1	Thais Liana Belló Colusso

EDUCAÇÃO FÍSICA	
CLASSIFICAÇÃO	NOME
1	Claiton Antonio Pereira
2	Macksuel Osmar da Silva
3	Gabriel Dassi Pasinato

LÍNGUA PORTUGUESA	
CLASSIFICAÇÃO	NOME
1	Thais Liana Belló Colusso

HISTÓRIA / GEOGRAFIA	
CLASSIFICAÇÃO	NOME
1	Aline Alves Cabral
2	Patrícia Demarche Dahmer
3	Loreni Salete Pereira Mecabô
4	Thais Liana Bello Colusso

Extrato Homolog PL 31/2014 PP 25/2014

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 31/2014/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2014/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 31/2014/PMJ,

- Modalidade: PP 25/2014/PMJ.

Objeto: Contratação temporária, de caráter excepcional e não continuada, de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria na área contábil, financeira e patrimonial, incluindo a orientação aos técnicos municipais que atuam nos setores de contabilidade, compras, patrimônio, tributação e controle interno, para promover a implantação das novas normas da contabilidade pública brasileira de acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e as Demonstrações Contábeis (DCASP), aprovados pela Portaria nº 751/2009 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

EMPRESAS VENCEDORAS:

T&Z CONTABILIDADE E ASSESSORIA S/S LTDA

VALOR R\$ 61.200,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 05 de maio de 2014.

Rafael Laske

Prefeito

Extrato Contrato 164/2014 PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 164/2014/PMJ

PL 31/2014 - PP 25/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONTRATADA: T&Z CONTABILIDADE E ASSESSORIA S/S LTDA

OBJETO: a prestação temporária, de caráter excepcional e não continuada, pela CONTRATADA, de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria na área contábil, financeira e patrimonial, incluindo a orientação aos técnicos municipais que atuam nos setores de contabilidade, compras, patrimônio, tributação e controle interno, para promover a implantação das novas normas da contabilidade pública brasileira de acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e as Demonstrações Contábeis (DCASP), aprovados pela Portaria nº 751/2009 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 61.200,00 (sessenta e um mil e duzentos reais), sendo o valor mensal de R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.029 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA

63 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas

VIGÊNCIA: 12 meses, a contar de sua

DATA DE ASSINATURA: 02/05/2014

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato Alteração PP 26/2014/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE ALTERAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2014/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2014/PMJ

O Município de Joaçaba torna pública a ALTERAÇÃO efetuada no Edital do Pregão Presencial Nº 26/2014/PMJ, cujo extrato foi publicado no DOM em 22/04/2014, tendo por objeto a "aquisição de

01 (uma) motosserra e ferramentas diversas, destinadas à manutenção das atividades da Secretaria de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação do Município de Joaçaba, SC.”:

1) O horário de abertura fica alterado das 14h do dia 08/05/2014, para as 14 horas do dia 19/05/2014;

2) O horário para o credenciamento e entrega dos envelopes, fica alterado de até as 14h do dia 08/05/2014, para até as 14h do dia 19/05/2014.

As demais disposições do edital permanecem inalteradas.

O edital alterado, na íntegra, encontra-se disponível junto à Secretaria de Gestão Administrativa do Município, Setor de Licitações, à Avenida XV de Novembro, 378 - Telefones 0xx49 3527-8828/8805, em dias úteis de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas, pelo site www.joacaba.sc.gov.br ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 05 de maio de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato TP 2/2014/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2014/PMJ

TOMADA DE PREÇO Nº 2/2014/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços com o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a desmontagem e transporte de arquibancada pré-moldada do Estádio Municipal Oscar Rodrigues da Nova, neste Município. Forma de Julgamento: Menor Preço Global. Regime: Empreitada por Preço Unitário. Data da abertura: Dia 22/05/2014, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 14h30min do dia 22/05/2014, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br) e no Setor de Compras e Licitações - Avenida XV de Novembro, 378 - centro - Joaçaba. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 05 de maio de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Resolução Nº 04/2014 Secretaria Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO Nº 04/2014

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

“DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE SERVIDORES PARA CONDUZIREM VEÍCULOS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL”

O Secretário de Assistência Social de Joaçaba(SC), no uso de suas atribuições

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar os seguintes servidores para conduzirem os veículos da Secretaria de Assistência Social, conforme relação abaixo: ABRIGO - Juliana Schinato, Ediles Drey de Giacometi, Maria Eliza Monteiro e Francieli Carabolante (MHY 9721, PEUGEOT PARTNER

ESCAP 2010/2011 BRANCA)

CONSELHO TUTELAR - Daiani Cristina Samora Hoff, Rute Ramão, Mabel Falavinha Baran, Tânia Maria Schneider e Mirian Medeiros. (MLU 2478, PALIO WK ATTRAC - FIAT BRANCA, 2014).

CRAS - Sandrine Pizoni, Juliana Chiamulera, Rúbia Karen Provensi, Larissa Novello e Gislaine Ferreira Coutinho Soares. (MKF 7167, RENAULT/LOGAN AUT 1016V 2012/2013 BRANCA e MLN 0086 UNO MILLE - FIAT - 2013).

CREAS - Rozane Martins Schumautz, Maristela Rosa Abatti Schuller, Rosilde Calderoli Bortolini, Marcelino Zuffo, Giolly Muriel Moreira, Rosilei Bordin Lago, Aline Aparecida Schmidt Dambros e Ana Catarina Antes (MKE 5977, RENAULT/LOGAN EXP 16 2012/2013 BRANCA, MLN - 7742 - UNO VIVANCE 2014 BRANCO)

IDOSO - Marizete da Rosa Bottega, Daiana Duarte e Roselem Cristina Rasmussen (MFY 1160, VW GOL SPECIAL 2002/2003 CINZA). SEC. AÇÃO SOCIAL - Ediles Drey de Giacometi, Renan Zilio, Ivone Zanatta e Mário Wolfart. (MDR 4613, FIAT/SIENA FIRE FLEX 2007/2007 BRANCA).

ACESSUAS - Elisamara Dal Moro, Veronica Arruda Wolff e Marcelo Junior de Lima Kochhan (MGD 8896 -UNO MILLER FLEX 2010 - BRANCO)

Parágrafo único: A Carteira Nacional de Habilitação, deverá estar dentro da data de validade.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Resolução 03/2014.

Joaçaba, SC, 05 DE MAIO DE 2014

MÁRIO WOLFART

Secretário de Assistência Social

Decreto Nº 4.565 de 02 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 4.565 DE 02 DE MAIO DE 2014.

“NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros, para compor o CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES, responsável pelo julgamento em segunda instância, de que trata o Artigo 293, da Lei Complementar Nº 031/97 de 24 de dezembro de 1997:

ELIANA ZARDO - Presidente

REPRESENTANTES DA UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES

DIRCEU ANTONIO BAZZO - Titular

ADEMIR LAMB - Suplente

REPRESENTANTES DA CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS - CDL

PAULO DELFINO PINTO - Titular

MARCELO ANTONIO RISSON - Suplente

REPRESENTANTES DA ASSOC. COM. IND. OESTE CATARINENSE - ACIOC

VALDIR PATZLAF - Titular

JULCIMAR LUIS MACHADO - Suplente

REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA

TIAGO DUPONT GIUMBELLI - Titular

DANIELE GALVÃO RODRIGUES - Suplente

RICARDO ALTEMBURGER - Titular
DANIELA APARECIDA MATTOS - Suplente

ROSANGELA PELICIELLI - Titular
JULIO CÉSAR BISSANI - Suplente
SECRETÁRIA - GRACIELA GLASENAPP

REPRESENTANTE DA FAZENDA MUNICIPAL - GEOVANA APARECIDA DE NARDI FACIN

Art. 2º Os serviços prestados pelo Conselho, objeto deste Decreto, serão remunerados, em atendimento ao que dispõe o Art. 297 da Lei Complementar Nº 31/97, com o percentual de 80% (oitenta por cento) do salário mínimo vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA- SC, em 02 de maio de 2014.
RAFAEL LASKE
Prefeito

SIMAE

Resumo do Contrato Jhl0031/2014 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0031/2014
TERMO DE PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0014/2014
TOMADA DE PREÇOS 0001/2014
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0001/2014
PROTOCOLO Nº 0001/2014
Data: 02/05/2014
Objeto: CONTRATO ADITIVO DE VALORES REFERENTE À IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO E LIGAÇÕES DOMICILIARES NA VILA PEDRINI EM JOAÇABA-SC, COM FUNDAMENTO NOS ART 65 § 1º DA LEI8666/93.
Valor Total do Contrato: R12.916,61. (Doze mil novecentos e dezesseis reais e sessenta e um centavos).
Programa: 14.01.1.052
Projeto/Atividade: 4.4.90.51.99.00
Prazo de vigência: 02/05/2014 a 21/08/2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente do SIMAE

Portaria JHL 069/2014 PORTARIA SIMAE JHL Nº - 069/2014 DE 02.05.2014

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Designar Volnei Jacob Muller, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, enquadrado no P-2, N-1, Ref. A, sob nº da CNH 03939681023, para exercer a atividade de Condutor de Veículo da Autarquia, estando autorizado a dirigir o veículo: Saveiro, Placa MLW-3211, no período de 05 a 24 de Maio de 2014, por motivo de férias do titular, que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo, fazendo jus à um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência "A", do Nível 1,

do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 2º- O servidor designado como condutor é responsável pela locomoção de servidores em serviço e no transporte de materiais/equipamentos devendo observar todas as regras do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 05 de Maio de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 02 de Maio de 2014.
Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

Portaria JHL 070/2014 PORTARIA SIMAE JHL Nº - 070/2014 DE 05/05/2014

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Designar Evald Hommerding Junior, ocupante do cargo de Operador de ETA, enquadrado no P-6, N-3, Ref-I-9, para exercer a atividade de Condutor de Veículo da Autarquia, estando autorizado a dirigir o veículo Fiat Fiorino Placa MGR- 3980, no período de 05 de maio à 03 de junho de 2014, por motivo de férias do titular, que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo, fazendo jus à um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência "A", do Nível 1, do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 2º- O servidor designado como condutor é responsável pela locomoção de servidores em serviço e no transporte de materiais/equipamentos devendo observar todas as regras do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 05 de Maio de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 05 de Maio de 2014.
Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

Edital PP 0016/2014 Alteração Lotes SIMAE SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA LICITAÇÃO Nº 0022/2014 MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0016/2014 PROTOCOLO JHL 0850/2014 ALTERAÇÃO DO EDITAL QUANTO AOS LOTES

PERMANECE A MESMA DATA DE ABERTURA
Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial

0016/2014 - Licitação 0022/2014, TIPO MENOR PREÇO POR LOTE, que trata de:

Objeto: Aquisição de Tubos e Conexões em PVC para reposição do estoque do SIMAE no exercício 2014.

Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 15/05/2014 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 15/05/2014 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 24/04/2014 a 15/05/2014.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 24 de Abril de 2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente do SIMAE

Resumo de Contrato JHL 0030/2014 - SIMAE SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0030/2014
TERMO DE SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0065/2012.

TOMADA DE PREÇO JHL0004/2012.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0020/2012

PROTOCOLO Nº 0648/2012

Data: 30/04/2014

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGENCIA E REAJUSTES DE VALORES DO CONTRATO DE LICENÇA DO USO DE SOFTWARE DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATEGICA DO SIMAE.

Valor Total do Contrato: R\$ 962,51 Mensal. (Novecentos e sessenta e dois reais e cinquenta e um centavos).

Programa: 14.01.

Projeto/Atividade: 2.060

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.11.00

Prazo de vigência: 14/05/2014 a 13/05/2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente do SIMAE

Convite JHL 0002/2014

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0027/2014

MODALIDADE CONVITE Nº 0002/2014

PROTOCOLO JHL 1159/2014

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Edital de Convite 0002/2014 - Licitação 0027/2014, TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, que trata de:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO COM ELABORAÇÃO DE PROVA ESCRITA E REALIZAÇÃO DE TESTE DE APTIDÃO FÍSICA.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 14/05/2014 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 14/05/2014 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 06/05/2014 a 14/05/2014.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8217.

Joaçaba - SC, 06 de Maio de 2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente do SIMAE.

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução 017/14 - Exoneração Cleiton

RESOLUÇÃO Nº 0017/2014 DE 1º DE MAIO DE 2014

"EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32, incisos XVII e XXXIV do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º - EXONERAR o(a) Senhor(a) CLEITON RICARDO KÜHL, do cargo de Assessor Parlamentar, nível CC-2, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 209 de 24 de outubro de 2011 e alterações.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor a partir 1º de maio de 2014.

Joaçaba, 1º de maio de 2014.

FRANCISCO MOREIRA LOPES

Presidente

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

Resolução 018/14 - Nomeação Assessor Shaloai

RESOLUÇÃO Nº 018/2014 DE 06 DE MAIO DE 2014

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32, incisos XVII e XXXIV do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º - NOMEAR o Senhor SHALOAI COSTA, Assessor Parlamentar da bancada do PDT, nível A-01, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e Lei Complementar nº 209 de 24 de outubro de 2011.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor a partir 06 de maio de 2014.

Joaçaba, 05 de maio de 2014.

FRANCISCO MOREIRA LOPES

Presidente

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

Lages

PREFEITURA

PP 88-2013 PML Rerratificado

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Executivo de Licitações e Contratos

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 88-2013 PML - RERRATIFICADO Objeto: Prestação de serviços de vigilância patrimonial e monitoramento eletrônico.

Tipo: Menor Preço Mensal Abertura: 19/05/2014 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 117.783,82

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site HYPERLINK "http://www.lages.sc.gov.br"www.lages.sc.gov.br, sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 05 de maio de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

Extrato de Contrato - Termo de Convênio 006/2014 - FME

EXTRATO DE CONTRATO

O MUNICÍPIO DE LAGES/SC

Torna público:

Termo de Convênio nº 006/2014 - FME

O MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e a Fundação Municipal de Esportes de Lages/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 78.497.559/0001-66, com endereço na Avenida Antonio Ribeiro dos Santos, nº400, Bairro da Várzea, em Lages/SC, neste ato representado pelo Superintendente da Fundação Municipal de Esportes, Sr. Armando Melo Júnior, doravante denominados CONCEDENTES e o INTERNACIONAL FUTEBOL CLUBE, inscrito no CNPJ sob o nº 02.347.522/0001-90, com sede a Rua Valério Antunes, nº 611, Bairro Santa Helena, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente Sr. JOSÉ DE MELO, CPF nº 438.175.809-91, doravante denominado CONVENIENTE, RESOLVEM celebrar o presente CONVÊNIO, observadas as disposições legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

OBJETO: Auxílio financeiro para a aquisição de materiais esportivos, pagamentos de profissionais da comissão técnica, compra de medicamentos, transportes para treinos e jogos, alimentação e anuidade junto a federação e arbitragem.

VALOR: R\$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais) em 09 parcelas mensais.

VIGÊNCIA: 17/04/2014 a 31/12/2014.

Lages, 05 de maio de 2014.

Extrato de Contrato - Termo de Convênio 007/2014 - FME

EXTRATO DE CONTRATO

O MUNICÍPIO DE LAGES/SC

Torna público:

Termo de Convênio nº 007/2014 - FME

O MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e a Fundação Municipal de Esportes de Lages/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 78.497.559/0001-66, com endereço na Avenida Antonio Ribeiro dos Santos, nº400, Bairro da Várzea, em Lages/SC, neste ato representado pelo Superintendente da Fundação Municipal de Esportes, Sr. Armando Melo Júnior, doravante denominados CONCEDENTES e o SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE LAGES, inscrito no CNPJ sob o nº 78.493.657/0001-25, com sede a Rua Travessa Estevão Candido de Freitas, nº 62, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente Sr. LUIZ CARLOS VIEIRA REIS, CPF nº 446.506.719-49, doravante denominado CONVENIENTE, RESOLVEM celebrar o presente CONVÊNIO, observadas as disposições legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

OBJETO: Auxílio financeiro para o pagamento da arbitragem dos Campeonatos SINDSERV 2014.

VALOR: R\$ 7.520,00 (sete mil quinhentos e vinte reais) em 02 parcelas.

VIGÊNCIA: 23/04/2014 a 31/12/2014.

Lages, 05 de maio de 2014.

Extrato de Contrato - Termo de Convênio 008/2014 - FME

EXTRATO DE CONTRATO

O MUNICÍPIO DE LAGES/SC

Torna público:

Termo de Convênio nº 008/2014 - FME

O MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e a Fundação Municipal de Esportes de Lages/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 78.497.559/0001-66, com endereço na Avenida Antonio Ribeiro dos Santos, nº 400, Bairro da Várzea, em Lages/SC, neste ato representado pelo Superintendente da Fundação Municipal de Esportes, Sr. Armando Melo Júnior, doravante denominados CONCEDENTES e a SOCIEDADE PARANAENSE DIVINA PROVIDÊNCIA - Colégio Santa Rosa de Lima, inscrita no CNPJ sob o nº 76.565.183/0002-35, com sede a Rua Lauro Muller, nº 444, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente Sr. ROGÉRIO ALENCAR FERRAZ DE ANDRADE, CPF nº 500.085.360-15, doravante denominado CONVENIENTE, RESOLVEM celebrar o presente CONVÊNIO, observadas as disposições legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

OBJETO: Auxílio financeiro a Participação do voleibol feminino de Lages em competições representando a FME e o Colégio Santa Rosa de Lima.

VALOR: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) em 10 parcelas mensais.

VIGÊNCIA: 25/04/2014 a 31/01/2015.

Lages, 05 de maio de 2014.

Extrato de Contrato - Termo de Convênio 009/2014 - FME

EXTRATO DE CONTRATO
O MUNICÍPIO DE LAGES/SC

Torna público:

Termo de Convênio nº 009/2014 - FME

O MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e a Fundação Municipal de Esportes de Lages/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 78.497.559/0001-66, com endereço na Avenida Antonio Ribeiro dos Santos, nº400, Bairro da Várzea, em Lages/SC, neste ato representado pelo Superintendente da Fundação Municipal de Esportes, Sr. Armando Melo Júnior, doravante denominados CONCEDENTES e ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E RECREATIVA KI-BOLA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.544.771/0001-99, com sede a Avenida Luiz de Camões, nº 210, Bairro Coral, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente Sr. CARLOS FONTANA, CPF nº 385.365.449-53, doravante denominado CONVENIENTE, RESOLVEM celebrar o presente CONVÊNIO, observadas as disposições legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

OBJETO: Auxílio financeiro visando representar o município de Lages nas competições coordenadas pela FESPORTE bem como JASC e joguinhos na modalidade de futebol de salão, categoria sub 17, naipes masculino

VALOR: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) em 10 parcelas mensais.

VIGÊNCIA: 25/04/2014 a 31/01/2015.

Lages, 05 de maio de 2014.

Extrato de Contrato - Termo de Convênio 010/2014 - FME

EXTRATO DE CONTRATO
O MUNICÍPIO DE LAGES/SC

Torna público:

Termo de Convênio nº 010/2014 - FME

O MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e a Fundação Municipal de Esportes de Lages/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 78.497.559/0001-66, com endereço na Avenida Antonio Ribeiro dos Santos, nº400, Bairro da Várzea, em Lages/SC, neste ato representado pelo Superintendente da Fundação Municipal de Esportes, Sr. Armando Melo Júnior, doravante denominados CONCEDENTES e a ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E PARAESPORTIVA DE LAGES, inscrita no CNPJ sob o nº 13.041.657/0001-49, com sede a Rua Governador Jorge Lacerda, nº 22, apart nº 21, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente Sr. LUIZ AUGUSTO ALMEIDA DOS ANJOS, CPF nº 934.912.989-20, doravante denominado CONVENIENTE, RESOLVEM celebrar o presente CONVÊNIO, observadas as disposições legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas: OBJETO: Auxílio financeiro visando custear despesas de transporte, viagens, contratação de profissionais e manutenção da entidade.

VALOR: R\$ 106.000,00 (Cento e seis mil reais) em 10 parcelas mensais.

VIGÊNCIA: 25/04/2014 a 31/01/2015.

Lages, 05 de maio de 2014.

Extrato de Contrato - Termo de Convênio 016/2014

EXTRATO DE CONTRATO
O MUNICÍPIO DE LAGES/SC

Torna público:

Termo de Convênio nº 016/2014 FMAS

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado a CASA DE APOIO COLIBRI, inscrita no CNPJ sob n.º 05.934.422/0001-58, com sede à Avenida Belizário Ramos, nº 1501, Bairro Ipiranga, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pela Sra. NEUSA MARIA LOPES DE OLIVEIRA, CPF nº 560.072.999-53, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

OBJETO: Auxílio financeiro para o pagamento mensal dos salários e encargos sociais dos funcionários da Entidade.

VALOR: R\$ 27.600,00 (vinte e sete mil e seiscentos reais) em 12 parcelas.

VIGÊNCIA: 16/04/2014 a 31/03/2015.

Lages, 05 de maio de 2014.

Extrato de Contrato - Termo de Convênio 017/2014

EXTRATO DE CONTRATO
O MUNICÍPIO DE LAGES/SC

Torna público:

Termo de Convênio nº 017/2014 FMAS

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO LAGEANA DA TERCEIRA IDADE, inscrita no CNPJ sob n.º 78.493.103/0001-28, com sede à Rua Claudio Galeno, nº 153, Bairro da Várzea, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pela Sra. RITA BATALLA PARIZOTTO, CPF nº 950.292.499-15, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes: OBJETO: Auxílio financeiro para a manutenção do Centro de Convivência do Idoso.

VALOR: R\$ 99.000,00 (noventa e nove mil reais) em 09 parcelas.

VIGÊNCIA: 17/04/2014 a 31/12/2014.

Lages, 05 de maio de 2014.

Extrato de Contrato - Termo de Convênio 020/2014

EXTRATO DE CONTRATO
O MUNICÍPIO DE LAGES/SC

Torna público:

Termo de Convênio nº 020/2014 SED

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado a ASSISTÊNCIA SOCIAL SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, inscrita no CNPJ sob n.º 83.423.244/0001-07, com sede à Rua Círio Vieira Ramos, nº 1434, Bairro Caça e Tiro, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pela Sra. ROSA MARIA BEAL DONATO, CPF nº 070.407.099-53, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes: OBJETO: Auxílio financeiro para proporcionar educação,

alimentação, recreação e desenvolvimento psicomotor para as crianças de 02 a 05 anos de idade.

VALOR: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) em 10 parcelas mensais.

VIGÊNCIA: 17/04/2014 a 31/12/2014.

Lages, 05 de maio de 2014.

Extrato de Contrato - Termo de Convênio 025/2014

EXTRATO DE CONTRATO

O MUNICÍPIO DE LAGES/SC

Torna público:

Termo de Convênio nº 025/2014 FMS

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO CATA-RINENSE DE APOIO EDUCACIONAL À FAMÍLIA - ACASEF, inscrita no CNPJ sob n.º 05.664.899/0001-60, com sede à Rua Lauro Muller, nº 141, sala nº 12, Bairro Centro, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo Sr. ALEX MARCELO AMARAL DA SILVA, CPF nº 758.694.629-91, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

OBJETO: Auxílio financeiro para o pagamento de aluguel, compra de materiais de expediente e manutenção da Entidade.

VALOR: R\$ 18.000,00 (dezoito reais) em 12 parcelas mensais.

VIGÊNCIA: 23/04/2014 a 28/02/2015.

Lages, 05 de maio de 2014.

Extrato de Contrato - Termo de Convênio 026/2014

EXTRATO DE CONTRATO

O MUNICÍPIO DE LAGES/SC

Torna público:

Termo de Convênio nº 026/2014 FMAS

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o CENTRO SOCIAL LUPÉRCIO DE OLIVEIRA KOECHE, inscrito no CNPJ sob n.º 07.839.455/0001-44, com sede à Avenida Caldas Júnior, nº 206, Bairro Santa Helena, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representado neste ato pelo Sr. JOÃO VOLNI MADRUGA DA SILVA, CPF nº 194.502.499-15, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

OBJETO: Auxílio financeiro para o atendimento às famílias carentes, em especial na segurança alimentar e no apoio ao desenvolvimento e amparo familiar.

VALOR: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) em 10 parcelas mensais.

VIGÊNCIA: 23/04/2014 a 31/01/2015.

Lages, 05 de maio de 2014.

Lauro Muller

PREFEITURA

Extrato de Aditivo de Prazo 001/2014 ao Contrato 01/2014 Pmlm

EXTRATO DE ADITIVO DE PRAZO 001/2014 AO CONTRATO 29/2014 PMLM

Contrato Original: 29/2014

Processo Licitatório nº 20/2014 - Dispensa de Licitação nº 20/2014
Objeto: Prestação de serviços de plantão medico para o Hospital Municipal Henrique Lage, para o prazo de até 31/06/2014 aditivo de 23% a ser dividido entre todos credenciados.

Contratado: EMPRESA CLINICA MEDICA DELGADO LTDA ME

Prazo de Vigência: 01/04/2014 à 31/06/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO DE PRAZO 001/2014 AO CONTRATO 9/2014 PMLM

Contrato Original: 9/2014

Processo Licitatório nº 10/2014 - Dispensa de de Licitação nº 10/2014

Objeto: Prestação de serviços de plantão medico para o Hospital Municipal Henrique Lage, para o prazo de até 31/06/2014 aditivo de 23% a ser dividido entre todos credenciados.

Contratado: CMSR CLINICA MÉDICA LTDA

Prazo de Vigência: 01/04/2014 à 31/06/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO DE PRAZO 001/2014 AO CONTRATO 10/2014 PMLM

Contrato Original: 10/2014

Processo Licitatório nº 11/2014 - Dispensa de de Licitação nº 11/2014

Objeto: Prestação de serviços de plantão medico para o Hospital Municipal Henrique Lage, para o prazo de até 31/06/2014 aditivo de 23% a ser dividido entre todos credenciados.

Contratado: FRETTE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA ME

Prazo de Vigência: 01/04/2014 à 31/06/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO DE PRAZO 001/2014 AO CONTRATO 11/2014 PMLM

Contrato Original: 11/2014

Processo Licitatório nº 12/2014 - Dispensa de de Licitação nº 12/2014

Objeto: Prestação de serviços de plantão medico para o Hospital Municipal Henrique Lage, para o prazo de até 31/06/2014 aditivo de 23% a ser dividido entre todos credenciados.

Contratado: JAB SERVIÇOS MÉDICOS LTDA ME

Prazo de Vigência: 01/04/2014 à 31/06/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO DE PRAZO 001/2014 AO CONTRATO 07/2014 PMLM

Contrato Original: 07/2014

Processo Licitatório nº 09/2014 - Dispensa de Licitação nº 09/2014
Objeto: Prestação de serviços de plantão medico para o Hospital

Municipal Henrique Lage, para o prazo de até 31/06/2014 aditivo de 23% a ser dividido entre todos credenciados.

Contratado: CLINIFAR CLINICA MEDICA LTDA EPP

Prazo de Vigência: 01/04/2014 à 31/06/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO DE PRAZO 001/2014 AO CONTRATO 01/2014 PMLM

Contrato Original: 01/2014

Processo Licitatório nº 01/2014 - PREGAO PRESENCIAL nº 01/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PERTINENTE PARA FORNECIMENTO DE FORMA PARCELADA DE COMBUSTIVEL PARA MANTER A FROTA DE VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTE AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO, OBRAS, SOCIAL E DE AGRICULTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER DURANTE O EXERCÍCIO DE 2014

Contratado: DENONI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA

Prazo de Vigência: 01/04/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Aditivo 001/2014 ao Contrato 07/2014 Hmhl

EXTRATO DE ADITIVO 001/2014 AO CONTRATO 07/2014 HMHL

Contrato Original: 07/2014

Processo Licitatório nº 09/2014 - Dispensa de Licitação nº 09/2014

Objeto: Prestação de serviços de plantão medico para o Hospital Municipal Henrique Lage, para o prazo de até 31/06/2014 aditivo de 23% a ser dividido entre todos credenciados.

Contratado: CLINIFAR CLINICA MEDICA LTDA EPP

Prazo de Vigência: 01/04/2014 à 31/06/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Aditivo 001/2014 ao Contrato 11/2014 Hmhl

EXTRATO DE ADITIVO 001/2014 AO CONTRATO 11/2014 HMHL

Contrato Original: 11/2014

Processo Licitatório nº 12/2014 - Dispensa de de Licitação nº 12/2014

Objeto: Prestação de serviços de plantão medico para o Hospital Municipal Henrique Lage, para o prazo de até 31/06/2014 aditivo de 23% a ser dividido entre todos credenciados.

Contratado: JAB SERVIÇOS MÉDICOS LTDA ME

Prazo de Vigência: 01/04/2014 à 31/06/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Aditivo 001/2014 ao Contrato 10/2014 Hmhl

EXTRATO DE ADITIVO 001/2014 AO CONTRATO 10/2014 HMHL

Contrato Original: 10/2014

Processo Licitatório nº 11/2014 - Dispensa de de Licitação nº 11/2014

Objeto: Prestação de serviços de plantão medico para o Hospital Municipal Henrique Lage, para o prazo de até 31/06/2014 aditivo de 23% a ser dividido entre todos credenciados.

Contratado: FRETTE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA ME

Prazo de Vigência: 01/04/2014 à 31/06/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Aditivo de 001/2014 ao Contrato 9/2014 Hmhl

EXTRATO DE ADITIVO DE 001/2014 AO CONTRATO 9/2014 HMHL

Contrato Original: 9/2014

Processo Licitatório nº 10/2014 - Dispensa de de Licitação nº 10/2014

Objeto: Prestação de serviços de plantão medico para o Hospital Municipal Henrique Lage, para o prazo de até 31/06/2014 aditivo de 23% a ser dividido entre todos credenciados.

Contratado: CMSR CLINICA MÉDICA LTDA

Prazo de Vigência: 01/04/2014 à 31/06/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Aditivo 001/2014 ao Contrato 29/2014 Hmhl

EXTRATO DE ADITIVO 001/2014 AO CONTRATO 29/2014 HMHL

Contrato Original: 29/2014

Processo Licitatório nº 20/2014 - Dispensa de Licitação nº 20/2014

Objeto: Prestação de serviços de plantão medico para o Hospital Municipal Henrique Lage, para o prazo de até 31/06/2014 aditivo de 23% a ser dividido entre todos credenciados.

Contratado: EMPRESA CLINICA MEDICA DELGADO LTDA ME

Prazo de Vigência: 01/04/2014 à 31/06/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Lebon Régis

PREFEITURA

Dispensa de Licitação

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO 07/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO 17/2014

O Presidente da Comissão de Licitações, nomeado pelo Decreto n. 0027/2014, no uso de suas atribuições legais faz PUBLICAR a instauração de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, X, da Lei n. 8.666/1993, visando a locação de um imóvel, de propriedade de ELISABETE A. DO AMARAL, sito à Av. Santo Antônio, centro de Lebon Régis. O objetivo da locação do referido imóvel, destina-se contemplar o auxílio moradia conforme prevê a lei Municipal nº 1.473 de 11/04/2014, referente ao programa mais médicos do governo federal (lei12.871/13).

Lebon Régis, 04 de Maio de 2014.

Mairon Leonan

Presidente.

Lei Municipal 1.476/2014

LEI MUNICIPAL Nº 1476/2014, 05 de maio de 2014.

"DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE BEM PÚBLICO QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

LUDOVINO LABAS, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º A Vila de moradores da Família Ferreira de Souza, localizada no interior do município, na localidade de Faxinal São Pedro, denominar-se-á "Vila Raulino Ferreira de Souza".

Art. 2º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a confecção e colocação de placa denominativa, bem como, promover as alterações que se fizerem necessárias com a finalidade de dar cumprimento a presente Lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias previstas no orçamento em vigor.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis (SC), 05 de maio de 2014.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski

Secretária de Administração e Finanças

Retificação de Edital

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS-SC

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2.014. A Prefeitura Municipal de Lebon Régis, comunica a todos os interessados que o Edital do Pregão Presencial nº 008/2.014, aberto para a aquisição de Materiais de expediente, foi retificado alterando-se alguns itens do lote 01 (anexo I do edital) e já encontra-se no site www.lebonregis.sc.gov.br, com a nova data

e alteração. O Edital, na íntegra e já retificado poderá ser consultado e adquirido gratuitamente, na internet, através do site <http://www.lebonregis.sc.gov.br>, ou diretamente no Departamento de Compras e Licitações nos seguintes horários: das 09h00 às 12h00 e das 13h30 às 15h30, no Paço municipal, localizada na Rua Artur Barth, Centro, Lebon Régis-SC, Lebon Régis, 05/ de maio de 2014 - Gilmar Francisco Peretti - Setor de licitações

Leoberto Leal

PREFEITURA

Decreto N.º 035/2014

DECRETO N.º 035, DE 05 DE MAIO DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL VIGENTE"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal n.º 1.061, de 30 de abril de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica a aberto crédito adicional especial no Orçamento da seguridade social vigente, na dotação com a seguinte estrutura e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	294.400,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	294.400,00
Função	08	Assistência Social	294.400,00
Sub-função	241	Assistência ao Idoso	294.400,00
Programa	07	Vivendo com Amor	294.400,00
Projeto	1.047	Construção de um Centro de Convivência da Terceira Idade	294.400,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	294.400,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	294.400,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	294.400,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	44.400,00
Fonte de Recursos	0.1.0024	Transferências de Convênios - Outros	250.000,00
TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL			294.400,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior correrão por conta das seguintes fontes de recursos e respectivos valores:

I - Anulação de Dotações.

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	44.400,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	44.400,00
Função	08	Assistência Social	35.400,00
Sub-função	482	Habitação Urbana	3.650,00
Programa	07	Vivendo com Amor	3.650,00

Ação/Projeto	1.021	Construção de Casas Populares	3.650,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	3.650,00
Sub-função	4.4.00.00.00	Investimentos	3.650,00
Programa	90	Aplicações Diretas	3.650,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	3.650,00
Sub-função	244	Assistência Comunitária	21.750,00
Programa	07	Vivendo com Amor	21.750,00
Ação/Projeto	2.021	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	21.750,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas correntes	21.750,00
Grupo de Nat. da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	21.750,00
Modalidade Aplicação	50	Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos	7.750,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	14.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	21.750,00
Sub-função	241	Assistência ao Idoso	10.000,00
Programa	07	Vivendo com Amor	10.000,00
Ação/Projeto	2.024	Atividades de Integração do Idoso	10.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas correntes	10.000,00
Grupo de Nat. Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	10.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	10.000,00
Função	27	Desporto e Lazer	4.000,00
Sub-função	813	Lazer	4.000,00
Programa	07	Vivendo com Amor	4.000,00
Ação/Projeto	2.045	Atividades de Integração do Jovem	4.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	4.000,00
Sub-função	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	4.000,00
Programa	90	Aplicações Diretas	4.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	4.000,00
Função	11	Trabalho	5.000,00
Sub-função	334	Fomento ao Trabalho	5.000,00
Programa	07	Vivendo com Amor	5.000,00

Ação/Projeto	2.046	Cooperação Técnica com o SEBRAE	5.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	5.000,00
Sub-função	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	5.000,00
Programa	90	Aplicações Diretas	5.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	5.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			44.400,00

II - Excesso de Arrecadação.

Fonte de Recursos	Código	Valor
Transferências de Convênios - Outros	0.1.0024	250.000,00
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO		250.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 05 de maio de 2014.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

4º Termo Aditivo Correios

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO MÚLTIPLO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE PRODUTOS, QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

CONTRATANTE:

Razão Sócia:		
PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL		
CNPJ:	Inscrição Estadual:	
82.924.390/0001-50	ISENTO	
Nome Fantasia:	Ramo de Atividade:	
PMLBL	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
Endereço:		
RUA MAINOLVO LEHMKULL , 20 - CENTRO		
Cidade:	UF:	CEP:
LEOBERTO LEAL	SC	88445-000
Telefone:	FAX:	
(48)3268-1212	(48)3268-1212	
Endereço Eletrônico:		
gabinete@leobertoleal.sc.gov.br		
Nome do Responsável:		
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA		
Cargo:	RG:	CPF:
PREFEITA MUNICIPAL	2.257.855	951.539.009-59

CONTRATADA:

ECT – Empresa Pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº. 509, de 20 de março de 1969.	
Nome da Diretoria Regional:	CNPJ/MF/DR:
DIRETORIA REGIONAL DE SANTA CATARINA	34.028.316/0028-23
Endereço:	
RUA ROMÉU JOSÉ VIEIRA 90, BLOBO B - NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO	

Cidade:	UF:	CEP:
SÃO JOSÉ	SC	88110-906
Telefone:	FAX:	
(48) 3954-4011	(48) 3954-4084	
Endereço Eletrônico:		
scgeven1@correios.com.br		
Gerente de Vendas:		
LILIAN PLACHI FERREIRA		
RG:	CPF:	
5.152.719-7	908.887.829-34	
SSP/SC	908.887.829-34	
Gerente de Suporte a Vendas:		
SIMONE REGINA ZANG DE SOUZA CALDERA		
RG:	CPF:	
2.780.573-5	018.138.849-94	
SSP/SC	018.138.849-94	

As partes, acima identificadas, têm, entre si, justo e avençado e celebram por força do presente Instrumento, elaborado conforme disposto no art. 62, § 3º, II, da Lei 8.666/93 e demais alterações posteriores, o TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato original por mais 12 meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

Em conformidade com o art. 57, II da Lei n.º 8.666/93 e com a cláusula sétima do contrato ora aditado, as partes acordam em prorrogar o contrato por 12 (doze) meses, de 04/05/2014 até 03/05/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo terá vigência a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Os recursos orçamentários previsto na Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária do contrato ora aditado para a cobertura das despesas decorrentes deste Contrato têm seu valor estimado em R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

4.2. A classificação destas despesas se dará da seguinte forma:

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.47.00.00.00
Projeto/Atividade: 2.003 – Funcionamento e Manutenção da SACF
Nº do Empenho: 1147/14
Data do Empenho: 30/04/2014
Valor: R\$ 2.000,00

CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO:

Caberá a CONTRATANTE, por sua conta, a publicação resumida do presente Termo Aditivo na imprensa oficial e no prazo legal.

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO:

Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais Cláusulas e condições do Contrato originário, não modificadas pelo presente instrumento.

E, por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente Instrumento em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

São José/SC, 30 de abril de 2014.
Pela CONTRATANTE:
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
PREFEITA MUNICIPAL

Pela ECT:
LILIAN PLACHI FERREIRA
GERENTE DE VENDAS

SIMONE REGINA ZANG DE S. CALDERA
GERENTE DE SUPORTE A VENDAS

TESTEMUNHAS:
NOME: SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES
CPF: 017.410.949-09

NOME: JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN
CPF: 005.166.179-90

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 36/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: LUBRIFIL COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES E FILTROS LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 26/2014

Objeto: Registro de preços para possível aquisição de óleos lubrificantes e graxas.

Valor: R\$ 34.688,00

Vigência: 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 04 de abril de 2014.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 37/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: AGRICOPEL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 26/2014

Objeto: Registro de preços para possível aquisição de óleos lubrificantes e graxas.

Valor: R\$ 19.510,00

Vigência: 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 04 de abril de 2014.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 38/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: POLETTI MÓVEIS LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 30/2014

Objeto: Registro de preços para possível aquisição de materiais de construção, ferramentas, e equipamentos de oficina.

Valor: R\$ 164.815,79
Vigência: 31 de dezembro de 2014.
Assinatura: 09 de abril de 2014.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 39/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: FERRAGENS LINDÓIA LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 30/2014
Objeto: Registro de preços para possível aquisição de materiais de construção, e equipamentos de oficina.
Valor: R\$ 39.337,50
Vigência: 31 de dezembro de 2014.
Assinatura: 09 de abril de 2014.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 40/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: NACIONAL ASFALTO LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 30/2014
Objeto: Registro de preços para possível aquisição de materiais de construção, e equipamentos de oficina.
Valor: R\$ 6.100,00
Vigência: 31 de dezembro de 2014.
Assinatura: 09 de abril de 2014.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 41/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2014 - 1º TA 84/2013

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: ARTEFATOS DE CIMENTO ALBERTON LTDA ME
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 64/2014
Objeto: Recomposição de preços para fornecimento de tubos de

concreto.

Valor: R\$ 3.371,52
Vigência: 31 de dezembro de 2014.
Assinatura: 14 de abril de 2014.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 47/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 47/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2014
Objeto: Fornecimento de peças e mão de obra para conserto da transmissão da pá carregadeira Michigan 75III ano 1979.

Valor total: R\$ 26.200,00
Vigência: 31 de dezembro de 2014.
Assinatura: 03 de abril de 2014.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 48/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 48/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: SEDIMIR LUIZ DARIFF 54132258904
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2014
Objeto: Serviços de filmagem do 8º festival intermunicipal da canção infantil, gospel, popular e sertaneja de Lindóia do Sul, a ocorrer nos dias 24, 25 e 26 de abril de 2014.

Valor total: R\$ 2.990,00
Vigência: 31 de dezembro de 2014.
Assinatura: 03 de abril de 2014.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 49/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 49/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: NEUSA DA SILVA FANTIN - ME
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2014
Objeto: Prestação de serviços de arbitragem e julgamento, de jogos do campeonato municipal de futsal.

Valor total: R\$ 5.800,00
Vigência: 31 de dezembro de 2.014.
Assinatura: 08 de abril de 2014.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 50/2014
PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 51/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: ADAGIL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2014
Objeto: Aquisição e instalação de guarda corpo metálico nas extremidades laterais da ponte existente sobre o Rio Engano localizada na Rua 29 de Julho, neste município.

Valor total: R\$ 4.896,00
Vigência: 31 de dezembro de 2.014.
Assinatura: 15 de abril de 2014.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 51/2014
PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 51/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: ADAGIL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2014
Objeto: Aquisição de 02 equipamentos de climatização de 9.000 BTUS.

Valor total: R\$ 2.780,00
Vigência: 16 de abril de 2015

Assinatura: 16 de abril de 2014.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 52/2014
PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 52/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: DOUGLAS FICANHA 03935233906
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2014
Objeto: Aquisição de eletrodomésticos.

Valor total: R\$ 5.309,00
Vigência: 16 de abril de 2015

Assinatura: 16 de abril de 2014.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 53/2014
PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 53/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA ME Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2014
Objeto: Aquisição de equipamentos de informática e escritório e câmera digital.

Valor total: R\$ 4.985,00
Vigência: 16 de abril de 2015

Assinatura: 16 de abril de 2014.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 54/2014
PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 54/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: SAQUETTI COMÉRCIO E CONSERTOS DE RELOGIOS LTDA ME Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2014
Objeto: Aquisição de 02 equipamentos eletrônicos para registro de ponto dos servidores municipais.
Valor total: R\$ 4.100,00
Vigência: 16 de abril de 2015

Assinatura: 16 de abril de 2014.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 55/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 55/2014 - 1º TA 01/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: INFO DIGITALE - SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS PARA GESTÃO DOCUMENTAL LTDA ME

Objeto: Atualização da razão social da empresa contratada.

Vigência: 30 de junho de 2014

Assinatura: 16 de abril de 2014.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 56/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 56/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: SUPERMERCADO FAMA LTDA ME

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL 33/2014

Objeto: Fornecimento de forma parcelada de gêneros alimentícios, para composição da alimentação dos inscritos nos curso do CRAS.

Valor: R\$ 4.514,30

Vigência: 31 de dezembro de 2014

Assinatura: 22 de abril de 2014.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 57/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 57/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: IVONE BIFFI ME

Objeto: Prestação de serviços de decoração para a feira da Indústria Comércio e Agricultura Familiar, a ser realizada nos dias 26 e 27 de abril de 2014.

Valor: R\$ 4.000,00

Vigência: 31 de dezembro de 2014

Assinatura: 23 de abril de 2014.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 58/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 58/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: JZ LOCACAO E EVENTOS LTDA

Objeto: Locação e montagem de estruturas de cobertura de lona de 10x30 metros, uma lona de 10x20 metros, e seis pirâmides de 5x5 metros, durante os dias 26 e 27 de abril de 2014, período da realização da feira da indústria, comércio, e agricultura familiar.

Valor: R\$ 7.000,00

Vigência: 27 de abril de 2014

Assinatura: 24 de abril de 2014.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 59/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 59/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: DIMENZO ENGENHARIA LTDA

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material e mão-de-obra), para execução de sistema de iluminação, sonorização interna e externa, stands para expositores, bretes e piquetes para realização da feira de indústria e comércio e agricultura familiar e amostra de animais, nos dias 26 e 27 de abril de 2014.

Valor: R\$ 14.000,00

Vigência: 24 de maio de 2014.

Assinatura: 24 de abril de 2014.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 60/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 60/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: FRARE & CIA LTDA
Licitação: PREGÃO Nº 34/2014

Objeto: Aquisição, de forma parcelada, de gêneros alimentícios, para composição da cesta básica.
Valor: R\$ 2.433,60
Vigência: 31 de dezembro de 2014.
Assinatura: 25 de abril de 2014.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 61/2014
PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 61/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: VIAGENS ZONTA LTDA ME
Licitação: PREGÃO Nº 35/2014

Objeto: Prestação de serviço de transporte coletivo, em regime de fretamento, de alunos da rede de ensino fundamental do município de Lindóia do Sul durante o ano letivo de 2014.

Valor: R\$ 28.458,00
Vigência: 31 de dezembro de 2014.
Assinatura: 25 de abril de 2014.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 62/2014
PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 62/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: FABIO DA ROSA CASTANHO E CIA LTDA
Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2014
Objeto: Prestação de serviços de profissionais nas áreas de assessoria consultoria e elaboração de projetos e busca de programas de captação de recursos.

Valor: R\$ 32.000,00
Vigência: 31 de dezembro de 2014.
Assinatura: 28 de abril de 2014.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Extrato do Convênio 21/2014
PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONVÊNIO
CONVÊNIO Nº 21/2014 - 1º TA 05/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTARIOS DE LINDOIA DO SUL
Lei: Lei Municipal nº 1.189 de 16 de dezembro de 2013
Objeto: Alteração do plano de trabalho do convenio, em especial o cronograma de pagamentos.
Vigência: até 31 de dezembro de 2014.
Assinatura: 01 de abril de 2014

PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Resolução Plano de Ação
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL
ESTADO DE SANTA CATARINA
RESOLUÇÃO Nº 01/2014

Dispõe sobre o Cofinanciamento de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS para melhoria da gestão e da prestação de serviços de proteção social especial de alta complexidade as crianças e adolescentes em situação de risco, transferidos ao Fundo Municipal de Assistência Social no ano de 2013.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Aprovar prestação de contas apresentada em decorrência da correta aplicação dos recursos do Governo Estadual para melhoria da gestão e da prestação de proteção social especial de alta complexidade.

Art. 2º Reprogramar 30% do total dos recursos recebidos pelo Fundo Estadual de Assistência Social no ano de 2013, conforme Decreto nº 760, de 21 de dezembro de 2011.

Art. 3º Aprovar Plano de Trabalho e Aplicação dos recursos reprogramados para o ano de 2014, conforme prescreve a Orientação Técnica SST nº 01/2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições ao contrário.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul/SC, 31 de Março de 2014
Alan Junior Pizzatto
Presidente do CMAS em Exercício

Extrato do Convênio 22/2014
PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONVÊNIO
CONVÊNIO Nº 22/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

DE LINDÓIA DO SUL - APAE

Lei: Lei Municipal nº . 1.195/2014

Objeto: Cooperação, para a realização da 2º Edição do FMCL (Festival Municipal do Canto Livre) e 8º Edição do FIMPS (Festival Interestadual da Música Infantil, Popular e Sertaneja) em comemoração ao 25º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Lindóia do Sul, visando a confraternização e integração entre os municípios.

Valor: R\$39.660,00

Vigência: até 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 11 de abril de 2014

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Extrato do Convênio 23/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 23/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE LINHA ROSETTO

Lei: Lei Municipal nº 1.197/2014

Objeto: Estabelecimento de programa de cooperação técnico financeiro, visando o repasse a CONVENIENTE, de recursos necessários para ampliação da rede de Água.

Valor: R\$ 12.000,00

Vigência: até 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 15 de abril de 2014.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Extrato do Convênio 24/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 24/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA JUVENTUDE

Lei: Lei nº 1.198/2014 de 05 de março de 2014

Objeto: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, visando o repasse, à CONVENIENTE, tendo em vista que a entidade representará o município no Campeonato Estadual de Amadores - Futebol de Campo.

Valor: R\$ 20.000,00

Vigência: até 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 30 de abril de 2014.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

Retificação Data - PL 051.2014 - TP 010.2014 - Pavimentação Loteamento Triton - PML

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 0051/2014 - PML

Tomada de Preço nº 0010/2014 - PML

A PREFEITURA DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO. OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a Pavimentação em Paralelepípedo de 2.524,33m² nas ruas: Rua 17 de Novembro, Rua 03 de Maio, Rua 1º de Agosto; 840,00m de meio-fio e 19 bueiros; 6,00m² de muro de contenção em concreto armado, no Bairro Vila Alemanha - Loteamento Triton, conforme projeto, memorial descritivo, orçamento máximo e cronograma em anexo. REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h do dia 20 de maio de 2014.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h10min do dia 20 de maio de 2014.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Retificação Data - PL 052.2014 - TP 011.2014 - Pavimentação de Passeios Públicos - PML

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 0052/2014 - PML

Tomada de Preço nº 0011/2014 - PML

A PREFEITURA DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO. OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e fornecimento dos materiais necessários para a pavimentação de passeios públicos em lajota de concreto com área de 7.838,00 m² e execução de 05 (cinco) travessias elevadas de segurança para pedestres, conforme projeto, memorial descritivo, orçamento máximo e cronograma em anexo.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09h do dia 20 de maio de 2014.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 09h10min do dia 20 de maio de 2014.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Extrato de Homologação - PL 050/2014 - PP 025/2014 - Gêneros Alimentícios - FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 0050/2014 - FMAS
Pregão Presencial nº 0025/2014 - FMAS

O Gestor do FMAS, WALMOR S. DRESCH NETO STROHER, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0050/2014, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial
- Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para aquisição de gêneros alimentícios destinados a manutenção das atividades com Famílias/Acessuas/BSM/Trabalho-PRONATEC/PAIF/SCFV do Fundo Municipal de Assistência Social as especificações em anexo.- Proponente(s) Vencedora(s):
- * DOCES E SALGADOS LUZERNA LTDA

* LUISA SALETE ZAGO CORSO ME

- Valor total: R\$ 67.685,00

Luzerna (SC), 2 de maio de 2014.
WALMOR S. DRESCH NETO STROHER
Gestor do FMAS

Contrato FMAS Nº 004.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMAS Nº 004/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2014
PREGÃO Nº 025/2014
VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 02 (dois) dias do mês de maio do ano de 2014, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA - FMAS, órgão gestor, representado neste ato por seu Gestor WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, e Secretária da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

1 - DOCES E SALGADOS LUZERNA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Francisco Lindner, nº 660, fundos, Centro, na cidade de Luzerna/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 00.532.632/0001-04, neste ato representada pelo Senhor CÉSAR ANTONIO DAL VESCO, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº 050/2014, Pregão nº 025/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de gêneros alimentícios destinados a manutenção

das atividades com Famílias/Acessuas/BSM/Trabalho – PRONATEC/PAIF/SCFV do Fundo Municipal Assistência Social e as especificações em anexo, constantes do Edital e de sua proposta comercial, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Qdade	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
6	Esfirra grande, de frango, carne-presunto e queijo, com cartuchos de papel individual.	Un	3.000,00	3,10	9.300,00
10	Pastel grande, com carne, frango, pizza, embalados	Un	3.000,00	3,20	9.600,00

O FORNECEDOR 1 DOCES E SALGADOS LUZERNA LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro a cima, receberá o valor global total de R\$ 18.900,00 (dezoito mil e novecentos reais);

1.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega da mercadoria em até 05 (cinco) dias contados da data da solicitação, em dias de expediente, das 07h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30mins, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.3.O FORNECEDOR deverá RESPONSABILIZAR-SE PELO ENVIO e frete dos alimentos solicitados.

1.4. O item 12 (refrigerante) deverá ser entregue refrigerado no local do encontro, diariamente, conforme a solicitado pelo setor requisitante, devendo a entrega ser diária.

1.5. Todos os itens, descritos em anexo, deverão ser de 1ª (primeira) qualidade.

1.6. Os produtos, quando for o caso, deverão possuir inscrição junto ao Ministério da Agricultura e observar as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.7. Os produtos deverão possuir as datas de fabricação e validade, bem como deverão ser apresentados em embalagens adequadas, exigindo que o produto esteja dentro do prazo de validade.

1.8. As frutas e verduras deverão estar em perfeito estado. Não serão aceitas frutas e/ou verduras que se apresentarem "batidas" ou "machucados".

1.9. O FORNECEDOR deverá trocar o alimento fornecido quando o mesmo, na ocasião do recebimento, apresentar defeito, estiver em desacordo com as especificações técnicas e em desacordo com a solicitação do Setor de Assistência Social, sem custos adicionais;

1.10. O FORNECEDOR deverá fornecer os produtos descritos no edital, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados pelo Setor de Assistência Social.

1.11. Caberá ao FORNECEDOR obedecer ao objeto do edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

1.12. O aceite dos gêneros alimentícios não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, qualidade, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificados posteriormente, e pelas eventuais consequências delas decorrentes.

1.13. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.14. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.15. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

- 2.1. Os preços não serão reajustados;
- 2.2. O preço registrado poderá ser revisado, quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;
- 2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;
- 2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;
- 2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;
- 2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;
- 2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

- 3.1. O pagamento será realizado em 15 (quinze) dias após o recebimento dos materiais, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente;
- 3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;
- 3.3. O FORNECEDOR deverá enviar fax do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/fax: (049) 3551-4700);
- 3.4. A apresentação de documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 4.1. Cabe ao FORNECEDOR:
 - 4.1.1. Executar o objeto de acordo com o estipulado no Edital e seus anexos e na Cláusula Primeira desta Ata;
 - 4.1.2. Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
 - 4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
 - 4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 5.450/2005, na Lei nº 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:
 - 5.1.1. Advertência;
 - 5.1.2. Multa;
 - 5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
 - 5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.
 - 5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.
- 5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
 - 5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - 5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;
 - 5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.
- 5.6. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:
 - 5.6.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR a da ordem de serviços.
 - 5.6.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.
- 5.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:
 - 5.7.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da

comunicação oficial.

5.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela proponente Contratada ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no Edital ou na Ata de Registro de Preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar a Ata decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa da Ata decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao Registro de Preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser identificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução deste Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA
Modalidade de Aplicação; Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
Elemento: 3.3.90.30.07 – Gêneros Alimentícios
Atividade: 1201.08.244.0025.2084 – Manutenção do CRAS
Reduzido: 014
Fonte 00 – Recursos Ordinarios
Reduzido: 015
Fonte 52 – Acessuas/PBFI
Reduzido: 017
Fonte 3.52: Acessuas

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do §1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03. (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 02 de maio de 2014.
WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER
GESTOR DO FMAS
CONTRATANTE

CÉSAR ANTONIO DAL VESCO
DOCES E SALGADOS LUZERNA LTDA
FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

Contrato FMAS Nº 005.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMAS Nº 005/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2014
PREGÃO Nº 025/2014
VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 02 (dois) dias do mês de maio do ano de 2014, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA - FMAS, órgão gestor, representado neste ato por seu Gestor WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, e Secretária da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

2 - LUISA SALETE ZAGO CORSO ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. 16 de Fevereiro, 187 Sala E-11, na cidade de Luzerna(SC), inscrita no CNPJ sob o nº 07.832.859/0001-06, neste ato representada por seu sócio-proprietário, LAÉRCIO CORSO, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 2.632.600 e inscrito no CPF/MF sob o nº 824.227.109-72, residente e domiciliado na Av. 16 de fevereiro, 60, na cidade de Luzerna(SC), doravante denominado, doravante denominado FORNECEDOR 2;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº 050/2014, Pregão nº 025/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de gêneros alimentícios destinados a manutenção das atividades com Famílias/Acessuas/BSM/Trabalho – PRO-NATEC/PAIF/SCFV do Fundo Municipal Assistência Social e as especificações em anexo, constantes do Edital e de sua proposta comercial, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Qdade	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	Banana tipo caturra, de 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento, sabor doce, aspecto e cheiros próprios, tamanhos e coloração uniformes, com polpa firme e intacta, com cascas sãs, sem rupturas.	Kg	100,00	3,50	350,00
2	Bolo com recheio - diversos sabores, com prato para bolo e embalagem plástica	Kg	200,00	21,75	4.350,00
3	Caixa de barra de cereal normal, light, diet - diversos sabores - contendo 24 unidades	Cx	200,00	35,40	7.080,00
4	Caixa de suco pronto para beber, 1000ml, diversos sabores, bebida não gaseificada, não fermentada, produto pasteurizado e homogenizado. Não contém glúten.	Cx	600,00	3,70	2.220,00
5	Cuca grande (com farofa, banana, frutas, na parte de cima)	Un	500,00	12,25	6.125,00
7	Grostoli	Kg.	300,00	11,40	3.420,00
8	Maçã tipo fugi	Kg.	100,00	7,50	750,00
9	Mini sanduíches (contendo: pão tipo francês, apesuntado e queijo)	Un	6.000,00	1,95	11.700,00
11	Pão de queijo	Kg	300,00	19,30	5.790,00
12	Refrigerante 2 litros de boa qualidade (água gaseificada, açúcar, suco natural de laranja, limão, uva, cola, 2,5%, aroma natural, acidulante ins330 e conservador 211	Un	500,00	6,00	3.000,00
13	Sonho grande assado, com recheio (goiabada ou doce de leite), com cartuchos de papel individuais.	Un	2.000,00	2,00	4.000,00

O FORNECEDOR 2 LUISA SALETE ZAGO CORSO ME, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro a cima, receberá o valor global total de R\$ 48.785,00 (quarenta e oito mil e setecentos e oitenta e cino reais);

1.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega da mercadoria em até 05 (cinco) dias contados da data da solicitação, em dias de expediente, das 07h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30mins, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.3.O FORNECEDOR deverá RESPONSABILIZAR-SE PELO ENVIO e frete dos alimentos solicitados.

1.4. O item 12 (refrigerante) deverá ser entregue refrigerado no local do encontro, diariamente, conforme a solicitado pelo setor requisitante, devendo a entrega ser diária.

1.5. Todos os itens, descritos em anexo, deverão ser de 1ª (primeira) qualidade.

1.6. Os produtos, quando for o caso, deverão possuir inscrição junto ao Ministério da Agricultura e observar as determinações de outros órgãos, agencias ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.7. Os produtos deverão possuir as datas de fabricação e validade, bem como deverão ser apresentados em embalagens adequadas, exigindo que o produto esteja dentro do prazo de validade.

1.8. As frutas e verduras deverão estar em perfeito estado. Não serão aceitas frutas e/ou verduras que se apresentarem "batidas" ou "machucados".

1.9. O FORNECEDOR deverá trocar o alimento fornecido quando o mesmo, na ocasião do recebimento, apresentar defeito, estiver em desacordo com as especificações técnicas e em desacordo com a solicitação do Setor de Assistência Social, sem custos adicionais;

1.10. O FORNECEDOR deverá fornecer os produtos descritos no edital, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados pelo Setor de Assistência Social.

1.11. Caberá ao FORNECEDOR obedecer ao objeto do edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

1.12. O aceite dos gêneros alimentícios não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, qualidade, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificados posteriormente, e pelas eventuais consequências delas decorrentes.

1.13. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.14. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.15. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1.Os preços não serão reajustados;

2.2.O preço registrado poderá ser revisado, quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3.O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão

gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4.Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art.65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5.Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6.Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7.Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1.O pagamento será realizado em 15 (quinze) dias após o recebimento dos materiais, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente;

3.2.A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;

3.3.O FORNECEDOR deverá enviar fax do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/fax: (049) 3551-4700);

3.4.A apresentação de documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Cabe ao FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto de acordo com o estipulado no Edital e seus anexos e na Cláusula Primeira desta Ata;

4.1.2.Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e

impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.6.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR a da ordem de serviços.

5.6.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.7.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela proponente Contratada ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no Edital ou na Ata de Registro de Preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar a Ata decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa da Ata decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao Registro de Preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução deste Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA
Modalidade de Aplicação; Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
Elemento: 3.3.90.30.07 – Gêneros Alimentícios
Atividade: 1201.08.244.0025.2084 – Manutenção do CRAS
Reduzido: 014
Fonte 00 – Recursos Ordinarios
Reduzido:015
Fonte 52 – Acessuas/PBFI
Reduzido: 017
Fonte 3.52: Acessuas

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do §1º do art.65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03. (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 02 de maio de 2014.
WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER
GESTOR DO FMS
CONTRATANTE

LAÉRCIO CORSO
LUIZA SALETE ZAGO CORSO ME
FORNECEDOR 2

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

Edital de Homologação Processo Seletivo por Análise de Currículo 0032014

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO DESTINADO A PROVER VAGAS TEMPORÁRIAS DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC)

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2014 de 28 de abril de 2014.

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, torna público o RESULTADO FINAL do Processo Seletivo destinado a prover vagas temporárias de excepcional interesse público na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de Luzerna(SC):

INSCRIÇÕES DEFERIDAS E CLASSIFICAÇÃO

Analisada a habilitação e pontuados os títulos apresentados pelos candidatos, o resultado da CLASSIFICAÇÃO FINAL é o seguinte:

Emprego Público: PROFESSOR II - XADREZ - HABILITADO						
Inscr.	Candidato	Formação	Tempo de Serviço	Horas de Curso	Pontuação Final	Colocação
001	ADÃO CÉZAR DE OLIVEIRA	3,00	13,00	---	16,00	1º
002	OTÁVIO RICARDO LAMIN	3,00	1,60	---	4,60	2º

Luzerna(SC), 05 de maio de 2014.

REGINA CARIN JACOBY CUREAU
Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

Fica homologado o Resultado Final do PROCESSO SELETIVO destinado a prover vagas temporárias de excepcional interesse público na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de Luzerna(SC), Edital nº 003/2014.

Luzerna(SC), 05 de maio de 2014.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

Pregão Presencial - PL 054.2014 - PP 027.2014 - Viagens Especiais - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA
EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 0054/2014 - PML

Pregão Presencial nº 0027/2014 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente Licitação tem por objeto a contratação de empresa de transporte rodoviário de passageiros para realização de viagens especiais (municipais, intermunicipais e interestaduais), de natureza descontinuada a serem realizadas pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte; Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e pelo Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Luzerna, conforme descrição em anexo.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h do dia 16 de maio de 2014.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h10min do dia 16 de maio de 2014.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Pregão Presencial - PL 055.2014 - PP 028.2014 - Veículo Tipo: Prancha Seminova - PML

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 0055/2014 - PML

Pregão Presencial nº 0028/2014 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para aquisição de 01 (um) veículo tipo prancha usada semi reboque carrega tudo com no mínimo as seguintes especificações: 02 eixos e rampa de acionamento manual, ano a partir de 1972 com pneus novos ou semi novos, devidamente registrado e licenciado junto ao DETRAN, livre de qualquer ônus ou restrição, e sem qualquer débito, destinada a Secretaria de Obras e Serviços conforme condições e especificações constantes do Termo de Referência Anexo I deste edital.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 10h do dia 16 de maio de 2014.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 10h10min do dia 16 de maio de 2014.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Aviso de Dispensa - PL 056/2014 - DI 006/2014 - PML

MUNICIPIO DE LUZERNA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório 056/2014

Dispensa nº 006/2014

O Poder Público Municipal torna pública a Dispensa de Licitação referente à contratação da empresa a preço de mercado, com a empresa BRANDALISE & PADILHA ASSESSORIA, CONSULTORIA EM SEGURANÇA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.276.455/0001-60, com endereço na Rua Francisco Lindner, 556, Térreo Centro, no Município de Joaçaba SC, para prestação de serviços de medicina do trabalho consubstanciado em elaboração de programa de controle médico de saúde ocupacional e atestado de saúde ocupacional (admissional, periódico, demissional, mudança de função e retorno ao trabalho) aos servidores do município de Luzerna (SC), durante o ano de 2014.

Valor homologado: R\$ R\$ 2.000,00 (dois mil reais)

Fundamento legal: Lei nº 8.666/93, e suas alterações introduzidas pela lei 8.883/94 em especial o disposto no art. 24, inciso II.

Luzerna (SC), 5 de maio de 2014.

Moises Diersmann

Prefeito de Luzerna

Receitas Federais 30/04/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 30/04/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		123.918,44
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	154.898,05
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	154.898,05
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	154.898,05
4.1.7.2.1.01.02.10.00	Cota-Parte do FPM CF, art. 159, I, alínea b	154.898,05
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do FPM 60%	92.938,83
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do FPM 25%	38.724,51
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do FPM 15%	23.234,71
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-30.979,61
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-30.979,61
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-30.979,61
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-30.979,61

Luzerna, 02/05/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA- CRC/SC 020394/O-8

Receitas Federais do dia 02/05/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 02/05/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		16.553,45
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	12.008,09
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	6.926,21
4.1.7.2.1.22.70.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	6.926,21
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	3.292,79
4.1.7.2.1.35.04.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	3.292,79
4.1.7.2.1.36.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	1.789,09
4.1.7.2.1.36.01.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner 60%	1.073,46
4.1.7.2.1.36.02.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner 25%	447,27
4.1.7.2.1.36.03.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner 15%	268,36
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	4.903,17
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.903,17
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	2.941,90
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.961,27
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-357,81
9.1.7.2.1.36.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-357,81

Luzerna, 05/05/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRA

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA- CRC/SC 020394/O-8

Receitas Federais do dia 29/04/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 29/04/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		9.852,74
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	7.067,70
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	7.067,70
4.1.7.2.1.35.99.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDE	7.067,70
4.1.7.2.1.35.99.01.00	Programa Brasil Carinhoso - Educação Infantil	7.067,70
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.785,04
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.785,04
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	1.671,02
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.114,02

Luzerna, 05/05/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRA

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA- CRC/SC 020394/O-8

Macieira

PREFEITURA

Aviso de Licitação_ Rp Para Aquisição de Lubrificantes, Graxas E Detergentes.

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0016/2014

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0020/2014

REGISTRO DE PREÇO Nº 0007/2014

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA, SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, nº 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através da Prefeitura Municipal, representado pelo Sr.Emerson Zanella, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que encontra-se aberto o Processo Licitatório nº 0020/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 0016/2014, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, REGISTRO DE PREÇO nº 0007/2014 que até 09h00min, do dia 19 de maio de 2014, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, estará recebendo propostas para o Registro de Preço, para eventuais contratações futuras, com pedidos parcelados, para aquisição de lubrificantes, graxas e detergentes para manutenção da frota de veículos e máquinas pertencentes ao Órgão Gerenciador (o Município de Macieira) e aos Órgãos Participantes (FMAS e FMS), durante o exercício de 2014, conforme especificações e condições constantes no Anexo I do Edital.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 19/05/2014, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão Presencial nº 0016/2014, através do e-mail compras2@macieira.sc.gov.br ou através do telefone (49) 3574-2000, ramal 2019, de segunda à sexta-feira, das 07h30m às 12h00m e das 13h30m às 17h00m.

Macieira - SC, 02 de maio de 2014.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

Publicação Resumida_ Contrato Administrativo Nº 0015.2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório nº 0014/2014.

Pregão Presencial nº 0011/2014.

Objeto: Aquisição de um Caminhão chassi, novo, motor diesel, tração 6X4 (traçado), para uso da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico, a ser entregue conforme as exigências e demais características especificadas no anexo I do Edital e conforme Contrato de Repasse de Recursos nº 783972/ MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO/ CAIXA, firmado entre o município de Macieira e a União Federal

por intermédio da Caixa Econômica Federal.

Contrato Administrativo nº 0015/2014.

Contratada: DICAVE GARTNER DISTRIBUIDORA CATARINENSE DE VEÍCULOS LTDA.

Valor Total do Contrato: R\$ 248.000,00 (duzentos e quarenta e oito mil reais).

Entrega: Em até 10 (dez) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento.

Pagamento: Após a entrega do veículo e apresentação da Nota Fiscal e após a liberação dos recursos da Caixa Econômica Federal acima citado.

Vigência do Contrato: O Contrato terá vigência por 12 (doze) meses, ou seja, vigência da garantia.

Macieira - SC, 30 de abril de 2014.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

Publicação Resumida_ Termo Aditivo Nº2/2014 -FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório nº 0001/2013.

Tomada de Preço nº 0001/2013.

8º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0001/2013.

ADITIVO Nº 2/2014.

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de combustível, (gasolina comum) conforme quantidades e especificações contidas no Anexo I do Edital, destinado ao atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

Contratado: AUTO POSTO RODAGEM LTDA.

Vigência do Contrato: Fica prorrogado em 30 (trinta) dias, ou seja, de 1º a 30 de maio de 2014.

Valor e Pagamento: Conforme Contrato Original nº 0001/2013 e seus Aditivos.

Macieira, 30 de abril de 2014.

Justificativa:

- Considerando o caráter emergencial;
- Considerando a essencialidade da efetiva aquisição do combustível gasolina para o andamento das atividades de interesse público, voltadas à área de saúde, sendo que o Hospital e clínicas médicas conveniados com o Município localizam-se na cidade de Caçador;
- Considerando tratar-se do único posto de combustível com contrato vigente instalado no município;
- Considerando que o abastecimento em um posto na rodovia sentido Videira, quando do deslocamento dos veículos sentido Caçador, acarretaria em prejuízo ao erário público e no atendimento a pacientes, especialmente atendimento emergencial.
- Considerando a impossibilidade do deslocamento dos veículos públicos sem a prorrogação do presente contrato.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Presidente de Comissão

Publicação Resumida_ Termo Aditivo Nº 6/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº 0003/2013.

Tomada de Preço nº 0002/2013.

8º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0012/2013.

ADITIVO Nº 6/2014.

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de combustível, (gasolina comum) conforme quantidades e especificações contidas no Anexo I do Edital, destinado ao atendimento das Secretarias Municipais.

Contratado: AUTO POSTO RODAGEM LTDA.

Vigência do Contrato: Fica prorrogada a vigência do Contrato Administrativo nº 0012/2013 para 30 (trinta) dias, sendo até 30 de maio de 2014.

Valor: Conforme Contrato Original nº 0012/2013 e seus aditivos.

Pagamento: Conforme Contrato Original nº 0012/2013.

Justificativa:

- Considerando que foi realizado processo licitatório para a aquisição deste objeto resultando em processo fracassado para o item 01 - (Gasolina comum - a ser fornecida em posto de abastecimento instalado na sede do município de Macieira ou em um raio de no máximo 25 km de distância da sede na Rodovia sentido Caçador);
- Considerando o caráter emergencial;
- Considerando a essencialidade de tal aquisição para o andamento das atividades de interesse público;
- Considerando tratar-se do único posto de combustível com contrato vigente instalado no município;
- Considerando que o abastecimento em um posto na rodovia sentido Videira, quando do deslocamento dos veículos sentido Caçador, acarretaria em prejuízo ao erário público.
- Considerando a impossibilidade do deslocamento dos veículos públicos sem a prorrogação do presente contrato.

Macieira, 30 de abril de 2014.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Presidente de Comissão

Comissão de Licitações

PORTARIA N.3157, de 30 de abril de 2014.

“INSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E AVALIAÇÕES, PARA O EXERCÍCIO DE 2014, NOMEIA SEUS MEMBROS, DESIGNA O PREGOEIRO OFICIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 58, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal c/c Artigo 51, da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, e, de conformidade com a Lei 10.520/02, de 17 de julho de 2002. RESOLVE:

Art. 1º. Fica instituída Comissão Permanente de Licitações, Contratos e Avaliações, para o exercício de 2014, composta pelos seguintes membros:

I - REJANE SPANHOLLO ABRAÃO - Presidente

II - GILBERTO CERRY - Secretário

III - AILSON GOMES - Membro

Parágrafo único - A investidura na Comissão ora instituída não poderá exceder a 31/12/2014, vedada a recondução da totalidade de seus membros no período subsequente.

Art. 2º. Compete à Comissão Municipal Permanente de Licitações, Contratos e Avaliações:

I - Processar, julgar e aprovar o registro cadastral de fornecedores do município, bem como fornecer Certificado de Registro

Cadastral;

II - Publicar edital de chamamento para atualização e registro de novos fornecedores, no mínimo uma vez por ano;

III - Processar e julgar os processos licitatórios em todas suas modalidades;

IV - Avaliar, sempre que convocada, os bens móveis e imóveis que compõem o patrimônio público municipal;

V - Avaliar, sempre que convocada, os bens móveis e imóveis de terceiros, desde que haja interesse do município;

VI - Processar e julgar, todos os processos e avaliações necessárias para o cumprimento da Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações;

Parágrafo Único - Das sessões, a Comissão deverá lavrar ata circunstanciada para cada caso, expondo o objeto do julgamento e as considerações pertinentes.

Art. 3º. Para fins de processar e julgar as Licitações da Modalidade Convite, nos termos do § 1º, art. 51, da Lei 8.666/93, a Comissão ora nomeada, excepcionalmente, poderá ser substituída pela Servidora Rejane Spanhollo Abraão.

Art. 4º. Os membros da presente Comissão responderão solidariamente por todos os atos praticados no exercício das atribuições que ora lhe são conferidas.

Art. 5º. Fica, ainda, designado, para desempenhar as funções de Pregoeiro Oficial, a Servidora Rejane Spanhollo Abraão com as atribuições previstas na Lei 10.520/02, de 17 de julho de 2002, tendo como equipe de apoio os demais membros da Comissão Municipal de Licitações.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Fica revogada as disposições em contrário.

Macieira, SC, 30 de abril de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Publicação Resumida _Resultado de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - SC

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório nº 0015/2014.

Pregão Presencial 0012/2014.

REGISTRO DE PREÇOS nº 0006/2014.

Objeto: Registro de Preço para contratação futura de empresa especializada, para o fornecimento de combustível – tipo gasolina comum –destinado ao abastecimento dos veículos e máquinas da Frota Municipal do Órgão Gerenciador (Município de Macieira) e dos Órgãos Participantes (FMAS e FMS), conforme quantidades, especificações e condições constantes no anexo I do Edital.

Pagamento: Até o 10º dia útil do mês subsequente após entrega do combustível e apresentação de nota fiscal.

Vigência da Ata: 31/12/2014, podendo ser prorrogada havendo interesse de ambas as partes e nos preceitos da Lei.

ATAS:

Ata de Registro de Preços nº 13/2014.

Contratada: POSTO SERIBA LTDA.

Preço Registrado: R\$ 3,10 o litro.

ITEM	UNID	QUANT	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. REGISTRADO
02	LT	01	GASOLINA COMUM – a ser fornecida em posto de abastecimento instalado na sede do município de Macieira ou em um raio de no máximo 20 km de distância da sede na Rodovia sentido Arroio Trinta, Salto Veloso, Videira ou Treze Tílias.	R\$ 3,10

Macieira – SC, 30 de abril de 2014.
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

Mafra

PREFEITURA

Nova Data de Abertura - Edital de Pregão Presencial Nº 054/2014

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2014
(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para aquisição de peças e contratação de mão de obra destinados ao conserto dos veículos Micro-Ônibus volare V6 MFG 9367, Micro-Ônibus Volare MFG 9427 e Micro-Ônibus Volare MFG 9387, através da Secretaria de Municipal de Educação, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 20/05/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 05 de maio de 2014.

Roberto Agenor Scholze
Prefeito Municipal

Jéssica Schmitz
Pregoeira Municipal

Edital de Pregão Presencial Nº 071/2014

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 071/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para aquisição de servidor para o Sistema de Geoprocessamento, destinado ao Centro de Processamento de Dados, através da Secretaria Municipal de Administração, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 14:00hr do dia 20/05/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 05 de maio de 2014.

Roberto Agenor Scholze
Prefeito Municipal

Jéssica Schmitz
Pregoeira Municipal

Marema

PREFEITURA

Pregão Presencial N. 13/2014

Município de Marema - Pregão Presencial n. 013/2014.

A Prefeitura Municipal de Marema - SC, FAZ SABER a todos os interessados, para querendo, que se encontra aberto Processo Licitatório n. 022/2014 - Licitação na Modalidade de Pregão Presencial n. 013/2014, para aquisição de Trator Agrícola de pneus e implementos agrícolas através de Convenio n. 2014TR000737 e Convenio n. 2014TR000749, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por SDR/Xanxere/Município de Marema. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 20/05/2014, às 09h00min e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 20/05/2014 às 09h00min. Maiores informações ou a cópia da integra do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h30 às 17h30min ainda, pelo telefone (0xx49)33540222.

Marema, 30 de abril de 2014

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Massaranduba

PREFEITURA

Decreto Nº 2901 de 29 de Abril de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 2901 DE 29 DE ABRIL DE 2014

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1547 de 04 de Novembro de 2013, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) no programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.305.0192.2105 - Promoção e Controle Epidemiológico

0602 - 33900000 - Aplicações Diretas

0602 - 36602 - Epidemiol e controle de doenças - ECD R\$ 10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Superavit Financeiro apurado no exercício de 2013.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 29 de Abril de 2014

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Decreto Nº 2902 de 29 de Abril de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 2902 DE 29 DE ABRIL DE 2014

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1547 de 04 de Novembro de 2013, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 264,96 (Duzentos e sessenta e quatro reais e noventa e seis centavos) no programa e verba abaixo discriminados:

0300 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0304 - GERENCIA DE CONTABILIDADE

0304.004.123.0033.2016 - Manutenção dos Serviços Contábeis

0304 - 33900000 - Aplicações Diretas

0304 - 12454 - Transf. Convênios União Outros R\$ 264,96

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado,

decorrerão do Excesso de Arrecadação apurado no exercício de 2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 29 de Abril de 2014
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Lic 36.2014 PP 15.2014 - Mão de Obra Manut. Frota Municipal

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 36/2014 - multientidade
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2014-PMM

A Prefeitura de Massaranduba, torna público que de acordo com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, e Decreto Municipal nº. 2.051, de 11 de Outubro de 2010, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por item, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS de MÃO DE OBRA INERENTE A MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL, ao longo de 12 (doze) meses.
ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:00h do dia 19/05/2014.
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30h do dia 19/05/2014. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 05 de Maio de 2014.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito

Co 23/2014 - R. 7 de Setembro - Paviplan

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 23/2014
Processo Licitatório nº. 25/2014
Convite p/ Obras e Serv. Engª nº. 1/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA
CONTRATADO: PAVIPLAN PAV. LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS DE TRECHO DA RUA SETE DE SETEMBRO, LOCALIZADA NO BAIRRO CENTRO, CONFORME PROJETO, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA.
PRAZO: 30 (trinta) dias, iniciando a partir da data de assinatura do contrato.

VALOR: R\$ 99.683,30 (noventa e nove mil, seiscentos e oitenta e três reais e trinta centavos).

Massaranduba, 02 de Abril de 2014.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito

Meleiro

PREFEITURA

Portaria Nº 183/2014

PORTARIA nº 183/2014

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, a servidora LENIR BORDIGNON FERNANDES, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de após 15 (quinze) dias, em virtude de encaminhamento de benefício junto à Previdência Social.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 04/05/2014.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Maio de 2014.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria Nº 184/2014

PORTARIA n.º 184/2014

TRATA DO RETORNO DE LICENÇA MATERNIDADE DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

RETORNAR

Art. 1.º Da licença maternidade, a servidora pública municipal FLÁVIA VENSON BÚRIGO, ocupante do cargo de Professora ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em virtude do término da licença.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 03/05/2014.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 007/2014.

Meleiro, 02 de Maio de 2014.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria Nº 185/2014

PORTARIA nº 185/2014
CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS À SERVIDORA QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, Lei nº 1408/2009 e suas alterações, e Lei nº 1409/2009 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias à servidora pública municipal FLÁVIA VENSON BÚRIGO - matrícula 1438, ocupante do cargo de Professora ACT, referente ao período aquisitivo de 18/02/2013 a 17/02/2014.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 05/05/2014.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Maio de 2014.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria Nº 186/2014

PORTARIA nº 186/2014
CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias ao servidor público municipal SANDRO EFFTING - matrícula 1147, ocupante do cargo de Médico - E.S.F, referente ao período aquisitivo de 01/01/2013 a 31/12/2013.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta

de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 02/05/2014.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Maio de 2014.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria Nº 187/2014

PORTARIA nº 187/2014
DÁ NOVA REDAÇÃO AO CAPUT 1º DA PORTARIA Nº 064/2014, de 14 de Fevereiro de 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 910/2002, Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

Art. 1.º Dar nova redação ao caput do artigo 1º da Portaria nº 064/2014, de 14 de Fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), de 17 de Fevereiro de 2014, edição 1429, pg 152, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CONTRATAR

"Art. 1.º A Senhora SONIA DA CUNHA VIANA, para ocupar o cargo de Professora ACT, com carga horária total de 30 (trinta) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini, até o término das aulas."

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 05/05/2014.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Maio de 2014.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria Nº 188/2014

PORTARIA nº 188/2014
TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro

de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhorita GILCINÉIA SCHNEIDER BERTI, para ocupar o cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, até o término das aulas, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 05 de Maio de 2014.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria Nº 189/2014

PORTARIA n.º 189/2014

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 910/2002, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora CINARA MOTA DA BOIT, ocupante do cargo de Professora ACT, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em substituição à servidora Maria de Lourdes Bosa Bordignon, em virtude de Licença Saúde, até o retorno da mesma.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 05 de Maio de 2014.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria Nº 191/2014

PORTARIA n.º 191/2014

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações,

Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e Lei nº 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhorita FLÁVIA VERENE DA SILVA SANTOS, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz Pelegrini, em substituição à Servidora Solange Teresinha de Figueiredo Januário, em virtude de Licença Prêmio.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 05 de Maio de 2014.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria Nº 190/2014

PORTARIA n.º 190/2014

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º A pedido, licença prêmio por 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal SOLANGE TERESINHA DE FIGUEIREDO JANUÁRIO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 12 de fevereiro de 2009 a 10 de fevereiro de 2014, conforme dispõe o caput do artigo 96 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 05 de Maio de 2014.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Termo de Habilitação do Processo Licitatório TP Nº. 018/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

TERMO DE HABILITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO TP nº. 018/2014

O Prefeito Municipal o Senhor JONNEI ZANETTE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores habilita as seguintes empresas na Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia nº 018/2014:

Empresas Habilitadas: CAMILO & GHISI LTDA, ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA E MELCON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.

Processo nº. 018/2014

Modalidade: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia.

Sendo que a nova data de Abertura das propostas de preço será no dia 07 de maio de 2014 as 09:00 horas no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Meleiro.

Meleiro/SC, 05 de maio de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Modelo**PREFEITURA****Aviso de Licitação Nº 576/14**

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 576/2014 - Modalidade Pregão Presencial n. 018/2014

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Pregão Presencial n. 018/2014, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE OBRA EM PISO PARA CIRCULAÇÃO EM CONCRETO ARMADO REFERENTE AO ATENDIMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2013 NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 001/2013. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 08:00 do dia 16/05/2014, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 02 de Maio de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Resolução Nº 09/14

RESOLUÇÃO Nº 09/2014 DE 11/04/14

DISPÕE SOBRE RESOLUÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 090/2014, ADJUDICA O OBJETO DA LICITAÇÃO AO PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Márcia Teresinha Jacoby, Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

RESOLVE:

ART. 1º. - Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 090/2014, Modalidade Pregão Presencial n.º 004/2014, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º. - Fica adjudicado o objeto SERVIÇOS DE CÓPIAS E IMPRESSÕES MONOCROMÁTICAS, COM O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS EM COMODATO, PARA DAR CONTINUIDADE AOS TRABALHOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO I, adjudicado a favor da empresa:

Empresa	Valor Total Adjudicado
COMPUTECH INFORMÁTICA LTDA ME	4.000,00

ART. 3º. - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Registrado e publicado na data supra:

Modelo SC, Sexta-Feira, aos 11 de abril de 2014.

MARCIA TERESINHA JACOBY

Gestora FMS

ADILSON CESAR BRAUN

Chefe de Dpto. de Compras e Licitações

Resolução Nº 10/14

RESOLUÇÃO Nº 10/2014 DE 22/04/14

DISPÕE SOBRE RESOLUÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 097/2014, ADJUDICA O OBJETO DA LICITAÇÃO AO PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Márcia Teresinha Jacoby, Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

RESOLVE:

ART. 1º. - Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 097/2014, Modalidade Pregão Presencial n.º 005/2014, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º. - Fica adjudicado o objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS GRÁFICOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO, adjudicado a favor da empresa:

Empresa	Valor Total Adjudicado
GRAFICA BAROZZI EIRELI EPP	5.380,00
DKS GRAFICA LTDA ME	35.898,00

ART. 3º. - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Registrado e publicado na data supra:

Modelo SC, Terça-Feira, aos 22 de abril de 2014.

MARCIA TERESINHA JACOBY

Gestora FMS

ADILSON CESAR BRAUN

Chefe de Dpto. de Compras e Licitações

Errata ao Edital 562/2014

Errata ao Edital

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 562/2014 - Modalidade Tomada de Preços n. 003/2014

O Senhor Prefeito do Município de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que o processo licitatório nº 562/2014, cujo objeto é a EXECUÇÃO GLOBAL DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS BASALTO IRREGULARES, NO ACESSO DA LINHA SANTA ROSA - TRECHO I (9.144,65 M²), DE CONFORMIDADE COM PROJETO TECNICO ART Nº48029910-9, COM RECURSOS DO CONVENIO Nº 617/2014 QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE MARAVILHA E MUNICÍPIO DE MODELO, teve acrescentado o seguinte item ao Edital: 5.1 s) Apresentar comprovante de capacidade de fornecimento em nome da empresa participante do certame, de material (pedras de

basalto irregulares), através de documento de liberação expedido pela FATMA. Tendo sua data de abertura alterada para o dia 21 de maio de 2014, as 08:00. Sendo mantidas as demais condições do edital. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 02 de Maio de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Nº 577/14

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 577/2014 - Modalidade Convite n. 007/2014

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Convite n. 007/2014, para EXECUÇÃO (FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA) DE MUROS DE CONTENÇÃO DE BUEIROS COM PEDRAS DE 40X40, CONCRETADO E DUPLO, DISTRIBUÍDOS EM GALERIAS DE TUBULAÇÕES, EM PONTOS DIFERENTES NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE MODELO CONFORME ANEXO VI DO EDITAL, DE CONFORMIDADE COM O CONVÊNIO Nº 001/SDC CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MODELO E O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DO FUNDO ESTADUAL DA DEFESA CIVIL. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 08:00 do dia 13/05/2014, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 02 de Maio de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Decreto Nº 150/2014

DECRETO Nº 0150/2014 DE 22.04.2014

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE KERLY MARIA MONTIEL PARA O CARGO DE PSICÓLOGA PSF ACT - ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, em especial de conformidade com a Lei Municipal 1.468/2001 e alterações subsequentes e demais normas relativas ao Programa de Saúde da Família - PSF/ACT - Admissão em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público e igualmente as leis municipais 971/90; 1.513/2002; 1.593/2005; 1.960/2010; e 2.132/2014, Considerando a necessidade de manutenção do PSF - Programa Saúde da Família, no Município de Modelo - SC, conforme convênio com o Ministério da Saúde, havendo assim a necessidade do atendimento psicológico no quadro funcional, Considerando o pedido de rescisão de contrato da Servidora Sandra Zamboni, bem como não haver mais aprovados no Processo Seletivo nº 001/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. KERLY MARIA MONTIEL, portadora do CPF nº 075.294.649-81, RG nº 4.970.214, no cargo de PSICÓLOGA - ACT/PSF - PROGRAMA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA, Admitida em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, com lotação no Departamento Municipal de Saúde, com designação para atendimento dos Municípios nas dependências do Centro de Saúde Municipal, conforme determinações do Programa, percebendo os vencimentos previstos em Lei Municipal.

Parágrafo Único - A Jornada de Trabalho será de 20 (vinte) horas semanais e será estabelecida e controlada pelo Departamento Municipal de Saúde.

Art. 2º - A nomeação de que trata este decreto, poderá ser rescindida a qualquer tempo por iniciativa do Município e/ou do empregado, não havendo qualquer indenização ou outra vantagem, nem obrigações sociais e ou trabalhistas adicionais e não expressas na legislação acima mencionada, ficando ressalvadas as verbas rescisórias e remuneração/saldo de salário; férias a que faz jus relativo ao período e 13º proporcional.

Art. 3º - A vigência deste contrato é de 22.04.2014 a 19.12.2014, podendo ser prorrogado no interesse público e de conformidade com as disposições legais.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 22 de abril de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

KERLY MARIA MONTIEL
Contratada

DECLARAÇÃO

Que não existe incompatibilidade legal e há compatibilidade de horário, para o exercício do cargo.

Eu, KERLY MARIA MONTIEL, portadora do CPF nº 075.294.649-81, RG nº 4.970.214,

Declaro pelo presente, sob a minha inteira responsabilidade, para fins de comprovação Junto ao Município de Modelo - SC para posse no cargo ACT de: PSICÓLOGA - PSF - PROGRAMA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA, e demais disposições contidas na Lei do Regime Jurídico do Município de Modelo - SC, e demais determinações legais pertinentes a matéria, que conforme estabelecido em Lei, não existe incompatibilidade legal para o exercício do cargo para o qual estou sendo contratada e há compatibilidade, com a respectiva carga horária.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente Declaração.

Modelo/SC, aos ____/____/____.
KERLY MARIA MONTIEL
CPF nº 075.294.649-81, RG nº 4.970.214

Decreto Nº 152/2014

DECRETO Nº 0152/2014 DE 24.04.2014

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE JEAN RODRIGO BATTISTI SCHILD PARA O CARGO DE CIRURGIÃO DENTISTA PSF (ESF) ACT - ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, em especial de conformidade com a Lei Municipal 1.468/2001 e alterações subsequentes e demais normas relativas ao Programa de Saúde da Família - PSF/ACT - Admissão em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público e igualmente as leis municipais 971/90; 1.513/2002; 1.593/2005; 1.960/2010; e 2.132/2014,

Considerando a necessidade de manutenção do PSF - Programa Saúde da Família, no Município de Modelo - SC, conforme convênio com o Ministério da Saúde, havendo assim a necessidade da manutenção dos programas/atividades e do atendimento odontológico no quadro funcional,

Considerando, por fim, o afastamento por um período de 90 (noventa) dias por motivo de doença dos Servidores Tarci Luiz Gebert e Albio Schild Filho, ocupantes do cargo de Odontólogo,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratado o Sr. JEAN RODRIGO BATTISTI SCHILD, portador do CPF nº 061.029.919-07, RG nº 4.291.819, no cargo de CIRURGIÃO DENTISTA - PSF - PROGRAMA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA, Admitido em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, com lotação no Departamento Municipal de Saúde, com designação para atendimento nas dependências do Centro Municipal de Saúde e/ou na Escola Reunida Municipal Professora Griseldi Maria Muller, conforme determinações do Programa, percebendo os vencimentos previstos em Lei Municipal.

Parágrafo Único - A Jornada de Trabalho será de 20 (vinte) horas semanais no período de 24.04.2014 a 30.04.2014 e de 40 (quarenta) horas semanais no período de 01.05.2014 a 15.07.2014 e será estabelecida e controlada pelo Departamento Municipal de Saúde.

Art. 2º - A nomeação de que trata este decreto, poderá ser rescindida a qualquer tempo por iniciativa do Município e/ou do empregado, não havendo qualquer indenização ou outra vantagem, nem obrigações sociais e ou trabalhistas adicionais não expressas na legislação acima mencionada, ficando ressalvadas as verbas rescisórias e remuneração/saldo de salário; férias a que faz jus relativo ao período e 13º proporcional.

Art. 3º - A vigência deste contrato é de 24.04.2014 a 15.07.2014, podendo ser prorrogado no interesse público e de conformidade com as disposições legais.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 22 de abril de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

JEAN RODRIGO BATTISTI SCHILD
Contratado

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

DECLARAÇÃO

Que não existe incompatibilidade legal e há compatibilidade de horário, para o exercício do cargo.

Eu, JEAN RODRIGO BATTISTI SCHILD, portador do CPF nº 061.029.919-07, RG nº 4.291.819,

Declaro pelo presente, sob a minha inteira responsabilidade, para fins de comprovação Junto ao Município de Modelo - SC para posse no cargo ACT de: CIRURGIÃO DENTISTA - PSF - PROGRAMA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA, e demais disposições contidas na Lei do Regime Jurídico do Município de Modelo - SC, e demais determinações legais pertinentes a matéria, que conforme estabelecido em Lei, não existe incompatibilidade legal para o exercício do cargo para o qual estou sendo contratado e há compatibilidade, com a respectiva carga horária.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente Declaração.

Modelo/SC, aos ____/____/____.

JEAN RODRIGO BATTISTI SCHILD

CPF nº 061.029.919-07, RG nº 4.291.819

Decreto Nº 153/2014

DECRETO Nº 0153/2014 DE 25.04.2014.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA ENSINO SUPERIOR NÃO HABILITADA - ACT - ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.347/1998, 1.513/2002, 1.386/99, 1.592/2005, 1.883/2009, 2.132/2014, em especial em atendimento as disposições do art. 2º, § 1º da Lei Municipal 1.386/99, e ainda:

Considerando a necessidade de atendimento à rede municipal de Ensino,

Considerando o afastamento por um período de 180 (cento e oitenta) dias por Licença Gestante da Servidora Mariane Dalla Corti Bauermann,

Considerando não haver mais aprovados para o cargo no Processo Seletivo nº 001/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada, em caráter temporário de excepcional interesse público, para atendimento do Departamento Municipal de Educação a Professora, na forma e nas condições abaixo relacionado:

SERVIDORA: DIANA CHAVES CPF: 047.897.449-30 RG nº 3.583.160	
CARGO	Professora Ensino Superior NÃO HABILITADA - ACT - Admitida em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público
LOTAÇÃO	Escola Reunida Municipal Professora Griseldi Maria Muller
TURMA	1º, 2º e 3º anos
CARGA HORÁRIA	20 horas semanais
TURNO	Matutino/Vespertino
NÍVEL	Nível 4 Letra "A" - 60%
JUSTIFICATIVA E ORIGEM DA VAGA	Professora titular do cargo Mariane D. C. Bauermann em Licença Gestante por 180 (cento e oitenta) dias, conforme Portaria nº 074/2014.

VIGÊNCIA CON-
TRATO

25.04.2014 a 10.10.2014

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 25.04.2014.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 25 de abril de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

Chefe de Setor

Decreto Nº 151/2014

DECRETO Nº 0151/2014 DE 23.04.2014

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE JOCEANE WEBER PARA CARGO EM COMISSÃO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.079/2013, Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais sobre a matéria,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada nesta data, a Sra. JOCEANE WEBER, portadora do CPF nº 040.284.989-29, RG nº 4.291.005, para desempenho do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR, com atuação no desenvolvimento das atividades, juntamente com os demais membros da equipe de referência, no desenvolvimento de Programas, Projetos e Serviços Socioassistenciais, fixada a sua lotação no Departamento Municipal de Assistência Social, com atribuição de exercício no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) do Município de Modelo - SC.

Art. 2º - A servidora nomeada através deste decreto, desempenhará suas funções, com carga horária de 40 horas semanais e perceberá a remuneração do cargo, nível CC-04, do quadro de servidores Cargos em Comissão, do Município de Modelo - SC, com dedicação integral.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo,
aos 23 de abril de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

Chefe de Setor

TERMO DE POSSE 024/2014

REFERENTE NOMEAÇÃO CONFORME DECRETO 0151/2014

Cargo em Comissão: Chefe de Setor

Aos vinte e três dias do mês de Abril de dois mil e quatorze, no Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo - SC, compareceu a Senhora JOCEANE WEBER, portadora do CPF nº 040.284.989-29, RG nº 4.291.005, a fim de tomar posse no cargo de Chefe de Setor,

conforme nomeação de que dispõe o Decreto nº 0151/2014, com lotação no Departamento Municipal de Assistência Social de Modelo - SC e atribuição de exercício no CRAS - Centro de Referência de Assistência Social.

Nesta oportunidade apresentou a declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, declarou ainda, a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo.

Apresentou laudo médico expedido por profissional autorizado pelo município onde foi julgada apta física e mentalmente para o exercício do referido cargo e, em seguida, satisfeitos os requisitos, foi lhe dado posse.

Comprometeu-se em desempenhar suas atribuições de acordo com as prescrições do Estatuto dos Serviços Públicos Municipais e demais normas pertinentes, cumprindo com eficiência funcional seus deveres e responsabilidades de acordo com os princípios de dignidade, disciplina, impessoalidade e moralidade, prestando o seguinte depoimento:

"Por minha honra e pela pátria, juro cumprir com exatidão, disciplina, honradez, dignidade e escrúpulos, os deveres inerentes ao cargo em provimento efetivo, aceitando as atribuições do cargo para o qual fui nomeada e sua respectiva lotação, prometendo cumpri-lo com dedicação e zelo, em respeito à Lei, a bem do Município e dos meus concidadãos".

Nada mais a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai assinado pelas partes.

Modelo - SC, aos 23 de abril de 2014.

JOCEANE WEBER

Servidor

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Portaria Nº 079/2014

PORTARIA Nº 079/2014 de 02.05.2014

DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO E ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MAIRA FERNANDA JACOBY, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, de conformidade com as Leis Municipais nº: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.132/2014 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica atribuído à Servidora Pública Municipal MAIRA FERNANDA JACOBY, o exercício das funções do cargo de Assessora Administrativa, com lotação e atribuição de exercício no Departamento Municipal de Agricultura do Município de Modelo/SC.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 02 de maio de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

CHEFE DE SETOR

Portaria Nº 080/2014

PORTARIA Nº 080/2014 de 02.05.2014

DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO E ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DANIELI CRISTINA METDLER, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, de conformidade com as Leis Municipais nº: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.132/2014 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica atribuído à Servidora Pública Municipal DANIELI CRISTINA METDLER, o exercício das funções do cargo em comissão de Chefe de Setor do Gabinete, com lotação e atribuição de exercício no Setor do Gabinete do Prefeito do Município de Modelo/SC.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a partir desta data, a Portaria nº 124/2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 02 de maio de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

CHEFE DE SETOR

Extrato de Contrato

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Contrato Administrativo n. 027/2014

Contratada: Kerly Maria Montiel

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Modelo, SC, MARCIA TERESINHA JACOBY, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato administrativo n.027/2014, objetivando a contratação de Serviços profissionais autônomo de psicologia clínica e atendimento a grupos, para a atuação no Fundo Municipal de Saúde do Município de Modelo -SC, com carga horária de 10 horas semanais. O período do contrato é de 28 de abril à 25 de dezembro de 2014.

Modelo (SC), 05 de maio de 2014.

MARCIA TERESINHA JACOBY

Gestora FMS

Lei Municipal Nº 2142/2014

LEI MUNICIPAL Nº 2142/2014 de 02.05.2014

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DE CRÉDITO ESPECIAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, PREFEITO MUNICIPAL DE MODELO - SC, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar para reforço de dotação orçamentaria, no Orçamento Geral do Município de Modelo de 2014, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) conforme abaixo especificado:

05	DEPARTAMENTODE CULTURA
13	CULTURA
13392	DIFUSAO CULTURAL
133920019.2.130	APOIO DESENVOLVIMENTO ATIVIDADES ASSOC. CULTURAIS (CTG,CORAL, ARTESAO.ASSOC. ARTISTICAS) E OUTROS
3.3.50.00.00.00	Aplicação Direta(Cod.Red. 125) Fonte de recursos0100 - OrdináriosR\$ 50.000,00

Art. 2º- Para cobertura do credito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta lei, no Orçamento Geral do Município de Modelo SC de 2014, serão utilizados recursos provenientes de anulação de dotação orçamentária, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), conforme abaixo especificado:

03	DIRETORIA GERAL ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
04	ADMINISTRAÇÃO
041220003.1.001000	REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO ADMINISTRATIVO
3.3.90.00.00.00	Aplicação Direta(Cod.Red. 7) Fonte de recursos0100 - Ordinários R\$ 30.000,00
4.4.90.00.00.00	Aplicação Direta(Cod.Red. 8) Fonte de recursos0100 - Ordinários R\$ 20.000,00

Art. 3º - Fica aberto crédito adicional especial, no Projeto Atividade: 133920019.2.130000 - Apoio desenvolvimento atividades Assoc. Culturais (CTG,Coral, Artesão.Assoc.Artisticas) e outros, no Orçamento Geral do Município de Modelo SC, para o exercício de 2014, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme abaixo especificado:

05	DEPARTAMENTODE CULTURA
13	CULTURA
13392	DIFUSAO CULTURAL
133920019.2.130000	APOIO DESENVOLVIMENTO ATIVIDADES ASSOC. CULTURAIS(CTG,CORAL, ARTESAO.ASSOC.ARTISTICAS E OUTROS
4.4.50.00.00.00	Aplicação Direta Fonte de recursos0100 - OrdináriosR\$ 50.000,00

Art. 4º- Servirá de recurso para cobertura do crédito adicional especial de que trata o art. 3º desta Lei, na forma do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, os recursos resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei, do Orçamento Geral do Município de Modelo de 2014, LOA 2126/2013, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) conforme a seguir especificadas:

03	DIRETORIA GERAL ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
04	ADMINISTRAÇÃO
041220003.1.001000	REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO ADMINISTRATIVO

4.4.90.00.00.00	Aplicação Direta(Cod.Red. 8) Fonte de recursos0100 - Ordinários R\$ 29.000,00
041220003.2.169000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADMINIST.GERAL DO MUNICIPIO
3.3.90.00.00.00	Aplicação Direta(Cod.Red. 10) Fonte de recursos0100 - Ordinários R\$ 21.000,00

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do prefeito Municipal de Modelo aos 02 de maio de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA

Lei Municipal Nº 2143/2014

LEI MUNICIPAL Nº 2143/2014 DE 02.05.2014

DISPÕE SOBRE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA AO CTG - CENTRO DE TRADIÇÕES GAUCHAS "MODELO DA TRADIÇÃO" DE MODELO - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo - SC, no uso de suas atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a efetuar contribuição financeira ao CTG - CENTRO DE TRADIÇÕES GAUCHAS "MODELO DA TRADIÇÃO" DE MODELO - SC, Pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 80.634.678/0001-65, com sede no Município de Modelo - SC, para manutenção e desenvolvimento de suas atividades, nos termos da presente Lei e demais disposições legais.

Art. 2º. A contribuição financeira será de até R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), podendo ser pago em até 10 (dez) parcelas, quando da apresentação da documentação solicitada no artigo 3º da presente Lei.

Parágrafo Único - Para atendimento do objeto poderá ser efetuado convênio conforme encaminhamento de solicitação da entidade, para atendimento de objetos e valores conforme plano de trabalho e demais documentos apresentados, observados o limite dos recursos de que dispõe o caput desta Lei.

Art. 3º. Para se habilitar a receber os recursos, a entidade deverá apresentar os seguintes documentos:

- Ofício justificando a transferência e solicitando a liberação dos recursos;
- Plano de Trabalho devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da entidade, contendo as informações legais;
- Cópia autenticada da Ata que elegeu a atual diretoria, como prova de seu mandato;
- Cópia do Estatuto e de seu respectivo registro;
- Prova que a entidade é correntista de Banco, através de Declaração do Gerente que conste o nome da entidade, número da

agência, conta corrente e data, vinculado ao objeto;
f) Copiado CPF e da carteira de identidade dos Responsáveis; (presidente e tesoureiro);
g) Fotocópia do Cartão CNPJ da entidade;
h) Certidões Negativa de Débitos ou Positivas com efeitos de Negativa, Certificados de Regularidade, conforme disposições legais;
i) Relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses;
j) Cópia do Alvara de funcionamento;
l) Comprovante de endereço da entidade e do seu representante;
m) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do art. 29, inciso V da lei 8.666/93, quando envolver o pagamento de pessoal com os recursos pretendidos;
n) Certificado e Entidade Beneficente de assistência social, emitida por Conselho de Assistência Social, nos termos da legislação, se for o caso;
o) Atestado de Funcionamento fornecido pelo Conselho Municipal ou órgão de fiscalização com jurisdição sobre a entidade do município a que pertencer a entidade, com data de emissão não superior a doze meses;
p) Outros documentos julgados necessários, solicitados pela concedente.

Parágrafo Único: No caso em que os recursos solicitados tiverem como objeto obras a entidade deverá complementar a documentação com:

- a) Projeto Básico, devidamente aprovado e Anotação de Responsabilidade Técnica pela elaboração do Projeto;
- b) Comprovação pela entidade do Exercício pleno de propriedade do imóvel, mediante escritura pública emitida em cartório (exceto rede de abastecimento de água);
- e) Alvarás de licença expedidos pelos órgãos competentes inclusive se for o caso junto aos órgãos ambientais quando for o caso;
- f) Registro fotográfico da situação por ocasião, em se tratando de reforma, supressão ou acréscimos.
- g) Outros documentos solicitados pelo Município.

Art. 4º. A entidade beneficiada deverá aplicar os recursos recebidos em até 180 dias do recebimento, devendo prestar contas em até 30 (trinta) dias após o prazo de conclusão da aplicação e /ou conforme cronograma físico financeiro, junto a Prefeitura Municipal de Modelo -SC.

Parágrafo Único - Os recursos poderão ser liberados parceladamente, devendo a entidade prestar contas de cada parcela recebida, conforme plano de trabalho, termo de convenio e disposições desta Lei.

Art. 5º. A prestação de contas será composta dos seguintes documentos:

- a)- Ofício encaminhando a prestação de contas assinado pelo presidente da entidade;
- b)- Documentos comprobatórios da despesa;
- c)- Declaração firmada pelo Presidente e Tesoureiro, de que os recursos foram aplicados nos fins, a que se destinam;
- d)- Fotocópia dos cheques ou ordens bancaria emitida;
- e)- Extrato bancário com toda a movimentação;
- f)- Comprovante de recolhimento do ISS na prefeitura municipal quando devido;
- g)- Anotação de Responsabilidade Técnica pela execução da obra;
- h)- Laudo de conclusão emitido pelo engenheiro responsável pelo Projeto.
- i)- Balancete de Prestação de Contas de Recursos - Anexo TC 28, devidamente preenchido e assinado pelo presidente e tesoureiro da entidade;
- j)- Nota de empenho da despesa;
- l)- Guia de recolhimento de saldo não utilizado;
- m)- Outros documentos julgados necessários, solicitados pela

concedente, de conformidade com as disposições legais.

Art. 6º. Os documentos das despesas pagos, com os recursos recebidos, não poderão conter data anterior ao do recebimento do mesmo.

Art. 7º. A não prestação de contas no prazo estabelecido no artigo 3º da presente lei, é causa de imediata da devolução dos recursos.

Art. 8º. Fica igualmente o Poder Executivo autorizado a efetuar aditivos na transferência financeira de até 20% (vinte por cento) do valor autorizado nesta lei, mediante justificativa de ampliação do objeto do convenio.

Art. 9º. O pagamento da contribuição financeira de que dispõe esta Lei, será efetuada observada a disponibilidade Financeira do Município, Lei de Responsabilidade Fiscal e normas financeiras e de contabilidade publica.

Art. 10. As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta de dotação orçamentária própria prevista no do Orçamento Municipal Vigente e subsequente.

Art. 11. O Poder Executivo poderá regulamentar por Decreto a presente Lei e solicitar documentos e informações além dos estabelecidos por esta lei, necessárias a prestação de contas e solicitação dos recursos.

Art. 12. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo(SC),
02 de maio de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA

Lei Municipal Nº 2144/2014

LEI MUNICIPAL Nº 2144/2014 de 02.05.2014

DISPÕE SOBREA REVOGAÇÃO DAS LEIS MUNICIPAIS NºS 1.105/93 E 1.099/93, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo - SC, no uso de suas atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica revogada a Lei Municipal nº 1.105/93 de 06.03.1993, do Município de Modelo SC, que Dispõe sobre a gratificação a título de incentivo, para servidores públicos municipais estatutários, com estabilidade, que solicitem sua rescisão do contrato de trabalho por acordo e dá outras providencias.

Art. 2º - Fica igualmente revogada a Lei Municipal nº 1.099/93 de 14.01.1993, do Município de Modelo SC, que Dispõe sobre a gratificação a título de incentivo, para servidores públicos municipais

estatutários, com estabilidade, que solicitarem sua rescisão do contrato de trabalho por acordo.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo(SC),
aos 02 de maio de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra:

JANICE MARTINI MULLER

CONTADORA

Lei Municipal Nº 2145/2014

LEI MUNICIPAL Nº 2145/2014 DE 02.05.2014

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI MUNICIPAL 1.777/2007 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2007, QUE CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FHIS E INSTITUI O CONSELHO-GESTOR DO FHIS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, PREFEITO MUNICIPAL DE MODELO - SC, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o inciso I do artigo 3º da Lei Municipal nº 1.777/2007 de 21/12/2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º - O FHIS é constituído por:

"I - dotações do Orçamento Geral do Município, classificadas na função de habitação";

Art. 2º - esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo aos 02 de maio de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

JANICE MARTINI MULLER

CONTADORA

Monte Carlo

PREFEITURA

Processo Licitatório Nº 30/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO 30/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2014

OBJETO: Registro de preço para futuras aquisições de forma parcelada de BOMBAS SUBMERSAS, TUBOS DE AÇO GALVANIZADO e SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM QUADROS DE COMANDOS E BOMBAS DE POÇOS ARTESIANOS conforme especificações constantes no Edital.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: até as 12:00 horas do dia 16/maio/2014;

ABERTURA: às 14:00 horas do dia 16/maio/2014.

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM - JULGAMENTO POR LOTE.

INFORMAÇÕES: Presencial: Prefeitura Municipal - Rodovia SC 452 km 25, nº 1551 - Centro HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas. Telefone No 49/3546.0194 ramal 231. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br e-Mail: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo, 30 de Abril de 2014

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal.

Morro da Fumaça

PREFEITURA

FMAS Tomada de Preço 010/2014

Município de Morro da Fumaça. FMAS Edital de Tomada de Preço 010/2014. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL NO MUNICIPIO DE MORRO DA FUMAÇA CONFORME ANEXO. Data: 22/05/2014 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. Michel Antônio Maccari - Secretário de Finanças.

Edital de Tomada de Preço 057/2014

Município de Morro da Fumaça. Edital de Tomada de Preço 057/2014. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE ESCOLA COM 6 SALAS DE AULA PADRÃO FNDE NO MUNICIPIO DE MORRO DA FUMAÇA CONFORME ANEXO. Data: 23/05/2014 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. Michel Antônio Maccari - Secretário de Finanças.

Registro de Preços 051/2014

MUNICIPIO DE MORRO DA FUMAÇA. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 051/2014. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA. Data: 16/05/2014 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. Michel Antônio Maccari - Secretário de Finanças.

Navegantes

PREFEITURA

Dispensa de Licitação Nº 088/2014.

Dispensa de Licitação nº 088/2014.

PROCESSO Nº 088/2014.

HOMOLOGAÇÃO: 29 de abril de 2014.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A AQUISIÇÃO DE PLAQUETAS (COM CÓDIGO DE BARRAS) PARA IDENTIFICAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC.

CONTRATADO: MULTIPLACA ETIQUETAS ESPECIAIS LTDA.

VALOR TOTAL: R\$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais).

Navegantes, 29 de abril de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA.

Prefeito do Município.

Extrato Contratual Nº 115/2014.

CONTRATO PMN – Nº 115/2014.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA CONAUT CONTROLES AUTOMÁTICOS LTDA.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, e a empresa CONAUT CONTROLES AUTOMÁTICOS LTDA, com sede na Cidade de Embú, Estado de São Paulo, localizada na Estrada Louis Pasteur, nº 230, - Bairro Centro, CEP 06835-080, inscrita no CNPJ sob o nº 60.659.166/0001-46, neste ato representado pela Sr.ª LUCIANA SPENGLER SIQUEIRA, portador do CPF nº 649.125.669-34 e RG 2.175.759, que também subscreve doravante denominada de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o que segue:

1. DO OBJETO

1.1 Constitui objeto deste a Contratação de empresa especializada em prestação de serviços para instalação/manutenção, incluindo peça e mão-de-obra para o monitoramento da quantidade de água repassada ao Município de Navegantes, SC, conforme Inexigibilidade nº 86/2014, a que corresponde este pacto, assim especificados:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit.	Preço Total
01	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MEDIDOR DE VAZÃO MAGNÉTICO DN 300MM ABNT NBR 7675 PN 10, MODELO: OPTIFLUX 2050 W, PARA MONITORAMENTO DA QUANTIDADE DE ÁGUA REPASSADA AO MUNICIPIO DE NAVEGANTES	Und	1,00	15.378,00	15.378,00

02	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONVERSOR PARA MEDIDOR MEGNÁTICO PARA CONTROLE DE VAZÃO DE ÁGUA MODELO: IFC 050 W	Und	1,00	3.837,00	3.837,00
Valor Total					R\$ 19.215,00

Valor Total: R\$ 19.215,00 (dezenove mil duzentos e quinze reais).

1.2 O presente contrato não obriga o Município de Navegantes/SC a adquirir/contratar os equipamentos/serviços, sendo solicitado de acordo com a necessidade do Município, conforme Dispensa de Licitação nº 086/2014.

2. DOS DOCUMENTOS

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização da execução, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, com todos os seus Anexos, os seguintes documentos:

- Edital de Inexigibilidade nº 86/2014 e seus Anexos;
- Proposta de Preço da CONTRATADA;
- Ata de Reunião de Julgamento de Proposta;

2.2 Os documentos referidos no presente item são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado.

3. DOS SERVIÇOS PRESTADOS/EXECUTADOS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS

3.1 O serviços prestados/executados pela empresa CONAUT CONTROLES AUTOMÁTICOS LTDA serão prestados/executados com fornecimento de peças, diretamente na Secretaria Municipal de Saneamento Básico ou em local que será oportunamente informada pela mesma de acordo com as solicitações, de forma única, ficando condicionados aos repasses de verbas.

4. DO PRAZO

4.1 O presente contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2014, com possibilidade de prorrogação nos termos da legislação vigente, e mediante livre negociação entre as partes.

4.2 A aquisição e/ou serviços vinculados a empresa (CONAUT CONTROLES AUTOMÁTICOS LTDA) que não forem contratados/executados deverão ser desconsiderados caso não haja termo aditivo ao contrato. Neste caso não há obrigatoriedade da aquisição/contratação pelo Município, não podendo se falar em perdas e danos.

5. DO VALOR

5.1 O preço para a execução do objeto deste Contrato, é o apresentado na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO, tendo o seu valor especificado no item 1.1 deste Contrato.

5.2 O preço retro referido é final, não se admitindo qualquer acréscimo, estando incluídos no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, como também os lucros da CONTRATADA.

5.3 A recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dada se a sua ocorrência não era previsível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela CONTRATADA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

5.4 Recursos para pagamento – Dotação Orçamentária abaixo descrita:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
1.034.4490.00	134	216/2014	Termo de Ajuste de Conduta - Construção de Reserva

6. CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

6.1 O pagamento será efetuado através de depósito na conta corrente da CONTRATADA em 30 (trinta) dias após a disponibilização dos serviços, mediante aprovação do servidor encarregado do recebimento e, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Contrato.

6.1.1 E recaiando o dia de pagamento no sábado, domingo ou feriado, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente ao mesmo.

6.1.2 O pagamento será efetuado diretamente a CONTRATADA, através de seu representante legal, preposto ou procurador, previamente credenciado pela contratada, perante esta Administração Pública Municipal.

6.2 Todas as características do serviço prestados/executados com fornecimento de peças pela empresa CONAUT CONTROLES AUTOMÁTICOS LTDA deverão atender a todas as características estabelecidas neste contrato.

6.3 Uma vez estando comprovada a adequação do objeto nos termos contratuais, confirmando-se os serviços prestados/executados com fornecimento de peças, serão recebidos, definitivamente, mediante assinatura do responsável, na Nota Fiscal.

6.4 Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o Instituto nacional do Seguro social - INSS e o FGTS – CRF e CNDT.

7. RESPONSABILIDADES

7.1 A CONTRATADA é responsável, direta e exclusivamente, pela execução deste Contrato bem como pela declaração de que é a única a executar tais serviços e, consequentemente, responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o MUNICÍPIO ou para terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo MUNICÍPIO.

7.2 A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da lei 8.666/93.

7.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.

7.4 A CONTRATADA é responsável também pela qualidade dos serviços prestados/executados com fornecimento de peças, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, antes da prestação/execução dos serviços, tenham adulterado ou prestados/executado os serviços fora dos padrões exigidos.

7.5 A CONTRATADA fica, única e exclusivamente, responsável por todos e quaisquer encargos decorrentes do presente contrato, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais e para fiscais, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades decorrentes da prestação/execução dos serviços, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no presente contrato, eximindo o Município de Navegantes de toda e qualquer responsabilidade e/ou obrigação, posto que considerada incluída no cômputo do valor do presente contrato.

7.6 Fica expressamente vedada a cessão ou qualquer outra forma de transferência do presente contrato e das obrigações dele decorrentes, mesmo que parcialmente, considerando-se, o presente, de caráter personalíssimo.

8. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**8.1 São obrigações do MUNICÍPIO:**

- a) fiscalizar e controlar a qualidade dos serviços prestados/executados;
- b) efetuar o pagamento pela prestação/execução com fornecimento de peças dos serviços prestados/executados, na época de sua exigibilidade.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**9.1 Constituem obrigações da CONTRATADA:**

- a) providenciar, no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade;
- c) manter, durante o contrato, todas as exigências contidas na Ordem de Serviço bem como no Edital;
- d) manter, durante todo o prazo do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Inexigibilidade licitação (art. 55, XIII da lei 8.666/93);
- e) Corrigir, reparar, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, conforme previsto no art. 69 da lei 8.666/93.
- f) pagar todas as despesas oriundas do presente contrato, inclusive encargos trabalhistas e fretes;

10. PENALIDADES

10.1 A não prestação/execução dos serviços (aquisição e instalação de medidor de vazão magnética e aquisição e instalação de medidor magnético) no prazo assinalado, importará na aplicação à CONTRATADA de multa diária na ordem de 0,5% (meio por cento) sobre o valor do Contrato, limitada a 20% (vinte por cento) do valor contratual.

10.2 À CONTRATADA, se recusar a prestar/executar os serviços (aquisição e instalação de medidor de vazão magnética e aquisição e instalação de medidor magnético) ao MUNICÍPIO dentro do prazo de validade da proposta, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do(s) valor total do Contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

10.3 Confiada a contratação à proponente vencedora e não satisfeitas as exigências técnicas e/ou comerciais dos compromissos assumidos, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

10.4 A inexecução parcial ou total do Contrato importará à CONTRATADA as penalidades previstas no artigo 87 da 8.666/93, bem como a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato.

10.5 À CONTRATADA será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação a ela imposta no presente ajuste.

10.6 Será propiciada ampla defesa à CONTRATADA, antes da imposição das penalidades elencadas neste Contrato.

10.7 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

10.8 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito sejam decorrentes destas ou de qualquer outro contrato seu com o município, ou cobrados judicialmente.

11. RESCISÃO

11.1 A inexecução total ou parcial deste Contrato, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

11.2 A rescisão do Contrato poderá se dar sob quaisquer das formas delineadas no art. 79 da Lei nº 8.666/93.

11.3 Se a rescisão da avença se der por qualquer das causas previstas nos incisos I a XI e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA sujeitar-se-á, ainda, ao pagamento de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao MUNICÍPIO ou a terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do contrato, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

12.2 Compete ao Município de Navegantes à gestão do presente contrato.

12.3 Aplicar-se-á, subsidiariamente, ao presente contrato, o disposto no Edital de Licitação e seus Anexos.

12.4 Aplicam-se à este Contrato as disposições da Lei nº 8.666/1993, e suas posteriores modificações, que regulamentam as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública.

13. TOLERÂNCIA

13.1 Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissões, a inobservância, no todo ou em parte, das condições deste Contrato e/ou de seus Anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar ou, de qualquer forma, afetar ou prejudicar esses mesmos itens e condições, os quais permanecerão inalterados, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

14. DO FORO

14.1 As partes contratantes elegem o Foro desta Comarca de Navegantes, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem às partes, MUNICÍPIO e CONTRATADA, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de 02 (duas) testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 28 de abril de 2014.

<p>ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito do Município de Navegantes</p>	<p>CONAUT CONTROLES AUTOMÁTICOS LTDA. CNPJ 60.659.166/0001-46 Contratada Representada por: Luciana Spengler Siqueira CPF: 649.125.669-34</p>
<p>Testemunhas</p>	
<p>FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO CPF: 054.503.549-08</p>	<p>MARIA BENEDITA CORREA CPF: 631.099.991-53</p>

Ata Tomada de Preço 80/2014 PMN - Deserta.

Prefeitura Municipal de Navegantes.

EXTRATO ATA TOMADA DE PREÇO Nº 80/2014 PMN - DESERTA
OBJETO : TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MONTAGEM DE CASAS DE MADEIRA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, PARA SEREM UTILIZADAS

COMO SALAS DE AULA (COMPLEMENTARES) NAS UNIDADES E CENTROS EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NAVEGANTES/SC.

DATA DE ACONTECIMENTO 25/04/2014 AS 14:00H

RESULTADO - LICITAÇÃO FOI DESERTA.

PRESIDENTE E COMISSÃO.

Navegantes, 05 de maio de 2014

Aviso de Licitação Tomada de Preço 13/2014 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

TOMADA DE PREÇO Nº 13/2014 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO E REFORMAS DO (CRMH) - CENTRO DE REFERENCIA DA MULHER E DO HOMEM, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 21/05/2014 até às 8:50 hs. Abertura envelopes: 21/05/2014 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 05 de maio de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

Aviso de Licitação Pregão Presencial 19/2014 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2014 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A ABERTURA DO CENTRO DE ZOONÓSES, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 16/05/2014 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 16/05/2014 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 05 de maio de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

Aviso de Licitação Pregão Presencial 98/2014 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 98/2014 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE AGUA MINERAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA, SECRETARIAS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 16/05/2014 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 16/05/2014 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 05 de maio de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

Ata de Registro de Preços Nº 030/2014.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PMN 030/2014. O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 030/2014, relativa ao Pregão Presencial nº 030/2014 - contendo os preços registrados pelas empresas abaixo:
FORNECEDOR: CCME COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA-ME VALOR: R\$ 415.318,00 (quatrocentos e quinze mil trezentos e dezoito reais)
FORNECEDOR: LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME VALOR: R\$ 175,88 (cento e setenta e cinco reais e oitenta e oito centavos)
FORNECEDOR: GERALUX ELETRO ENERGIA SOLAR LTDA - EPP VALOR: R\$ 22.448,00 (vinte e dois mil quatrocentos e quarenta e oito reais)
FORNECEDOR: System Comércio e Distribuidora LTDA - ME VALOR: R\$ 6.372,12 (seis mil trezentos e setenta e dois reais e doze centavos)
FORNECEDOR: JOIARTE ARTEFATOS DE CIMENTO IND E COM LTDA - EPP VALOR: R\$ 11.660,00 (onze mil seiscentos e sessenta reais)
Vigência: 14/04/2015.
A ata está disponível no Departamento de Licitações.
Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Abertura Envelopes de Habilitação E Propostas 79/2014 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

TOMADA DE PREÇO 79/2014 PMN

ABERTURA ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS DANDO CONTINUIDADE AO CERTAME EM SESSÃO PUBLICA, AS 17 HORAS CONFORME PUBLICAÇÃO NO DOM EM 29/04/14, FOI ABERTO O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA A.R.G INDUSTRIAL E CONSTATADO QUE A MESMA ATENDEU COM AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL, COMO O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO DA OUTRA EMPRESA (SONA CONSTRUTORA) JÁ HAVIA SIDO ABERTO NA SESSÃO ANTERIOR PASSOU-SE ENTÃO PARA A ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS DAS DUAS EMPRESAS. A EMPRESA SONA APRESENTOU A PROPOSTA COM O VALOR TOTAL DE R\$ 180.661,85 e A EMPRESA A.R.G APRESENTOU A PROPOSTA COM O VALOR DE R\$ 183.333,24 . COMO NÃO ESTAVAM PRESENTES OS REPRESENTANTES DAS EMPRESAS FAZ-SE NECESSÁRIO A PUBLICAÇÃO DA MESMA PARA CONHECIMENTO DOS LICITANTES. MOMENTO EM QUE ENCERRA A SESSÃO E REPASSA PARA AUTORIDADE COMPETENTE.

Navegantes, 05 de maio de 2014.

ASS.PRESIDENTE DA COMISSÃO E COMISSÃO PERMANENTE.

Ata de Registro de Preços Nº 033/2014.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PMN 033/2014. O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 033/2014, relativa ao Pregão Presencial nº 033/2014 - contendo os preços registrados pelas empresas abaixo:
FORNECEDOR: BARKI INDÚSTRIA E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP VALOR: R\$ 90.924,45 (noventa mil novecentos e vinte e quatro reais e quarenta e cinco centavos).
FORNECEDOR: RESICOLOR INDÚSTRIA DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA. VALOR: R\$ 185.805,00 (cento e oitenta e cinco mil oitocentos e cinco reais).
Vigência: 15/04/2015.
A ata está disponível no Departamento de Licitações.
Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Ata de Registro de Preços Nº 041/2014.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PMN 041/2014.
O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 041/2014 relativa ao Pregão Presencial nº 041/2014 - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:
FORNECEDOR: PEDRO ABILIO FAB. ESQUADRIAS DE ALUMÍNIO FERRO.

VALOR: R\$ 169.860,00 (cento e sessenta e nove mil oitocentos e sessenta reais).

Vigência: 04/04/2015.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Ata de Registro de Preços Nº 050/2014.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PMN 050/2014
O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 050/2014 relativa ao Pregão Presencial nº 050/2014 - contendo os preços registrados pelas empresas abaixo:

Fornecedor: JEAN CARLOS PEREIRA NUNES - ME

Valor: R\$ 54.989,00 (cinquenta e quatro mil novecentos e oitenta e nove reais)

Fornecedor: COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP

Valor: R\$ 47.950,00 (quarenta e sete mil novecentos e cinquenta reais)

Fornecedor: PL FERNANDES DISTRIBUIDORA LTDA EPP.

Valor: R\$ 169.200,00 (cento e sessenta e nove mil e duzentos reais)

Vigência: 02/04/2015.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Nova Trento

PREFEITURA

Contrato Nº 071/2014

CONTRATO Nº 071/2014

Origem: Processo Licitatório nº 028/2014. Modalidade: Tomada de Preços nº 003/2014. Homologação: 11/04/2014. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI, inscrita no CNPJ/MF Nº 85.115.053/0001-00, estabelecida na Rua SL 021, 500, Santa Luzia, cidade de Brusque/SC, CEP 88357-217. Objeto do Contrato: Execução de serviços com fornecimento de material, mão de obra e equipamentos necessários para Estabilização de Talude do Morro da Cruz, Km 2+600, Km 2+800, Km 3+400 e drenagem profunda com pavimentação da estrada pública Nossa Senhora do Bom Socorro, Município de Nova Trento, conforme termo de referência (Projeto Básico). O valor total é de R\$ 1.249.858,30 (Um milhão, duzentos e quarenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e trinta centavos). Prazo de execução: 180 (cento e oitenta) dias. Vigência: 31/12/2014.

Nova Trento, 14 de abril de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Resultado Final E Homologação - Tp003/2014

Resultado do Julgamento das Propostas - Processo Licitatório nº 028/2014 - Tomada de Preço nº 003/2014 - MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

O Prefeito de Nova Trento torna público que na licitação em epígrafe, cujo objeto é a Execução de serviços com fornecimento de material, mão de obra e equipamentos necessários para Estabilização de Talude do Morro da Cruz, Km 2+600, Km 2+800, Km 3+400 e drenagem profunda com pavimentação da estrada pública Nossa Senhora do Bom Socorro, Município de Nova Trento, transcorrido o prazo para interposição de recurso contra o julgamento da HABILITAÇÃO, nos termos do art. 43, inc. III da Lei nº 8.666/93, no julgamento da Proposta sagrou-se vencedora, a seguinte licitante: TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI, inscrita no CNPJ/MF Nº 85.115.053/0001-00, valor de R\$ 1.249.858,30 (Um milhão, duzentos e quarenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e trinta centavos).

Nova Trento (SC), 14 de abril de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Novo Horizonte

PREFEITURA

Nomeação de Escolas Municipais

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.

Rua José Fabro, 01 - Centro - CEP: 89.998-000

Fone: (49) 3362 0024 - e-mail - pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

Lei nº 495 de 11 de abril de 2014

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E DENOMINAÇÃO DE ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criada e denominada a Escola Municipal de Santo Agostinho como "Escola de Ensino Fundamental ARCHANGELO MEZZARI", a partir desta data.

Art. 2º - Fica denominada a Escola Municipal de Linha Plataneia como "Escola de Ensino Fundamental AIDE TEREZINHA GARGHETTI MALAGUTTI", a partir desta data.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC

Em 11 de abril de 2014

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

Recebimento de Unidade Escolar

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.

Rua José Fabro, 01 - Centro - CEP: 89.998-000

Fone: (49) 3362 0024 - e-mail - pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

Lei nº 496 de 11 de abril de 2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER IMÓVEL POR DOAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a receber sem ônus, em doação, do Estado de Santa Catarina, - imóvel denominado Escola de Ensino Fundamental Santo Agostinho, uma área de 12.000,00 m² (doze mil metros quadrados) com benfeitorias de aproximadamente 1.056,05 m² (mil e cinquenta e seis metros e cinco centímetros quadrados) matriculado sob o número nº 5206 no Registro de Imóveis da Comarca de São Lourenço do Oeste e cadastrado sob o nº3760 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado e Administração.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC

Em 11 de abril de 2014.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

Aprova Auxílio Para Médico do Programa Mais Médicos

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.

Rua José Fabro, 01 - Centro - CEP: 89.998-000

Fone: (49) 3362 0024 - e-mail - pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

Lei nº 497 de 28 de abril de 2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO "PROGRAMA MAIS MÉDICOS", A CONCEDER AUXÍLIO MORADIA E ALIMENTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes que a CÂMARA DE VEREADORES aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º. Esta Lei autoriza o Poder Executivo a aderir ao Programa Mais Médicos, instituído pela Medida Provisória nº 621, de 08 de julho de 2013, a conceder "Bolsa Auxílio Moradia" e a conceder "Bolsa Auxílio Alimentação" aos profissionais vinculados ao Programa Mais Médicos.

§ 1º Os profissionais vinculados ao Programa deverão ser reconhecidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

§ 2º O "Bolsa Auxílio Moradia" e o "Bolsa Auxílio Alimentação" são destinados aos profissionais vinculados ao Programa Mais Médicos de que trata o caput deste artigo.

Art. 2º. O "Bolsa Auxílio Moradia" compreenderá o valor mensal de até R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais), por profissional, e deverá ser empregado na locação ou na obtenção de outro meio de moradia pelo beneficiário.

Parágrafo único. O "Bolsa Auxílio Moradia" terá prazo de vigência enquanto o profissional vinculado ao Programa Mais Médicos atuar na cidade de Novo Horizonte - SC, desde que mantida a necessidade do benefício e que haja disponibilidade financeira e orçamentária.

Art. 3º. O "Bolsa Auxílio Alimentação" compreenderá o valor mensal de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais) por profissional.

Parágrafo único. O "Bolsa Auxílio Alimentação" terá prazo de vigência enquanto o profissional vinculado ao Programa Mais Médicos atuar na cidade de Novo Horizonte - SC, desde que mantida a necessidade do benefício e que haja disponibilidade financeira e orçamentária.

Art. 4º. Cabe a Secretaria Municipal de Saúde a análise para a concessão ou revogação do "Bolsa Auxílio Moradia" e do "Bolsa Auxílio Alimentação" de que trata a presente Lei.

Art. 5º. Os valores fixados para o "Bolsa Auxílio Moradia" e para o "Bolsa Auxílio Alimentação", de que trata esta Lei, poderão ser atualizados no mês de abril de cada ano, pelo índice do IGPM/FGV, verificado no período anterior.

Art. 6º. Fica o Executivo Municipal, autorizado a disponibilizar transporte dentro do território municipal, enquanto o profissional vinculado ao Programa Mais Médicos, atuar na cidade de Novo Horizonte - SC.

Art. 7º. As despesas geradas em face da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias previstas no Fundo

Municipal de Saúde em cada exercício financeiro.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de abril de 2014.

Art. 9º. Revoga as disposições em contrário.

Município de Novo Horizonte/SC

Em 28 de abril de 2014

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

Suplementação por Excesso de Arrecadação

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.

Rua José Fabro, 01 - Centro - CEP: 89.998-000

Fone: (49) 3362 0024 - e-mail - pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

DECRETO Nº 2.112, de 11 de março de 2014.

Abre crédito adicional por excesso de arrecadação e dá outras providências

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos Arts. 41- I, 42 e 43 - II, da Lei Federal 4.320, e;

Considerando o Convênio Fundam 2014TR000158;

DECRETA:

Art. 1o - Fica aberto crédito adicional Suplementar por excesso de arrecadação no orçamento vigente, no valor de R\$ 620.818,37 (seiscentos e vinte mil, oitocentos e dezoito reais com trinta e sete centavos), relativo a recursos vinculados:

50 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, OBRAS E MEIO AMBIENTE

50.02 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade 2.029 - Manutenção Programa Patrulha Mecânica

Elemento de Despesa 4.4.90-0.1.0062 - Aplicações Diretas R\$ 620.818,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 620.818,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5o - Revogam-se as disposições em contrário.

Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina.

Em 11 de março de 2014.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal.

Registre-se

Publique-se

MÁRCIO DE MACEDO

Secretário de Administração e Fazenda

Suplementação por Superávit No Exercício Anterior

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.

Rua José Fabro, 01 - Centro - CEP: 89.998-000

Fone: (49) 3362 0024 - e-mail - pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

DECRETO Nº 2.113, de 13 de março de 2014.

Abre crédito adicional suplementar por superávit financeiro do

exercício anterior e dá outras providências.

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos arts. 41- I, 42 e 43 - I, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei 466/2012;

Considerando a ocorrência de Superávit financeiro do exercício anterior;

DECRETA:

Art. 1o - Fica aberto crédito adicional suplementar por Superávit Financeiro do Exercício anterior no orçamento vigente, no valor de R\$ 17.007,69 (dezessete mil, sete reais com sessenta e nove centavos), relativos a recursos ordinários e vinculados assim consignados:

50.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, TRANSP. OBRAS E MEIO AMBIENTE

50.01 - DEPARTAMENTO DE TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS

Atividade 1.006 Construção de Pontes e Pontilhões

Elemento de Despesa 4.4.90-00.03.0003 Aplicações Diretas R\$ 17.007,69

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 17.007,69

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3o - Revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC

Em 13 de março de 2014.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

Registre-se

Publique-se

Márcio de Macedo

Secretário de Administração e Fazenda

Noemia Comissão de Registro Cadastral

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.

Rua José Fabro, 01 - Centro - CEP: 89.998-000

Fone: (49) 3362 0024 - e-mail - pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

DECRETO Nº 2.114, de 18 de março de 2014.

NOMEIA COMISSÃO DE REGISTRO CADASTRAL DE FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei 8.666/93, com suas atualizações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão de Registro Cadastral de Fornecedores e Prestadores de Serviços junto ao Município de Novo Horizonte, assim constituída:

PERLA BOTTEGA BRUM - Presidente

ALTAIR MATTOS - Membro

JUSSARA CECCHIN - Membro

Art. 3º - Aos trabalhos realizados pela comissão ora nomeados não caberão nenhum adicional financeiro, por se tratar de relevantes

serviços públicos.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC,
em 18 de março de 2014.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

Registre-se e

Publique-se

Márcio de Macedo

Secretário da Administração e Fazenda

Suplementação por Excesso de Arrecadação

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.

Rua José Fabro, 01 - Centro - CEP: 89.998-000

Fone: (49) 3362 0024 - e-mail - pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

DECRETO Nº 2.115, de 19 de março de 2014.

Abre crédito adicional por excesso de arrecadação e dá outras providências

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos Arts. 41- I, 42 e 43 - II, da Lei Federal 4.320, e Lei Municipal 489/2013;

Considerando o Convênio assinado entre o Município de Novo Horizonte e a Secretaria de Estado da Educação;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional Suplementar por excesso de arrecadação no orçamento vigente, no valor de R\$ 124.464,00 (cento e vinte e quatro mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais), relativo a recursos vinculados:

40 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

40.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Atividade 2.012 - Manutenção Transporte Escolar Ensino Fundamental

Elemento de Despesa 3.3.90-0.1.0069 - Aplicações Diretas
R\$ 48.625,00

40 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

40.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Atividade 2.015 - Manutenção Ensino Médio

Elemento de Despesa 3.3.90-0.1.0069 - Aplicações Diretas R\$
75.839,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 124.464,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina.

Em 19 de março de 2014.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal.

Registre-se

Publique-se

MÁRCIO DE MACEDO

Secretário de Administração e Fazenda

Suplementação por Excesso de Arrecadação

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.

Rua José Fabro, 01 - Centro - CEP: 89.998-000

Fone: (49) 3362 0024 - e-mail - pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

DECRETO Nº 2.116, de 21 de março de 2014.

Abre crédito adicional por excesso de arrecadação e dá outras providências

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos Arts. 41- I, 42 e 43 - II, da Lei Federal 4.320, e;

Considerando a implantação do Programa de Atenção Básica - Saúde Bucal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional Suplementar por excesso de arrecadação no orçamento vigente, no valor de R\$ 31.530,00 (trinta e um mil, quinhentos e trinta reais), relativo a recursos vinculados:

60 - SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

60.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 2.031 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento de Despesa 3.3.90-0.1.0072 - Aplicações Diretas R\$
31.530,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 31.530,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Em 21 de março de 2014.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal.

Registre-se

Publique-se

MÁRCIO DE MACEDO

Secretário de Administração e Fazenda

Suplementação por Excesso de Arrecadação

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.

Rua José Fabro, 01 - Centro - CEP: 89.998-000

Fone: (49) 3362 0024 - e-mail - pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

DECRETO Nº 2.117, de 8 de abril de 2014.

Abre crédito adicional por excesso de arrecadação e dá outras providências

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos Arts. 41- I, 42 e 43 - II, da Lei Federal 4.320 e LOA 489/2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional Suplementar por excesso de arrecadação no orçamento vigente, no valor de R\$ 191.629,25 (cento e noventa e um mil, seiscentos e vinte e nove reais com vinte e cinco centavos), relativos a recursos vinculados:

40 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

40.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Atividade 2.014 - Manutenção da Educação Infantil
Elemento de Despesa 3.1.90-0.1.0012 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

50.00 - SECRETARIA DE AGRICULT. TRANSP. OBRAS E M. AMBIENTE
50.02 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Atividade 2.028 Manutenção do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente
Elemento de Despesa 3.3.90-0.1.0061 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

50.00 - SECRETARIA DE AGRICULT. TRANSP. OBRAS E M. AMBIENTE
50.02 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Atividade 2.023 Manutenção do Departamento de Transportes
Elemento de Despesa 3.3.90-0.1.0061 Aplicações Diretas R\$ 61.609,25

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 191.609,25

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Novo Horizonte - SC.
Em 8 de abril de 2014.
ELI MARIOTT
Prefeito Municipal.

Registre-se
Publique-se

ARNO GOLDSCHMIDT
Secretário de Administração e Fazenda

Suplementação por Superávit Financeiro

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.
Rua José Fabro, 01 - Centro - CEP: 89.998-000
Fone: (49) 3362 0024 - e-mail - pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

DECRETO Nº 2.118, de 8 de abril de 2014.
Abre crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício anterior e dá outras providências.

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos arts. 41- I, 42 e 43 - I, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei 489/2013, e,

Considerando o superávit financeiro no exercício anterior;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar por Superávit Financeiro do Exercício anterior no orçamento vigente, no valor de R\$ 275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais), relativos a recursos ordinários e vinculados assim consignados:

30.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA.
30.01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Atividade 2.003 Manutenção da Administração Geral
Elemento de Despesa 3.3.90-0.3.0000 Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

50.00 - SECRETARIA DE AGRICULT. TRANSP. OBRAS E M. AMBIENTE

50.02 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Atividade 2.028 Manutenção do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente
Elemento de Despesa 3.3.90-0.3.0000 Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

50.00 - SECRETARIA DE AGRICULT. TRANSP. OBRAS E M. AMBIENTE
50.01 - DEPARTAMENTO DE TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS
Atividade 2.023 Manutenção do Departamento de Transportes
Elemento de Despesa 3.3.90-0.3.0000 Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 275.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC
Em 8 de abril de 2014.
ELI MARIOTT
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se

ARNO GOLDSCHMIDT
Secretário de Administração e Fazenda

Rescisão de Contrato Para Construção de Quadra Coberta

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.
Rua José Fabro, 01 - Centro - CEP: 89.998-000
Fone: (49) 3362 0024 - e-mail - pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

DECRETO Nº 2.119, de 8 de abril de 2014.
DISPÕE SOBRE A RESCISÃO ADMINISTRATIVA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 075 DE 21 DE OUTUBRO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal; e

Considerando o que consta do processo licitatório n. 063/2013, na modalidade Tomada de Preço n. 002/2013;

Considerando o ofício nº 020/2014 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte solicitando a realização de Laudo de Vistoria Técnica da Obra ao contrato administrativo nº 075/2013;

Considerando que o Laudo de Vistoria Técnica identifica irregularidades na obra, conforme detalhamento no documento realizado pelo responsável fiscal e registro fotográfico;

Considerando que segundo informações solicitadas para a Epagri, durante o período de 21 de novembro de 2013 (expedição da ordem de serviço) a 26 fevereiro de 2014 (laudo técnico de avaliação) as condições climáticas contribuíram para a execução da obra, porém, não executada pela contratada, e tampouco justificada por esta;

Considerando que o contrato administrativo 075/2013, em cláusula terceira que menciona que "deverá ser executado na sua totalidade em até 180 dias contados da emissão da Ordem de Serviço";

Considerando o cronograma físico financeiro do presente contrato, constatou-se que segundo dados do responsável fiscal do município, houve a execução de apenas 10% sobre o total do contrato, durante o período de 21/11/2013 a 26/02/2014, bem como, a contratada não justificou os motivos de atraso no andamento da obra, tampouco apresentou diário de obra;

Considerando o ofício nº 021/2014 do Município que notificou a contratada para regularização imediata das irregularidades apontadas e a apresentação de diário de obra, bem como, querendo, apresentação de justificativas;

Considerando que a contratada deixou transcorrer o prazo "in albis", ou seja, sem a manifestação da contratada sobre as irregularidades identificadas, e até o momento não houve a apresentação de diário de obra;
Considerando o boletim de medição do período, que evidencia o atraso na execução do cronograma físico-financeiro elaborado ao contrato presente;

Considerando que a contratada assinou documento onde declarou conhecer e aceitar todas as normas e condições do certame;

Considerando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e conveniência administrativa que norteiam os atos da administração;

Considerando o disposto no art. 77 da Lei 8.666/1993;

Considerando a existência de razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, bem como, a previsão legal contida nos art. 78 e seguintes da Lei 8.666/93;

DECRETA

Art. 1º. Fica rescindido administrativamente, de forma unilateral, o contrato administrativo nº 075/2013 de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA À EXECUÇÃO DE OBRAS DE ENGENHARIA DE 01 (UMA) QUADRA POLIESPORTIVA COM VESTIÁRIOS, PADRÃO FNDE, MEDINDO 25,80x38 METROS, ÁREA TOTAL DE 980,40 m², A SER EDIFICADO JUNTO AO CENTRO EDUCACIONAL DE NOVO HORIZONTE-CENHO, SITUADO A RODOVIA SC 468, CENTRO, DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, com recursos advindos do Convênio com o Ministério da Educação/FNDE/PAC 2 -Termo de Compromisso PAC 2 04534/2013, celebrado com a empresa a seguir identificada:
I - CONSTRUTORA DECA LTDA - EPP - Contrato Administrativo nº 075/2013;

Parágrafo único. A empresa que teve seu contrato rescindido deve ser intimada por via postal, com Aviso de Recebimento em Mãos Próprias - AR/MP, com cópia do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC
Em 8 de abril de 2014.
ELI MARIOTT
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se

ARNO GOLDSCMIDT
Secretário de Administração e Fazenda

Ouro Verde

PREFEITURA

Extrato Dispensa

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE OURO VERDE

DISPENSA DE LICITAÇÃO PÚBLICA Nº 0012/2014

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria de imprensa para o município de Ouro Verde/SC. Amparo legal lei 8.666/93 e suas alterações. Informações: Secretaria Geral de ADM e setor de licitações da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, fone (49) 3447-0007, Ouro Verde (SC), 05 de maio de 2014.

Rosane Minetto Selig
Prefeita Municipal.

Decreto Nº2467

DECRETO N.º 2467/2014

"CONCEDE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, E DÁ OUTRAS ROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 035/2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Concedido Função de Confiança de Chefia de equipes em execução de Trabalhos externos, especialmente em serviços específicos de Infraestrutura rodoviária, urbana e agrícola, Padrão FG, Nível 03, ao servidor Público Municipal Sr. Ismael Antonio Cavaleiro da Silva.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Ouro Verde - SC, em 05 de maio de 2014.
ROSANE MINETTO SELIG
Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

NILSON SANTIN
Vice-Prefeito Municipal

Decreto Nº2468

DECRETO N.º 2468/2014

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Exonerado a Pedido o Servidor Público Municipal Sr. CLOVIS FERNANDES DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo em Comissão de Assistente, lotado Junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a partir de 01 de maio de 2014.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde - SC, em 05 de maio de 2014.
ROSANE MINETTO SELIG
Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

NILSON SANTIN
Vice-Prefeito Municipal

Palhoça

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº105/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº105/2014

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº.105/2014, no dia 16 de Maio de 2014, às 09:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O Pregão Presencial nº105/2014 tem como objeto a contratação de Empresa para fornecimento e instalação de forro PVC nas Unidades de Ensino do Município, através de Registro de Preços. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 02 Maio de 2014.
Pregoeiro.

Ata de Julgamento E Classificação TP 67/2014

ATA DE JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS APRESENTADAS PARA O EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº67/2014

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e quatorze, na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitações, a partir das 16h00min, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações - CPL, sob a Presidência o Senhor Júlio César da Cruz, convocando a funcionária Jane das Dores da Silva para secretariar os trabalhos, a fim de realizar o julgamento e classificação das propostas apresentadas para a TOMADA DE PREÇOS nº67/2014, que tem como objeto a contratação de empresa para execução de serviços de drenagem, pavimentação a lajotas e sinalização vertical da Rua José Henrique da Silva (Trecho 2) - Bairro Aririú, drenagem da Servidão Imperatriz - Bairro Aririú e drenagem, pavimentação à lajotas e sinalização vertical da Rua Manoel João Rodrigues - Bairro Barra do Aririú, de acordo com as especificações contidas nos anexos, partes integrantes deste ato convocatório. Após a abertura, assim levando em conta os dados constantes das propostas, esta Comissão de Licitações chegou ao seguinte resultado: a Empresa AÇORES EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA apresentou, para a Rua Henrique José da Silva (trecho 2) e Servidão Imperatriz, nos subitens 1.2.2, 1.2.3, 2.1.1, 2.1.2, 2.1.3, 2.1.5, preços unitários acima do cotado pela Prefeitura. Apresentou, para a Rua Manoel João Rodrigues, nos subitens 1.2.2, 1.2.3, 2.1.1, 2.1.2, 2.1.3, 2.1.5, preços unitários acima do cotado pela Prefeitura, ficando, assim, DESCLASSIFICADA. A Empresa EMPREITEIRA PAVICON LTDA apresentou, para a Rua Henrique José da Silva (trecho 2) e Servidão Imperatriz, nos subitens 1.1.1, 1.1.2, 1.2.2, 1.2.3, 1.3.1, 1.3.2, 1.3.3, 1.3.5, 1.3.6, 2.1.1, 2.1.2, 2.1.3, 2.1.4, 2.1.5, 2.2.2, 2.3.1 e 2.3.2, preços unitários acima do cotado pela Prefeitura. Apresentou, para a Rua Manoel João Rodrigues, nos subitens 1.1.1, 1.1.2, 1.2.2, 1.2.3, 1.3.1, 1.3.2, 1.3.3, 1.3.5, 1.3.6, 2.1.1, 2.1.2, 2.1.3, 2.1.4, 2.1.5, 2.2.2, 2.3.1 e 2.3.2, preços unitários acima do cotado pela Prefeitura, ficando, assim, DESCLASSIFICADA. Considerando as cotações de cada concorrente e o critério de julgamento adotado para o presente, chegou-se ao seguinte resultado classificatório: a Empresa TRANSPEREIRA CONSTRUÇÃO

E TERRAPLANAGEM LTDA EPP apresentou proposta com o valor de R\$109.323,74 (cento e nove mil, trezentos e vinte e três reais e setenta e quatro centavos), ficando em 1º lugar. A Empresa LUIZ FABIANO SILVEIRA ME apresentou proposta com o valor de R\$112.369,10 (cento e doze mil, trezentos e sessenta e nove reais e dez centavos), ficando em 2º lugar. Concluídos os trabalhos o Presidente determinou a publicação da referida Ata em Mural Público, no Site da Prefeitura Municipal de Palhoça, no Diário Oficial dos Municípios - DOM - e enviado através de Ofício aos licitantes participantes do certame, para efeitos de intimação e ciência dos interessados, abrindo assim o prazo para interposição de recurso na fase de propostas. Não havendo interposição de recurso, o Presidente determinará ainda o envio do processo à autoridade superior para despacho. Nada mais a tratar, a sessão foi encerrada, na qual se lavrou a presente ata, que lida e aprovada vai assinada pelos membros da comissão abaixo assinados.

Palhoça, 30 de abril de 2014.

JÚLIO CÉSAR DA CRUZ
PRESIDENTE DA COMISSÃO

JANE DAS DORES DA SILVA
MEMBRO DA COMISSÃO

EDUARDO HENRIQUE MACHADO SATO
MEMBRO DA COMISSÃO

Julgamento Pregão Presencial 66/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 066/2014

A Pregoeira, torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 066/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na Contratação de empresa para prestação de serviços de assistência à saúde para os servidores desta Prefeitura municipal, conforme especificações constantes dos Anexos, partes integrantes deste Edital convocatório.

CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA:

UNIMED GRANDE FLORIANÓPOLIS - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO - CNPJ Nº 77.858.611/0001-08, venceu os itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, em seu menor preço global, totalizando a importância de R\$ 7.078.593,74 (Sete milhões, setenta e oito mil, quinhentos e noventa e três reais e setenta e quatro centavos).

Palhoça, 05 de maio de 2014.
SHIRLEY REGINA DE FARIAS
Pregoeira - Portaria 1420/2014

Resolução Nº 033/2014

RESOLUÇÃO Nº. 033/ 2014

Dispõe sobre o projeto técnico referente ao cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS de Palhoça.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Extraordinária, realizada dia 30 de abril de 2014, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742. de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência

Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 3.521, de 20 de setembro de 2011, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Palhoça – CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar projeto técnico dos recursos referentes ao cofinanciamento dos serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade proveniente do FEAS, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS no valor de R\$ 114.048,00 (cento e quatorze mil quarenta e oito reais), sendo que 40% (quarenta por cento) destina-se para investimento e 60% (sessenta por cento) para custeio.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 30 de abril de 2014.

ZILMAR LENITA GERVASI
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
PALHOÇA SC

Resolução Nº 034/2014

RESOLUÇÃO Nº. 034/ 2014

Dispõe sobre o projeto técnico referente ao cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Palhoça.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária extraordinária, realizada dia 30 de abril de 2014, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742. de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e pela Lei Municipal nº 3.521, de 20 de setembro de 2011, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Palhoça - CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o projeto técnico referente ao cofinanciamento dos serviços da Proteção Social Básica proveniente do FEAS, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS no valor de R\$ 80.034,48 (oitenta mil, trinta e quatro reais e quarenta e oito centavos), para ser utilizado apenas em custeio.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 30 de abril de 2014.

ZILMAR LENITA GERVASI
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
PALHOÇA SC

Resolução Nº 035/2014

RESOLUÇÃO Nº. 035 / 2014

Dispõe sobre o projeto técnico referente ao cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS de Palhoça.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária extraordinária, realizada dia 30 de abril de 2014, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e pela Lei Municipal nº 3.521, de 20 de setembro de 2011, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Palhoça - CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o projeto técnico referentes ao cofinanciamento dos serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade proveniente do FEAS, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS no valor de R\$ 261.360,00 (duzentos e sessenta e um mil e trezentos e sessenta reais), sendo que 40% (quarenta por cento) destina-se para investimento e 60% (sessenta por cento) para custeio.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 30 de abril de 2014.

ZILMAR LENITA GERVASI

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
PALHOÇA SC

Resolução Nº 036/2014

RESOLUÇÃO Nº. 036 / 2014

Dispõe sobre o projeto técnico referente ao cofinanciamento Benefícios Eventuais, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS de Palhoça.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária extraordinária, realizada dia 30 de abril de 2014, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e pela Lei Municipal nº 3.521, de 20 de setembro de 2011, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Palhoça - CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o projeto técnico referente ao cofinanciamento dos Benefícios Eventuais proveniente do FEAS, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS no valor de R\$: 29.370,31 (vinte e nove mil trezentos e setenta reais e trinta e um centavos).

Art. 2º Aprovar o projeto técnico referente ao cofinanciamento dos

Benefícios Eventuais proveniente de recursos financeiros municipais alocados no FMAS no valor de R\$: 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 30 de abril de 2014.

ZILMAR LENITA GERVASI

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
PALHOÇA SC

Extrato de Dispensa de Licitação N.º024/2014

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º024/2014

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º024/2014 - contratante : MUNICÍPIO DE PALHOÇA - contratada BETHA SISTEMAS LTDA. OBJETO: locação em caráter emergencial da licença de uso dos sistemas de gestão pública.. VALOR: R\$ 3.106,00(três mil cento e seis reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: "38"17.01.2.142.3.3.90.39.11.00.00. DATA: 30/04/2014.

IPPA

Portaria 016/2014

PORTARIA Nº 016/2014

O Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça - IPPA, Sr. MILTON LUIZ ESPÍNDOLA de acordo com LC 096/2010 e LC n. 159/2014, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Regulamentar o valor da Gratificação, prevista no Artigo 122 da LC 096/2010, de acordo com Artigo 15, § 2º da LC 159/2014, para os servidores do IPPA e dá outras providências.

Palhoça, em 22 de abril de 2014.

Milton Luiz Espíndola

Presidente do IPPA

Portaria 017/2014

PORTARIA Nº 017/2014

O Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça - IPPA, Sr. MILTON LUIZ ESPÍNDOLA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Revogar a Portaria n. 41/2013.

Artigo 2º - Nomear o servidor Gustavo Haeming Gerent para responder pela Procuradoria Jurídica do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça - IPPA.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22.04.2014.

Palhoça, em 22 de abril de 2014.

Milton Luiz Espíndola

Presidente do IPPA

Papanduva

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Registro de Preços Nº 055/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA.
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2014. Objeto: Registro de preços para a aquisição de cestas de alimentos para contemplar os programas "Cidade Limpa e Solidária", "Cestas Emergenciais" e leite para o programa "Ações e Serviço de Proteção Básica". Tipo: Menor Preço Unitário, Presencial; Entrega dos envelopes: até o dia 19 de maio de 2014 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 19/05/2014 - 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 hs às 17:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 02 de maio de 2014
Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Registro de Preços Nº 054/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA.
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2014. Objeto: Registro de preços para a aquisição de gêneros alimentícios e produtos de limpeza para manutenção do atendimento da casa de passagem. Tipo: Menor Preço Unitário, Presencial; Entrega dos envelopes: Até o dia 20 de maio de 2014 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 20/05/2014 - 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 hs às 17:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 02 de maio de 2014
Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Registro de Preços Nº 053/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA.
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2014. Objeto: Registro de preços para a aquisição de materiais de expediente e escolares destinados a manutenção da Secretaria Municipal

de Educação. Tipo: Menor Preço Unitário, Presencial; Entrega dos envelopes: até o dia 21 de maio de 2014 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 21/05/2014 - 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 hs às 17:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 02 de maio de 2014
Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº 049/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA.
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2014. Objeto: Aquisição de 01 veículo, novo, zero quilômetro destinado a utilização da Vigilância Sanitária do município de Papanduva/SC. Tipo: Menor Preço Unitário e Presencial. Entrega dos envelopes: até o dia 19 de maio de 2014 às 14:00hs; Início da Sessão Pública: dia 19 de maio de 2014 - 14:15hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 05 de maio de 2014
Odair José Leandro Dias
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 056/2014 Concorrência Nº 056/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA.
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2014 CONCORRÊNCIA nº 056/2014. Objeto: Concessão de serviços públicos de transporte, recepção e guarda de veículos apreendidos e/ou removidos por motivo de infração ao código de trânsito brasileiro e legislação complementar e leis municipais. Tipo: Menor preço. Entrega dos Envelopes: até o dia 06/06/2014 - 08:30 horas; Abertura dos Envelopes: 06/06/2014 - 08:45 horas; Base Legal: Lei 8.666/93 atualizada e Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1985. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal, em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 05 de maio de 2014
Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Passo de Torres

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº 12/2014

Poder Legislativo de Passo de Torres - SC

Portaria nº 12, de 06 de maio de 2014.

"NOMEIA CARGO COMISSIONADO"

O cidadão Sérgio Delfino Joaquim, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passo de Torres, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Nomear o cidadão José Fernando Borges da Silva, brasileiro, advogado, OAB/SC 27435, portador da cédula de identidade nº 4521752 e do CPF nº 041.222.219-19, para ocupar o cargo comissionado de Assessor Jurídico, criado pela Lei Municipal nº 534 de 20 de fevereiro de 2006, com vencimentos previstos na referida Lei.

Esta Portaria entra vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Passo de Torres, em 06 de maio de 2014.

Sérgio Delfino Joaquim

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado nesta secretaria na data supra.

Marlene Dutra Vidor

1º Secretária

Portaria nº 13/2014

Poder Legislativo de Passo de Torres - SC

Portaria nº 13, de 06 de maio de 2014.

"NOMEIA CARGO COMISSIONADO"

O cidadão Sérgio Delfino Joaquim, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passo de Torres, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Nomear o cidadão Vanderlei Pedroso Rocha, brasileiro, convivente em união estável, filho de Otilino Rocha e Benta Pedroso Rocha, portador da cédula de identidade nº 7056771756 SSP/RS e do CPF nº 036.144.069-38, para ocupar o cargo comissionado de Diretor Legislativo, criado pela Lei Municipal Complementar nº 023 de 21 de agosto de 2013, com vencimentos previstos na referida Lei.

Esta Portaria entra vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Passo de Torres, em 06 de maio de 2014.

Sérgio Delfino Joaquim

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado nesta secretaria na data supra.

Marlene Dutra Vidor

1º Secretária

Passos Maia

PREFEITURA

Lei Nº 731, de 5 de Maio de 2014.

LEI Nº 731, DE 5 DE MAIO DE 2014.

"CONCEDE REAJUSTE DO VENCIMENTO BÁSICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PASSOS MAIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estribado no art. 37, inciso X, da Constituição Federal, c/c art. 62, V, da Lei Orgânica Municipal, sanciona a presente Lei:

Art. 1º. Fica concedido o reajuste salarial de 5,63% (cinco vírgula sessenta e três por cento), sobre o vencimento básico de todos os servidores públicos municipais (efetivos, comissionados e temporários), exceto os profissionais do magistério público municipal, com incidência a partir do dia 1º de maio de 2014, cujo reajuste corresponde a reposição da inflação acumulada dos últimos doze meses (01 de março de 2013 até 28 de fevereiro de 2014), calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria consignada no orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 5 de maio de 2014.

IVANDRE BOCALON

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado em data supra.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

Lei Nº 732, de 5 de Maio de 2014.

LEI Nº 732, DE 5 DE MAIO DE 2014.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA PARA MANUTENÇÃO DO ABRIGO PROVISÓRIO QUE ATENDE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estribado no art. 37, inciso X, da Constituição Federal, c/c art. 62, V, da Lei Orgânica Municipal, sanciona a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos desta Lei, a celebrar convênio de cooperação financeira com o Município de Ponte Serrada para a manutenção do abrigo provisório que atende crianças em situação de violação dos direitos, no valor de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria consignada no orçamento vigente.

Art. 3º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 499, de 26 de dezembro de 2006.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 5 de maio de 2014.
IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado em data supra.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

Portaria Nº 364, de 05 de Maio de 2014.

PORTARIA Nº 364, de 05 de maio de 2014.
"EXONERA SERVIDORA A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de exoneração por motivos particulares, formulado pela servidora;

RESOLVE:

Art. 1

º. EXONERAR a servidora ANDREIA MARTINS MICHELON, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, símbolo SG-13, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, a partir do dia 30 de abril de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 30 de abril de 2014.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 05 de maio de 2014.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a Portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

Portaria Nº 365, de 05 de Maio de 2014.

PORTARIA Nº 365, de 05 de maio de 2014.
"CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito dos servidores ao gozo de férias e o pedido dos servidores;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art.72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, aos servidores abaixo relacionados:

Servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Marinês C. Neves	Aux. Serv. Gerais	22/02/2013 a	05/05/2014 a
Dolberth		21/02/2014	04/06/2014

Carlos Amauri Pimentel	Motorista	17/02/2013 a 16/02/2014	01/05/2014 a 31/05/2014
------------------------	-----------	----------------------------	----------------------------

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 05 de maio de 2014.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

Portaria Nº 366, de 05 de Maio de 2014.

PORTARIA Nº 366, de 05 de maio de 2014.
"ALTERA O DISPOSTO NO ART. 1º, DA PORTARIA Nº 355, DE 17 DE ABRIL DE 2014".

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. ALTERAR o disposto no art. 1º, da Portaria nº 355, de 17 de abril de 2014, passando esse a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. NOMEAR a senhora LUCELIA RUMPEL MONTEIRO, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretor de Saúde, símbolo DIS-13, estando lotado junto à SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, cumprindo uma carga horária mínima de 40 (quarenta) horas semanais, a partir do dia 14 de abril de 2014."

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3 º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 05 de maio de 2014.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

Portaria Nº 367, de 05 de Maio de 2014.

PORTARIA Nº 367, de 05 de maio de 2014.
"ALTERA O DISPOSTO NO ART. 1º, DA PORTARIA Nº 360, DE 23 DE ABRIL DE 2014".

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. ALTERAR o disposto no art. 1º, da Portaria nº 360, de 23 de abril de 2014, passando esse a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. AMPLIAR A CARGA HORÁRIA SEMANAL da servidora

CLARIVANE MARIA CONTE DEBIAZI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, símbolo SG-13, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E ESPORTES, de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais a partir do dia 23 de abril de 2014."

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 05 de maio de 2014.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

Extrato Contrato Nº 0049/2014

EXTRATO DE CONTRATO 0049/2014

Processo Licitatório n. 0017/2014

Tomada de Preço n. 0002/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: SETEP CONSTRUÇÕES S.A

Objeto: Contratação de empresa especializada na área de engenharia, pavimentação asfáltica sobre pavimentação poliédrica e macadame seco, drenagem pluvial, sinalização viária e passeios em diversas ruas e avenidas do Município de Passos Maia - SC, compreendendo a Avenida Angelo Tirelli - trecho entre a Avenida Padre João Botero e a Rua Albino Dall Bem; Rua Maria Antonia Grolli - trecho entre a Avenida Angelo Tirelli e a Avenida Padre João Botero; Avenida Angelo Tirelli - trecho entre a estaca 0 e a Rua Maria Antonia Grolli, conforme descrito no Memorial Descritivo, Orçamentos, Cronograma Físico Financeiro e Projetos que fazem parte do Processo Licitatório n. 0017/2014. Com recursos oriundos do convênio celebrado entre o Município e o FUNDAM - Fundo Estadual de Apoio Aos Municípios.

Valor: Pelos serviços objeto do presente contrato, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA à importância total de R\$ 960.429,15 (novecentos e sessenta mil, quatrocentos e vinte e nove reais e quinze centavos), condicionado aos serviços efetivamente executados, com base nos quantitativos e preços proposto pela CONTRATADA.

Vigência: O prazo para execução dos serviços será de quatro meses, iniciando-se no primeiro dia útil após o recebimento da Ordem de Serviço, emitida pelo departamento responsável.

Passos Maia, SC, 29 de abril de 2014.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

Paulo Lopes

PREFEITURA

Decreto Nº 014/2014

DECRETO Nº 014/2014

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, de acordo com a Lei 1.593 de 29 de novembro de 2013, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no orçamento fiscal vigente, Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 105.221,89 (cento e cinco mil, duzentos e vinte e um reais e oitenta e nove centavos), de acordo com as especificações seguintes:

0801 - SEC. DE TRANSP. OBRAS E SERVIÇOS URBANOS R\$ 105.221,89

26.782.0008.1.038 - Construção de Pontes R\$ 105.221,89

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.24.001121 - Aplicações Diretas R\$ 105.221,89

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo excesso de arrecadação, no valor de R\$ 105.221,89 (cento e cinco mil, duzentos e vinte e um reais e oitenta e nove centavos) da fonte 0.1.24.001121 - Convênio SDR/Ponte.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios em 06 de maio de 2014.

ALMERY ALCIDES VIEIRA

Secretário Municipal de Administração

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

Penha**PREFEITURA****Aditivo de Prazo ao Contrato 183/2014 Pmp**

MUNICÍPIO DE PENHA
CNPJ/MF 83.102.327/0001-00
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
2º TERMO DE ADITIVO Nº 65/2014 PMP
AO CONTRATO 183/2013 PMP

Licitação: Processo Licitatório nº. 50/2013 -PMP, modalidade Pregão Presencial nº. 27/2013 -PMP

Objeto: FORNECER PÃES DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE PENHA (CRECHES E ESCOLAS).

Pelo presente instrumento de 2º Termo de Aditivo nº 65/2014 PMP ao Contrato Administrativo nº 183/2013 para AQUISIÇÕES DE PÃES DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE PENHA (CRECHES E ESCOLAS), e a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa VALDIR PEDRO PEREIRA - ME, com sede na cidade de Penha/SC, rua São João, nº 1.138, bairro Armação, Cep 88385-000, telefone (47) 9135-2841 inscrita no CNPJ sob o nº 02.369.420/0001-45, neste ato representada Valdir Pedro Pereira, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na cláusula terceira do Contrato Administrativo 183/2013 - PMP, fica prorrogado até 10.06.2014.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 11 de abril de 2014.
PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Josiane Bento
CPF 053.867.439-37

Nome:
CPF:

DE ACORDO:

RAFAEL CELESTINO
Secretário de Administração

Peritiba**PREFEITURA****Resumo de Licitação 33/2014**

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação para registro de preços, na modalidade CHAMADA PÚBLICA, sendo o processamento e julgamento na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Chamada Pública 02/2014.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 33/2014 - Chamada Pública 02/2014.
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para Merenda Escolar.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 10h30min do dia 12 de Maio de 2014.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122.

Município de Peritiba - SC em 02 de Maio de 2014.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato 62 2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 33/2014 - Chamada Pública 02/2014.

Objeto: aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados na Rede Municipal de Ensino de Peritiba.

Dados do Contrato: Contrato nº 62/2014

Contratado: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE CONCÓRDIA - COPAFAC

CNPJ: 03.904.960/0001-74

Data de Vigência: 02/05/2014 até 31/08/2014.

Valor do Contrato: R\$ 10.551,00 (Dez mil quinhentos e cinquenta e um reais)

Município de Peritiba - SC em 02 de Maio de 2014.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato 63/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 29/2014 - Pregão Presencial 17/2014.

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar.
Dados do Contrato: Contrato nº 63/2014
Contratado: PADARIA E LANCHERIA PERITIBA LTDA ME
CNPJ: 85.102.986/0001-63
Data de Vigência: 02/05/2014 até 29/08/2014.
Valor do Contrato: de R\$ 2.150,80 (Dois mil centos e cinquenta reais e oitenta centavos).

Município de Peritiba - SC em 02 de Maio de 2014.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato 64/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 29/2014 - Pregão Presencial 17/2014.

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar.
Dados do Contrato: Contrato nº 64/2014
Contratado: MERCADO POLIANE LTDA
CNPJ: 00.070.364/0001-48
Data de Vigência: 02/05/2014 até 29/08/2014.
Valor do Contrato: de R\$ 16.389,01 (Dezesseis mil trezentos e oitenta e nove reais e um centavos).

Município de Peritiba - SC em 02 de Maio de 2014.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato 65/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 29/2014 - Pregão Presencial 17/2014.

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar.
Dados do Contrato: Contrato nº 65/2014
Contratado: ELOI FRANCISCO BERVIAN & CIA LTDA
CNPJ: 03.536.050/0001-86
Data de Vigência: 02/05/2014 até 29/08/2014.
Valor do Contrato: de R\$ 20.001,25 (vinte mil e um reais e vinte e cinco centavos).

Município de Peritiba - SC em 02 de Maio de 2014.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato 66/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 29/2014 - Pregão Presencial 17/2014.

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar.
Dados do Contrato: Contrato nº 66/2014
Contratado: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCORDIA
CNPJ: 83.573.212/0006-08
Data de Vigência: 02/05/2014 até 29/08/2014.
Valor do Contrato: R\$ 18.649,69 (Dezoito mil seiscentos e quarenta e nove reais e sessenta e nove centavos).

Município de Peritiba - SC em 02 de Maio de 2014.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato 67/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 31/2014 - Credenciamento Universal nº 02/2014.

Objeto: Contratação de espaço em jornais, para divulgação de licitações e avisos de interesse da coletividade bem como matérias de interesse do Município (informativos, atos, programas, obras, serviços, notícias, matérias, roteiros e campanhas), com espaço ilimitado para divulgação.
Dados do Contrato: Contrato nº 67/2014
Contratado: EMPRESA EDITORA CONCORDIA LTDA EPP
CNPJ: 04.433.899/0001-97
Data de Vigência: 02/05/2014 até 31/12/2014.

Município de Peritiba - SC em 02 de Maio de 2014.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato 68/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 31/2014 - Credenciamento Universal nº 02/2014.

Objeto: Contratação de espaço em jornais, para divulgação de licitações e avisos de interesse da coletividade bem como matérias de interesse do Município (informativos, atos, programas, obras, serviços, notícias, matérias, roteiros e campanhas), com espaço ilimitado para divulgação.
Dados do Contrato: Contrato nº 68/2014
Contratado: EMPRESA JORNALISTICA CIDADES LTDA ME
CNPJ: 17.757.619/0001-48

Data de Vigência: 02/05/2014 até 31/12/2014.

Município de Peritiba - SC em 02 de Maio de 2014.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Portaria Nº 184, de 23 de Abril de 2014.

PORTARIA Nº 184, DE 23 DE ABRIL DE 2014.

SUBSTITUI TEMPORARIAMENTE MEMBRO COMISSÃO DE QUE TRATA A PORTARIA Nº 052/2014, E NOMEIA MEMBRO INTERINAMENTE

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei 8666/93, e

CONSIDERANDO que a servidora Jessica Bado encontra-se na cidade de Chapecó no dia 25/04/2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica designado como membro provisório, a servidora Bruna Bertoncello.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Pinheiro Preto - SC, 23 de abril de 2014

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Contrato Administrativo N.º 153/2014

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 153/2014

OBJETO: O presente contrato tem por objeto o a contratação de empresa para execução de obra de engenharia, consistente na ampliação da unidade de saúde, num total de 285,52m²

LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS nº 04/2014

EMPRESA CONTRATADA: G.L. CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: O valor do contrato é de R\$ 255.310,07 (duzentos e cinquenta e cinco mil e trezentos e dez reais e sete centavos) - preço global, sendo: R\$ 76.593,02 mão-de-obra e R\$ 178.717,05 material.

DATA DO CONTRATO: 28 de abril de 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

Contrato Administrativo N.º 149/2014.

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 149/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de conserto nos veículos da Secretaria de Transportes e obras,

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação nº. 086/2014.

EMPRESA CONTRATADA: CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO-ME

VALOR: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços de conserto, no valor de R\$ 6.126,99 (seis mil cento e vinte e seis e noventa e nove centavos.)

DATA DO CONTRATO: 25 de Abril de 2014..

PREFEITO: Euzebio Vieceli

Contrato Administrativo N.º 148/2014.

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 148/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de conserto nos veículos da Secretaria de Transportes e obras,
LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação nº. 085/2014.
EMPRESA CONTRATADA: CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO-ME
VALOR: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços de conserto, no valor de R\$ 6.318,70 (seis mil trezentos e dezoito reais e setenta centavos.)

DATA DO CONTRATO: 25 de Abril de 2014.

PREFEITO: Euzebio Viecele

Contrato Administrativo N.º 145/2014.

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 145/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de conserto nos veículos da Secretaria da Educação,
LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação nº. 082/2014.
EMPRESA CONTRATADA: CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO-ME
VALOR: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços de conserto, no valor de R\$ 1.615,20 (um mil seiscentos e quinze reais.)

DATA DO CONTRATO: 25 de Abril de 2014.

PREFEITO: Euzebio Viecele

Contrato Administrativo N.º 130/2014

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 130/2014

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de SERVIÇOS DE SOLDA NO EQUIPAMENTO RETROESCAVADEIRA,
LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação nº. 069/2014.
EMPRESA CONTRATADA: ALDIR BADO
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais).

DATA DO CONTRATO: 08 de Abril de 2014.

PREFEITO: Euzebio Viecele

Lei Complementar Nº 202, de 29 de Abril de 2014.

LEI COMPLEMENTAR Nº 202, DE 29 DE ABRIL DE 2014.

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 171, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º o parágrafo único do art. 1º da Lei Complementar nº 171, de 14 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo único. Decairá do direito à isenção o contribuinte que não a requerer até 3 (três) dias úteis antes do vencimento da

primeira parcela do imposto do exercício financeiro correspondente. (NR)

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de abril de 2014.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 24 de abril de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Lei Nº 1.765, de 29 de Abril de 2014.

LEI Nº 1.765, DE 29 DE ABRIL DE 2014.

AUTORIZA O MUNICIPIO A RECEBER EM DOAÇÃO ÁREAS DE TERRA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto, através do Chefe do Poder Executivo, autorizado a receber em doação e sem encargos as seguintes áreas de terra rural e respectivas doadoras:

I - da empresa "Temperos da Nona Ltda - ME", pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n. 03.620.347/0001-25, com sede em Pinheiro Preto-SC, uma área de terra rural medindo 10m (dez metros) por 10m (dez metros), totalizando 100m² (cem metros quadrados), a qual faz parte de área maior medindo 30.000m², situada na Linha União, Pinheiro Preto-SC, registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Tangará, matrícula nº 7.733, avaliada em R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais);

II - de Colorinda Olivo Bee, brasileira, viúva, do lar, inscrita no CPF sob nº 138.462.489-91, uma área de terra rural uma área de terra rural medindo 10m (dez metros) por 10m (dez metros), totalizando 100m² (cem metros quadrados), a qual faz parte de área maior medindo 242.000m², situada na Linha União, Pinheiro Preto-SC, registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Tangará, matrícula nº 5.082, avaliada em R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

Parágrafo único. As áreas de terra de que trata este artigo ficarão em comum com as áreas maiores, salvo autorizado desmembramento pelo INCRA, e sobre as mesmas será instalado um poço artesiano comunitário e uma caixa d'água para servir de reservatório.

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação prevista no orçamento em vigor.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 29 de abril de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Lei Nº 1.764, de 29 de Abril de 2014.

LEI Nº 1.764, DE 29 DE ABRIL DE 2014.

AUTORIZA PAGAMENTO DE VALOR QUE ESPECIFICA REFERENTE DIFERENÇA DE VENCIMENTO PAGO A MENOR.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe

confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto, através do Chefe do Poder Executivo, autorizado a pagar ao servidor público VALDIR FRIEBEL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista 40 hs, o valor de R\$ 867,40 (oitocentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos).

Parágrafo único. O valor de que trata este artigo refere à diferença de vencimento pago a menor em razão da progressão horizontal efetivada tardiamente, classe "A" para a classe "B" do Plano de Cargos e Vencimentos do Pessoal do Poder Executivo, período compreendido entre 1º de março de 2013 a 28 de fevereiro de 2014, na forma apurada através do Processo Administrativo de Expediente nº 018/2014.

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação prevista na Lei de Orçamento em vigor.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 29 de abril de 2014.
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Lei Nº 1.763, de 29 de Abril de 2014.

LEI Nº 1.763, DE 29 DE ABRIL DE 2014.

AUTORIZA GASTOS COM A REALIZAÇÃO DA 13ª ENDURO DO TÚNEL DA COPA MOTOCAR E COPA OESTE E CATARINENSE DE REGULARIDADE DE ENDURO DE REGULARIDADE.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar gastos com a prova do "13º Enduro do Túnel, da Copa Motocar e Copa Oeste e Catarinense de Enduro de Regularidade", a realizar-se na cidade de Pinheiro Preto no dia 18 de maio de 2014.

Parágrafo único. Os gastos a que se refere esta lei ficam limitados em R\$ 8.000,00 (oito mil reais), para fins de fazer frente aos dispêndios com compra de troféus, equipamento de som, locutor, jalecos e aluguel de aparelhos GPS.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária prevista na lei de orçamento em vigor.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Lei Nº 1.766, de 30 de Abril de 2014

LEI Nº 1.766, DE 30 DE ABRIL DE 2014

ALTERA A LEI Nº 1.260, DE 07 DE AGOSTO DE 2014

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e

promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Os artigos 6º, §§ 3º e 4º, 10 e 12 da Lei nº 1.260, de 07 de agosto de 2007, com alterações promovidas pela Lei 1.547, de 05 de outubro de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º Os imóveis vendidos terão cláusula de inalienabilidade pelo prazo de 10 (dez) anos, salvo se o imóvel for dado garantia à instituição financeira para construção de casa própria e ou mesmo para compra do terreno, quando então a cláusula de inalienabilidade sem efeito. (NR)

§ 3º No caso de o adquirente vir a financiar a compra do terreno e ou a construção de casa residencial, em que a garantia se dê através do instituto da Alienação Fiduciária, o domínio será transferido de imediato ao adquirente, a fim de que o mesmo possa dá-lo em garantia fiduciária. (NR).

§ 4º nos casos do disposto no parágrafo 3º deste artigo, para fins de garantir que o proprietário cumpra com as obrigações previstas na lei 1.260, de 07 de agosto de 2007, naquilo que for compatível com a presente lei, adimplido o contrato com o agente financeiro, será constituída, em favor do Município, alienação fiduciária sobre a propriedade superveniente que o devedor adquirir após o adimplemento da primeira obrigação, na forma prevista no § 3º do art. 1.361 do Código Civil. (NR).

Art. 10. O beneficiário deverá dar início à edificação sobre o lote de terra adquirido no prazo máximo de 30 (trinta) meses e de concluí-la no prazo máximo de 36 (trinta e seis) meses, ambos contados da outorga da escritura pública de venda e compra, sob pena de revogação da propriedade. (NR)

Art. 12 Aos beneficiários dos incentivos desta lei é vedado dar ao imóvel utilização diversa da prevista, bem como transferir a terceiros, podendo, no entanto, dar em garantia à instituição financeira para fins de financiar a construção de casa própria e ou compra do terreno, podendo inclusive aliená-lo fiduciariamente e ou dar em hipoteca ao agente financeiro. (NR)

Art 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO - SC, 30 DE ABRIL DE 2014
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

Portaria Nº 191, de 30 de Abril de 2014.

PORTARIA Nº 191, DE 30 DE ABRIL DE 2014.

EXONERA A PEDIDO MARCOS OLIVO GALLAS DO CARGO PÚBLICO DE MOTORISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e;

RESOLVE:

Art. 1.º Exonerar, a pedido, MARCOS OLIVO GALLAS, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 023.516.969-21, do cargo público de MOTORISTA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Transportes e Obras, com vencimento definido em lei, a partir de 30 de Abril de 2014 .

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 30 de abril de 2014.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Pomerode

PREFEITURA

Dispensa de Licitação N.º 004/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO E EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 004/2014

Processo Administrativo n.º 023/2014.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratado: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE JARAGUÁ DO SUL - COPAJAS.
Objeto: AQUISIÇÃO DIRETA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, EM CONFORMIDADE COM O EDITAL DA CHAMADA PÚBLICA N.º 001/2014.
Valor total contratado: R\$308.693,00 (trezentos e oito mil e seiscentos e noventa e três reais).
Prazo de vigência: 31/12/2014.

Pomerode/SC, 05 de Maio de 2014.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

Edital de Licitação Pregão Presencial N.º 012/2014 - Registro de Preços

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 012/2014 - REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 024/2014.

Objeto: AQUISIÇÃO DE ROUPAS DE CAMA, TRAVESSEIROS, COLCHONETES E TOALHAS PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.
Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 19/05/2014.

Local: Setor de Protocolos do Município de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 19/05/2014.

Local: Sala de licitações do Município de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras do Município de Pomerode - Rua XV de Novembro, n.º 525, Centro - Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode/SC, 05 de Maio de 2014.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

Lei Ordinária Nº 2.635, de 23 de Abril de 2014

LEI ORDINÁRIA Nº 2.635, DE 23 DE ABRIL DE 2014.

CONCEDE CONTRIBUIÇÃO À FUNDAÇÃO HERMANN WEEGE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder, a título de contribuição, no exercício financeiro de 2014, à Fundação Hermann Weege, inscrita no CNPJ sob nº 83.495.929/0001-66, com sede em Pomerode/SC, no valor de até R\$ 135.000,00 (Cento e trinta e cinco mil Reais).

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que trata o caput, deste artigo, destinam-se, à cobertura de despesas com manutenção das atividades da fundação, objetivando, especificamente, a preservação e melhorias no zoológico.

Art. 2º A Fundação Hermann Weege, para recebimento e prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se à legislação pertinente, em vigor.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento em vigor.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor na data de 01 de abril de 2014.

Município de Pomerode, 23 de abril de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Porto Belo**PREFEITURA****Decreto Nº 1.209, de 24 de Abril de 2014**

DECRETO Nº 1.209, DE 24 DE ABRIL DE 2014

ALTERA ARTIGO 7º DO DECRETO Nº 1153/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. O Artigo 7º do Decreto nº 1153/2013 fica alterado, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º O servidor deverá apresentar o atestado médio no prazo máximo de vinte e quatro horas (24), contado da emissão do documento, sempre com a respectiva Classificação internacional de doenças - CID, no setor de Recursos Humanos sob pena de desconsideração e desconto do salário referente aos dias não trabalhados, não sendo considerada a apresentação do atestado ao departamento do qual o servidor é vinculado que não seja o RH.

§1º. Em caso de doenças graves que impossibilitem a locomoção do servidor, o referido atestado poderá ser enviado por meio eletrônico, magnético, fax ou por terceiros.

§2º. Caberá ao setor de Recursos Humanos, imediatamente ao recebimento de atestado do servidor, comunicar via e-mail ao Secretário, Presidente de Fundação ou Procurador Geral correspondente à pasta que o servidor esta vinculado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 24 dias do mês de abril de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

Porto União

PREFEITURA

Edital de Convocação Nº 136/2014

Edital de convocação 136/2014

Concurso Público Municipal nº. 001/2010

ANIZIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Porto União – SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA a candidata abaixo relacionada, APROVADA no Concurso Público Municipal nº 001/2010, a comparecer na Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do 05/05/2014 à 09/05/2014, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:30 às 17:30 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item XX do Edital 001/2010, para investidura em cargo público:

- 01 foto 3x4;
- Carteira de Identidade;
- Cadastro de Pessoa Física;
- Carteira de Trabalho (onde consta a foto e verso)
- PIS/PASEP (cópia reprográfica);
- Título de Eleitor e comprovante de haver votado na última eleição – 2 turnos, conforme o caso;
- Comprovante de endereço atualizado;
- Certificado de Reservista, se for o caso;
- Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento se for casado, ou de Casamento com Averbação, se for separado judicialmente (cópia reprográfica);
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos e dos maiores de 21 e menores de 24 anos que estejam cursando universidade e dos filhos deficientes de qualquer idade (cópia reprográfica);
- Certidão de Antecedentes Criminais expedida pela Secretaria de Segurança Pública;
- Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso (cópia autenticada);
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo CRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo CRH)
- Declaração de Bens ou Cópia da Declaração do IRRF;
- Declaração de Ficha Limpa (modelo CRH)

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.4.1, do Edital 001/2013, o candidato deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos imprerivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS NÍVEL 01

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
JOSEANE RODRIGUES	74º		

Porto União (SC), 29 de abril de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Decreto Nº 436/2014

DECRETO Nº 436, de 30 de abril de 2014.

Nomeia os membros da Comissão Municipal para elaboração do Plano Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, nos termos do Artigo 211 da Constituição Federal combinado com o disposto nos Artigos 8º, 11 e 18 da Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Comissão Municipal para elaboração do Plano Municipal de Educação, sem ônus para o Município, com a incumbência de apresentar projeto para construção do Plano Municipal de Educação para os próximos 10 (dez) anos, nos termos do Artigo 211 da Constituição Federal combinado com o disposto nos Artigos 8º, 11 e 18 da Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 2º A Comissão Municipal será composta pelos seguintes membros:

I- Presidente - Secretário Municipal de Educação:
Bento Trindade Júnior;

II- Vice-Presidente - Presidente do Conselho Municipal de Educação:
Adriana Mary Correa Stacechen;

III- Representante do Poder Executivo:
Giovana Müller;

IV- Representante do Poder Legislativo:
Ayres Niedzielski;

V- Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

- a) Educação Infantil: Célia Regina Plautz Buch;
- b) Ensino Fundamental - Anos Iniciais: Ana Paula Karpinski Casanova;
- c) Ensino Fundamental - Anos Finais: Maria Estela Flenik Santos;
- d) Educação de Jovens e Adultos: Sandra Mara Pflieger Sass;
- e) Educação Profissionalizante: Rute dos Santos Renner;
- f) Educação Especial: Eliane Regina Karpowicz Stringhini.

VI- Representantes das Secretarias Municipais:

- a) Secretaria Municipal de Administração e Esporte: Paulo Rubens Buch e Davi Damasceno dos Santos;
- b) Secretaria Municipal de Finanças e Contabilidade: Ricardo Dragoni;
- c) Secretaria Municipal de Agricultura: Roberto Bonfleur;
- d) Secretaria Municipal de Cultura e Turismo: Ari Krüger dos Passos e Therezinha Leony Wolff;
- e) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social: Erilde Kreuzberg;
- f) Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos: Ruy Breyer de Carvalho;
- g) Secretaria Municipal de Saúde: Alice Christiane do Nascimento Sczemberg;
- h) Secretaria Municipal de Planejamento: Fernando Antonio Kurten Jung;
- i) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente: Adriana Weber;

VII- Representantes das Escolas Municipais:

- a) Educação Infantil: Cristiane Patrícia Briski e Mônica Langa;
- b) Ensino Fundamental - Anos Iniciais: Marcelo Amaro e Tiago Antonio Gomes;
- c) Ensino Fundamental - Anos Finais: Michele Metelski e Tiago Metzler de Brito;
- d) Educação de Jovens e Adultos: Vilma Teresinha Bulek;

e) APP - Salete Maria Weber.

VIII- Representantes das Escolas Estaduais:

- a) Ensino Fundamental: Marlene Ap. G. Campos;
- b) Ensino Médio: Rose Maria Farias;
- c) Educação de Jovens e Adultos: Henriette Cristine Bonfleur.

IX- Representantes das Escolas da Iniciativa Privada:

- a) Educação Infantil: Gisele Hey
- b) Ensino Fundamental: Sibila E. Kreuzberg da Silva;
- c) Ensino Médio: Cristiane Rodrigues Calisto.

X- Representantes das Escolas Filantrópicas - Educação Especial:

- a) APAE: Maria Salete Muller;
- b) APADAF: Sandra Mara Paulichen Wimmer.

XI- Representantes das Instituições de Ensino Superior:

- a) UNC: Carmen Lígia Barbosa Gruner;
- b) UNIGUAÇU: Rosicler Duarte Barbosa;
- c) UNESPAR: Aurélio Bona Junior.

XII- Representantes Estudantis:

- a) Ensino Fundamental: Marcos Paulo Weber dos Santos;
- b) Ensino Médio: Maria Eduarda Bachmann;
- c) Universitário: Ruan Guilherme Wolf.

XIII- Conselhos Municipais:

- a) FUNDEB: Andreza Kerli Correa Dalgallo;
- b) Alimentação Escolar: Mariana Bona Grim Kreling;
- c) Conselho Tutelar: Severino Brancalone;
- d) Assistência Social: Silmara Talamini;
- e) Idoso: Silvia Luiza Lerner;
- f) Trânsito: César Fernando Viganó;
- g) Políticas sobre Drogas: Glaucia Ilkiv Foggiatto Calistro;
- h) Direitos da Criança e do Adolescente: Cecília Clarete Kopko Tidre;
- i) Da Pessoa com Deficiência: Renata de Lurdes Silva de Souza.

XIV- Representante da União das Associações de Moradores do Município de Porto União - UNICOM:
Celso Dionísio Drosdoski;

XV- Representante de Entidade Religiosa:
Nilson Carlos Souza;

XVI- Representante da Imprensa:
Camila Schmidt Godoi;

XVII-Representantes da Segurança Pública:

- a) Albertino Mafra;
- b) Marco Aurélio Ariatti;
- c) Claudinei Kziozek.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 30 de abril de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria Nº 010/2014

PORTARIA Nº 010, de 30 de abril de 2014.
Nomeia Comissão Revisora de Inquérito Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "c" da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Pedido protocolado pelo Senhor Dair Dolinski, de Revisão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 030, de 30 de julho de 2013;

CONSIDERANDO o Ofício SUSPU/0101/2014,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento no artigo 271 da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994, no que tange à Revisão do Processo Administrativo Disciplinar, constituir Comissão Revisora de Inquérito Administrativo, na forma prevista no artigo 246 do mesmo diploma legal, encarregada de analisar a produção de provas e oitiva de testemunhas arroladas pelo Servidor DAIR DOLINSKI, conforme preceitua o Artigo 275 da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994.

Art. 2º Designar, como membros da Comissão Revisora, nos termos do Artigo 246 da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994:

Maria Luciana Sidor - Presidente;
Janete Aparecida Valperes - Secretária;
III- Maria Jussara Marques dos Anjos Rucinski - Membro.

Art. 3º O prazo para a conclusão dos trabalhos será de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria, prorrogáveis na forma da Lei, por igual período.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 30 de abril de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

Editais de Processo Licitatório Nº 39/2014

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2014
EXTRATO

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 09:45 (nove horas e quarenta e cinco minutos), do dia 20 (vinte) de maio de 2014, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a contratação de horas máquina de trator de esteira, com peso operacional de no mínimo 14 toneladas, com escarificador traseiro e lâmina de angulação e inclinação hidráulica, com tamanho/capacidade mínima de 2,9m³ e com potência mínima de 130 HP, atendendo ao Convênio que celebram o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - Concórdia e o Município de Presidente Castello Branco (SC), transferência nº 2014 TR 580. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 05 DE MAIO DE 2014.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Editais de Processo Licitatório Nº 40/2014

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2014
EXTRATO

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 13:45 (treze horas e quarenta e cinco minutos), do dia 20 (vinte) de maio de 2014, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a contratação de empresa para instalação com fornecimento de recalques de água potável, conforme descrição constante no Anexo I do presente Edital, destinado ao abastecimento de água a população do Município de Presidente Castello Branco (SC), atendendo ao Convênio que celebram o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - Concórdia e o Município de Presidente Castello Branco (SC), transferência nº 2014 TR 584. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 05 DE MAIO DE 2014.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Dispensa de Licitação 080/2014

DISPENSA DE LICITAÇÕES Nº 080/2014

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito de Rio do Sul, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: CONSTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA PARA RECUPERAÇÃO DA MARGEM DO RIO ITAJAÍ OESTE, ESTRADA DA MADEIRA, BAIRRO BARRA DO TROMBUDO.

Valor R\$ 39.026,00 (trinta e nove mil e vinte e seis centavos).

Contratada: Terraplenagem Correa Ltda.

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso IV da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Incisos I, II, III e IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal,
Rio do Sul, 29 de abril de 2014
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

Decreto Nº 4006, de 23 de Abril de 2014.

DECRETO Nº4006, de 23 de abril de 2014.

"SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e na Lei Municipal Lei Nº3949 de julho de 2003, alterados pelas Leis nº 4095/2004, nº 4356/2006 e Lei nº 4603/2007.

DECRETA:

Art. 1º- Substitui membros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Rio do Sul:

2- Representantes do Governo

d) Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente:

Suplente: Elisandra Dias

Substitui: Luciani Souza Lopes

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

23 de abril de 2014

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto Nº 4007, de 23 de Abril de 2014.

DECRETO Nº 4007, de 23 de abril de 2014.

"SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e na Lei Municipal Nº. 3115/1996, 3966/2003 e 4356/2006.

DECRETA:

Art. 1º - Substitui membros do Conselho Municipal de Assistência Social de Rio do Sul:

II - Representantes das Entidades Não Governamental

a) Clube das Mães - Lar da Menina:

Titular: Maria Rosane da Silva Figueiredo - Substituindo: Rosi Mari Balestrin Ferrari.

Suplente: Debora Bilck Maciano - substituindo: Débora Maria Woitexen.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

23 de abril de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto Nº 4010, de 25 de Abril de 2014.

DECRETO Nº 4010, de 25 de abril de 2014.

"SUBSTITUI MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO CONSULTIVO DO PLANO DIRETOR."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o disposto no art. 80 da Lei Complementar n.º 163/2006, alterada pela Lei Complementar n.º 228/2011,

DECRETA:

Art.1º - Ficam substituídos os membros para compor o Conselho Consultivo do Plano Diretor, de acordo com o artigo 80 da Lei Complementar n.º 163/2006, alterada pela Lei Complementar nº 228/2011,

II. Assessor do Plano Diretor:

Titular LUCIANI S. LOPES, substitui THOMAS HENRY GRANDBERG

III. Representantes da Secretaria Munic. de Planejamento, Urb. e Meio Ambiente:

Titular THOMAS H. GRANDBERG, substitui CARLOS EDUARDO PLENS

IV. Representantes da Comissão de Defesa Civil -COMDEC:

Titular: TEODORO LUIS DA SILVA, substitui ANDRÉ GUSTAVO WORMSBECHER

Art. 2º - Os membros ora nomeados, cumprirão mandato de 02 (dois) anos, cujo período compreende de 02 de outubro de 2013

a 02 de outubro de 2015.

PARÁGRAFO ÚNICO - Na conformidade com o Art. 81 da Lei Complementar 163/2006, os membros ora nomeados poderão ser reconduzidos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

25 de abril de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto Nº 4011, de 25 de Abril de 2014.

DECRETO Nº 4011, de 25 de abril de 2014.

"NOMEIA TIAGO ROPELATTO MACEDO"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 207 e 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Nomear TIAGO ROPELATTO MACEDO, para a partir de 07/04/2014, exercer o cargo em comissão de Assessor de Análises de Processos Fiscais, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

25 de abril de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto Nº 4012, de 25 de Abril 2014.

DECRETO Nº 4012, de 25 de abril de 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.426 de 12/12/13.

DECRETA

Art. 1º – Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 96.627,61 (noventa e seis mil, seiscentos e vinte e sete reais e sessenta e um centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior nas contas correntes nº 90.003-6, 90.006-0, 90.016-8, 316-5 e 290.820-4. de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5.426/2013, visando à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

20.00	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL
20.01	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL
2.072	Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03000000	Recursos Ordinários	R\$	81.627,61
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
03000000	Recursos Ordinários	R\$	15.000,00
	TOTAL	R\$	96.627,61

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

25 de abril de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Contrato Administrativo Nº 307/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 307/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) FRANCIELE PEDROSO, portador(a) do CPF nº 082.664.879-79 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Geremias Medeiros, nº 360 - Bairro Taboão - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) CEI Mahteus Alves da Conceição em virtude de vaga não ocupada através de Concurso Público.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2.546,13 (dois mil quinhentos e quarenta e seis reais e treze centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 05/05/2014 e encerrando-se em 04/06/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias

próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 30 de abril de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

FRANCIELE PEDROSO

Contratado (a)

Portaria Nº 0443/RH

PORTARIA N. 0443/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 31, inciso XIV, da Lei Complementar n. 100/2003 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul e, considerando o Memorando Nº 117/2014 da Procuradoria Jurídica, Memorando Nº 180/2014/SME da Secretaria Municipal de Educação e demais documentos em anexo,

RESOLVE:

Art.1º Instaurar a Sindicância Administrativa n. 011/2014, a fim de averiguar os fatos ocorridos na Escola Modelo Ella Kurth de Rio do Sul, relatados nos Memorandos supracitados, envolvendo a queda de uma parede que ocasionou o acidente com lesão física a um aluno.

Art.2º Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0079/RH, de 30 de janeiro de 2014, para apurar possíveis irregularidades e responsabilidades.

Art.3º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de abril de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

Portaria Nº 0490/RH

PORTARIA Nº 0490/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o Art. 1º da Portaria n. 0796/RH de 26/06/2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010, instituir comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório da Escola Modelo Arvino Walter Gaertner, da Secretaria Municipal de Educação e, designar como membros: GISELENE LUZIA GOETTEN ZELINDRO, matrícula 95133/2, ocupante do cargo de provimento efetivo Pedagogo, e nomeada para a função de Diretora, DULCE BINI TINTI, matrícula 99554/4, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, DINALVA MARIA SEMEONI, matrícula 82899/9, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor e designar como seus respectivos suplentes: SIRLEI APARECIDA SCHMITT, matrícula 105562/1, ocupante do cargo de provimento efetivo professor e MERES APARECIDA DE ANDRADE, matrícula 86347/7, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.”

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria N. 0277/RH, de 11 de março de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de abril de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

Portaria Nº 0491/RH

PORTARIA Nº 0491/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o Art. 1º da Portaria n. 0121/RH de 10/02/2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010, instituir comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do Centro Educacional Prefeito Luiz Adelar Soldatelli - CEPLAS, da Secretaria Municipal de Educação e, designar como membros: Paulo César Wolf, matrícula 230910/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor e designado para exercer as atribuições do cargo de Diretor, Silvia Weiss, matrícula 79545/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, Simone Caceres Albino, matrícula 95273/4, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor e, designar como seus respectivos suplentes: Vanessa Pauli Unfried, matrícula 106151/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor e Alda Neumann, matrícula 90158/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.”

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de abril de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

Portaria Nº 0492/RH

PORTARIA Nº 0492/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o Art. 1º da Portaria n. 0356/RH de 12/03/2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010, instituir comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria, da Secretaria Municipal de Saúde e, designar como membros: Daniela Aparecida Venturi da Silveira, matrícula 269786/1, Chefe da Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria, Márcia Passos de Andrade, matrícula 18880/04, ocupante do cargo de provimento efetivo Assistente Social, Dayane Pereira de Andrade, matrícula 35264/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Técnico em Enfermagem e, designar como seus respectivos suplentes: Silvania Della Justina de Godoi, matrícula 29262/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I e Rosane Terezinha Eing, matrícula 14532/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I.”

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de abril de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

Portaria Nº 0460/RH

PORTARIA N. 0460/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 31, inciso XIV, da Lei Complementar n. 100/2003 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul e, considerando o Memorando SME/GAB N. 185/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Memorando Nº 006/2014 do CE Ruth Schroeder Ohf e demais documentos em anexo,

RESOLVE:

Art.1º Instaurar a Sindicância Administrativa n. 012/2014, a fim de averiguar os fatos ocorridos no CE Ruth Schroeder Ohf, relatados nos documentos supracitados, no período de 2013 a 2014, envolvendo a servidora Solânia Kohl.

Art.2º Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0079/RH, de 30 de janeiro de 2014, para apurar tais fatos.

Art.3º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos

trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de abril de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

Portaria Nº 0498/RH
PORTARIA Nº 0498/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o Art. 1º da Portaria n. 0894/RH de 22/08/2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010, instituir Comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do Centro de Educação Infantil Navegantes, da Secretaria Municipal de Educação e, designar como membros: Sélia Seide, matrícula 79111/3, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, e designada para exercer as funções do cargo de Diretor, Aurea Grignani Harbs, matrícula 18120/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, Rosangela Aparecida Lima De Souza Correa, matrícula 35142/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor e, designar como seus respectivos suplentes: Wilmara Adriana Stadnik Bublitz, matrícula 25780/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor e Nevanir Correia Malheiros, matrícula 20664/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.”

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de maio de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

Portaria Nº 0499/RH
PORTARIA N. 0499/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor ROBSON DA SILVA, matrícula n. 104981/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I, a primeira Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2011 a 2014, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de abril de 2014, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de maio de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

Portaria Nº 0500/RH
PORTARIA N. 0500/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor DARCY VICARI, matrícula n. 90310/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Técnico em Agropecuária, a quarta Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2010 a 2013, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de novembro de 2013, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de maio de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

Portaria 0510/2014
PORTARIA Nº. 0510/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Exonera a pedido, a partir de 05/05/2014, a servidora KHELLEN KUHLL DELLA SANTOS, admitido em cargo de provimento efetivo de Advogado, em virtude de posse em outro cargo inacumulável, com base no inciso IV do Art. 38 da Lei Complementar 207 de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 05 de Maio de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Ipm

Decreto Nº 4005, de 17 de Abril de 2014.

DECRETO Nº 4005, de 17 de abril de 2014.

“HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA TOMADA DE PREÇO Nº 048/2014.”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 3766/2013, o resultado da Tomada de Preço nº 048/2014, de 21.03.2014, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA ME.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

17 de abril de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

REGINA GARCIA FERREIRA

Secretário Municipal de Educação.

ANEXO AO DECRETO Nº 4005

Tomada de Preço nº 048/2014, de 21.03.2014

Objeto da Licitação: Contratação de empresa para execução da quadra poliesportiva no C.E.I. Prefeito Luiz Adelar Soldatelli, localizado na Estrada da Madeira, Bairro Barragem em Rio do Sul.

Preço: Menor Preço Global

Participantes:

- CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA ME;
- METRO CÚBICIO ENGENHARIA EIRELI.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA ME.

Editais Processo Seletivo N. 004/2014

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2014

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, Art. 73 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, Lei Complementar 207/2010 e alterações posteriores, Lei Complementar 208/2010 e alterações posteriores, Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002 e alterações posteriores, Portaria n. 719, de 07 de abril de 2011 e demais disposições legais aplicáveis, TORNA PÚBLICO pelo presente Edital, as normas para realização do PROCESSO SELETIVO, destinado ao preenchimento de vaga para as função de PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA SAÚDE, em caráter temporário:

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O presente Processo Seletivo será realizado pela Comissão Especial instituída por meio do Decreto n. 4023, de 02 de maio de 2014.

1.2 Qualquer candidato poderá impugnar o Edital, em petição escrita e fundamentada, devidamente protocolada no Departamento de Protocolo da Secretaria Municipal da Fazenda de Rio do Sul, dirigida ao Presidente da Comissão Especial do Processo Seletivo, no prazo de 02 (dois) dias úteis contados do primeiro dia útil após a publicação do mesmo.

1.3 O Edital e todos os demais atos relativos ao presente processo

seletivo serão publicados nos seguintes endereços eletrônicos: www.riodosul.sc.gov.br/rh e/ou www.diariomunicipal.sc.gov.br

1.4 É responsabilidade exclusiva do candidato o acompanhamento dos atos e decisões publicados via on-line, nos sites supracitados.

1.5 A aprovação do candidato neste processo seletivo, no que excede ao número de vagas previsto neste edital, não gera direito à contratação. As convocações serão realizadas de acordo com a necessidade do município e disponibilidade orçamentária.

1.6 O prazo de validade deste Processo Seletivo será de um ano, contado a partir da data de publicação do Decreto de homologação do Resultado Final, podendo, a critério da administração, ser prorrogado uma única vez, por igual período.

2. DO OBJETO

2.1 O presente Processo Seletivo tem por objeto o recrutamento, a seleção e a contratação de PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA SAÚDE em caráter temporário, para atuação no Programa Academia da Saúde.

3. DOS REQUISITOS PARA A FUNÇÃO

3.1 Para o exercício da função, o candidato deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

- a) Nacionalidade brasileira ou estrangeira, na forma da lei;
- b) Idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- c) Quitação com as obrigações militar e eleitoral;
- d) Aptidão física e mental para o exercício das atribuições a que concorre;
- e) Habilitação para a função (conforme item 4 deste edital);
- f) Não possuir acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública, conforme Prevê a Constituição Federal;
- g) Não haver sofrido as penalidades previstas no art. 173, conforme dispõe o Art. 176 e Parágrafo Único, da Lei nº 207/2010 e suas alterações posteriores;
- h) Não estar em licença, ainda que não remunerada, de cargo, função ou emprego público que exerça na administração direta ou indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- i) Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas neste edital.

3.2 No ato da inscrição não será solicitado comprovantes das exigências contidas nos subitens anteriores. No entanto, o candidato que não as satisfaça no ato da contratação, mesmo tendo sido aprovado, será automaticamente eliminado deste Processo Seletivo.

4. DA FUNÇÃO, NÚMERO DE VAGAS, CARGA HORÁRIA, HABILITAÇÃO, SALÁRIO BASE E ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO

4.1 A função, a quantidade de vagas, a carga horária semanal, a habilitação e o salário base são os estabelecidos no quadro abaixo:

FUNÇÃO	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	REQUISITOS NECESSÁRIOS A SEREM COMPROVADOS NO ATO DA CONTRATAÇÃO	SALÁRIO BASE
PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA SAÚDE	01	40h	Bacharelado em Educação Física (Resolução nº 7/2004/CNE e Resolução nº 4/CNE, de 6 de abril de 2009) ou Licenciatura em Educação Física (Resolução nº 03/87/CFE), Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão e Certidão Original de Regularidade Administrativa, Financeira e Ética expedida pelo Conselho Regional de Educação Física.	R\$ 3.402,03*

* Mais auxílio alimentação no valor de R\$ 9,83 por dia trabalhado
4.2 As vagas oferecidas neste edital estão em conformidade com o item IV, do Art. 2º, da Lei nº 3.796 de 26/06/2002 e suas alterações posteriores e abrangem também as que surgirem dentro do período de validade deste edital.

4.3 As ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO atendem ao que dispõe a Classificação Brasileira de Ocupações (Cód. 2241-E1) e demais legislações vigentes do Sistema Único de Saúde - SUS.

5. DAS INSCRIÇÕES

5.1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1.1 As inscrições serão efetuadas exclusivamente na forma descrita neste edital, da qual o candidato deverá tomar conhecimento e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

5.1.2 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital e as decisões que possam ser tomadas pela Comissão Especial do Processo Seletivo.

5.1.3 Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória, condicional, extemporânea ou fora dos procedimentos dispostos neste edital.

5.1.4 As informações constantes do formulário eletrônico de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, eximindo-se o Município de Rio do Sul de quaisquer atos ou fatos decorrentes de informação incorreta, endereço inexato ou incompleto.

5.1.5 O município de Rio do Sul não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

5.1.6 Não se exigirá do candidato cópia de documento que comprovem as informações prestadas no formulário de inscrição, sendo de sua exclusiva responsabilidade a veracidade dos dados informados. O município de Rio do Sul dispõe do direito de excluir do processo seletivo aquele que não preencher a solicitação de forma completa e/ou correta, bem como, fornecer dados inverídicos.

5.1.7 É de exclusiva responsabilidade do candidato o correto preenchimento do Formulário Eletrônico de Inscrição.

5.1.8 É de responsabilidade do candidato a atualização do endereço/telefone/e-mail (s) constante(s) da inscrição. Sua eventual alteração deve ser comunicada por carta encaminhada ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

5.1.9 O descumprimento das instruções para inscrição implicará na sua não efetivação.

5.2 DOS PROCEDIMENTOS PARA A INSCRIÇÃO

5.2.1 As inscrições estarão abertas no período de 05/05/2014 até 16/05/2014.

5.2.2 Será admitida a inscrição somente via Internet, no endereço eletrônico <http://www.riodosul.sc.gov.br/rh>, solicitada no período entre 8h do dia 05/05/2014 e 11h30min do dia 16/05/2014, observado o horário oficial de Brasília/DF.

5.2.3 Serão tornadas sem efeito as solicitações de inscrição efetuadas após a data e horário estabelecidos neste Edital.

5.2.4 Havendo mais de um número de inscrição para o mesmo candidato, será considerada válida, apenas a inscrição de número maior.

5.3 DA ASSINATURA NO FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

5.3.1 O candidato, ao clicar em "Declaro" após o preenchimento do Formulário Eletrônico de Inscrição, está confirmando que LEU, ACEITA e CONCORDA com as normas do Edital e com as decisões que possam ser tomadas pela Comissão Especial do Processo Seletivo, nos casos omissos e não previstos. Declara, ainda, preencher todos os requisitos mínimos exigidos para a contratação, conforme disposto no item 3 deste Edital.

5.4 DO INDEFERIMENTO DA INSCRIÇÃO

5.4.1 Será indeferida a inscrição:

- Efetuada fora dos prazos, horários e procedimentos fixados neste Edital;
- Não preencher todas as condições previstas neste edital.

5.5 DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

5.5.1 O município de Rio do Sul publicará no endereço eletrônico www.riodosul.sc.gov.br/rh, a partir do dia 20/05/2014, as inscrições deferidas e indeferidas.

5.5.2 O candidato que tiver qualquer discordância referente a inscrição indeferida poderá interpor recurso, nos termos do item 12 deste edital.

5.5.3 O município de Rio do Sul publicará no endereço eletrônico: <http://www.riodosul.sc.gov.br/rh>, a partir do dia 23/05/2014, as inscrições homologadas.

6. DO CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA

6.1 Ao candidato com deficiência é assegurado o direito de se inscrever neste Processo Seletivo, devendo assinalar sua condição no item específico do Formulário de Inscrição.

6.2 Será reservada vaga para candidato com deficiência, para a função cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que seja portador, na proporção de um para cada vinte candidatos, equivalente a 5% das vagas a serem ofertadas, conforme Art. 37, inciso VIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações.

6.3 Considera-se pessoa com deficiência aquela que se enquadra nas categorias discriminadas no Art. 4º, do Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações.

6.4 O candidato com deficiência ou seu representante legal (portando procuração com assinatura reconhecida em cartório) deverá entregar no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho n. 01, Centro, Rio do Sul - SC, no horário das 7h30min às 11h30min, nos dias úteis do período previsto para inscrição, cópia do comprovante de inscrição e laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, a provável causa da deficiência e a indicação de que ela não impede ao candidato o exercício da função para qual se inscreveu, cuja data de expedição seja igual ou posterior à data de publicação deste Edital.

6.5 No ato de entrega da documentação, o candidato receberá um comprovante de recebimento dos documentos entregues.

6.6 O candidato inscrito para a vaga reservada a pessoa com deficiência que deixar de atender, no prazo editalício, as determinações do disposto no item 6 deste edital, terá sua inscrição invalidada, passando a concorrer unicamente como candidato não portador de deficiência.

6.7 O candidato com deficiência participará deste Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere aos critérios de classificação.

6.8 Não havendo candidatos aprovados e classificados para as vagas reservadas para pessoa com deficiência, as mesmas serão ocupadas pelos demais candidatos classificados neste Processo Seletivo.

6.9 O candidato com deficiência submeter-se-á, quando convocado, à avaliação do Médico Perito do Município de Rio do Sul, conforme Decreto Federal nº 3.298/99 e alterações, que terá a decisão terminativa sobre:

- a) a qualificação do candidato como deficiente ou não; e
- b) o grau de deficiência, capacitante ou não, para o exercício da função.

6.10 Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.

6.11 O laudo médico apresentado pelo candidato terá validade somente para este Processo Seletivo e não será devolvido.

7. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

7.1 O Processo Seletivo constará de Prova de Títulos, de caráter classificatório.

7.2 A nota final dos candidatos será obtida por meio da soma da Pontuação de Títulos, conforme item 9.3 deste edital.

8. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1 Em caso de empate, será utilizado como critério de desempate:

8.1.1 Para os candidatos com 60 (sessenta) anos ou mais, completados até o último dia do prazo de inscrição, nos termos do Art. 27 da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), considerando-se o ano, o mês e o dia do nascimento:

- 1º) Maior idade;
- 2º) Maior tempo de experiência, na área de atuação;
- 3º) Maior tempo de experiência em área a fim;
- 4º) Maior número de horas de curso, na área de atuação;
- 5º) Maior número de horas de curso, em área a fim.

8.1.2 Para os demais candidatos:

- 1º) Maior tempo de experiência, na área de atuação;
- 2º) Maior tempo de experiência em área a fim;
- 3º) Maior número de horas de curso, na área de atuação;
- 4º) Maior número de horas de curso, em área a fim;
- 5º) Maior idade;
- 6º) Maior número de dependentes.

8.2 Persistindo o empate, em ambas as situações acima, proceder-se-á a sorteio público, em sessão com data, horário e local a ser divulgados com 2 (dois) dias de antecedência, no endereço eletrônico: www.riodosul.sc.gov.br/rh

8.3 Para o desempate, serão considerados os títulos já analisados e tornados válidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo.

8.4 Para comprovação da idade e número de dependentes, será considerada a informação contida no formulário eletrônico de inscrição.

9. DA PROVA DE TÍTULOS

9.1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1.1 A Prova de Títulos, de caráter classificatório e não eliminatório, tem por objetivo avaliar os conhecimentos adquiridos por meio da conclusão de cursos de formação, de aperfeiçoamento e de experiências profissionais estreitamente relacionadas com a função a ser exercida pelo candidato.

9.1.2 Para participar da Prova de Títulos o candidato ou seu representante legal (mediante procuração assinada em cartório) deverá entregar a documentação no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho n. 01, Centro, Rio do Sul - SC.

9.1.3 Os documentos deverão ser entregues, nos dias úteis do período previsto para inscrição, no horário das 7h30min às 11h30min, juntamente com a Tabela de Títulos constante do Anexo III deste edital.

9.1.4 A entrega do título não gera direito garantido a pontuação. O mesmo será objeto de análise pela Comissão Especial do Processo Seletivo, seguindo-se os critérios dispostos neste edital, para posterior validação ou não.

9.1.5 É responsabilidade do candidato ou de seu representante legal a entrega dos documentos para a Prova de Títulos conforme as normas previstas neste Edital.

9.2 DOS TÍTULOS

9.2.1 Será considerado como título:

- a) Original e fotocópia do Diploma de Mestrado ou do Certificado de Conclusão de Curso de Pós-Graduação, em nível de especialização, com carga horária mínima de 360 horas ou Certidão/Declaração de Conclusão emitida por Instituição de Ensino reconhecida pelo MEC.
- b) Original e fotocópia de Certidão ou Declaração de conclusão de cursos (palestras, seminários, congressos, workshop, etc.) de aperfeiçoamento/capacitação, emitidos por Instituição de Ensino credenciada, realizados nos últimos cinco anos, com carga horária

mínima de 8h.

c) Original e fotocópia de Certidão/Declaração circunstanciada de tempo de serviço, expedida pelo órgão ou empresa competente de atuação (devendo obrigatoriamente constar dia, mês e ano do período de atuação) ou da Carteira de Trabalho e Previdência Social, onde conste a data de entrada e saída, a página com foto e qualificação civil. Caso o contrato ainda esteja em aberto, somente será considerado como título a Certidão/Declaração circunstanciada expedida pelo órgão de atuação. No caso de profissionais autônomos, declaração por ele firmada, (devendo obrigatoriamente constar dia, mês e ano do período de atuação) com firma reconhecida, acompanhada de documento particular e/ou público que demonstre o período trabalhado.

9.2.1.1 Os títulos obtidos no exterior deverão estar acompanhados de tradução pública juramentada e obedecer à legislação aplicável a espécie.

9.2.1.2 Os documentos entregues deverão ser paginados e conter numeração condizente com a tabela de títulos.

9.2.1.3 O candidato declara, para fins de direito, que é titular dos documentos protocolados emitidos com grafia diferente do nome que consta no formulário de inscrição e que apresentará se solicitada, a retificação de registro civil, sentença judicial ou outro documento legalmente emitido que fundamente a alteração ou divergência existente. A não comprovação implicará no cancelamento da inscrição e exclusão automática do Processo Seletivo, sem prejuízo das sanções legais.

9.2.1.4 Somente serão avaliados os documentos apresentados em papel com timbre do órgão emissor e respectivos registros e se deles constarem todos os dados necessários à identificação das instituições e dos órgãos expedidores e à perfeita avaliação do documento.

9.2.1.5 Será atribuída pontuação 0 (zero) ao candidato que não efetuar a entrega do título no prazo estabelecido e/ou enviá-los de forma não compatível com este Edital.

9.2.1.6 Os comprovantes dos títulos não serão devolvidos ao candidato nem serão fornecidas cópias desses títulos. Por esse motivo, não devem ser entregues ou encaminhados documentos originais.

9.2.1.7 Não serão aceitos títulos encaminhados por qualquer outro meio, inclusive via correio, a não ser o descrito neste edital.

9.2.1.8 Concluído o prazo estabelecido para entrega dos títulos, não serão aceitos acréscimos de outros documentos. Por ocasião de recurso, poderão ser encaminhados somente documentos que sirvam para esclarecer dados de documentos apresentados ou encaminhados no período determinado para a entrega dos títulos.

9.2.1.9 Não serão pontuados:

- a) Títulos não entregues no prazo e local determinados;
- b) Títulos não relacionados na Tabela de Títulos constante do Anexo III deste edital;
- c) Títulos borrados, rasurados, riscados, incompletos ou cujo inteiro teor não seja facilmente legível;
- d) Títulos referentes a períodos de estágio ou trabalhos voluntários;
- e) Títulos com períodos de experiência paralelos ou concomitantes (considera-se somente um dos períodos);
- f) Títulos referentes a disciplinas integrantes de cursos de formação, como comprovante de horas de aperfeiçoamento/capacitação;
- g) Títulos que não estejam em conformidade com as normas previstas neste edital.

9.2.1.10 O Prazo de Recurso para esta fase se dará juntamente com o prazo de recurso aberto para o Resultado Final, conforme item 12 deste edital.

9.3 DA PONTUAÇÃO

9.3.1 A avaliação dos referidos títulos obedecerá aos seguintes critérios de Pontuação:

- a) Mestrado, na área de atuação: 6,0 pontos;
- b) Mestrado, em área a fim à área de atuação: 5,0 pontos;

- c) Especialização na área de atuação: 4,0 pontos;
 d) Especialização em área afim à área de atuação: 3,0 pontos;
 e) Participação em cursos de aperfeiçoamento, com carga horária de até 40 horas, na área de atuação: 1,0 ponto;
 f) Participação em cursos de aperfeiçoamento, com carga horária de até 40 horas, em área afim à área de atuação: 0,5 ponto;
 g) Participação em cursos de aperfeiçoamento, com carga horária acima de 40 até 80 horas, na área de atuação: 1,5 ponto;
 h) Participação em cursos de aperfeiçoamento, com carga horária acima de 40 até 80 horas, em área afim à área de atuação: 1,0 ponto;
 i) Participação em cursos de aperfeiçoamento, com carga horária acima de 80 horas, na área de atuação: 2,0 pontos;
 j) Participação em cursos de aperfeiçoamento, com carga horária acima de 80 horas, em área afim à área de atuação: 1,5 ponto;
 l) Experiência Profissional acima de 06 meses até 3 anos, na área de atuação: 1,0 ponto;
 m) Experiência Profissional acima de 06 meses até 3 anos, em área afim à área de atuação: 0,5 ponto;
 n) Experiência Profissional acima de 03 anos até 5 anos, na área de atuação: 2,0 pontos;
 o) Experiência Profissional acima de 03 anos até 5 anos, em área afim à área de atuação: 1,5 ponto;
 p) Experiência Profissional superior a 5 anos, na área de atuação: 3,0 pontos;
 q) Experiência Profissional superior a 5 anos, em área afim à área de atuação: 2,5 pontos.

9.3.1.1 O candidato poderá alcançar, no somatório total, o máximo de 15 pontos.

9.3.1.2 Caso o candidato apresente mais de um título referente a formação, a qual dispõe as alíneas "a", "b", "c" e "d", será considerado apenas a de maior pontuação.

9.3.1.3 Para fins de pontuação, considera-se área de atuação, os títulos relacionados a SAÚDE PÚBLICA/ SAÚDE DA FAMÍLIA/SAÚDE COLETIVA, GRUPOS ESPECIAIS, FISIOLÓGIA DO EXERCÍCIO, RECREAÇÃO E LAZER E PLANEJAMENTO E GESTÃO DE EVENTOS. As demais áreas de conhecimento em Educação Física serão caracterizadas como área afim.

9.3.1.4 A pontuação aferida aos cursos de aperfeiçoamento refere-se ao somatório total da carga horária dos cursos apresentados pelo candidato.

9.3.1.5 A pontuação aferida a experiência profissional refere-se ao somatório total do período de experiência, não sendo considerado para o somatório, períodos inferiores a 06 meses em cada contrato de trabalho.

10. DO RESULTADO FINAL PROVISÓRIO

10.1 O município de Rio do Sul publicará no endereço eletrônico: www.riodosul.sc.gov.br/rh, a partir do dia 27 de maio de 2014, o Resultado Final Provisório do Processo Seletivo.

10.2 O candidato que tiver qualquer discordância em relação ao Resultado Final, poderá interpor recurso nos termos do item 12 deste edital.

11. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

11.1 O município de Rio do Sul publicará no endereço eletrônico: www.riodosul.sc.gov.br/rh, a partir do dia 30 de maio de 2014, o Decreto que homologa o Resultado Final deste Processo Seletivo.

12. DOS RECURSOS

12.1 Será admitido recurso do Indeferimento de Inscrição e do Resultado Final, que deverão ser interpostos, desde que devidamente fundamentados, de acordo com o cronograma do quadro abaixo:

ATO/EVENTO	PRAZO RECURSAL
Inscrições Indeferidas	Até às 13 horas do segundo dia subsequente à publicação das Inscrições Indeferidas.

Resultado Final	Até às 13 horas do segundo dia subsequente à publicação do Resultado Final.
-----------------	---

12.2 Para interposição do recurso o candidato deverá encaminhar via e-mail, o requerimento disposto no Anexo I deste edital, para o seguinte endereço: adm.rh01@riodosul.sc.gov.br

12.3 Somente será aceito recurso efetuado via e-mail, até a data e horário dispostos no item 12 deste edital.

12.4 Não será aceito recurso encaminhado pessoalmente, via postal, via fax, ou ainda, fora do prazo.

12.5 Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

12.6 Todos os recursos regulares serão analisados e, caso providos, serão efetuadas as alterações, podendo neste caso, haver alteração da pontuação e/ou classificação do candidato.

12.7 O município de Rio do Sul não se responsabilizará por recursos não recebidos por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

12.8 Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente no endereço: www.riodosul.sc.gov.br/rh.

12.9 A decisão exarada nos recursos é irrecorrível na esfera administrativa.

12.10 A Comissão Especial de Processo Seletivo constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões. Não caberão recursos ou revisões adicionais.

13. DA CONVOCAÇÃO

13.1 O candidato aprovado dentro do número de vagas previsto neste edital, será convocado imediatamente após a homologação do Processo Seletivo - seguindo-se rigorosamente a ordem de classificação, por meio da publicação do Termo de Convocação no Portal do Servidor Público do Município de Rio do Sul (www.riodosul.sc.gov.br/rh) e/ou Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br).

13.2 É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento das convocações efetuadas pelos sites acima citados.

13.3 O Departamento de Recursos Humanos poderá, eventualmente, entrar em contato com o candidato convocado por meio do número de telefone, endereço e/ou e-mail informados no formulário de inscrição, portanto, é de inteira responsabilidade do candidato a atualização de seu endereço junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC, quando houver alteração dos dados informados no formulário de inscrição.

13.4 Ao ser convocado, o candidato deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis (contados da data de publicação do termo de convocação), munido de documento de identidade, para dar início ao processo de contratação.

13.5 O candidato que deixar de comparecer no prazo previsto no item anterior, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte da listagem de classificação.

13.6 Ao candidato que não tiver interesse na vaga ofertada, não será apresentada outra, sendo neste caso, eliminado do processo seletivo.

14. DA CONTRATAÇÃO

14.1 A contratação, objeto deste processo seletivo, tem caráter emergencial, devendo ocorrer imediatamente após a convocação, sendo o contrato inicial efetuado pelo período de trinta dias, podendo ser prorrogado enquanto durar o programa, conforme Parágrafo Único, do Art. 4º, da Lei Municipal nº 3.796/2002 e

alterações posteriores.

14.2 O candidato contratado estará em permanente avaliação. Caso seu desempenho não seja satisfatório, o contrato poderá ser rescindido antes do término previsto, nos termos da Lei Municipal nº 3.796/2002 e alterações posteriores.

14.3 Previamente a contratação, mediante convocação, serão exigidos dos candidatos classificados os seguintes documentos:

Fotocópia legível:

- a) CPF
- b) Registro de Identidade
- c) Carteira de reservista (se homem)
- d) Comprovante Inscrição PIS/PASEP
- e) Certidão nascimento ou casamento
- f) Certidão nascimento filhos (menores de 21 anos)
- g) Título eleitoral e certidão de quitação com as obrigações eleitorais
- h) Comprovante dos requisitos exigidos para a função
- i) Endereço completo, telefone e e-mail para contato
- j) Declaração Acúmulo Cargo (fornecida pelo RH)
- l) Declaração Dependentes Imposto de Renda (fornecida pelo Dep. RH)
- m) Declaração Dependentes Salário Família (fornecida pelo Dep. RH)
- n) Nº de conta Bradesco (autorização para abertura fornecida pelo RH)
- o) Carteira comprovando grupo sanguíneo (se tiver)
- p) Atestado Médico Admissional (previamente agendado pelo RH)
- q) Outros documentos que lhe forem solicitados no ato da convocação.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 As contratações relativas a este processo seletivo serão efetuadas com base na Lei nº 3.796/02, sendo assegurado aos contratados os direitos estabelecidos no Art. 11 da lei supra citada.

15.2 A contribuição previdenciária dos contratados por este processo seletivo, será vinculada ao Regime Geral de Previdência Social (INSS).

15.3 Eventuais alterações na legislação municipal, relativas a normas inerentes aos Servidores Públicos Municipais, com reflexo nas contratações de caráter temporário de excepcional interesse público, serão automaticamente incorporadas a partir de sua vigência.

15.4 Os anexos I, II e III são partes integrantes deste edital.

15.5 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo.

15.6 Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul (SC), 29 de abril de 2014.

LUIZ CARLOS ZANIS	GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Saúde	Secretário Municipal de Administração
GARIBALDI ANTONIO AYROSO	
Prefeito Municipal	

ANEXO I MODELO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECURSO

AO SENHOR SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Presidente Comissão Especial do Processo Seletivo):

Processo Seletivo nº 004/2014 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Nome: _____

CPF: _____

RG: _____

Endereço: _____

Número de Inscrição: _____

Motivo do recurso: _____

Fundamentação e argumentação lógica:

Data: ____/____/2014.

Assinatura: _____

ANEXO II DO CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO

PERÍODO INSCRIÇÃO	05/05 até 16/05/2014
PUBLICAÇÃO INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS	A partir de 20/05/2014
RECURSO INSCRIÇÕES INDEFERIDAS	Até 13h do dia 22/05/2014
PUBLICAÇÃO INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS	A partir de 23/05/2014
PUBLICAÇÃO RESULTADO FINAL PROVISÓRIO	A partir de 27/05/2014
RECURSO RESULTADO FINAL PROVISÓRIO	Até 13h do dia 29/05/2014
PUBLICAÇÃO RESULTADO FINAL HOMOLOGADO	A partir de 30/05/2014

ANEXO III TABELA TÍTULOS PROCESSO SELETIVO Nº 004/2014

	Nome:			
	Função:			
Número Título	Tipo Título (certificado, declaração, carteira trabalho...)	Data do Título	Instituição promotora curso/ Órgão atuação	Confirmação recebimento título

Declaro que entreguei na data de _____, os títulos acima especificados, ciente de que os mesmos serão objetos de análise da Comissão Especial de Processo Seletivo, bem como de que não serão aceitos títulos em outra data que não a do ato de inscrição.

Assinatura Candidato

Assinatura e carimbo recebedor dos títulos

Decreto Nº 4021, de 02 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 4021, de 02 de maio de 2014.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 024/2014"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 3765/2013, o resultado do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 024/2014, de 08.04.2014, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

ASFALTECSUL MATERIAIS E SERVIÇOS.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de maio de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

FRANCISCO GOETTEN DE LIMA

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

ANEXO AO DECRETO Nº 4021/2014.

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2014, de 08.04.2014

Objeto da Licitação: Aquisição de 6.000 un. sc. Asfalto à frio e 1.200 ton. CBUQ. Para reparos em diversas ruas do Município. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Participantes:

CASA DO ASFALTO DISTRIB.IND. E COM. ASFALTO LTDA;

ASFALTECSUL MATERIAIS E SERVIÇOS;

PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTAÇÕES LTDA - EPP.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declaram vencedor o licitante:

- ASFALTECSUL MATERIAIS E SERVIÇOS.

Decreto Nº 4008, de 24 de Abril de 2014.

DECRETO Nº 4008, de 24 de abril de 2014.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 003/2014"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 3765/2013, o resultado do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 003/2014, de 31.03.2014, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- AP OESTE DISTRIB. E COM. DE ALIMENTOS LTDA EPP.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

24 de abril de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

CLAUDIA MARA FRONZA DA SILVA

Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

ANEXO AO DECRETO Nº 4008/2014.

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2014 de 31.03.2014.

Objeto da Licitação: Registro de preços para aquisição de cestas básicas para atender famílias inseridas no serviço de proteção social básica e média complexidade, Fundo Municipal de Assistência Social.

Participantes:

- SUPERMERCADO BUZZI LTDA;

- AP OESTE DISTRIB. E COM. DE ALIMENTOS LTDA EPP.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declaram vencedor o licitante:

- AP OESTE DISTRIB. E COM. DE ALIMENTOS LTDA EPP.

Decreto Nº 4022, de 02 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 4022, de 02 de maio de 2014.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA TOMADA DE PREÇO Nº 045/2014."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 3766/2013, o resultado da Tomada de Preço nº 045/2014, de 25.03.2014, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante MAURICIO ELY PUTTKAMMER ME.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de maio de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO

Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente.

ANEXO AO DECRETO Nº 4022, de 02 de maio de 2014.

Tomada de Preço nº 045/2014, de 25.03.2014.

Objeto da Licitação: Contratação de empresa para execução da pavimentação em paver do passeio, com área total de 2.976,54m²,

da Rua Augusto Munzfeld, Bairro Fundo Canoas. Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente.

Preço: Menor Preço Global.

Participantes:

- MAURICIO ELY PUTTKAMMER ME;
- ORBIS ENGENHARIA EIRELI ME.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- MAURICIO ELY PUTTKAMMER ME.

Portaria Nº 0486/RH

PORTARIA Nº. 0486/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 0350/2014/RH de 28/03/2014, a qual nomeia VLADEMIR LUIZ BRASIL JUNIOR para exercer o cargo de provimento efetivo EDUCADOR SOCIAL, 40h, em virtude de sua manifestação de desistência (em anexo), nos termos do Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de abril de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

Portaria Nº 1092/RH

PORTARIA Nº. 1092/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Convalidar a cessão do servidor VILSON JOSÉ HILLESHEIM, ocupante do cargo de provimento efetivo AGENTE ADMINISTRATIVO, com jornada de 40 horas semanais, lotado no Gabinete do Prefeito, para atuar no Cartório da 026ª Zona Eleitoral de Rio do Sul, conforme requisição protocolada neste município sob o nº 114954/2009, fundamentado pelo Art. 148 da Lei Complementar n. 207 de 28 de setembro de 2010 e alterações posteriores.

Art. 2º O servidor referido no artigo anterior irá desempenhar atribuições próprias de seu cargo e caberá ao Município o ônus da remuneração devida ao mesmo.

Parágrafo Único - O servidor cedido deverá apresentar mensalmente ao Departamento de Recursos Humanos seu controle mensal de frequência.

Art. 3º A cessão se dará até a data de 25/04/2014.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 05 de setembro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Csvf

Portaria Nº 0488/RH

PORTARIA Nº. 0488/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 0364/2014/RH de 01/04/2014, a qual nomeia GILBERTO THEISS para exercer o cargo de provimento efetivo AGENTE ADMINISTRATIVO, 40h, em virtude da perda do prazo legal para posse, nos termos do Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de abril de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Csvf

Decreto Nº 3977, de 02 de Abril de 2014.

DECRETO Nº 3977, de 02 de abril de 2014.

"ACRESCENTA O INCISO VII NO ART. 3º DO DECRETO 3363, DE 29 DE ABRIL DE 2013, QUE FIXA HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no inciso VI, do art. 37 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e nos §§ 2º e 3º, do art. 48 da Lei Complementar nº 207/2010,

DECRETA:

Art. 1º-

Acrescenta o inciso VII no Art. 3º, do Decreto nº 3363, de 29 de abril de 2013, que fixa horário de funcionamento dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"VII - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos: das 7h30min às 11h30min e das 13h às 17h."

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
02 de abril de 2014.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

Termo de Posse E Exercício - Luciano Carlito Dias de Freitas

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) LUCIANO CARLITO DIAS DE FREITAS, nomeado (a) pela Portaria n. 0250/RH, de 05/03/2014, publicada no DOM na data de 17/03/2014, para exercer o cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS MASCULINO, Nível A, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2011.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 02/05/2014.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 17 de abril de 2014.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

Termo de Posse E Exercício - Daiane Gonzaga Stasiak

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) DAIANE GONZAGA STASIAK, nomeado (a) pela Portaria n. 0313/RH, de 19/03/2014, publicada no DOM na data de 28/03/2014, para exercer o cargo efetivo de Fiscal de Saúde Pública, Nível G, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2011.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em

05/05/2014.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 28 de abril de 2014.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

Termo de Posse E Exercício - Larissa Marcelli Silveira

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) LARISSA MARCELLI SILVEIRA VIGO, nomeado (a) pela Portaria n. 0312/RH, de 19/03/2014, publicada no DOM na data de 28/03/2014, para exercer o cargo efetivo de FISCAL DE SAÚDE PÚBLICA, Nível G, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2011.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 05/05/2014.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 24 de abril de 2014.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 4020, de 02 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 4020, de 02 de maio de 2014.

"NOMEIA MEMBROS DO COMITÊ DO SISTEMA DE ARQUIVOS DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL (SIARQ/RSL)."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e Lei 100 de 24 de abril de 2003.

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituído o Comitê do Sistema de Arquivos do Município de Rio do Sul (SIARQ/RSL), com base no Decreto 3452, de 19 de junho de 2013.

Art. 2º - Ficam designados os servidores para compor o Comitê de que trata o Art. 1º deste Decreto:

a) Representantes do Comitê Gerencial:

I - Representante da Secretaria Municipal da Fazenda, titular do Protocolo Geral, que o presidirá:

Leonice Witte

II - Representante da Secretaria Municipal de Administração:

Débora Roiwas

III - Representante da Fundação Cultural, do Arquivo Público Histórico Wera von Buettner Gemballa:

Catia Dagnoni

IV - Representante do Gabinete do Prefeito, do Controle Interno do Município:

Ronaldo da Rocha

V - Representantes de outras Secretarias que serão convocados pelo presidente do Comitê Gerencial.

Art. 3º - Ao referido Comitê, compete as seguintes funções, conforme descrito no Decreto 3452, de 19 de junho de 2013: implantar as diretrizes estabelecidas pelo Comitê Estratégico; elaborar, segundo princípios arquivísticos, os instrumentos para implantação da gestão documental; propor a capacitação técnica dos recursos humanos, que desenvolvam atividades de gestão documental; apresentar ao Comitê Estratégico alternativas de legislação ou normativas necessárias ao aperfeiçoamento da gestão documental do Município; participar do planejamento e elaboração de sistemas digitais aplicados à documentação arquivística; elaborar medidas para preservação de documentos arquivísticos de valor permanente, em seus diversos suportes; zelar pelo cumprimento dos dispositivos constitucionais e legais, que norteiam a preservação e disponibilização do patrimônio documental produzido pelo Município; zelar pelo cumprimento dos dispositivos legais emanados pelo SIARQ/RSL; e elaborar relatórios periódicos, encaminhando ao Comitê Estratégico, dando conta do andamento do processo de gestão documental nas Secretarias.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de maio de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Termo de Posse E Exercício - Marciani Raquel Bezerra

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) MARCIANI RAQUEL BEZERRA, nomeado (a) pela Portaria n. 0328/RH, de 21/03/2014, publicada no DOM na data de 02/04/2014, para exercer o cargo efetivo de BIBLIOTECÁRIO, Nível H, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2011.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o

Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 05/05/2014.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 24 de abril de 2014.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 4019, de 02 de Março de 2014.

DECRETO Nº 4019, de 02 de março de 2014.

"NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e Lei 100 de 24 de abril de 2003.

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Mista de Reavaliação de Informações Classificadas, com base no Decreto Nº 3925, de 07 de Março de 2014.

Art. 2º - Ficam designados os servidores para compor a Comissão de que trata o Art. 1º deste Decreto:

I - Secretaria Municipal de Administração, que a presidirá. Representantes:

Titular: Amauri Sousa Freitas Júnior

Suplente: Michel Resendes

II - Representantes da Procuradoria Geral do Município:

Titular: Daniel Juppa da Silva

Suplente: Edmir de Lara Rodrigues

III - Representantes da Secretaria Municipal da Fazenda:

Titular: Leonice Witte

Suplente: Keli Monteiro Vargas

IV - Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente:

Titular: Teresinha Moretti Noveletto

Suplente: Ivo Ferrari

V - Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Irma Carolina Wojahn

Suplente: Joicenara Fernanda da Silva Braatz

VI - Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Silmara Sarai da Silva

Suplente: Diego Ossemer

VII - Representantes do Gabinete do Prefeito e Controle Interno:

Titular: Ronaldo da Rocha

Suplente: Fernando Bastos

Art. 3º - A referida Comissão, compete as seguintes funções, conforme descrito no Decreto Nº 3925, de 07 de março de 2014, Artigo 54:

I - Manifestar-se previamente nos casos de pedido de desclassificação ou reclassificação de informação sigilosa a que se refere o art. 41, emitindo parecer opinativo sobre a necessidade de ser mantida a classificação, ser procedida a desclassificação ou ser reclassificada a informação, visando dar suporte para a autoridade competente decidir;

II - Emitir, parecer prévio, de caráter opinativo, quando se tratar de recurso contra decisão que indefere o acesso a informação sob o fundamento de estar classificada como sigilosa;

III - Emitir, anualmente, relatório de avaliação da publicidade ativa executada por cada órgão ou entidade da Administração Municipal.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de maio de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Termo de Posse E Exercício - Sergio de Moura Ferro Silva

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) SERGIO DE MOURA FERRO SILVA nomeado (a) pela Portaria n. 0315/RH, de 19/03/2014, publicada no DOM na data de 28/03/2014, para exercer o cargo efetivo de MÉDICO ORTOPEDISTA, Nível H, 20 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2011.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 05/05/2014.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo. Rio do Sul, 25 de abril de 2014.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

Termo de Posse E Exercício - Joice Marielle Xavier

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) JOICE MARIELLE XAVIER, nomeado (a) pela Portaria n. 0381/RH, de 04/04/2014, publicada no DOM na data de 11/04/2014, para exercer o cargo efetivo de AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL, Nível C, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2011.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 02/05/2014.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 28 de abril de 2014.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4016, de 29 de Abril de 2014.

DECRETO Nº 4016, de 29 de abril de 2014.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o art. 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.426, de 12/12/2013 e Lei nº 5.466, de 03/04/2014;

DECRETA:

Art. 1º- Fica suplementada até o limite de R\$ 778.756,28 (setecentos e setenta e oito mil, setecentos e cinquenta e seis reais e vinte e oito centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do município de Rio do Sul:

05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE		
05.05	Departamento de Projetos		
1.414	Manutenção e Recuperação da Malha Viária		

3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01240055	Convênio Estado	R\$	778.756,28
	TOTAL	R\$	778.756,28

Art. 2º- Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 778.756,28 (setecentos e setenta e oito mil, setecentos e cinquenta e seis reais e vinte e oito centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do município de Rio do Sul:

05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE		
05.05	Departamento de Projetos		
1.414	Manutenção e Recuperação da Malha Viária		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01240055	Convênio Estado	R\$	778.756,28
	TOTAL	R\$	778.756,28

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário, em especial o DECRETO Nº 3866, de 10 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO.
29 de abril de 2014.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto Nº 4014, de 25 de Abril de 2014.

DECRETO Nº 4014, de 25 de abril de 2014.
"CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

DECRETA:

Art. 1º- Fica constituída a Comissão Especial de Processo Seletivo, integrada pelos Srs. Givanildo Silva, Carla Fabiana Ribeiro, Débora Roiwas, Carmela Suzana da Veiga Ferreira e Pâmela Priscila Eichholz para, sob a Presidência do primeiro, coordenar todas as etapas do Processo Seletivo - Edital nº 003/2014 do Município de Rio do Sul, destinado ao preenchimento de vagas para a função de Instrutor de Atividade Física e Terapeuta Ocupacional, em caráter temporário.

Art. 2º- Além de Coordenar todas as etapas do Processo Seletivo, compete a referida comissão: a elaboração do edital, a execução, acompanhamento e supervisão de todas as etapas de avaliação, a emissão de julgamentos e deliberação sobre os casos omissos.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto 3955, de 21/03/2014.

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.
25 de abril de 2014.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto Nº 4009, de 24 de Abril de 2014.

DECRETO Nº 4009, de 24 de abril de 2014.
"HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO N. 001/2014."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e ainda, de acordo a Lei n. 3796, de 26 de junho de 2002 e alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo nº 001/2014, de acordo com o que dispunha o respectivo Edital.

Art. 2º - O Anexo I é parte integrante deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
24 de abril de 2014.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul.

Portaria Nº 0473/RH

PORTARIA Nº. 0473/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º REVOGAR, a partir de 02/05/2014, a Portaria nº 0704/RH de 27/05/2013, que suspendeu as Portarias nº 1155/2012, nº 1156/2012, nº 0367/2013 e nº 0368/2013, que nomearam respectivamente JAISON FERNANDO DE SOUZA, JULIANO ANDRESSO PAESO, LUIS OTAVIO SCHNEIDER e KHELLEN KUHLL DELLA SANTOS, candidatos aprovados no cargo de advogado, através do Edital de Concurso Público nº 002/2011, em cumprimento ao comando sentencial da Ação Civil Pública nº 054.13.004719-1.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 02/05/2014.

Rio do Sul, 29 de abril de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Jhc

Publicação de Editais por Infração de Trânsito: Órgão Autuador 8043 do Nº1887/2014 ao Nº1889/2014. Orgão Autuador 8796 do Nº36/2014 ao Nº37/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 1887/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAR0469	55289762D	6599/2	15/03/2014	230 * V
AAR0469	55289763D	5010/0	15/03/2014	162 * I
AAR0469	55289764D	5118/0	15/03/2014	164 c/c 162 * I
ADO5140	54695398E	5010/0	03/02/2014	162 * I
ADO5140	54695399E	5169/1	03/02/2014	165
ADO5140	54695400E	6599/2	03/02/2014	230 * V
BSI2610	55290933D	5045/0	06/04/2014	162 * V
LXI4689	55289251D	6599/2	04/03/2014	230 * V
LXK7702	55290533D	5010/0	01/03/2014	162 * I
LXK7702	55290534D	5118/0	01/03/2014	164 c/c 162 * I
LXP9667	55289855D	6610/2	03/03/2014	230 * VII
LXP9667	55289856D	6653/2	03/03/2014	230 * XI
LYF7502	55287739D	6556/1	01/03/2014	230 * I
LYW1427	55290597D	6599/2	11/04/2014	230 * V
LZH2973	55289052D	6769/2	05/04/2014	230 * XXII
LZH2973	55289053D	6726/1	05/04/2014	230 * XVIII
LZH2973	55289917D	6599/2	05/04/2014	230 * V
LZH2973	55289918D	6556/1	05/04/2014	230 * I
LZH2973	55289919D	6912/0	05/04/2014	232
MAS4569	54693593E	6920/0	31/03/2014	233
MAT8129	54693567E	6920/0	11/03/2014	233
MBD8402	55289519D	6653/2	03/03/2014	230 * XI
MBS4020	55330780D	6556/1	21/03/2014	230 * I
MCF3453	54693506E	6599/2	16/03/2014	230 * V
MCG8907	55289679D	6912/0	25/02/2014	232
MCY4116	55289815D	5010/0	03/03/2014	162 * I

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCY4116	55289816D	5118/0	03/03/2014	164 c/c 162 * I
MCY4116	55289817D	6637/2	03/03/2014	230 * IX
MER8189	55290913D	6670/0	19/03/2014	230 * XIII
MFY5892	55290872D	5118/0	12/04/2014	164 c/c 162 * I
MFY5892	55290873D	5010/0	12/04/2014	162 * I
MGG2479	54693562E	6920/0	10/03/2014	233
MGG7087	55330777D	6556/1	20/03/2014	230 * I
MGZ5093	54694476E	5169/1	01/03/2014	165
MGZ5093	54694477E	5045/0	01/03/2014	162 * V
MGZ5093	54694478E	6408/0	01/03/2014	221
MGZ9461	54693597E	6920/0	31/03/2014	233
MKX7085	55290919D	7340/0	22/03/2014	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 5 DE MAIO DE 2014

DANIEL GARCIA

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 1888/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACR9777	55289722D	5541/1	05/03/2014	181 * XVII
AEB2718	55289332D	5185/1	29/03/2014	167
AJW5244	55287397D	5185/1	21/02/2014	167
AJW5244	55287398D	6980/0	21/02/2014	239
AQA6063	55289881D	5541/4	03/04/2014	181 * XVII
AUE0304	55290628D	6831/1	26/02/2014	231 * V
BAM2828	55291257D	6041/2	31/03/2014	207
BNX0939	55289629D	5541/1	21/02/2014	181 * XVII
CLS4281	55289884D	5185/1	07/04/2014	167
CRB8531	55290644D	5568/0	10/03/2014	181 * XIX
DDN4696	55289258D	5541/1	11/03/2014	181 * XVII
DFX2327	55289346D	5738/0	05/04/2014	186 * II
DIZ9781	55289208D	5541/2	25/03/2014	181 * XVII
DUE0181	55290539D	5568/0	24/03/2014	181 * XIX
EMI3650	55289245D	5541/2	25/03/2014	181 * XVII
ENS8939	55291352D	5568/0	11/04/2014	181 * XIX
FHK2906	55291140D	5550/0	20/02/2014	181 * XVIII
HAG7154	55290920D	5452/1	27/03/2014	181 * VIII
ICS1069	55289232D	5541/2	25/03/2014	181 * XVII
IGL6771	55289698D	7366/2	05/03/2014	252 * VI
JWT1508	55288545D	5541/1	20/03/2014	181 * XVII
LXG5299	55288535D	5541/4	07/03/2014	181 * XVII
LXK7702	55291150D	5185/1	01/03/2014	167
LXP8775	55290908D	5568/0	18/03/2014	181 * XIX
LXP9667	54693322E	5185/1	15/03/2014	167
LYG7733	55289568D	5185/1	14/03/2014	167

1 / 3

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZH2973	55289051D	5819/5	05/04/2014	193
LZH2973	55289920D	7030/2	05/04/2014	244 * I
LZX2970	55289329D	5185/1	29/03/2014	167
MBC8514	55289809D	6122/0	27/02/2014	214 * I
MBC8514	55289810D	7030/2	27/02/2014	244 * I
MBF0590	55289579D	5185/1	29/03/2014	167
MBV0317	55290640D	5541/4	07/03/2014	181 * XVII
MBY9573	55290008D	5541/2	25/03/2014	181 * XVII
MCJ1699	55289576D	5185/1	29/03/2014	167
MCP6531	55289578D	5185/1	29/03/2014	167
MCR3606	55289348D	5410/0	07/04/2014	181 * IV
MCR8009	55289457D	5460/0	16/04/2014	181 * IX
MCX4068	55289326D	5541/6	25/03/2014	181 * XVII
MDL2192	55289276D	5541/6	03/04/2014	181 * XVII
MDN3252	55289233D	5541/2	25/03/2014	181 * XVII
MDY9086	55289110D	5541/4	17/04/2014	181 * XVII
MEH9902	55289998D	5967/0	02/04/2014	203 * V
MEQ2953	55289324D	5541/5	21/03/2014	181 * XVII
MFB1059	55289546D	5541/6	02/04/2014	181 * XVII
MFF6822	55290678D	5541/6	03/04/2014	181 * XVII
MFL1152	55289270D	5568/0	24/03/2014	181 * XIX
MFL1685	55290691D	5541/2	25/03/2014	181 * XVII
MFO2022	55290546D	6050/1	28/03/2014	208
MGG2210	55289888D	5185/1	12/04/2014	167
MGG7087	55330776D	7048/1	20/03/2014	244 * II
MGN2825	55289231D	5541/2	25/03/2014	181 * XVII
MGP9966	55290004D	5541/2	25/03/2014	181 * XVII
MHM4221	55289557D	5835/0	03/03/2014	195
MHM4221	55289558D	5215/1	03/03/2014	170
MHN8171	55289628D	5568/0	21/02/2014	181 * XIX
MIA1629	55289753D	5460/0	27/02/2014	181 * IX
MIE7360	55290956D	5479/0	31/03/2014	181 * X
MIN4708	55289760D	5460/0	12/03/2014	181 * IX
MIW3599	55289634D	5541/1	07/03/2014	181 * XVII
MJB5148	55289840D	5541/4	05/04/2014	181 * XVII
MJH4752	55289118D	5541/4	17/04/2014	181 * XVII
MJI4260	55289522D	5541/4	07/03/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJQ2825	55290696D	5541/2	25/03/2014	181 * XVII
MJR7659	55290030D	5541/2	26/03/2014	181 * XVII
MJU7197	55289253D	6041/2	10/03/2014	207
MKG9908	55289731D	5541/5	06/03/2014	181 * XVII
MKO2879	55289358D	7366/2	21/03/2014	252 * VI
MKX2826	55289957D	6041/2	06/03/2014	207
MKX7085	55290918D	5185/1	22/03/2014	167
MLB5527	55289851D	6050/1	24/02/2014	208
MLD6671	55289671D	5568/0	24/02/2014	181 * XIX
MLJ5507	55289342D	5541/1	05/04/2014	181 * XVII
MLQ2808	55289987D	5460/0	20/03/2014	181 * IX
MMI0313	55290903D	5550/0	17/03/2014	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 5 DE MAIO DE 2014

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1889/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABW3522	54694058E	5169/1	07/12/2013	R\$ 1.915,38	165
ABW3522	54694059E	6912/0	07/12/2013	R\$ 53,20	232
ACS0678	54694061E	5169/1	07/12/2013	R\$ 1.915,38	165
CEZ3562	54273392E	6920/0	13/11/2013	R\$ 127,69	233
DWS4014	55287296D	5169/1	22/11/2013	R\$ 1.915,38	165
LYG7799	54273486E	6920/0	13/12/2013	R\$ 127,69	233
LYZ1036	54273463E	6920/0	06/12/2013	R\$ 127,69	233
LZI3662	54273854E	6920/0	24/01/2014	R\$ 127,69	233
MAV5026	54273940E	6920/0	20/02/2014	R\$ 127,69	233
MBC7140	54273483E	6920/0	13/12/2013	R\$ 127,69	233
MCB7599	54273919E	6920/0	13/02/2014	R\$ 127,69	233
MCP0163	55291110D	6599/2	18/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCV7755	54273891E	6920/0	04/02/2014	R\$ 127,69	233
MEU1758	54273479E	6920/0	12/12/2013	R\$ 127,69	233
MFS2433	54694052E	5010/0	07/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
MFS2433	54694053E	5118/0	07/12/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFS2433	54694054E	6599/2	07/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFZ9331	54273857E	6920/0	21/01/2014	R\$ 127,69	233
MHF2210	54273877E	6920/0	30/01/2014	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 5 DE MAIO DE 2014

DANIEL GARCIA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1890/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BOE7896	55291021D	5550/0	12/12/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
BWL8190	55287722D	5452/7	14/12/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
CXO5305	55290717D	5541/5	18/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
JKU0214	55290567D	5568/0	10/02/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
LZN7704	55291490D	5541/1	13/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MBF9142	55287681D	5630/0	07/12/2013	R\$ 85,12	182 * VII
MBF9142	55287683D	5185/2	07/12/2013	R\$ 127,69	167
MEG8240	55291221D	5452/6	12/12/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MHN5920	55288088D	5967/0	02/12/2013	R\$ 191,53	203 * V
MJI0293	55291054D	5568/0	13/12/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MKB1485	55288087D	5967/0	02/12/2013	R\$ 191,53	203 * V
MLI0012	54694352E	5185/1	11/12/2013	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 5 DE MAIO DE 2014

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 796 36/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJP3932	8796001230	7455/0	26/03/2014	218 * I
AOW9216	8796001231	7455/0	26/03/2014	218 * I
DCV4509	8796001226	7463/0	26/03/2014	218 * II
DRJ5848	8796001008	7455/0	13/03/2014	218 * I
DSL4464	8796001211	7455/0	26/03/2014	218 * I
EVD9251	8796001134	7455/0	20/03/2014	218 * I
GUP7811	8796001160	7455/0	25/03/2014	218 * I
HIP4708	8796001153	7455/0	23/03/2014	218 * I
IKR8628	8796001258	7455/0	31/03/2014	218 * I
LYA9910	8796001107	7455/0	20/03/2014	218 * I
LZC2751	8796001120	7455/0	20/03/2014	218 * I
MAE2014	8796001119	7455/0	20/03/2014	218 * I
MBG8758	8796001097	7463/0	19/03/2014	218 * II
MBH2694	8796001158	7463/0	25/03/2014	218 * II
MBJ9737	8796001149	7455/0	23/03/2014	218 * I
MBK3443	8796001190	7455/0	20/03/2014	218 * I
MBY5030	8796001106	7455/0	20/03/2014	218 * I
MCA2740	8796001233	7455/0	26/03/2014	218 * I
MCH4018	8796001265	7455/0	29/03/2014	218 * I
MCJ1699	8796001145	7455/0	23/03/2014	218 * I
MED6031	8796001180	7455/0	25/03/2014	218 * I
MEG2996	8796001163	7455/0	25/03/2014	218 * I
MFT4382	8796001182	7455/0	25/03/2014	218 * I
MGL0568	8796001209	7455/0	26/03/2014	218 * I
MHP6988	8796001227	7455/0	26/03/2014	218 * I
MIB9362	8796001096	7455/0	19/03/2014	218 * I

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJK8201	8796001157	7455/0	25/03/2014	218 * I
MKA8915	8796001101	7455/0	20/03/2014	218 * I
MKN5316	8796001169	7455/0	25/03/2014	218 * I
MKR2825	8796001178	7455/0	25/03/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 5 DE MAIO DE 2014

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 796 37/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DAY1694	8796000886	7463/0	28/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
DJE5468	8796000831	7455/0	28/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJP6926	8796000697	7455/0	10/12/2013	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 5 DE MAIO DE 2014

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS

Salto Veloso

PREFEITURA

Decreto Municipal Nº 19/2014

DECRETO Nº 019 - DE 24 DE ABRIL DE 2014.
ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA EXCESSO
DE ARRECADAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO ,
ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são
conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com
a Lei Municipal 01.470/2012 de 13/12/2012;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um
crédito adicional suplementar no valor de R\$ 29.560,00 (Vinte e
Nove Mil, Quinhentos e Sessenta Reais), conforme discriminação
abaixo:

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 3.029 - AMPLIAÇÃO REDE FÍSICA INFANTIL

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 29.560,00

Fonte: 01.22.00054

RED: 141

Art. 2º - A suplementação de que se trata o artigo anterior, será
utilizado o Excesso de Arrecadação do convênio de Equipamentos
da Creche com o FNDE.

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 24 de Abril de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria na data
supra.

JOSÉ CARLOS ONEDA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

Edital do XI Femuc - Festival Municipal da Canção

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL - SC

VI POLVILHANA - 2014

EDITAL DO XI FEMUC - FESTIVAL MUNICIPAL DA CANÇÃO

A COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA - CCO DA VI POLVILHA-
NA TORNA PÚBLICO O EDITAL DE REALIZAÇÃO DO XI FEMUC
- FESTIVAL MUNICIPAL DA CANÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA
ROSA DO SUL/SC.

Art. 1º - O Festival Municipal da Canção - FEMUC tem como obje-
tivo divulgar e incentivar a produção musical, incentivar a arte e
cultura por meio da música, revelar talentos e proporcionar lazer
cultural gratuito para a cidade, a região e os visitantes.

Art. 2º - O XI FEMUC será realizado no dia 05 de junho de 2014,
com início às 20h no palco principal da VI POLVILHANA, na Praça
Frei Raimundo Simonetto, centro, Santa Rosa do Sul/SC.

Art. 3º - Poderão inscrever-se para participar do XI FEMUC músi-
cos e cantores residentes neste município e alunos e servidores do
Instituto Federal Catarinense da sede do Campus, em Vila Nova,
Santa Rosa do Sul/SC.

Parágrafo único- Poderão participar do concurso candidatos/as
com a idade mínima de 15 anos, completos até a data da apre-
sentação.

Art. 4º - Para fins de concorrer no XI FEMUC será homologada a
inscrição apenas de músicas brasileiras (em Língua Portuguesa/
Brasil), reunidas em uma única categoria.

DAS INSCRIÇÕES

Art. 5º - As inscrições deverão ser realizadas pelo/a candidato/a
no período de 05 de maio a 20 de maio de 2014 na Prefeitu-
ra Municipal de Santa Rosa do Sul/SC, exclusivamente na sala
da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo,
de segunda a sexta-feira, nos horários entre 08h30min-11h00 e
14h00-17h00.

§ 1º - São documentos e procedimentos para inscrição - XI FE-
MUC:

Apresentar documento de Identidade do/a candidato/a e respon-
sável, se menor de 18 anos (original e cópia);

b) Apresentar Comprovante de residência ou título de eleitor (ori-
ginal e cópia);

c) Preencher corretamente a Ficha de Inscrição.

d) Apresentar cópia da Letra da Música, com indicação do com-
positor.

Parágrafo Único: Fica a critério do/a candidato/a, usar playback ou
acompanhamento musical ao vivo, sendo que esta opção deverá
constar na Ficha de inscrição.

Do Regulamento

Art. 6º - Não será permitida a inscrição de uma mesma música por mais de um/a candidato/a, respeitando-se a ordem de inscrição.

Art. 7º - Será permitida a inscrição de uma só música por/ela candidato/a.

Parágrafo Único - Poderão se inscrever para a mesma apresentação artistas individuais, duplas ou mais.

Art. 8º - O/s músico/s poderão acompanhar mais de um/a interprete.

Art. 9º - Na necessidade de alteração/troca de música, o/a candidato/a terá o prazo máximo de 02(dois) dias após o encerramento das inscrições para mudar a música.

DAS APRESENTAÇÕES DOS CANDIDATOS

Art. 10º - A Organização da VI Polvilhana colocará à disposição dos/as candidatos/as inscritos/as para o XI FEMUC palco, equipamentos de sonorização profissional, 03 (três) microfones, bateria (básica), iluminação e técnico de som.

Art. 11º - O playback e os instrumentos que venham a ser utilizados nas apresentações serão de inteira responsabilidade dos/as candidatos/as, incluindo pratos e baquetas para bateria. Os mesmos se responsabilizarão por sua guarda e qualidade, não cabendo à Comissão Organizadora a interferência nesse sentido.

Art. 12º - O playback deverá ser entregue à mesa Organizadora, no mínimo, com 01 hora de antecedência ao início do Festival.

Art. 13º - Caso o/a candidato/a desejar trazer acompanhamento vocal poderá fazê-lo.

Art. 14º - A ordem das apresentações será por meio de sorteio a ser realizado no dia 27 de maio de 2014, às 09h, no local de inscrição, podendo participar apenas os/as candidatos/as inscritos/as e a Comissão Central Organizadora- CCO.

Parágrafo Único: Após anunciado no momento da apresentação, o/a candidato/a terá, no máximo, 03(três) minutos para subir ao palco, sob pena de desclassificação.

DOS JURADOS E DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Art. 15º - Os/as jurados/as serão em número de 05 (cinco) escolhidos pela Comissão Central Organizadora, observados os critérios de imparcialidade e conhecimento em arte, sendo estes/as soberanos/as nas suas decisões.

Art. 16º - Os/as candidatos/as serão avaliados em Fichas individuais sendo que, após a avaliação de cada candidato/a, as Fichas serão recolhidas em envelopes e rubricadas pelos/as jurados/as.

Art. 17º - Os/as candidatos/as serão avaliados/as de acordo com os seguintes quesitos:

I - Afinação;

II - Harmonia;

III - Ritmo;

IV - Dicção; e

V - Performance de Palco.

Art. 18º - Cada quesito do Art. 17 será avaliado de maneira

individual e por apenas um/a Jurado/a.

Art. 19º - No caso de empate entre as três primeiras colocações, os critérios para desempate obedecerão a ordem dos quesitos abaixo, sendo vencedor/a o/a candidato/a que obtiver a maior nota em:

I - Afinação;

II - Harmonia;

III - Ritmo;

IV - Dicção; e

V - Performance de Palco.

DA PREMIAÇÃO

Art. 20º - A premiação será de responsabilidade da Comissão Central Organizadora.

Art. 21º - Os prêmios serão entregues aos/às candidatos/as, após a divulgação dos resultados finais e obedecerão as seguintes ordens e valores:

1º - Colocado/a - R\$ 500,00 (quinhentos reais) + troféu

2º - Colocado/a - R\$ 300,00 (trezentos reais) + troféu

3º - Colocado/a - R\$ 200,00 (duzentos reais) + troféu

Parágrafo Único - Os/as demais candidatos/as que não alcançarem a classificação entre os/as três primeiros/as colocados/as, receberão brinde de participação.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22º - No caso de alguma falha técnica grave ou incidente em algum instrumento musical no momento da apresentação, a música poderá ser interrompida e recomeçada, desde que solicitada pelo/a candidato/a, sem prejuízo à avaliação.

Art. 23º - Os casos omissos a este Edital serão resolvidos pela Comissão Central Organizadora sendo esta soberana em suas decisões.

Santa Rosa do Sul, 02 de maio de 2014.

Comissão Central Organizadora - CCO

VI POLVILHANA - 2014

VII Femec - Festival Municipal Escolar da Canção Santa Rosa do Sul - SC

VII FEMEC - FESTIVAL MUNICIPAL ESCOLAR DA CANÇÃO
SANTA ROSA DO SUL - SC

REGULAMENTO - 2014

DO OBJETIVO

Art. 1º - A Comissão Central Organizadora (C.C.O.), institui o VII FEMEC - FESTIVAL MUNICIPAL ESCOLAR DA CANÇÃO com o objetivo de promover a cultura e a integração dos alunos do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental das Redes Municipal e Estadual de Educação do município de Santa Rosa do Sul, classificados no II FEC- Festival Escolar da Canção - 2014, proporcionando um espaço para que os mesmos apresentem seus trabalhos, sua

musicalidade e os seus talentos.

DAS COORDENAÇÃO E DA REALIZAÇÃO DO EVENTO

Art. 2º - O VII FESTIVAL MUNICIPAL ESCOLAR DA CANÇÃO DE SANTA ROSA DO SUL será coordenado pela Comissão Central Organizadora (C.C.O.) de Santa Rosa do Sul.

Art. 3º - O VII FESTIVAL MUNICIPAL ESCOLAR DA CANÇÃO DE SANTA ROSA DO SUL será realizado no dia 03 de junho, com início às 21h (vinte e uma) horas.

Parágrafo Único - Os/candidatos/as deverão estar no local da apresentação com, no mínimo, uma (01) hora de antecedência.

Art. 4º - O VII FESTIVAL MUNICIPAL ESCOLAR DA CANÇÃO DE SANTA ROSA DO SUL será realizado ao ar livre na "Praça Frei Raimundo Simonetto".

Parágrafo Único - O local será devidamente preparado para a realização do evento, com palco para as apresentações.

DAS CATEGORIAS

Art. 5º - O FEMEC será realizado em uma única categoria, com participação de alunos/as do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, classificados no II FEC - Festival Escolar da Canção - 2014.

DAS INSCRIÇÕES

Art. 6º - Para efetuar sua inscrição o/a candidato/a deverá preencher formulário próprio com todos os dados solicitados.

Parágrafo Único - A inscrição no VII FEMEC impossibilita a participação no XI FEMUC - Festival Municipal da Canção de Santa Rosa do Sul.

Art. 7º - Para confirmar sua inscrição o/a candidato/a deverá devolver a Ficha de Inscrição devidamente preenchida e assinada, juntamente com os seguintes documentos:

- Identidade do/a candidato/a ou responsável se menor de 18 anos (original e cópia);
- Comprovante de residência (original e cópia);
- Assinatura do Termo de Autorização de Uso de Imagem;

Parágrafo único - Fica a critério do/a candidato/a o uso de playback ou acompanhamento musical ao vivo, sendo que esta opção deverá constar na Ficha de Inscrição.

Art. 8º - Somente poderão participar do VII FEMEC, os/as alunos/as regularmente matriculados/as em Unidades Escolares das Redes Municipal e Estadual de Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) no município de Santa Rosa do Sul e que foram classificados/as no II FEC - 2014.

Art. 9º - Os/as candidatos/as só poderão interpretar músicas em Língua Portuguesa.

Art. 10º - As inscrições poderão ser efetuadas no período de 16/05 a 23/05 do corrente ano.

Art. 11º - As inscrições serão efetuadas na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo de Santa Rosa do Sul, de forma gratuita.

Art. 12º - Não será permitida a inscrição para interpretação de uma mesma música por mais de um/a candidato/a.

Parágrafo Único - Na ocasião de mudança/troca de música, o/a

candidato/a terá um prazo de 04 (quatro) dias após sua inscrição para mudar a música, caso necessário. No caso de escolha de mesma música, terá o direito o/a candidato/a que primeiro se inscrever.

DAS APRESENTAÇÕES DOS CANDIDATOS

Art. 13º - Os/as candidatos/as poderão se apresentar acompanhados/as de playback ou optar pelo acompanhamento musical ao vivo.

Art. 14º - Os playbacks ficarão a cargo dos/as candidatos/as, os quais se responsabilizarão inteiramente pela qualidade e funcionamento, não cabendo a comissão a interferência nesse sentido.

Art. 15º - O/a candidato/a que optar por tocar algum instrumento musical deverá se responsabilizar totalmente pelo mesmo.

Art. 16º - Os/as candidatos/as que optarem pelo acompanhamento de terceiros terão de se responsabilizar pelo mesmo.

Art. 17º - Será permitido ao/a candidato/a trazer acompanhamento vocal, se assim desejar.

Art. 18º - A ordem das apresentações será organizada pela CCO, por meio de sorteio a ser realizado em 26/05/2014, às 10h30min, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo de Santa Rosa do Sul.

Parágrafo único - A ordem das apresentações prevista no artigo anterior será feita por meio de sorteio, na data supracitada.

DOS JURADOS E DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Art. 19º - Os/as jurados/as serão em número de 04 (quatro) escolhidos/as pela Comissão Central Organizadora, sendo observados os critérios de imparcialidade e conhecimento do assunto.

Art. 20º - Os/as candidatos/as serão avaliados em fichas individuais e, após avaliação de cada candidato/a, as fichas serão recolhidas em envelopes e rubricadas pelos/as jurados/as.

Art. 21º - Após a última apresentação, serão sorteados dois/duas candidatos/as para acompanhar o processo de contagem dos pontos.

Art. 22º - Os/as jurados/as serão os mesmos para todas as apresentações.

Art. 23º - Os/as candidatos/as serão avaliados de acordo com os seguintes quesitos:

- Afinação
- Harmonia
- Dicção
- Performance de Palco

Art. 24º - Cada quesito do Art. 23º será avaliado por um/a único/a jurado/a.

Parágrafo Único - As notas atribuídas pelos/as jurados/as não poderão ser contestadas em hipótese alguma.

Art. 25º - No caso de empate entre as três primeiras colocações, os critérios para desempate obedecerão à ordem dos quesitos abaixo, sendo vencedor/a o/a candidato/a que obtiver a maior nota em:

- 1º) Afinação
- 2º) Harmonia

- 3º) Dicção
4º) Performance de Palco

DA PREMIAÇÃO

Art. 26º - A premiação será de responsabilidade da Comissão Central Organizadora.

Art. 27º - Os prêmios serão entregues aos/às candidatos/as, após a divulgação dos resultados finais.

Art. 28º - Os troféus serão entregues aos/às 03 (três) primeiros/as colocados/as e os/as demais participantes receberão uma lembrança do FEC.

Art. 29º - A premiação será a seguinte:

1º colocado(a) - R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) + violão + troféu

2º colocado(a) - R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) + troféu

3º colocado(a) - R\$ 100,00 (cem reais) + troféu

Parágrafo Único: Os/as demais candidatos/as que não se classificarem entre os/as três primeiros/as finalistas receberão troféus de participação.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30º - No caso de alguma falha técnica grave ou incidente em algum instrumento musical no momento da apresentação do/a candidato/a, a música poderá ser interrompida e a apresentação recomeçada, desde que solicitada pelo/a candidato/a.

Art. 31º - Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela Comissão Central Organizadora e, no dia do evento, também pelo corpo de jurados/as.

Parágrafo único - O/a candidato/a deverá apresentar junto à Ficha de Inscrição o texto de autorização de imagens devidamente preenchido e assinado pelo/a pai/mãe e/ou responsável.

Art. 32º - No dia do concurso, os/as candidatos/as deverão estar acompanhados/as pelo/a pai/mãe e/ou responsável.

Santa Rosa do Sul, 07 de abril de 2014.
Comissão Central Organizadora

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

Extrao Edital PL 310

O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO n. 0310/2014 na MODALIDADE: Pregão Presencial, para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO A FIM DE CORRIGIR AS PRINCIPAIS DEFICIÊNCIAS RELACIONADAS A MORADIA, CONFORME PROPOSTA SIGEF Nº 09141/2013, CONVÊNIO Nº 4267/2013, PROJETO MEU CANTINHO.. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 09:00 horas do dia 16/05/14, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 09:30 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570001.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 29/04/14.
Jacob Gilmar Junges
Prefeito Municipal.

Decreto 137/2014

DECRETO N. 137 DE 28 DE ABRIL DE 2014.

DISPÕE SOBRE DECRETAÇÃO DE PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVISÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Fica Decretado Ponto Facultativo em todas as repartições municipais no dia 02 de Maio de 2014 em decorrência do feriado do dia do trabalhador no dia 01 de Maio de 2014.

Art. 2º. Todos os departamentos e secretarias municipais voltam ao atendimento normal na segunda-feira 05 de Maio de 2014.

Art. 3º No período em que perdurar o ponto facultativo será disponibilizado aos usuários da Secretaria Municipal de Saúde Pública, plantão, onde os pacientes com necessidades médicas serão encaminhados a hospitais da região.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Santa Terezinha do Progresso (SC), 28 de Abril de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI
SEC. MUNICIPAL DE GESTÃO E DES. ECONOMICO.
MATRÍCULA 1157/6

Decreto 138/2014

DECRETO Nº 138, DE 28 DE ABRIL DE 2014.

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO
DE PROCESSO LICITATÓRIO E
DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas que lhe confere a Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94 e alterações:

Considerando que houve o descuido no lançamento do Processo Licitatório Convênio nº4267/2013, onde exigência deste Convênio nº4267/2013 é a modalidade PREGÃO, anula-se o Processo Licitatório.

DECRETA

Art. 1º. Fica Anulado o Processo Licitatório nº 255/2014, Modalidade Convite 09/2014.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 28 de Abril de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI

Secretário de Gestão e Des. Econômico

Matricula nº 1157/6

Decreto 139/2014

DECRETO N. 139, DE 28 DE ABRIL DE 2014.

HOMOLOGA JULGAMENTO PROFERIDO PELA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, DO PROCESSO LICITATÓRIO N. 249 /2014

MODALIDADE: Pregão N. 13/2014.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas que lhe confere a Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94 e alterações:

HOMOLOGA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pela Portaria n. 272014, de 10/01/14, sobre o Processo de Licitação n. 249/2014, Pregão N.13/2014, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS NAS ÁREAS DE ASSESSORIA, CONSULTORIA E ELABORAÇÃO DE PROJETOS (PLANOS DE TRABALHO, ESTUDOS DE DEMANDA, ATENDIMENTO AOS PARECERES E ATIVIDADES AFINS) E BUSCA DE PROGRAMAS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS JUNTO AOS ÓRGÃOS PÚBLICOS DA UNIÃO, ESTADOS, FUNDOS DE BANCOS OFICIAIS (EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE EM CADA ESFERA DE GOVERNO), BEM COMO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS PROJETOS DE ORIENTAÇÃO GERAL AOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO GERAL.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionada (s):

Empresa	Itens	Descrição do Item	Qtde	Valor homologado
TRANSPUBLICA ASSESSORIA E DESENVOLVIMENTO EM GESTAO PUBLICA LTDA ME	1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS NAS ÁREAS DE ASSESSORIA, CONSULTORIA E ELABORAÇÃO DE PROJETOS (PLANOS DE TRABALHO, ESTUDOS DE DEMANDA, ATENDIMENTO AOS PARECERES E ATIVIDADES AFINS) E BUSCA DE PROGRAMAS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS JUNTO AOS ÓRGÃOS PÚBLICOS DA UNIÃO, ESTADOS, FUNDOS DE BANCOS OFICIAIS (EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE EM CADA ESFERA DE GOVERNO), BEM COMO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS PROJETOS DE ORIENTAÇÃO GERAL AOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	8,00	35.120,00

°Valores expressos em reais

Nome do Fornecedor	Valor Total	
TRANSPUBLICA ASSESSORIA E DESENVOLVIMENTO EM GESTAO PUBLICA LTDA ME	35.120,00	trinta e cinco mil cento e vinte reais

°Valores expressos em reais

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso em,

28 de abril de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI

Secretário de Gestão e Des. Econômico

Matricula nº 1157/6

Decreto 140/2014

DECRETO Nº 140/2014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto exonerado, a pedido, o Servidor Público Municipal Sr. ELOIR ROGÉRIO PIMMEL, matrícula nº 742/0, ocupante do cargo de Motorista de Caminhão, lotado no quadro de pessoal permanente da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
05 de Maio de 2014.
JACOB GILMAR JUNGES
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI
Secretário de Gestão e Des. Econômico.
Matricula nº 1157/6

Decreto 141/2014

DECRETO Nº 141/2014
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDOR MUNICIPAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a não realização do concurso público para a lotação no referido quadro;

Considerando a grande necessidade do município em desenvolver as atividades relacionadas ao Programa de Manutenção das Estradas Vicinais
Considerando principalmente a licença prêmio de 03 meses do funcionário titular do cargo;

DECRETA

Art. 1º. Fica contratado temporariamente, até a realização de concurso público ou teste afim e/ou até o encerramento da licença prêmio do titular do cargo, o servidor ALDO JANNER no cargo de OPERADOR DE MOTONIVELADORA, 40 horas semanais, Código 0019 do quadro de pessoal permanente do Município de Santa Terezinha do Progresso, de que trata a Lei Complementar 11/2010 de 21 de Janeiro de 2010, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
05 de Maio de 2014.
JACOB GILMAR JUNGES
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI
Secretário de Gestão e Des. Econômico.
Matricula nº 1157/6

Portaria 96/2014

PORTARIA Nº 096/2014
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de

Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Art. 1º. Fica concedida licença para tratamento de saúde à Servidora Municipal, Senhora SIMONE MARCIA MULLER, matrículas nº 724/2 e 805/2, ocupante da função de Enfermeira Padrão no período 29/04/2014, a 14/05/2014, conforme Atestado Médico do Dr. Luiz Alberto Lopes Ávila RMS 4200224.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 29 de Abril de 2014.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI
Secretário de Gestão e Des. Econômico.
Matricula nº 1157/6

Portaria 97/2014

PORTARIA Nº 097/2014
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Concede licença prêmio de 03 (três) meses ao funcionário ARNO ADELIR ARNT matrícula nº 797/8, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com o que dispõe o art. 73, da Lei Complementar nº 10 de 16 de dezembro de 2009, iniciando-se em 05 de Maio de 2014 e terminando em 04 Agosto 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Santa Terezinha do Progresso - SC, 05 de Maio de 2014.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI
Secretário de Gestão e Des. Econômico.
Matricula nº 1157/6

Portaria 98/2014

PORTARIA Nº 098/2014
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias à servidora pública municipal Sra. NOELI SALETE MONTEIRO,

matricula nº 1039/1, ocupante do cargo de CONSELHEIRA TUTELAR, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, carga horária de 20 horas semanais, relativamente ao período aquisitivo 01/01/2013 a 31/12/2013, a serem gozadas no período de 05/05/2014 a 03/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Santa Terezinha do Progresso - SC, 05 de Maio de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI

Secretário de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 1157/6

São Bento do Sul

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Pregão Nº 124/2014

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 124/2014

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00 horas do dia 15 de maio de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO/CARPINTEIRO E AJUDANTE DE PEDREIRO/CARPINTEIRO, PARA AUXILIAR NA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO CRAS, CREAS, ABRIGO DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA, ABRIGO INSTITUCIONAL PARA MENORES E FAMÍLIAS DE APOIO, SEMAS, CONSELHO TUTELAR E CAFI.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 30 de abril de 2014.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

JOCEMARI TELMA TEIXEIRA

Pregoeira

Extrato de Termo Aditivo Nº 022/2014 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 022/2014

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato/Convênio nº 084/2013 firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de São Bento do Sul e a SOCIEDADE MÃE DA DIVINA PROVIDÊNCIA/HOSPITAL E MATERNIDADE SAGRADA FAMÍLIA, CNES nº 2521792, tendo em vista o que dispõe as Portarias GM/MS nºs 1.721/2005, SAS/MS 635/2005, GM/MS 3.123/06 e GM/MS 3.277/06.

DO OBJETO: O presente tem por objeto integrar a CONVENIADA no Sistema Único de Saúde - SUS e definir a sua inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde, visando à garantia da atenção integral à saúde dos munícipes que integram a região de saúde na qual a CONVENIADA está inserida, e conforme Plano Operativo previamente definido entre as partes e aprovado na Comissão Intergestores Bipartite - CIB, o qual faz-se necessário alterar as seguintes Cláusulas do Contrato:

I - Os valores pagos por Plantão Médico Presencial, Sobreaviso e Plantão UTI, ficam reajustados segundo disposição do Plano Operativo anexo ao Contrato/Convênio nº 084/2013, da seguinte forma:

Plantão Médico(presencial): 365 dias /12 = 30,4 dias X 24 horas = 729,9 horas

Especialidade	Total horas/mês	Valor da hora	Valor total

Médico Clínico Geral 24 horas	730 horas	R\$ 72,80	R\$ 53.144,00
Médico Clínico Geral 24 horas	730 horas	R\$ 72,80	R\$ 53.144,00
Médico Ginecologo- gista/Obstetra 24 horas	730 horas	R\$ 72,80	R\$ 53.144,00
Médico Pediatra 24 horas	730 horas	R\$ 72,80	R\$ 53.144,00
Especialidades em sobreaviso (ortopedia, trau- matologia, clínica cirúrgica, anes- tesiolgia, clínica médica, pediatria, neurologia, radio- logia, buco-maxi- lo-facial)			R\$ 77.607,071
Plantão UTI (Lei n.º 3126, de 17 de dezembro de 2.012)			R\$15.000,00
TOTAL	2.920 horas	R\$ 72,80	R\$ 305.183,071

II - Acréscimo de complemento ao valor da tabela SIGTAP/SUS para o POTENCIAL EVOCADO AUDITIVO P/ TRIAGEM AUDITIVA cód. 02.11.07.027-0 hoje pago o valor de R\$ 13,51 por teste:

- Será repassado o valor mensal de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) para complementar o valor para realização do teste da orelhinha nas crianças nascidas no hospital do município pelo Sistema Único de Saúde, passando a ser pago para a profissional o valor mensal de R\$ 1.700,00 mês.

III - O presente TERMO ADITIVO tem como vigência o período de 01/04/2014 a 31/12/2014.

As demais cláusulas e condições previstas permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 11 de março de 2014.

Ass.: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

Irmã NELSA HACKBARTH, pela Empresa Contratada.

Dispensa de Licitação Nº 357/2013

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 357/2013

OBJETO: Contratação De Empresa Para A Prestação Dos Serviços De Telefonia Móvel, Pessoal, Local E Serviço Telefônico Fixo, Computado De Longa Distância Nacional, Para Chamada De Acesso Do Serviço Móvel Pessoal - Smp Com Fornecimento De 150 (Cento E Cinquenta) Aparelhos Telefônicos Móveis Em Regime De Comodato, Para Atender O Município De São Bento Do Sul Através De Sua Administração Pública Pelo Período De 07 De Novembro De 2013 A 06 De Fevereiro De 2014.

CONTRATADO: Telefônica Brasil S.A.

Valor: R\$ 35.064,64

SÃO BENTO DO SUL, 29 de novembro de 2013.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Justificativa Dispensa de Licitação Nº 357/2013 JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I - Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELEFONIA MOVEL, PESSOAL, LOCAL E SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO, COMPUTADO DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL, PARA CHAMADA DE ACESSO DO SERVIÇO MÓVEL PESSOAL - SMP COM FORNECIMENTO DE 150(CENTO E CINQUENTA) APARELHOS TELEFÔNICOS MÓVEIS EM REGIME DE COMODATO, PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL ATRAVÉS DE SUA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELO PERÍODO DE 07 DE NOVEMBRO DE 2013 A 06 DE FEVEREIRO DE 2014

II - Contratado: TELEFONICA BRASIL S.A.

III - Caracterização da Situação que justifica a Dispensa de Licitação: A dispensa de licitação para a referida contratação se funda no inciso II do art 24 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos, Considerando o término de Contrato no dia 06 de Novembro de 2013, conforme Cláusula Nona, devido que os serviços prestados são de natureza contínua e passíveis de prorrogação, com base no Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, faz-se necessário Contratação emergencial com vigência por 04 (quatro) meses, tendo em vista um novo processo licitatório em andamento. No início do ano de 2013, a TELEFÔNICA DO BRASIL S.A. incorporou a empresa atualmente contratada do serviço, VIVO S.A. CNPJ 02.449.992/0003-26, a qual não pode mais renovar nenhum contrato em seu nome, apenas em nome da TELEFÔNICA BRASIL. Portanto para não interromper o serviço prestado que é extremamente necessário para a prefeitura, principalmente em serviços emergenciais como Secretaria de saúde, Obras, Defesa Civil entre outros, será necessário fazer contrato emergencial em nome da incorporadora da atual prestadora de serviços, sendo que está deverá manter os valores e tarifas praticados pela VIVO S.A., sem qualquer ônus ao erário público, conforme artigo 24, inciso X da Lei 8.666/93.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: O Contrato emergencial deverá ser feito em nome de TELEFÔNICA BRASIL S.A., pois a mesma incorporou a empresa VIVO S.A. atual prestadora do serviço.

V - Justificativa do Preço: O valor de R\$ 35.064,60 (Trinta e cinco mil sessenta e quatro reais e sessenta centavos) proporcional ao valor original do Contrato para o período prorrogado. Além disso, segundo pesquisa de preço, a Telefônica tem o valor mais baixo entre as empresas do mercado.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente, Secretário de Administração, Alcionei França da Silva.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

Diretor Departamento de Compras

RH. Ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 05 dias.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

DECRETO Nº 541/2014

DECRETO Nº 0541, DE 30 DE ABRIL DE 2014

DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores Ricardo Callado, Jocemari Telma Teixeira, Sandra Sadowski Andrzejewski, Ricardo Antonio

Homechen e Schéliga Monia Foitt Poltronieri, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de abertura, análise e julgamento das propostas referentes ao Edital de Tomada de Preços nº 121/2014, a realizar-se às 10:00 horas, do dia 08 de maio de 2014, na sala de reunião da sede do Município de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de abril de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Decreto Nº 542/2014

DECRETO Nº 0542, DE 30 DE ABRIL DE 2014

DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores Eliane Bergmann Rank, Jocemari Telma Teixeira, Carla Eloise Mulbauer, Ricardo Antonio Homechen e Anderson Hinke, para, sob a presidência da primeira, constituírem a Comissão de abertura, análise e julgamento das propostas referentes ao Edital de Tomada de Preços nº 115/2014, a realizar-se às 14:00 horas, do dia 07 de maio de 2014, na sala de reunião da sede do Município de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de abril de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Extrato de Contrato Nº 015/2014 Fmd

EXTRATO DO CONTRATO Nº 015/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Adesivos, que entre si celebram a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, e a Empresa A.V. IMPRESSÃO DIGITAL LTDA - ME.

DO OBJETO: Consiste no fornecimento parcelado de Adesivos para serem utilizados nas Premiações dos eventos realizados pela Fundação Municipal de Desportos e suas Associações, conforme Compra Direta nº 69, de 03 de abril de 2014.

DO VALOR: R\$ 1.287,50 - Valor Total

DA VIGÊNCIA: 8 (oito) meses e 27 (vinte e sete) dias, a contar de 04 de abril de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

São Bento do Sul, 04 de abril de 2014.

ASS: HÉLCIO CARLOS LIEBL, pela Fundação.

A.V. IMPRESSÃO DIGITAL LTDA - ME, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 018/2014 Fmd

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 018/2014

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento de Combustível de nº 008/2014, firmado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, e a Empresa POSTO PÉROLA DO VALE LTDA, conforme Carta Convite nº 002/2014, de 29 de janeiro de 2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 008/2014, que consiste no fornecimento parcelado pela CONTRATADA, de etanol, gasolina comum, e óleo diesel S10 para o abastecimento dos veículos da Fundação Municipal de Desportos.

Considerando que a CONTRATADA ingressou com pedido de reajuste do Item 02 - Gasolina Comum, e visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de que trata o Art. 65, inciso II, letra d, da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94, faz-se necessário aditar o referido Contrato nos seguintes termos:

1º - A Fundação Municipal de Desportos do Município de São Bento do Sul passará a pagar a CONTRATADA à partir de 28 de abril de 2014 o valor do litro da Gasolina Comum de R\$ 2,89 (dois reais e oitenta e nove centavos) para R\$ 2,94 (dois reais e noventa e quatro centavos), ficando o saldo de 1279,59 litros, referente ao Item 02.

2º - As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: (08) 15.01.2.057.3.3.90 .30.01.00.00.00.0100 - Manutenção das Atividades da Fundação Municipal de Desportos.

3º - As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 12 de fevereiro de 2014, permanecem inalteradas.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 28 de abril de 2014.

ASS: HÉLCIO CARLOS LIEBL, pela Fundação.

POSTO PÉROLA DO VALE LTDA, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 019/2014 Fmd

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 019/2014

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento de Passes de nº 009/2014, firmado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, e a Empresa NIVALDO STOEBERL & CIA LTDA, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 004/2014, de 14 de fevereiro de 2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 009/2014, que consiste no fornecimento parcelado de 1.250 cartelas com 20 passes (vale transporte de estudante) em cada, para os Atletas das Escolinhas de diversas modalidades da Fundação Municipal de Desportos, para o ano de 2014.

Considerando que a CONTRATADA ingressou com pedido de reajuste do valor do passe (vale transporte de estudante), conforme Decreto Municipal nº 491, de 31 de março de 2014, e visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de que trata o Art. 65, inciso II, letra d, da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94, faz-se necessário aditar o referido Contrato nos seguintes termos:

1º - A Fundação Municipal de Desportos do Município de São

Bento do Sul passará a pagar a CONTRATADA à partir de 28 de abril de 2014 o valor do passe (vale transporte de estudante) de R\$ 2,24 (dois reais e vinte e quatro centavos) para R\$ 2,40 (dois reais e quarenta centavos), ficando o saldo de 18.900 passes (vale transporte de estudante).

2º - As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: (09) 15.01.2.057.3.3.90.32.99.00.00.00.0100 - Manutenção das Atividades da Fundação Municipal de Desportos.

3º - As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 17 de fevereiro de 2014, permanecem inalteradas.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 28 de abril de 2014.
ASS: HÉLCIO CARLOS LIEBL, pela Fundação.
NIVALDO STOEBERL & CIA LTDA, como Contratada.

Listagem Portarias

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria/SEMED nº 0860, de 16 de abril de 2014. Concede Gozo de Férias. Dinaí das Graças Fabian Steibach. Professor Anos Iniciais.

Portaria/SEMED nº 0861, de 16 de abril de 2014. Concede Licença para Tratar de Interesses Particulares. Nilcéia Glonecki. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 0862, de 16 de abril de 2014. Concede Interrupção de Licença para Tratar de Interesses Particulares. Malcon Ossanes. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 0863, de 16 de abril de 2014. Concede Licença Prêmio. Erani Kriger Vargas. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 0864, de 16 de abril de 2014. Concede Licença Prêmio. Sirlene Mafrá. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 0865, de 16 de abril de 2014. Concede Licença Prêmio. Marise da Silva Cutas. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0866, de 16 de abril de 2014. Concede Licença Prêmio. Maria Senhorinha dos Santos. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0867, de 16 de abril de 2014. Concede Licença Prêmio. Juliana Botana Nunes. Secretária de Escola.

Portaria/SEMED nº 0868, de 16 de abril de 2014. Concede Licença Prêmio. Maria Cristina Hass Peters. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0869, de 16 de abril de 2014. Concede Licença Prêmio. Patricia de Campos. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0870, de 16 de abril de 2014. Concede Licença Prêmio. Lilian Guzzatto Pedrozo. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 0871, de 16 de abril de 2014. Concede Licença Prêmio. Lorete Aparecida Sousa Rengel. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0872, de 16 de abril de 2014. Concede Licença Prêmio. Josi Neppel Wotroba. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0873, de 16 de abril de 2014. Concede Licença Prêmio. Jeanete Santos Silva Roberto. Especialista em Assuntos Educacionais.

Portaria/SEMED nº 0874, de 29 de abril de 2014. Concede Interrupção de Licença para Tratar de Interesses Particulares. Lindamir Stuber Machado. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 0875, de 29 de abril de 2014. Concede Prorrogação de Licença para Tratar de Interesses Particulares. Ariadne Luciane Hack. Atendente Educativo.

ALCIONE TERESINHA HINKE
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aviso de Licitação - Pregão Nº 127/2014

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 127/2014
MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 16 de maio de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SONORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS REALIZADOS PELA SEMED DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 05 de maio de 2014.
ALCIONE FRANÇA DA SILVA
Secretário de Administração - Autoridade Competente

JOCEMARI TELMA TEIXEIRA
Pregoeira

Dispensa de Licitação Nº 133/2014

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 133/2014

OBJETO: Locação de imóvel com área de 321,89 m2 localizada no piso térreo e terreno com 587,61 m2 da edificação nº 71, localizado na Rua Wenzel Kahlhofer, Centro, perfazendo um total de 908,89 m2, registrado sob o nº RG 3 matrículas nº 27.178 as fls 124/126 do livro nº 02, matrícula nº 28.177 as fls. 124/126 do livro 02 e matrícula nº 28.176 as fls. 124/126 do livro 02 do 1º Ofício do Registro de Imóveis e Hipotecas, para abrigar extensão do CEIM Tempo Mágico para atendimento do berçário, pelo período de 09 meses.

CONTRATADO: Delmino Soares da Cunha

Valor: R\$ 35.550,00

SÃO BENTO DO SUL, 05 de maio de 2014.
EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS
DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

ALCIONE TERESINHA HINKE
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

Justificativa Dispensa de Licitação Nº 133/2014

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I - Objeto: Locação de imóvel com área de 321,89 m2 localizada no piso térreo e terreno com 587,61 m2 da edificação nº 71, localizado na Rua Wenzel Kahlhofer, Centro, perfazendo um total de 908,89 m2, registrado sob o nº RG 3 matrículas nº 27.178 as fls 124/126 do Livro nº 02, matrícula nº 28.177 as fls. 124/126 do Livro 02 e matrícula nº 28.176 as fls. 124/126 do Livro 02 do 1º Ofício do Registro de Imóveis e Hipotecas, para abrigar extensão do CEIM Tempo Mágico para atendimento do berçário, pelo período de 09 meses.

II - Contratado: Delmino Soares da Cunha

III - Caracterização da Situação que justifica a Dispensa de Licitação: A dispensa de licitação para a referida locação se funda no Inciso X do Art. 24 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos:

O imóvel locado é utilizado como uma extensão do CEIM Tempo Mágico para atendimento aos bebês do berçário e dar mais tranquilidade para as famílias trabalhadoras, e se adequa perfeitamente às necessidades da Secretaria de Educação, pois localiza-se próximo ao Terminal Urbano, facilitando o acesso a todos, pois os pais residem nos diversos bairros do município, para o fim a que se pretende, tanto pela localização geográfica (que condicionou a sua escolha) quanto pela utilização que atende as finalidades precípuas da contratação pretendida pela Administração, conforme artigo 24, inciso X da Lei 8.666/93.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: O contratado, Delmino Soares da Cunha foi quem ofereceu um dos melhores imóveis e que melhor se adequou às necessidades da Secretaria, pelos motivos acima elencados.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado para a locação é o praticado no mercado, conforme avaliação prévia do imóvel. Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

ALCIONE TERESINHA HINKE
Secretária de Educação

SAMAE

Aviso de Licitação - Pregão Nº 32/2014

Pregão Presencial nº 32/2014

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 32/2014

MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do seu Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 16 de maio de 2014, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Contratação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização de janelas e portas de vidro dos imóveis do SAMAE, que compreenderá o fornecimento de mão de obra, todo o material de consumo e insumos e equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços. Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 06 de maio de 2014.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

Aditivo FMS 003 Dr. Luiz

DADOS E TEXTO DO TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: ABRIL/2014

NÚMERO DO TERMO ADITIVO: FMS N. 003 DE 14/04/2014

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS n. 011 DE 04 DE MARÇO DE 2013.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 14/04/2014

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 004/2013 Tomada de Preços n. 001/2013

DESCRIÇÃO: o objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da Cláusula Segunda do Contrato n. 011 de 04/03/2013

Valor do aditivo: R\$ 700,05 (setecentos reais e cinco centavos)

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784-B

CONTRATADO: Luiz Carlos Theobaldo Pereira ME

CPF/CNPJ: 08.779.523/0001-90

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 30/09/2014

Aditivo FMS 004 Andrade E Silva

DADOS E TEXTO DO TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: ABRIL/2014

NÚMERO DO TERMO ADITIVO: FMS N. 004 DE 14/04/2014

2º termo Aditivo ao Contrato FMS n. 012/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 14/04/2014

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 004/2013 Tomada de Preços n. 001/2013

DESCRIÇÃO: o objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da Cláusula Segunda do Contrato n. 011 de 04/03/2013

Valor do aditivo: R\$ 1.669,34

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784-B

CONTRATADO: Andrade e Silva Serviços Médicos Ltda.

CPF/CNPJ: 17.432.883/0001-01

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 30/09/2014

Dec 1602 de 29 04 14 Conselho Defesa Civil Comdec

DECRETO Nº 1602, DE 29 DE ABRIL DE 2014.

Altera a composição do Conselho Municipal de Defesa Civil (COMDEC).

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90, atualizada, e pela Lei n. 1725, de 23/10/13;

Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 1466, de 07 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre regulamentação da Lei n. 1725, de 23 de outubro de 2013, que cria o Sistema Municipal de Defesa Civil (SIMDEC), o Conselho Municipal de Defesa Civil (COMDEC), o Fundo Municipal de Defesa Civil (FUMDEC) e a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) no Município de São Domingos/SC e dá outras providências;

Considerando a exoneração do servidor Luiz Carlos Dantas;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a composição do Conselho Municipal de Defesa Civil (COMDEC) que passa a ter os seguintes membros:

I - Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil: Vianeí Ferrarini Meoti;

II - Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos: Ari Pertile;

III - Secretaria Municipal de Saúde: Eliéze Comachio;

IV - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente: Fernanda Picoli;

V - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes: Sílvia Rozani de Brito Baggio;

VI - Secretaria Municipal de Administração e Fazenda: Lenize Klein Latreille;

VII - Secretaria Municipal de Assistência Social: Sandra Maria Fioresi;

VIII - Coordenadoria Regional de Defesa Civil: Luciano Peri;

IX- Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina: Laucir Berlanda,

Polícia Militar de Santa Catarina: Flavio Mushinski,

Polícia Civil de Santa Catarina: Eva Rosenice Santetti Gitrone;

X- Representante da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado de Santa Catarina: Inácio Daniel Aiolfi;

XI - Representante do Poder Judiciário: Blausio Jaci Campagnolo;

XII - Representante do Poder Legislativo Municipal: Sérgio Gandini;

XIII - Associação dos Bombeiros Comunitários: Vanderlei Lisboa;

XIV - Câmara dos Dirigentes Lojistas: Cristiane Teixeira;

XV - Clubes de Serviço: Valter Adílio Lessa;

XVI - Sindicato Rural: Hercílio de Freitas,
Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar: Flavio Trichês,

Sindicato dos Trabalhadores em Educação: Sirlene Conte;

§ 1º O COMDEC será presidido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal de São Domingos/SC.

§ 2º No exercício de suas atividades, poderá o COMDEC solicitar de pessoas físicas ou jurídicas colaboração no sentido de prevenir e limitar os riscos, as perdas e os danos a que estão sujeitas as populações, em decorrência da calamidade pública e fenômenos anormais.

§ 3º A participação no Conselho Municipal de Defesa Civil será considerada prestação de serviço público relevante e não será remunerada.

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal de Defesa Civil - COMDEC, tendo em vista sua função de órgão de assessoramento do Poder Executivo de São Domingos/SC, desenvolver as seguintes

atividades:

- I - deliberar sobre a política municipal de defesa civil;
- II - promover e colaborar na execução de programas estaduais e federais de defesa civil, observada sua autonomia de atuação e suas instâncias de deliberação;
- III - coletar, processar e disponibilizar informações e dados históricos ou estatísticos relativos à defesa civil;
- IV - atuar em cooperação ou de forma integrada com os demais órgãos dos municípios da região, federais e estaduais de defesa civil, tanto nos períodos de normalidade como de anormalidade.
- V - supervisionar e fiscalizar os recursos empregados pelo FUMDEC, da forma que segue:

- a) fixar as diretrizes operacionais do FUMDEC;
- b) ditar normas e instruções complementares disciplinadoras da aplicação de recursos financeiros disponíveis;
- c) sugerir o plano de aplicação para o exercício seguinte;
- d) disciplinar e fiscalizar o ingresso de receitas;
- e) decidir sobre a aplicação dos recursos;
- f) analisar e aprovar anualmente as contas do FUMDEC;
- g) promover o desenvolvimento do FUMDEC e exercer ações para que seus objetivos sejam alcançados;
- h) apresentar, anualmente, relatório de suas atividades;
- i) definir critérios para aplicação de recursos nas ações preventivas.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente decreto, correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogado o Decreto nº 1521, de 14 de fevereiro de 2014.

São Domingos (SC), 29 de abril de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

Dec 1604 de 01 05 14 Sit Emergencia Enxurrada 01052014

DECRETO Nº 1604, DE 01 DE MAIO DE 2014.

Declara Situação de Emergência nas áreas do Município afetadas por Enxurradas - 1.2.2.0.0.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90, atualizada e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO:

I - Que houve a ocorrência de enxurradas, provocadas por chuva intensa e localizada, ocorrida desde o dia 30 de abril até a madrugada do dia 01 de maio de 2014 em todo o município de São Domingos;

II- Que em decorrência da chuva seguida de enxurrada brusca, houve alagamento das margens dos rios Aterrado Alto e Bonito que cortam a cidade, desalojamento de famílias, as quais já foram retiradas das residências, onde algumas foram levadas para a casa de parentes e vizinhos, além de danos de grandes proporções nas estradas do interior do município, pontes encobertas pelas águas das chuvas, bueiros destruídos e danificados, estradas sem passagens ficando intrafegáveis em alguns pontos pela inundação e destruição ocorrida, bem como dano nas culturas agrícolas alagadas;

III - Que o parecer da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Enxurradas - 1.2.2.0.0.

Art. 2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I - penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao

desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º O presente Decreto vigorará por 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por igual período, ininterrupto e consecutivo.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 01 de maio de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária de Administração e Fazenda

Dec 1603 de 29 04 14 Suplementação Assistência Social

DECRETO Nº 1603, DE 29 DE ABRIL DE 2014.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2014 PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.729, de 04/12/13;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no corrente exercício, criando a modalidade de aplicação necessária, acrescentando o valor de R\$ 98.791,93 (noventa e oito mil, setecentos e noventa e um reais e noventa e três centavos), no Orçamento de 2014, na seguinte programação de despesa:

11.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
08.244.1007.2.015 - Manut. das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	138	03.0052	56.472,81
44900000	Aplicações Diretas	137	03.0052	42.319,12

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no exercício anterior, na fonte de recursos de transferências da União e Estado para a Assistência social, 0.3.0052.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 29 de abril de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária de Administração e Fazenda

Dec 1601 de 29 04 14 Altera Coordenadoria Municipal de Defesa Civil

DECRETO Nº 1601, DE 29 DE ABRIL DE 2014.

Altera a composição da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90, atualizada, e pela Lei n. 1725, de 23/10/13;

Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 1466, de 07 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre regulamentação da lei n. 1725, de 23 de outubro de 2013, que cria o Sistema Municipal de Defesa Civil (SIMDEC), o Conselho Municipal de Defesa Civil (COMDEC), o Fundo Municipal de Defesa Civil (FUMDEC) e a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) no Município de São Domingos/SC e dá outras providências;

Considerando a exoneração do servidor Luiz Carlos Dantas;

DECRETA:

Art. 1º A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) no Município de São Domingos/SC, diretamente vinculada ao Gabinete do Prefeito Municipal ou ao seu eventual substituto, constituída com a finalidade de coordenar, em nível municipal, todas as ações de Defesa Civil nos períodos de normalidade e anormalidade, passa a ser composta pelos seguintes membros:

I - Coordenador: Viane Ferrarini Meoti;

II - Secretário: Fabiano Batistel;

III - Setor Técnico:

a) Edílio Stiburski - Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos;

b) CB BM Laucir Berlanda - Corpo de Bombeiros Militar;

IV - Setor Operativo:

a) Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos;

b) Secretaria Municipal de Saúde;

c) Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

d) Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

e) Secretaria Municipal de Administração e Fazenda;

f) Secretaria Municipal de Assistência Social;

g) Coordenadoria Regional de Defesa Civil;

h) Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina;

i) Polícia Militar de Santa Catarina e Polícia Civil de Santa Catarina;

Art. 2º A COMPDEC manterá com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais, estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos do Sistema Nacional de Defesa Civil.

Art. 3º Compete à Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil:

I - propiciar apoio técnico e operacional ao Conselho Municipal de Defesa Civil - COMDEC;

II - colaborar na formação de banco de dados e mapa dos recursos disponíveis em cada órgão ou entidade para as ações de socorro, assistência e recuperação;

III - engajar-se nas ações de socorro e assistência, mobilizando recursos humanos e materiais disponíveis nas entidades representadas, quando o exigir o interesse da defesa civil;

IV - manter-se em regime de reunião permanente, em caso de situações de emergência ou de calamidade pública que atinjam o Município ou a região;

V - executar, nas áreas de competência de cada órgão, as ações determinadas pelo Conselho Municipal de Defesa Civil, visando atuação conjugada e harmônica.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogado o Decreto nº 1513, de 10 de fevereiro de 2014.

São Domingos (SC), 29 de abril de 2014.
Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

Termo de Convênio Prefe 001-A 09.06.2011 Universidade Comunitária

DADOS E TEXTO DE CONVÊNIO:

Mês/Ano: Junho/2011

Número do Convênio: PREFE 001-A/2011 de 09 de Junho de 2011
(Termo de Convênio de Estágio nº 1473/2011)

Descrição: Termo de Convênio que entre si celebram a Unochapecó através da Vice-reitoria de ensino, pesquisa e extensão e a Prefeitura de São Domingos/ SC, consiste na concessão de Campo de Estágio Curricular para alunos regularmente matriculados e com frequência nos Cursos Superiores da Unochapecó, proporcionando a oportunidade de realização de ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO.

Responsável Jurídico: Vinicius Augusto Andrioli - OAB/SC n. 29.784-B

Conveniente/Contratado: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

Concedente/Contratante: FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE - FUNDESTE

CNPJ: 82.804.642/0001-08

Por 1602 de 29 04 14 Designa Simone Zanin respons[avel pelas publicações Legais

PORTARIA Nº 1602, DE 29 DE ABRIL DE 2014.

Designa servidora pública municipal como responsável pelas publicações do município e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90, atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08, atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/12, e:

* Considerando a demanda dos serviços de publicações do município;

* Considerando o princípio da legalidade e o princípio do interesse público dos atos da administração;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a servidora Simone Zanin, ocupante do cargo público de Assistente Pessoal do Prefeito, como responsável pela publicação e controle dos atos administrativos deste município, a partir desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 29 de abril de 2014.
Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

por 1604 de 02 05 14 Férias Emocir Brizola

PORTARIA Nº 1604, DE 02 DE MAIO DE 2014.

Concede férias ao servidor público municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90; pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº 017 de 21 de dezembro de 2007, pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/12 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/12 e:

- Considerando requerimento protocolado junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS a servidora pública municipal, conforme segue:

SERVIDOR (A)	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Emocir Rodrigues Brizola	Vigia	11/02/11-12	30	02/05/14 a 31/05/14

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 02 de maio de 2014.
Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Dec 1605 de 02 05 14 Nomeia Rafaela Spolti Assessor de Secretaria

DECRETO Nº 1605, DE 02 DE MAIO DE 2014.

Dispõe sobre a nomeação de servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/90, atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº 045, de 06/11/12, pela Lei Complementar 042 de 04/04/12 atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora Rafaela Spolti, para exercer o cargo de Assessor de Secretaria, deste Município de São Domingos (SC), enquadrada no Anexo III, - Quadro Geral de Cargos Comissionados, Código 71.08, Nível CC-07, da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/12, ficando lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 02 de maio de 2014.
Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

por 1605 de 02 05 14 Lota Jaime Granzotto Transportes Obras E Serviços

PORTARIA Nº 1605, DE 02 DE MAIO DE 2014.

Dispõe sobre a lotação de servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90; na Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08, atualizada; Lei Complementar 042 de 04/04/12, atualizada, e pela Lei Complementar nº 0045, de 06/11/12;

*Considerando a necessidade de adequação na lotação de servidores públicos municipais.

RESOLVE:

Art. 1º Fica lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos o servidor público municipal Jaime Granzotto, ocupante do cargo público de Agente de Construção e Conservação a partir desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 02 de maio de 2014.
Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

Declara Imóvel de Utilidade Pública Para Fins de Desapropriação E Dá Outras Providências.

DECRETO Nº 1608, DE 05 DE MAIO DE 2014.

Declara imóvel de utilidade pública para fins de desapropriação e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina no uso de atribuições que lhe são conferidas por lei;

Considerando o que estabelece o artigo 5º, inciso XXIV da Constituição Federal;

Considerando o contido no inciso V do artigo 100; na alínea "e" do artigo 116 D; e no artigo 184, todos da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto no Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/41, em especial o seu art. 5º, letra "m";

Considerando a necessidade de construção de nova escola municipal de ensino fundamental no perímetro urbano do município de São Domingos, haja vista a crescente demanda;

Considerando que o Governo Municipal de São Domingos está encaminhando ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, proposta para implantação do Projeto Espaço Educativo Urbano - 12 salas de aula.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, o seguinte imóvel: Quadra nº 50: composta por 16 (dezesesseis) lotes, sendo os Lotes nº 01, 06, 11 e 16 com 560m² cada um, medindo 16,00 x 35,00 metros; os Lotes nºs 02, 03, 04, 05, 12, 13, 14 e 15 com 595m² cada um, medindo 15,00 x 50,00 metros, totalizando 10.000 m² situados no Loteamento São Cristóvão em São Domingos-SC, confrontando: ao NORTE: com a Rua Sete de Setembro na extensão de 100,00 metros; ao SUL: com a Rua XV de Novembro em 100,00 metros; ao LESTE: com a Rua João Bigolin, na extensão de 100,00 metros e ao OESTE: com a Rua Paraguai na extensão de 100,00 metros, que consta registrada sob a Matrícula nº 6.684, do CRI de São Domingos, em nome de FABIO BIGOLIN, brasileiro, advogado, inscrito no CPF nº 029.062.839-32 e RG nº 16/R-2.079.865-SSP/SC casado com CATIANE PEREIRA BIGOLIN, brasileira, bioquímica, inscrita no CPF nº 035.468.069-21 e RG nº 1.059.474.211-SSP/RS, residentes e domiciliados na Rua São Cristóvão, 393, em São Domingos/SC.

Parágrafo único. O referido imóvel destina-se à construção de nova escola municipal de ensino fundamental, através de proposta encaminhada ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, pelo Projeto Espaço Educativo Urbano - 12 salas de aula.

Art. 2º As despesas decorrentes deste decreto serão consignadas no orçamento em vigor.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 05 de maio de 2014.
Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

São João do Sul

PREFEITURA

Licitação Nº. 034/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO Nº. 034/2014

Modalidade - Dispensa nº. 010/2014

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

OBJETO: SERVIÇOS DE CARPINTARIA E PEDREIRO PARA MANUTENÇÃO DA ESCOLA E. B. SERTÃO DO PIRITU DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

CONTRATADA: JOSÉ DAVID EUGENIO DA SILVA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

VIGÊNCIA: 25/04/2014 à 25/05/2014

VALOR DO OBJETO: R\$ 1.790,00 - TOTAL.

São João do Sul - SC, em 25 de Abril de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DIEGO DE MELO HERR

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Licitação Nº. 037/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO Nº. 037/2014

Modalidade - Dispensa nº. 011/2014

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS (PARA RETRO ESCAVADEIRA

B90) E CÂMARA DE AR PARA (ÔNIBUS E PATROLA)

CONTRATADA: ANTONIO AGUINALDO SACCON - ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

VIGÊNCIA: 30/04/2014 à 31/12/2014

VALOR DO OBJETO: R\$ 7.080,00 - TOTAL.

São João do Sul - SC, em 30 de Abril de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DIEGO DE MELO HERR

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Licitação Nº. 039/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO Nº. 039/2014

Modalidade - Dispensa nº. 013/2014

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, Inciso X, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL COM 75M² LOCALIZADO EM VILA CONCEIÇÃO, PARA INSTALAÇÃO DE UM POSTO DOS CORREIOS.

CONTRATADA: JUREMA MANOEL DE OLIVEIRA CONSTANTE.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

VIGÊNCIA: 02/05/2014 à 31/12/2014

VALOR DO OBJETO: R\$ 5.600,00 - TOTAL.

São João do Sul - SC, em 02 de Maio de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DIEGO DE MELO HERR

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Licitação Nº. 038/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO Nº. 038/2014

Modalidade - Dispensa nº. 012/2014

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, Inciso XXX, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA OS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADA: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXT. RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

VIGÊNCIA: 02/05/2014 à 31/12/2014

VALOR DO OBJETO: R\$ 32.000,00 - TOTAL.

São João do Sul - SC, em 02 de Maio de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DIEGO DE MELO HERR

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

São José

PREFEITURA

Resolução "Ad Referendum" Nº. 008/2014

RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº. 008/2014

TOMA CIÊNCIA DO TERMO DE ACEITE PARA COFINANCIAMENTO FEDERAL PARA O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO.

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº. 8.472/93 e Lei Municipal nº. 4.308/05 em Reunião da Mesa Diretora do dia 21 de Março de 2014.

Considerando a Lei Nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social - em seu Artigo 6º que trata das ações na área de assistência social;

Considerando a implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS no Município de São José/SC.

Considerando a responsabilidade e o compromisso da gestão do SUAS no que se refere ao reordenamento do Serviço de Acolhimento Institucional.

RESOLVE:

Art. 1º - Tomar Ciência ao Termo de Aceite para o Cofinanciamento Federal para a expansão qualificada e o reordenamento do Serviço de Acolhimento para crianças, adolescentes e jovens.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

São José(SC),
21 de Março de 2014.
OZAIR DOS SANTOS
Presidente do CMAS/SJ

Chamamento Público Nº 001/2014

EDITAL N.º 001/2014,
DE 29 DE ABRIL DE 2014.
CHAMAMENTO PÚBLICO

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.892.274/0001-05, com sede na Av. Acioni Souza Filho, s/nº (Beira Mar São José) - Praia Comprida - São José/SC, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, neste ato representado por seu Secretário Sr. Waldemar Bornhausen Neto comunica aos interessados que está procedendo ao CHAMAMENTO PÚBLICO, com credenciamento a qualquer momento, no horário de expediente, para fins de CREDENCIAMENTO de instituições financeiras, sociedades seguradoras, entidades fechadas ou abertas de previdência complementar, de planos de pecúlio, de capitalização e de saúde, entidades administradoras de plano de saúde, entidades de classe, associações e clubes constituídos exclusivamente de servidores públicos municipais, entidades beneficentes, entidades administradoras de cartões de serviço destinados à aquisição de medicamentos e entidades sindicais representativas de servidores públicos municipais para obterem consignações autorizadas pelos próprios servidores e realizadas junto ao MUNICÍPIO. O referido credenciamento se realizará em consonância a Lei Federal n. 8.666/93, Lei Federal n. 4.595/64, Decreto Municipal 2.016/2014 e demais normas editadas, de acordo com as exigências elencadas no presente Edital.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os interessados deverão apresentar na íntegra a documentação

solicitada neste Edital, bem como concordar com as regras ora expressas, que presumir-se-ão aceitas mediante o requerimento de credenciamento, com natureza de contrato de adesão;

Não será aceito o protocolo de apenas parte da documentação, devendo a mesma ser entregue, em uma única vez, em conformidade com o disposto no item 1.

DOS DOCUMENTOS

2.1. Documentos comuns para qualquer natureza de instituição CREDENCIADA:

a) cópias do estatuto ou do contrato social devidamente registrado, da ata de posse da diretoria, do alvará de funcionamento e inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

b) prova de regularidade fiscal com a Fazenda Federal e com a Dívida Ativa da União, mediante apresentação da Certidão Conjunta de Débitos relativos a tributos federais e Dívida Ativa da União expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

c) prova de regularidade fiscal com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede consignatária e com a Fazenda Estadual de Santa Catarina, pelos órgãos competentes;

d) prova de regularidade fiscal com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede consignatária, expedida pelo órgão competente;

e) Os documentos acima relacionados, se apresentados na forma de cópias reprográficas, deverão estar autenticados, ressalvados aqueles obtidos por meio da internet. As autenticações poderão ser feitas em Cartório competente ou no Setor de Licitações (sem ônus) desta Prefeitura.

f) Declaração de aceitação das condições do Decreto Municipal 2.016/2014 e deste edital, conforme anexo único.

2.2. Documentos complementares para de entidades de classe, associações e clubes constituídos exclusivamente de servidores públicos municipais e sindicatos representativos de servidores públicos municipais:

a) ata da eleição e posse da diretoria, sempre que houver alteração da composição do corpo diretivo;

b) certidão negativa cível de execuções, expedida pelo juízo da sede da entidade; e

c) certidão expedida pelo Poder Judiciário, atestando a inexistência de ações penais em curso contra os membros da diretoria.

2.3. Documentos complementares para entidades securitárias, beneficentes e de previdência privada:

a) comprovante de endereço de sucursal ou representação legal com dependência e escritório no Município de São José e o respectivo alvará de funcionamento;

b) comprovante de registro junto à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP; e

c) relação dos produtos e serviços oferecidos e as condições para consignação do desconto.

2.4. Documentos complementares para entidades administradoras de planos de saúde ou operadoras de planos odontológicos:

a) comprovante de endereço de sucursal ou representação legal com dependência e escritório no Município de São José e o

respectivo alvará de funcionamento;

b) cópia do estatuto da sociedade, da ata da última diretoria, do contrato social devidamente registrado e do alvará de funcionamento;

c) cópia do registro definitivo do plano e dos produtos junto à SUSEP e ao Ministério da Saúde ou Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, respectivamente; e

d) cópia do registro definitivo de funcionamento junto ao Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

2.5. Documentos complementares para instituições financeiras:

a) cópia da autorização de funcionamento expedida pelo Banco Central;

b) relação dos produtos e serviços oferecidos aos servidores públicos, destacando a oferta de empréstimos, financiamentos e cartão de crédito com custos inferiores àqueles praticados no mercado;

c) comprovante de endereço de agência ou sucursal, com representação legal, estabelecida no Município de São José e do respectivo alvará de funcionamento; e

d) fotocópia de instrumento de mandato, se representado por procurador.

DO LOCAL

Os interessados deverão comparecer junto à Secretaria de Administração do Município de São José, na Av. Acioni Souza Filho, s/nº (Beira Mar São José) - Praia Comprida - São José/SC, em dias úteis, no horário de expediente da Prefeitura, munidos de cópias autenticadas dos seguintes documentos, relacionados na cláusula segunda, supra.

DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

Compete ao MUNICÍPIO:

a) Designar a CREDENCIADA um código de Canal de Consignação específico para os descontos das operações de empréstimos e/ou financiamentos pessoais aos servidores/funçãoários do MUNICÍPIO;

b) Repassar a CREDENCIADA o fluxo operacional para efetivação dos descontos das operações de empréstimos e/ou financiamentos pessoais a serem contraídos pelos servidores/funçãoários do MUNICÍPIO;

c) Receber mensalmente da CREDENCIADA, até o dia 10 (dez) de cada mês a remessa contendo as informações de matrícula, valor das prestações e prazos das operações de empréstimos e/ou financiamentos realizados pelos servidores/funçãoários do MUNICÍPIO;

d) Realizar mensalmente os descontos nas respectivas folhas de pagamento dos servidores/funçãoários do MUNICÍPIO que possuírem margem consignável, constante na informação de remessa enviada pela CREDENCIADA os quais contraíram empréstimos e/ou financiamentos pessoais;

e) Informar a CREDENCIADA, até o dia 30 (trinta) de cada mês, as matrículas dos servidores/funçãoários do MUNICÍPIO constantes na remessa enviado pela CREDENCIADA e que apresentaram ou não margem consignável, ou seja, aqueles em que foi possível ou não efetuar o desconto em folha de pagamento para amortizar

as operações de empréstimo e/ou financiamento, bem como um relatório contendo o motivo da não consignação;

f) Creditar a CREDENCIADA mensalmente, nos dias 10 (dez) de cada mês, ou próximo dia útil, o montante respectivo das prestações informadas nas remessas enviadas pela CREDENCIADA ao MUNICÍPIO, relativo aos valores consignados e descontados dos servidores/funçãoários do MUNICÍPIO que efetuaram operações de empréstimo e/ou financiamento pessoal, após a devida retenção do percentual destinado à cobertura de custos previstos no art. 6º do Decreto Municipal 2.016/14;

g) Informar a CREDENCIADA, imediatamente, quando houver exoneração do servidor/funçãoário do Município, que possui operação de crédito em vigor.

h) Liquidar as parcelas vincendas da operação de Crédito Pessoal em um único desconto, sempre que houver exoneração do servidor/funçãoário do Município, até o limite de 30% do crédito da exoneração.

Parágrafo Único: As disposições desta cláusula aplicam-se, no que couber, aos pedidos de consignação efetuados por sociedades seguradoras, entidades fechadas ou abertas de previdência complementar, de planos de pecúlio, de capitalização e de saúde, entidades administradoras de plano de saúde, entidades de classe, associações e clubes constituídos exclusivamente de servidores públicos municipais, entidades beneficentes, entidades administradoras de cartões de serviço destinados à aquisição de medicamentos e entidades sindicais representativas de servidores públicos municipais.

Compete a CREDENCIADA:

a) Abrir linha de crédito específica aos servidores/funçãoários do MUNICÍPIO, para empréstimos e/ou financiamentos pessoais, com consignação em folha de pagamento, através de Canal Municipal da PREFEITURA, cujos vencimentos das prestações/operações serão sempre nos dias 10 (dez) de cada mês;

b) Utilizar modelo próprio para obter a autorização da consignação da folha de pagamento do servidor/funçãoário do MUNICÍPIO, para permitir o desconto em sua folha de pagamento dos valores referente a cada operação realizada junto a CREDENCIADA nas modalidades de empréstimos e/ou financiamentos pessoais;

c) Receber mensalmente, nos dias 10 (dez), os créditos provenientes dos descontos em consignação das operações de empréstimos e/ou financiamentos pessoais realizadas pelos servidores/funçãoários do MUNICÍPIO através de Canal de Consignação do MUNICÍPIO para a CREDENCIADA;

d) Estabelecer os parâmetros e condições para a concessão e operacionalidade das operações de empréstimos e/ou financiamentos pessoais de acordo com sua Política de Crédito e dentro dos preceitos da boa técnica bancária;

e) Avaliar a viabilidade e o enquadramento dos servidores/funçãoários do MUNICÍPIO, observando a sua política de crédito e os preceitos da boa técnica bancária para a concessão das operações de empréstimos e/ou financiamentos pessoais;

f) Formalizar as operações de empréstimos e/ou financiamentos pessoais com cada servidor/funçãoário do MUNICÍPIO obtendo a documentação necessária a cada modalidade de crédito e, ainda, a autorização para consignação em folha de pagamento específica a cada operação realizada;

g) Enviar, mensalmente ao MUNICÍPIO, até o dia 10 (dez) de cada mês, remessa contendo as informações de matrícula, valor das prestações e prazos das operações de empréstimo e/ou

financiamento pessoal realizado pelos servidores/funcionários do MUNICÍPIO;

h) Receber do MUNICÍPIO informação de retorno até o dia 30 (trinta) de cada mês contendo a identificação das matrículas dos servidores/funcionários que possuíram ou não recursos para desconto da margem consignável relativo ao valor das prestações indicadas no arquivo remessa enviado pela CREDENCIADA;

i) Efetuar mensalmente, nos dias 10 (dez), a liquidação dos valores das prestações dos servidores/funcionários do MUNICÍPIO cujas matrículas e descontos foram confirmados pelo MUNICÍPIO na informação de retorno enviado a CREDENCIADA;

j) Divulgar internamente para toda a Rede de Agências as modalidades de crédito (empréstimos e/ou financiamentos) em consignação vinculadas a este termo com Canal de Consignação Direto do MUNICÍPIO, destinado aos servidores/funcionários pertencentes ao Quadro Municipal;

k) Divulgar junto aos servidores/funcionários do MUNICÍPIO a linha de empréstimo e/ou financiamento pessoal com consignação em folha de pagamento.

Parágrafo Único: As disposições desta cláusula aplicam-se, no que couber, aos pedidos de consignação efetuados por sociedades seguradoras, entidades fechadas ou abertas de previdência complementar, de planos de pecúlio, de capitalização e de saúde, entidades administradoras de plano de saúde, entidades de classe, associações e clubes constituídos exclusivamente de servidores públicos municipais, entidades beneficentes, entidades administradoras de cartões de serviço destinados à aquisição de medicamentos e entidades sindicais representativas de servidores públicos municipais.

DAS EXIGÊNCIAS DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Em relação às operações financeiras deverão ser obedecidas as seguintes exigências:

a) as consignações/retenções não poderão exceder o quantitativo de 72 (setenta e duas) parcelas, ressalvada a hipótese do parágrafo 2º do artigo 9º do Decreto Municipal 2.016/14; e o respectivo instrumento/contrato deverá obrigatoriamente ser firmado por escrito pelo beneficiário, com a exposição clara do número de parcelas contratadas e a taxa de juros mensal praticada;

b) o desconto no benefício, na modalidade consignação, dar-se-á na data de pagamento do servidor, e o repasse será creditado na conta corrente indicada no contrato pela credenciada no prazo de que trata a cláusula 4ª, alínea f;

c) a parcela consignada ou retida, neste último nos casos em que o beneficiário seja correntista da instituição, não poderá ultrapassar, na data da contratação, o limite máximo mensal autorizado pelo Município, que será expressamente informado na Autorização de Contratação e, não será superior a 30% (trinta por cento) da renda líquida.

d) não poderá ser cobrada Tarifa de Abertura de Crédito - TAC ou demais taxas administrativas, de forma que a taxa de juros expresse somente o custo efetivo do empréstimo/financiamento.

e) quaisquer acertos de valores sobre retenção/consignações deverão ser ajustadas entre beneficiário e instituições financeiras, não se responsabilizando o Município em caso de redução da margem consignável/retida.

5.2. Para a efetivação da consignação por parte do Município, as

instituições financeiras encaminharão ao setor de pessoal, com protocolo, até o dia 10 (dez) de cada mês, uma via dos contratos firmados e, demais informações de matrícula, valor das prestações e prazo das operações. Os contratos novos protocolados após esta data serão incluídos nas consignações do próximo mês.

DA VIGÊNCIA

O Credenciamento terá vigência de 36 (trinta e seis) meses, a partir de seu deferimento;

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

a) Ocorrendo o descumprimento por parte do MUNICÍPIO de qualquer cláusula ou condições estipuladas no presente termo, notadamente as referentes à regularidade e exatidão dos recolhimentos efetuados, a CREDENCIADA suspenderá, temporariamente, a concessão de novos financiamentos aos servidores/funcionários, ficando a critério da CREDENCIADA, o restabelecimento do pactuado, após a regularização das pendências que motivaram a suspensão;

b) O Município não se responsabiliza por quaisquer consequências de contratação de empréstimos que não observem a margem consignável do servidor;

c) A suspensão do presente termo não desobriga o MUNICÍPIO de continuar realizando as averbações e os consequentes repasses a CREDENCIADA das operações em vigor até a liquidação de todos os contratos celebrados dentro do prazo de validade deste termo;

d) As obrigações salariais e trabalhistas decorrentes do corpo técnico e administrativo envolvido na execução do objeto deste termo serão de competência da parte a quem estiverem vinculados.

Maiores informações poderão ser obtidas junto à Secretaria Municipal de Administração de São José, ou através do telefone (48) 3381-0100

São José/SC,
02 de maio de 2014.
WALDEMAR BORNHAUSEN NETO
Secretário de Administração

ANEXO I - REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

_____, vem manifestar seu interesse no credenciamento perante este Município para prestação de serviços de empresa consignatária, conforme os Termos e Condições do Decreto Municipal 2.016/2014 e do Edital de Chamamento Público 001/2014.

Para tanto, apresenta em anexo, os documentos exigidos no Decreto 2.016/2014

Declara, ainda, que concorda com os termos da instrução.

São José, ____ de _____ de 2014.

Representante da Empresa

Decreto Nº 2580/2014

DECRETO Nº 2580/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com a Lei Municipal nº 5.375/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 3.137.500,00 (três milhões, cento e trinta e sete mil e quinhentos reais), referente as dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificadas:

14.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.17.512.0106.1.081 - Programa de Aceleração do Crescimento -
PAC 2

692 - 4.4.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos PrópriosR\$ 5.264,33
Total deste ProjetoR\$ 5.264,33

14.01.15.452.0106.2.020 - Serviço de Limpeza Pública

800 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 1.500.000,00
Total desta Atividade R\$ 1.500.000,00

14.01.15.451.0106.2.022 - Construção, Conservação de Estradas Vicinais,
Pontes e Pontilhões
808 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$ 200.000,00
Total desta Atividade R\$ 200.000,00

14.01.15.451.0106.2.023 - Manutenção das Vias Urbanas

211 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$ 40.000,00

813 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 1.392.235,67
Total desta Atividade R\$ 1.432.235,67
Total do Órgão R\$ 3.137.500,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 3.137.500,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 3.137.500,00 (três milhões, cento e trinta e sete mil e quinhentos reais), nas dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificadas:

14.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.15.451.0112.1.024 - Implantação da Avenida das Torres - Sentido Sul
859 - 4.4.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 4.000,00
Total deste Projeto R\$ 4.000,00

14.01.15.451.0106.1.028 - Construção, Reforma, Ampl. Próprios Munic.

Centros Administrativo

681 - 4.4.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 40.000,00
Total deste Projeto R\$ 40.000,00

14.01.15.451.0106.1.138 - Programa de Revitalização e Humanização das Áreas Públicas
744 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações,
Recursos Próprios R\$ 1.300.000,00
748 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente,
Recursos Próprios R\$ 80.000,00
749 - 4.4.90.61.00.00.0080 - Aquisição de Imóveis,
Recursos Próprios R\$ 10.000,00
Total deste Projeto R\$ 1.390.000,00

14.01.15.451.0106.1.040 - Aquisição de Equipamentos Rodoviários

690 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente,
Recursos Próprios R\$ 500.000,00
Total deste Projeto R\$ 500.000,00

14.01.17.512.0106.1.081 - Programa de Aceleração do Crescimento -
PAC 2

698 - 4.4.90.61.00.00.0080 - Aquisição de Imóveis,
Recursos Próprios R\$ 50.000,00
Total deste Projeto R\$ 50.000,00

14.01.16.482.0106.1.084 - Pac - Poligonal II

709 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente,
Recursos Próprios R\$ 200.000,00
713 - 4.4.90.61.00.00.0080 - Aquisição de Imóveis,
Recursos Próprios R\$ 5.500,00
Total deste Projeto R\$ 205.500,00

14.01.15.451.0106.1.131 - Recuperação das Intervenções Realizadas pela CASAN

736 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$ 5.500,00
737 - 4.4.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 5.500,00
738 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações,
Recursos Próprios R\$ 100.000,00
Total deste Projeto R\$ 111.000,00

14.01.15.451.0106.1.540 - Pavimentação de Ruas

776 - 4.4.90.61.00.00.0080 - Aquisição de Imóveis,
Recursos Próprios R\$ 210.000,00
Total deste Projeto R\$ 210.000,00

14.01.15.451.0106.1.542 - Implantação da macro drenagem

866 - 4.4.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 5.000,00
Total deste Projeto R\$ 5.000,00

14.01.15.122.0105.2.015 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

792 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente,
Recursos Próprios R\$ 30.000,00
Total desta Atividade R\$ 30.000,00

14.01.15.451.0106.2.022 - Construção, Conservação de Estradas Vicinais,
Pontes e Pontilhões
810 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações,
Recursos Próprios R\$ 550.000,00
Total desta Atividade R\$ 550.000,00

14.01.15.451.0106.2.058 - Demol. Remoção Constr. Irregulares
818 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 17.000,00
Total desta Atividade R\$ 17.000,00

14.01.15.451.0106.3.950 - Desapropriação em Geral - Município
869 - 4.4.90.61.00.00.0080 - Aquisição de Imóveis,
Recursos Próprios R\$ 25.000,00
Total deste Projeto R\$ 25.000,00
Total do Órgão R\$ 3.137.500,00
Total da Anulação R\$ 3.137.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC),
25 de abril de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

Resultado do Pregão Presencial Nº 013/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2014 - Processo nº 059/2014. Contratados: NOVA ERA CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA-EPP. Objeto: Registro de preço para contratação de empresa para eventual prestação de serviços de mão de obra especializada, destinadas a manutenção da Fundação Municipal de Cultura e Turismo e suas edificações. Valor Total: R\$169.500,00 - cento e sessenta e nove mil e quinhentos reais. Vera Suely de Andrade - Diretora de Compras.

Resultado do Pregão Presencial Nº 020/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2014 - Processo nº 058/2014. Contratados: DUSOM SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO LTDA ME.

Objeto: Registro de preço para contratação de empresa

especializada para eventual prestação de serviços de sistema de som e iluminação, de pequeno, médio e grande porte para atender os eventos promovidos pela Fundação Municipal de Cultura e Turismo. Valor Total: R\$130.600,00 - cento e trinta mil e seiscentos reais. Vera Suely de Andrade - Diretora de Compras.

Resultado do Pregão Presencial Nº 018/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2014 - Processo nº 089/2014. Contratados: PERES MÜLLER LTDA. Objeto: Registro de preço para contratação de empresa para eventual fornecimento de combustíveis (gasolina comum, etanol, diesel S10 e Arla 32) para abastecer a frota das secretarias, fundos, fundações e autarquias do Município de São José/SC. Valor Total: R\$2.079.843,70 - dois milhões, setenta e nove mil, oitocentos e quarenta e três reais e setenta centavos. Vera Suely de Andrade - Diretora de Compras.

Resultado do Pregão Presencial Nº 004/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2014 - Processo nº 016/2014. Contratados: VERA LÚCIA ESPÍNDOLA MOREIRA; e STAR SOM SERV. DE SON. E DIV. COM AUTO FALANTES LTDA EPP. Objeto: Registro de preço para contratação de empresa especializada para eventual prestação de serviços de sonorização fixa, locação de som volante e locação de tendas para a Secretaria de Saúde de São José/SC. Valor Total: R\$72.250,00 - setenta e dois mil, duzentos e cinquenta reais. Vera Suely de Andrade - Diretora de Compras.

Resultado do Pregão Eletrônico Nº 013/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2014 - Processo nº 037/2014. Contratados: CIAMED DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS LTDA; ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA; HOPFAR IND. E COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; e ELI LILLY DO BRASIL LTDA. Objeto: Registro de preço para contratação de empresa para eventual aquisição de medicamentos sob demanda judicial para serem fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde de São José/SC. Valor Total: R\$154.179,62 - cento e cinquenta e quatro mil, cento e setenta e nove reais e sessenta e dois centavos. Vera Suely de Andrade - Diretora de Compras.

Resultado do Pregão Eletrônico Nº 082/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 082/2013 - Processo nº 395/2013. Contratado: PRIME GRAPHICS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME. Objeto: Registro de preço para contratação de empresa para eventual prestação de serviços gráficos para atender a 1ª

CIA de Bombeiros Militar de São José/SC. Valor Total: R\$22.629,00 - vinte e dois mil, seiscientos e vinte e nove reais. Vera Suely de Andrade - Diretora de Compras.

Resultado do Pregão Eletrônico Nº 006/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2014 - Processo nº 027/2014. Contratado: KLEBER VALDENÉSIO DE FARIA - ME. Objeto: Registro de preço para contratação de empresa(s) especializada(s) para eventual prestação de serviços de chaveiro e confecção de carimbos para o setor de trânsito do 7º Batalhão de Polícia Militar localizado na cidade de São José/SC, previsto no convênio de trânsito nº 13.838/2009-0. Valor Total: R\$8.060,00 - oito mil e sessenta reais. Vera Suely de Andrade - Diretora de Compras.

Resultado do Pregão Eletrônico Nº 023/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2014 - Processo nº 052/2014. Contratado: MADEIREIRA BAIA SUL LTDA EPP. Objeto: Registro de preço para contratação de empresa para eventual fornecimento de madeiras para uso geral da Secretaria de Infraestrutura no Município de São José. Valor Total: R\$176.000,00 - cento e setenta e seis mil reais. Vera Suely de Andrade - Diretora de Compras.

Decreto Nº 2629/2014

DECRETO Nº 2629/2014
NOMEIA INTERINAMENTE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, LUÍS FABIANO DE ARAÚJO GIANNINI, para exercer INTERINAMENTE o cargo em comissão de Presidente da Autarquia São José Previdência - SM, com lotação na Autarquia São José Previdência, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004 e do artigo 15, VI da Lei Orgânica Municipal, até o retorno do titular.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 08 de maio de 2014.

Paço Municipal em São José (SC),
05 de maio de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 2619/2014

DECRETO Nº 2619/2014

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,
DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, AGOSTINHO PAULI, para exercer o cargo de Secretário Adjunto de Serviços Públicos - SMA com lotação na Secretaria de Serviços Públicos, nos termos da Lei Complementar nº 014/2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Paço Municipal em São José (SC),
30 de abril de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 2618/2014

DECRETO Nº 2618/2014

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor, AGOSTINHO PAULI, ocupante do cargo de Assessor Técnico - De Ensino - CCM 8, com lotação na Fundação Educacional de São José.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC),
30 de abril de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 2617/2014

DECRETO Nº 2617/2014

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Edital N.º 001/2013;

DECRETA:

Art.1º- Ficam admitidos, os seguintes servidores contratados por processo seletivo, exercentes de funções temporárias:

	Servidor	Função	Lotação	Carga Horária Contratação
I	Valdir Fidelis da Silva	Motorista	Secretaria de Saúde	40h/s
II	Emmanuelle de Paula Santos Cavalheiro Celestino	Agente de Serviços Gerais	Fundação Municipal Educacional	40h/s
III	Beatriz Pereira	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	40h/s
IV	Anita Regina Ferreira	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	40h/s
V	Patricia Regina de Souza	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	40h/s
VI	Ana Aparecida do Nascimento	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	40h/s

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC),
30 de abril de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 2621/2014

DECRETO Nº 2621/2014

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o término do contrato dos servidores Admitidos em Caráter Temporário através do Edital 001/2013 e de acordo com os termos do Art. 7º da Lei Municipal N.º 4.243 de 20 de dezembro de 2004;

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada a servidora ACT - Admissão em Caráter Temporário, ADARZILSE MAZZUCO DALLABRIDA, matrícula nº 34.485, com lotação na Fundação Municipal Educacional.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de fevereiro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC),
30 de abril de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Resultado do Pregão Eletrônico Nº 035/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2014 - Processo nº 082/2014. Contratados: DESIGN MOVEIS E DECORAÇÕES LTDA EPP; M J G - TECNOLOGIA E SERVIÇOS EM INFORMÁTICA LTDA; e DSM DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E SUPRIMENTOS LTDA EPP.

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de mobiliário e outros produtos eletro eletrônicos para o centro de referência de educação infantil e educação de jovens e adultos.

Valor Total: R\$55.093,94 - cinquenta e cinco mil, noventa e três reais e noventa e quatro centavos. Vera Suely de Andrade - Diretora de Compras.

Decreto Nº 2624/2014

DECRETO Nº 2624/2014

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado o servidor ACT - Admissão em Caráter Temporário, RAFAEL PEREIRA OCAMPO MORÉ, matrícula nº 35.153, com lotação na Fundação Municipal Educacional.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de fevereiro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC),
30 de abril de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 2623/2014

DECRETO Nº 2623/2014

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado o servidor ACT - Admissão em Caráter Temporário, RAFAEL PACHECO DOS SANTOS, matrícula nº 35.255, com lotação na Fundação Municipal Educacional.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de fevereiro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC),
30 de abril de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 2622/2014

DECRETO Nº 2622/2014

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada a servidora ACT - Admissão em Caráter Temporário, MARINEZ CHIQUETTI ZAMBON, matrícula nº 34.478, com lotação na Fundação Municipal Educacional.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de fevereiro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC),
30 de abril de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Resultado do Pregão Eletrônico Nº 002/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2014 - Processo nº 021/2014. Contratados: SOCIMAQ EQUIPAMENTOS E PEÇAS LTDA - EPP; e PEÇALUB COMERCIO DE PEÇAS, EQUIP. E LUBRIFICANTES. Objeto: Registro de preços para a contratação de empresa para fornecimento de óleos lubrificantes, fluido sintético, graxa, desengraxante, shampoo e pano trapo para serem utilizados na frota da Secretaria de Infraestrutura do Município de São José. Valor Total: R\$131.415,70 - cento e trinta e um mil, quatrocentos e quinze reais e setenta centavos. Vera Suely de Andrade - Diretora de Compras.

Ata de Registro de Preços Nº 063/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 063/2014 - PR 009/2014

- Processo 022/2014 - Fornecedor: DSM DISTRIBUIDORA DE MOVEIS E SUPRIMENTOS LTDA - EPP. Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento e instalação de condicionadores de ar para a sede da Fundação Educacional de São José/SC, incluindo fornecimento dos materiais necessários para a prestação de serviços. Valor Total: R\$21.500,00 - vinte e um mil e quinhentos reais. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 09 de abril de 2014. Vera Suely de Andrade / Diretora de Compras.

Decreto Nº 2615/2014

DECRETO Nº 2615/2014

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, "a pedido", a servidora ELENITA GERLACH KOERICH ocupante do cargo Superintendente da Fundação Municipal de Cultura e Turismo - SM, com lotação na Fundação Municipal de Cultura e Turismo.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 05 de maio de 2014.

Paço Municipal em São José (SC),
30 de abril de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 2616/2014

DECRETO Nº 2616/2014

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, CARLOS EDUARDO DE SOUZA MARTINS, para exercer o cargo de Superintendente da Fundação Municipal de Cultura e Turismo - SM, com lotação na Fundação Municipal de Cultura e Turismo, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 05 de maio de 2014.

Paço Municipal em São José (SC),
30 de abril de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Resultado do Pregão Presencial Nº 002/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2014 - Processo nº 003/2014. Contratado: DIRETA TELECOMUNICAÇÕES LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada em locação de sistema de rádio comunicação digital, aprovado pela ANATEL, para uso da Guarda Municipal de São José/SC. Valor Total: R\$223.000,00 - duzentos e vinte e três mil reais. Vera Suely de Andrade - Diretora de Compras.

Edital de Notificação

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1816/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LWS6711	55081998E	5185/1	21/03/2014	167
LWX1818	54932120E	7366/2	28/01/2014	252 * VI
LYC8464	55083883E	5428/1	29/03/2014	181 * V
MEL9557	55084931E	7366/2	27/03/2014	252 * VI
MGC8713	55084825E	7366/2	28/03/2014	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 5 DE MAIO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1820/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKR1230	55082409E	5452/1	07/04/2014	181 * VIII
IQJ3522	55084483E	5550/0	22/03/2014	181 * XVIII
IQU0963	55082194E	5541/5	08/04/2014	181 * XVII
LWX1066	55081743E	5452/1	29/03/2014	181 * VIII
LZM7043	55084089E	6122/0	31/03/2014	214 * I
LZV9704	55082761E	5720/0	17/03/2014	186 * I
MBI6355	55085061E	7048/2	26/03/2014	244 * II
MBI6355	55085062E	7030/2	26/03/2014	244 * I
MCD6966	55081738E	7366/2	26/03/2014	252 * VI
MCR0987	55081963E	5460/0	12/02/2014	181 * IX
MDE5159	55085551E	7030/1	03/04/2014	244 * I
MEH3239	55085251E	5720/0	08/04/2014	186 * I
MGL8735	55082410E	5550/0	07/04/2014	181 * XVIII
MIM4153	55082189E	5185/1	05/04/2014	167
MIZ3264	55085453E	5550/0	02/04/2014	181 * XVIII
MJU6262	55081740E	5819/1	19/03/2014	193
MLJ1844	55081603E	5452/1	15/01/2014	181 * VIII
MLP9663	55084648E	5550/0	25/03/2014	181 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 5 DE MAIO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1818/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADI3434	54932130E	7366/2	04/02/2014	R\$ 85,12	252 * VI
ANX9289	54768842E	5398/0	07/12/2013	R\$ 53,20	181 * II
BUE3551	54932129E	7366/2	04/02/2014	R\$ 85,12	252 * VI
LYJ6059	54930238E	5541/1	20/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MCA7831	55082751E	7056/1	01/02/2014	R\$ 191,53	244 * III
MCA7831	55082752E	7030/2	01/02/2014	R\$ 191,53	244 * I
MEI5923	54932713E	5460/0	14/01/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MEW5851	54767891E	5541/1	30/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MEY0181	55082755E	5452/1	19/02/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MGI9528	55082063E	7366/2	26/01/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MGV3416	54932741E	7072/2	30/01/2014	R\$ 191,53	244 * V
MGY5755	54932876E	5550/0	01/02/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MHT5944	54932854E	5525/0	31/01/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MJW1842	55082693E	5525/0	31/01/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MJW1842	55082694E	5452/1	31/01/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MLC3921	54932798E	6076/0	20/01/2014	R\$ 191,53	210
MLQ4255	54769799E	7056/1	17/12/2013	R\$ 191,53	244 * III
OPA2998	55083656E	7366/2	21/02/2014	R\$ 85,12	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 5 DE MAIO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1822/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABO5135	54447598E	5835/0	22/01/2014	R\$ 127,69	195
AMA9426	54932218E	5550/0	01/02/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
CMP6525	54769946E	5720/0	18/12/2013	R\$ 127,69	186 * I
DAY9030	55059449D	5452/1	13/12/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
DAY9030	55059450D	5525/0	13/12/2013	R\$ 85,12	181 * XV
DMR7817	54932220E	5550/0	01/02/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
IGI3012	54930946E	5460/0	01/02/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MBG8893	54932729E	5541/1	28/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBZ0969	54932470E	5550/0	01/02/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MDE4980	54932869E	5550/0	01/02/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MDP8518	54932871E	5550/0	01/02/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MDW1592	55914194D	5185/1	27/01/2014	R\$ 127,69	167
MEK6147	55919060D	5460/0	15/11/2013	R\$ 85,12	181 * IX
MFT9740	54931676E	5460/0	18/12/2013	R\$ 85,12	181 * IX
MGX6960	54769468E	5398/0	14/12/2013	R\$ 53,20	181 * II
MHE4045	54932452E	7366/2	22/01/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MHV6563	54932121E	7366/2	31/01/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MIY8018	55082456E	5550/0	29/01/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MJY2715	54932868E	5550/0	01/02/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 5 DE MAIO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1343/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIP0115	55668309C	5550/0	14/03/2014	181 * XVIII
ALL2587	55667370C	5568/0	12/03/2014	181 * XIX
ANF2906	55661934C	5541/4	11/03/2014	181 * XVII
DYB4552	55667278C	5460/0	18/03/2014	181 * IX
FAZ2209	55667849C	5452/1	20/03/2014	181 * VIII
IQN6945	55668352C	5568/0	11/03/2014	181 * XIX
ITA5750	55667785C	5568/0	24/02/2014	181 * XIX
ITC4988	55668503C	5380/0	10/03/2014	181 * I
MAT0435	55652498C	5460/0	29/03/2014	181 * IX
MEA0994	55667388C	5541/4	26/03/2014	181 * XVII
MER0734	55668841C	5550/0	01/04/2014	181 * XVIII
MGC4077	55664124C	5738/0	30/01/2014	186 * II
MGC8713	55668049C	5550/0	25/03/2014	181 * XVIII
MGN4949	55666558C	5452/1	15/01/2014	181 * VIII
MGQ7499	55667387C	5541/4	26/03/2014	181 * XVII
MJL2356	55668629C	6050/1	24/03/2014	208
MJO8879	55667210C	5487/0	26/03/2014	181 * XI
MLB5155	55668803C	5541/1	28/03/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 5 DE MAIO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1346/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGD2469	55668904C	6068/1	02/04/2014	209
AHR0036	55668830C	7366/2	28/03/2014	252 * VI
AMI5414	55667315C	5185/1	06/04/2014	167
ANV5932	55667289C	5541/6	26/03/2014	181 * XVII
DKQ6001	55667400C	5550/0	07/04/2014	181 * XVIII
HIC0025	55668679C	5541/4	09/04/2014	181 * XVII
IKE2399	55668630C	5541/1	28/03/2014	181 * XVII
JKB7457	55668825C	7366/2	28/03/2014	252 * VI
LXQ2997	55668848C	5185/1	20/01/2014	167
LYO8744	55668721C	7366/2	20/03/2014	252 * VI
LZC1936	55668463C	5550/0	14/03/2014	181 * XVIII
MAR5875	55667371C	5568/0	12/03/2014	181 * XIX
MBE5282	55668529C	5541/4	31/03/2014	181 * XVII
MBN5194	55668582C	5541/1	01/04/2014	181 * XVII
MBW0624	55668734C	6041/2	24/03/2014	207
MEB0138	55668905C	6068/1	02/04/2014	209
MEM0111	55668817C	7366/2	28/03/2014	252 * VI
MEU0753	55669056C	5541/4	07/04/2014	181 * XVII
MEY1077	55668604C	7366/2	16/03/2014	252 * VI
MEZ0736	55667796C	5541/4	25/03/2014	181 * XVII
MFC9907	55668457C	5568/0	08/03/2014	181 * XIX
MFN3524	55668476C	7366/2	26/03/2014	252 * VI
MFW5081	55668523C	5541/4	27/03/2014	181 * XVII
MHA0498	55668704C	5541/4	24/03/2014	181 * XVII
MHF9143	55668870C	5460/0	12/02/2014	181 * IX
MHO9947	55667386C	5452/1	26/03/2014	181 * VIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHZ9966	55668741C	6122/0	24/03/2014	214 * I
MIF7292	55669052C	7366/2	03/04/2014	252 * VI
MII9316	55668657C	5541/4	24/03/2014	181 * XVII
MIJ9247	55667395C	5452/1	26/03/2014	181 * VIII
MIL6343	55666367C	5541/6	31/03/2014	181 * XVII
MIV9133	55668706C	5541/4	24/03/2014	181 * XVII
MJW3406	55668624C	7366/2	24/03/2014	252 * VI
MJW8595	55668907C	7366/2	02/04/2014	252 * VI
MKY2008	55668842C	5452/1	01/04/2014	181 * VIII
MKZ3492	55668708C	5819/1	24/03/2014	193
MKZ3492	55668709C	5720/0	24/03/2014	186 * I
MMM1081	55668043C	5568/0	25/03/2014	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 5 DE MAIO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1344/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ANW2900	55666908C	5550/0	06/01/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
DAZ9001	55667753C	5541/4	04/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DHY8645	55666521C	5550/0	05/02/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
DIQ1408	55664474C	5568/0	14/11/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
LYN3582	55666774C	5525/0	28/12/2013	R\$ 85,12	181 * XV
MBA4839	55664820C	5185/1	04/11/2013	R\$ 127,69	167
MBU5035	55664886C	6068/1	17/12/2013	R\$ 127,69	209
MCC7663	55666114C	5568/0	04/12/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MCM3786	55667017C	5665/0	08/01/2014	R\$ 85,12	182 * X
MHB0788	55667204C	5509/0	21/01/2014	R\$ 85,12	181 * XIII
MHK4386	55637692C	5550/0	04/11/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MHL0628	55649025C	7366/2	20/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MID6870	55665854C	7366/2	28/11/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MIE3103	55666763C	7030/2	16/12/2013	R\$ 191,53	244 * I
MIJ3282	55667523C	5185/1	27/01/2014	R\$ 127,69	167
MIK5277	55666844C	5452/1	20/01/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MJW6017	55665982C	7366/2	11/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MJY8401	55667805C	5819/1	08/02/2014	R\$ 574,61	193
MVH3148	55666865C	5541/1	24/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MZX8702	55659014C	5460/0	20/12/2013	R\$ 85,12	181 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 5 DE MAIO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N° 714 1348/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACN0425	55667808C	6050/1	08/02/2014	R\$ 191,53	208
AMA9426	55666845C	5185/1	20/01/2014	R\$ 127,69	167
CQX2622	55660413C	5452/1	06/12/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
CSQ2922	55667456C	5541/4	20/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DLR8846	55663399C	6050/1	20/02/2014	R\$ 191,53	208
LZF9968	55667474C	5541/4	28/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAF0840	55668002C	5568/0	17/02/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MBF9656	55666426C	7366/2	07/02/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MBM7990	55666869C	5460/0	12/02/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MCJ4285	55642712C	6050/1	26/01/2014	R\$ 191,53	208
MCR0916	55662344C	7030/2	19/09/2013	R\$ 191,53	244 * I
MCR8403	55658344C	7366/2	03/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MCU8998	55667837C	7366/2	12/02/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MDD6723	55667492C	7366/2	12/02/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MEA9089	55667820C	5550/0	12/02/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEU5549	55662886C	5193/0	17/09/2013	R\$ 191,53	168
MEX9133	55667533C	5452/1	27/01/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MFO2051	55666573C	5452/1	04/02/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MFT3053	55666273C	6033/0	06/12/2013	R\$ 191,53	206 * V
MGV7279	55664385C	7366/2	13/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MHI9667	55666021C	7366/2	13/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MII0037	55666490C	6050/1	19/12/2013	R\$ 191,53	208
MIK8492	55666838C	7366/2	14/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MIL0335	55664949C	5550/0	23/11/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MIN5404	55664119C	7056/1	26/11/2013	R\$ 191,53	244 * III
MIP4196	55666280C	7366/2	14/02/2014	R\$ 85,12	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIY0756	55665644C	5541/7	17/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIZ6115	55664376C	5738/0	09/12/2013	R\$ 191,53	186 * II
MJA2989	55649020C	5541/1	18/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJL1635	55649050C	5541/4	31/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJS3781	55667044C	5460/0	11/02/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MKV9350	55667041C	5541/1	05/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKX9478	55662696C	5541/1	29/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLA4359	55666594C	5185/1	07/02/2014	R\$ 127,69	167
MLM6137	55664195C	5568/0	06/02/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MMM0506	55664682C	5541/4	06/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 5 DE MAIO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1815/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGR0103	55084397E	6599/2	24/03/2014	230 * V
AVV2605	54932581E	6599/2	01/02/2014	230 * V
CVY4845	55082622E	6599/2	27/03/2014	230 * V
DUQ3156	55085561E	6920/0	07/04/2014	233
IEL2367	55084759E	5045/0	31/03/2014	162 * V
IEL2367	55084760E	6912/0	31/03/2014	232
IKD0442	55083289E	6610/2	22/02/2014	230 * VII
IOI9446	54445231E	6912/0	26/03/2014	232
IOX1493	55084903E	5010/0	25/03/2014	162 * I
JDV9183	55082833E	6726/1	12/02/2014	230 * XVIII
JDV9183	55082834E	6599/2	12/02/2014	230 * V
KRO1654	55917122D	5010/0	13/03/2014	162 * I
LSH1255	54447743E	6726/1	22/08/2013	230 * XVIII
LXN3582	55083582E	5010/0	07/03/2014	162 * I
LXP0944	55082623E	6556/1	03/04/2014	230 * I
LYC8464	55083884E	6580/0	29/03/2014	230 * IV
LZQ6720	55085566E	6920/0	07/04/2014	233
LZR6421	55084778E	6599/2	02/04/2014	230 * V
LZU8793	55082568E	5045/0	08/02/2014	162 * V
MAG4738	55162484C	6599/2	06/03/2014	230 * V
MAX4781	54932836E	6599/2	16/02/2014	230 * V
MAX4781	54932838E	6416/0	16/02/2014	221 § Único
MAX4781	55083860E	5029/1	16/02/2014	162 * II
MAX4781	55083861E	6912/0	16/02/2014	232
MBV4719	55082990E	6912/0	12/02/2014	232
MBV9917	54931004E	6912/0	14/01/2014	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBV9917	54931005E	6599/2	14/01/2014	230 * V
MEK8072	55082881E	6416/0	15/02/2014	221 § Único
MEL9557	55084929E	6726/1	27/03/2014	230 * XVIII
MEL9557	55084930E	7340/0	27/03/2014	252 * IV
MHG1727	55084938E	6726/1	27/03/2014	230 * XVIII
MKB7756	54930954E	5010/0	09/01/2014	162 * I
MKB7756	54930956E	6599/2	09/01/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 5 DE MAIO DE 2014

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

Edital de Notificação

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1819/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABP0077	55085309E	5010/0	04/04/2014	162 * I
AFS1238	55085071E	5010/0	01/04/2014	162 * I
AFS1238	55085072E	6637/1	01/04/2014	230 * IX
AFS1238	55085073E	6637/2	01/04/2014	230 * IX
AFS1238	55085074E	6726/1	01/04/2014	230 * XVIII
ANF9616	55084675E	6599/2	29/03/2014	230 * V
ANF9616	55084676E	6637/1	29/03/2014	230 * IX
ATH0036	55084256E	6637/1	13/03/2014	230 * IX
ATH0036	55084257E	6726/1	13/03/2014	230 * XVIII
BIU2680	55085586E	6920/0	07/04/2014	233
BRE1789	55085134E	6599/2	03/04/2014	230 * V
CJL2616	55085178E	6610/2	28/03/2014	230 * VII
CVY4845	55082621E	5045/0	27/03/2014	162 * V
DSM7108	55084828E	5010/0	28/03/2014	162 * I
DSM7108	55084829E	6599/2	28/03/2014	230 * V
HHP4726	55085317E	6610/2	04/04/2014	230 * VII
HKG3347	55084839E	6599/2	01/04/2014	230 * V
HKG3347	55084840E	6637/2	01/04/2014	230 * IX
HOT2711	55085110E	6599/2	01/04/2014	230 * V
HOT2711	55085111E	6556/1	01/04/2014	230 * I
HTZ1219	55085262E	5010/0	10/04/2014	162 * I
IDV4945	54769587E	6637/2	06/04/2014	230 * IX
IDV4945	54769588E	6726/1	06/04/2014	230 * XVIII
IMJ2013	55085323E	6416/0	08/04/2014	221 § Único
LXJ0287	55084667E	6599/2	27/03/2014	230 * V
LXP0944	55082625E	5169/1	03/04/2014	165

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXS9289	55085576E	6920/0	07/04/2014	233
LXZ7758	55083812E	6920/0	13/03/2014	233
LZF8966	55084755E	6610/2	27/03/2014	230 * VII
LZF8966	55084756E	6599/2	27/03/2014	230 * V
LZF8966	55084757E	6912/0	27/03/2014	232
LZJ3722	55084915E	6599/2	27/03/2014	230 * V
LZJ3722	55084926E	5010/0	27/03/2014	162 * I
LZJ3722	55084927E	6602/0	27/03/2014	230 * VI
LZJ3722	55084928E	6726/1	27/03/2014	230 * XVIII
LZJ7328	55914934D	5010/0	11/03/2014	162 * I
LZJ7328	55914935D	6599/2	11/03/2014	230 * V
LZL0435	55084671E	5010/0	29/03/2014	162 * I
LZL0435	55084672E	6610/2	29/03/2014	230 * VII
LZL0435	55084673E	6700/0	29/03/2014	230 * XVI
LZL0435	55084695E	6556/1	29/03/2014	230 * I
LZL0435	55084696E	6629/0	29/03/2014	230 * VIII
LZS2743	55085308E	6610/2	04/04/2014	230 * VII
LZY8827	55085567E	6920/0	07/04/2014	233
MAK8581	55085185E	6599/2	28/03/2014	230 * V
MAX4436	55084939E	6599/2	27/03/2014	230 * V
MAX4436	55084940E	5045/0	27/03/2014	162 * V
MAY3030	55085192E	6408/0	03/04/2014	221
MAY3030	55085193E	5045/0	03/04/2014	162 * V
MAY3030	55085194E	6599/2	03/04/2014	230 * V
MAY3030	55085195E	6912/0	03/04/2014	232
MBI6355	55085060E	5010/0	26/03/2014	162 * I
MBL0795	55085132E	6726/1	03/04/2014	230 * XVIII
MBL3645	55084308E	6599/2	12/03/2014	230 * V
MBL3645	55084309E	5010/0	12/03/2014	162 * I
MBL3645	55084310E	6637/2	12/03/2014	230 * IX
MBR0471	55085751E	6637/2	07/04/2014	230 * IX
MBV1094	55084848E	6599/2	01/04/2014	230 * V
MBW1894	55085145E	6726/1	05/04/2014	230 * XVIII
MBW4446	55085735E	6599/2	09/04/2014	230 * V
MBY4369	55085318E	6599/2	04/04/2014	230 * V
MCA7619	54932272E	6912/0	30/12/2013	232
MCC6650	55084307E	6726/1	12/03/2014	230 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCC6650	55084414E	6599/2	12/03/2014	230 * V
MCE8639	55082631E	6408/0	05/04/2014	221
MCF9565	55085585E	6920/0	07/04/2014	233
MCG5262	55081725E	6599/2	11/03/2014	230 * V
MCG5262	55081726E	6726/1	11/03/2014	230 * XVIII
MCG5262	55081727E	6726/1	11/03/2014	230 * XVIII
MCN8322	55085144E	6726/1	05/04/2014	230 * XVIII
MCP6956	55085105E	5010/0	01/04/2014	162 * I
MCT1822	55085556E	6920/0	07/04/2014	233
MCY9983	55084594E	6599/2	17/03/2014	230 * V
MDI9064	55085709E	6599/2	07/04/2014	230 * V
MDI9064	55085710E	6912/0	07/04/2014	232
MDJ0885	55084411E	6726/1	12/03/2014	230 * XVIII
MDM9081	55085757E	6599/2	07/04/2014	230 * V
MDO8954	55085253E	5010/0	08/04/2014	162 * I
MDS9383	55085109E	6726/1	01/04/2014	230 * XVIII
MEE9147	54930951E	5169/1	13/12/2013	165
MEE9147	55060398D	5290/0	12/12/2013	176 * II
MEE9147	55060399D	5282/0	12/12/2013	176 * I
MEG3463	55084642E	6599/2	19/03/2014	230 * V
MEK9478	55084436E	6637/2	24/03/2014	230 * IX
MEO8823	55085760E	6726/1	07/04/2014	230 * XVIII
MEV3895	55084789E	5010/0	02/04/2014	162 * I
MEV3895	55084790E	6599/2	02/04/2014	230 * V
MEW0343	55082757E	6610/2	11/03/2014	230 * VII
MEW0343	55082758E	5010/0	11/03/2014	162 * I
MEW0343	55082759E	6726/1	11/03/2014	230 * XVIII
MEW9871	55085575E	6920/0	07/04/2014	233
MFA5621	55081735E	6599/2	19/03/2014	230 * V
MFA5621	55081736E	6726/1	19/03/2014	230 * XVIII
MFH1828	55085252E	6726/1	08/04/2014	230 * XVIII
MFJ9531	55085770E	6912/0	07/04/2014	232
MFP5671	55085108E	6599/2	01/04/2014	230 * V
MFR1229	55085331E	6599/2	08/04/2014	230 * V
MFV3013	55085201E	6912/0	10/04/2014	232
MFY3607	55084761E	6726/1	31/03/2014	230 * XVIII
MGF2287	55085200E	6726/1	05/04/2014	230 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGG4831	55084786E	5010/0	02/04/2014	162 * I
MGG4831	55084787E	6912/0	02/04/2014	232
MGG4831	55084788E	6726/1	02/04/2014	230 * XVIII
MHB8268	55085120E	6726/1	03/04/2014	230 * XVIII
MHM8226	55085668E	6637/2	09/04/2014	230 * IX
MHR2071	54769099E	5010/0	09/04/2014	162 * I
MHR2071	55082413E	6637/2	09/04/2014	230 * IX
MHR2071	55085093E	5118/0	09/04/2014	164 c/c 162 * I
MHR2071	55086001E	6599/2	09/04/2014	230 * V
MHR2071	55086002E	6556/1	09/04/2014	230 * I
MHR8008	55085260E	6599/2	08/04/2014	230 * V
MHW1839	55084272E	5010/0	25/03/2014	162 * I
MHW1839	55084273E	6726/1	25/03/2014	230 * XVIII
MHW1839	55084274E	6556/1	25/03/2014	230 * I
MIA1986	55084036E	6599/2	10/03/2014	230 * V
MIA1986	55084037E	6408/0	10/03/2014	221
MIA3002	55084762E	6599/2	31/03/2014	230 * V
MIN8391	55085119E	6726/1	01/04/2014	230 * XVIII
MIQ7516	55084679E	6599/2	29/03/2014	230 * V
MIS8614	55084795E	6599/2	04/04/2014	230 * V
MJM7012	55084822E	6726/1	28/03/2014	230 * XVIII
MJQ1388	55085133E	6599/2	03/04/2014	230 * V
MJS0307	55084678E	6610/2	29/03/2014	230 * VII
MJS8969	55914147D	6610/2	25/03/2014	230 * VII
MJW0778	55085171E	6912/0	28/03/2014	232
MKA3281	55084793E	6912/0	04/04/2014	232
MKG3123	55085708E	6912/0	07/04/2014	232
MKI6172	55085663E	5010/0	09/04/2014	162 * I
MKI6172	55085664E	6912/0	09/04/2014	232
MKN6519	54446927E	6599/2	30/03/2014	230 * V
MKY7566	55085771E	6912/0	07/04/2014	232
MLE7554	55083463E	5037/1	24/02/2014	162 * III
MLP6038	54769474E	5010/0	29/03/2014	162 * I
MLP6038	54769475E	5061/0	29/03/2014	163 c/c 162 * I
MLP6038	54769476E	6912/0	29/03/2014	232
MLP6038	54769477E	6637/1	29/03/2014	230 * IX
MLP6038	54769478E	7340/0	29/03/2014	252 * IV

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 5 DE MAIO DE 2014

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

Editais de Notificação

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1817/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEA1201	54931499E	6920/0	17/12/2013	R\$ 127,69	233
AFK4469	55081934E	6920/0	21/01/2014	R\$ 127,69	233
APJ3778	55083327E	6599/2	19/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
APJ3778	55083328E	6912/0	19/02/2014	R\$ 53,20	232
BQJ1229	54931533E	6920/0	19/12/2013	R\$ 127,69	233
CPU5468	54931995E	5045/0	31/12/2013	R\$ 191,53	162 * V
CPU5468	54931996E	5096/0	31/12/2013	R\$ 191,53	163 c/c 162 * V
CQG6450	54932670E	6599/2	16/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
CQR1245	54932956E	6599/2	08/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
CQR1245	54932957E	6912/0	08/01/2014	R\$ 53,20	232
DWD7671	54932407E	5045/0	02/02/2014	R\$ 191,53	162 * V
DWD7671	54932408E	6610/2	02/02/2014	R\$ 127,69	230 * VII
DWD7671	54932409E	6912/0	02/02/2014	R\$ 53,20	232
EQW3808	55083035E	6920/0	05/02/2014	R\$ 127,69	233
GUJ6154	55083001E	6920/0	05/02/2014	R\$ 127,69	233
HLN8227	55914453D	6610/2	28/11/2012	R\$ 127,69	230 * VII
IBJ6296	54142363D	6920/0	28/01/2014	R\$ 127,69	233
IDV9975	54930817E	6610/2	30/11/2013	R\$ 127,69	230 * VII
IGG7496	55082678E	6920/0	29/01/2014	R\$ 127,69	233
LJB1274	55081950E	6920/0	21/01/2014	R\$ 127,69	233
LXE4499	54932614E	6599/2	20/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXE4499	54932615E	6556/1	20/01/2014	R\$ 191,53	230 * I
LXE4499	54932616E	6912/0	20/01/2014	R\$ 53,20	232
LXE4499	54932636E	6726/1	20/01/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LXG6449	54932569E	6599/2	01/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXH9658	55081864E	6920/0	21/01/2014	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXP9304	55081751E	5010/0	01/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
LYB7867	55056692D	6920/0	18/02/2014	R\$ 127,69	233
LYF0502	55083026E	6920/0	05/02/2014	R\$ 127,69	233
LYH3556	54931017E	6920/0	16/01/2014	R\$ 127,69	233
LZC0491	55082148E	5045/0	30/01/2014	R\$ 191,53	162 * V
LZI0735	54142390D	6920/0	28/01/2014	R\$ 127,69	233
LZO3911	55082670E	6920/0	29/01/2014	R\$ 127,69	233
MAF1260	55081928E	6920/0	21/01/2014	R\$ 127,69	233
MAF6316	55160216C	6726/1	11/02/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MAF6316	55160218C	6637/1	11/02/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MAH1757	54932719E	5010/0	16/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBH8001	54930572E	6599/2	22/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBH8001	54930573E	5045/0	22/11/2013	R\$ 191,53	162 * V
MBW2201	54770117E	6599/2	01/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBW2201	54770118E	5010/0	01/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCA7831	55913829D	6726/1	31/01/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MCI0829	54929855E	5045/0	19/01/2014	R\$ 191,53	162 * V
MCP7747	55083344E	6599/2	19/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCX7558	55081901E	6920/0	21/01/2014	R\$ 127,69	233
MDH0305	54932717E	5010/0	16/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEC7861	55082119E	6726/1	30/01/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MEC7861	55082120E	6629/0	30/01/2014	R\$ 127,69	230 * VIII
MEH1768	54932590E	6726/1	03/02/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MEM4972	55083913E	6920/0	21/02/2014	R\$ 127,69	233
MEN2454	54142364D	6920/0	28/01/2014	R\$ 127,69	233
MEQ0236	55081855E	6920/0	21/01/2014	R\$ 127,69	233
MEV7105	55911329D	5045/0	09/01/2014	R\$ 191,53	162 * V
MFC4465	54142395D	6920/0	28/01/2014	R\$ 127,69	233
MFC8317	54446743E	6556/1	29/01/2014	R\$ 191,53	230 * I
MFJ4870	54930491E	6726/1	18/12/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
MFJ4870	54930492E	6599/2	18/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFN2074	55081535E	5045/0	31/01/2014	R\$ 191,53	162 * V
MFN2074	55162712C	6556/4	31/01/2014	R\$ 191,53	230 * I
MFQ1281	55082703E	5045/0	01/02/2014	R\$ 191,53	162 * V
MFQ1281	55082704E	6912/0	01/02/2014	R\$ 53,20	232
MFS4591	55162721C	5010/0	04/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFS4591	55162722C	6912/0	04/02/2014	R\$ 53,20	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFV0857	54142382D	6920/0	28/01/2014	R\$ 127,69	233
MGG7831	54769843E	5010/0	20/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGG7831	54769844E	6726/1	20/01/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MGY6399	54769664E	6912/0	16/02/2014	R\$ 53,20	232
MGY9945	55083333E	6700/0	19/02/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
MHF5096	54931347E	6912/0	10/12/2013	R\$ 53,20	232
MIM7156	54930467E	6637/2	16/12/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MIP8736	54932577E	6599/2	01/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MJG4461	55082654E	6920/0	29/01/2014	R\$ 127,69	233
MLC3969	55082656E	6920/0	29/01/2014	R\$ 127,69	233
MLQ4255	54769795E	5045/0	17/12/2013	R\$ 191,53	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 5 DE MAIO DE 2014

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

Editais de Notificação

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1821/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABO5135	54447596E	6637/1	22/01/2014	R\$ 127,69	230 * IX
AFI1720	54932509E	6912/0	07/01/2014	R\$ 53,20	232
AFS1238	54932048E	5010/0	08/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
ALV6612	55082105E	6700/0	24/01/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
AUK6036	55083215E	5010/0	18/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
AUK6036	55083216E	6599/2	18/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
BIV9815	55910900D	5010/0	25/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
BIV9815	55920718D	6912/0	25/01/2014	R\$ 53,20	232
BIV9815	55920719D	6599/2	25/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
CGC9971	54932686E	6610/2	16/01/2014	R\$ 127,69	230 * VII
CGC9971	54932687E	6726/1	16/01/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
CGC9971	54932688E	6700/0	16/01/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
CRG6787	55083518E	6637/2	22/02/2014	R\$ 127,69	230 * IX
CRG6787	55083521E	6700/0	22/02/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
HPB2492	54929604E	5010/0	20/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
IML7933	54932348E	5045/0	24/01/2014	R\$ 191,53	162 * V
LNA4590	54930499E	6599/2	18/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
LTS0089	55054024D	6920/0	11/02/2014	R\$ 127,69	233
LWU5902	55165593C	6726/1	10/01/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LWU5902	55165594C	6610/2	10/01/2014	R\$ 127,69	230 * VII
LWU5902	55165595C	6602/0	10/01/2014	R\$ 191,53	230 * VI
LXB5561	55082850E	6726/1	12/02/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LYN9564	55083273E	6610/2	22/02/2014	R\$ 127,69	230 * VII
LYP1324	55082006E	5045/0	24/01/2014	R\$ 191,53	162 * V
LYP1324	55082007E	6599/2	24/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYP1324	55082008E	6912/0	24/01/2014	R\$ 53,20	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYQ9132	55082996E	6599/2	12/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZC4159	54931289E	6599/2	06/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAE0850	55054016D	6920/0	11/02/2014	R\$ 127,69	233
MAI7441	54931016E	6920/0	16/01/2014	R\$ 127,69	233
MAR5808	54931238E	6912/0	13/12/2013	R\$ 53,20	232
MAW7013	55918133D	5045/0	03/02/2014	R\$ 191,53	162 * V
MBA9946	54932795E	5045/0	20/01/2014	R\$ 191,53	162 * V
MBA9946	54932796E	6637/2	20/01/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MBB6981	55082897E	6599/2	17/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBH1282	54931081E	6610/2	07/12/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MBW2508	54932568E	6599/2	01/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBY8358	54929939E	6912/0	16/11/2013	R\$ 53,20	232
MCC7644	54931611E	5010/0	30/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCC7644	54931612E	5118/0	30/01/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCD6661	55054021D	6920/0	11/02/2014	R\$ 127,69	233
MCN6132	54932885E	5010/0	05/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCN6132	54932886E	6637/2	05/02/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MCT1428	55054022D	6920/0	11/02/2014	R\$ 127,69	233
MCV4768	55082823E	5010/0	06/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCV4768	55082824E	6599/2	06/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCV4768	55082825E	7340/0	06/02/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MCV4768	55082826E	6637/2	06/02/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MCY5630	54930213E	6610/2	13/12/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MDK1250	55081570E	6912/0	27/01/2014	R\$ 53,20	232
MDK1250	55081571E	6726/1	27/01/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MDK6689	54445282E	5010/0	12/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDK6689	55054045D	6599/2	12/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDL8250	54447990E	6599/2	20/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDZ9329	54931058E	6599/2	03/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDZ9329	54931060E	5010/0	03/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
MDZ9907	54931094E	6599/2	09/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDZ9907	54931095E	5010/0	09/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
MEC1778	55081560E	6599/2	23/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEJ1972	55082835E	5010/0	12/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEV0586	54930553E	6599/2	22/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEV0586	54930561E	6556/1	22/11/2013	R\$ 191,53	230 * I
MEV0586	54930562E	6726/1	22/11/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEW5711	55082375E	6416/0	07/02/2014	R\$ 85,12	221 § Único
MEX5210	55082717E	5010/0	11/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFF8213	54931316E	6912/0	06/12/2013	R\$ 53,20	232
MFF8213	54931317E	5010/0	06/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
MFH0196	54768533E	6653/1	10/12/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MFK6153	55054025D	6920/0	11/02/2014	R\$ 127,69	233
MFV7339	54447985E	6599/2	20/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFW4785	55083036E	6920/0	05/02/2014	R\$ 127,69	233
MFY1434	54932095E	6912/0	02/01/2014	R\$ 53,20	232
MFY7366	54932582E	6599/2	01/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFZ4962	55083621E	5010/0	21/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGE9305	55083251E	6700/0	18/02/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
MGH9559	55082810E	6599/2	04/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGM6640	54447071E	5010/0	12/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGM6640	54447072E	6599/2	12/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGM6640	54447073E	6610/2	12/01/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MGQ0149	55054008D	6920/0	11/02/2014	R\$ 127,69	233
MGX2448	55081512E	5045/0	27/01/2014	R\$ 191,53	162 * V
MGX5178	55082805E	6416/0	04/02/2014	R\$ 85,12	221 § Único
MHN0279	55162713C	6599/2	04/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHN0279	55162714C	5010/0	04/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
MHO8182	55054036D	6920/0	11/02/2014	R\$ 127,69	233
MHP5976	55082552E	6726/1	04/02/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MIO5931	55162710C	6599/2	31/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
MIQ6004	54932320E	7340/0	09/01/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MIT4604	54931902E	6637/2	02/01/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MIZ9726	54931236E	6912/0	13/12/2013	R\$ 53,20	232
MJT9128	55082393E	5010/0	07/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
MKS8443	55082974E	6700/0	08/02/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
MKT4029	55082714E	5045/0	09/02/2014	R\$ 191,53	162 * V
MKT4029	55082715E	6637/2	09/02/2014	R\$ 127,69	230 * IX
NJR5057	55081675E	6700/0	25/01/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
NNB6851	55054039D	6920/0	11/02/2014	R\$ 127,69	233
OMC6438	54930826E	6416/0	10/12/2013	R\$ 85,12	221 § Único

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 5 DE MAIO DE 2014

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

Edital de Notificação

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1342/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MXJ1739	55667793C	6599/2	20/03/2014	230 * V
MXJ1739	55667794C	5045/0	20/03/2014	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 5 DE MAIO DE 2014

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

Edital de Notificação

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1345/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IOQ6879	55642738C	6912/0	31/03/2014	232
IOQ6879	55642739C	6599/2	31/03/2014	230 * V
KCY9385	55666526C	6580/0	27/03/2014	230 * IV
KCY9385	55666527C	6599/2	27/03/2014	230 * V
KCY9385	55666529C	5045/0	27/03/2014	162 * V
LCB4248	55668664C	6599/2	28/03/2014	230 * V
LCB4248	55668665C	6726/1	28/03/2014	230 * XVIII
LCB4248	55668666C	6556/1	28/03/2014	230 * I
MFO3912	55651413C	6599/2	30/03/2014	230 * V
MGB1775	55665463C	6599/2	27/03/2014	230 * V
MHW6831	55668672C	6599/2	01/04/2014	230 * V
MJQ3555	55668472C	5010/0	23/03/2014	162 * I
MKZ3492	55668710C	6637/2	24/03/2014	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 5 DE MAIO DE 2014

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

Edital de Notificação

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1347/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBX0523	55665848C	6599/2	12/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBX0523	55665849C	5010/0	12/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFH1331	55666783C	6912/0	18/02/2014	R\$ 53,20	232
MFH1331	55666784C	5045/0	18/02/2014	R\$ 191,53	162 * V
MHR2339	55661923C	6599/2	22/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
MIT0319	55666122C	5010/0	06/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
MIT0319	55666123C	6599/2	06/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MIT0319	55666124C	6653/2	06/12/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MJU9609	55667417C	5169/1	02/02/2014	R\$ 1.915,38	165
MKY3600	55648522C	6599/2	24/01/2014	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 5 DE MAIO DE 2014

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

São José do Cedro

PREFEITURA

Extrato Contratual - Prefeitura

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 49/2014

PROCESSO Nº 49/2014 HOMOLOGAÇÃO: 25/04/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR RETIRADA/CONCERTO/REFORMA GERAL DO MOTOR E DA BOMBA DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA, UTILIZADO NO SISTEMA DO SEMAE.

CONTRATADO: LIQUIBRAS BOMBAS LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.

=====

CONVITE Nº 44/2014

PROCESSO Nº 44/2014 HOMOLOGAÇÃO: 28/04/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, SOFTWARE E FORNECIMENTO DE BOBINAS PARA LEITURA E IMPRESSÃO SIMULTÂNEA DAS CONTAS DE ÁGUA/ESGOTO DO SEMAE, CONFORME A DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS APRESENTADA NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO III DO EDITAL.

CONTRATADO: GESTTI - GESTAO E TECNOLOGIA DA

INFORMACAO LTDA -

VALOR DA DESPESA: R\$ 15.660,00 (quinze mil seiscentos e sessenta reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2014

PROCESSO Nº 42/2014 HOMOLOGAÇÃO: 30/04/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA O VEICULO CORSA CASSIC PLACA MIU-3995, PM - 13448 E VEICULO FIAT UNO PLACA MJV - 6602, PM - 13741, VISANDO ASSEGURAR OS USUÁRIOS, O PATRIMONIO DO MUNICÍPIO, BEM COMO

TERCEIROS ENVOLVIDOS EM EVENTUAIS ACIDENTES E

OUTROS DANOS.

CONTRATADO: ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDENCIA S.A.

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.074,21 (dois mil e setenta e quatro reais

e vinte e um centavos)

Extrato Contratual - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2014

PROCESSO Nº 9/2014 HOMOLOGAÇÃO: 30/04/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA O VEICULO LOGAN

EXPRESS PLACA MJE-8403, PM - 13740, VISANDO ASSEGURAR

OS USUÁRIOS, OS PACIENTES TRANSPORTADOS, O

PATRIMONIO DO MUNICÍPIO, BEM COMO TERCEIROS

ENVOLVIDOS EM EVENTUAIS ACIDENTES E OUTROS DANOS.

CONTRATADO: BRASILVEICULOS COMPANHIA DE SEGUROS

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.170,00 (dois mil cento e setenta reais)

Extrato Contratual - Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 57.2014 - Contrato Nº: 95.2013

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: GAIA RODOVIAS LTDA

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 15/04/2014 Término: 15/06/2014

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 84/2013

Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, prorrogar o

prazo para conclusão da obra contratada, conforme objeto:

"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM

PLUVIAL, COM PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO

BETUMINOSO USINADO A QUENTE (C.B.U.Q), COM SINALIZAÇÃO

VERTICAL E HORIZONTAL, NA RUA JOSÉ JOÃO GRANDO, MUNICÍPIO

DE SÃO JOSÉ DO CEDRO".

Aditivo Nº : 58.2014 - Contrato Nº: 57.2011

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada....: FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA

Valor : 3.900,00 (três mil e novecentos reais)

Vigência : Início: 22/04/2014 Término: 30/04/2015

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Recursos : Dotação: 2.015.3.3.90.39.00.00.00.00 (92) Saldo: 11.451,35

Objeto : Aditivo de prorrogação de prazo, referente à contratação de

empresa com vistas à locação de software de controle interno e audiência

pública, por um período de 12 meses.

Contratada....: FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA

Vigência : Início: 22/04/2014 Término: 30/04/2015

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Recursos : Dotação: 2.015.3.3.90.39.00.00.00.00 (92) Saldo: 11.451,35

Contrato Nº...: 59.2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada....: AIRES ANTONIO PERIN

Valor : 5.000,00 (cinco mil reais)

Vigência : Início: 25/04/2014 Término: 24/04/2019

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Recursos : Dotação:

Objeto : LOCAÇÃO DE AREA DE TERRA NO TAMANHO DE 20M X

30M, PELO PERIODO DE 5 ANOS, LOCALIZADA EM LINHA TIGRE, AFIM DE PROPORCIONAR A EXTRAÇÃO DE CASCALHO PARA MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS, DE LINHA TRIGRE, SÃO VENDELINO E ARREDORES, CONFORME LEI N.3.593/2009.

Contratada....: AIRES ANTONIO PERIN

Vigência : Início: 25/04/2014 Término: 24/04/2019

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Edital de Pregão Presencial Nº10/2014

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº10/2014
REGISTRO DE PREÇO

O Fundo Municipal de Saúde, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº 10/2014, Edital de Pregão Nº 10/2014 para Registro de Preço, sendo o Objeto: Registro de Preço para Aquisição de medicamentos para farmácia básica, psicotrópicos, hipertensos e diabéticos para distribuição de livre demanda na farmácia básica. Recebimento das propostas até às 16:00 horas do dia 16/05/2014. Abertura dos envelopes às 16:00 horas do dia 16/05/2014, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo e-mail: compras@prefcedro.sc.gov.br, telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30. Elandir João Zanardi - Gestor do FMS.

Edital de Tomada de Preço Nº51/2014

PREFEITURA MUN. DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº51/2014

A Prefeitura Municipal de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, promove Processo Licitatório nº 51/2014, Edital de Tomada de Preço Nº 51/2014, Objeto: Contratação, sob o regime de empreitada por preço global, de empresa especializada em construção civil para execução da edificação da garagem municipal, com fornecimento de mão-de-obra e materiais necessários à execução do objeto, conforme projetos, memorial descritivo e orçamento anexo. Recebimento das propostas até às 14:00 horas do dia 22/05/2014. Abertura dos envelopes às 14:00 horas do dia 22/05/2014, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo e-mail - compras@prefcedro.sc.gov.br, pelo telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30. São José do Cedro. Antonio Plinio de Castro Silva - Prefeito Municipal.

Edital de Convocação Nº 043/2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 043/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme determina o Estatuto do Magistério Municipal, Lei nº 2020, de 28 de abril de 1983, em seu § 1º do Artigo 13, convoca para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, os candidatos aprovados no Concurso Público de São José do Cedro, Edital nº 001/2013, de 18 de dezembro de 2013, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 5.346/2014, de 11 de fevereiro de 2014, compareçam à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta feira a fim de assumirem os cargos a seguir discriminados:

AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS I

Cleberson Kovalski

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 05 de maio de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Decreto Nº 5.398, de 02 de Maio de 2014

DECRETO Nº 5.398, DE 02 DE MAIO DE 2014

“ALTERA O §1º DO ARTIGO 10 DO DECRETO 5.253, DE 11 DE JULHO DE 2013, QUE REGULAMENTA O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PREVISTO NO ARTIGO 15 DA LEI FEDERAL 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do artigo 27 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no artigo 15 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993,

DECRETA:

Art. 1º. O §1º do artigo 10, do Decreto Municipal 5.253 de 11 de julho de 2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. (...)

§ 1º A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedidas As disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/1993.”

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 02 de maio de 2014.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente decreto foi registrado e publicado em 02 de maio de 2014.

CHARLISE BARATO DOS SANTOS,
Agente Administrativo.

Decreto Nº 5.399, de 02 de Maio de 2014

DECRETO Nº 5.399, DE 02 DE MAIO DE 2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1º. Fica NOMEADA a funcionária pública municipal, DÉBORA PAGNO, para exercer o cargo de Contador Geral, carga horária de 160 horas mensais, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, Edital nº. 001/2013, homologado através do Decreto nº. 5.346, de 11 de fevereiro de 2014, classificada em 1º lugar, média final 7,60, a partir de 02 de maio de 2014, com os vencimentos previstos em Lei.

Artº. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Artº. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 02 de maio de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 02 de maio de 2014.

CHARLISE BARATO DOS SANTOS,
Agente Administrativo.

Decreto Nº 5.400, de 05 de Maio de 2014

DECRETO Nº 5.400, DE 05 DE MAIO DE 2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1º. Fica NOMEADA a funcionária pública municipal, ELOISA FERREIRA WEIAND SPIRONELO, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na Secretaria Municipal de Transportes e Obras, carga horária de 176 horas mensais, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, Edital nº. 001/2013, homologado através do Decreto nº. 5.346, de 11 de fevereiro de 2014, classificada em 5º lugar, média final 7,00, a partir de 05 de maio de 2014, com os vencimentos previstos em Lei.

Artº. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Artº. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 05 de maio de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 05 de maio de 2014.

CHARLISE BARATO DOS SANTOS,
Agente Administrativo.

Decreto Nº 5.401, de 05 de Maio de 2014

DECRETO Nº 5.401, DE 05 DE MAIO DE 2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Artº. 1º. Fica nomeada DIANA MARCHESE CAVALHEIRO, para exercer o cargo de AGENTE OPERACIONAL, carga horária 176 horas mensais, Regime Jurídico Estatutário, de acordo com Lei Municipal nº 2.020, de 28 de abril de 1993, tendo em vista a sua aprovação no Concurso Público, Edital nº 001/2012, de 06 de março de 2012, homologado através do Decreto nº 5.084/2012, de 27 de abril de 2012, classificada em 7º lugar, média final 5,20, a partir de 05 de maio de 2014, com vencimentos previstos em Lei.

Artº. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Artº. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 05 de maio de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 05 de maio de 2014.

CHARLISE BARATO DOS SANTOS,
Agente Administrativo.

Decreto Nº 5.402, de 05 de Maio de 2014

DECRETO Nº 5.402, DE 05 DE MAIO DE 2014
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Artº. 1º. Fica nomeada BEATRIS CHRISTOFOLI ROSSINI, para exercer o cargo de AGENTE OPERACIONAL, carga horária 176 horas mensais, Regime Jurídico Estatutário, de acordo com Lei Municipal nº 2.020, de 28 de abril de 1993, tendo em vista a sua aprovação no Concurso Público, Edital nº 001/2012, de 06 de março de 2012, homologado através do Decreto nº 5.084/2012, de 27 de abril de 2012, classificada em 8º lugar, média final 5,00, a partir de 05 de maio de 2014, com vencimentos previstos em Lei.

Artº. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Artº. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 05 de maio de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 05 de maio de 2014.

CHARLISE BARATO DOS SANTOS,
Agente Administrativo.

Edital de Convocação Nº 044/2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 044/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme determina o Estatuto do Magistério Municipal, Lei nº 2020, de 28 de abril de 1983, em seu § 1º do Artigo 13, convoca para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, os candidatos aprovados no Concurso Público de São José do Cedro, Edital nº 001/2013, de 18 de dezembro de 2013, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 5.346/2014, de 11 de fevereiro de 2014, compareçam à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta feira a fim de assumirem os cargos a seguir discriminados:

ENGENHEIRO

Camila Daiane Cancelier

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 05 de maio de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Decreto Nº 5.403, de 05 de Maio de 2014

DECRETO Nº 5.403, DE 05 DE MAIO DE 2014
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1º. Fica NOMEADA a funcionária pública municipal, MARCIA FATIMA BALBINOT, para exercer o cargo de Técnico em Enfermagem, carga horária 160 horas mensais, Regime Jurídico Estatutário, de acordo com Lei Municipal nº 2.020, de 28 de abril de 1993, tendo em vista a sua aprovação no Concurso Público, Edital nº 001/2010, de 03 de maio de 2010, homologado através do Decreto nº 4.806/2010, de 06 de agosto de 2010, classificada em 11º lugar, média final 5,80, a partir de 05 de maio de 2014, com vencimentos previstos em Lei.

Artº. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Artº. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 05 de maio de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 05 de maio de 2014.

CHARLISE BARATO DOS SANTOS,
Agente Administrativo.

Decreto Nº 5.404, de 05 de Maio de 2014

DECRETO Nº 5.404, DE 05 DE MAIO DE 2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado HANATHAN PABLO SARTORI, para exercer o cargo de Operador de Equipamentos, carga horária 176 horas mensais, Regime Jurídico Estatutário, de acordo com Lei Municipal nº 2.020, de 28 de abril de 1993, tendo em vista a sua aprovação no Concurso Público, Edital nº 001/2012, de 06 de março de 2012, homologado através do Decreto nº 5.084/2012, de 27 de abril de 2012, classificado em 14º lugar, média final 5,50, a partir de 05 de maio de 2014, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 05 de maio de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 05 de maio de 2014.

CHARLISE BARATO DOS SANTOS,
Agente Administrativo.

Edital de Pregão Presencial Nº46/2014

Retificação da Data de Abertura da Licitação
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº46/2014
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, justifica a alteração da data de recebimento, abertura e julgamento da habilitação e proposta dos proponentes interessados, devido a necessidade de incluir novos itens, bem como realizar alterações nos itens do presente processo. A presente alteração da data constante no item 1.1 do referido edital, esta em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, Art. 21. Inciso § 4o. Desta forma, o presente Processo Licitatório nº 46/2014, Edital de Pregão Nº 46/2014 para REGISTRO DE PREÇO, que tem como objeto: A aquisição de produtos químicos diversos para uso no tratamento da água potável na "ETA" e materiais hidráulicos para uso e manutenção da rede de água do município "SEMAE", fica com a data estabelecida para recebimento dos envelopes das propostas e habilitação, até às 08:00 horas do dia 19/05/2014 e julgamento na mesma data e horário, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, pelo telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, na Prefeitura ou.

São José do Cedro - SC.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste**PREFEITURA****Decreto Nº 4.859, de 05 de Maio de 2014.**

DECRETO Nº 4.859, DE 05 DE MAIO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar - superávit financeiro, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013, e de acordo com o inciso I, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.		
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.		
10.302.4506.2.021		Aplicações	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0057	50	Diretas	R\$ 30.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013 e o art. 43, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 4.848, de 17 de abril de 2014.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC,
05 de maio de 2014.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.860, de 05 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 4.860, DE 05 DE MAIO DE 2014.

Determina a anulação do Processo Licitatório nº 004/2014 - Modalidade Pregão Presencial nº 003/2014, do Comitê Desportivo Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o disposto no artigo 49, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e,

CONSIDERANDO que o anexo I, do edital de abertura do certame referente ao Processo Licitatório nº 004/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 003/2014, do Comitê Desportivo Municipal, não apresentou de forma clara, com descrição detalhada, o objeto da licitação, bem como não apresentou três orçamentos para definição do preço máximo, e que tais irregularidades impedem o trâmite regular do Processo Licitatório supramencionado;

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado o Processo Licitatório nº 004/2014, Modalidade

Pregão Presencial nº 003/2014, do Comitê Desportivo Municipal, cujo objeto consiste na "contratação de empresas de radiodifusão para divulgação das atividades do Comitê Desportivo Municipal e transmissão de jogos de futebol de campo, futebol suíço e futebol de salão, para o ano de 2014".

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão à conta do orçamento municipal em execução.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC,
05 de maio de 2014.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Extrato da Ata do Processo Licitatório Nº 061/2014

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2014
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 061/2014 - Pregão Presencial Nº 040/2014.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ATIVIDADES NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - PNAIC.

FORNECEDOR: JP EQUIPAMENTOS LTDA ME - CNPJ: 13.772.057/0001-50.

VALOR: R\$ 10.597,50 (dez mil e quinhentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos).

TOTAL: R\$ 10.597,50 (dez mil e quinhentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos).

DATA DE ASSINATURA: 30/04/2014.

VIGÊNCIA: 30/04/2014 à 31/12/2014.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

Extrato da Ata do Processo Licitatório Nº 021/2014 - FMS

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2014 - FMS

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 021/2014 - Pregão Presencial Nº 014/2014.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E POLICLÍNICA MUNICIPAL DE SAÚDE.

FORNECEDOR: SAMUEL CORREA CLINICA MÉDICA LTDA - CNPJ: 07.872.878/0001-66.

VALOR: R\$ 305.020,80 (trezentos e cinco mil e vinte reais e oitenta centavos).

FORNECEDOR: GBV CONSULTÓRIO MÉDICO S/S - CNPJ: 11.914.466/0001-19.

VALOR: R\$ 48.800,00 (quarenta e oito mil e oitocentos reais).

TOTAL: R\$ 353.820,80 (trezentos e cinquenta e três mil e oitocentos e vinte reais e oitenta centavos).

DATA DE ASSINATURA: 29/04/2014.

VIGÊNCIA: 29/04/2014 à 31/12/2014.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

Extrato do Contrato Nº 106/2014, de 17 de Abril de 2014.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 106/2014, DE 17 DE ABRIL DE 2014.
Origem: Edital de Pregão Eletrônico nº 32/2012a - Registro de Preços - Processo Administrativo nº 23034.024933/2011-61.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: EDULAB - COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 11.386.332/0001-72.

Objeto: Aquisição de BRINQUEDOS para atender as necessidades de solicitação de adesão de entidades municipais, estaduais, federais e do DF, de acordo com as especificações, quantidades estimadas e condições constantes no Edital de Pregão Eletrônico nº 32/2012a.

Valor: R\$ 4.614,78 (quatro mil, seiscentos e quatorze reais e setenta e oito centavos).

Pagamento: O pagamento será efetuado no prazo de até 20 dias corridos contados a partir do atesto do gestor do contrato (recebimento definitivo do bem), aposto nos documentos de cobrança, e uma vez que tenham sido cumpridos todos os critérios e condições estabelecidos neste Termo de Referência e seus Encartes e será realizado por meio de Ordem Bancária e mediante crédito em conta-corrente no domicílio bancário informado na proposta de preços.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contratado correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Número do Empenho: 1382/14, de 16/04/2014.

Rubrica orçamentária: 4.4.90.30.14.00.00.00.01.0022

Data de Assinatura: 17/04/2014.

Vigência: 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Ivone Borba - pela Contratada.

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Portaria 213.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222.
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br
PORTARIA n.º 213/2014
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DO MÉDICO
CLINICO GERAL.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara,
no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o dis-
posto da Lei 839/2014,

RESOLVE:

Art. 1.º- Alterar a carga horária de vinte para trinta horas sema-
nais, do servidor ANDRÉ LUIS DE SOUZA FERNANDES ocupante
de cargo de Médico Clínico Geral.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor a partir de 01/05/2014.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC,
30 de abril de 2014.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

Portaria 214.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000
- Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.
sc.gov.br

PORTARIA n.º 214/2014
Concede licença para tratamento de saúde ao servidor JUCÉLIO
FREIBERGER BAUNGARTEN, ocupante do cargo de Motorista II,
lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara,
no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o dispo-
sto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor
JUCÉLIO FREIBERGER BAUNGARTEN, pelo período de 30 (trinta)
dias, a contar da data de 03/05/2014, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,
retroagindo seus efeitos a partir de 03/05/2014.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC,
05 de maio de 2014.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

Portaria 215.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br
PORTARIA n.º 215/2014
Concede férias à servidora BETHYELA MULLER.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara,
no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o dis-
posto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora BETHYELA MULLER, ocupante do
cargo de Odontologa, férias por 30 dias que gozará a partir de
05/05/2014 a 03/06/2014, referente ao período aquisitivo de
2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC,
05 de maio de 2014.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

Portaria 216.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br
PORTARIA n.º 216/2014
Concede férias ao servidor ADENIR VIEIRA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara,
no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o dis-
posto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor ADENIR VIEIRA, ocupante do
cargo de Motorista II, férias por 18 dias que gozará a partir de
05/05/2014 a 22/05/2014, referente ao período aquisitivo de
2013/2014.

Parágrafo Único: O saldo de 12 (doze) dias será descontado, haja
vista, o recesso de final de ano, conforme determina o decreto nº.
157/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC,
05 de maio de 2014.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

Portaria 217.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br
PORTARIA n.º 217/2014
Concede férias ao servidor NILSO ERHARDT.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara,
no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o dis-
posto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor NILSO ERHARDT, ocupante do car-
go de Trabalhador Braçal, férias por 30 dias que gozará a partir
de 05/05/2014 a 03/06/2014, referente ao período aquisitivo de
2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC,
05 de maio de 2014.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

Portaria 218.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br
PORTARIA n.º 218/2014
Concede Licença Prêmio a servidora JANICE DE FREITAS.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara,
no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o dis-
posto no Art. 111, da Lei Complementar 05/1997,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora JANICE DE FREITAS, ocupante do
cargo de Agente Administrativa, Licença Prêmio referente ao perí-
odo aquisitivo 2008 a 2013.

Art. 2.º- A servidora fará gozo da licença pelo período de trinta
dias, a partir de 05/05/2014.

Art. 3.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC,
05 de maio de 2014.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

Portaria 219.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222.
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br
PORTARIA n.º 219/2014
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA ALDIRA AR-
LETE VERLICH EGER.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara,
no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o dis-
posto no Artigo 10 da Lei 19/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder progressão funcional a servidora abaixo men-
cionada, haja vista, ter completado mais três anos de serviço pres-
tado junto a esta Instituição:

ALDIRA ARLETE VERLICH EGER - AUXILIAR DE SERVIÇOS GE-
RAIS - LETRA C.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC,
05 de maio de 2014.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

Portaria 220.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br
PORTARIA n.º 220/2014
Designa o servidor DANIEL SILVEIRA a exercer o cargo de Asses-
sor de Cultura.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara,
no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o dispo-
sto da Lei 838/2014,

RESOLVE:

Art. 1.º- Designar o servidor DANIEL SILVEIRA a exercer volunta-
riamente o cargo de Assessor de Cultura.

Art. 2.º- Pelo exercício no cargo de Assessor de Cultura, o servidor
acima citado não receberá nenhuma remuneração ou subsídio,
devido a este cargo, conforme tabela constante da Lei Municipal
n.º 19/1997.

Art. 3.º- O servidor DANIEL SILVEIRA receberá unicamente a re-
muneração referente ao cargo de Engenheiro Agrônomo.

Art. 4.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC,
05 de maio de 2014.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

Portaria 221.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 221/2014

Designa o Vice-Prefeito Municipal o Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO a exercer o cargo de Assessor de Esportes

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto na Lei 836/2014,

RESOLVE:

Art. 1.º- Designar o Vice-Prefeito Municipal o Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO a exercer voluntariamente o cargo de Assessor de Esportes.

Art. 2.º- Pelo exercício no cargo de Assessor de Esportes, o Vice-Prefeito acima citado não receberá nenhuma remuneração ou subsídio, devido a este cargo, conforme tabela constante da Lei Municipal n.º 19/1997.

Art. 3.º- O Senhor Edson José da Silva Filho receberá unicamente o subsídio referente ao cargo de Vice-Prefeito Municipal.

Art. 4.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC,

05 de maio de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

Portaria 222.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 222/2014

Concede licença para tratamento de saúde a servidora FABIANA DE ANDRADE, ocupante do cargo de Bibliotecária.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora FABIANA DE ANDRADE, pelo período de 08 (oito) dias, a contar da data de 24/04/2014, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 24/04/2014.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC,

05 de maio de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

Portaria 223.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 223/2014

Exonera GILSON PEITER TESTONI do cargo em Comissão de Coordenador de Tributação e Fiscalização.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso I, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar GILSON PEITER TESTONI do cargo em Comissão de Coordenador de Tributação e Fiscalização.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC,

05 de maio de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

Portaria 224.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 224/2014

Nomeia GILSON PEITER TESTONI para o cargo em Comissão de Secretário Municipal de Tributação e Fiscalização.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso I, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear GILSON PEITER TESTONI para o cargo em Comissão de Secretário Municipal de Tributação e Fiscalização.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC,

06 de maio de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

Termo de Posse Gilson Peiter Testoni

TERMO DE POSSE do Sr. GILSON PEITER TESTONI para o cargo em Comissão de Secretário Municipal de Tributação e Fiscalização. Aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze, perante o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal JUCÉLIO KREMER, no Gabinete do Prefeito, compareceu o Sr. Gilson Peiter Testoni, brasileiro, casado, residente e domiciliado no Município de São José/SC, a fim de tomar posse no cargo em Comissão de Secretário Municipal de Tributação e Fiscalização, para o qual foi indicado pelo Prefeito Municipal.

Tomou posse e entrou em exercício assumindo o seguinte compromisso:

“Por minha honra e pela minha Pátria, juro cumprir com exatidão e escrúpulo os deveres inerentes ao cargo em que sou investido, enviando todo esforço e tudo quanto em mim couber a bem no Município e dos meus concidadãos.”

Do que para constar, foi lavrado o presente termo de posse que vai assinado pelo senhor Prefeito Municipal e pelo empossado.

São Pedro de Alcântara, 06 de maio de 2014.

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

GILSON PEITER TESTONI
Empossado

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Trabalho Nº. 040/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 040/2014, CELEBRANDO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E O SENHOR ANDRE LUIS DE SOUZA FERNANDES - OCUPANTE DO CARGO DE MÉDICO CLINICO GERAL.

O Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 08.971.900/0001-98, cuja Sede se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 620.977.769-49, residente e domiciliado a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 61, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor ANDRÉ LUIS DE SOUZA FERNANDES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 025.230.029-73, residente e domiciliado a Rua Aristides E. da Silva, nº. 37 - Fazenda Santo Antônio - São José/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2013, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto a alteração da cláusula nona do contrato de trabalho nº. 040/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica alterada permanente a partir de 01/05/2014, a carga horária de 20 horas semanais para 30 horas semanais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara,
30 de abril de 2014.

MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Schroeder

PREFEITURA

Notificação - Processo Administrativo Nº 40/2014 (Cjm Comercio Varejista de Gas Eireli-Me)

NOTIFICAÇÃO

Processo Administrativo nº 40/2014

Fica a empresa CJM COMERCIO VAREJISTA DE GAS EIRELI-ME, CNPJ nº 16.985.597/0001-00, NOTIFICADA do inadimplemento do contrato nº 53/2014 firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido a Ordem de Compra, cujo empenho nº 2231/14 não efetuou a entrega do produto do prazo de estipulado pela Cláusula Segunda do Contrato supramencionado.

Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas no parágrafo terceiro, cláusula sétima do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações Evidenciando o atraso cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada.

Empenho (O.C)	Produtos	Entrega a O.C.	Prazo limite desobedecido
2231/14	RECARGA DE GÁS GLP 13	29/04/2014	30/04/2014

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder,

02 de maio de 2014.

FRANCIELE SALETE MELLA

Assessora de Saneamento e Gestão Ambiental

A

Sra. Eliane Rischbeck Todescat

CJM COM. VAREJISTA DE GÁS EIRELI-ME

CNPJ: 16.985.597/0001-00

(47) 3439-0421

Aviso de Licitação Deserta E Repetição Concorrência Registro de Preços 01/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO

CONCORRÊNCIA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/2014 - PMS -PROCESSO LICITATORIO Nº. 48/2014-PMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados através da Comissão de Licitações, informa que a Sessão Pública para recebimento e abertura dos envelopes e abertura da licitação, realizada em 24 de abril de 2014, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min e

Abertura do processo: às 09h, tendo em vista a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de faixas elevadas I e lombadas do tipo II em diversas ruas do Município de Schroeder (SC), de acordo com o projeto, memorial descritivo, conforme ANEXO IX - TERMO REFERÊNCIA, deste instrumento convocatório, ao longo de 12 meses.

O Prefeito Municipal comunica aos interessados que a nova Sessão de Abertura da Tomada de Preços nº. 04/2014-PMS, realizar-se-á em 09 de junho de 2014, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min e Abertura do processo: às 09h.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder,

05 de maio de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2.934/2014 de 29 de Abril de 2014

DECRETO Nº 2.934/2014 de 29 de abril de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02 - UNID. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02.08.243.3012.2.333 - Manutenção do Conselho Tutelar

3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Auxílio-Alimentacao R\$ 5.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02 - UNID. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02.08.243.3012.2.333 - Manutenção do Conselho Tutelar

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 2.699,00

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 2.301,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder,

29 de abril de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Termo Aditivo Nº. A16/2014 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A16/2014 - PMS

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 31/2011-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: CLARO S/A, inscrita no CNPJ sob o nº. 40.432.544/0001-47, estabelecida na Rua Flórida, nº 1970, cidade monções, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04.665-0001, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelos senhores Alexandre de Mello Silva, inscrito no CPF sob o nº. 689.098.886-87 e portador da carteira de habilitação profissional nº. 18.890-CRA/MG, e José Rolando Pedro Silva Olmos, inscrito no CPF sob nº: 231.835.848-67.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 31/2011-PMS, celebrado em 02 de Março de 2011, proveniente do Processo de licitação nº. 28/2011 - PMS, Modalidade Pregão Presencial nº. 14/2011 - PMS, para contratação de operadora de telefonia móvel local de sistema GSM, para prestação de serviço móvel pessoal - SMP, com o fornecimento aproximadamente de 9.200 minutos mensais locais e longas distância e tarifa zero para linhas do grupo com minutos indeterminados, conforme anexo, para um grupo de 62 (+ 07 unidades) aparelhos celulares, com expansão ou redução de minutos e aparelhos, tipo pós-pago, disponibilizados em regime de comodato devidamente habilitados com abrangência em todo território nacional, para uso da Prefeitura de Schroeder/SC, consoante demais condições contratuais.

Considerando o pedido de aditivo da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças no valor de R\$ 13.932,96 (treze mil, novecentos e trinta e dois reais e noventa e seis centavos), para o período de 1º. de maio de 2014 até 30 de julho de 2014.

Considerando-se que se enquadra-se no cláusula 14ª do contrato nº 31/2011-PMS, conforme parecer da Procuradoria.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica a partir deste alterada a Cláusula Primeira "do objeto do contrato, e descrição" e na Cláusula Quarta "do valor do contrato", item 4.1, aditivado o valor de R\$ 13.932,96 (treze mil, novecentos e trinta e dois reais e noventa e seis centavos), para o período de 1º. de maio de 2014 até 30 de julho de 2014, conforme segue:

Item	SERVIÇOS	Unidade Medida	Qtde Mensal Estimada	Valor Unitário (R\$) / Serviço	Valor Mensal	Qtde Estimada p/ 3 meses	Valor Total p/ 3 meses / Serviço
1	Assinatura Mensal	LINHA	83	R\$ 10,00	R\$ 830,00	R\$ 249,00	R\$ 2.490,00
2	VC1 - para Fixo	MINUTO	4.077	R\$ 0,20	R\$ 815,49	R\$ 12.232,42	R\$ 2.446,47
3	VC1 - para mesma Operadora	MINUTO	2.348	R\$ 0,20	R\$ 469,53	R\$ 7.042,91	R\$ 1.408,59
4	VC1 - para outras Operadoras	MINUTO	4.325	R\$ 0,20	R\$ 864,92	R\$ 12.973,78	R\$ 2.594,76
5	VC2 - para Fixo	MINUTO	82	R\$ 0,56	R\$ 45,67	R\$ 244,65	R\$ 137,01
6	VC2 - para mesma Operadora	MINUTO	83	R\$ 0,30	R\$ 24,84	R\$ 248,36	R\$ 74,52
7	VC2 - para outras Operadoras	MINUTO	83	R\$ 1,02	R\$ 84,44	R\$ 248,36	R\$ 253,32
8	VC3 - para Fixo	MINUTO	124	R\$ 0,56	R\$ 69,19	R\$ 370,68	R\$ 207,57
9	VC3 - para mesma Operadora	MINUTO	124	R\$ 0,30	R\$ 37,07	R\$ 370,68	R\$ 111,21
10	VC3 - para outras Operadoras	MINUTO	124	R\$ 1,02	R\$ 126,03	R\$ 370,68	R\$ 378,09
11	SMS - mensagens de texto	UNIDADE	988	R\$ 0,30	R\$ 296,54	R\$ 2.965,44	R\$ 889,62
12	MMS - mensagens de texto com imagem, som e vídeo	UNIDADE	37	R\$ 0,60	R\$ 22,24	R\$ 111,20	R\$ 66,72
13	Ligações Intra-Grupo-Tarifa Zero	LINHA	83	R\$ 3,20	R\$ 265,60	R\$ 249,00	R\$ 796,80
14	Gestor on-line - ferramenta de gestão da operadora	UNIDADE	83	R\$ 4,90	R\$ 406,70	R\$ 249,00	R\$ 1.220,10
15	Pacote de Internet 250MB	UNIDADE	2	R\$ 44,91	R\$ 89,82	R\$ 6,00	R\$ 269,46
16	Acesso a Caixa Postal	ACESSO	83	R\$ 0,20	R\$ 16,60	R\$ 249,00	R\$ 49,80
17	Aviso de Chamadas Perdidas	LINHA	83	R\$ -	R\$ -	R\$ 249,00	R\$ -

18	Pacote de Internet Banda Larga 250MB - Sem Linha - Somente Internet	UNIDADE	4	R\$ 44,91	R\$ 179,64	R\$ 12,00	R\$ 538,92
	VALOR TOTAL				R\$ 4.644,32		R\$ 13.932,96

Cláusula 2ª - Fica alterada a Cláusula Décima Quarta "da vigência" no item 14.1 do contrato nº 31/2011-PMS, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato de 1º. de maio de 2014 até 30 de julho de 2014.

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 31/2011-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 30 de abril de 2014.

CONTRATADA:

CLARO S/A

Alexandre de Mello Silva

CPF sob o nº. 689.098.886-87

CLARO S/A

José Rolando Pedro Silva Olmos

CPF sob nº: 231.835.848-67

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____
Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 053.350.739-18

2ª _____
Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 047.563.299-00

Termo de Homologação E Adjudicação Licitação Modalidade Tomada de Preço Nº. 03/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 03/2014-PMS

O Prefeito Municipal, Osvaldo Jurck, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da TOMADA DE PREÇO Nº. 03/2014-PMS, PROCESSO Nº. 45/2014-PMS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço GLOBAL, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: contratação de empresa de engenharia para prestação de Serviços de Consultoria Técnica em Saneamento e Implantação de Programa de Controle e Combate das Perdas no Sistema de Abastecimento de Água para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO VIII - TERMO REFERÊNCIA, deste instrumento convocatório.

Vencedor: HIDROMEYER ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 07.353.837/0001-63, estabelecida na Rua Tecla Kirschner Todt, nº. 51, Amizade, na cidade de Jaraguá do Sul.

Valor da proposta vencedora: R\$ 39.200,00 (trinta e nove mil e duzentos reais).

Data da Assinatura: 05/05/2014 - Vigência: 31/12/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº. 82/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato do Contrato nº. 82/2014-PMS

Modalidade Tomada de Preços nº. 03/2014-PMS - Processo nº. 45/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com pago municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: HIDROMEYER ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 07.353.837/0001-63, estabelecida na Rua Tecla Kirschner Todt, nº. 51, Amizade, na cidade de Jaraguá do Sul.

Objeto: contratação de empresa de engenharia para prestação de Serviços de Consultoria Técnica em Saneamento e Implantação de

Programa de Controle e Combate das Perdas no Sistema de Abastecimento de Água para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO VIII - TERMO REFERÊNCIA, deste instrumento convocatório.

Valor do contrato: R\$ 39.200,00 (trinta e nove mil e duzentos reais).

Data da Assinatura: 05/05/2014 - Vigência: 31/12/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2014 - Secel/PMS (Resultado Final E Classificação Geral)

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2014 - SECEL/PMS
RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO GERAL

Cargo	Nome	Nota Final	Classificação
Professor B: Educação Física - Ens. Ed. Inf. e Fundamental Anos Iniciais e Finais	DIOGO LUÍS LOMBARDI	8,68	1º
Professor B: Educação Física - Ens. Ed. Inf. e Fundamental Anos Iniciais e Finais	CLEITON MOREIRA	6,37	2º
Professor C: Educação Física - Ens. Ed. Inf. e Fundamental Anos Iniciais e Finais	SOLANGE DUMKE	7,59	1º
Professor C: Geografia - Ensino Fundamental Anos Finais	REGINALDO MOURA SILVA	6,27	1º

Schroeder (SC),
05 de Maio de 2014.

Comissão Organizadora Processo Seletivo Simplificado
Município de Schroeder

Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2014 - Secel/PMS (Resultado Prova de Títulos)

Insc.	Nome	Cargo - Especialidade	Prova de Títulos
14990	ANDRESSA ANITA DOS SANTOS	Professor B: Artes - Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	-
15130	ANTONIO CÉZAR NOBRE DOS SANTOS	Professor B: Artes - Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	-

15059	MARIA ADRIANA SILVA DE SOUZA	Professor B: Artes - Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	-
15040	VIVIANE PRATES MARINHO	Professor B: Artes - Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	-
15016	HATLA RODRIGUES MATOS	Professor B: Ética e Cidadania - Ens. Fundamental Anos Iniciais e Finais	-
15075	PATRICIA PEREIRA	Professor B: Geografia - Ens. Fundamental Anos Iniciais	-
15113	CLEITON MOREIRA	Professor B: Educação Física - Ens. Ed. Inf. e Fundamental Anos Iniciais e Finais	0,10
15067	DIOGO LUÍS LOMBARDI	Professor B: Educação Física - Ens. Ed. Inf. e Fundamental Anos Iniciais e Finais	0,10
15024	ELCIO KAUS GOMES	Professor B: Educação Física - Ens. Ed. Inf. e Fundamental Anos Iniciais e Finais	-
14982	ANDRESSA PILLATTI	Professor B: Ens. Religioso - Ensino Fundamental Anos Finais	-
15083	KEILA REGINA LIEBL	Professor C: Artes - Ensino Educação Inf. e Fundamental Anos Iniciais e Finais	-
15032	ROSA FLÁVIA MERTEN	Professor C: Artes - Ensino Educação Inf. e Fundamental Anos Iniciais e Finais	-
15121	PATRICIA DE ALMEIDA PAULI	Professor C: Matemática - Ens. Fundamental Anos Iniciais	-
15105	REGINALDO MOURA SILVA	Professor C: Geografia - Ensino Fundamental Anos Finais	-
15091	BEN NIR PANTALEAO VIEIRA LEITE	Professor C: Educação Física - Ens. Ed. Inf. e Fundamental Anos Iniciais e Finais	-

15008	SOLANGE DUMKE	Professor C: Educação Física - Ens. Ed. Inf. e Fundamental Anos Iniciais e Finais	-
-------	---------------	--	---

Schroeder(SC),
05 de maio de 2014.
Comissão Organizadora Processo Seletivo Simplificado
Município de Schroeder

Decreto Nº 2.935/2014 de 30 de Abril de 2014

DECRETO Nº 2.935/2014 de 30 de abril de 2014
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO
05.02.12.365.3009.2.322 - Manutenção do Centro de Educ.Infantil
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 2.500,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO
05.02.12.365.3009.2.322 - Manutenção do Centro de Educ.Infantil
3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 1.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Material de Consumo R\$ 1.500,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder,
30 de abril de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.551/2014, de 05 de Maio de 2014.

PORTARIA Nº 5.551/2014, de 05 de maio de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da funcionária Sra. Zeneide Leite Severo Pereira, com efeitos retroativos a partir de 02/05/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 05 de maio de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.552/2014, de 05 de Maio de 2014.

PORTARIA Nº 5.552/2014, de 05 de maio de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da funcionária Sra. Luciana Santos Schneider, com efeitos retroativos a partir de 02/05/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 05 de maio de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.553/2014, de 05 de Maio de 2014.

PORTARIA Nº 5.553/2014, de 05 de maio de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de demissão do servidor Claudinei Roncki em 16 de abril de 2014;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 001/2014-SE-CEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.897/2014, de 20/03/2014, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Marizete Aparecida dos Santos Hoeft, para exercer o cargo de Auxiliar de Biblioteca, percebendo o nível salarial nº. 25 (Administração), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 001/2014, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 05 de maio de 2014.
OSVALDO JURCK MAYKEL ROBERTO LAUBE
Prefeito Municipal Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.554/2014, de 05 de Maio de 2014.

PORTARIA Nº 5.554/2014, de 05 de maio de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de quebra do contrato de trabalho por prazo determinado ACT's da servidora Daniela da Silva em 10 de março de 2014;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 001/2014-SE-CEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.897/2014, de 20/03/2014, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, o Sr. Adler Hinkel Luckner de Souza, para exercer o cargo de Professor B, subárea Ensino Fundamental, percebendo o nível salarial B-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 001/2014/SECEL/PMS, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 05 de maio de 2014.

OSVALDO JURCK MAYKEL ROBERTO LAUBE
Prefeito Municipal Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.555/2014, de 05 de Maio de 2014.

PORTARIA Nº 5.555/2014, de 05 de maio de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de quebra de contrato de trabalho por prazo determinado ACT's da servidora Maria Ângela de Toledo da Silva em 25 de fevereiro de 2014;

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2013;

Considerando o Decreto nº. 2.794/2013, de 27/11/2013, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Adriana Kreis para exercer o cargo de Servente, percebendo o nível salarial nº 07, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº 001/2013/SECEL/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 05 de maio de 2014.
OSVALDO JURCK MAYKEL ROBERTO LAUBE
Prefeito Municipal Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.556/2014, de 05 de Maio de 2014.

PORTARIA Nº 5.556/2014, de 05 de maio de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão do contrato de trabalho por prazo determinado do funcionário Sr. Elpidio Castro Alves dos Santos, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 05 de maio de 2014.

OSVALDO JURCK Prefeito Municipal	MAYKEL ROBERTO LAUBE Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
-------------------------------------	--

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.557/2014, 5 de Maio de 2014

PORTARIA Nº 5.557/2014, 5 DE MAIO DE 2014

DETERMINA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE ENCERRAMENTO DA SINDICÂNCIA Nº003/2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º Determinar a prorrogação em até 60 (sessenta) dias, contados a partir de desta data, do prazo para encerramento da Sindicância nº003/2014, de acordo com o Ofício nº04/2014-Sindicância nº003/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder,
5 de maio de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Retificação A Convocação Concurso Público Nº. 001/2012-ESF/NASF

Retificação a Convocação Concurso Público nº. 001/2012-ESF/NASF

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste, RETIFICAR a Convocação do Sra. ROSANE LOPES ADRIANO, publicada no dia 24/04/2014 edição 1473 pág. 354 , tendo em vista o equívoco em sua redação.

Aonde consta o CPF da convocada:

"050.111.009-79"

Leia-se:

"518.827.360-87"

Mantenha-se os demais termos constantes na referida convocação.

Schroeder (SC),
05 de maio de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA
Secretário de Saúde e Assistência Social

Serra Alta

PREFEITURA

Decreto Nº 092/2014

DECRETO Nº 092/2014 DE 02 DE MAIO DE 2014.

“Dispõe sobre a nomeação das Conselheiras Tutelares NEUSA GIRELLI GHIDINI, JUCIELI HANAUER E JUCELENE SCHMITZ após eleições municipais e Lei 961-2013”.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 53 da lei Orgânica, o Art. 9º e 10º do Estatuto dos Servidores Públicos, Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005 e Lei Complementar nº 007/2010 e da Lei 961-2013. DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeadas como Conselheiras Tutelares NEUSA GIRELLI GHIDINI, JUCIELI HANAUER E JUCELENE SCHMITZ, designadas para atender as necessidades e atribuições do cargo, Nível 11, com carga horária de vinte (20) horas semanais, percebendo o vencimento constante na Lei nº 961-2013, Plano de Cargos e Salários Municipal.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e condicionado até o dia 09 de janeiro de 2016, e revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de maio de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Decreto Nº 093/2014

DECRETO Nº. 093/2014 DE 05 DE MAIO DE 2014.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE JANIARA LUISA BARON TESCHE PARA O CARGO DE TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL, APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL DE SERRA ALTA/SC, EDITAL Nº. 001/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001, Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e alterações posteriores, e de acordo com o Edital de Concurso Público nº. 001/2014, do Município de Serra Alta/SC,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir desta data, a Srª. JANIARA LUISA BARON TESCHE, portador do CPF nº. 053.912.649-79, RG nº. 4.686.948, para o Cargo de Técnico em Saúde Bucal, com lotação junto a Secretaria/Departamento, Nível 41, do Grupo 4 - TEP, conforme Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Aplica-se a nomeação deste decreto o Regime Próprio de Previdência Social, conforme Art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,

05 de Maio de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Decreto Nº 091/2014

DECRETO Nº 91/2014 de 23 DE ABRIL DE 2014

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso II do Art. 4º da Lei nº 979/2013 de 04/12/2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 15.317,25 (Quinze mil, trezentos e dezessete reais e vinte e cinco centavos), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 979/2013 de 04/12/2013, a saber:

Órgão: 08.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade Orçamentária: 08.02 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos

Projeto/Atividade: 1.120 - Pavimentação de Ruas, Passeios e Ciclovias

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.12-Transferência de Convênios Outros

Despesa: 93 R\$ 15.317,25

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 15.317,25
(quinze mil, trezentos e dezessete reais e vinte e cinco centavos).

Art. 2º - Os recursos orçamentários para abertura do crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 15.317,25 (quinze mil, trezentos e dezessete reais e vinte e cinco centavos) são provenientes do excesso de arrecadação de recursos de Transferência de Convênios Outros - da União.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de abril de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Siderópolis

PREFEITURA

53 2014 Aviso Edital Pregão Tubos de Concreto

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS
AVISO DE EDITAL PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS 53/2014
PREGÃO PRESENCIAL PMS Nº. 11/2014

O Município de Siderópolis torna público as empresas interessadas que de conformidade com a Lei Nº.10.520/02, Lei Nº 8.666/93 e legislação subsequente, que no dia 16/05/2014, às 09:00h (HORÁRIO DE BRASÍLIA) no referido setor, na Rua Presidente Dutra, nº01 - Centro, se reunirá a Comissão de Julgamento de Licitações, com a finalidade de receber propostas para a Contratação de empresa para o fornecimento parcelado de tubos de concreto e artefatos de cimento durante o exercício de 2014, o edital já está disponível no Setor de licitações da Municipalidade ou através de solicitação no e-mail: licitação@sideropolis.sc.gov.br. Maiores informações através do fone: (48) 3435 3188.

Siderópolis,
05 de maio de 2014.
FABÍOLA CARDOSO COMIN
Pregoeira

Aviso de Retificação do Edital PR FMS 29/2014

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS
AVISO DE EDITAL RETIFICAÇÃO DE EDITAL
PROCESSO DE LICITAÇÃO FMS Nº. 0029/2014 / PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 007/2014

O Município de Siderópolis torna público as empresas interessadas que de conformidade com a Lei Nº.10.520/02, Lei Nº 8.666/93 e legislação subsequente, que promoveu a ALTERAÇÃO do edital acima especificado, cuja finalidade é a Aquisição de um veículo para transporte de pacientes no município, conforme convênio nº 2014TR000908 que entre si celebram o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Criciúma e a Prefeitura Municipal de Siderópolis, referente ao processo nº SDR 21 00002228/2014, portanto fica excluída da especificação técnica a seguinte expressão: "Tração Traseira". Demais cláusulas permanecem inalteradas, inclusive quanto à data de abertura do certame. O edital retificado já está disponível na Secretaria de Administração do Município ou através de solicitação no e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br. Maiores Informações: (48) 3435 3188.

Siderópolis,
05 de maio de 2014.
FABÍOLA CARDOSO COMIN
Pregoeira

Sombrio

PREFEITURA

Decreto 96/14

DECRETO Nº. 096, DE 30 DE ABRIL DE 2014.
"REAJUSTA OS VALORES DAS TARIFAS DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO, BEM COMO OS DEMAIS SERVIÇOS PRESTADOS PELO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE-SOMBRIO- SC".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo item VI, do artigo 66, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de abril de 1990 e, especificamente pelo Artigo 41 da Lei nº 1839, de 20/10/2009, e

Considerando o disposto na Lei nº 1.114, de 07/04/1997 e suas alterações dadas pela Lei nº 1574, de 26/04/2006;

Considerando também as disposições contidas na Lei nº 1839, de 29/10/2009, que "Estabelece a política municipal de saneamento básico e define outras providências".

Considerando em especial, o disposto no Decreto nº 037, de 18/02/2010.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam reajustados em 12,00% (doze por cento), os valores das Tarifas de Água e Esgoto, bem como os demais Serviços Prestados pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, e tabela de infrações, estabelecidas pelo Decreto nº 037, de 18 de fevereiro de 2010, passando a vigorar conforme os valores constantes nas tabelas I a V, anexas ao presente Decreto.

Parágrafo Único. O índice de reajuste apurado compreende a variação verificada no período de abril de 2011 a abril de 2013, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC acumulado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC,
30 de abril de 2014.
ZÊNIO CARDOSO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

A N E X O I
Decreto nº 096, de 30 de abril de 2014.

TABELA DE TARIFAS

CATEGORIA DOMICILIAR		
FAIXA DE CONSUMO	Por M³ excedente	VALORES TARIFÁRIOS (R\$)
De 0m³ Até 10m³		25,01
De 10,01m³ a 25m³	4,00	
De 25,01m³ a 999999	5,56	

CATEGORIA TARIFA SOCIAL (BAIXA RENDA)		
FAIXA DE CONSUMO	Por M³ excedente	VALORES TARIFÁRIOS (R\$)
De 0m³ Até 10m³		8,21
De 10,01m³ a 20m³	1,28	
De 20,01m³ a 999999m³	5,56	

CATEGORIA COMERCIAL		
FAIXA DE CONSUMO	Por M³ excedente	VALORES TARIFÁRIOS (R\$)
De 0m³ Até 10m³		36,51
De 10,01m³ a 999999m³	5,34	

CATEGORIA MISTA		
FAIXA DE CONSUMO	Por M³ excedente	VALORES TARIFÁRIOS (R\$)
De 0m³ Até 10m³		31,28
De 10,01m³ a 25m³	4,67	
De 25,01m³ a 999999m³	5,34	

CATEGORIA INDUSTRIAL		
FAIXA DE CONSUMO	Por M³ excedente	VALORES TARIFÁRIOS (R\$)
De 0m³ Até 10m³		36,51
De 10,01m³ a 999999m³	5,34	

CATEGORIA PÚBLICA (Poderes Públicos)		
FAIXA DE CONSUMO	Por M³ excedente	VALORES TARIFÁRIOS (R\$)
De 0m³ Até 10m³		25,54
De 10,01m³ a 999999m³	3,74	

Observação:

1- A tarifa referente a prestação de serviço de esgoto sanitário corresponderá a 70% (setenta por cento) do valor do consumo de água a partir desta data.

A N E X O II

Decreto nº 096, de 30 de abril de 2014.

TABELA TARIFÁRIA DE LIGAÇÃO DE ÁGUA E ESGOTO

LIGAÇÃO DE ÁGUA

CONDIÇÕES	VALOR DA PRESTAÇÃO R\$	VALOR TOTAL R\$
À VISTA		91,92
2 pagamentos	47,53	95,07
3 pagamentos	32,86	98,58
4 pagamentos	25,60	102,41
5 pagamentos	21,19	105,95
Ligação Social		34,71
Industrial, Comercial e Pública		101,11

LIGAÇÃO DE ESGOTO

CONDIÇÕES	VALOR DA PRESTAÇÃO R\$	VALOR TOTAL R\$
À VISTA		37,63
2 pagamentos	50,60	101,20
3 pagamentos	35,12	105,37
4 pagamentos	27,09	108,37
5 pagamentos	22,38	111,94

Observações:

1- Com diâmetro acima de 100mm será feito orçamento prévio de acordo com o diâmetro a ser instalado, sendo que o primeiro pagamento deverá ser efetuado no ato do pedido.

A N E X O III

Decreto nº 096, de 30 de abril de 2014.

TABELA DE SERVIÇOS

TAXAS DE SERVIÇOS	R\$
Religação de água normal (corte no cavalete - hidrômetro)	25,47
Religação de Água Violada (corte no Ramal externo)	50,68
Aferição de Hidrômetro	29,33
Análise bacteriológica de água	53,35
Análise físico-químico (preço p/item analisado)	53,35
Levantamento do Cavalete (Hidrômetro)	132,00
Deslocamento do Cavalete (Hidrômetro) no mesmo terreno	33,34
Mudança de Ramal (ligação) para o mesmo terreno	68,01
Multa por violação do ramal (ligação, hidrômetro ou lacre)	347,16
Fornecimento e instalação de hidrômetro	118,69
Hora de serviço de mão de obra dos servidores quando da execução de serviço de responsabilidade do usuário	16,00
Substituição do Hidrômetro a pedido do usuário	92,02
Desligação a pedido do usuário temporário	17,17

VISTORIA NA INSTALAÇÃO PREDIAL

Por solicitação do Usuário	20,00
----------------------------	-------

CONSUMO DE ÁGUA POR CIRCOS, PARQUES E SIMILARES

Custo fixo de consumo até 15 (quinze) dias	188,03
Custo fixo mensal permanência superior a 15 (quinze) dias	280,00

CUSTO POR HORA DE MÃO DE OBRA

De Encanador	5,84
De Auxiliar	3,73

TAXA DE EXPEDIENTE

Taxa de expediente (Emissão de 2ª via, extrato, alteração cadastral, etc.)	3,34
--	------

A N E X O IV

Decreto nº 096, de 30 de abril de 2014.

TABELA DE INFRAÇÕES

ITEM	INFRAÇÕES	VALOR EM R\$
01	Intervenção nas instalações dos serviços públicos de água e esgoto.	70,91
02	Ligações clandestinas.	188,22
03	Violação ou retirada de hidrômetros ou limitador de consumo.	225,86
04	Interconexão da inst.predial com canalizações de água ou outra procedência.	56,54
05	Utilização da ligação de água ou esgoto para serventia de outra economia.	62,46
06	Lançamento de águas pluviais na instalação de esgotos do prédio	188,22
07	Ligações de bombas ou ejetores na rede distribuidora ou no ramal predial	301,22
08	Lançamento de despejos na rede coletora que exijam tratamento prévio.	304,54
09	Início de obras de instalação de água e /ou esgotos em loteamentos ou conjuntos de edificações sem autorização do SAMAE.	1.882,87

10	Alteração de projeto de instalação de água e/ou esgotos em loteamentos ou conjunto de edificações, sem prévia autorização do SAMAE.	754,84
11	Instalação de torneiras antes do Hidrômetro	50,68
12	Inversão do Hidrômetro	86,68
13	Ligação de Esgotos sem caixa de gordura	200,03

Observação:

- A tarifa de Esgoto sanitário para residências que utilizam a água do SAMAE será cobrado valor correspondente a 70% (setenta por cento) do consumo.

A N E X O V

Decreto nº 096, de 30 de abril de 2014.

SERVIÇO NÃO MEDIDO

(Para as taxas de serviços de Esgoto que não utiliza água do SAMAE)

CATEGORIA	VALOR R\$ ÁGUA	VALOR R\$ ESGOTO
RESIDENCIAL		
R1		13,08
R2		31,03
R3		38,09
R4		61,91
COMERCIAL E PÚBLICA		
C1 -		17,92
C2-		31,03
C3-		72,97
INDUSTRIAL - I 1		31,03
INDUSTRIAL - I 2		78,74

R1 - Com área até 40 m2

R2 - Com área de 41 a 80 m2

R3 - Com área de 81 a 120 m2

R4 - com área acima de 120 m2

C1 - Pequeno Comércio - Quando a água é utilizada em estabelecimentos comerciais ou públicos somente para fins higiênicos;
C2 - Médio Comércio - Quando a água é utilizada em estabelecimentos comerciais ou públicos para outros fins que não somente higiênicos;

C3- Grande Comércio - Quando a água é utilizada em estabelecimentos comerciais ou públicos para fins diversos ou genéricos.

I1 - Pequena Indústria - Quando a água é utilizada em estabelecimentos industriais, somente para fins higiênicos.

I2 - Grande Indústria - Quando a água é utilizada em estabelecimentos industriais para outros fins que não somente os higiênicos.

Portaria 56/14

PORTARIA Nº 056 DE 01 DE ABRIL DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIOS-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrios, de 06 de abril de 1990, em conformidade com a Lei nº 1.415 de 20 de Maio de 2003, combinado com a Lei 1416, de 20 de maio de 2003.

RESOLVE:

Designar a servidora efetiva Sra JADINA CLARICE FERRAZ MATEUS MACHADO, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Escola, Nível DASMA - 01, junto a Secretaria Municipal de Educação, com 50% (Cinquenta por cento) de gratificação,

com proventos de origem, em substituição a Sra. ANA LUCIA DA ROSA TEIXEIRA, que encontra-se em licença maternidade, pelo período de 01/04/2014 à 15/08/2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrios-SC,

01 de abril de 2014.

ZÊNIO CARDOSO

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Lei 2141/14

LEI Nº 2141, DE 30 DE MAIO DE 2014.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº. 2087, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013, QUE PADRONIZA AS CORES OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE SOMBRIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIOS-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. A LEI Nº. 2087, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013 passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º [...] .."

§ 1º: A cor predominante da logomarca, impressos municipais e dos prédios públicos, pertencentes ao patrimônio municipal ou alocados à Administração municipal para abrigar qualquer Órgão ou entidade civil conveniada com o município, enquanto durar a locação, será obrigatoriamente, de acordo com a cor expressa na Bandeira e Brasão do Município.

§2º: A critério e por conveniência da administração municipal as cores neutras branca e preta, bem como a cor cinza poderão ser utilizadas na padronização definida por esta Lei".

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrios (SC),

30 de abril de 2014.

ZÊNIO CARDOSO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO

Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Lei 2142/14

LEI Nº 2142, DE 30 DE ABRIL DE 2014.

AUTORIZA AQUISIÇÃO DE IMÓVEL PELO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SOMBRIOS - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIOS-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1.º Fica autorizado, o Chefe do Poder Executivo, a proceder à aquisição de bem imóvel de áreas de terras urbanas a seguir identificadas, por meio de processo de licitação na modalidade de dispensa, nos termos do artigo 24, X, da Lei 8.666/93:

I - Uma área de Terras medindo 12.496,50 m², dentro de uma área maior de 81.861,73 m², situado no Município de Sombrio/SC, de propriedade da empresa Imóveis Vefago Ltda, parte integrante da matrícula nº 67.527, conforme certidão atualizada da matrícula do CRI da Comarca de Sombrio, com as seguintes medidas, confrontações e coordenadas geográficas: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 01 de Coordenadas N 6.780.834,3616 e E 633,292,2490, deste segue até o vértice 02 de Coordenadas N 6.780.791,0587 e E 633.347,2477, deste segue até o vértice 03 de Coordenadas N 6.780.822,4897 e E 633.371,7837, deste segue até o vértice 04 de Coordenadas N 6.780.766,4840 e E 633.443,0348, deste segue até o vértice 05 de Coordenadas N 6.780.679,4476 e E 633.396,5546, deste segue até o vértice 06 de Coordenadas N 6.780.764,2908 e E 633.288,3996 e encontra-se representadas no sistema UTM, referenciados no Meridiano Central 51º WGR, tendo como Datum o SIRGAS2000.

Paragrafo único: A respectiva área supracitada, subtraídas as áreas públicas estabelecidas no alvará de aprovação de loteamento de nº 458 deste Município, referem-se aos lotes de nº 1 a 8 da quadra e aos lotes de nº 1 a 12 da quadra D, que somadas, equivalem a uma área total de 8.305,83 m².

Art. 2.º O valor a ser pago pela aquisição do imóvel previsto no inciso I, do artigo 1º, desta Lei, terá o valor máximo de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), de acordo com resultado da comissão de avaliação desta municipalidade instituído pelo Decreto nº 150, bem como na especificações do processo administrativo licitatório na modalidade de dispensa, a ser instaurado.

§1.º Resultando o processo administrativo licitatório, será firmado contrato de compromisso de compra e venda e termo de cessão e transferência realizado com o Município de Sombrio/SC, antes da respectiva escritura pública, para posterior registro no CRI da comarca, data esta onde valor de compra ajustado será liquidado e pago.

Art. 3.º Os imóveis adquiridos pelo Município descritos nos artigos 1º desta lei, será utilizado para implantar uma unidade escolar, bem como uma quadra poliesportiva.

Art. 4.º O Município de Sombrio/SC procederá todos os atos necessários para transferência do imóvel junto ao Registro de Imóveis da Comarca de Sombrio/SC, bem como a observância dos procedimentos licitatórios previstos na legislação vigente, relativamente a aquisição de imóvel, sendo que o mesmo será recebido livre e desembaraçado de qualquer ônus.

Art. 5.º As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta das dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 6.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 7º. Fica revogada a Lei 2121, de 15 de janeiro de 2014 e demais disposições em contrário.

Município de Sombrio - SC,
30 de abril de 2014.
ZÊNIO CARDOSO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO

Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Lei 2143/14

LEI Nº. 2143 DE 30 DE ABRIL DE 2014.

"DENOMINA VIA PÚBLICA QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. A antiga Rodovia Sombrio Jacinto Machado, com início no entroncamento com a estrada do acesso a jazida de propriedade da Britagem Sombrio, no Bairro Morretinho, com o seu traçado a frente à Gruta Nossa Senhora da Salete, e que se estende até a Rodovia Manoel João Scheffer, na localidade de Com-Com, passa a se denominar Rua JACI JOÃO DOS SANTOS.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Sombrio (SC),
30 de abril de 2014.
ZÊNIO CARDOSO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO

Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

TP 63/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 63/2014

MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇO Nº. 63/2014

Objeto: Pavimentação com lajotas sextavadas nas ruas João Manoel Scheffer, Lindolfo Ramos e Alcides Amorim, Na Cidade de Sombrio-SC, cfe. Projeto, Orçamento e Memorial descritivo em anexo do Edital.

Entrega dos envelopes: até as 08:50 do dia 21/05/2014

Abertura da Sessão: a partir das 09:00 horas do dia 21/05/2014

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras

e Licitações da Prefeitura Municipal de Sombrio - SC, sito

a Av. Nereu Ramos, 861 - Centro - Sombrio/SC, no horário das

08:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:30 horas em dias úteis. Fone (48)

3533-6633.

Sombrio - SC 02/05/2014

Ricardo D'ávila João

Presidente da C.J.L.

Timbé do Sul

PREFEITURA

Extrato do Contrato 52/2014

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul
Termo de Contrato nº 52/2014
Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Aristodes Velho Da Silva
Objeto: Prestação de serviços de gaitero para animar os encontros da 3ª idade (Melhor Idade) do município de Timbé do Sul/SC.

Valor: R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) mensais

Vigência: 10/04/2014 a 30/11/2014

Extrato do Contrato 53/2014

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul
Termo de Contrato nº 53/2014
Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Mercantil PP de Lubrificantes Ltda
Objeto: Aquisição parcelada de óleos lubrificantes, hidráulicos, graxas, filtros e produtos de limpeza para manutenção da frota de máquinas e veículos da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul/SC.
Valor: R\$ 47.582,65 (quarenta e sete mil, quinhentos e oitenta e dois reais e sessenta e cinco centavos) global estimado.

Vigência: 22/04/2014 a 31/12/2014

Extrato do Contrato 18/2014_Fms

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul
Fundo Municipal de Saúde
Termo de Contrato nº 18/2014

Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: Jacques Brião Moreira ME
Objeto: Fornecimento parcelado de fraldas descartáveis para manutenção do Fundo Municipal de Saúde do município de Timbé do Sul.

Valor: R\$ 13.539,60 (treze mil, quinhentos e trinta e nove reais e sessenta centavos) global estimado.

Vigência: de 30/04/2014 a 31/12/2014

Timbó

PREFEITURA

Lei Nº 2716, de 06 de Maio de 2014

LEI Nº 2716, DE 06 DE MAIO DE 2014

Dispõe sobre a afixação de placas ou cartazes com informações do Estatuto do Idoso, Lei Federal nº 10.741/2003, referente a vagas gratuitas ou com desconto no sistema coletivo interestadual no Município de Timbó.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica estabelecido que em todas as empresas, guichês, bilheterias e outros estabelecimentos similares que comercializam passagens do transporte interestadual no Município de Timbó, deverão ser afixados permanentemente em local visível ao público, placas ou cartazes com o seguinte dizer:

"A Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, em seu art. 40, I e II, parágrafo único, ESTATUTO DO IDOSO, garante que:

Art. 40 No sistema de transporte coletivo interestadual observar-se-á, nos termos da legislação específica:

I - a reserva de 2 (duas) vagas garantidas por veículo para idosos com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos:

II - desconto de 50% (cinquenta por cento), no mínimo, no valor das passagens, para idosos que excederem nas vagas gratuitas, com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos."

Art. 2º As placas ou cartazes de que trata o artigo anterior terão dimensões suficientes para que as informações possam ser lidas de boa distância e será afixada em locais de ampla e perfeita visualização por parte do consumidor.

Art. 3º As empresas deverão dar cumprimento à presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias contados da sua publicação.

Art. 4º O descumprimento do disposto na presente Lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I. multa de 20 (vinte) UFM's (unidades fiscais do município de Timbó), na 1ª incidência;

II. multa em dobro em caso de reincidência.

Parágrafo único - Considera-se reincidência a prática de nova infração dentro de um período de 60 (sessenta) dias, contados da data da ocorrência da infração anterior.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de maio de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Extrato Ata de Registro de Preço N.º 34 2014 PMT - Serviços de Manutenção

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2014 PMT
ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços destinado a mão de obra profissional para realização de serviços de manutenção em geral, manutenção em telhados e calhas, carpintaria, marcenaria, serviços de pintura e serviços elétricos e hidráulicos preventivos e corretivos para todos os edifícios da Administração Direta, com fornecimento de todas as ferramentas necessárias à sua completa execução.

EMPRESA FORNECEDORA: Nayara Caroline Schaefer 06185472902 (MEI).

TOTAL ESTIMADO: R\$ 55.671,60 (cinquenta e cinco mil seiscentos e setenta e um reais e sessenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 01/05/2015.

Timbó, 02/05/2014

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

Extrato Ata de Registro de Preço N.º 38 2014 PMT - Aquisição de Macarrão Parafuso

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2014 PMT
ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços destinado aquisição de gênero alimentício (macarrão tipo parafuso), destinados aos Núcleos de Educação Infantil (NEI), Unidades Pré-Escolares (UPE) e Escolas de Ensino Fundamental da rede pública municipal, para cumprimento do cardápio no período de abril até dezembro de 2014, em atendimento às necessidades da Secretaria de Educação.

EMPRESA FORNECEDORA: Supermercado Frontal LTDA.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 12/12/2014.

Timbó, 02/05/2014

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário de Educação

Extrato Ata de Registro de Preço N.º 40 2014 PMT - Espaço Publicitários Em Rádio Am E Fm

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2014 PMT
ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços destinado à contratação de espaços publicitários em rádio AM e rádio FM com abrangência em Timbó/SC para a divulgação de ações do município à população.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Radio Cultura de Timbó LTDA; e Rádio Timbó LTDA.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 246.920,00 (duzentos e quarenta e seis mil novecentos e vinte reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 31/12/2014.

Timbó, 02/05/2014

JAIME AVENDANO

Assessor Institucional de Comunicação Social

Extrato Ata de Registro de Preço N.º 35 2014 PMT - Materiais de Construção Civil

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2014 PMT
ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais diversos inerentes a construção civil, destinados à manutenção e execução de obras para atendimento das unidades da administração direta, indireta e autarquias do município de Timbó.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Concrerio Materiais de Construção LTDA EPP; Coml. Indl. Dante Zonta LTDA ME; Dragão Ind. Com. LTDA ME; Cedro Artef. Comento LTDA ME; Concreio Artef. Cimento LTDA ME; Premocon Artefatos de Concreto LTDA ME; Pedreira Vale do Selke LTDA; Ivo Mariano Nones ME; Erwin Schmidt e Filhos LTDA EPP; KL Materiais de Construção LTDA; e Asfaltectul Materiais e Serviços.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 1.464.041,78 (um milhão quatrocentos e sessenta e quatro mil e quarenta e um reais e setenta e oito centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 04/05/2015

Timbó, 05/05/2014

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

Ata Habilitação E Proposta Tomada de Preço N.º 15 2014 SAMAE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA DA TOMADA DE PREÇO Nº. 15/2014 - SAMAE

Às nove horas e cinco minutos, do segundo dia, do mês de maio de dois mil e catorze, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, nomeada pela Portaria 792/2014, sob a presidência da Sra. Carmelinde Brandt, estando presentes os membros Pamela A. Campregher Floriano e Aline Burger e, representando a empresa DRJ RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA., o senhor Naurides Tadeu Soberano. Entregou, tempestivamente, os envelopes de Habilitação e Proposta, a seguinte empresa: DRJ RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA. A Senhora Presidente solicitou ao presente que rubricasse os envelopes e que conferisse sua inviolabilidade. A senhora Presidente em prosseguimento, passou à abertura dos envelopes Habilitação, colocando à disposição dos presentes os documentos neles contidos. Em análise aos documentos de Habilitação, em especial à qualificação técnica (item 7.1.6, letra "b"), a Comissão de Licitação entrou em contato com a servidora do Samae, Sra. Carla Tatiana Raduenz Geisler, a fim de sanar dúvidas a respeito da documentação apresentada (atestados de capacidade técnica), onde a mesma confirmou que a empresa DRJ RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA., já prestou os serviços exigidos para comprovação técnico-operacional ao Samae no ano de 2013 e em meses iniciais de 2014. Constatou-se, portanto, que a empresa apresentou a documentação de habilitação de acordo com as exigências do edital, restando dessa forma HABILITADA. A empresa participante declarou que desiste do prazo de recursos da fase de habilitação,

e dessa forma passou-se para abertura do envelope da proposta. Aberto o envelope da proposta constatou-se que a empresa DRJ RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA., apresentou o mesmo de acordo com as exigências do item 8 (Proposta de Preços), onde cotou o valor mensal em R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), restando-se, portanto, vencedora do certame. Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão e pelo representante legal.

CARMELINDE BRANDT
Presidente

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO
Secretária

ALINE BURGER
Membro
DRJ RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA

Aviso Nova Etapa de Lances Pregão Presencial N.º 02 2014 SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2014
AVISO DE NOVA ETAPA DE LANCES

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta e análises laboratoriais de água bruta e tratada para a Estação de Tratamento de Água - ETA e Aterro Sanitário. O SAMAE leva ao conhecimento dos interessados que devido à decisão de procedência de recurso impetrado pela empresa FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP, ficam convocados os participantes do referido processo licitatório a participar de nova etapa de lances que acontecerá no dia 07/05/2014 às 10h no auditório da Prefeitura de Timbó, Avenida Getúlio Vargas, nº. 700, centro, Timbó/SC.

Timbó/SC, 02 de maio de 2014
JEAN M. R. VARGAS
Pregoeiro Oficial

Portaria Nº 1030, de 07 de Abril de 2014

PORTARIA Nº 1030, DE 07 DE ABRIL DE 2014
Designa a Servidora Pública Municipal Keli Francieli Cattoni para ocupar, em substituição, a Servidora Carla Tatiana Raduenz Geisler, no cargo em comissão de Diretora de Departamento-Administrativo/Financeiro do SAMAE no período de 22/04/2014 a 21/05/2014.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 50, incisos I e X, e 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, combinado com o disposto nos arts. 44, 45, "caput" e §§ 2º e 3º, e 47 da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR a Servidora KELI FRANCIELI CATTONI, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos, para ocupar em substituição à CARLA TATIANA RADUENZ GEISLER, o cargo em comissão de Diretora de Departamento Administrativo/Financeiro, Símbolo CC-2, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE, no período de 22/04/2014 a 21/05/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos

do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 07 de abril de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 1054, de 24 de Abril de 2014

PORTARIA Nº 1054, DE 24 DE ABRIL DE 2014
Instaura PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 02/2014 e designa a Comissão Processante Especial para apurar a conduta e/ou eventuais irregularidades praticadas em tese pela Servidora Monica de Lima Miranda Silva, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II, VII e XXV, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "f", da Lei Orgânica do Município de Timbó, e com fundamento nos artigos 134 e 137 e seguintes da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998; e,

Considerando os fatos narrados no Ofício nº 022/2014/GAB/1ªPJMP, de 02 de abril do corrente, do Ministério Público do Estado de Santa Catarina - 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Timbó, e demais documentos,

RESOLVE:

Art.1º DETERMINAR a instauração do Processo Administrativo Disciplinar nº 02/2014, para apurar a conduta e/ou irregularidades praticadas pela servidora MONICA DE LIMA MIRANDA SILVA, ocupante do cargo de provimento temporário de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, o qual, em tese, violou o disposto nos incisos dos artigos 117, 118 e 126, todos da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98.

Art.2º DESIGNAR para integrar a Comissão Processante Especial, constituída pelas Servidoras: Mabel Demonti Mengarda-Professora, Simone Noll-Educadora Infantil e Miryam Ruprecht Packer- Educadora Infantil, para apresentarem com independência e imparcialidade, sob a presidência da primeira, a conclusão do processo a que se refere o artigo 1º, no prazo de 60 (sessenta) dias (art. 139, § 1º, da Lei Complementar nº 01/93).

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de abril de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Lei Nº 2717, de 06 de Maio de 2014

LEI Nº 2717, DE 06 DE MAIO DE 2014
REGULA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO AOS MÉDICOS PARTICIPANTES DO "PROJETO MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL", EM ATUAÇÃO NO MUNICÍPIO DE TIMBÓ.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a conceder auxílio moradia, alimentação e deslocamento aos médicos em atuação no Município de Timbó, participantes do Projeto Mais Médico para o Brasil, instituído pela Lei Federal n.º 12.871/2013, segundo as diretrizes de implementação estabelecidas na Portaria nº 23/2013, da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde e pela Portaria Interministerial n.º 1.369/MS/MEC/2013, conforme critérios estabelecidos na presente Lei.

§ 1º O auxílio de que trata o presente artigo se dará, a critério da administração municipal, por meio de custeio direto ou indireto da moradia, alimentação e transporte do profissional médico, quando necessário para realização de sua atividade.

§ 2º Na hipótese de custeio indireto, fica autorizado o município a instituir por decreto, considerando os custos e variação de mercado no Município e repassar aos profissionais os valores necessários para tais finalidades, através dos auxílios financeiros moradia, alimentação e deslocamento, observadas as regras e limites estabelecidos nessa lei e os seguintes valores máximos:

I - De 500,00 (quinhentos reais) à R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) mensais, para "Auxílio Financeiro Moradia", destinado ao custeio de despesas com moradia;

II - De R\$ 371,00 (trezentos e setenta e um reais) até R\$500,00 (quinhentos reais), para "Auxílio Financeiro Alimentação", destinada a sua manutenção com alimentação;

III - De até R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), para "Auxílio Financeiro Deslocamento", destinada ao custeio das despesas com deslocamento do profissional, entre o local de residência e o posto de saúde onde trabalha, considerando o efetivo custo com o uso do transporte coletivo urbano.

§ 3º Fica compreendido no valor indenizado à título de auxílio moradia o custeio não só do aluguel do imóvel, como também todas as demais despesas indiretas com sua manutenção, tais como água, luz, condomínio, IPTU, gás e etc, devendo o profissional respeitar o aludido valor.

§ 4º Os recursos alusivos aos auxílios de que tratam os incisos do §2º deste artigo, serão repassado mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, ao mês de atividade do médico participante a partir da data de efetivo exercício e mediante aceitação pelo Fundo Municipal de Saúde, do Termo de Compromisso firmado entre o profissional médico e o Ministério da Saúde.

§ 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos repasses será regulado por decreto.

§6º O valor de que trata o inciso III do §2º deste artigo, poderá ser revisto sempre que houver revisão tarifária para o transporte coletivo urbano do município de Timbó.

Art. 2º Os repasses dos valores se darão no prazo máximo de até 36 (trinta e seis) meses, para o médico participante, de acordo com o estabelecido para execução do Projeto Mais Médico para o Brasil, conforme Portaria Interministerial n.º 1.369/MS/MEC/2013.

Art. 3º Em caso de afastamento do Projeto, por qualquer motivação, o médico participante deverá comunicar ao Fundo Municipal de Saúde, que suspenderá de imediato os repasses dos recursos concedidos nos termos da presente Lei.

Art. 4º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no Orçamento do Município, 15 - 1 - 2150 - 3390 - 10200.

Art. 5º Fica o Poder Executivo, caso necessário, autorizado a proceder à suplementação orçamentária até o limite necessário a execução da presente Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 15 de março de 2014.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de maio de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Ata Abertura E Julgamento de Propostas - Tomada de Preço N.º 08.2014 - FMS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DE PROPOSTAS DA TOMADA DE PREÇO Nº. 08/2014 - FMS

Às catorze horas e trinta minutos, do quinto dia, do mês de maio de dois mil e catorze, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, nomeada pela Portaria 792/2014, sob a presidência da Sra. Carmelinde Brandt, estando presentes os membros Pamela A. Campregher Floriano e Aline Burger e, representando a empresa POLARIS SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. o senhor Roberto Carlos Imme, e a empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA - EPP cujo representante legal não esteve presente na sessão, para abertura dos envelopes de proposta do processo licitatório Tomada de Preços nº 08/2014 - PMT conforme segue: A senhora Presidente em prosseguimento, passou à abertura dos envelopes Proposta, colocando à disposição dos presentes os documentos neles contidos. Da abertura dos envelopes de proposta, os valores apresentados foram: POLARIS SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA., com valor total de R\$ 529.450,00 (quinhentos e vinte e nove mil, quatrocentos e cinquenta reais), e; EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA - EPP com valor total de R\$ 531.000,00 (quinhentos e trinta e um mil reais). Da análise e exame das propostas, à vista das exigências constantes do edital, a Presidente suspendeu a sessão para encaminhamento dos documentos da proposta ao Setor de Engenharia, para análise dos valores e quantitativos apresentados. Dando sequência ao certame, do parecer técnico emitido pelo engenheiro civil, Sr. Moacyr Cristofolini Junior, o mesmo constatou que as empresas POLARIS SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA - EPP apresentaram as propostas com uma pequena diferença nos valores (erros de arredondamento), mas que, todavia, não maculam a validade das mesmas, tratando-se de equívocos sanáveis, nos termos do item 8.8.1, emitindo nova planilha de conferência, onde fez constar os valores corrigidos conforme segue abaixo: Empresa: POLARIS SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA; Valor apresentado pela empresa: R\$ 529.450,00 (quinhentos e vinte e nove mil, quatrocentos e cinquenta reais); Valor corrigido pelo engenheiro: R\$ 529.450,11 (quinhentos e vinte e nove mil, quatrocentos e cinquenta reais e onze centavos) - Empresa: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA - EPP; Valor apresentado pela empresa: R\$ 531.000,00 (quinhentos e trinta e um mil reais); Valor corrigido pelo engenheiro: R\$ 531.011,88 (quinhentos e trinta e um mil, onze reais e oitenta e oito centavos). Diante das considerações acima mencionadas e do parecer técnico decide-se pela classificação de todas as propostas, e declara-se vencedora a empresa POLARIS SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA., levando-se

em consideração nos termos do item 8.8.1 do edital, o valor encontrado pelo engenheiro Moacyr, qual seja este, R\$ 529.450,11 (quinhentos e vinte e nove mil, quatrocentos e cinquenta reais e onze centavos). Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão e pelos representantes legais presentes, os quais já saem intimados acerca do resultado das propostas para, querendo apresentar recurso ou desistência do mesmo, determinando-se a publicação desta ata e realização do contato com a empresa que não possuía representante legal presente na sessão para que, querendo, apresente recurso ou termo de desistência, viabilizando a continuidade do feito. Registre-se, publique-se, intimem-se.

CARMELINDE BRANDT
Presidente

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO
Secretária

ALINE BURGER
Membro
POLARIS SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA

Aviso Prorrogação Credenciamento Nº. 03 2013 FMS - Próteses Odontológicas

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO CREDENCIAMENTO PARA SERVIÇOS DE PRÓTESES ODONTOLÓGICAS N.º 03 2013 FMS

O Fundo Municipal de Saúde informa que o prazo do credenciamento de laboratórios interessados em prestar serviços de confecção e fornecimento personalizado de prótese odontológica foi prorrogado até 08/03/2015. ENTREGA DO ENVELOPE: contendo os documentos de Habilitação e o termo de aceitação dos preços poderá ser feita durante o período de vigência (até 08/03/2015). Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações localizado na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou através do email: licitacoes@timbo.sc.gov.br.

ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário Municipal de Saúde

Ata Abertura e Julgamento de Propostas Tomada de Preço N.º 09-2014 - PMT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DE PROPOSTAS DA TOMADA DE PREÇO Nº. 09/2014 - FMS

Às quinze horas e trinta minutos, do quinto dia, do mês de maio de dois mil e catorze, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, nomeada pela Portaria 792/2014, sob a presidência da Sra. Carmelinde Brandt, estando presentes os membros Pamela A. Campregher Floriano e Aline Burger e, representando a empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA E.M.C. LTDA - EPP, o Sr. José Carlos Cardoso e, as empresas EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA - EPP e POLARIS SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. cujos representantes legais não estavam presente na sessão, para abertura dos envelopes de proposta do processo licitatório Tomada de Preços nº 09/2014 - FMS conforme segue: A senhora Presidente em prosseguimento, passou à abertura dos envelopes Proposta,

colocando à disposição dos presentes os documentos neles contidos. Da abertura dos envelopes de proposta, os valores apresentados foram: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA E.M.C. LTDA - EPP, com valor total de R\$ 529.955,00 (quinhentos e vinte e nove mil novecentos e cinquenta e cinco reais); EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA - EPP com valor total de R\$ 531.000,00 (quinhentos e trinta e um mil reais), e POLARIS SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA., com valor total de R\$ 531.458,09 (quinhentos e trinta e um mil quatrocentos e cinquenta e oito reais e nove centavos). Da análise e exame das propostas, à vista das exigências constantes do edital, a Presidente suspendeu a sessão para encaminhamento dos documentos da proposta ao Setor de Engenharia, para análise dos valores e quantitativos apresentados.

Dando sequência ao certame, do parecer técnico emitido pela engenharia civil, Sra. Luciana Hartmann, a mesma constatou que as empresas POLARIS SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA., EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA - EPP e EMPREITEIRA DE MO EMC LTDA apresentaram as propostas com uma pequena diferença nos valores (erros de arredondamento), mas que, todavia, não maculam a validade das mesmas, tratando-se de equívocos sanáveis, nos termos do item 8.8.1, emitindo nova planilha de conferência, onde fez constar os valores corrigidos conforme segue abaixo: Empresa: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA E.M.C. LTDA - EPP; Valor apresentado pela empresa: R\$ 529.955,00 (quinhentos e vinte e nove mil novecentos e cinquenta e cinco reais); Valor corrigido pelo engenheiro: R\$ 530.084,30 (quinhentos e trinta mil oitenta e quatro reais e trinta centavos) - Empresa: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA - EPP; Valor apresentado pela empresa: R\$ 531.000,00 (quinhentos e trinta e um mil reais); Valor corrigido pelo engenheiro: R\$ 531.039,66 (quinhentos e trinta e um mil, trinta e nove reais e sessenta e seis centavos) - Empresa: POLARIS SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.; Valor apresentado pela empresa: R\$ 531.458,09 (quinhentos e trinta e um mil quatrocentos e cinquenta e oito reais e nove centavos); Valor corrigido pelo engenheiro: R\$ 531.481,39 (quinhentos e trinta e um mil, quatrocentos e oitenta e um reais e trinta e nove centavos). Diante das considerações acima mencionadas e do parecer técnico decide-se pela classificação de todas as propostas, e declara-se vencedora a empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA E.M.C. LTDA - EPP, levando-se em consideração nos termos do item 8.8.1 do edital, o valor encontrado pela engenheira Luciana, qual seja este, R\$ 530.084,30 (quinhentos e trinta mil oitenta e quatro reais e trinta centavos). Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão e pelos representantes legais presentes, os quais já saem intimados acerca do resultado das propostas para, querendo apresentar recurso ou desistência do mesmo, determinando-se a publicação desta ata e realização do contato com a empresa que não possuía representante legal presente na sessão para que, querendo, apresente recurso ou termo de desistência, viabilizando a continuidade do feito. Registre-se, publique-se, intimem-se.

CARMELINDE BRANDT
Presidente

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO
Secretária

ALINE BURGER
Membro
EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA E.M.C. LTDA - EPP

CÂMARA MUNICIPAL**Extrato de Contrato de Fornecimento de Energia Elétrica**

Câmara Municipal de Timbó
Estado de Santa Catarina

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Fornecimento de Energia Elétrica
Consumidor: Câmara Municipal de Timbó
Distribuidor: Celesc Distribuição S.A
Objeto: Regular o fornecimento de energia elétrica pela Distribuidora ao Consumidor, na modalidade Horossazonal Verde, subgrupo A, para uso exclusivo em sua unidade consumidora
Vigência: abril 2014 a 03/2015
Assinado: 05/04/2014
Assinado por: Jorge Augusto Krüger (Câmara Municipal) e Aline P.P da Silva Altmann (Chefe da Divisão Comercial - CELESC)

Treze Tílias**PREFEITURA****Aviso de Licitação 37/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS
Processo Licitatório nº 37/2014 - PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para pavimentação em paralelepípedo de 4000 m² em vias públicas do município de Treze Tílias.

O recebimento dos envelopes contendo a "proposta" e "documentação" será até as 09h00 min do dia 16/05/2014, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH
Prefeito

Portaria Nº 050-14 - Exonerar Valdemar Pereira dos Santos

PORTARIA Nº 050/14 DE 30 DE ABRIL DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR por motivo de aposentadoria, o Sr. VALDEMAR PEREIRA DOS SANTOS, CPF nº 307.556.549-00 e identidade nº 5.423.081, residente e domiciliado no município de Treze Tílias/SC, do cargo efetivo de MOTORISTA DE CAMINHÃO - 40 hs, conforme decreto Nº 1247/2006 de 02 de fevereiro de 2006.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 30 DE ABRIL DE 2014.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 051-14 - Ex...R Douglas Chiamolera.Doc

PORTARIA Nº 051/14 DE 05 DE MAIO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR a pedido, o Sr. DOUGLAS CHIAMOLERA, CPF nº 065.206.259-81 e identidade nº 4.731.380, residente e domiciliado no município de Treze Tílias/SC, do cargo efetivo de Operador de Máquinas - 40 hs, conforme portaria de nomeação nº 190/13 de 16 de dezembro de 2013.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 05 DE MAIO DE 2014.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 052-14 - Nomear Sirlene Schneider.Doc

PORTARIA Nº 052/14 DE 05 DE MAIO DE 2014.

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR a Sra. SIRLENE SCHNEIDER, CPF nº 732.725.909-00, residente e domiciliada neste município para ocupar o cargo comissionado de DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 05 DE MAIO DE 2014.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº 053-14 - Fé...Lmar Gonçalveshibes.Doc

PORTARIA Nº 054/14 DE 06 DE MAIO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares ao servidor municipal abaixo mencionado.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Jaime Berte	04/01/2013 a 03/01/2014	06/05/2014 a 25/05/2014	20

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS,
EM 06 DE MAIO DE 2014.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº 054-14 - Férias Jaime Berte

PORTARIA Nº 054/14 DE 06 DE MAIO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares ao servidor municipal abaixo mencionado.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Jaime Berte	04/01/2013 a 03/01/2014	06/05/2014 a 25/05/2014	20

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 06 DE MAIO DE 2014.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

Tunápolis

PREFEITURA

Processo Licitação N.66/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 66/2014

Edital de Tomada de Preço para obras e serviços de engenharia nº 04/2014

O Município de Tunápolis, torna público para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Tomada de Preço tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MÃO DE OBRA E MATERIAIS) PARA AMPLIAÇÃO DO PAVILHAO INDUSTRIAL 2, COM ÁREA DE AMPLIAÇÃO DE 280,27m², LOCALIZADA NA LINHA FELIPE SCHMIDT, NO MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS.

Entrega das propostas até as 9h do dia 21 de maio de 2014

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo,telefone(0xx493)632-11-22, 91365329

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Processo N.67/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 67/2014

Edital de Tomada de Preço para obras e serviços de engenharia nº 05/2014

O Município de Tunápolis, torna público para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Tomada de Preço tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MÃO DE OBRA E MATERIAIS) PARA CONSTRUÇÃO DE QUADRA ESCOLAR COBERTA COM VESTIÁRIO (980,40m²) NA RUA JOÃO CASTILHO DE MUNICIPIO, DE ACORDO COM O TERMO DE OMPROMISSO PAC 208664/2014.

Entrega das propostas até as 14h do dia 21 de maio de 2014

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo,telefone(0xx493)632-11-22, 91365329

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Processo N. 68/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 68/2014

Edital de Tomada de Preço para obras e serviços de engenharia nº 06/2014

O Município de Tunápolis, torna público para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Tomada de Preço tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MÃO DE OBRA E MATERIAIS) PARA IMPLANTAÇÃO DE TELEFONIA E INTERNET NO MEIO RURAL DESTE MUNICIPIO DE ACORDO COM O CONVENIO DO ESTADO DE SC N. 2014TR00720.

Entrega das propostas até as 16h do dia 21 de maio de 2014

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo,telefone(0xx493)632-11-22, 91365329

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Processo 64/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - PREFEITURA**

Página: 1/1

Relação das Anulações/Revogações de Processos

(Período de 16/04/2014 a 16/04/2014)

Número	Tipo	Nr. Processo	Data	Situação	Motivo da Anulação
5/2014	Deserta	64/2014	16/04/2014	Deserta	<p>A Pregoeira Oficial da Secretaria Municipal da Administração, Sra. Sheila Inês Bieger, torna público, para conhecimento dos interessados, que o certame Processo n.64/2014 e Dispensa de Licitação n.05/2014 deflagrou-se DESERTO, considerando a inexistência de licitantes na sessão.</p> <p>Ante este fato, notando-se a falta de licitante que atenda às exigências atuais para a contratação pretendida, torna-se inviável a continuação do presente certame.</p> <p>Diante do exposto, comunica aos interessados que nova data de abertura será publicada nos veículos de publicação após ajustes necessários que serão r</p>

Vargeão

PREFEITURA

Extrato de Contrato

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: LUIZ CARLOS PAVAN E DEUNILDE CALIARI PAVAN

OBJETO: Locação de natureza residencial de imóvel.

VALOR: R\$ 800,00 (oitocentos reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 091/2014.

Vargeão, SC,
16 de abril de 2014.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

Vidal Ramos

PREFEITURA

Edital de Dispensa N.º 47/2014 - Manutenção Carregadeira Hidráulica

MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS/SC - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS - SECRETARIA DA AGRICULTURA
EDITAL DE DISPENSA N.º 47/2014
Data da Emissão: 02/05/2014

1 - JUSTIFICATIVA

Através do FUNDAM (Fundo de Apoio aos Municípios) que é um programa operado com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), com contrapartida do Município licitou-se a aquisição de 01 (uma) carregadeira hidráulica, para apoiar nas atividades de fomento ao setor de obras.

O maquinário adquirido foi do modelo WA200-5 da marca KOMATSU BRASIL INTERNATIONAL LTDA, neste ato sendo representado pela empresa MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA. A empresa adjudicada declarou garantia contra defeitos de fabricação, montagem e funcionamento pelo prazo de 01 (um) ano. Sabendo que o Município deve proceder revisão e manutenção de sua frota, bem como a Secretaria de Obras não pode deixar de realizar tais serviços essenciais, se faz necessário instaurar este procedimento administrativo (dispensa), para aquisição de peças e revisão de 0 (zero) à 2.000 (duas mil) horas nos moldes do artigo 24, inciso XVII da Lei n.º 8.666/1993 (Art. 24. É dispensável a licitação: (...) XVII - para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;). Visamos à contratação da empresa MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, pelo fato de estarmos no período em que vigora tal garantia e de ser especializada no fornecimento de peças e Dispensa de Licitação n.º 47/2014 PMVR Página 2 execução de serviços de manutenção para a máquina Carregadeira Hidráulica do modelo WA200-5, marca KOMATSU BRASIL INTERNATIONAL LTDA e por obter exclusividade na prestação de serviço. Afirmamos tal exclusividade, através da declaração da fabricante KOMATSU BRASIL INTERNATIONAL LTDA onde comprova que a empresa MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA é representante da marca no Estado de Santa Catarina.

JUAREZ KUHNEN
Coordenador Geral da Administração

2 - DELIBERAÇÃO

Com fundamento na referida justificativa, APROVO nos seus termos, ficando a Central de Licitações com a incumbência de promover os atos necessários a sua efetivação (inclusive as publicações e expedições dos documentos atinentes a espécie), zelando pela plena consolidação das formalidades legais.

Vidal Ramos/SC,
02 de maio de 2014
ATENOR JOSÉ LOTÉRIO
Secretaria de Obras

Dispensa de Licitação n.º 47/2014

JUSTIFICATIVA DO PREÇO E RAZÃO DA ESCOLHA DO EXECUTOR

DO OBJETO

1 - DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1.

Aquisição de peças e a respectiva manutenção de 0 a 2.000 horas durante o período de garantia da Carregadeira Hidráulica KOMATSU WA200-5, destinada ao atendimento aos agricultores do Município. Para maior clareza segue abaixo o que contempla esta dispensa:

1 - REVISAO DE 250 HORAS					
001	1	418-18-34160	FILTRO HST	R\$ 215,00	R\$ 215,00
002	1	6732-71-6112	FILTRO COMBUSTIVEL	R\$ 35,00	R\$ 35,00
003	1	6736-51-5142	FILTRO LUBRIF.	R\$ 60,00	R\$ 60,00
004	1	419-60-35152	FILTRO HIDRAULICO	R\$ 345,00	R\$ 345,00
005	1	09000-W1540	OLEO LUBRIFICANTE	R\$ 280,00	R\$ 280,00
006	1	417-18-34130	FILTRO HST LINHA	R\$ 195,00	R\$ 195,00
TOTAL DE PEÇAS PARA REVISÃO DE 250 HRS				R\$ 1.130,00	
SERVIÇOS					
001	300	DESLOCAMENTO DE IDA E VOLTA		R\$ 2,45	R\$ 735,00
002	2	HORAS TRABALHADAS		R\$ 155,00	R\$ 310,00
TOTAL					R\$ 1.045,00
2 - REVISAO DAS 500 HRS.					
001	1	6732-71-6112	FILTRO COMBUSTIVEL	R\$ 35,00	R\$ 35,00
002	1	6736-51-5142	FILTRO LUBRIF.	R\$ 60,00	R\$ 60,00
003	1	09000-W1540	OLEO LUBRIFICANTE	R\$ 280,00	R\$ 280,00
TOTAL DE PEÇAS PARA REVISÃO DE 500 HRS				R\$ 375,00	
SERVIÇOS					
001	300	DESLOCAMENTO DE IDA E VOLTA		R\$ 2,45	R\$ 735,00
002	2	HORAS TRABALHADAS		R\$ 155,00	R\$ 310,00
TOTAL					R\$ 1.045,00
REVISÃO DE 1.000 HORAS					
001	1	418-18-34160	FILTRO HST	R\$ 215,00	R\$ 215,00
002	1	417-18-34130	FILTRO HST LINHA	R\$ 195,00	R\$ 195,00
003	1	6732-71-6112	FILTRO COMBUSTIVEL	R\$ 35,00	R\$ 35,00
004	1	6736-51-5142	FILTRO LUBRIF.	R\$ 60,00	R\$ 60,00
005	1	419-60-35152	FILTRO HIDRAULICO	R\$ 345,00	R\$ 345,00
006	1	09000-W1540	OLEO LUBRIFICANTE	R\$ 280,00	R\$ 280,00
007	2	207-60-51410	FILTRO RESP. HIDRAULICO	R\$ 145,00	R\$ 290,00
008	60	09000-0CX30	LITROS DE OLEO CARC. TRANSF.	R\$ 20,00	R\$.200,00

009	2	09000-V2202	GRAXA	R\$ 420,00	R\$ 840,00
010	2	20Y-979-6261	FILTRO AR CONDICIONADO	R\$ 15,00	R\$ 230,00
011	1	427-07-22120	FILTRO AR CONDICIONADO	R\$ 505,00	R\$ 505,00
012	2	600-185-3100	CJTO FILTRO AR	R\$ 30,00	R\$ 460,00
013	1	07000-13042	ANEL	R\$ 5,00	R\$ 5,00
TOTAL DE PEÇAS PARA REVISÃO DE 1.000 HRS					R\$ 4.660,00
SERVIÇOS					
001	300	DESLOCAMENTO DE IDA E VOLTA		R\$ 2,45	R\$ 735,00
002	4	HORAS TRABALHADAS		R\$ 155,00	R\$ 620,00
TOTAL					R\$ 1.355,00
4 - REVISAO DE 1.500 HORAS					
001	1	6732-71-6112	FILTRO COMBUSTIVEL	R\$ 35,00	R\$ 35,00
002	1	6736-51-5142	FILTRO LUBRIF.	R\$ 60,00	R\$ 60,00
004	1	09000-W1540	OLEO LUBRIFICANTE	R\$ 280,00	R\$ 280,00
TOTAL DE PEÇAS PARA REVISÃO DE 1.500 HRS					R\$ 375,00
SERVIÇOS					
001	300	DESLOCAMENTO DE IDA E VOLTA		R\$ 2,45	R\$ 735,00
002	2	HORAS TRABALHADAS		R\$ 155,00	R\$ 310,00
TOTAL					R\$ 1.045,00
4 - REVISAO DE 2.000 HORAS					
001	1	419-60-35152	FILTRO HIDRAULICO	R\$ 345,00	R\$ 345,00
002	1	6732-61-6240	VEDADOR	R\$ 15,00	R\$ 15,00
003	1	6735-61-6471	VALVULA TERMOSTATICA	R\$ 210,00	R\$ 210,00
004	2	600-411-1113	FLUIDO	R\$ 265,00	R\$ 530,00
005	1	6736-51-5142	FILTRO LUBRIFICANTE	R\$ 60,00	R\$ 60,00
006	1	6732-71-6112	FILTRO DIESEL	R\$ 35,00	R\$ 35,00
007	2	22U-04-21260	FILTRO SEPARADOR	R\$ 160,00	R\$ 320,00
008	2	20Y-979-6261	FILTRO AR CONDICIONADO	R\$ 115,00	R\$ 230,00
009	1	427-07-22120	FILTRO AR CONDICIONADO	R\$ 505,00	R\$ 505,00
010	1	09000-W1540	OLEO LUBRIFICANTE	R\$ 280,00	R\$ 280,00
011	1	04120-21744	CORREIA AR CONDICIONADO	R\$ 65,00	R\$ 65,00
012	8	09000-10W30	OLEO	R\$ 315,00	R\$ 2.520,00

013	60	09000-0CX30	LITROS DE OLEO CARC. TRANSF.	R\$ 20,00	R\$ 1.200,00
014	1	418-18- 34160	FILTRO HST	R\$ 215,00	R\$ 215,00
015	1	6738-62- 4110	CORREIA	R\$ 395,00	R\$ 395,00
016	1	417-18- 34130	FILTRO HST LINHA	R\$ 195,00	R\$ 195,00
017	1	07000-13042	ANEL	R\$ 5,00	R\$ 5,00
018	2	09000-V2202	GRAXA	R\$ 420,00	R\$ 840,00
			TOTAL DE PEÇAS PARA REVISÃO DE 2.000 HRS		R\$ 7.965,00
SERVIÇOS					
001	300		DESLOCA- MENTO DE IDA E VOLTA	R\$ 2,45	R\$ 735,00
002	8		HORAS TRA- BALHADAS	R\$ 155,00	R\$ 1.240,00
			TOTAL		R\$ 1.975,00
			TOTAL GERAL DE PEÇAS DO CONTRATO		R\$ 14.505,00
			TOTAL GERAL DE SERVIÇOS DO CONTRATO		R\$ 6.465,00
			TOTAL GERAL DE PEÇAS E SERVIÇOS DO CONTRATO		R\$ 20.970,00
	6		VALOR DA PARCELA EM 6 X		R\$ 3.495,00

1.2 - VALOR TOTAL DA EXECUÇÃO: O valor estimado é de R\$ 20.970,00 (vinte mil novecentos e setenta reais) conforme orçamento fornecido pelo Executor.

1.3 - PRAZO DE EXECUÇÃO: Até 31 de dezembro de 2014.

1.4 - FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias úteis após apresentação da nota fiscal com aceite no verso.

1.5 - DADOS BANCÁRIO PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO: Banco Bradesco, agência n.º 3161-5, conta corrente n.º 47884-9.

2 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 - Dotações orçamentárias/convênios extra-orçamentários a serem utilizados:

Dotação Utilizada (140) 33.90.39.19.00.00.00.00.00, (140) 33.90.30.39.00.00.00.00.00

3 - DA PUBLICAÇÃO

3.1 - Veículo de comunicação: Diário Oficial dos Municípios

3.2 - Data da publicação: 02/05/2014.

4 - EXECUTOR

Mantomac Comércio de Peças e Serviços LTDA, com CNPJ n.º 79.879.318/0002-25, situado à Rua Alwin Rutzen, n.º 101, bairro Itoupavazinha, Blumenau/SC, (47) 3411.5399, neste ato representado pelo Sr. Cristino Edison Bordin, com CPF sob o n.º 503.245.869/49.

Dispensa de Licitação n.º 47/2014 PMVR

5 - RAZÃO DA ESCOLHA

O executor detém a exclusividade no Estado de Santa Catarina da marca Komatsu para executar os serviços ora elencados no item 01 (descrição do objeto). Possui profissionais habilitados para realizar os serviços necessários há máquina em questão, e, estando

de acordo com Lei n.º 8.666/1993, admite-se a hipótese de celebrar contrato junto a Administração Pública.

6 - JUSTIFICATIVA DO PREÇO

A razoabilidade do valor da contratação decorrente desta dispensa foi aferida por meio da comparação da proposta apresentada pelo Executor com o preço praticado junto a outros meios igualmente idôneos.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Ana Maria S. Schlistinchg _____ Presidente
Vilson dos Anjos _____ Secretário
André Luis Preis Domingos _____ Membro

PARECER JURÍDICO

Trata-se do procedimento de dispensa, nos termos do artigo 24, inciso XVII da Lei n.º 8.666/1993 a fim de proceder à contratação de empresa especializada no fornecimento de peças e execução de serviços de manutenção, durante o período de garantia para 01 (uma) carregadeira hidráulica do modelo WA200-5 marca KOMATSU BRASIL INTERNATIONAL LTDA. Em regra as contratações do Poder Público são cercadas de procedimentos que garantem a ampla competição, ocorre que nesta modalidade de dispensa mesmo havendo vários possíveis fornecedores e, portanto, ainda que viável a competição entre eles, que seja dispensada a licitação desde que a aquisição de componentes de determinado fornecedor constitua condição sem a qual não à manutenção da garantia técnica. Por fim, em decorrência da empresa MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ser a única que fornece este tipo de serviço no Estado de Santa Catarina, segundo justificativa apresentada pelo Coordenador Geral de Administração, inviável a abertura de um processo licitatório para o referido objeto. Neste aspecto estando o referido preço em consonância com o preço praticado no mercado, e a mesma ter apresentado todas as certidões exigidas para a contratação, além de estar em regularidade fiscal, não vislumbramos óbice à sua contratação. O objeto deste procedimento trata especificadamente da revisão de 0 (zero) à 2.000 (duas mil) horas, em análise ao corpo do processo licitatório n.º 08/2014 (Pregão Presencial) que gerou a aquisição 01 (uma) carregadeira hidráulica do modelo WA200-5. Por todos os aspectos apresentados, não vislumbra-se óbice jurídico à contratação direta da empresa MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, mediante procedimento de dispensa de licitação, nos termos do artigo 24, inciso XVII da Lei n.º 8.666/1993, sem prejuízo do cumprimento das condições estabelecidas no artigo 26 dispositivo e demais normas aplicáveis à espécie.

Vidal Ramos,
02 de maio de 2014
IVANOR COELHO

Pregão Presencial Nº. 46/2014 - Aquisição Retroescavadeira

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos
Setor de Compras
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2014

OBJETO: Constitui objeto do presente certame:

- Uma máquina retroescavadeira nova, fabricação nacional, ano 2014, tração 4 x 4, motor turboalimentado, potência de no mínimo 85 HP, de acordo com as especificações seguintes no anexo Termo de Referência.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante

denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, pelo seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 46/2014, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 9:00 hrs do dia 16 de maio de 2014.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES: Às 9:00 hrs do dia 16 de maio de 2014, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Departamento de Compras e Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC),
02 de maio de 2014.
LAÉRCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Ratificação Dispensa de Licitação Nº. 02/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS
PROCESSO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº.02/2014
RATIFICAÇÃO

LAERCIO DA CRUZ, Prefeito do Município de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 25, inciso III, da Lei federal nº 8.666/93, com as alterações dadas pelas Leis federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98,

RATIFICA a inexigibilidade de licitação para a contratação direta da GRAZIELI ERHARDT BURGER ME, para a realização de TARDE DANÇANTE para o Grupo da Terceira Idade, que acontecerá mensal, no total de 09 apresentações que se dará início no mês de abril a primeira apresentação, com fundamento no parecer da Procuradoria do Município e no artigo 25, "caput", da Lei federal nº 8.666/93, com as alterações dadas pelas Leis federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98.

E autorizo o pagamento da despesa, no valor de R\$ 8.000,00, em favor do GRAZIELI ERHARDT BURGER ME, de acordo com sua proposta de preço considerada compatível com o interesse público.

Vidal Ramos,
30 de abril de 2014
LAERCIO DA CRUZ
PREFEITO MUNICIPAL

Videira

PREFEITURA

Encerramento Pregão Presencial Nº 43/2014-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2014 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que a licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2014-PMV, a qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA MONTAGEM DE TOLDO NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL IRMÃ BONAVIDA, DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, foi encerrada sem vencedores, ante a falta de interessados em participar do certame. Informações na Av. Manoel Roque, nº 188, fone (49) 3566-9026 ou 3566-9034.

Videira, 23 de Abril de 2014.
VILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Encerramento Pregão Presencial Nº 45/2014-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2014 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que a licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2014-PMV, a qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA OFICIAL (PÚBLICA), PARA CESSÃO ONEROSA DOS DIREITOS DE EFETUAR A CENTRALIZAÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO FINANCEIRA DE CONTAS CORRENTES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, FUNDOS E FUNDAÇÕES, foi encerrada sem vencedores, ante a falta de interessados em participar do certame. Informações na Av. Manoel Roque, nº 188, fone (49) 3566-9026 ou 3566-9034.

Videira, 30 de Abril de 2014.
VILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Aplicação de Penalidade TP 06/2013 E TP 07/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

APLICAÇÃO DE PENALIDADE

TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2013-PMV E TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2013-PMV

O Prefeito Municipal Interino do Município de Videira comunica aos interessados que a empresa CONSTRUTORA VIDEIRENSE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.585.446/0001-85, com sede na cidade de Videira/SC, foi aplicada a penalidade de suspensão para participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Município de Videira pelo prazo de 02 (dois) anos e declaração de Inidoneidade pelo mesmo período, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações, conforme Despacho de fls. 269 e 236 dos processos licitatórios acima epigrafados.

Videira, 24 de março de 2013.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 52/2014-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2014-PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 52/2014 - PMV. 1. OBJETIVO: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS E JOGOS PEDAGÓGICOS PARA SEREM UTILIZADOS PELOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL, PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 26/05/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 05 de Maio de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 11.112/14

DECRETO Nº 11.112/14, DE 29 DE ABRIL DE 2014.

Regulamenta a Lei Municipal nº 3.071/14, que Institui o Programa Videira Cultural, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Art. 11 da Lei nº 3.071/14, de 09 de abril de 2014;

DECRETA

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O Programa Videira Cultural, instituído pela Lei nº 3.071/14, reger-se-á pelas disposições contidas neste Decreto.

Art. 2º São objetivos específicos do Programa Videira Cultural:

I - apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, prioritariamente, às diretamente ligadas à história do Município, às origens do seu povo, à comunidade e aos seus bens;

II - promover ações complementares de cultura;

III - propiciar aos munícipes o acesso a cultura;

IV - estimular as expressões artísticas;

V - favorecer a recreação sadia e construtiva à comunidade.

Art. 2º. Para os efeitos deste Decreto considera-se:

I - Exposição - Ato de colocar à mostra obras de arte, tais como: exposição de quadros; exposição fotográfica, escultura, etc;

II - Artista/Expositor: Pessoa que produz arte e coloca o produto do seu processo criativo para ser mostrado em local de acesso público;

III - Artes Plásticas - As artes plásticas ou belas-artes são as formações expressivas realizadas utilizando-se de técnicas de produção que manipulam materiais para construir formas e imagens que revelem uma concepção estética e poética. As artes Plásticas englobam manifestações, tais como: pintura, desenho, escultura etc.;

IV - Artes Visuais - Artes visuais é a designação dada ao conjunto de artes que representam o mundo real ou imaginário e que tem a visão como principal forma de avaliação e apreensão. O conceito de arte visual é muito amplo, envolvendo áreas como pinturas, desenho, colagens, gravuras, cinema, fotografia, escultura, arte digital, moda, paisagismo, decoração, e etc.

CAPÍTULO II**DA INSCRIÇÃO**

Art. 3º. A inscrição será gratuita e deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de segunda-feira a sexta-feira, das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min.

§1º. A inscrição deverá ser instruída com os seguintes documentos:

I - Preencher a Ficha de Cadastro, constante no Anexo I deste Decreto;

II - cópia do RG e do CPF do artista participante;

III - cópia da Certidão de Nascimento, para menores de 18 (dezoito) anos, caso não possua o RG e CPF, e cópia do RG e CPF do seu responsável legal;

IV - comprovante de residência, caso a residência seja alugada juntar cópia do contrato de aluguel;

V - fotografias impressas coloridas das obras no tamanho de 15X20 cm, de no mínimo 80% (oitenta por cento) da exposição pretendida - com identificação, incluindo dados técnicos (título, data da execução, dimensões, material e técnica);

VI - outros documentos que o artista entender necessário para análise do pedido.

§2º Poderão inscrever-se artistas plásticos e visuais, com a seguinte variação da exposição: pintura, escultura, desenho, cerâmica, gravura, fotografia, e todas as demais aqui não citadas, que atendam ao objeto do presente Programa.

Art.4º. A inscrição que não obedecer às exigências do art. 3º será indeferida sem exame do mérito.

CAPÍTULO III**DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA**

Art. 5º A Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através do núcleo de artes visuais, será responsável pelo controle e execução do Programa Videira Cultural.

Parágrafo único. O Núcleo de Artes Visuais analisará a inscrição e verificará se atende às exigências do art. 3º deste Decreto.

Art. 6º A Secretaria de Turismo e Cultura se responsabilizará pelos custos de divulgação de cada exposição.

§1º Serão confeccionados convites como material de divulgação, contendo fotografia dos trabalhos ou da exposição, textos e dados informativos.

§2º O evento também terá a cobertura da mídia, com o apoio da Assessoria de Imprensa da Prefeitura Municipal de Videira e mídias digitais.

Art.7º A Secretaria Municipal de Turismo e Cultura será responsável pela confecção da autorização de uso da Galeria do Centro de Eventos Vitória que deverá ser formalizada através do competente

termo ou instrumento escrito, conforme Anexo II, firmado pelo representante da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, pelo artista e duas testemunhas.

CAPÍTULO IV

DA ENTREGA DAS OBRAS, MONTAGEM E DESMONTAGEM DA EXPOSIÇÃO

Art. 8º Tendo sua inscrição aprovada e agendada, o artista deverá entregar os trabalhos ao Núcleo de Artes Visuais de Videira, da forma como foram apresentados na inscrição.

Art. 9º A Secretaria de Turismo e Cultura disponibilizará espaço adequado para a realização da exposição, infraestrutura de apoio para montagem e desmontagem, não ficando responsável pelo transporte das obras, alimentação ou outro tipo de despesas que venham a ser geradas pelo artista expositor.

Art. 10 O artista deverá estar presente no ato da montagem, bem como quanto da desmontagem, devendo se responsabilizar pelo transporte dos trabalhos antes e após a exposição.

Art. 11 O prazo para montagem e desmontagem será de 01 (um) dia para ambos os casos.

Parágrafo único - Caso o artista necessite um prazo maior ao estipulado no caput deste artigo, deverá solicitar por escrito com a devida justificativa à Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, juntamente com a inscrição.

Art. 12 O horário de montagem e desmontagem da exposição é de 2ª a 6ª feira, dentro do horário oficial da Prefeitura Municipal de Videira.

Art. 13 As obras não recolhidas pelo artista ou seu preposto, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o encerramento da exposição, serão recolhidas pelo Núcleo de Artes Visuais da Secretaria de Turismo e Cultura que poderá lhes dar o fim que lhe convier e/ou, incorporando ao acervo do referido Núcleo e ao patrimônio municipal.

CAPÍTULO V

DO PRAZO DA EXPOSIÇÃO

Art. 14 A exposição será realizada pelo período de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogável por igual período, após a emissão de parecer favorável do Núcleo de Artes Visuais.

Parágrafo único - Se o artista solicitar prazo de exposição inferior ou superior aos 30 (trinta) dias, o mesmo deverá solicitar juntamente com a ficha de inscrição e apresentar a respectiva justificativa.

CAPÍTULO VI

DO PROCEDIMENTO DO PROGRAMA VIDEIRA CULTURAL

Art. 15 O artista deverá protocolizar na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura o requerimento, juntamente com os documentos constantes do artigo 3º deste Decreto.

Art. 16 A escolha do artista será realizada por sorteio entre as fichas de cadastros e de forma aleatória, conforme a data de protocolo e o estilo cultural da exposição.

§1º A comunicação formal ao artista, da data e horário de sua exposição, será feita com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura; ao ser

comunicado o artista deverá responder imediatamente, se aceita ou não, para efeito de programação e divulgação das próximas exposições.

§2º Caso o artista confirme presença e não compareça no dia agendado ou desista com a divulgação já em andamento, o mesmo será excluído do cadastro e não terá outra oportunidade de se apresentar, não podendo, inclusive, indicar substituto em seu lugar.

Art.17 O artista deverá assinar o termo de autorização de uso para utilização do espaço físico, conforme Anexo II, firmado pelo representante da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura e duas testemunhas.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.18 O descumprimento ao disposto neste Decreto e na Lei Municipal nº 3.071/14 poderá acarretar ao artista o desligamento automático no respectivo programa.

Art. 19 As obras e a exposição não serão cobertas por seguro pela Prefeitura Municipal de Videira.

Art. 20 O artista poderá, junto à exposição, especificar o valor da obra e o telefone para contato, sendo que a Secretaria de Turismo e Cultura e o Núcleo de Artes Visuais não servirão de intermediários na eventual compra.

Art. 21 Em caso do artista optar por oferecer aos seus convidados, coquetel de recepção ou similar, por ocasião da abertura da sua exposição, as despesas correrão por sua exclusiva responsabilidade.

Art. 22 Não serão aceitas obras executadas com materiais deterioráveis ou tóxicos, que comprometam a integridade física e/ou estética do espaço da Galeria.

Art. 23 A inscrição ao presente programa implica na, integral e automática, concordância das normas deste Decreto e da Lei Municipal nº 3.071/14, pelos artistas participantes, como também aceitação prévia do uso do material (fotografias, textos, projeto), cedendo seus direitos para divulgação, vinculação e fomento nas ações da Secretaria de Turismo e Cultura de Videira.

Art. 24 Não haverá nenhum tipo de benefício de natureza financeira, comercial e/ou material (troféus, medalhas e/ou certificados) aos artistas que se apresentarem no Programa Videira Cultural.

Art. 25 As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

Art. 26 Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pelo Secretário Municipal de Turismo e Cultura e o Núcleo de Artes Visuais do Município.

Art.27 São partes integrantes deste Decreto, o Anexo I - Ficha de Inscrição do Artista e o Anexo II - Termo de Autorização de Uso de Bem Público.

Art. 28 Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 29 de abril de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de abril de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

ANEXO I

PROGRAMA VIDEIRA CULTURAL FICHA DE INSCRIÇÃO DO ARTISTA

NOME: _____

Nº DO CPF _____ Nº DA IDENTIDADE: _____

ENDEREÇO: _____
NÚMERO: _____ CIDADE: _____
UF: _____

FILIAÇÃO
PAI: _____

MÃE: _____
ESCOLARIDADE: _____

E-MAIL: _____

TELEFONE: () _____
CELULAR: () _____

PARA OS MENORES DE 18 (DEZOITO) ANOS:
NOME DO RESPONSÁVEL LEGAL: _____
Nº DO CPF _____ Nº DA IDENTIDADE: _____

NOME ARTISTICO: _____
NOME DA OBRA/EXPOSIÇÃO: _____
TÉCNICA ARTÍSTICA: _____

DECLARAÇÃO
DECLARO ESTAR CIENTE DE TODOS OS ITENS DO REGULAMENTO DO PROGRAMA VIDEIRA CULTURAL E, AUTORIZO O USO DE MINHA IMAGEM E VOZ E DAS OBRAS PARA QUALQUER TIPO DE DIVULGAÇÃO QUE A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA, ACHAR CONVENIENTE.

VIDEIRA, ____/____/20____.

ASSINATURA DO SOLICITANTE ASSINATURA DO REP. LEGAL

ANEXO II

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO Nº ____/14
AUTORIZADO PELA LEI Nº 3.071/14

Pelo presente termo, de um lado, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, 188, inscrito no CNPJ sob n.º 83.039.842/0001-84, representado, neste ato, por seu Secretário Municipal de Turismo e Cultura, Clemir Schmitt; e do outro lado, a _____, inscrito no CPF/CNPJ nº _____ com sede no Município de Videira, SC, acordam e ajustam, nos termos da Lei Municipal nº 3.071/14, a autorização de uso que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente instrumento é a autorização do uso da Galeria Municipal de Artes do Centro de Eventos Vitória - CEVI, localizado na Rua XV de Novembro, 115 - Centro, com a finalidade de realizar evento cultural:

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE USO

I. A área objeto da presente autorização de uso somente poderá ser utilizada para a finalidade prevista na Cláusula Primeira.

II. Os eventos previstos na Cláusula Primeira deverão realizar-se, intransferivelmente, nas datas definidas pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

III. Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- b. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- c. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- d. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- e. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- f. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

IV. A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os artistas inteiramente responsáveis pelos mesmos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

A presente autorização de uso vigorará somente na respectiva data e horários definidos pela Secretaria Municipal de Turismo, e deverá ser rigorosamente respeitada, sob pena de aplicação de sanções previstas em lei.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira/SC, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desta autorização, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Videira, SC, de de .

CLEMIR SCHMITT	ARTISTA
Secretário de Turismo e Cultura	Representante

TESTEMUNHAS:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

Decreto Nº 11.113/14

DECRETO Nº 11.113/14, DE 29 DE ABRIL DE 2014.

Regulamenta a Lei Municipal nº 3.072/14, que Institui o Programa Arte no Parque, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Art. 11 da Lei nº 3.072/14, de 09 de abril de 2014;

DECRETA

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O Programa Videira Cultural, instituído pela Lei nº 3.072/14, reger-se-á pelas disposições contidas neste Decreto.

Art. 2º São objetivos específicos do Programa Arte no Parque:

I - apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, prioritariamente, às diretamente ligadas à história do Município, às origens do seu povo, à comunidade e aos seus bens;

II - promover ações complementares de cultura;

III - propiciar aos munícipes o acesso a cultura;

IV - estimular as expressões artísticas;

V - favorecer a recreação sadia e construtiva à comunidade.

Art. 2º. Para os efeitos deste Decreto considera-se:

I - Apresentação - Pode-se afirmar que apresentação consiste no processo que permite exibir o conteúdo de um tema na presença de uma audiência. Trata-se de oferecer informação, de forma plural ou torná-la pública através de um discurso, textos, imagens, vídeos, áudios;

II - Artista: Artista é todo ser humano que de alguma forma interpreta uma situação. Diz-se artista àquele que põe sua arte à apreciação pública, seja ela de qual natureza for.

CAPÍTULO II

DA INSCRIÇÃO

Art. 3º. A inscrição será gratuita e deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, de segunda-feira a sexta-feira, das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min.

§1º A inscrição deverá ser instruída com os seguintes documentos:

I - Preencher a Ficha de Cadastro, constante no Anexo I deste Decreto;

II - cópia do RG e do CPF do artista participante;

III - cópia da Certidão de Nascimento, para menores de 18 (dezoito) anos, caso não possua o RG e CPF, e cópia do RG e CPF do seu responsável legal;

IV - comprovante de residência, caso a residência seja alugada juntar cópia do contrato de aluguel;

V - outros documentos que o artista entender necessário para análise do pedido.

§2º Poderão inscrever-se artistas de todas as manifestações culturais, como: canto, dança, mímica, coral, banda, dupla, trio,

fantoches, marionetes, dança típica, grupos culturais, declamação de poesias de qualquer natureza, academias, associações artísticas independentes, artes cênicas, contação de histórias, atividades de expressão corporal, e todas as demais aqui não citadas, que atendam ao objeto do presente Programa.

Art.4º. A inscrição que não obedecer às exigências do art. 3º será indeferida sem exame do mérito.

CAPÍTULO III

DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

Art. 5º A Secretaria Municipal de Turismo e Cultura será responsável pelo controle e execução do Programa Arte no Parque.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Turismo e Cultura analisará a inscrição e verificará se atende às exigências do art. 3º deste Decreto.

Art. 6º A Secretaria de Turismo e Cultura se responsabilizará pelos custos de divulgação de cada apresentação e pelo pagamento das taxas de Direitos Autorais de todas as apresentações.

§1º Serão confeccionados convites como material de divulgação, contendo o horário das apresentações, o nome do artista, textos e dados informativos.

§2º O evento também terá a cobertura da mídia, com o apoio da Assessoria de Imprensa da Prefeitura Municipal de Videira e mídias digitais.

Art.7º A Secretaria Municipal de Turismo e Cultura será responsável pela confecção da autorização de uso do anfiteatro, localizado na Praça do Lazer no Parque Rio do Peixe, que deverá ser formalizada através do competente termo ou instrumento escrito, conforme Anexo II, firmado pelo representante da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, pelo artista e duas testemunhas.

CAPÍTULO IV

DA APRESENTAÇÃO

Art. 8º A apresentação será realizada pelo período de 01 (uma) hora e durante a sua apresentação o artista não poderá:

I - utilizar água, fogo, tinta, buzinas, cenários que coloquem em risco a integridade física dos presentes, sob pena de não voltar a apresentar-se no local em outra oportunidade e de responder por eventuais danos causados;

II - não poderá consumir bebida de álcool durante sua apresentação e deverá manter a ordem e a ética profissional.

Art. 9º A Secretaria de Turismo e Cultura disponibilizará espaço adequado para a realização da apresentação, infraestrutura com os seguintes equipamentos:

I - 06 (seis) caixas sistema fly;

II - 02 (dois) amplificadores de 2 canais;

III - 01 (um) console digital (mesa de som) de 40 canais;

IV - 01 (um) sistema de gerenciamento de alto falantes (crossover);

V - 01 (um) equalizador;

VI - 03 (três) microfones sem fio;

VII - 01 (um) laptop;

VIII - 01 (um) aparelho de CD;

IX - 03 (três) pedestais para microfones

Art. 10 O artista deverá levar seu instrumento musical e/ou outros equipamentos que julgar necessários para viabilizar sua apresentação, que estejam fora da descrição no artigo anterior.

Art. 11 Em caso de condições climáticas que impossibilitem a apresentação no horário estipulado, as mesmas ficam automaticamente canceladas e transferidas para a quinzena seguinte, com os mesmos artistas.

CAPÍTULO V DO PROCEDIMENTO DO PROGRAMA ARTE NO PARQUE

Art. 12 O artista deverá protocolizar na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura a ficha de inscrição, juntamente com os documentos constantes do artigo 3º deste Decreto.

Art. 13 A escolha do artista será realizada por sorteio entre as fichas de cadastros e de forma aleatória, conforme o gênero cultural da apresentação e as apresentações acontecerão quinzenalmente, preferencialmente, aos domingos, das 15h30min às 19h30min.

§1º A comunicação formal ao artista, da data e horário de sua apresentação, será feita com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura; ao ser comunicado o artista deverá responder imediatamente, se aceita ou não, para efeito de programação e divulgação das próximas apresentações.

§2º Caso o artista confirme presença e não compareça no dia agendado ou desista com a divulgação já em andamento, o mesmo será excluído do cadastro e não terá outra oportunidade de se apresentar, não podendo, inclusive, indicar substituto em seu lugar.

Art.14 O artista deverá assinar o termo de autorização de uso para utilização do espaço físico, conforme Anexo II, firmado pelo representante da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura e duas testemunhas.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.15 O descumprimento ao disposto neste Decreto e na Lei Municipal nº 3.072/14 poderá acarretar ao artista o desligamento automático no respectivo programa.

Art. 16 O artista poderá, junto à apresentação, divulgar os dados para contato, sendo que a Secretaria de Turismo e Cultura não servirão de intermediários na eventual contratação do artista.

Art. 17 A inscrição ao presente programa implica na, integral e automática, concordância das normas deste Decreto e da Lei Municipal nº 3.072/14, pelos artistas participantes, como também aceitação prévia do uso do material (fotografias, textos, projeto), cedendo seus direitos para divulgação, vinculação e fomento nas ações da Secretaria de Turismo e Cultura de Videira.

Art. 18 Não haverá nenhum tipo de benefício de natureza financeira, comercial e/ou material (troféus, medalhas e/ou certificados) aos artistas que se apresentarem no Programa Arte no Parque.

Art. 19 As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

Art. 20 Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pelo Secretário Municipal de Turismo e Cultura do Município.

Art.21 São partes integrantes deste Decreto, o Anexo I - Ficha de Inscrição do Artista e o Anexo II - Termo de Autorização de Uso de Bem Público.

Art. 22 Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira,
29 de abril de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de abril de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

ANEXO I

PROGRAMA ARTE NO PARQUE

FICHA DE INSCRIÇÃO DO ARTISTA

NOME: _____
Nº DO CPF _____
Nº DA IDENTIDADE: _____

ENDEREÇO: _____
NÚMERO: _____
CIDADE: _____
UF: _____

FILIAÇÃO
PAI: _____

MÃE: _____

ESCOLARIDADE: _____
E-MAIL: _____
TELEFONE: () _____
CELULAR: () _____

PARA OS MENORES DE 18 (DEZOITO) ANOS:

NOME DO RESPONSÁVEL LEGAL: _____
Nº DO CPF _____
Nº DA IDENTIDADE: _____

NOME ARTISTICO: _____
ARTE QUE IRÁ REPRESENTAR (DESCREVER): _____

SOLO, TRIO, QUARTETO, BANDA, GRUPO: _____
DECLARAÇÃO

DECLARO ESTAR CIENTE DE TODOS OS ITENS DO REGULAMENTO DO PROGRAMA ARTE NO PARQUE E, AUTORIZO O USO DE MINHA IMAGEM E VOZ PARA QUALQUER TIPO DE DIVULGAÇÃO QUE A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA, ACHAR CONVENIENTE.

VIDEIRA, ____/____/20____.

ASSINATURA DO SOLICITANTE ASSINATURA DO REP. LEGAL

ANEXO II

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO Nº ____/14
AUTORIZADO PELA LEI Nº 3.072/14

Pelo presente termo, de um lado, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, 188, inscrito no CNPJ sob n.º 83.039.842/0001-84, representado, neste ato, por seu Secretário Municipal de Turismo e Cultura, Clemir Schmitt; e do outro lado, a _____, inscrito no CPF/CNPJ nº _____ com sede no Município de Videira, SC, acordam e ajustam, nos termos da Lei Municipal nº 3.072/14, a autorização de uso que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente instrumento é a autorização do uso do anfiteatro, localizada na Praça Linear do Rio do Peixe com a finalidade de realizar evento cultural:

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE USO

I. A área objeto da presente autorização de uso somente poderá ser utilizada para a finalidade prevista na Cláusula Primeira.

II. Os eventos previstos na Cláusula Primeira deverão realizar-se, intransferivelmente, nas datas definidas pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

III. Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

a. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;

b. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;

c. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;

d. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;

e. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;

f. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

IV. A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os artistas inteiramente responsáveis pelos mesmos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

A presente autorização de uso vigorará somente na respectiva data e horários constantes na cláusula primeira, e deverá ser rigorosamente respeitada, sob pena de aplicação de sanções previstas em lei.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira/SC, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desta autorização, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o

presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Videira, SC, de de .
CLEMIR SCHMITT

Secretário de Turismo e Cultura

ARTISTA

Representante

TESTEMUNHAS:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

Lei Nº 3.083/14

LEI N.º 3.083/14, DE 05 DE MAIO DE 2014

Autoriza o Município de Videira a usar imóvel de Alexandrina Perazzoli Baldissera e firmar Termo de Cessão de Direito Real de Uso, para direito de uso de cascalheira, para os fins que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Videira autorizado a usar o imóvel de Alexandrina Perazzoli Baldissera e, na qualidade de cessionário, autorizado a firmar Termo de Cessão de Direito Real de Uso da propriedade para fins de uso e exploração de cascalheira com volume estimado de 68.000,00 m³, localizada e instalada em uma área de 12.630,00 m², parte de uma área maior com 104.059,00 m², situada na linha Barancelli, matriculada no Registro de Imóveis da Comarca de Videira sob o nº 22.924, mediante termo de cessão de uso cuja minuta integra a presente Lei.

Art. 2º A participação do Município consistirá no repasse anual de até R\$ 3.485,04 (três mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e quatro centavos).

Parágrafo único - O valor constante na presente cessão de uso serão reajustados, caso necessário, a cada doze meses contados da data de publicação do termo, de acordo com o IGP-M (FGV), publicado pela Fundação Getúlio Vargas, ou qualquer outro índice oficial que vier a substituí-lo, em decorrência de política econômica governamental.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira,
05 de maio de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de maio de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração
MINUTA DE TERMO DE CESSÃO DE DIREITO REAL USO Nº

AUTORIZADO PELA LEI Nº 3.083/14

Termo de Cessão de Direito Real de Uso que entre si celebram o Município de Videira e Alexandrina Perazzoli Baldissera.

Pelo presente instrumento que entre si fazem, de um lado, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, com sede na Avenida Manoel Roque, nº 188, Alvorada, inscrito no CNPJ nº 83.039.842/0001-84, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Wilmar Carelli, portador da Carteira de Identidade nº 229.320/SSPSC, e inscrito no CPF nº 056.326.419.-53, neste ato denominado CESSIONÁRIO, e de outro, ALEXANDRINA PERAZZOLI BALDISSERA, brasileira, viúva, aposentada, portador da Carteira de Identidade nº 10R-2.665.461/SSPSC, e inscrita no CPF nº 944.527.689-20, residente e domiciliada na Linha Farroupilha, doravante denominada CEDENTE, têm justo e acordado o seguinte, mediante cláusulas e condições abaixo mencionadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente termo é a cessão, pela CEDENTE ao CESSIONÁRIO, do direito de exploração e uso de uma cascalheira com volume estimado de 68.000,00 m³, localizada e instalada em uma área de 12.630,00 m², parte de uma área maior com 104.059,00 m², situada na linha Baroncello, matriculada no Registro de Imóveis da Comarca de Videira sob o nº 22.924.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO

O bem se destina a exploração e uso de uma cascalheira para fins de britagem e posterior uso nas estradas vicinais do Município de Videira.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CEDENTE

Obriga-se a CEDENTE:

a) permitir o uso e a exploração da cascalheira pelo CESSIONÁRIO, nos limites do presente Termo de Cessão de Direito Real de Uso.

b) permitir a retirada, pelo CESSIONÁRIO, da quantidade de cascalho necessária às atividades institucionais da Prefeitura Municipal de Videira;

c) comunicar ao cessionário qualquer ato praticado por terceiro que implique em turbacão, esbulho ou qualquer outra forma de restrição da exploração do imóvel.

d) autorizar o CESSIONÁRIO a obter, junto aos órgãos competentes, todas as licenças, alvarás, permissões e quaisquer outros documentos necessários à regularização das atividades de exploração da cascalheira, ficando o município autorizado, desde já, através de seus representantes, a assinar quaisquer documentos necessários a tal desiderato.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DO CESSIONÁRIO

Obriga-se ao Cessionário

a) utilizar o imóvel dentro dos limites do objeto do presente termo.

b) não ceder a terceiros o direito que aqui lhes é concedido, sendo o mesmo de natureza intuitu personae.

c) regulamentar, através de decreto, a metodologia para controle e retirada do cascalho a ser por ele utilizado.

d) manter a área de exploração a salvo de qualquer ato de turbacão ou esbulho por parte de terceiros.

e) providenciar e obter todas as licenças, alvarás e quaisquer

outros documentos necessários à autorização dos órgãos competentes para exploração da área, ficando o município, desde já, autorizado a assinar quaisquer documentos necessários a tal finalidade.

f) realizar obras de condução de águas pluviais, a recomposição da vegetação, o cercamento e outras intervenções necessárias a garantir o bom uso e exploração da cascalheira, inclusive no que tange às obrigações decorrentes da legislação ambiental.

g) realizar o carregamento do cascalho adquirido também pelos terceiros que o comprarem do cedente.

h) responder, perante os órgãos competentes, por todas as responsabilidades legais decorrente da extração do material, nos termos do licenciamento ambiental relativo à atividade.

i) sinalizar com placa a identificação da área, nome do proprietário, nº da Autorização Ambiental e horário de funcionamento.

CLÁUSULA QUINTA: DA NATUREZA DA CESSÃO.

A presente cessão de bem imóvel tem natureza absolutamente precária, sem idoneidade para acarretar quaisquer direitos a CEDENTE, seja de que espécie for, podendo ser rescindida a qualquer tempo pela Administração se o interesse público assim o exigir, sem que isto gere qualquer obrigação de indenizar em favor do cessionário.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS e DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para a execução da presente Cessão de Direito Real de Uso, serão destinados recursos financeiros no montante aproximado de R\$ 3.485,04 (três mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e quatro centavos) pagos anualmente por parte do CESSIONÁRIO, que serão repassados no período de vigência desse Termo de Cessão de Direito Real de Uso.

§1º O valor constante na presente Cessão de Direito Real de Uso serão reajustados, caso necessário, a cada doze meses contados da data de publicação do termo, de acordo com o IGP-M (FGV), publicado pela Fundação Getúlio Vargas, ou qualquer outro índice oficial que vier a substituí-lo, em decorrência de política econômica governamental.

§2º As despesas decorrentes da presente cessão de uso correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA TRANSFERÊNCIA DOS RECURSOS

O valor anual acima mencionado será repassado mediante emissão de ordem bancária pelo CESSIONÁRIO para a CEDENTE. A quitação do pagamento será dada pela CEDENTE imediatamente após o recebimento do pagamento, mediante emissão de recibo nominal.

Parágrafo único - O pagamento e o recibo serão realizados até o penúltimo mês de vigência do presente termo.

CLÁUSULA OITAVA - PRAZO E VIGÊNCIA

O presente Termo de Cessão de Uso vigorará por 01 (um) ano, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, podendo ser prorrogado por igual período e denunciado a qualquer tempo se assim for do interesse de qualquer das partes, mediante comunicação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA NONA - DOS TERMOS ADITIVOS

Este Termo de Cessão de Uso poderá ser alterado através de

Termos Aditivos, de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO FORO

As partes elegem o foro de Videira para dirimir as questões resultantes do presente contrato renunciando a qualquer outro.

Por se acharem justos e acordados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal.

Videira (SC), de de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal
Cessionário

ALEXANDRINA
PERAZZOLI BALDISSERA
Cedente

Testemunhas:

Nome
CPF:

Nome:
CPF:

Lei Nº 3.082/14

LEI N.º 3.082/14, DE 05 DE MAIO DE 2014.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a doar, à Empresa TRANSVAN LTDA ME, área de terras que especifica para a instalação do empreendimento da donatária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a doar, com encargo, nos termos do art. 17, §§ 4º e 5º da Lei n.º 8.666/93, como incentivo à Empresa Transvan Ltda ME, para a instalação do seu empreendimento, nos termos da Lei Municipal nº 880/01 e conforme o Processo Administrativo nº 1.876/14, com área de 4.984,69m² (quatro mil, novecentos e oitenta e quatro metros e sessenta e nove decímetros quadrados), situado na Linha Campo Experimental, objeto da matrícula nº 12.992, a área de terras abaixo descrita:

“Um terreno urbano, sem benfeitoria, com área de 4.984,69 m² (quatro mil, novecentos e oitenta e quatro metros e sessenta e nove decímetros quadrados), parte integrante de uma área maior com 31.044,78 m² (trinta e um mil e quarenta e quatro metros e setenta e oito decímetros quadrados), situado na Linha Campo Experimental, nesta cidade, 1º subdistrito deste município e comarca de Videira-SC, com as seguintes confrontações: ao Norte, com 246,60 metros, no terreno da Prefeitura Municipal de Videira mais 59,40 metros no terreno de Carlos Formighieri; ao Sul, com 228,84 metros, com terras de Rosalio Bogoni e Alvori Piccoli na área remanescente; ao Leste, com 130,42 metros, no terreno de João Vanz e Modesto Van; e, ao Oeste, com 115,20 metros com terras da EMPASC, matriculado no Registro de Imóveis da Comarca de Videira sob o nº 12.992.”

Art. 2º A doação de que trata o art. 1º desta Lei independe de concorrência, em vista da existência de relevante interesse social e de ser feita com encargo, de conformidade com o art. 123, I, a) da Lei Orgânica do Município.

Art. 3º A donatária obriga-se, como encargo da doação, a utilizar o terreno doado para ampliar suas instalações, aumentando o número de empregos e o seu empreendimento, devendo iniciar

a expansão, construção e instalação dentro do prazo de 6 (seis) meses, contados da assinatura da escritura pública de doação e executá-lo conforme o cronograma constante do projeto aprovado pelo Município.

Art. 4º Na Escritura Pública de doação do imóvel constará obrigatoriamente cláusula em que a donatária se obrigue a atender à finalidade e aos prazos referidos no art. 3º supra, sob pena de reversão automática do objeto doado ao patrimônio municipal, independentemente de qualquer indenização.

Art. 5º A doação a que se refere a presente Lei, com dispensa de licitação, será efetivada mediante Escritura Pública da qual constarão, obrigatoriamente, os encargos da donatária, o prazo de seu cumprimento e cláusula de reversão, nos termos do § 4º do art. 17 da Lei nº 8.666/93, sob pena de nulidade do ato.

Art. 6º Na escritura pública constará, ainda, cláusula de inalienabilidade do terreno doado, sem prévia autorização escrita da Prefeitura, antes de 10 anos de sua aquisição.

Art. 7º Mediante autorização expressa do Prefeito Municipal poderá a empresa beneficiada hipotecar ou dar em garantia, a instituições Financeiras ou Bancárias, os terrenos recebidos em doação, para fins de levantamento de empréstimos destinados à instalação e manutenção do empreendimento ou ao desenvolvimento do complexo de suas atividades dentro do Município de Videira.

Art. 8º Na hipótese do artigo anterior, a cláusula de reversão e demais obrigações serão garantidas por hipoteca de 2º grau em favor do doador, como determina o § 5º do art. 17 da Lei nº 8.666/93.

Art. 9º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações próprias do orçamento municipal.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira,
05 de maio de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de maio de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Edital de Convocação Nº 022/2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 022/2014

PROCESSO SELETIVO Nº 007/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecerem no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para o qual foram classificados no Processo Seletivo nº 007/2012:

CONVOCADOS	CARGO
1 - Manoeli Zago	Agente Administrativo II
2 - Lucas Lanferdini Christ	Agente Administrativo II

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho - Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- Uma foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo.

Videira,
05 de maio de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 11.115/14

DECRETO Nº 11.115/14, DE 05 DE MAIO DE 2014.

Nomeia Assessor do Programa Bolsa Família.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, VIVIAN BRINIAK MOREIRA, para exercer o cargo comissionado de Assessor do Programa Bolsa Família, símbolo DAS-8, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus

efeitos a partir de 06 de maio de 2014.

Videira,
05 de maio de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de maio de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 11.116/14

DECRETO Nº 11.116/14, DE 05 DE MAIO DE 2014

Exonera, a pedido, Empregado Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 6740/2014,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, NEUSA MARIA WEISE DA SILVA, do emprego público de Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde no Bairro Floresta, admitida pela Portaria nº 0395/11.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira,
05 de maio de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de maio de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 11.114/14

DECRETO Nº 11.114/14, DE 05 DE MAIO DE 2014.

Exonera Servidor Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 2.100/09 e suas alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 05 de maio de 2014, MICHELE KARINA PANAZZOLLO, Assessor do Programa Bolsa Família, símbolo DAS-8, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, nomeada pelo Decreto nº 11.036/14.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira,
05 de maio de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de maio de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0678/2014

PORTARIA nº 0678/14
Concede Adicional de Pós-Graduação

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 118/11, de 21 de dezembro de 2011, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 3184/14,

RESOLVE

Conceder Adicional de Pós-Graduação Lato Sensu, à servidora LUANA BARAÚNA, ocupante do cargo de Psicóloga, a partir de 28 de fevereiro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 28 de fevereiro de 2014.

Videira,
05 de maio de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de maio de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0679/2014

PORTARIA nº 0679/14
Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta na Comunicação Interna nº 102/14, da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura,

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 05 de maio de 2014 até 03 de junho de 2014, o gozo de férias do servidor EFREM NAOR DOS SANTOS MOURA, ocupante do cargo efetivo de Regente de Banda, referente ao período aquisitivo de 1º de julho de 2012 até 30 de junho de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira,
05 de maio de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de maio de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0677/2014

PORTARIA nº 0677/14
Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta na Comunicação Interna do Departamento Pessoal, datada de 30 de abril do corrente ano;

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 05 de maio de 2014 até 06 de junho de 2014, o gozo de férias da servidora EZEQUIEL WEGNER, ocupante do cargo efetivo de Analista de Nível Superior, referente ao período aquisitivo de 13 de dezembro de 2012 até 12 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira,
05 de maio de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de maio de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Sorteio Subcomissão Técnica

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
EDITAL DE SORTEIO SUBCOMISSÃO TÉCNICA

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o sorteio para escolha da subcomissão técnica, elaborada em atenção ao parágrafo 4º, do artigo 10, da Lei Federal nº 12.232, de 29 de Abril de 2010, que procederá à análise e julgamento das propostas técnicas que serão apresentadas pelas empresas que irão participar da licitação promovida pelo Município de Videira, para contratação de agência para prestação de serviços de publicidade. A sessão pública para sorteio acontecerá no dia 19 de maio de 2014, às 09:00 horas, na sala de reuniões do Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Videira, situada na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, ficando desde já aberto o prazo previsto no parágrafo 5º, do artigo 10, da Lei Federal nº 12.232/2010. A relação nominal dos profissionais encontra-se disponível no site do Município: http://www.videira.sc.gov.br/site/conteudo_editais.php. Maiores informações poderão ser obtidos junto ao Departamento de Licitações através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 05 de maio de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 0676/2014

PORTARIA nº 0676/14

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta na Comunicação Interna do Departamento Pessoal, datada de 30 de abril do corrente ano;

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 05 de maio de 2014 até 06 de junho de 2014, o gozo de férias do servidor LEANDRO ANTONIO DAL PIZZOL, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Segurança do Trabalho, referente ao período aquisitivo de 30 de maio de 2012 até 29 de maio de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira,
05 de maio de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de maio de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Resultado do Julgamento da Fase de Habilitação do Edital de Tomada de Preços Nº 04/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DA FASE DE HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2014

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTO ASFALTICO (C.A.U.Q) NAS RUAS: PADRE FIDÉLIS, ALVISE CALDART E PARTE DA RUA ARTHUR FORMIGHIERI. ÁREA TOTAL: 2.737,29 M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, restando HABILITADAS as empresas Setep Construções S.A, Viga Pavimentações e Obras Ltda e LB Comércio e Serviços Ltda. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira SC, 05 de maio de 2014.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Vitor Meireles

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 077

LEI COMPLEMENTAR N. 077, DE 05 DE MAIO DE 2014.

"ACRESCENTA VAGA AO CARGO DE ASSISTENTE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES E DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DA CARGA HORÁRIA DE SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS EFETIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º. Fica acrescentada 1 (uma) vaga ao cargo de Assistente Social, que passará a integrar o Quadro Geral dos Cargos Efetivos do Município de Vitor Meireles, com nível IX e carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

Art. 2º. Fica reduzida a carga horária dos servidores efetivos do cargo de Assistente Social, do Poder Executivo Municipal, para 30 (trinta) horas semanais, sem prejuízo dos vencimentos.

§ 1º - Eventuais horas extras existentes entre a publicação da Lei Federal n.12.317/2010 e a efetiva implantação da diminuição da carga horária poderão, a critério da Administração Pública, ser compensadas através da concessão de folga.

§ 2º - As folgas serão concedidas de acordo com a conveniência administrativa, evitando-se a interrupção dos serviços sociais do Município, para que não haja prejuízo aos usuários.

Art. 3º. Fica reduzida a carga horária do servidor efetivo do cargo de Advogado, do Quadro de Funcionários do Poder Executivo Municipal, para 20 (vinte) horas semanais, sem prejuízo dos vencimentos.

Art. 4º. O anexo III da Lei Complementar n. 49/2009 passará a ter vigência conforme anexo I da presente Lei Complementar.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições contrárias.

Vitor Meireles,
05 de maio de 2014.
LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

ANEXO I

ANEXO III, ARTIGO 26, INCISO III, LC 049/2009

QUADRO GERAL DOS CARGOS EFETIVOS DE ACORDO COM AS CATEGORIAS FUNCIONAIS, COM A DESCRIÇÃO DOS NÍVEIS, VAGAS, CARGA HORÁRIA E HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA

GRUPO I

ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR

SIGLA - ANS

CARGOS	NÍVEIS	VAGAS	Carga Horária	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Farmacêutico				
Advogado				
Assistente Social				
Bioquímico				
Contador	X	01	40	
Controlador Interno	X	01	20	
Enfermeiro	IX	03	30	
Engenheiro Agrônomo	IX	01	40	
Engenheiro Civil	XII	01	40	
Engenheiro Civil	XI	01	40	
Médico Clínica	X	03	40	
Geral	XI	02	40	
Médico Ginecologista	XI	01	40	
Médico Pediatra	XV	06	40	
Médico Ortopedista	XV	01	40	
Médico Veterinário	XV	01	40	
Odontólogo	XIII	02	40	
Nutricionista	XIV	04	40	
Engenheiro Florestal	IX	01	40	Conforme detalhamento específico do cargo, constante no
Fisioterapeuta	XI	01	40	Anexo IV, que é parte integrante desta Lei.
Psicólogo	XI	02	40	
Turismólogo	IX	01	40	

Lei Nº 0880

LEI N. 0880, DE 05 DE MAIO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONSELHO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

TÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta lei dispõe sobre os Princípios e Diretrizes para a Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, Estabelece a Estrutura e o Funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Fundo Municipal da Infância e Adolescência, do Conselho Tutelar e dá outras providências.

Art. 2º. É assegurado, com absoluta prioridade, o atendimento dos direitos da criança e do adolescente, no âmbito municipal, fazendo-se por meio de:

I - políticas sociais básicas de educação, saúde, recreação, esportes, cultura, lazer, profissionalização e outras que assegurem o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social da criança e do adolescente, em condições de liberdade e dignidade, como dever concorrente da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público Municipal, articulado aos Poderes Públicos, Federal e Estadual.

II - políticas e programas de assistência social em caráter supletivo, para aqueles que dela necessitem;

III - serviços especiais nos termos desta Lei.

Parágrafo Único - O Município destinará recursos e espaço público

para programações culturais, esportivos e de lazer, voltadas para a infância e a juventude.

Art. 3º. O Município poderá criar os programas e serviços a que se referem os incisos II e III do artigo 2º ou estabelecer consórcio intermunicipal de atendimento regionalizado, instituindo e mantendo entidades governamentais de atendimento, mediante prévia autorização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º - Os programas serão classificados como de proteção e socioeducativos e destinar-se-ão a:

I - orientação e apoio sócio familiar;

II - apoio socioeducativo em meio aberto;

III - colocação familiar;

IV - abrigo;

V - liberdade assistida;

VI - semiliberdade;

VII - internação.

§ 2º - Os serviços especiais visam:

I - prevenção e atendimento médico e psicológico de vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;

II - identidade e localização de pais, crianças e adolescentes desaparecidos;

III - proteção jurídico-social.

TÍTULO II - DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 4º A Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente será garantida através dos seguintes órgãos:

I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente;

III - Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único- Cada Conselho terá seu regimento interno que dispõe basicamente sobre:

I - Natureza e finalidade;

II - Composição e organização.

III - Competência de seus órgãos;

IV - Sessões de Conselho;

V - Local, data e hora do funcionamento do Conselho.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO

ADOLESCENTE:**Seção I - Da criação e Natureza do Conselho:**

Art. 5º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, atuará de forma normativa, consultiva, deliberativa e fiscalizadora da política de promoção, atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Seção II - Da competência do Conselho:

Art. 6º. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, além de outras funções que lhe foram atribuídas:

I - definir a política de promoção, de atendimento e de defesa da infância e da adolescência no Município de Vitor Meireles, com vistas ao cumprimento das obrigações e garantias de seus direitos fundamentais e constitucionais;

II - fiscalizar ações governamentais e não governamentais, no Município de Vitor Meireles, relativas à promoção, à proteção e à defesa dos direitos da criança e adolescente;

III - articular e integrar as entidades governamentais e não governamentais, com atuação vinculada à infância, definidas no Estatuto da Criança e Adolescente;

IV - fornecer os elementos e informações necessárias à elaboração da proposta orçamentária para planos e programas;

V - receber, encaminhar e acompanhar, junto aos órgãos competentes, denúncias de todas as formas de negligência, de omissão, de discriminação, de exploração, de violência, de crueldade e de opressão contra a criança e o adolescente, fiscalizando a apuração e a execução;

VI - manter permanente entendimento com o Poder Judiciário, Ministério Público, Poderes Executivo e Legislativo, propondo, inclusive, se necessário, alterações na legislação em vigor e nos critérios adotados para atendimento à criança e ao adolescente;

VII - incentivar e promover a atualização permanente dos profissionais governamentais e não governamentais, que prestem atendimento à criança e ao adolescente, propondo as medidas que julgar convenientes;

VIII - aprovar os registros de inscrições e alterações subsequentes, previstos em lei, das entidades governamentais e não-governamentais de defesa e de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, nos termos do Regimento Interno;

IX - captar recursos, gerir o Fundo Municipal e formular o plano de aplicação dos recursos captados na forma da lei;

X - conceder auxílios e subvenções a entidades governamentais e não governamentais envolvidas no atendimento e na defesa da criança e do adolescente inscritos no Conselho Municipal;

XI - promover intercâmbio com entidades públicas ou particulares, organismos nacionais e internacionais, visando o aperfeiçoamento e a consecução de seus objetivos;

XII - difundir e divulgar amplamente a política municipal destinada à criança e ao adolescente;

XIII - elaborar o seu Regimento Interno;

XIV - fiscalizar as ações governamentais e não governamentais com atuação destinada à infância e à juventude no Município de

Vitor Meireles, com vistas à construção dos objetivos definidos nesta Lei;

XV - registrar entidades governamentais e não governamentais de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, com sede ou filial no Município de Vitor Meireles, as quais tenham programas na área em comento neste Município;

XVI - propor modificações nas estruturas dos sistemas municipais que visem a promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

§ 1º - A concessão pelo Poder Público Municipal de qualquer subvenção ou auxílio a entidade que, de qualquer modo, tenham por objetivo a proteção, a promoção e a defesa dos direitos da criança e do adolescente, deverá estar condicionada ao cadastramento prévio da entidade junto ao Conselho Municipal de que trata esta lei.

§ 2º - As resoluções do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente terão validade quando aprovadas pela maioria de seus membros e após sua divulgação e publicação de edital nos átrios do Fórum Municipal, Prefeitura Municipal e Poder Legislativo.

Seção III - Dos Membros do Conselho:

Art. 7º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá a seguinte composição:

I - Da Área Governamental:

Um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e seu respectivo suplente;

Um representante da Secretaria Municipal de Saúde e seu respectivo suplente;

Um representante da Secretaria Municipal de Educação e seu respectivo suplente;

Um representante da Secretaria Municipal de Turismo Cultura Esporte e Laser e seu respectivo suplente;

Um representante da Secretaria Municipal de Administração e seu respectivo suplente.

II - Área Não Governamental:

Um representante das Associações de Pais e Professores - APP's do Município e seu respectivo suplente;

Um representante dos Clubes de mães do Município e seu respectivo suplente;

Um representante dos Sindicatos do município e seu respectivo suplente;

Um das Igrejas do município e seu respectivo suplente;

Um representante dos clubes dos idosos do município e seu respectivo suplente.

§ 1º O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos, facultado a uma recondução.

§ 2º A substituição de um membro poderá ser efetuada a qualquer tempo observando-se a representação a que se refere.

§ 3º Os Conselheiros representantes da área governamental serão indicados pelas respectivas Secretarias da estrutura organizacional da Prefeitura.

§ 4º Os representantes das organizações da sociedade civil serão indicados e eleitos pelo voto das entidades que compõe cada representação de defesa e de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, com sede no município, reunidos em Assembleia especial, convocada pelo Presidente do CMDCA, na falta deste pelo Vice Presidente do CMDCA e assim pela ordem subsequentemente, em Edital publicado com prazo de 30 (trinta) dias, para posterior nomeação e posse.

Art. 8º- A função de Membro do Conselho é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

Seção IV- Do prazo:

Art. 9º A Diretoria Executiva do CMDCA será eleita pelo Conselho dentre seus membros, em reunião plenária e com quórum mínimo de 2/3 (dois terços), para um mandato de 02 (dois) anos.

CAPÍTULO III

DO FUNDO MUNICIPAL PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Seção I- Da criação e natureza do Fundo:

Art. 10º O Fundo Municipal para infância e adolescência, atuará como captador e aplicador de recursos a serem utilizados segundo as deliberações do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao qual é órgão vinculado, priorizando-se os programas de proteção e sócio educativo, para atendimento ao disposto no Inciso 2º do Artigo 260 da Lei Federal nº 8.069/90.

Seção II - Da formação do Fundo:

Art. 11. Os recursos do fundo serão constituídos de:

I - Transferência do orçamento do Município;

II - Doação de contribuintes do imposto de renda e outros incentivos governamentais;

III - Doações, auxílios, contribuições, subvenções, transferências de entidades nacionais e internacionais e não governamentais;

IV - Produto das aplicações dos recursos disponíveis e vendas de matérias, publicações e eventos realizados;

V - Receitas oriundas de multas aplicadas sobre infrações que envolva crianças e adolescentes, respeitadas as competências das esferas governamentais e dos seus repasses ao Município;

VI - Receitas provenientes de convênios, acordos, contratos realizados entre o município e entidades governamentais ou não governamentais, que tenha destinação específica.

VII - Rendimentos e juros provenientes de aplicações financeiras dos recursos financeiros disponíveis

VIII - Parcelas do produto da arrecadação de outras receitas oriundas de atividades econômicas, tais como prestação de serviços da agropecuária, industrial e das outras transferências que o fundo tenha direito a receber por força da lei de convênios no setor.

Seção III- Da competência do Fundo:

Art. 12. Compete ao Fundo Municipal:

I - Registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos em benefícios das crianças e dos adolescentes pelo Estado e pela União;

II - Registrar os recursos captados pelo Município através de convênios, ou por doação do fundo;

III - Manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito no município, nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - Liberar os recursos a serem aplicados em benefício da criança e do adolescente, nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V - Administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, segundo as resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VI - Publicar semestralmente, no periódico municipal de maior circulação, ou falta de sorte, em Edital fixando no átrio da Prefeitura, todas as resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com relação ao FIA.

CAPÍTULO IV

DO CONSELHO TUTELAR

Seção I - Das disposições Gerais:

Art. 13. O Conselho Tutelar, atuará como órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, composto de 05 (cinco) membros titulares e 05 (cinco) membros suplentes, para o mandato de 04 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.

Parágrafo Único - Os membros suplentes suceder-se-ão na ordem de votação e, nessa ordem substituirão os titulares nos casos previstos nesta Lei.

Art. 14. Os conselheiros serão escolhidos pela comunidade, os termos de resoluções a serem expedidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 15. A eleição será organizada e coordenada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo Ministério Público.

Seção II- Dos requisitos do Registro das Candidaturas:

Art. 16. A candidatura é individual e sem vinculação a partido político.

Art. 17. Somente poderão concorrer à eleição os candidatos que preencherem até o encerramento das inscrições os seguintes requisitos:

I - Reconhecida a idoneidade moral;

II - Idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - Residir no município há pelo menos dois (02) anos;

V - Possuir ensino médio completo.

Parágrafo Único- Os requisitos exigidos serão devidamente comprovados.

Art. 18. A candidatura deverá ser registrada no prazo de até 30 dias antes da eleição mediante apresentação de requerimento endereçado ao Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, acompanhado de provas do preenchimento dos requisitos estabelecidos no Artigo anterior.

Art. 19. O pedido de registro será efetuado junto a Secretaria do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, atribuindo-se vistas ao Ministério Público para eventual impugnação no prazo de 05 (cinco) dias, decidindo o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em igual prazo.

Art. 20. Terminado o prazo para registro das candidaturas, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, publicará Edital na imprensa local, informando o nome dos candidatos registrados e fixando o prazo de 10 (dez) dias para recebimento de impugnação por qualquer entidade ou membro da comunidade.

Parágrafo Único- Oferecida impugnação, os autos serão encaminhados ao Ministério Público para manifestação no prazo de 05 (cinco) dias, decidindo o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em igual prazo.

Art. 21. Das decisões relativas às impugnações caberá recurso ao próprio Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da intimidação pessoal ou via postal mediante A.R.

Art. 22. Vencidas as fases de impugnação e recursos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará Edital com o nome dos candidatos habilitados ao pleito.

Seção III - Da realização do Pleito:

Art. 23. A eleição será convocada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, mediante Edital publicado na imprensa local 03 (três) meses antes do término do mandato dos membros do Conselho Tutelar.

Art. 24. É vedada propaganda eleitoral nos veículos de comunicação social, admitindo-se somente a realização de debates e entrevistas.

Art. 25. É proibida a propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas fixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público ou particular, com exceção de locais autorizados pela Prefeitura, para utilização por todos os candidatos em igualdade de condições.

Art. 26. As cédulas eleitorais serão confeccionadas pela Prefeitura Municipal, mediante modelo previamente aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º - A cédula para a escolha dos conselheiros tutelares será rubricada pelos membros das mesas receptoras de votos antes de sua efetiva utilização pelo cidadão.

§ 2º - A cédula conterá os nomes de todos os candidatos cujo registro de candidatura tenha sido homologado, obedecendo à ordem de sorteio a ser realizado na data de homologação das candidaturas na presença de todos os candidatos que, notificados, comparecerem, ou em ordem alfabética, de acordo com decisão prévia do Conselho Municipal de Direitos.

§ 3º - Os cidadãos poderão votar em até três nomes, constantes da cédula, sendo nulas as cédulas que contiverem mais de três nomes assinalados ou que tenham qualquer tipo de inscrição que possa identificar o votante.

§ 4º - A homologação e o sorteio de que trata o parágrafo segundo será realizado em até cinco dias úteis após a data de encerramento do prazo para registro de candidaturas, sendo que o Município de Vitor Meireles, providenciará a confecção das cédulas no montante necessário à escolha popular e indicada pelo Conselho Municipal de Direitos.

Art. 27. Aplica-se no que couber, o disposto na legislação eleitoral em vigor, quanto ao exercício do sufrágio e a apuração dos votos.

Art. 28. Após a contabilização dos votos, poderão os candidatos apresentar impugnações, que serão decididas de plano pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em caráter definitivo.

Art. 29. Concluída a apuração dos votos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará o resultado da eleição mandando publicar os nomes dos candidatos e o número de votos recebidos.

§ 1º - Os 05 (cinco) primeiros mais votados serão considerados eleitos, ficando os demais, pela ordem de votação como suplentes.

§ 2ª - Havendo empate na votação será considerado eleito o candidato mais idoso.

§ 3º - A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

§ 4º - Ocorrendo a vacância no cargo, substituição por férias ou licença do titular, assumirá o suplente que tiver obtido maior número de votos.

§ 5º - Após a implementação das eleições unificadas, durante a substituição temporária, o conselheiro substituto terá assegurados os direitos sociais previstos na Lei Federal n. 12.696/2012.

Seção IV - Dos impedimentos:

Art. 30. São impedidos de atuar no mesmo Conselho, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto e enteado.

Seção V - Das Atribuições e Funcionamento do Conselho:

Art. 31. Compete ao Conselho Tutelar exercer as atribuições constantes no Artigo 136 da Lei Federal nº 8069/90.

I - atender às crianças e aos adolescentes sempre que houver ameaça ou violação dos direitos reconhecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis e em razão de sua conduta, aplicando as seguintes medidas:

- a) encaminhamento aos pais ou responsáveis;
- b) orientação, apoio e acompanhamento temporário;
- c) matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- d) inclusão em programa comunitário oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
- e) requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico em regime hospitalar ou ambulatorial;
- f) inclusão em programas oficiais ou comunitários de auxílio, de orientação e de tratamento a alcoólatras e a toxicômanos;
- g) abrigo em entidade assistencial;

II - atender e aconselhar os pais ou responsáveis e, se for o caso, aplicar-lhe as seguintes medidas:

- a) encaminhamento a programa oficial ou comunitário de

promoção à família;

b) inclusão em programa de tratamento a alcoólatras e toxicômanos;

c) encaminhamento a cursos ou programas de orientação;

d) encaminhamento a tratamento psicológico e psiquiátrico;

e) obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar a sua frequência e aproveitamento escolar;

f) obrigação de encaminhar a criança ou o adolescente a tratamento especializado;

g) advertência;

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, de educação, de serviço social, de previdência, de trabalho e de segurança;

b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações;

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra o direito da criança e do adolescente;

V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas em lei, para o adolescente autor do ato infracional;

VII - expedir notificações;

VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito da criança ou adolescente quando necessário;

IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para plano e programa de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X - representar, em nome das pessoas e da família, contra programa ou programação de rádio e televisão que desrespeitem valores éticos e sociais, bem como de propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde de crianças e do adolescente;

XI - representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão de pátrio poder.

Art. 32. O Conselho Tutelar terá um Presidente e um Secretário, que serão escolhidos pelos seus pares, na primeira sessão.

§ 1º - Na falta ou impedimento do Presidente, assumirá o Conselheiro mais idoso.

§ 2º - O local de atendimento do Conselho Tutelar será destinado pela Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, em prédio próprio ou compartilhado, sendo que todas as despesas serão suportadas pelo Município.

§ 3º - O atendimento será prestado de segunda a sexta-feira, no horário das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas, com previsão de plantão após o expediente, inclusive sábados, domingos e feriados, distribuídos entre os conselheiros.

Art. 33. As reuniões do colegiado serão instaladas como no mínimo a presença de 03 (três) conselheiros e as decisões serão tomadas por maioria dos votos, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

Art. 34. O Conselho atenderá informalmente as partes, mantendo registro das providências adotadas em cada caso e fazendo consignar em ata apenas o essencial, remetendo cópia das decisões ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 35. As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha efetivo interesse.

Seção VI - Da Competência Territorial:

Art. 36. A competência será determinada:

I - Pelo domicílio dos pais ou responsáveis;

II - Pelo lugar onde se encontra a criança ou adolescente, a falta dos pais ou responsáveis;

Parágrafo Único - Nos casos em que haja necessidade de atuação, será competente o Conselho Tutelar do Município da ação ou omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.

Seção VII - Da Remuneração e da Perda do Mandato:

Art. 37. O exercício da função de Conselheiro Tutelar constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

§ 1º - Fica estipulado que pelo exercício da função de Conselheiro tutelar eleito, com jornada máxima de até 40 (quarenta) horas semanais, será pago a título de remuneração o valor correspondente a 100% (cem por cento) do nível II-I que integra o quadro de carreira da administração direta do Poder Executivo Municipal.

§ 2º - Tratando-se de agentes públicos para mandatos eletivos públicos temporários, os Conselheiros Tutelares não possuirão nenhum vínculo empregatício, seja de que natureza for não adquirindo ao término de seus mandatos, quaisquer direitos a indenizações, efetivação ou estabilidade nos quadros da administração pública municipal.

§ 3º - Sendo eleito o funcionário público municipal, será facultativo optar pelos vencimentos e vantagens de seus cargos, vedada a acumulação de vencimentos.

§ 4º - Fica o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente autorizado a expedir Resoluções de todos os atos complementares necessários, ao pleno funcionamento do Conselho Tutelar.

Art. 38. Os recursos necessários ao pagamento da remuneração dos Conselheiros Tutelares correrão a conta da dotação orçamentária específica, consignada no orçamento municipal.

Art. 39. A partir das eleições unificadas, os Conselheiros Tutelares terão assegurada a percepção de todos os direitos assegurados na Constituição Federal aos trabalhadores em geral, especialmente:

I - gratificação natalina;

II - férias anuais remuneradas com 1/3 a mais de salário;

III - licença-gestante;

IV - licença-paternidade;

V - licença para tratamento de saúde;

VI - inclusão em planos de saúde oferecidos pelo Poder Público Municipal ao funcionalismo público municipal;

VII - inclusão no regime geral da Previdência Social.

Parágrafo Único - Na hipótese de um Conselheiro Tutelar adotar uma criança ou um adolescente, aplicar-se-ão as normas da Lei Federal 10.421, de 15.04.2002.

Art. 40. Os Conselheiros Tutelares terão direito à diárias ou ajuda de custos para assegurar a indenização de suas despesas pessoais quando, fora do seu município, participarem de eventos de formação, seminários, conferências, encontros e outras atividades semelhantes, e quando nas situações de representação do Conselho.

Art. 41. Perderá o mandato o Conselheiro que infringir as seguintes regras:

Ausência injustificada de seu turno de trabalho;

Ausência injustificada a 03 (três) sessões consecutivas ou a 05 (cinco) alternadas no mesmo mandato;

Conduta incompatível com o cargo;

Deixar de cumprir com as atribuições preconizadas no Artigo 36 do Estatuto da Criança e do Adolescente;

For condenado por sentença irrecorrível, por crime doloso ou por contravenção penal.

Parágrafo Único- A perda do mandato será decretada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, mediante provocação no Ministério Público, do Conselho ou de qualquer pessoa civilmente capaz, assegurada ampla defesa.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 42. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, empossados os seus membros, poderá, respeitadas as demais normas da presente Lei, alterar ou elaborar novo Regimento Interno, visando o aperfeiçoamento, implantação e a implementação da Política de atendimento a criança e ao adolescente.

Art. 43. Fica o poder Executivo Municipal autorizado a repassar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, através do Fundo Municipal de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, as verbas consignadas no orçamento do Município a esse título definidas pelo respectivo conselho.

Parágrafo Único - Para fins desse artigo, o repasse deverá ocorrer mensalmente, de acordo com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 44. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 45. Revoga-se as legislações anteriores, especialmente as Leis 297/1995, 306/1996; 321/1997; 340/1997; 355/98; 677/2009; 749/2010 e 879/2014.

Vitor Meireles,
05 de maio de 2014.
LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

Lei Nº 0881

Lei Nº 0881, de 05 de maio de 2014.

Suplementa Dotações Orçamentárias por Provável Excesso de Arrecadação e Estabelece Outras Providências.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária, pelo provável excesso de arrecadação:

1101 - SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO

27.812.011.1009 - Construção de Ginásio de Esportes

44000000.00 - Investimentos

44900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.2455 - Transf. de Convênios do Estado Outros
R\$ 1.400.000,00

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar como fonte para suplementação do Artigo 1º desta lei, os recursos do Fundo de Apoio aos Municípios (FUNDAM), a ser celebrado com o Estado de Santa Catarina, acrescentando o valor de R\$ 1.400.000,00 (hum milhão, quatrocentos mil reais).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles,
05 de maio de 2014.
LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação 015/2014

Processo de Licitação 015/2014

Modalidade: Convite 005/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Convite

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Convite, objetivando a AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até às 14h00min horas, do dia 13 de maio de 2014, em sessão pública, dirigida pelo Presidente da Comissão de Licitações senhor Sandro Lunelli, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitor-meireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC),
em 06 de maio de 2014.
LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

Xaxim

PREFEITURA

Aviso de Pregão 055 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 055/2014

PROCESSO LICITATÓRIO 103/2014

O MUNICÍPIO DE XAXIM, Estado de Santa Catarina, através de seu Prefeito COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Edital Pregão Presencial n. 055/2014, até às 08h45min horas do dia de 15 de maio de 2014, e farão abertura das mesmas às 09h00min horas do mesmo dia. Constitui-se objeto da presente licitação a contratação de Pessoa Física ou Jurídica para prestação de serviços técnicos (diversos das atividades rotineiras do atual quadro de pessoal) contínuos de consultoria jurídica para a orientação dos técnicos municipais que atuam junto ao PROCON, com vistas à manutenção e implementação das normas do Estatuto de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90), conforme descrição completa no edital. Tipo menor preço global, de acordo com as regras do Edital, conforme dispõe as Leis n. 8.666/93 consolidada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, e no que couber as demais legislações aplicáveis. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC,
02 de maio de 2014.
IDACIR ANTÔNIO ORSO
Prefeito Municipal

Aviso de Pregão 056 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 056/2014

PROCESSO LICITATÓRIO 104/2014

O MUNICÍPIO DE XAXIM, Estado de Santa Catarina, através de seu Prefeito COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Edital Pregão Presencial n. 056/2014, até às 14h45min horas do dia de 15 de maio de 2014, e farão abertura das mesmas às 15h00min horas do mesmo dia. Constitui-se objeto da presente licitação a contratação de empresa para prestação de serviços especializados em construção de cerca para proteção ambiental ao rio que abastece o depósito da CASAN conforme segue: Construção de 3.000 (três mil) metros lineares de cerca, com arame liso, espaçamento entre os palanques de 3,0 m, 04 fios de arame farpado e 01 fio de arame liso, espaçamento entre os fios de 0,25 m, profundidade dos buracos para fixação dos palanques de 0,70 m, alinhamento da cerca em relação ao córrego de água de 5,0 m, contando da margem do mesmo, tirantes nas cantoneiras. Tipo menor preço global, de acordo com as regras do Edital, conforme dispõe as Leis n. 8.666/93 consolidada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, e no que couber as demais legislações aplicáveis. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta

feira.

Xaxim - SC,
02 de maio de 2014.
IDACIR ANTÔNIO ORSO
Prefeito Municipal

Decretos

DECRETO Nº. 250/2014.

Nomeia servidor municipal em decorrência de aprovação em concurso público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações; e Considerando o Concurso Público, realizado através do Edital Nº. 001/2013, de 08 de agosto de 2013, para preenchimento de vagas dos cargos de provimento efetivo do Quadro do Funcionalismo Público Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, pelo presente Decreto, JOSIANE NEGRI, CPF: 054.949.089-25, para exercer o cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, código 013, categoria ASA, nível 014, em decorrência de aprovação em Concurso Público, devidamente homologado pelo Decreto Nº. 552, de 06 de novembro de 2013, durante o estágio probatório de 03 (três) anos, a partir de 02 de maio de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo a remuneração constante do quadro próprio.

Art. 2º O servidor ora nomeado pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral da Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal,
em 30 de abril de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

LEONARDO SCHERER DE OLIVEIRA
Diretor Geral de Administração e RH

DECRETO Nº 253/2014.

Altera temporariamente a carga horária de servidor municipal efetivo e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Lei Complementar Nº 037 e Nº. 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações; considerando o interesse público e a necessidade de profissional nesta área; considerando que o servidor já faz parte do quadro efetivo e tem disponibilidade para tal alteração; considerando solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada, temporariamente, a partir de 02 de maio de 2014, a carga horária do servidor municipal VOLMIR ANTONIO

NEGRI, ocupante do cargo de provimento efetivo de ODONTOLOGO, matrícula 1488, na Secretaria Municipal de saúde, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 30 de abril de 2014.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Fabio José Dal Magro

Procurador Geral do Município

DECRETO Nº. 255/2014.

Contrata odontóloga em caráter emergencial e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações e considerando:

- a) Considerando que, o Servidor Público Thiago Gheno, no mês de novembro, acabou pedindo o seu desligamento das funções ligadas à Odontologia;
- b) Considerando que, não há concurso válido em andamento para que houvesse o preenchimento desta vaga;
- c) Considerando que, compete ao Município, conforme inciso II, do art. 23, inciso VII, do art. 30 e art. 196, todos da Constituição Federal, prestar atendimento à saúde da população;
- d) Considerando que, existe uma demanda relativamente grande de pacientes que necessitam de tratamento dentário em nosso Município;
- e) Considerando que, devem ser os programas de saúde bucal, ter caráter permanente, especialmente em relação às crianças;
- f) Considerando que, está cientificamente demonstrado que a má conservação da dentição, pode acarretar dentre outras doenças, o câncer, diabetes e doenças coronarianas;
- g) Considerando a Portaria 2.027 de 25 de agosto de 2011, na qual prevê no item 3.2. a necessidade da permanência de Profissional, pelo período de 40 (quarenta) horas no ESF;
- h) Considerando que não há a possibilidade de remanejar servidor para ocupar o cargo deixado pelo anterior profissional, pois todos já estão devidamente lotados;
- i) Considerando que, os Dentistas que pertencem ao quadro da Administração Pública Municipal, já possuem número considerável de pacientes, além da fila de espera;
- j) Considerando que, em caso de interrupção no tratamento, o que traria inúmeros prejuízos ao cidadão até então atendido, e ao próprio Poder Público que, teria que retomar tratamentos desde o início, o que iria de encontro ao princípio da eficiência;

k) Considerando abertura de nova unidade de saúde no Bairro Chagas;

l) Considerando que, realizar outro concurso público, pelo menos momentaneamente, iria apenas trazer despesas desnecessárias à Administração, pois todo o procedimento de um certame como tal, certamente levaria prazo de cerca de 60 (sessenta) dias;

DECRETA:

Art. 1º Fica contratada, em caráter emergencial, a SRA. FERNANDA DE LIMA TISSIANI, CPF:009.313.849-07, na função de

Odontóloga, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 90 (noventa) dias a partir de 02 de maio de 2014 até 02 de agosto de 2014, quando encerra este contrato.

Art. 2º Os vencimentos do referido servidor são aqueles constantes em lei vigente.

Art. 3º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 30 de abril de 2014.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

FABIO DAL MAGRO

Procurador Geral do Município

Nomeia Membros Comdec

DECRETO Nº 256/2014

Nomeia Membros da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC do Município de Xaxim - SC, instituída pela Lei 2.011 de 16 de setembro de 1997 e dá outras providências.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal e com a Lei Municipal 2.011 de 16 de setembro de 1997,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeados os membros da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC do Município de Xaxim - SC, ficando assim constituída:

- I - Presidente - IDACIR ANTONIO ORSO
- II - Vice-Presidente - FABIO JOSÉ DAL MAGRO
- III - Secretário - LUCIANE MARCHETTI BORTOLANZA

IV - CONSELHO TÉCNICO

- a) Secretário Municipal da Saúde - JOSIANE SAMPAIO
- b) Secretário Municipal de Infraestrutura - IDERALDO SORGATTO
- c) Secretaria Municipal da Agricultura - DEOLINO RISSI
- d) Departamento de Meio Ambiente - LUIZ BRUNETTO

V - CONSELHO COMUNITÁRIO

- a) Presidente Rotary Clube - RICARDO FIORETO ROMAN
- b) Presidente Rotaract Clube - RODRIGO MORAS

c) Presidente Interact Clube - ALVARO Busetto

- d) Presidente Léo Clube - EMANUEL RIGOTTI
- e) Presidente Câmara Junior - IVANIA PALUDO

d) Comandante Bombeiros Comunitários - 2º Tenente CLEMENTE STAHELIN MICHELS

- e) Presidente Cruz Vermelha Brasileira - Filial de Xaxim - DEVER-SINDO IVALDINO DERVANOSCKI
- f) Presidente Loja Maçônica "Obreiros da Liberdade" - MARCO ANTONIO COCHI
- g) Representante da Câmara de Vereadores - LUIZ ALVARO

STIEVEN

Art. 2º Compete à Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC, coordenar, a nível municipal, os meios de atendimento a situações de emergência ou calamidade pública.

Parágrafo único: Fica nomeado NADIR CHIODI como Coordenador do COMDEC.

Art. 3º Os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC, em qualquer circunstância, considerando o seu caráter de interesse público, não serão remunerados, não gerando qualquer vantagem salarial ou de qualquer outra natureza a seus membros.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,
em 02 de maio de 2014.
IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

FABIO JOSÉ DAL MAGRO
Procurador Geral do Município

Suplementa Dotações Orçamentária

DECRETO Nº. 148/2014

"Dispõe Sobre a Suplementação de Dotações Orçamentárias no Orçamento Vigente e da outras providências".

DACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Artigo 5º da Lei Municipal nº. 3922/2013 de 23 de outubro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais), destinado a reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	2.029 - Manutenção do Setor Rodoviário
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	300.000,00
Código	Unidade	Projeto atividade
04.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	2.022 - Manutenção das Atividades Administrativas
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.50.00.00	01.00	90.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar serão utilizados recursos de anulações de despesas nas seguintes programações de despesas:

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	2.029 - Manutenção do Setor Rodoviário
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	300.000,00
Código	Unidade	Projeto atividade
04.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	2.022 - Manutenção das Atividades Administrativas
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	90.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - São revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 19 de março de 2014.

IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito Municipal
Registrado e Publicado em data supra

FABIO JOSE DAL MAGRO
Procurador Geral do Município

Suplementa Dotações Orçamentária

DECRETO Nº. 0182/2014

"Dispõe Sobre a Suplementação de Dotações Orçamentárias no Orçamento Vigente e da outras providências".

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Artigo 5º da Lei Municipal nº. 3922/2013 de 23 de outubro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 39.045,60 (trinta e cinco mil quinhentos e quarenta e seis reais e dezesseis centavos), destinado a reforçar a seguinte Dotação Orçamentária do Orçamento Vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
15.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	2.037 - Manutenção do Fundo de Assistência Social
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	03.52	39.045,60

Art. 2º - O Crédito aberto por este Decreto correrá por conta do SUPERAVIT Financeiro na fonte 01.52, conforme repasse do Fundo Nacional de Assistência Social no exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - São revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC),
em 03 de abril de 2014.
IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

FABIO JOSE DAL MAGRO
Procurador Geral do Município

Suplementa Dotações Orçamentária

DECRETO Nº. 227/2014

"Dispõe Sobre a Suplementação de Dotações Orçamentárias no Orçamento Vigente e da outras providencias".

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Artigo 5º da Lei Municipal nº. 3922/2013 de 23 de outubro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), destinado a reforçar a seguinte Dotação Orçamentária do Orçamento Vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	1.009 - Obras de Infraestrutura Urbana
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.24	12.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	1.014 - Ampliação da Frota Rodoviária
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.24	320.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	2.029 - Manutenção do Setor Rodoviário
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.24	500.000,00

Art. 2º - O Crédito aberto por este decreto ocorrerá por conta do Provável Excesso de Arrecadação na fonte 0124, conforme repasse convênio Casan, Convenio com Estado FUNDAM e Repasse do Governo Estadual.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - São revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC),
em 10 de abril de 2014.
IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

FABIO JOSE DAL MAGRO
Procurador Geral do Município

Suplementa Dotações Orçamentária

DECRETO Nº. 247/2014

"Dispõe Sobre a Suplementação de Dotações Orçamentárias no Orçamento Vigente e da outras providencias".

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Artigo 5º da Lei Municipal nº. 3922/2013 de 23 de outubro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor

de R\$ 395.000,00 (trezentos e noventa e cinco mil reais), destinado a reforçar a seguinte Dotação Orçamentária do Orçamento Vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
01.01	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	2.018 - Manutenção das Atividades Legislativas
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.00	395.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar serão utilizados recursos de anulações de despesas nas seguintes programações de despesas:

Código	Unidade	Projeto atividade
01.01	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	2.018 - Manutenção das Atividades Legislativas
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	145.000,00
3.3.90.00.00	01.00	250.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - São revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC),
em 22 de abril de 2014.
IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

FABIO JOSE DAL MAGRO
Procurador Geral do Município

Aprova Loteamento

LEI Nº 3968/2014 de 29 de abril de 2014.

Aprova LOTEAMENTO TRENTIN E PERTUZATTI e dá outras providências.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica Aprovado o LOTEAMENTO TRENTIN E PERTUSSATTI formado pela da chácara número um (01), parte da chácara número dois (02) e parte da chácara número seis (06), formando uma área total escriturada de 16.760m² (dezesseis mil, setecentos e sessenta metros quadrados), localizado na Avenida Plínio Arlindo De Nes, município de Xaxim, com matrícula nº 178 Cartório de Registro de Imóveis de Xaxim, de propriedade de: SUZANA PERTUSSATTI, IVETE TRENTIN MENEGUZZI E ESPOSO, IRINEU TRENTIN E ESPOSA, MARISETE TRENTIN PERTUSSATTI E ESPOSO, VALDECIR JOSÉ TRENTIN E ESPOSA e DOMINGOS TRENTIN E ESPOSA ficando assim constituído:

DESCRIPTIVO

Trata-se de uma subdivisão de uma gleba urbana com área total de 16.760,00 metros quadrados, subdivididos em 16 (dezesseis) lotes, em 3 (três) quadras, 01 (uma) Área Verde, 01 (uma) Área de Uso Público, 02 (dois) Aparelhos Públicos (Ruas).

TOTAL DA ÁREA DA ESCRITURA - Área: 16.760,00 m²

Confrontações:

Ao Noroeste, na extensão total de 156,91 metros em linhas quebradas, na extensão 102,69 metros com terras de Silvio Trentin Espólio e outros matrícula 17.535, na extensão 23,61 metros com a Avenida Plínio Arlindo de Nês, na extensão 21,06 metros com Egidio Trentin Matrícula 18.280;

Ao Nordeste, na extensão total de 113,25 metros em linhas quebradas, na extensão 4,50 metros com terras de Juliano José Ampese com matrícula 29.406, na extensão 11,65 metros com terras de Genuor Ceratto com matrícula 9.407 e na extensão 97,09 com terras de José Correia de Amorin com matrícula 10.923;

Ao Sudoeste, na extensão total de 161,27 metros, com terras da Sociedade Recreativa Cultural Xaxiense;

Ao Sudoeste, na extensão 122,36 metros, em curvas com Lajeado Xaxim;

Área Total das Ruas - Área: 2.953,80 m²

Avenida Plínio Arlindo De Nês - Área: 2.288,69 m²

Confrontações:

Ao Noroeste, na extensão de 23,61, com a Avenida Plínio Arlindo de Nês;

Ao Nordeste, na extensão total de 113,26 metros com a Quadra 625, em linhas quebradas, na extensão de 16,67 metros com o Lote 01, da Quadra 625; na extensão de 13,64, com o Lote 02, da Quadra 625; na extensão de 13,59 metros, com o Lote 03, da Quadra 625; na extensão de 13,59 metros, com o Lote 04, da Quadra 625; na extensão de 13,59 metros, com o Lote 05, da Quadra 625; na extensão de 13,59 metros, com o Lote 06, da Quadra 625; na extensão de 13,59 metros, com o Lote 07, da Quadra 625; na extensão de 13,59 metros, com o Lote 07, da Quadra 625; na extensão de 15,00 metros com a Área de Preservação Permanente - "APP-03", do referido loteamento;

Ao Sudeste, com extensão de 20 metros, com terras da Sociedade Recreativa Cultural Xaxiense;

Ao Sudoeste, na extensão total de 65,38 metros com a Quadra 627; na extensão de 15,00 metros, com futura ampliação da Avenida Plínio Arlindo de Nês; na extensão de 12,55 metros, com Lote 16, da Quadra 627; na extensão de 12,54 metros, com Lote 15, da Quadra 627; na extensão de 12,54 metros, com Lote 14, da Quadra 627; na extensão de 12,75 metros, com Lote 13, da Quadra 627; na extensão de 8,03 metros, com a curva da Quadra 627; na extensão de 12,00 metros com a Rua Silvio Trentin; na extensão total de 36,09 metros na extensão de 12,04 metros, com Lote 10, da Quadra 626; na extensão de 12,00 metros, com Lote 09, da Quadra 626; na extensão de 12,05 metros, com Lote 08, da Quadra 626, do referido loteamento.

Rua Silvio Trentin - Área: 665,11 m²

Confrontações:

Ao Noroeste, na extensão total de 54,56 metros; na extensão de 12,00 metros com a Área Verde; na extensão total de 42,56 metros com a Quadra 626; na extensão de 12,00 metros, com o Lote 11, da Quadra 626; na extensão de 30,56 metros, com o Lote 10, da Quadra 626, do referido loteamento;

Ao Nordeste, na extensão de 12,00 metros, com a Avenida Plínio Arlindo de Nês, do referido loteamento;

Ao Sudeste, na extensão total de 54,54 metros; na extensão de 12,00 metros com a Área de Equipamentos Público - "AEP-01"; na extensão total de 42,54 metros com a Quadra 627; na extensão de 12,54 metros, com o Lote 12, da Quadra 627; na extensão de 30,00 metros, com o Lote 13, da Quadra 627, do referido loteamento;

Ao Sudoeste, na extensão de 12,00 metros, com a Área Verde, do referido loteamento.

Área Verde - da quadra 626, com área superficial de 1.219,22m², localizado no lado par da Rua Silvio Trentin, distante pelo lado esquerdo da Rua Silvio Trentin, com as seguintes medidas 54,56 metros da esquina mais próxima até o terreno.

Confrontações:

Ao Noroeste, na extensão de 31,44 metros, com terras de Silvio Trentin Espólio e outros, matrícula 17.535;

Ao Nordeste, na extensão total de 98,87 metros; na extensão de 35,68 metros com o Lote 11, da Quadra 626; na extensão de 12,00 metros com a Rua Silvio Trentin; e na extensão total de 51,19 metros com a Área de Equipamentos Público - "AEP 01", do referido loteamento;

Ao Sudoeste, na extensão de 103,90 metros, em curva, com a Área de Preservação Permanente-"APP-01", do referido loteamento;

Ao Sudeste, na extensão total 20,14 metros, na extensão de 12,00 metros com a Rua Silvio Trentin; e na extensão de 11,74 metros, com Área de Preservação Permanente-"APP-02" do referido loteamento.

Área de Equipamentos Públicos - "AEP - 01" - da quadra 627, com área superficial de 956,18m², localizado no lado ímpar da Rua Silvio Trentin, distante pelo lado esquerdo da Rua Silvio Trentin, com as seguintes medidas 54,54 metros da esquina mais próxima até o terreno.

Confrontações:

Ao Noroeste, na extensão de 12,00 metros com a Rua Silvio Trentin do referido loteamento;

Ao Nordeste, na extensão total de 50,38 metros, com a Quadra 627; na extensão de 37,83 metros, com o Lote 12, da Quadra 627; na extensão de 12,55 metros, com o Lote 16, da Quadra 627, do referido loteamento;

Ao Sudeste, na extensão de 32,18 metros com a Área de Preservação Permanente-"APP-02" do referido loteamento;

Ao Sudoeste, na extensão total de 51,19 metros com a Área Verde, do referido loteamento.

Área Total das APPs - Área: 4.841,83 m²

Área de Preservação Permanente ("APP-01") - Área: 3.488,33 m²

Confrontações:

Ao Noroeste, na extensão de 32,90 metros com terras de Silvio Trentin Espólio e outros, matrícula 17.535;

Ao Nordeste, na extensão total 150,95 metros, na extensão de 103,90 metros, em curva, com a Área Verde; na extensão de 14,88 metros, em curva, com a Área Verde, na extensão 13,43 metros,

em curva, com Área Verde, e na extensão de 18,74 metros, com a Área Verde do referido loteamento;

Ao Sudeste, na extensão de 30,85 metros, com terras da Sociedade Recreativa Cultural Xaxiense;

Ao Sudoeste, na extensão de 122,36 metros, em curva, com Rio Xaxim.

Área de Preservação Permanente ("APP-02") - Área: 920,73 m²

Confrontações:

Ao Noroeste, na extensão total de 73,92 metros; na extensão de 11,74 metros, com a Área Verde; na extensão de 32,18 metros, com a Área de Equipamentos Público - "AEP-01", na extensão de 30,00 metros, com o Lote 16, da Quadra 627, do referido loteamento;

Ao Nordeste, na extensão de 15,00 metros com a Avenida Plínio Arlindo de Nês do referido loteamento;

Ao Sudeste, na extensão de 80,40 metros, com terras da Sociedade Recreativa Cultural Xaxiense;

Ao Sudoeste, na extensão de 17,38 metros, em curva, com Área de Preservação Permanente - "APP-01", do referido loteamento.

Área de Preservação Permanente ("APP-03") - Área: 432,77 m²

Confrontações:

Ao Noroeste, na extensão de 30,02 metros, com o Lote 07, da Quadra 625 do referido loteamento;

Ao Nordeste, na extensão de 15,00 metros, com terras de José Correia de Amorin e outros, matrícula 10.923;

Ao Sudeste, na extensão de 30,02 metros, com terras da Sociedade Recreativa Cultural Xaxiense;

Ao Sudoeste, na extensão de 15,00 metros com a Avenida Plínio Arlindo de Nês do referido loteamento.

Área Total das Quadras - Área: 6.412,28 m²

Quadra 625 - Área total: 2.926,97 m²

Lote nº 01 - da quadra 625, com área superficial de 480,51 m² (quatrocentos e oitenta metros e cinquenta e um decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Avenida Plínio Arlindo de Nês, distante pelo lado direito 122,78 metros da Rua Irani, com as seguintes medidas e confrontações:

Ao Noroeste, na extensão de 29,64 metros, com terras de Egidio Trentin e outros, matrícula 18.280;

Ao Nordeste, na extensão total de 16,15 metros; na extensão de 4,50 metros, com terras de Juliano José Ampese e outros, matrícula 29.406; na extensão de 11,65 metros, com terras de Genuor Ceratto e outros, matrícula 9.407;

Ao Sudoeste, na extensão de 16,67 metros com a Avenida Plínio Arlindo De Nês, do referido loteamento;

Ao Sudeste, na extensão de 28,96 metros com o Lote 02, da Quadra 625, do referido loteamento.

Lote nº 02 - da quadra 625, com área superficial de 408,01 m² (quatrocentos e oito metros e um decímetro quadrado), localizado

no lado ímpar da Avenida Plínio Arlindo de Nês, distante pelo lado direito 139,45 metros da Rua Irani, com as seguintes medidas e confrontações:

Ao Noroeste, na extensão de 28,96 metros com o Lote 01, da Quadra 625, do referido loteamento;

Ao Nordeste, na extensão de 14,15 metros, com terras de José Correia de Amorin e outros, matrícula 10.923;

Ao Sudoeste, na extensão de 13,64 metros com a Avenida Plínio Arlindo De Nês, do referido loteamento;

Ao Sudeste, na extensão de 30,02 metros com o Lote 03, da Quadra 625, do referido loteamento.

Lote nº 03 - da quadra 625, com área superficial de 407,69 m² (quatrocentos e sete metros e sessenta e nove decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Avenida Plínio Arlindo de Nês, distante pelo lado direito 153,09 metros da Rua Irani, com as seguintes medidas e confrontações:

Ao Noroeste, na extensão de 30,02 metros com o Lote 02, da Quadra 625, do referido loteamento;

Ao Nordeste, na extensão de 13,59 metros, com terras de José Correia de Amorin e outros, matrícula 10.923;

Ao Sudoeste, na extensão de 13,59 metros com a Avenida Plínio Arlindo De Nês, do referido loteamento;

Ao Sudeste, na extensão de 30,02 metros com o Lote 04, da Quadra 625, do referido loteamento.

Lote nº 04 - da quadra 625, com área superficial de 407,69 m² (quatrocentos e sete metros e sessenta e nove decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Avenida Plínio Arlindo de Nês, distante pelo lado direito 166,68 metros da Rua Irani, com as seguintes medidas e confrontações:

Ao Noroeste, na extensão de 30,02 metros com o Lote 03, da Quadra 625, do referido loteamento;

Ao Nordeste, na extensão de 13,59 metros, com terras de José Correia de Amorin e outros, matrícula 10.923;

Sudoeste, na extensão de 13,59 metros com a Avenida Plínio Arlindo De Nês, do referido loteamento;

Ao Sudeste, na extensão de 30,02 metros com o Lote 05, da Quadra 625, do referido loteamento.

Lote nº 05 - da quadra 625, com área superficial de 407,69 m², (quatrocentos e sete metros e sessenta e nove decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Avenida Plínio Arlindo de Nês, distante pelo lado direito 180,27 metros da Rua Irani, com as seguintes medidas e confrontações:

Ao Noroeste, na extensão de 30,02 metros com o Lote 04, da Quadra 625, do referido loteamento;

Ao Nordeste, na extensão de 13,59 metros, com terras de José Correia de Amorin e outros, matrícula 10.923;

Ao Sudoeste, na extensão de 13,59 metros com a Avenida Plínio Arlindo De Nês, do referido loteamento;

Ao Sudeste, na extensão de 30,02 metros com o Lote 06, da Quadra 625, do referido loteamento.

Lote nº 06 - da quadra 625, com área superficial de 407,69 m² (quatrocentos e sete metros e sessenta e nove decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Avenida Plínio Arlindo de Nês, distante pelo lado direito 193,86 metros da Rua Irani, com as seguintes medidas e confrontações:

Ao Noroeste, na extensão de 30,02 metros com o Lote 05, da Quadra 625, do referido loteamento;

Ao Nordeste, na extensão de 13,59 metros, com terras de José Correia de Amorin e outros, matrícula 10.923;

Ao Sudoeste, na extensão de 13,59 metros com a Avenida Plínio Arlindo De Nês, do referido loteamento;

Ao Sudeste, na extensão de 30,02 metros com o Lote 07, da Quadra 625, do referido loteamento.

Lote nº 07 - da quadra 625, com área superficial de 407,69 m² (quatrocentos e sete metros e sessenta e nove decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Avenida Plínio Arlindo de Nês, distante pelo lado direito 207,45 metros da Rua Irani, com as seguintes medidas e confrontações:

Ao Noroeste, na extensão de 30,02 metros com o Lote 06, da Quadra 625, do referido loteamento;

Ao Nordeste, na extensão de 13,59 metros, com terras de José Correia de Amorin e outros, matrícula 10.923;

Ao Sudoeste, na extensão de 13,59 metros com a Avenida Plínio Arlindo De Nês, do referido loteamento;

Ao Sudeste, na extensão de 30,02 metros com a Área de Preservação Permanente - "APP-03" do referido loteamento.

Quadra 626 - Área total: 1.500,33 m²

Lote nº 08 - da quadra 626, com área superficial de 381,04 m², (trezentos e oitenta e um metros e quatro decímetros quadrados), localizado no lado par Avenida Plínio Arlindo de Nês, distante pelo lado direito 24,04 metros da Rua Silvio Trentin, com as seguintes medidas e confrontações:

Ao Noroeste, na extensão de 34,70 metros, com terras de Silvio Trentin Espólio e outros, matrícula 17.535;

Ao Nordeste, na extensão de 12,05 metros com a Avenida Plínio Arlindo De Nês, do referido loteamento;

Ao Sul, na extensão de 13,57 metros com o Lote 11, da Quadra 626, do referido loteamento;

Ao Sudeste, na extensão de 30,56 metros com a o Lote 09, da Quadra 626, do referido loteamento.

Lote nº 09 - da quadra 626, com área superficial de 366,48 m², (trezentos e sessenta e seis metros e quarenta e oito decímetros quadrados), localizado no lado par Avenida Plínio Arlindo de Nês, distante pelo lado direito 12,04 metros da Rua Silvio Trentin, com as seguintes medidas e confrontações:

Ao Noroeste, na extensão de 30,56 metros com o Lote 08, da Quadra 626, do referido loteamento;

Ao Nordeste, na extensão de 12,00 metros com a Avenida Plínio Arlindo De Nês, do referido loteamento;

Ao Sudoeste, na extensão de 12,00 metros com o Lote 11, da Quadra 626, do referido loteamento;

Ao Sudeste, na extensão de 30,56 metros com o Lote 10, da Quadra 626, do referido loteamento.

Lote nº 10 - da quadra 626, com área superficial de 367,77m², (trezentos e sessenta e sete metros e setenta e sete decímetros quadrados), localizado no lado par da Avenida Plínio Arlindo de Nês, esquina com a Rua Silvio Trentin, com as seguintes medidas e confrontações:

Ao Noroeste, na extensão de 30,56 metros com o Lote 09, da Quadra 626, do referido loteamento;

Ao Nordeste, na extensão de 12,04 metros com a Avenida Plínio Arlindo De Nês, do referido loteamento;

Ao Sudoeste, na extensão de 12,05 metros com o Lote 11, da Quadra 626, do referido loteamento;

Ao Sudeste, na extensão de 30,56 metros com a Rua Silvio Trentin, do referido loteamento;

Lote nº 11 - da quadra 626, com área superficial de 385,04 m² (trezentos e oitenta e cinco metros e quatro decímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Silvio Trentin, distante pelo lado esquerdo 30,56 metros da Avenida Plínio Arlindo de Nês, com as seguintes medidas e confrontações:

Ao Noroeste, na extensão de 4,62 metros, com terras de Silvio Trentin Espólio e outros, matrícula 17.535;

Ao Nordeste, na extensão de 23,24 metros com os Lotes 09 e 10, da Quadra 626, do referido loteamento;

Ao Sudoeste, na extensão de 35,68 metros com a Área de Verde, do referido loteamento;

Ao Sudeste, na extensão de 12,00 metros com a Rua Silvio Trentin do referido loteamento;

Ao Norte, na extensão de 13,57 metros com o Lote 08, da Quadra 626, do referido loteamento.

Quadra 627 - Área total: 1.984,98 m²

Lote nº 12 - da quadra 627, com área superficial de 474,20 m² (quatrocentos e setenta e quatro metros e vinte decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Silvio Trentin, distante pelo lado direito 30,00 metros da Avenida Plínio Arlindo de Nês, com as seguintes medidas e confrontações:

Ao Noroeste, na extensão de 12,54 metros, com a Rua Silvio Trentin do referido loteamento;

Ao Nordeste, na extensão total de 37,83 metros; na extensão de 12,75 metros com o Lote 13, da Quadra 627; na extensão de 12,54 metros com o Lote 14, da Quadra 627; na extensão de 12,54 metros com o Lote 15, da Quadra 627, do referido loteamento;

Ao Sudoeste, na extensão de 37,83 metros com a Área de Equipamentos Público - "AEP-01", do referido loteamento;

Ao Sudeste, na extensão de 12,54 metros com a Área de Equipamentos Público - "AEP-01", do referido loteamento.

Lote nº 13 - da quadra 627, com área superficial de 382,59 m²,

(trezentos e oitenta e dois metros e cinquenta e nove décimos quadrados), localizado no lado par da Avenida Plínio Arlindo de Nês, esquina com a Rua Silvio Trentin, com as seguintes medidas e confrontações:

Ao Noroeste, na extensão de 30,00 metros com a Rua Silvio Trentin, do referido loteamento;

Ao Nordeste, na extensão de 12,75 metros com a Avenida Plínio Arlindo De Nês, do referido loteamento;

Ao Sudoeste, na extensão de 12,75 metros com o Lote 12 do referido loteamento;

Ao Sudeste, na extensão de 30,00 metros com o Lote 14, da Quadra 627, do referido loteamento;

Lote nº 14 - da quadra 627, com área superficial de 375,92 m² (trezentos e setenta e cinco metros e noventa e dois décimos quadrados), localizado no lado par da Avenida Plínio Arlindo de Nês, distante pelo lado esquerdo 12,75 metros da Rua Silvio Trentin, com as seguintes medidas e confrontações:

Ao Noroeste, na extensão de 30,00 metros com o Lote 13, da Quadra 627, do referido loteamento;

Ao Nordeste, na extensão de 12,54 metros com a Avenida Plínio Arlindo De Nês, do referido loteamento;

Ao Sudoeste, na extensão de 12,54 metros com o Lote 12, do referido loteamento;

Ao Sudeste, na extensão de 30,00 metros com o Lote 15, da Quadra 627, do referido loteamento.

Lote nº 15 - da quadra 627, com área superficial de 375,92 m², (trezentos e setenta e cinco metros e noventa e dois décimos quadrados), localizado no lado par da Avenida Plínio Arlindo de Nês, distante pelo lado esquerdo 25,29 metros da Rua Silvio trentin, com as seguintes medidas e confrontações:

Ao Noroeste, na extensão de 30,00 metros com o Lote 14, da Quadra 627, do referido loteamento;

Ao Nordeste, na extensão de 12,54 metros com a Avenida Plínio Arlindo De Nês, do referido loteamento;

Ao Sudoeste, na extensão de 12,54 metros com o Lote 12, do referido loteamento;

Ao Sudeste, na extensão de 30,00 metros com o Lote 16, da Quadra 627, do referido loteamento.

Lote nº 16 - da quadra 627, com área superficial de 376,35 m², (trezentos e setenta e seis metros e trinta e cinco décimos quadrados), localizado no lado par da Avenida Plínio Arlindo de Nês, distante pelo lado esquerdo 37,83 metros da Rua Silvio Trentin, com as seguintes medidas e confrontações:

Ao Noroeste, na extensão de 30,00 metros com o Lote 15, da Quadra 627, do referido loteamento;

Ao Nordeste, na extensão de 12,55 metros com a Avenida Plínio Arlindo De Nês, do referido loteamento;

Ao Sudoeste, na extensão de 12,55 metros com a Área de Equipamentos Público - "AEP-01", do referido loteamento;

Ao Sudeste, na extensão de 30,00 metros com a Área de

Preservação Permanente-"APP-02" do referido loteamento.

Art. 2º Fica convencionado que os loteadores ficarão responsáveis pelas obras de infraestrutura constantes no art. 3º parágrafo 5 da Lei Federal do Parcelamento do Solo Urbano nº 9785/99, da área loteada, em um prazo de até 04 (quatro) anos conforme o art. 09 da referida Lei Federal 9785/99, após a escritura pública efetiva e exclusiva em nome do contratante ou a quem de direito
Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,
em 29 de abril de 2014.
IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

FABIO JOSÉ DAL MAGRO
Procurador Geral do Município.

Autoriza Desmembramento

LEI Nº 3967/2014 de 29 de abril de 2014

Autoriza a concessão especial para desmembramento do lote urbano N. 04 da quadra 16 e da outras providências.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a concessão especial para desmembramento do lote urbano nº 04, da quadra 16, localizado no lado ímpar da Rua André Lunardi, antes Rua Bento Gonçalves, distante pelo lado esquerdo 45,00m da Rua Borges de Medeiros, município e Cartório de Registro de Imóveis (C.R.I.) de Xaxim, com área superficial de 648,00m² (seiscentos e quarenta e oito metros quadrados) de propriedade de LUIZ LAUCHZER, ficando assim constituído:

SITUAÇÃO ATUAL

MATRÍCULA Nº 10.945 - Lote urbano nº 04, da quadra 16, localizado no lado ímpar da Rua André Lunardi, antes Rua Bento Gonçalves, distante pelo lado esquerdo 45,00m da Rua Borges de Medeiros, município e Cartório de Registro de Imóveis (C.R.I.) de Xaxim, com área superficial de 648,00m² (seiscentos e quarenta e oito metros quadrados), sem benfeitorias confrontando:

NOROESTE: com a Rua André Lunardi, por 15,00 metros.

SUDESTE: com o lote urbano nº 20, matrícula nº 20.052 de João Carlos Vicari e Fátima Vicari, por 15,00 metros.

NORESTE: com o lote urbano nº 05, matrícula nº 8.941, de Valdecir Miliorança e Gelmira Libra Miliorança, por 43,20 metros.

SUDOESTE: com o lote urbano nº 03, matrícula nº 10.997, de Ermínia Vide, por 43,20 metros.

SITUAÇÃO DO DESMEMBRAMENTO

LOTE 04 "A"

MATRÍCULA Nº 10.945 - Lote urbano nº 04 "A", da quadra 16, localizado no lado ímpar da Rua André Lunardi, antes Rua Bento Gonçalves, distante pelo lado esquerdo 50,00m da Rua Borges de

Medeiros, município e Cartório de Registro de Imóveis (C.R.I.) de Xaxim, com área superficial de 333,00m² (trezentos e trinta e três metros quadrados), sem benfeitorias confrontando:

NOROESTE: com a Rua André Lunardi, por 10,00 metros, e com o lote urbano nº 04 "B", de Luiz Lauchzer, por 2,00 metros.

SUDESTE: com o lote urbano nº 04 "B", de Luiz Lauchzer, por 12,00 metros.

NORESTE: com o lote urbano nº 05, matrícula nº 8.941, de Valdaci Miliorança e Gelmira Libra Miliorança, por 29,75 metros.

SUDOESTE: com o lote urbano nº 04 "B", de Luiz Lauchzer, por 17,75 metros e com o lote urbano nº 04 "B", de Luiz Lauchzer, por 12,00 metros.

LOTE 04 "B"

MATRÍCULA Nº 10.945 - Lote urbano nº 04 "B", da quadra 16, localizado no lado ímpar da Rua André Lunardi, antes Rua Bento Gonçalves, distante pelo lado esquerdo 45,00m da Rua Borges de Medeiros, município e Cartório de Registro de Imóveis (C.R.I.) de Xaxim, com área superficial de 315,00m² (trezentos e quinze metros quadrados), sem benfeitorias confrontando:

NOROESTE: com a Rua André Lunardi, por 5,00 metros, e com o lote urbano nº 04 "A", de Luiz Lauchzer, por 12,00 metros.

SUDESTE: com o lote urbano nº 20, matrícula nº 20.052 de João Carlos Vicari e Fátima Vicari, por 15,00 metros e com o lote urbano nº 04 "A", de Luiz Lauchzer, por 2,00 metros.

NORDESTE: com o lote urbano nº 05, matrícula nº 8.941, de Valdaci Miliorança e Gelmira Libra Miliorança, por 13,45 metros, com o lote urbano nº 04 "A", de Luiz Lauchzer, por 17,75 metros e com o lote urbano nº 04 "A", de Luiz Lauchzer, por 12,00 metros.

SUDOESTE: com o lote urbano nº 03, matrícula nº 10.997, de Ermínia Vide, por 43,20 metros.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,
em 29 de abril de 2014.
IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

FABIO JOSÉ DAL MAGRO
Procurador Geral do Município.

Declara Situação de Emergência

DECRETO Nº 257/2014

DECLARA EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA A ÁREA RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE XAXIM AFETADA POR FORTES CHUVAS

PREFEITO MUNICIPAL DE XAXIM - ESTADO DE SANTA CATARINA, Sr. Idacir Antonio Orso, usando das atribuições que lhes confere o artigo 66, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal de Xaxim, com fundamento nas Lei Federal nº 12.608/2012, Decreto Federal nº 7.257/2010, e na Instrução Normativa nº 1, de 24.08.2012, do Ministério da Integração Nacional e,

CONSIDERANDO o excepcional volume de chuvas e a intensidade de tais, especialmente na madrugada do dia 29 de abril até as 08 horas do dia 1º de maio de 2014, atingindo e causando danos e prejuízos no Município de Xaxim na área urbana e em especial no interior com a destruição de 03 três pontes;

CONSIDERANDO que devido à intensidade das chuvas, resultou em alagamento de diversas vias públicas e propriedades privadas situada na área urbana inclusive no Loteamento Vargas;

CONSIDERANDO a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que avaliou e quantificou o desastre em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

CONSIDERANDO a anormalidade no Município de Xaxim causada por chuvas que resultaram em desastre de origem natural e que exige do Poder Público municipal, a adoção de medidas para restabelecer a normalidade e de aporte financeiro de valor considerável;

CONSIDERANDO que concorrerem como critérios agravantes da situação de anormalidade, a parte da população afetada que ficou sem possibilidade de tráfego entre os municípios e pela limitação da estrutura da defesa civil local, para fazer frente ao evento de difícil previsibilidade;

CONSIDERANDO a necessidade de se estabelecer uma situação jurídica especial que permita o atendimento às necessidades temporárias de excepcional interesse público, voltadas à reabilitação do cenário e cidadão atingidos;

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada a existência de situação anormal provocada por fortes chuvas e caracterizada como Situação de Emergência.

Parágrafo Único. A situação de anormalidade a área urbana e rural do Município em razão dos expressivos danos em diversas regiões da cidade e interior, conforme atesta o Formulário de Informações de Desastre, a ser encaminhado à Secretaria Estadual de Defesa Civil.

Art. 2º. A mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, estará sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC, mediante Plano Emergencial de Resposta ao Desastre.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao evento e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, a serem coordenadas pela Secretaria de Assistência Social e o COMDEC.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do art. 5º da Constituição da República, ficam as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres autorizados, em caso de risco iminente, a:

I - adentrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II - usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares.

Art. 5º. De acordo com o inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666,

de 21 de junho de 1993, e considerando a urgência da situação vigente, ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao evento, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos danos, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de 90 (noventa) consecutivos e ininterruptos, contados a partir da sua caracterização, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por igual período.

Xaxim,
1º de maio de 2014
IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na data supra

FABIO JOSÉ DAL MAGRO
Procurador-Geral do Município

Nomeia Ordenador Primário

DECRETO Nº 258/2014

Nomeia Secretário Municipal da Administração Ordenador Primário e dá outras providências.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, de acordo com as atribuições do seu cargo, embaixadas com o Artigo 66, VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor RODRIGO VIRIATO MORÁS, Secretário Municipal de Administração, como Ordenador Primário das despesas do Município de Xaxim, bem como autorizado a responder por pagamentos de 06 a 08 de maio de 2014.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal,
05 de maio de 2014.
IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Fabio José Dal Magro
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Associações

AMUREL

Ata da Assembleia Geral Ordinária - Fevereiro de 2014

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LAGUNA - AMUREL

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de 2014, às 14:30hs, em segunda chamada, reuniram-se na sede da AMUREL, para Assembleia Geral Ordinária, os prefeitos: Robson Jean Back, Prefeito em Exercício de São Martinho, Everaldo dos Santos, Prefeito de Laguna, Lourivaldo Schuelter, Prefeito de Rio Fortuna, Jailson Cardoso de Souza, Prefeito de Imbituba, Jaime Wensing, Prefeito de Armazém, Moacir Rabelo da Silva, Prefeito de Capivari de Baixo, Amilton Ascari, Prefeito de Grão Pará, Manoel Viana de Souza, Prefeito de Imaruí, Luiz Arnaldo Napoli, Prefeito de Jaguairuna, Antônio Felipe Sobrinho, Prefeito de Pedras Grandes, Antônio Avelino Honorato Filho, Prefeito de Pescaria Brava, Ibaneis Lemback, neste ato representando o Sr. Volnei Weber, Prefeito de São Ludgero, Agnaldo Carara, Prefeito em Exercício de Treze de Maio, João Olávio Falchetti, Prefeito de Tubarão, Dilcei Heidemann, Prefeita de Santa Rosa de Lima e Jorge Leonardo Nesi, Prefeito de Gravatal. Além dos Senhores Prefeitos acima nominados, presentes o Sr. Celso Heidemann, Diretor Executivo da AMUREL, o Sr. Clésio Bardini de Biasi, Prefeito licenciado do Município de Treze de Maio e demais pessoas, conforme lista de presença assinada. Após constatado haver quórum mínimo exigido pelo Estatuto, o Sr. Presidente fez a abertura dos trabalhos cumprimentando a todos, dando-os as boas vidas. O protocolo passou a leitura do Edital, que se transcreve: "O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LAGUNA - AMUREL, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Municípios associados para ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 27 de fevereiro de 2014, às 14:00 horas, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios, em primeira convocação, e às 14:30 horas, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/3 (um terço) dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios associados, em sua sede, localizada na Rua Rio Branco, n.º 67, bairro Vila Moema, Tubarão/SC. Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias: Aprovação da Ata Anterior; Prestação de Contas Anuais, do exercício de 2013; Eleição dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, titulares e suplentes, representantes da AMUREL junto a FECAM; Movimentações de recursos advindos de convênios; Troca de veículos da AMUREL; Baixa de Patrimônio; Dia do desafio SESC; Assuntos diversos." Após aberto os trabalhos passaram a apreciar os referidos itens da pauta, na seguinte forma: 1) Deliberação sobre Ata Anterior: Procedeu-se à deliberação acerca da Ata anterior, cuja leitura foi dispensada pelos presentes. A ata restou aprovada pelos presentes. 2) Prestação de Contas Anuais, do exercício de 2013: Ato contínuo, foi passada a palavra ao Sr. Everson Guimarães que apresentou relatório e revista das atividades desenvolvidas pela AMUREL em prol dos municípios associados no ano de 2013. Na oportunidade, foi solicitado pelos Prefeitos presentes um reforço maior na capacidade da AMUREL referente ao fornecimento de projetos de engenharia, face às diversos programas federais em vigor. O Diretor Executivo ficou responsável pelo levantamento junto a cada Município das prioridades na área de engenharia para definições subseqüentes visando atender a demanda. Em seguida usou da palavra o Sr. Ramon Mendes, contador da AMUREL, que apresentou para fins de análise e deliberação, os relatórios das demonstrações contábeis relativos ao sexto bimestre de 2013 consolidando as contas anuais do exercício de 2013, com

os esclarecimentos prestados pelo contador da Amurel Sr. Ramon Mendes, após a apreciação e discussão sobre o tema, as prestações de contas foram consideradas aprovadas pela Assembleia por unanimidade. Ainda foi apresentada Resolução que dispõe sobre o orçamento da AMUREL para o ano de 2014, que foi discutida e aprovada pelos presentes, com ressalva de possibilidade de discussão dos valores de repasse a qualquer tempo pelos municípios que estiverem com justificada dificuldade financeira, bem como será debitada a diferença do valor do repasse de janeiro e fevereiro de 2014, pois os mesmos estavam sendo debitados com os valores antigos.

3) Eleição dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, titulares e suplentes, além dos representantes de Amurel junto à FECAM: A Assembleia decidiu eleger, para o exercício que compreende o dia 27 de fevereiro de 2014 até o término da segunda quinzena de fevereiro de 2015, com data limite no dia 28 de fevereiro de 2015, salvo eleição anterior, para compor a direção do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, titulares e suplentes da AMUREL, para o ano de 2014 os seguintes representantes que nesta mesma data tomam posse: Para o Conselho de Administração: Moacir Rabelo da Silva, Prefeito de Capivari de Baixo, como Presidente; Antônio Avelino Honorato Filho, Prefeito de Pescaria Brava, como 1º Vice-presidente; Dilcei Heidemann, Prefeita de Santa Rosa de Lima, como 2º Vice-presidente. Para o Conselho Fiscal foram eleitos como titulares: Ademir da Silva Matos, Prefeito de Braço do Norte, Manoel Viana de Souza, Prefeito de Imaruí, Amilton Ascari, Prefeito de Grão Pará, e como suplentes do Conselho Fiscal: Antônio Felipe Sobrinho, Prefeito de Pedras Grandes, Luiz Arnaldo Napoli, Prefeito de Jaguaruna, Clésio Bardini de Biasi, Prefeito de Treze de Maio. Como representantes junto à FECAM foram eleitos: Castilho Silvano Vieira, Prefeito de Sangão, Everaldo dos Santos, Prefeito de Laguna, Jailson Cardoso de Souza, Prefeito de Imbituba, Jaime Wensing, Prefeito de Armazém, João Olávio Falchetti, Prefeito de Tubarão, Jorge Leonardo Nesi, Prefeito de Gravatal, José Schotten, Prefeito de São Martinho, Lourivaldo Schuelter, Prefeito de Rio Fortuna e Volnei Weber, Prefeito de São Ludgero. Conforme termo de posse devidamente assinado, em anexo.

4) Movimentações de Recursos advindos de Convênios: o Sr. Celso Heidemann, informou que a Secretaria de Desenvolvimento Regional SDR, no que tange aos convênio firmados com o Estado de SC, definiu que os recursos sejam movimentados via procedimento eletrônico, e que tal procedimento será recepcionado pela AMUREL a partir desta data, devidamente autorizado pelo Presidente da AMUREL e seu Diretor Executivo. Assim como também para atender as exigências dos demais programas Estadual, Municipal e da União. Por fim, solicitou aos presentes a autorização para proceder conforme relatado.

Aprovado por todos os presentes.

5) Troca dos Veículos da AMUREL: Em função do elevado custo de manutenção dos 02 (dois) veículos de propriedade da AMUREL, o Sr. Celso Heidemann, solicitou aos Senhores Prefeitos que autorizem a entidade a trocar os veículos da marca Astra e Gol, assim que possível, conforme a disponibilidade de caixa da entidade. Dessa forma, solicitou aos presentes a autorização para proceder a respectiva troca, conforme acima destacado. Aprovado por todos os presentes.

6) Baixa de Patrimônio: Ato contínuo o Sr. Celso Heidemann, informou aos presentes que a AMUREL possui (04) quatro equipamentos de Ar condicionado do tipo janela, sem uso, por falta de funcionalidade e, por não mais haver possibilidade de manutenção dos equipamentos em questão, solicitou aos presentes a autorização para baixa os respectivos equipamentos. Aprovado por todos os presentes.

7) Dia do Desafio - SESC: A representante do Sesc de Tubarão, apresentou histórico da entidade e do dia do desafio e, solicitou a colaboração dos municípios associados a Amurel que irão participar do dia do desafio. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião da qual lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim, Senhor Celso Heidemann, Diretor Executivo da AMUREL e pelo Senhor Everaldo dos Santos, Presidente da AMUREL.

Consórcios

ARIS

Processo de Licitação Nº 009/2014 Dispensa Nº 007/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 09/2014
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 06/2014

OBJETO: Contratação de despachante encarregado de emplaceamento do automóvel Palio Week. Adventure 1.8 - 16v Flex 4P, ano/modelo 2014, decorrente da aquisição advinda do processo licitatório nº 10/2013, Pregão Presencial nº 05/2013.

CONTRATADO: DESPACHANTE SILVEIRA LTDA ME
CNPJ nº 85.352.888/0001-84

VALOR: R\$ 460,00 (quatrocentos e sessenta reais).

Florianópolis,
19 de março de 2014.
ADIR FACCIO
Diretor Geral

Processo de Licitação Nº 012/2014 Inexigibilidade Nº 005/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 12/2014
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 05/2014

OBJETO: Aquisição de inscrição no curso "Direito das Agências Reguladoras"

CONTRATADO: FGV - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
CNPJ nº 33.641.663/0001-44

VALOR: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais).
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei nº 8.666/93.

Florianópolis,
22 de abril de 2014.
ADIR FACCIO
Diretor geral da ARIS

CIMVI

Contrato Nº 010/2014 - Locação de Estande

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 010/2014
CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI
CONTRATADO: Planalto Pré-Moldados Ltda.

OBJETO: Fornecimento e montagem de galpão pré-moldado

VALOR: R\$59.800,00 (cinquenta e nove mil e oitocentos reais)

PRAZO: 10 de junho de 2014.

Integra em www.cimvi.sc.gov.br>publicações>contratos

Timbó,
28 de abril de 2014.
HARTWIG PERSUHN
Presidente

CINCO

Extrato das Atas de Registro de Preços Pe 0004/2014 - Materiais de Expediente

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0004/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de material de expediente, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Consórcio Integrado do Contestado - Cinco e os Municípios de Caçador, Ibiam, Iomerê, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará e Timbó Grande, durante o período de 14 de março a 30 de setembro de 2014.

FORNECEDORES:

3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT14CINCO1012;

ANA PAULA TAVELLA MACHADO DOS SANTOS ME - Ata nº AT-14CINCO1013;

3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT14CINCO1014;

ANA PAULA TAVELLA MACHADO DOS SANTOS ME - Ata nº AT-14CINCO1015;

3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT14CINCO1016;

ANA PAULA TAVELLA MACHADO DOS SANTOS ME - Ata nº AT-14CINCO1017;

3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT14CINCO1018;

ANA PAULA TAVELLA MACHADO DOS SANTOS ME - Ata nº AT-14CINCO1019;

3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT14CINCO1020;

ANA PAULA TAVELLA MACHADO DOS SANTOS ME - Ata nº AT-14CINCO1021;

3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT14CINCO1022;

ANA PAULA TAVELLA MACHADO DOS SANTOS ME - Ata nº AT-14CINCO1023;

3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT14CINCO1024;

ANA PAULA TAVELLA MACHADO DOS SANTOS ME - Ata nº AT-14CINCO1025;

3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT14CINCO1026;

ANA PAULA TAVELLA MACHADO DOS SANTOS ME - Ata nº AT-14CINCO1027;

3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT14CINCO1028;

ANA PAULA TAVELLA MACHADO DOS SANTOS ME - Ata nº AT-14CINCO1029;

3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT14CINCO1030;

ANA PAULA TAVELLA MACHADO DOS SANTOS ME - Ata nº AT-14CINCO1031;

3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT14CINCO1032;

ANA PAULA TAVELLA MACHADO DOS SANTOS ME - Ata nº AT-14CINCO1033;

3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT14CINCO1034;

ANA PAULA TAVELLA MACHADO DOS SANTOS ME - Ata nº AT-14CINCO1035.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 18, de 29 de abril de 2013, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 29.04.2014 à 30.09.2014. PAL nº: 0007/2014 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0004. Registro de Preços nº: 0005.

Fraiburgo (SC),
05 de maio de 2014.
ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo do CINCO

Extrato da Ata de Registro de Preços PP 0006/2013 - Tiras de Glicemia

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 0006/2013
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras de tiras para teste de glicose para uso nas Unidades Básicas de Saúde e pacientes, de forma parcelada pelos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Município de Frei Rogério, durante o período de 02 de maio a 31 de dezembro de 2014.

FORNECEDOR:
FUFA - SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT14CINCO1036.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 18, de 29 de abril de 2013, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 02.05.2014 à 31.12.2014. PAL nº: 0026/2013 - CINCO. Pregão Presencial nº: 0006. Registro de Preços nº: 0025.

Fraiburgo (SC),
05 de maio de 2014.
ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo do CINCO

Extrato das Atas de Registro de Preços Pe 0003/2014 - Medicamentos

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0003/2014
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de medicamentos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Municípios de Arroio Trinta, Fraiburgo, Ibiama, Iomerê, Pinheiro Preto, Tangará, Videira e Hospital Municipal Frei Rogério de Tangará, durante o período de 02 de maio a 31 de

agosto de 2014.

FORNECEDOR:
S & R DISTRIBUIDORA LTDA- Ata nº AT14CINCO1037;

S & R DISTRIBUIDORA LTDA- Ata nº AT14CINCO1038;

S & R DISTRIBUIDORA LTDA- Ata nº AT14CINCO1039;

S & R DISTRIBUIDORA LTDA- Ata nº AT14CINCO1040;

S & R DISTRIBUIDORA LTDA- Ata nº AT14CINCO1041;

S & R DISTRIBUIDORA LTDA- Ata nº AT14CINCO1042;

S & R DISTRIBUIDORA LTDA- Ata nº AT14CINCO1043;

S & R DISTRIBUIDORA LTDA- Ata nº AT14CINCO1044;

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 18, de 29 de abril de 2013, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 02.05.2014 à 31.08.2014. PAL nº: 0006/2014 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0003. Registro de Preços nº: 0004.

Fraiburgo (SC),
05 de maio de 2014.
ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo do CINCO

Extrato da Ata de Registro de Preços Pe 0001/2014 - Adesão Pinheiro Preto

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0001/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de pneus, câmaras de ar e protetores, para uso do Órgão Participante do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Município de Pinheiro Preto, durante o período de 02 de maio a 31 de julho de 2014.

FORNECEDOR:
BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT14CINCO1045.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 18, de 29 de abril de 2013, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 02.05.2014 à 31.07.2014. PAL nº: 0001/2014 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0001. Registro de Preços nº: 0001.

Fraiburgo (SC),
05 de maio de 2014.
ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo do CINCO

Aviso de Pregão Presencial 0003/2014

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0003/2014, PAL Nº0016/2014.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de Consultoria especializada no Sistema Único de Saúde - SUS, para assessoramento dos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Municípios de Matos Costas, Rio das Antas e Timbó Grande. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:00 do dia 16/05/2014. Abertura: Às 09:15 horas

do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço Global. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01. Fone (49) 3246 1206. Site: www.cinco.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC),
05 de maio de 2014.
ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo do CINCO.

CIS/AMARP

Resolução Nº 13/2014

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS-AMARP
Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 - Videira/SC.
<http://www.amarp.org.br> cis@amarp.org.br

Resolução nº 13/2014

Euzebio Calisto Viecele, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, art.17 do Estatuto Social do CIS-AMARP.

RESOLVE:

Art.1º Ficam incluídos na Tabela CIS-AMARP, em conformidade com a Aprovação pelos Secretários Municipais de Saúde dos Municípios Consorciados, os Procedimentos a seguir:

Procedimento	Código	Valor
Complemento Procedimentos Cirúrgicos de Oftalmologia (Del.535/CIB/2013)	9016376	150,00

(*) Procedimentos com códigos próprios CIS/AMARP

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Videira,
05 de maio de 2014.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Presidente CIS-AMARP

Resolução Nº 14/2014

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS-AMARP
Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 - Videira/SC.
<http://www.amarp.org.br> cis@amarp.org.br

Resolução nº 14/2014

Euzebio Calisto Viecele, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, art.17 do Estatuto Social do CIS-AMARP.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam Credenciados os Prestadores de Serviços Médicos (Exames Diagnósticos e Consultas Especializadas), em conformidade com o edital 01/2010, a relação a seguir:

-INSTITUTO DE OFTALMOLOGIA DA BAIXADA SANTISTA- CNPJ 06.030.909/0001-79-CONSULTA ESPECIALIZADA EM OFTALMOLOGIA E EXAMES DIAGNÓSTICOS, conforme Edital Nº 01/2010.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Videira,
05 de maio de 2014.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Presidente CIS-AMARP



PEGASO
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

www.ciga.sc.gov.br